

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO – DOUTORADO**

**COMPROMISSO DO JORNALISMO COM OS DIREITOS
HUMANOS: REVISITANDO A COBERTURA DA IMIGRAÇÃO DE
HAITIANOS E VENEZUELANOS PELO NORTE DO BRASIL**

CRISTIANE NAIARA ARAÚJO DE SOUZA

PORTO ALEGRE – RS

2024

CRISTIANE NAIARA ARAÚJO DE SOUZA

**COMPROMISSO DO JORNALISMO COM OS DIREITOS
HUMANOS: REVISITANDO A COBERTURA DA IMIGRAÇÃO DE
HAITIANOS E VENEZUELANOS PELO NORTE DO BRASIL**

Tese apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FABICO/UFRGS) como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Comunicação.
Linha de Pesquisa: Culturas, Política e Significação.
Orientadora: Profa. Dra. Karla Maria Müller.

PORTO ALEGRE – RS

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Araújo de Souza, Cristiane Naiara
COMPROMISSO DO JORNALISMO COM OS DIREITOS HUMANOS:
REVISITANDO A COBERTURA DA IMIGRAÇÃO DE HAITIANOS E
VENEZUELANOS PELO NORTE DO BRASIL / Cristiane Naiara
Araújo de Souza. -- 2024.
375 f.
Orientador: Karla Maria Müller.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e
Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação,
Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Jornalismo Local. 2. Direitos Humanos. 3. Ética
Solidária. 4. Accountability. 5. Compromisso
Restaurativo. I. Müller, Karla Maria, orient. II.
Titulo.

CRISTIANE NAIARA ARAÚJO DE SOUZA

**COMPROMISSO DO JORNALISMO COM OS DIREITOS
HUMANOS: REVISITANDO A COBERTURA DA IMIGRAÇÃO DE
HAITIANOS E VENEZUELANOS PELO NORTE DO BRASIL**

Data da Defesa: 23 de maio de 2024.

BANCA AVALIADORA DE DEFESA DE TESE

Profa. Dra. Karla Maria Müller
Orientadora e Presidente – UFRGS

Prof. Dr. Basílio Alberto Sartor
Examinador Interno – UFRGS

Prof. Dr. Felipe Moura de Oliveira
Examinador Interno – UFRGS

Profa. Dra. Ivânia Maria Carneiro Vieira
Examinadora Externa – UFAM

Profa. Dra. Liliane Dutra Brignol
Examinadora Externa – UFSM

Profa. Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi
Suplente – UFRGS

DEDICATÓRIA

Aos meus familiares, pela constância inabalável em crer no meu potencial de aprendizado e de superação, em especial à minha sempre amada vovó Raymunda Araújo (*in memoriam*) e ao meu avô do coração Narciso Rodrigues Dias (*in memoriam*). Amo vocês.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por manter em mim a fé de que precisei para jamais desistir diante dos obstáculos.

Além de dedicar este pequeno esforço investigativo a ela, também agradeço à minha família por entender a distância, motivar cada passo e vibrar por mim, até mais do que eu mesma.

À Universidade Federal do Amazonas (Ufam), em especial a toda a equipe da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (Propesp), na pessoa da então pró-reitora, dedicada professora Selma Baçal (*in memoriam*), e à coordenação do Projeto de Doutorado Interinstitucional em Comunicação (Dinter), que foi capaz de aproximar servidores docentes e TAE (como no meu caso) da realização do sonho de cursar doutorado na área e, dessa forma, contribuir para o desenvolvimento da ciência e do campo em nosso estado.

A toda a equipe técnica e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS), por aceitarem receber a turma do Dinter da Ufam com tanto carinho e dedicação. Senti-me em casa.

Aos colegas e amigos da Assessoria de Comunicação da Ufam, onde desenvolvo meu trabalho com a liberdade e as melhores companhias possíveis. Espero contribuir ainda mais para que o nosso setor continue sendo exemplo de competência técnica e de humanidade.

À minha orientadora, professora Karla Maria Müller, pela confiança ao aceitar o desafio de orientar esta aluna do Dinter-Ufam, indicando sempre os caminhos mais profícuos e me ajudando a superar os percalços da pesquisa com toda sua experiência e sensibilidade.

Enfim, a todos os que colaboraram, de algum modo, para que esta tese se concretizasse, o meu muito obrigada! Espero poder honrá-los com esta humilde contribuição ao campo... que seja mais um tijolinho para edificarmos juntos um forte, resiliente e renovado jornalismo.

“Ser verdadeiramente radical é tornar a esperança possível e não o desespero convincente”
(Raymond Williams, 1976).

RESUMO

Na presente tese, partimos de duas premissas para situar o propósito investigativo. A primeira é a de que o jornalismo, ao invés de desvanecer diante da hiperexposição a todo tipo de conteúdo, encontra modos outros de se reafirmar como mediador qualificado por seus métodos e sobretudo pela assunção de novas responsabilidades. A segunda é um inédito e criativo despontar de atores que focalizam temas à revelia do poder constituído, movimento que acaba induzindo o jornalismo institucionalizado a pautar questões antes invisibilizadas, como racismo estrutural, violência intrafamiliar, gênero e sexualidade, emergência climática etc. Nesse contexto, nos propomos a aproximar jornalismo e direitos humanos (Lago, 2023; Moraes, 2019, 2022; Lago, Gonçalves e Kazan, 2019; Piovesan, 2009; Herrera Flores, 2009) a partir do questionamento das bases teóricas daquele primeiro, da sua fundamentação como prática social e da necessidade de que essa instituição incorpore o compromisso com os direitos humanos não só do ponto de vista do público leitor (pautado no direito de ser informado), mas sobretudo pelo respeito às pessoas que povoam as suas narrativas do cotidiano. É nessa problemática que nos debruçamos para questionar o jornalismo institucionalizado e produzido a partir de realidades locais para dar conta de pautas afeitas aos direitos humanos (Ijuim, 2016, 2019), advogando assim por uma *accountability* jornalística nessas coberturas (Fengler, Eberwein e Karmasin, 2021; Paulino, Bastian e Gomes, 2021; Bertrand, 1999, 2007). De modo específico, investigamos como o jornalismo local amazonense abordou duas migrações transnacionais que se desenrolaram desde a porção Norte do Brasil: a de haitianos, em 2012; e a de venezuelanos, em 2017. Para tanto, usamos três estratégias metodológicas, iniciando pela extração de notícias em três portais (A Crítica, Amazônia e G1) e a sistematização de banco de dados. Em seguida, aplicamos a Análise de Conteúdo (Bardin, 2016) para identificar aspectos quantitativos, no conjunto de 234 textos; e, depois, compreender a abordagem de direitos sociais (saúde, educação, trabalho, moradia e assistência) dos grupos pela leitura e inferências sobre 178 notícias. A seguir, com versão adaptada do protocolo de Análise da Cobertura Jornalística (Silva e Maia, 2011; Santos e Miguel, 2020), analisamos o *corpus* objetivamente selecionado de 14 notícias, destacando as marcas de apuração e de composição, bem como os contextos interno e externo do assunto pautado. De modo geral, os resultados indicaram a ocorrência de cobertura local prioritariamente voltada à agenda do poder público e às abordagens eleitas por agentes estatais usados como fontes oficiais, a prática do jornalismo declaratório, pouca ou nenhuma diversidade de pontos de vista, tratamento dos sujeitos de cada movimento migratório como personagens de reforço narrativo, viés negativo, reprodução de discursos xenofóbicos pelo uso de termos excludentes ou preconceituosos e pelo não questionamento dessas posições quando adotadas pelas fontes e ausência de pesquisa em fontes secundárias. Por outro lado, houve textos propositivos, que esclareceram posições preconceituosas cristalizadas na sociedade, agregaram vivências dos imigrantes, denunciaram situações de indignidade e trouxeram interpretações de especialistas ao tratar dos aspectos antropológicos e diferenças culturais, do enquadramento da xenofobia como tipo penal e das responsabilidades do Estado para garantir a dignidade de pessoas migrantes e refugiadas e dos povos tradicionais. Defendemos que a instituição jornalística terá de assumir compromisso a que chamamos restaurativo, ou seja, capaz de restaurá-la como um mediador qualificado no vergastado ecossistema noticioso, ancorando-se em mecanismos de *accountability* desse campo profissional em particular, da inquirição da pauta até a confrontação do texto final. Em última análise, promovemos aproximação entre a teoria e a prática da reportagem, inclusive quando sugerimos que, ao tratar direitos humanos nas pautas cotidianas, o jornalismo busque fundamento numa ética solidária (Karam, 2019), em vez da utilitária.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo Local. Direitos Humanos. Ética Solidária. *Accountability*. Compromisso Restaurativo.

ABSTRACT

In this thesis, we start from two premises to situate the investigative purpose. The first is that journalism, instead of fading in the face of hyper-exposure to all types of content, finds other ways of reaffirming itself as a qualified mediator through its methods and above all through the assumption of new responsibilities. The second is an unprecedented and creative emergence of actors who focus on issues beyond the control of constituted power, a movement that ends up inducing institutionalized journalism to focus on previously invisible issues, such as structural racism, intra-family violence, gender and sexuality, climate emergency, etc. In this context, we propose to bring journalism and human rights closer together (Lago, 2023; Moraes, 2019, 2022; Lago, Gonçalves and Kazan, 2019; Piovesan, 2009; Herrera Flores, 2009) by questioning the theoretical bases of that first, its foundation as a social practice and the need for this institution to incorporate a commitment to human rights not only from the point of view of the reading public (based on the right to be informed), but above all through respect for the people who populate its narratives of everyday life. It is this issue that we focus on to question institutionalized journalism produced based on local realities to address issues related to human rights (Ijuim, 2016, 2019), advocating for journalistic accountability in these coverages (Fengler, Eberwein and Karmasin, 2021; Paulino, Bastian and Gomes, 2021; More specifically, we investigated how local journalism in Amazonas approached two transnational migrations that took place from the northern portion of Brazil: that of Haitians, in 2012; and that of Venezuelans, in 2017. To this end, we used three methodological strategies, starting by extracting news from three portals (A Crítica, Amazônia and G1) and systematizing the database. We then applied Content Analysis (Bardin, 2016) to identify quantitative aspects in the set of 234 texts; and, later, understand the groups' approach to social rights (health, education, work, housing and assistance) by reading and making inferences about 178 news items. Next, with an adapted version of the Journalistic Coverage Analysis protocol (Silva and Maia, 2011; Santos and Miguel, 2020), we analyzed the objectively selected corpus of 14 news stories, highlighting the verification and composition marks, as well as the internal contexts and external to the subject matter. In general, the results indicated the occurrence of local coverage primarily focused on the public power agenda and the approaches chosen by state agents used as official sources, the practice of declaratory journalism, little or no diversity of points of view, treatment of subjects of each migratory movement as characters of narrative reinforcement, negative bias, reproduction of xenophobic discourses through the use of exclusionary or prejudiced terms and the failure to question these positions when adopted by the sources and the absence of research in secondary sources. On the other hand, there were propositional texts, which clarified prejudiced positions crystallized in society, added experiences of immigrants, denounced situations of indignity and brought interpretations from experts when dealing with anthropological aspects and cultural differences, the framing of xenophobia as a criminal type and the responsibilities of State to guarantee the dignity of migrants and refugees and traditional peoples. We argue that the journalistic institution will have to assume a commitment that we call restorative, that is, capable of restoring it as a qualified mediator in the battered news ecosystem, anchoring itself in accountability mechanisms of this professional field in particular, from the investigation of the agenda to the comparison of the final text. Ultimately, we promote rapprochement between the theory and practice of reporting, including when we suggest that, when dealing with human rights in everyday agendas, journalism seeks to base itself on a solidarity ethic (Karam, 2019), rather than a utilitarian one.

KEYWORDS: Local Journalism. Human Rights. Solidarity Ethics. Accountability. Restorative Commitment.

RESUMEN

En esta tesis partimos de dos premisas para situar el propósito investigativo. La primera es que el periodismo, en lugar de desvanecerse ante la hipereposición a todo tipo de contenidos, encuentra otras formas de reafirmarse como mediador cualificado a través de sus métodos y, sobre todo, a través de la asunción de nuevas responsabilidades. El segundo es un surgimiento creativo y sin precedentes de actores que se centran en cuestiones que escapan al control del poder constituido, un movimiento que termina induciendo al periodismo institucionalizado a centrarse en cuestiones antes invisibles, como el racismo estructural, la violencia intrafamiliar, el género y la sexualidad, emergencia climática, etc. En este contexto, proponemos acercar el periodismo y los derechos humanos (Lago, 2023; Moraes, 2019, 2022; Lago, Gonçalves y Kazan, 2019; Piovesan, 2009; Herrera Flores, 2009) cuestionando las bases teóricas de aquella primera, su fundamento como práctica social y la necesidad de que esta institución incorpore un compromiso con los derechos humanos no sólo desde el punto de vista del público lector (basado en el derecho a estar informado), sino sobre todo a través del respeto a las personas que pueblan sus narrativas de la vida cotidiana. Es en este tema en el que nos enfocamos para cuestionar el periodismo institucionalizado producido a partir de realidades locales para abordar temas relacionados con los derechos humanos (Ijuim, 2016, 2019), abogando por la rendición de cuentas periodísticas en estas coberturas (Fengler, Eberwein y Karmasin, 2021; Paulino, Bastián y Gomes, 2021; Más específicamente, investigamos cómo el periodismo local en Amazonas abordó dos migraciones transnacionales que tuvieron lugar desde el norte de Brasil: la de haitianos, en 2012; y la de venezolanos, en 2017. Para ello utilizamos tres estrategias metodológicas, comenzando por extraer noticias de tres portales (A Crítica, Amazônia y G1) y sistematizar la base de datos. Luego aplicamos el Análisis de Contenido (Bardin, 2016) para identificar aspectos cuantitativos en el conjunto de 234 textos; y, posteriormente, comprender el enfoque de los grupos sobre los derechos sociales (salud, educación, trabajo, vivienda y asistencia) mediante la lectura y la realización de inferencias sobre 178 noticias. A continuación, con una versión adaptada del protocolo de Análisis de Cobertura Periodística (Silva y Maia, 2011; Santos y Miguel, 2020), analizamos el corpus objetivamente seleccionado de 14 noticias, destacando las marcas de verificación y composición, así como los contextos internos y externo al tema en cuestión. En general, los resultados indicaron la ocurrencia de coberturas locales centradas principalmente en la agenda del poder público y los enfoques elegidos por los agentes estatales utilizados como fuentes oficiales, la práctica del periodismo declarativo, poca o nula diversidad de puntos de vista, tratamiento de temas de cada el movimiento migratorio como personajes de refuerzo narrativo, el sesgo negativo, la reproducción de discursos xenófobos mediante el uso de términos excluyentes o prejuiciosos y la falta de cuestionamiento de estas posiciones al ser adoptadas por las fuentes y la ausencia de investigaciones en fuentes secundarias. Por otro lado, hubo textos proposicionales, que aclararon posiciones prejuiciosas cristalizadas en la sociedad, agregaron experiencias de inmigrantes, denunciaron situaciones de indignidad y trajeron interpretaciones de expertos al abordar aspectos antropológicos y diferencias culturales, el encuadre de la xenofobia como un tipo criminal y las responsabilidades del Estado de garantizar la dignidad de los migrantes y refugiados y de los pueblos tradicionales. Sostenemos que la institución periodística deberá asumir un compromiso que llamamos reparador, es decir, capaz de restituirla como mediadora calificada en el maltrecho ecosistema informativo, anclándose en mecanismos de rendición de cuentas de este campo profesional en particular, a partir de la investigación de el orden del día hasta la comparación del texto final. En última instancia, promovemos un acercamiento entre la teoría y la práctica del periodismo, incluso cuando sugerimos que, al abordar los derechos humanos en las agendas cotidianas, el periodismo busca basarse en una ética solidaria (Karam, 2019), en lugar de una utilitaria.

PALABRAS CLAVE: Periodismo Local. Derechos Humanos. Ética Solidaria. *Accountability*. Compromiso Restaurativo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Áreas de incidência da <i>accountability</i> no contexto brasileiro.....	77
Figura 2 – Indicadores sobre venezuelanos no Brasil (até 5. ago. 2023)	113
Figura 3 – Página do Portal A Crítica (02 ago. 2010 e 02 ago. 2022)	123
Figura 4 – Página do Portal Amazônia (22 fev. 2010 e 04 ago. 2022)	124
Figura 5 – Página do Portal G1 (06 fev. 2010 e 19 ago. 2022)	125
Figura 6 – Interface gráfica do programa de extração de notícias em três portais	128
Figura 7 – Filtragem manual de notícias para inclusão ou exclusão da base amostral	129
Figura 8 – Pré-categorização temática das notícias selecionadas.....	131
Figura 9 – Análise Geral do <i>Corpus</i> [H12_Titulo-Subtítulo]	150
Figura 10 – Análise Geral do <i>Corpus</i> [V17_Titulo-Subtítulo]	150
Figura 11 – <i>Wordcloud</i> de 25 termos do <i>Corpus</i> [H12_Titulo-Subtítulo]	154
Figura 12 – <i>Wordcloud</i> de 25 termos do <i>Corpus</i> [V17_Titulo-Subtítulo]	154
Figura 13 – Co-ocorrência de termos do <i>Corpus</i> [H12_Titulo-Subtítulo]	155
Figura 14 – Co-ocorrência de termos do <i>Corpus</i> [V17_Titulo-Subtítulo]	156
Figura 15 – Ambiente do Atlas.ti 2024 – Análise para H12 [versão on-line].....	164
Figura 16 – Gerenciamento de Citações para V17-Saúde [Atlas.ti on-line]	165
Figura 17 – <i>Print</i> do primeiro <i>scroll</i> da Notícia 01 – H12	205
Figura 18 – <i>Print</i> do primeiro <i>scroll</i> da Notícia 02 – H12	209
Figura 19 – <i>Print</i> do primeiro <i>scroll</i> da Notícia 03 – H12	212
Figura 20 – <i>Print</i> do primeiro <i>scroll</i> da Notícia 04 – H12	214
Figura 21 – <i>Print</i> do primeiro <i>scroll</i> da Notícia 05 – H12	217
Figura 22 – <i>Print</i> do primeiro <i>scroll</i> da Notícia 06 – H12	221
Figura 23 – <i>Print</i> do primeiro <i>scroll</i> da Notícia 07 – H12	224
Figura 24 – <i>Print</i> do primeiro <i>scroll</i> da Notícia 08 – H12	227
Figura 25 – <i>Print</i> do primeiro <i>scroll</i> da Notícia 09 – V17	231
Figura 26 – <i>Print</i> do primeiro <i>scroll</i> da Notícia 10 – V17	234
Figura 27 – <i>Print</i> do primeiro <i>scroll</i> da Notícia 11 – V17	238
Figura 28 – <i>Print</i> do primeiro <i>scroll</i> da Notícia 12 – V17	242
Figura 29 – <i>Print</i> do primeiro <i>scroll</i> da Notícia 13 – V17	246
Figura 30 – <i>Print</i> do primeiro <i>scroll</i> da Notícia 14 – V17	249
Figura 31 – Modelo Ontológico: notícia orientada pelos direitos humanos	270
Figura 32 – Busca parametrizada na BDTD (haitianos)	298
Figura 33 – Busca parametrizada na BDTD (venezuelanos)	301
Figura 34 – Busca parametrizada na OATD (<i>journalism, human rights, accountability</i>)	304
Figura 35 – Imagem A (início do código) e Imagem B (fim do código).	371

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais ponderações de autores brasileiros sobre jornalismo (séc. XX).....	39
Quadro 2 – Método de averiguação da objetividade jornalística	44
Quadro 3 – Distinções entre a comunicação dos tempos velhos e a da nova era	62
Quadro 4 – Perspectivas de crítica da imprensa (década de 1980)	67
Quadro 5 – Tratados de direitos humanos internalizados no Brasil	86
Quadro 6 – Migrantes no mundo (2000 – 2010 – 2020)	102
Quadro 7 – Apresentação dos portais que atenderam aos critérios da pesquisa.....	122
Quadro 8 – Identificação de cada cibernotícia coletada pelo <i>webcrawler</i>	127
Quadro 9 – Composição da estrutura de cada cibernotícia coletada pelo <i>webcrawler</i>	128
Quadro 10 – Critérios de escolha recorte temporal na etapa qualitativa (AC).....	130
Quadro 11 – Recategorização de notícias com base nos direitos sociais (H2012/V2017).....	135
Quadro 12 – Adaptação do protocolo de Análise da Cobertura Jornalística (ACJ).....	141
Quadro 13 – Síntese da delimitação de corpus por etapa analítica (AC1, AC 2 e ACJ).....	143
Quadro 14 – Termos (direitos sociais) e os respectivos correlatos	157
Quadro 15 – <i>Corpus</i> para Análise de Conteúdo por Direito Social (2012 Haitianos)	158
Quadro 16 – <i>Corpus</i> para Análise de Conteúdo por Direito Social (2017 Venezuelanos) ..	161
Quadro 17 – Direito à Saúde na cobertura das migrações (assuntos e trechos)	166
Quadro 18 – Direito à Educação na cobertura das migrações (assuntos e trechos)	171
Quadro 19 – Direito ao Trabalho na cobertura das migrações (assuntos e trechos)	176
Quadro 20 – Direito à Moradia na cobertura das migrações (assuntos e trechos)	182
Quadro 21 – Direito à Assistência na cobertura das migrações (assuntos e trechos).....	188
Quadro 22 – Síntese de Assuntos – direitos sociais de imigrantes nas notícias.....	194
Quadro 23 – <i>Corpus</i> de notícias para análise com o protocolo da ACJ (adaptado).....	203
Quadro 24 – Orientação pela ética solidária e pela <i>accountability</i> jornalística.....	252
Quadro 25 – Modelo ontológico – Notícia orientada pelos direitos humanos	273
Quadro 26 – Busca Genérica em Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq (2022).....	291
Quadro 27 – Grupos de Pesquisa Certificados pelo CNPq (2022).....	292
Quadro 28 – Entidades e redes que atuam com imigrantes e/ou refugiados no Brasil.....	294
Quadro 29 – Documentos e ferramentas sobre migração/refúgio produzidos no Brasil.....	296
Quadro 30 – Levantamento na BDTD (migração haitiana no Brasil).....	298
Quadro 31 – Levantamento na BDTD (migração venezuelana no Brasil).....	301
Quadro 32 – Levantamento na OATD (jornalismo, direitos humanos e <i>accountability</i>).....	304

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – <i>Corpus</i> para análise geral (234 notícias)	145
Gráfico 2 – Distribuição de notícias por mês (Haitianos – 2012)	145
Gráfico 3 – Distribuição de notícias por mês (Venezuelanos – 2017)	146
Gráfico 4 – Distribuição de notícias por mês (comparativo 2012 vs. 2017)	146
Gráfico 5 – Distribuição de notícias por portal (2012 vs. 2017)	147
Gráfico 6 – Distribuição de notícias por autoria em cada portal (2012)	148
Gráfico 7 – Distribuição de notícias por autoria em cada portal (2017)	149
Gráfico 8 – Tendência do <i>Corpus</i> [H12_Titulo-Subtítulo]	151
Gráfico 9 – Tendência do <i>Corpus</i> [V17_Titulo-Subtítulo]	151
Gráfico 10 – Dez principais ocorrências do <i>Corpus</i> [H12_Titulo-Subtítulo]	153
Gráfico 11 – Onze principais ocorrências do <i>Corpus</i> [V17_Titulo-Subtítulo]	153

LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

Abraji	Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo
AC	Análise de Conteúdo
ACJ	Análise da Cobertura Jornalística
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AD	Análise de Discurso
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
AIDS	<i>Acquired Immunodeficiency Syndrome</i> (Síndrome da imunodef. adquirida)
ALC	América Latina e Caribe
AMIs	<i>Accountability Media Instruments</i> (Instrumentos de <i>Accountability</i> Midiática)
ANJ	Associação Nacional dos Jornalistas
ASNE	<i>American Society of Newspaper Editors</i> (Sociedade Americana de Editores)
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CADH	Convenção Americana de Direitos Humanos
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CNIg	Conselho Nacional de Imigração
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
Conare	Comitê Nacional para os Refugiados
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CRFB/CF	Constituição da República Federativa do Brasil
CRI	Centro de Referência ao Imigrante
CSS	<i>Cascading Style Sheets</i> (Folha de Estilo em Cascatas)
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
DSEI	Distrito Sanitário de Saúde Indígena
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EUA	Estados Unidos da América
Fabico	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
FEI	Fundação Estadual do Índio
Funai	Fundação Nacional do Índio
HIV	<i>Human immunodeficiency virus</i> (Vírus da imunodeficiência humana)

HTML	<i>Hypertext Markup Language</i> (Linguagem de Marcação de Hipertexto)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
Icomp	Instituto de Computação/Ufam
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDPs	<i>Internally Displaced People</i> (Deslocados Internos)
IST	Infecção Sexualmente Transmissível
LAI	Lei de Acesso à Informação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais +
M.A.S.	<i>Media Accountability Systems</i> (Sistemas de <i>Accountability</i> Midiática)
M.T.E.	Ministério do Trabalho e Emprego
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEC	Ministério da Educação
Minustah	Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti
MPF/AM	Ministério Público Federal no Amazonas
MPT	Ministério Público do Trabalho
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MSF	<i>Medicins sans Frontier</i> (Médicos sem Fronteiras)
NDLTD	<i>Networked Digital Library of Theses and Dissertations</i>
OBMigra	Observatório das Migrações Internacionais
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIM	Organização Internacional para as Migrações
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
PDVSA	<i>Petroleos da Venezuela</i> (Estatal)
PEB	Política Externa Brasileira
PGE-AM	Procuradoria Geral do Estado do Amazonas
PL	Projeto de Lei
PPGCOM	Programa de Pós-Graduação em Comunicação
Projor	Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo
Propesp	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação/Ufam
R4V	<i>Response for Venezuelans</i>
RBS	Rede Brasil Sul

RNA	Rede de Notícias da Amazônia
SEAS	Secretaria de Assistência Social
Sejusc	Secretaria Estadual de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos
Semed	Secretaria Municipal de Educação
Semmasdh	Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos
Semsa	Secretaria Municipal de Saúde
Semtrad	Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Desenvolvimento
Setrab	Secretaria de Estado do Trabalho
SGC	Sistema Gerenciador de Conteúdo
SGC	Sistema Gerenciador de Conteúdo
SRTE	Superintendência Regional do Trabalho
STF	Supremo Tribunal Federal
Subsempab	Subsecretaria Municipal de Feiras e Mercados
SUS	Sistema Único de Saúde
Susam	Secretaria de Estado de Saúde (Atual SES-AM)
TAE	Técnico-Administrativo em Educação
TXT	Extensão para arquivo de texto que não contém formação (negrito ou <i>itálico</i>)
UBS	Unidade Básica da Saúde
Ufam	Universidade Federal do Amazonas
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UnB	Universidade de Brasília
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unesp	Universidade Estadual Paulista
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
Unifor	Universidade de Fortaleza
Unisinos	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
WASH	<i>Water, Sanitation and Hygiene</i> (Água, Saneamento e Higiene)

SUMÁRIO

PRÓLOGO	17
INTRODUÇÃO	19
SEÇÃO I – APORTES TEÓRICOS	27
CAPÍTULO 1	27
COMUNICAÇÃO, JORNALISMO E <i>ACCOUNTABILITY</i>	27
1.1 A COMUNICAÇÃO COMO CAMPO DE PESQUISA: DE ONDE PARTIMOS.....	27
1.2 HISTÓRIA, TEORIAS E PRÁXIS DO JORNALISMO.....	32
1.2.1 Jornalismo e conhecimento ou “o que nos ensina a teoria?”.....	35
1.2.2 Objetividade ou “como superar um mito?”.....	41
1.2.3 Verdade jornalística ou “precisamos que acreditem em nós”.....	46
1.2.4 Jornalismo local e regional ou “ideias para vencer a síndrome do impostor”.....	49
1.3 DA DEONTOLOGIA À <i>ACCOUNTABILITY</i> JORNALÍSTICA.....	57
1.3.1 Ética e responsabilidade social do jornalismo.....	57
1.3.2 <i>Accountability</i> e jornalismo no mundo.....	65
1.3.3 <i>Accountability</i> jornalística no Brasil.....	71
CAPÍTULO 2	79
DIREITOS HUMANOS E MIGRAÇÃO TRANSNACIONAL NO BRASIL	79
2.1 ANTES, PRECISAMOS FALAR SOBRE DIREITOS HUMANOS.....	79
2.1.1 Conceito, características e finalidades dos direitos humanos.....	80
2.1.2 Direitos fundamentais na Constituição Brasileira de 1988.....	84
2.1.3 Abordagem crítica dos direitos humanos.....	90
2.1.4 Pautando direitos humanos no Brasil.....	95
2.2 MIGRAÇÃO TRANSNACIONAL: PANORAMA E ENFOQUES.....	99
2.2.1 Delimitação conceitual: migrantes, refugiados e outras terminologias.....	99
2.2.2 Panorama mundial e migrações transnacionais para o Brasil.....	102
2.2.3 Primeira rota: do Haiti para o Brasil.....	106
2.2.4 Segunda rota: da Venezuela para o Brasil.....	111
SEÇÃO II – MÉTODO, RESULTADOS E DISCUSSÃO	115
CAPÍTULO 3	115
DETALHAMENTO DO PERCURSO METODOLÓGICO	115
3.1 DELIMITAÇÃO DO <i>CORPUS</i> ANALÍTICO.....	118
3.1.1 Critérios para seleção dos portais de notícias.....	119
3.1.2 Apresentação dos portais de notícias selecionados.....	122
3.2 PRIMEIRA ETAPA: EXTRAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO DE NOTÍCIAS.....	126
3.2.1 Definição de parâmetros e extração automatizada de dados.....	127
3.2.2 Delimitação temporal e temática do <i>corpus</i> : por que H2012 e V2017?.....	130
3.2.3 Definição de parâmetros para análise automatizada: <i>Voyant Tools</i>	131
3.3 SEGUNDA ETAPA: ANÁLISE DE CONTEÚDO AUTOMATIZADA.....	132
3.3.1 Análise de Conteúdo: garimpar as notícias para produzir inferências.....	132
3.3.2 Reclassificação do <i>corpus</i> : direitos sociais como categorias temáticas.....	134
3.4 TERCEIRA ETAPA: ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA (ACJ).....	136
3.4.1 Dois critérios e um novo recorte: notícias assinadas e amplitude textual.....	136
3.4.2 Adaptação da ACJ para a análise de cibernotícias.....	138
CAPÍTULO 4	144
APLICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS E RESULTADOS	144
4.1 ANÁLISE GERAL: PANORAMA E INTERPRETAÇÕES INDICIAIS.....	144

4.1.1	Observação geral do <i>corpus</i> : 234 textos em três portais de notícias.....	144
4.1.2	Aplicação da ferramenta <i>Voyant Tools</i> aos títulos e subtítulos	150
4.2	DIREITOS SOCIAIS NA COBERTURA DA MIGRAÇÃO TRANSNACIONAL	157
4.2.1	Direitos sociais de migrantes transnacionais: segunda delimitação do <i>corpus</i>	157
4.2.2	Cobertura das migrações transnacionais na perspectiva dos direitos sociais	164
4.3	ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA (ACJ) DE NOTÍCIAS EM PORTAIS	201
4.3.1	ACJ como aprofundamento: terceira delimitação do <i>corpus</i>	202
4.3.2	Marcas do fazer jornalístico: implementação do protocolo adaptado.....	203
4.3.3	Considerações sobre os resultados: o que a ACJ nos permite enxergar.....	251
	CAPÍTULO 5	254
	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E APRESENTAÇÃO DA TESE	254
5.1	DISCUTIR À LUZ DA TEORIA PARA ORIENTAR A PRÁTICA	254
5.1.1	Pauta de interesse local, questão de interesse global	255
5.1.2	O jornalista tensiona debates: de mediador neutro a mediador comprometido.....	258
5.1.3	Notícia como revelação: sobre os direitos dos outros e as nossas responsabilidades	260
5.2	JORNALISMO ATENTO AOS DIREITOS HUMANOS	263
5.2.1	Jornalismo como “bem público” <i>versus</i> “o jornal que não queremos ler”.....	264
5.2.2	Perspectivas e estratégias ou “um jornalismo que podemos fazer”	266
5.2.3	Da vinculação deontológica ao compromisso restaurativo.....	269
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	275
	REFERÊNCIAS	279
	APÊNDICES	279
	APÊNDICE A: LEVANTAMENTO DOCUMENTAL	291
	A1: Grupos de Pesquisa acadêmicos, entidades/redes e legislação/documentos	291
	A2: Entidades e redes que atuam com migrantes e refugiados no Brasil.....	294
	A3: Legislação, normas administrativas e documentos produzidos no Brasil	295
	APÊNDICE B: PARAMETRIZAÇÃO PARA O ESTADO DA ARTE	297
	B1: Busca parametrizada: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	298
	B2: Busca parametrizada: <i>Open Access Theses and Dissertations</i> (OATD)	303
	APÊNDICE C: TRABALHOS PRÉ-SELECIONADOS (ESTADO DA ARTE)	306
	C1: Migração haitiana no Brasil (47 achados 29 pré-selecionados).....	306
	C2: Migração venezuelana no Brasil (23 achados 18 pré-selecionados).....	311
	C3: <i>Journalism, Human Rights and Accountability</i> (82 achados 40 pré-selecionados).....	314
	APÊNDICE D: PRÉ-CATEGORIZAÇÃO – 2012 (HAITI) E 2017 (VENEZUELA)	318
	D1: Migração Haitiana (2012).....	318
	D2: Migração Venezuelana (2017).....	332
	APÊNDICE E: PROCEDIMENTO DE SELEÇÃO – DIREITOS SOCIAIS	342
	E1: Migração Haitiana (2012).....	342
	E2: Migração Venezuelana (2017).....	356
	APÊNDICE F: DELIMITAÇÃO DO <i>CORPUS</i> PARA APLICAÇÃO DA ACJ	366
	F1: Migração Haitiana (2012)	366
	F2: Migração Venezuelana (2017)	369
	ANEXO A: CÓDIGO PARA RESGATE DE NOTÍCIAS (LING. PROG. <i>PYTHON</i>)	371
	ANEXO B: 110 <i>MEDIA ACCOUNTABILITY SYSTEMS</i>	372

PRÓLOGO

“*Eu me sinto um estrangeiro, passageiro de algum trem, que não passa por aqui, que não passa de ilusão*” é o trecho icônico de *Revolta dos Dândis*, da banda gaúcha *Engenheiros do Hawaii*, nascida em 1985. A passagem diz sobre como nos sentimos no mundo, sempre ao mesmo tempo familiar e estranho. No tensionamento de proximidade e estranheza, representado pelas fronteiras entre pessoas, sociedades, línguas e culturas, que nasceu em mim a vontade de saber mais, de conhecer pessoas e atravessar os limites para encontrá-las. Mais de dois anos do início do doutorado, já tendo passado pela pandemia de covid-19 e a suspensão das atividades presenciais nas universidades, somente em 03 de agosto de 2022 eu pude viajar a Porto Alegre, motivo por que exponho algumas impressões poéticas daquela estada nas paragens ao Sul:

Todas as estradas e vielas, de águas e de terras

Todos os caminhos, cruzamentos, paralelas

Tudo que conheço e o que não sei se existe

Meus dias alegres e minhas tardes tristes

É exato o que me trouxe aqui.

E se tudo foi sentido,

Ouso dizer: nem tudo faz sentido.

Garanto que posso sentir novamente

O banheiro que o fluxo da vida

Atira forte pra arrastar a gente

Sempre pra onde precisamos ir.

A natureza nunca mente.

E é todo dia um déjà-vu diferente:

Eu leio, escuto, escrevo, saio, chego, me atiro na cama

Atravesso a teoria; ela me alcança meio sem querer

Eis que um insight extravasa da mente

SUB-IN-CONSCIENTE

Como eu gosto de pensar que o jornalismo ajuda a fazer a vida da gente

Daqui, dali, no lead, na lida, na luta diária

Como é bom acreditar em seu poder

CONDICIONADO, AMARRADO, PSEUDO-LIBERTADO

Que nos encerra dia a dia, dia após dia

Como me refaz o dia comum, de ver TV na sala

De ler notícias na internet, de papear amenidades

De lembrar que estou no mundo, e ele em mim

De fitar vazia a minha mala... e, de repente, ver saudades

*E tá tudo bem: dia bom, dia ruim. **PROSSIGO***

Sempre mais, para ver, ouvir, falar, viver, ser, não ser, quiçá.

Se todas as escolhas que fiz na vida

Me trouxeram a este exato instante

Certezas e dúvidas edificam o caminho que agora percorro

E corro. E ando devagar, meio sem querer chegar.

Conexão Manaus-Porto Alegre

QUENTE – FRIO – CHUVA – GELO – VAZIO – FLORES – MEDO

Junto tudo e faço a estrada

*Colorida, só de ida. **PROSSIGO***

Ansiosa por descobrir ciência

Logo ali no jornalismo

Capaz de conhecer a Arte e o Céu da Cidade Baixa

E compartilhar a noite Alegre na outrora Porto dos Casais (1772)

Sem nunca jamais esquecer minha linda Manaus

Sigo vivendo a ambiguidade de lá e de cá, do atual e do virtual

ONLINE-PRESENCIAL. NADA MAU

E só peço a Deus que as flores primaveris da capital

Precipitem-se em mil cores e cheiros

Nesta estrada que agora se forja

Porque, depois de hoje,

Ainda me falta conhecer de Gramado (1954) a São Borja (1682).

INTRODUÇÃO

“[...] a instituição jornalística é um fenômeno cuja complexificação em sua estrutura, concepções, práticas e produtos tem sido acompanhada por um movimento paralelo de formulação de modelos mais sistemáticos e particulares para sua compreensão e descrição”
(Franciscato, 2005, p. 164).

Esta tese tem o escopo de compreender o jornalismo a partir de sua interface com os direitos humanos, com especial enfoque na abordagem de fenômenos migratórios no contexto da região amazônica. Ao apreciar a cobertura jornalística dos anos 2010 desde a perspectiva local, esta análise compreende os anos de 2012 e 2017, quando houve atualizações normativas atinentes ao tema da migração transnacional, notadamente a Resolução Normativa do CNIg n. 97, de 10 de janeiro de 2012, e a atual Lei de Migrações, Lei n. 13.445, em vigor desde maio de 2017. A edificação do objeto iniciou há mais de década, momento em que acompanhamos, na imprensa local e nos círculos informais, vívidos debates acerca da chegada de imigrantes haitianos à cidade de Manaus, sobretudo após o sismo em Porto Príncipe, capital haitiana, em janeiro de 2010. Opiniões divididas e cobertura superficial, observamos à época, conduziam à estigmatização dos grupos que buscavam no Brasil acolhimento e oportunidades de trabalho. Discussões seminais deram forma a um estudo sobre a fixação de haitianos em Manaus, onde enxergamos a imprensa como contexto numa apreciação jurídica da temática (Souza, 2017).

Passados cerca de cinco anos, pudemos perceber outro significativo fluxo migratório para a capital amazonense, de onde tínhamos a vista privilegiada tanto do cotidiano da cidade quanto dos portais e das mídias digitais. Famílias venezuelanas, em grande parte indígenas da etnia *Warao*, chegavam a Manaus desde Boa Vista (Roraima), onde o Brasil faz fronteira de exatos 2.199 quilômetros com a Venezuela. No campo empírico, inferimos que a ocorrência desse outro fluxo poderia revelar novas estratégias de atuação tanto dos governos quanto da cobertura jornalística local. Assim, supusemos que a instituição jornalística, desta vez, estaria mais preparada para pautar a migração transnacional, reconhecendo as demandas dos grupos a fim de promover abordagens mais responsáveis e atentas aos direitos de sujeitos em condição vulnerável. Em síntese, fomos mobilizados a questionar novamente sobre uma efetiva atuação do jornalismo como um mediador comprometido com os direitos humanos.

A curiosidade de compreender tais acontecimentos, que depois se tornaram midiáticos, buscamos satisfazer pela leitura de jornais impressos e notícias de portais que nos alcançavam com frequência. Ali percebemos importantes distinções. A primeira quanto aos antecedentes

(causalidades) de ambos os fenômenos, sobretudo em relação às características gerais (perfil dos migrantes, visões de mundo, objetivos e expectativas no Brasil). Notamos diferenças na atuação de órgãos estatais, sociedade civil e instituições religiosas, bem como entre as normas aplicadas e a designação jurídica em cada ciclo migratório, a exemplo da acolhida dos sujeitos na qualidade de imigrante (genérico) ou refugiado (específico). O jornalismo, como é de praxe, noticiou tais desdobramentos. Na medida que lhe coube, auxiliou na constituição dos aspectos citados, colaborando para dimensionar os modos como a sociedade local, regional e nacional vinha compreendendo, mobilizando opiniões e reagindo acerca de ambos os fenômenos.

Partimos de recorte temporal amplo, anos 2012 e 2017, para uma análise sistemática de notícias publicadas em três portais com distintas propostas de abrangência, de modo a revelar os elementos e conteúdo presentes nos textos jornalísticos daquela época para, então, analisar criticamente e compreender se “e” como o jornalismo abordou questões de direitos humanos. A descrição dos portais como universo (“*A Crítica*”, “*Amazônia*” e “*GI*”) detalha os critérios de seleção adotados. Ao focalizar semelhanças e distinções em notícias dos referidos portais, constatamos que, por mais que as perspectivas, os interesses comerciais e os públicos sejam diferentes, em todos eles haveria possibilidade de se entregar notícias orientadas pelos direitos humanos e decorrentes da adoção de mecanismos de *accountability* jornalística na rotina da reportagem, desde a inquirição da pauta até a autoavaliação crítica e o texto final. Considerado desse prisma, o ecossistema noticioso é indispensável às democracias e à edificação de direitos, sobretudo dos titulares em condição de vulnerabilidade, aglutinando visões plurais a fim de superar estereótipos que também os jornais têm ajudado a consolidar por tanto tempo.

Esta noção de autocrítica adotada pela pesquisa acadêmica nos ajuda a identificar os eventuais problemas em cada área, avançando para pensar em propostas de melhoria. cremos que a abordagem reflexiva auxilia o enfoque de novas perspectivas tanto para o campo quanto para profissionais e estudiosos do jornalismo. De início, empreendemos um debate acerca de temas cujo acionamento julgamos indispensável para discutir aspectos teóricos, empíricos e metodológicos formulados. A ele relacionamos o objeto empírico da migração transnacional, relativa aos dois grupos indicados. Desde uma ampla coleção de notícias, fizemos a delimitação analítica para os anos 2012 e 2017, quando houve novidades legislativas, um plano contextual para o debate sobre direitos humanos de migrantes e refugiados, respectivamente os nacionais haitianos e os indígenas venezuelanos. Especificamente sobre a elaboração noticiosa acerca desses grupos, subsiste a responsabilidade dessa instituição no fomento de recorrentes ângulos socioculturais, políticos e econômicos, materializando-se sob diversas formas: seja ao reforçar os relatos de vitimização, a inépcia comunicativa e a incapacidade laboral, aderentes às visões

preconceituosas; ou, ao contrário, compondo narrativas ancoradas em fontes independentes ou com declarado interesse na promoção dos direitos humanos, subsidiadas em relatos, vivências e experiências dos próprios sujeitos de direitos ali retratados, além da inclusão de implicações geopolíticas dos fatos reportados, das demandas por políticas públicas¹ específicas e da ênfase em competências individuais e coletivas, atitude que vai ao encontro do jornalismo conectado com os debates atualizados sobre os direitos humanos na América Latina e no Caribe.

Dentre os autores que tratam dessa interlocução, destacam-se, no Brasil: Ijuim (2009), ao questionar o modo de tratamento jornalístico de fatos emergentes com desdobramentos nos direitos humanos; e Paiva (2018), sobretudo quanto destaca formatos de jornalismo contra-hegemônico. Outros são acessados em nosso percurso investigativo, propiciando o diálogo de múltiplos aspectos do jornalismo, dentro da técnica e estética que lhe são próprias. Quanto ao jornalismo local e regional, destacamos Camargo (2009), ao reconhecer a responsabilidade da mídia pelos constructos acerca da região e alguns fenômenos eleitos “noticiáveis”; e Loureiro (2011), que avalia discursividades evocadas pela marca amazônica na lógica do “espetacular”. Mais atuais, Santos e Zuculoto (2016) apontam regras de enunciação e formações discursivas (perspectiva *foucaultiana*) como recursos empregados para legitimar determinadas visões de mundo em detrimento de outras. Para eles, é imperioso problematizar o jornalismo produzido na Amazônia pela noticiabilidade e ainda conforme uma ótica institucionalizada. No enfoque jornalístico, notamos o processo de apropriação da pauta sobre as migrações transnacionais de haitianos e venezuelanos, especialmente pela ótica de Cogo e Badet (2013), de Joseph (2015), e de outros autores que são oportunamente mobilizados ao longo desta tese.

Recorremos a Lopes (2016, p. 188) para concordar que este exercício inicial se baseia sobretudo numa “autonomia relativa”: “[...] toda pesquisa é uma construção do investigador, ao mesmo tempo em que determina a prática do investigador. *Liberdade e determinismo* – é a eterna batalha que se manifesta ao longo de todo processo de pesquisa”. Vimo-nos, portanto, atraídos a procurar uma compreensão ampliada sobre a cobertura jornalística local desses dois fenômenos sociais autóctones, demandantes de uma atuação profissional refletida, propositiva e responsável. O desafio não consiste exatamente em observar notícias e lançar críticas teórica e eticamente avalizadas, mas sim em propor formas de garantir a qualificação tripla a que nos referimos, sem ignorar as limitações de ordem institucional, política, econômica e tecnológica

¹ Em termos didáticos, política pública será “toda ação tomada por um governo para intervir numa realidade social” (Tronco, 2018, p. 12). Todavia, a concepção a que aderimos se amplia para incluir as ações públicas não-governamentais ao conceito clássico, isto é, a atuação da sociedade civil organizada.

inerentes ao jornalismo que se tem praticado em âmbito local. Em certa medida, procuramos o intermédio entre a autonomia do repórter e as pressões institucionais que sobre ele recaem.

No jornalismo, soa irresistível operar certa ‘mutilação’ do acontecimento narrado. Mas noticiar vai muito além da mera replicação dos textos de agências de notícias e da propagação de pontos de vista (*doxas*); não se trata, para dizer do fenômeno empírico da tese, do relato de factuais isolados, como se assim o fossem. Entrementes, o jornalismo tem a oportunidade de justificar a sua atuação como fomentador de uma sociedade mais justa e solidária, agindo para informar, aprofundar, esclarecer e contextualizar com mais substância por meio de processos narrativos comprometidos com o valor da dignidade humana, restabelecendo-se nesse serviço.

Declaramos o problema nesta *questão*: **A observância de uma perspectiva específica de *accountability* pelo jornalismo de referência local é compatível com a elaboração de um conhecimento refletido, propositivo, responsável e orientado pelos direitos humanos a respeito de fenômenos sociais autóctones?** Colocada a questão central, o contato com teoria e com a empiria faz emergirem interrogações que alicerçam a investigação em três pontos: a formação da hipótese de trabalho, a aposta metodológica e o esforço de contribuir para o debate contemporâneo do jornalismo. Eis o primeiro deles: Considerando a existência de pressões específicas dirigidas ao jornalismo local, a *accountability* jornalística serviria de *salvaguarda* à cobertura de fenômenos autóctones com orientação pelos direitos humanos? Dessa pergunta deriva nossa hipótese, pois acreditamos que, tornando-a assertiva, a resposta é sim. A atuação sob a observância de princípios e mecanismos de uma *accountability* específica, defendemos, poderia promover uma proteção dúplice aos jornalistas – primeiro em relação à indefensável cobertura desumanizadora que se baseia, sobretudo, em valores ultrapassados (Moraes, 2022); segundo, quanto a uma série de pressões externas que incidem sobre seu exercício cotidiano.

A segunda indagação é a seguinte: A partir da análise do produto noticioso em portais de notícias pertencentes a organizações jornalísticas de referência local, é possível identificar as limitações da cobertura factual de fenômenos sociais autóctones que envolvem os direitos humanos? A questão pretende pôr à prova a adequação da metodologia que nos propusemos a implementar, isto é, uma adaptação da Análise da Cobertura Jornalística (ACJ), precisamente na terceira etapa do percurso. Ainda no corte metodológico, questionamos o fenômeno social eleito, a partir do qual realizamos a aproximação empírica do material. Vejamos: O jornalismo observou os mecanismos de *accountability* específica nas coberturas que envolveram direitos humanos nas notícias sobre a migração de haitianos e de venezuelanos pela região Norte do Brasil, nos anos 2012 e 2017? Ambas as perguntas encontram suas respostas no Capítulo 4.

Finalmente, experimentamos uma tentativa de contribuir com o debate pela síntese das ideias fomentadas, pelo contato com as teorias, pela interpretação de resultados da pesquisa e pela proposta de se pensar por uma chave que concilie as diretrizes éticas (responsabilidade e adoção da ética solidária) e técnicas (observância de orientações *internas/externas* para atuar em linha com os direitos humanos). A contribuição deriva como ideia resolutive propedêutica: sustentamos a aplicação de mecanismos de *accountability* jornalística voltados à cobertura de fenômenos sociais autóctones na perspectiva dos direitos humanos como eficaz para balizar a prática jornalística geocontextualizada, considerando-se o ecossistema local.

Ainda que a visada seja desde o objeto recortado, o conhecimento produzido seria útil para fundamentar a cobertura de outros assuntos envolvidos por um atualizado debate no campo dos direitos humanos. Nesse cenário, quais as demandas e responsabilidades dos portais de notícias de aderência local ligados à mídia tradicional? Aqui, reforçamos nossa opção por não adotar o termo ‘abrangência geográfica’ por estudarmos portais, virtualmente acessíveis de qualquer lugar. Todavia, assumimos que tal aderência se relaciona com a opção de cada portal por abordar temas mais centrados em questões de uma cidade, um estado ou região geográfica ou politicamente constituída. No enfoque das pautas complexas, que características demarcam a notícia cotidiana, nos **aspectos intrínseco e extrínseco**, a fim de distingui-la dos factuais?

Partilhamos a ideia de que é exatamente a notícia do dia a dia, publicada ali na *home* e circulante na mídia social, que alcança mais pessoas, razão por que a tomamos como “objeto-elemento” desta tese. Em última análise, o intuito é compreender ‘se’ e ‘como’ o jornalismo cotidiano aborda determinadas questões, inclusive porque essas notícias que alcançam a maior parte do público; e não as reportagens aprofundadas e geralmente blindadas por *paywal*, as séries especiais em revistas digitais para assinantes ou os livros-reportagens. O trabalho que o repórter elabora no turno diário é que alcança o leitor com mais constância e profundidade, porque fornece a cada dia um pouco de um fio dialógico e panorâmico elaborado por meio de fatos jamais isolados, mas sempre reposicionados pelo tratamento editorial dispensado. Eis a força da *micronarrativa* (Sodré, 2009) que incute no leitor a versão ampliativa do fenômeno. A partir da base empírica, problematizamos a cobertura cotidiana das pautas que demandam a visada jornalística pela ótica dos direitos humanos. Em particular, esta análise recai sobre um rol de notícias respeitantes aos retrocitados movimentos migratórios transnacionais.

Rigor crítico ao definir as abordagens, capacidade de aplicar instrumentos de pesquisa à disposição, pluralidade e diversidade das fontes acionadas, adequado tratamento dos dados e aplicação equilibrada de recursos e conhecimentos disponíveis podem engendrar notícias com a capacidade de gerar debates necessários e caros ao jornalismo de hoje. Imperioso questionar

as versões que antes seriam naturalizadas, abordar com responsabilidade os temas que outrora receberiam tratamento reducionista – decorrentes do encadeamento de causalidades sem lastro e da exposição de efeitos no curto prazo – ou estariam relegados à invisibilidade midiática.

Não é novidade que a maneira como o jornalismo pauta os acontecimentos do mundo influencia (óbvio, não de modo determinista) os modos como a própria sociedade mobilizará tais questões. Evidentemente, não é o único meio, mas resiste como uma fonte de informação capaz de pautar os debates sociais inadiáveis, dada a expertise e certa credibilidade atribuídas ainda hoje à atividade. Nesse palco, o jornalismo “desinteressado” aprofundaria preconceitos e repisaria os clássicos lugares-comuns sobre temas como os que envolvem altruísmo, direitos humanos, sociobiodiversidade, meio ambiente, protagonismo de atores regionais etc.

Portanto, debruçar-se cientificamente sobre o item é um modo de avaliar as estratégias de atuação jornalística, partindo da perspectiva local, e debater a qualificação desse exercício profissional na abordagem de relevantes temas contemporâneos. Em última análise, ao propor a autorreflexão do jornalismo pela interface com a *accountability*, compreendemos mudanças de posição no nível decisório, sejam elas estatais ou governamentais, atualizações legislativas, mobilizações proativas de entidades privadas e confessionais etc. Assumimos que, para além de se pautar no *lobby* dos grupos de pressão e circular releases, o jornalismo dispõe dos meios necessários para fazer das notícias cotidianas indutoras de mudanças sociais compatíveis com o *ethos* de agente certificador das pretensões democráticas em sentido lato.

O objetivo geral desta tese é, portanto, “Compreender a cobertura jornalística acerca da migração de haitianos e de venezuelanos sob a perspectiva de uma *accountability* específica e orientada pelos direitos humanos”. Nossos objetivos específicos são estes: a) Analisar aspectos quantitativos sobre o conjunto de notícias sobre as migrações de haitianos e venezuelanos em 2012 e 2017, respectivamente; b) Analisar o conteúdo das notícias sobre as migrações de haitianos e venezuelanos, nos anos 2012 e 2017, respectivamente, conforme abordem direitos sociais a saúde, educação, trabalho, moradia e assistência; c) Analisar a cobertura jornalística na perspectiva dos direitos humanos e da *accountability* jornalística voltada à notícia em portais (A Crítica, Amazônia e G1); e d) Propor a qualificação do jornalismo local pelo compromisso assumido nas dimensões individual e relacional ao realizar a cobertura de temas autóctones que toquem os direitos humanos, subsidiando-se na ética solidária e na *accountability* jornalística.

As leituras pavimentaram o percurso teórico-metodológico elaborado para enxergar a cobertura por abordagens específicas, novos olhares sobre a teoria, adaptações e proposições. Nosso roteiro inclui o uso de técnicas de webometria para extrair dados e análise quantitativa indicial numa coleção de publicações dos anos 2012 e 2017, seguida do aprofundamento por

meio da Análise de Conteúdo (AC) e, por fim, de uma apropriação ampliativa da Análise da Cobertura Jornalística (ACJ) – protocolo criado para o estudo do jornalismo impresso (Silva e Maia, 2011) com o propósito de compreender aspectos estruturais e contextuais das notícias.

Esta tese se divide em duas seções e cinco capítulos. A primeira seção é composta por dois capítulos teóricos, sendo jornalismo e *accountability* abordados no primeiro; enquanto o segundo é dedicado à reflexão dos direitos humanos e à apresentação dos dois fenômenos de migração transnacional eleitos como recorte empírico. Já a segunda seção está decomposta em três capítulos, sendo o primeiro deles dedicado a apresentar o objeto e a detalhar nossa estratégia metodológica; o seguinte, à aplicação do planejamento metodológico e exposição de achados; e o último focado em discutir os resultados à luz da teoria mobilizada. Ainda no capítulo final, defendemos que o jornalismo local, fundamentado numa ética solidária, pode ser praticado de modo refletido, propositivo e responsável, sendo orientado pelos direitos humanos.

Em detalhe, a Seção 1 abrange o quadro teórico e apresenta os conceitos fundantes, os quais julgamos pertinentes e necessários para a justificação teórica desta tese. O jornalismo é problematizado desde a instância epistemológica, passando-se a debatê-lo como ciência social aplicada e prática institucionalizada sob circunstâncias peculiares. Discutimos a superação de uns e a ratificação de outros pressupostos modernos, bem como os conceitos de objetividade e verdade, a atual crise de credibilidade, o tratamento jornalístico da informação e seus desafios para se manter relevante diante da atual superexposição às notícias e à desinformação. Nessa segunda parte, tratamos das responsabilidades do jornalismo, que interpreta acontecimentos, empacotando-os cotidianamente em forma de notícia. Partimos da ética, passando pelo conceito de *accountability* midiática para endossarmos a defesa de uma *accountability* específica como solução viável e suficiente para qualificar o jornalismo geocontextualizado, notadamente quanto ao tratamento de temas que toquem os direitos humanos de sujeitos em condição vulnerável.

Completamos tal apropriação teórica do jornalismo ao debater a cobertura de questões afeitas a direitos humanos e, dado nosso recorte empírico, da migração transnacional. Assim, o Capítulo 2 dedica-se a contextualizar dois fenômenos migratórios tidos como acontecimentos jornalísticos (assuntos pautados no *corpus*): a chegada de haitianos e de venezuelanos ao Brasil pelos estados da região Norte, nos anos 2012, quanto ao primeiro grupo, e 2017, no segundo caso. Entendemos ser indispensável a formação de consistente debate teórico para resgatar os aspectos historiográficos, geográficos, políticos, econômicos e de relações internacionais com os países de origem dos grupos de imigrantes focalizados em nosso recorte.

Os procedimentos metodológicos que julgamos adequados para alcançar os objetivos propostos são explicitados no Capítulo 3. Em linhas gerais, dedicamo-nos a expor, primeiro, o

universo da pesquisa, os requisitos de eleição dos portais e a descrição de critérios de extração de notícias. Em síntese, as escolhas metodológicas gerais. O primeiro passo é o detalhamento dos critérios de seleção dos portais de onde extraímos as notícias. Desse modo, trabalhamos a partir das informações do sistema midiático brasileiro, regional e local, escolhas baseadas nos critérios seguintes: temporalidade (lançado pelo menos em 2012), disponibilidade (conteúdo acessível gratuitamente), vínculo institucional (possuir vínculo com empresa, grupo ou rede de comunicação) e abrangência temática geocontextualizada (ser local, regional ou nacional). A seguir, justificamos as estratégias eleitas após realizar extração, filtragem, organização, arquivo e análise de grande volume de dados, explicando, por fim, a adaptação do protocolo da ACJ.

Quanto ao Capítulo 4, dadas as limitações do processo investigativo e nossa escolha por aprofundamento qualitativo, as mais de 3.600 notícias extraídas com a ajuda do *webcrawler* foram submetidas a sucessivos procedimentos de delimitação até alcançarmos cada *corpus* de análise. A primeira etapa, indicial e com uso dos *softwares MS Excel e Voyant Tools*, revela a visão geral sobre os dados, trazendo, por exemplo, a quantidade de notícias por tema e portal e o número de textos assinados. Já a segunda consiste na aplicação de técnicas próprias de Análise de Conteúdo (AC). Pelo emprego do *software* comercial *Atlas.ti*, é viável produzir inferências correlatas aos trechos de notícias previamente classificados a partir de direitos sociais (saúde, educação, trabalho, moradia e assistência). Por fim, a aplicação do protocolo adaptado da ACJ permite aprofundar em aspectos de cada notícia, desde um conjunto reduzido a 14 textos, o que oportuniza debates críticos e propositivos a respeito dos processos de apuração, elaboração e contextualização. Essa etapa considera, por exemplo, a interveniência das fontes, a exploração de dados, a aplicação de métodos, a reflexão ética e o uso das técnicas narrativas na notícia.

No Capítulo 5, realizamos um expediente dúplice. Primeiro, discutimos os resultados da análise à luz das teorias acionadas, buscando estabelecer *insights* e indicar associações que cremos eficazes para tornar o jornalismo local um ator qualificado mediante a apropriação de mecanismos de *accountability* específica, de possível incorporação na rotina da reportagem, de modo a produzir textos orientados pelos direitos humanos. Diante disso, defendemos que, assim como o jornalismo institucionalizado sustenta compromisso com a audiência enquanto procura manter o *ethos* no ecossistema brasileiro onde operam múltiplas pressões, ele deve permanecer vigilante também quanto aos direitos humanos dos sujeitos sobre os quais narra.

SEÇÃO I – APORTES TEÓRICOS

CAPÍTULO 1

COMUNICAÇÃO, JORNALISMO E *ACCOUNTABILITY*

“[...] o jornalismo é uma profissão de enorme responsabilidade social, exigente, difícil e, em última análise, perigosa, em que os jornalistas enfrentam decisões difíceis sob intensas pressões” (Traquina, 2012, p. 30).

Como quase tudo na história da Humanidade, é razoável agirmos de forma reativa ao menor sinal de mudança, acostumados que somos a crer que as coisas do mundo, forjadas em materialidades convincentes, estariam mesmo cristalizadas em ontologias, epistemologias e teleologias suficientes e satisfatórias. Na ciência – e na vida – é preciso se desafiar; indo além, é aconselhável objetar os próprios cânones sobre os quais o conhecimento científico foi erigido ao longo dos séculos. Neste primeiro capítulo da seção teórica de nossa tese, empreendemos o esforço de confrontar algumas visões sobre comunicação e jornalismo, embora reconheçamos os nossos limites de filiação epistêmica e tomemos partido desde certos preceitos norteadores.

1.1 A COMUNICAÇÃO COMO CAMPO DE PESQUISA: DE ONDE PARTIMOS

A comunicação – precisamente o conhecimento comunicacional – é reconhecidamente um campo científico interdisciplinar. Braga (2011), revisitando texto seu de 2001, estabeleceu diálogo com o “eu” de década para avançar na reflexão de alguns pontos. Quando ele fala da interdisciplinaridade, aponta para três distintos conceitos: o primeiro caracteriza um campo de estudo atravessado por “dados, conhecimentos, problemas e abordagens concebidos em outras disciplinas e/ou tecnologias”, por exemplo, não haveria física sem antes existir a matemática, ponto de vista, portanto, que assumiria praticamente todas as ciências como interdisciplinares; o segundo diz respeito à ocorrência do “espaço nítido de interface”, resultando uma disciplina que tem por base duas outras já estabelecidas, por exemplo, Bioquímica, Psicopedagogia etc.; e por fim, um terceiro sentido advém da metáfora de Wilbur Schramm, dando conta de que a comunicação é a “encruzilhada pela qual muitos passam e poucos permanecem”. Para Braga (2011, p. 63-64), a comunicação fornece “um ângulo especial para olhar a sociedade”, sendo precisamente nisso que se diferencia das demais disciplinas de conhecimento social.

Assim, ao nos colocarmos como pesquisadores do campo, a atitude primeira é indagar sobre “*o que há de comunicacional na interface que investigo?*”, fazendo-o sob a motivação de construir o conhecimento comunicacional, que será distinto daquele produzido a partir dos olhares de outras ciências humanas e sociais. Ao falarmos dos modos de ver algo, a pergunta seguinte trata da definição do objeto visado/observado pelo comunicólogo; em outros termos: “*qual o objeto da comunicação?*”. Para respondê-la, Braga (2011, pp. 65-66) antes descarta que ele seja a “conversa” ou a “conversa”, pois estimularia “uma perspectiva determinada por um modelo dialógico-simétrico-alternado-recíproco de comunicação – modelo que não se justificaria em instâncias mais complexas e diversificadas”. Para ele, as expressões “interação social”, “interação comunicacional” ou simplesmente “interação” é que dariam conta de tratar dos processos simbólicos e práticos abarcados pela comunicação, seja duma visada solidária, conflitiva, por coordenação de esforços, por competição ou por dominação. Em síntese, esse teórico formula um objeto que dê conta de evidenciar o ângulo comunicacional quando se olha para os fatos do mundo. É algo que se constrói pelo olhar de cada pesquisador².

Em texto mais recente, Braga (2019, p. 49) articula a teoria e a prática num patamar de equivalência na pesquisa acadêmica a partir da crítica ao “fetichismo do conceito”³, gerado pelo dualismo teoria vs. prática que lhes atribui distinção e tende a ver a prática submetida à teoria. Contudo, esclarece referido autor que, mesmo diante do rigor atribuído às questões teóricas e conceituais, o trabalho material não pode funcionar “inteiramente dentro da teoria disponível, no conforto do conhecimento estabelecido⁴” (Ibid., pp. 49-50). Complexificando ainda mais, lembra-nos que boa parte das teorias, dos conceitos – e até metodologias – que tomamos para aplicar têm nascedouro noutros campos científicos, alinhando-se a problemáticas diferentes das nossas. Daí vem outro alerta: “Sua transposição para questões comunicacionais exige atenção particular para a especificidade das ações da teoria sobre seus objetos de origem; e maior cuidado no **acionamento reinterpretaivo**” (Braga, 2019, p. 50, grifo nosso). Criticando uma ânsia incipiente por agregar múltiplas teorias, ele entende que tais entradas devem ser sempre parcimoniosas, conforme exija a complexidade do objeto e os objetivos de cada estudo.

² Immacolata (2016, p. 185) recorda a máxima de Saussure de que “o ponto de vista cria o objeto”. Em outras palavras, fenômenos diversos podem ser analisados pelas mais variadas ciências, cada uma trará sua contribuição conforme os acionamentos teórico-metodológicos que lhes são próprios.

³ A explicação do termo é encontrada em Gusmão (2012).

⁴ Não para angustiar os principiantes, e sim para provocá-los, Braga (2019, p.50) alerta: “[...] em boa parte do tempo, devemos sair em terreno desconhecido – e, se nesse espaço trazemos conosco teorias, não é para servi-las ou prestar-lhes obediência, e sim para acioná-las a serviço de nosso objetivo de pesquisa: produzir conhecimento outro, em qualquer abrangência ou complexidade que seja”.

Também para demonstrar a indissociável relação entre aspectos teóricos e práticos na concepção de temas e objetos, Maria Immacolata Vassalo de Lopes (2016) retoma a trajetória pessoal como pesquisadora da comunicação. E seguimos com ela não somente para enxergar o objeto comunicacional à luz das teorias que construímos como campo científico, mas também para dar um passo atrás e perceber o entrelaçamento, ao longo do processo de pesquisa, entre a epistemologia, as teorias e as metodologias que o atravessam – e a nós. Não nos dedicamos à crítica epistemológica da comunicação, dado o escopo desta tese, mas cremos relevante citar a reflexão da autora nesse particular, sobretudo quando diz: “toda pesquisa é uma construção do investigador, ao mesmo tempo em que ela determina a prática desse investigador. **Liberdade e determinismo**” (Lopes, 2016, p. 188, grifo nosso). Se, por um lado, nos ligamos a conceitos, teorias, métodos e linhas interpretativas avalizadas pelos nossos predecessores; por outro, nossa prática na pesquisa confere certas liberdades para avançarmos com alguma contribuição.

[...] minhas considerações epistemológicas não são feitas no âmbito do discurso científico genérico e abstrato, antes, ao contrário, elas concebem a pesquisa como prática sobredeterminada por condições sociais de produção de conhecimento e igualmente como prática que possui uma autonomia relativa. Aqui, essa prática é o próprio processo de produção do conhecimento dotado de uma lógica interna própria e de mecanismos de autocontrole, o que impede que a pesquisa se converta numa mera caixa de ressonância das condições externas de sua produção e, portanto, um discurso totalmente ideológico (Lopes, 2016, p. 190).

Ainda sobre a relativa autonomia da produção científica, Lopes (2016, p. 200) diz que “as decisões e opções na ciência, e do eixo do *paradigma*, que são feitas dentro do conjunto das possibilidades teóricas, metodológicas e técnicas constituem o ‘reservatório disponível’ de uma ciência num dado momento de seu desenvolvimento num determinado ambiente social”. A ideia de reservatório, além de servir muito bem como metáfora, ajuda a compreender que todo conhecimento tem condicionamentos, mas isso não inviabiliza sua credibilidade, por isso ele é aplicado, testado e questionado; ocorrendo tal processo com o próprio paradigma ao qual ele se filia. Nas décadas recentes, estudos descoloniais exsurtem de um questionamento profundo — que põe em xeque a lógica da ciência fundada em modos de ver o mundo a partir do nó Europa-Estados Unidos. Propõem-se epistemes originadas daqueles lugares historicamente entendidos como de não-validade na ciência canônica, cujos conhecimentos eram silenciados ou colocados à margem, sendo no máximo apropriados na forma de “saberes tradicionais”.

Nessa toada, vozes como a do professor Deivison Campos ecoam no meio acadêmico, se não para redirecionar as naus de nossas visadas insistentemente eurocentradas, mas ao menos para alertar sobre o fato de serem frutos de escolhas condicionadas – uma entre tantas formas

de acolhermos temas e objetos: “o conceito de civilização é herança dos romanos; o de filosofia, dos gregos; o de ética, uma concepção judaico-cristã. Tudo que aprendemos é fruto de relações de poder, porque o discurso que estrutura o ocidente não se mostra, ele quer permanecer oculto” (Campos, 2023, s/p). Assim, ausência de reflexão crítica acerca de teorias e métodos leva ao acionamento irrefletido de categorias descontextualizadas, pois, conforme já pontuado sobre os objetos, os métodos também são decorrentes de pontos de vista. Para Campos (Ibid.), o desafio epistemológico é saber se estamos prontos, se realmente queremos e como fazer para pesquisar desde outras cosmologias, deslocando o olhar do padrão mental universalizante.

Este texto não aprofunda tal nível de debate, muito embora reconheça a importância de questionar modos de fazer ciência que consideram legitimidades apriorísticas a depender das inscrições geopolíticas, macroeconômicas, culturais etc. Referente às contribuições de Lopes (2016, p. 193), será satisfatória a condução da tese se pudermos articular coerentemente níveis e fases descritos no modelo de pesquisa desenvolvido pela autora, conciliando, ao longo deste trabalho, epistemologia, teoria, metodologia e técnicas como camadas subjacentes em torno das quais buscaremos desenhar o objeto, observá-lo, descrevê-lo e interpretá-lo.

Martino (2003, p. 70) alerta: “engajar-se num debate epistemológico significa aceitar certos pressupostos e adotar um posicionamento nesse debate filosófico de fundo”. E ainda, prosseguir nesse debate implica a aceitação dos pressupostos fundantes da própria ciência: “a possibilidade de conhecer o real a partir de certos critérios de investigação, entre os quais a reflexão crítica, a objetividade, a produção da verdade pela argumentação e a comprovação” (Ibid.). Dito de outro modo, é o “engajamento ontológico” na eleição de discussões filosóficas antecedentes. No caso específico da comunicação, nosso verdadeiro objetivo epistemológico se resume à busca pela fundamentação de um saber comunicacional (Martino, 2003, p. 71).

Ainda que o senso comum acadêmico a enxergue como guarda-chuva capaz de abrigar a reflexão das teorias no empreendimento científico, “a epistemologia se caracteriza por certas questões específicas, e não por toda e qualquer relação ao conhecimento” (Martino, 2003, p. 71). O autor se propõe a “situar as tendências epistemológicas dos comunicólogos em relação àquelas de uma epistemologia geral” (Ibid., p. 72). A nosso ver, o fato de a comunicação ser considerada uma disciplina aplicada termina por dificultar mais essa tarefa, inclusive porque suas fundamentações derivam quase totalmente de outras disciplinas (Ibid., p. 83).

Embora não seja nosso propósito traçar um panorama epistemológico, é compromisso da tese compreender certas limitações subjacentes ao exercício investigativo em nossa área de intervenção. Conforme justifica Martino (2003, pp. 81-82), todo trabalho científico comporta uma dimensão epistemológica”, na esteira de uma epistemologia aplicada. Nesse percurso que

seguimos, com a clareza de que o objeto do saber comunicacional prescinde de olhar o mundo e indicar “o que a Comunicação pode ou não estudar, porque o objeto comunicacional não pode preceder o saber que o institui, mas [procura] explicitar qual a compreensão que o saber comunicacional tem daquilo que investiga” (Martino, 2003, p. 85), inclusive porque serão as teorias eleitas que nos darão as lentes de ver nosso objeto de estudo.

Retomando a questão do objeto, Braga (2011, p. 66) argumenta que este não poderia “ser apreendido enquanto coisas ou temas, mas como certo tipo de processos epistemicamente caracterizados por uma perspectiva comunicacional – nosso esforço é o de perceber processos sociais em geral pela ótica que neles busca a distinção do fenômeno”. Ao situar o papel do pesquisador, diz ser “relevante que nossas conjecturas sejam postas a teste por sua capacidade para desvelar e explicitar os processos que [...] resultem em distinção crescentemente clara sobre aquilo que se pretenda caracterizar como fenômeno comunicacional” (Ibid.). Assim, o jornalismo se qualificaria como fenômeno comunicacional ao propiciar interações sociais por seu discurso próprio, que é intersubjetivamente constituído.

Para alinhavar este introito, situamo-nos epistemologicamente como pesquisadores do campo e seguimos na tentativa de compreender escolhas desde a sistematização realizada por Martino (2003, p. 91). Segundo desenha esse autor, ciência e filosofia formam a **epistemologia**, responsável por refletir sobre as **teorias**. Estas ancoram visões, recortes e abordagens a que os pesquisadores recorrem em seu exercício. Outro momento é a formação do **objeto de estudo**, visada teórica com aptidão de abrigar problema, hipóteses e conjecturas apropriadas para o percurso investigativo particular. O **objeto empírico** se define desde a percepção ordinária do mundo, o fenômeno social sobre o qual formulamos o problema de pesquisa inserido no objeto de estudo (mais amplo, como explicamos antes). Por fim, o fluxo de investigação nas ciências humanas e sociais contempla o **objeto de pesquisa**, o que Martino (2003, p. 91) nomeia como a “matéria intelectual” no bojo desse trabalho. É importante deixar claro que o destrinchar de tal processo é um exercício mais didático do que prático para o pesquisador inexperiente.

O autor aponta evidente confusão entre o empírico, o teórico e o epistemológico. “Para nossa área, nem sempre fica clara a distinção entre processos comunicacionais (fenômenos), teorias (abordagens e modelos de explicação desses fenômenos) e discussão epistemológica (reflexões de modelos teóricos)” (Martino, 2003, p. 91). De modo exemplificativo, a pesquisa que se debruça sobre a cobertura jornalística de questões migratórias para entender a interface daquela com os direitos humanos investiga como o jornalismo percebe o fenômeno, o engendra por intermédio de técnicas próprias e distribui o resultado na forma de notícia. Assim, tem como

objeto de estudo o jornalismo local em correlação com o objeto empírico (migrações), analisado a partir de uma materialidade (isto é, um *corpus* de notícias extraídas de portais).

1.2 HISTÓRIA, TEORIAS E PRÁXIS DO JORNALISMO

Antes de adentrar a conceitos inerentes à discussão teórica do jornalismo proposta para esta tese, expomos o sucinto percurso que conduziu à compreensão do jornalismo e sua agência na construção da realidade social. Para isso, destacamos a posição de autores que defendem uma epistemologia própria do jornalismo e as teorias de maior destaque no Brasil. Ademais, abordamos conceitos que serão resgatados nos outros capítulos: verdade, objetividade, ética, transparência, responsabilidade e jornalismo local.

Para ancorar o debate científico sobre o jornalismo, não é incomum recorrer à tese de Tobias Peucer, defendida em 1690, no século XVII, portanto. ‘Os relatos jornalísticos’, texto que inaugura uma inclinação acadêmica sobre a práxis jornalística, foi escrito por um médico e teólogo para quem tais relatos deveriam “notificar coisas diversas acontecidas recentemente,” (Peucer, 2004, pp. 15-16 apud Lückman, 2020, p. 117). Àquela altura, ele já via o jornalismo desde dois definidores básicos: **curiosidade sobre os acontecimentos e interesse comercial**. Ora, eles não diferem muito do rol de elementos debatidos até hoje, mesmo que haja camadas sobrepostas, a exemplo da mediação realizada pelos algoritmos, da complexificação de relações institucionais ou da justaposição dos interesses de antigos e de novos atores.

Em Otto Groth, identificamos duas fases dos estudos alemães da imprensa informativa periódica, sendo uma primeira situada entre o fim do século XVII e o início do século XX. No interstício, o jornalismo era praticado e investigado por sociólogos, historiadores e intelectuais que atuavam nos periódicos, constituindo-se desde os pontos de vista de disciplinas conexas já estabelecidas. Já a segunda fase se “[...] inicia com sua própria obra, focada na proposição de **ciência especializada e autônoma**” (Lückman, 2020, p. 117, grifo nosso). Compreendemos que a busca pelo *status* científico surgira como alternativa para fixar o que seria propriamente jornalístico e, portanto, como um limite conformador para a chamada “ciência dos jornais”⁵.

Na concepção de Elias Machado, por exemplo, o jornalismo é visto como uma Ciência Social Aplicada, prescindido do respaldo noutras disciplinas e se autoafirmando como ciência.

⁵ Na obra ‘O poder cultural desconhecido’, Otto Groth amplia a discussão feita nos quatro volumes de ‘O jornal – um sistema de estudo’, de 1960. Nesse último livro, passa a chamar a ‘ciência do jornal’ de ‘periodística’, numa contraposição à ‘publicística’, além de descrever as quatro características estruturantes do jornalismo – periodicidade, universalidade, atualidade e difusão (Lückman, 2020, p. 218). Destacamos ainda seu empenho em diferenciar a ciência dos jornais a partir de um objeto autônomo e distinto das abordagens sociológicas, da psicologia social e da literatura, conquanto reconheça que o desenvolvimento da periodística dependeria do auxílio de outras disciplinas, como a sociologia da cultura, a filosofia, a psicologia e até as ciências naturais.

Sendo objeto científico dotado de status próprio, ter-se-ia claro que o jornalismo possibilita a emergência de “campo de conhecimento especializado⁶ que, tendo na **prática jornalística um objeto legítimo**, necessita para a sua plena compreensão o desenvolvimento de metodologias próprias, adaptadas a suas demandas particulares” (Machado, 2004, p. 3, grifo nosso). O autor estatui que o objeto desse campo científico é o jornalismo como prática discursiva, demandando categorias analíticas e metodologias apropriadas ao escrutínio por seus pesquisadores.

Em contraposição, ainda que não ignore a robustez de uma teorização autônoma para o jornalismo, que o faz “[...] potencialmente capaz de diagnosticar seus problemas e promover seu desenvolvimento”, Rüdiger (2021, p. 131) compreende que ele “não deve ser esticado até o ponto de reconhecer-lhe autossuficiência epistemológica”. Nesse sentido, eis o argumento:

Ainda que os teóricos da comunicação tentem, sob o manto dos diversos argumentos, quase todos inseguramente fundados, fazer do jornalismo uma ciência [da área], **na verdade ele é uma profissão**. Decerto não é uma profissão qualquer, como muitas, em que se exige apenas o conhecimento das técnicas; dessas que não se obrigam o homem a desenvolver e aplicar conhecimentos. Bem ao contrário, é exigente, de modo que não é a todos que se pode atribuir a condição de jornalistas, por mais que manipulem notícias, assinem colunas e/ou trabalhem em redações (Portella, 1976, p. 21 apud Rüdiger, 2021, p. 128, grifo nosso).

Insistindo na defesa, tal autor destaca a apuração jornalística para dizer que, na verdade, ela não é capaz de aportar ao material um *status* de científico. Segundo ele, apurar, checar, fazer ajustes e dar valor formal “à informação de ordem cotidiana ou a posicionamento ideológico não nos parece que origine saber de gênero substancialmente distinto e autônomo em relação ao das noções e opiniões que normalmente existentes entre as audiências” (Rüdiger, 2021, pp. 113-114). De maneira definitiva, sustenta que a apuração jornalística, ou mais genericamente a prática jornalística, não se equipararia à prática científica. Notemos que, em Machado (2004), a prática jornalística é vista como objeto, e não como um método equiparável ao científico.

Para aprofundar o quesito, recorremos a Eduardo Meditsch, quando elucida as distinções entre a ciência e o jornalismo. Este objetiva a comunicabilidade clara, através de linguagem não especializada; não possui hipóteses, mas a pauta obtida pelo recorte da realidade; e não pretende fixar leis universais, diferente do que faz a ciência. Sua força está em revelar “o fato singular”, que Meditsch (1992) apropriou da ideia de Genro Filho, podendo incluir fatos desprezados pela ciência, focalizando-os. E ressalva que o jornalismo não é a mera reprodução de conhecimentos

⁶ O autor aponta uma confusão no debate epistemológico do jornalismo, esclarecendo que, como ocorre a outras práticas profissionais, o jornalismo assume três funções distintas: 1) prática profissional; 2) objeto científico; e 3) campo especializado de ensino. Não poderia, portanto, ser visto como apenas uma delas (Machado, 2004, p. 2).

e experiências gestados noutros espaços, mas sim um tipo de conhecimento “de direito próprio”; e que decorre de uma prática, tornando-se assim uma **atividade cognitiva** (Ibid., grifo nosso).

Em fala citada por Kovach e Rosentiel (2004, p. 121), o professor da Universidade da Carolina do Norte, Phil Meyer, afirmara que “o jornalismo e a ciência têm as mesmas raízes intelectuais”, a julgar que ambos foram engendrados desde os ideais iluministas dos séculos XVII e XVIII. Kovach e Rosentiel (2004) mencionam o argumento de Lippmann sobre como os jornalistas deveriam adquirir algo do chamado “**espírito científico**”, no sentido de que, para driblar a diversidade do mundo, a única unidade possível seria por um método compartilhado, e não em torno de um objetivo comum. Retornaremos ao debate do método em tópico próprio. Por ora, atentamos ao fato de que a ciência era vista, por intelectuais de uma dada época, como pedra angular e única via para legitimar conhecimentos no mundo guiado pela racionalidade e pela objetividade de seu método, de forma que o jornalismo também reclamaria tal posição.

De modo simplista, dir-se-ia que a maior diferença entre ciência e jornalismo seria que aquela é o modo de conhecimento do mundo explicável; e este, um meio de conhecimento do mundo sensível. Cumpra a nós, nesta altura, ter clara a distinção entre duas coisas: a primeira é a nossa posição de que a prática jornalística não se equipara à científica. Noutro giro, temos certo que essa prática deve, de algum modo, ancorar-se numa teoria e, mais largamente, numa epistemologia capaz de permitir aos pesquisadores do campo o trânsito reflexivo acerca dela. Nada existe apenas como prática, pois antes é disputa de sentidos. Estes nascem em lugares e temporalidades jamais acionados diretamente pelo sujeito executante de tarefas, embora sejam capazes de moldar seus enunciados conforme ele se distancia de uma crítica epistemicamente referenciada e do exercício autorreflexivo sobre as implicações de seu próprio fazer.

Gislene Silva aborda diferenças entre campo científico e campo acadêmico, este sendo restrito ao lugar universitário, da pós-graduação, do ensino e da extensão; e aquele ampliado para instituições outras, governamentais ou empresariais, que se dedicam à pesquisa científica (2009, p. 198). Uma terceira abrangência refere-se ao chamado campo epistêmico, voltado ao investimento conceitual, metodológico e teórico em determinada área. Ressalta, por fim, que esses três campos convivem em interseção e lembra que “os conflitos epistemológicos seriam, inseparavelmente, políticos” (Ibid.). Para ela, há dois movimentos no tocante ao jornalismo:

De modo oposto à centrifugação na antidisciplina/transdisciplina Comunicação [...], ocorre nesse movimento centrípeto da potencial disciplina Jornalismo, aqui afirmo paradoxalmente, o afastamento de qualquer abordagem epistemológica, fundamental quando se busca pensar Teoria do Jornalismo ou Campo Jornalístico, [e] a necessidade de resposta à desobrigação teórica versus a preocupação em atender a demandas organizacionais e profissionais imediatas (Silva, 2009, pp. 201-202).

Ainda para Silva (2009, p. 198), a ideia de campo jornalístico em Bourdieu, ou seja, “de um microcosmo que possui leis próprias, marcado por sua posição no mundo global e pelas atrações e repulsas que sofre por outros microcosmos”, ajuda a entender a autonomia ambígua e a dupla dependência do jornalismo quanto aos campos econômico e político. Indo além, diz que a pobreza intelectual do campo respeita aspectos citados por Fuentes Navarro: “confundir as condições de desenvolvimento do mercado profissional com as exigências de constituição do campo intelectual e, conseqüentemente, **basear sua legitimação menos na competência acadêmica do que em sua competitividade institucional**” (Ibid., p. 201, grifo nosso).

Se atualmente a tipificação dos diferentes tipos de conhecimentos parece mais clara, coexistindo ciência, senso comum, filosofia, religião e ideologia em territórios delimitados, “Bachelard ressalta que, até o fim do século XIX, era crível que o conhecimento do real era algo empiricamente unificado”, em outras palavras, não se admitiam formas ou tipos variados que tal conhecimento pudesse assumir sem deixar de sê-lo (Lückman, 2020, p. 92). Assim, o fato de não se encontrar no jornalismo uma prática científica, mas uma prática profissional, não o destitui da condição de forma de conhecimento socialmente estabelecida, necessitando ainda de mais aprofundamentos para se pensar as questões que não passem apenas pela técnica.

1.2.1 Jornalismo e conhecimento ou “o que nos ensina a teoria?”

Neste ponto dedicado a mostrar como nós miramos o jornalismo, partimos da concepção que o define como forma de conhecimento capaz de contribuir para a construção da realidade social. Logo de saída, enfatizamos o pioneirismo da obra de Robert Ezra Park, a qual originou o Interacionismo Simbólico. Tendo sido parte de uma corrente culturalista que reuniu expoentes como John Dewey, George Herbert Mead e Charles Cooley, Park elaborou seu enfoque baseado na psicologia social desenvolvida por William James, conforme está transcrito a seguir:

Seguindo as categorias de James, *knowledge about* é um conhecimento formal; *acquaintance with* é o conhecimento não sistemático, intuitivo ou de ‘senso comum’. Quando essas categorias são colocadas como pontos em *continuum*, a notícia também exibirá como característica, uma qualidade transitória e efêmera. A extensão na qual a notícia circula determina a extensão que os membros de uma sociedade participam de sua ação política. A notícia, como ‘algo que faz as pessoas falarem’, tende a possuir o caráter de documento público e está limitada de um modo característico a eventos que causam mudanças súbitas e decisivas [...]. A função da notícia é orientar o homem e a sociedade no mundo real (Park, 2008, p. 51, grifo nosso).

De modo simplificado, o autor considera o *acquaintance with* como um conhecimento do cotidiano, das coisas próximas que provêm dos usos e costumes de uma comunidade, isto é, quando se conhece algo através da experiência em primeira mão e dos encontros pessoais. No extremo oposto, *knowledge about* é aquilo que William James classificou como saber sobre as coisas e “[...] significa o conhecimento que alcançou algum grau de exatidão e precisão pela substituição de ideias pela realidade concreta, e de palavras por coisas” (Park, 2008, p. 55). O jornalismo, que produz conhecimento por meio de seu discurso próprio, tem como espaço de constituição o intermédio desses dois modos mais cristalizados de se apreender o mundo real.

As ideias não apenas constituem a estrutura lógica de todo conhecimento sistemático, mas entram na própria natureza das coisas das quais a ciência se ocupa – ciência natural distinta da ciência histórica. [...] há três tipos fundamentais de conhecimento científico: (1) filosófico e lógico, que trata propriamente das ideias; (2) história, que trata de eventos; e (3) as ciências naturais ou classificatórias, que tratam das coisas (Park, 2008, p. 55).

O jornalismo existe exatamente nessa entrelinha, com tendências variando para um ou para outro lado (dependendo das especialidades e formas narrativas empregadas), justamente pelo seu intuito de, ao mesmo tempo em que procura estabelecer uma proximidade com o leitor, ainda empregar métodos específicos de apuração. Já que a sociologia do conhecimento trata das condições de produção de cada tipo de conhecimento, bem como das funções de cada um, o jornalista-sociólogo foi categórico: “[...] uma das primeiras e mais elementares formas de conhecimento é a notícia” (Park, 2008, p. 66). Referida concepção fundamenta nossa proposta teórica, pois a entendemos como alternativa apropriada para enxergar nosso objeto, qual seja o jornalismo local pela perspectiva dos direitos humanos, a partir da observância dos mecanismos próprios de uma *accountability* jornalística. Tal processo de construção da realidade social fora antes sistematizado por Adoni e Mane (1984 apud Alsina, 2009, p. 51), pelo olhar dialético:

1. A realidade social objetiva. É experimentada como o mundo objetivo que existe fora do indivíduo. Essa realidade é assimilada pelos indivíduos como algo que dispensa a constatação e do que não duvidamos, permitindo-nos concretizar as ações do nosso dia-a-dia. 2. A realidade social simbólica. Consiste nas formas de expressão simbólica da realidade objetiva. Nessa parte é onde entraria a mídia, embora existam muitas realidades simbólicas com diversos sistemas de símbolos. Porém, o indivíduo pode diferenciar as diversas esferas de realidade simbólica. 3. A realidade social subjetiva. A realidade subjetiva teria como substrato as outras duas. Ou seja, o mundo objetivo e as representações simbólicas fundiram-se na realidade social subjetiva. As construções individuais da realidade baseiam-se nas ações sociais individuais, na existência da realidade social objetiva e no significado em expressões simbólicas (Adoni; Mani, 1984 apud Alsina, 2009, p. 51).

Forjado por Berger e Luckmann (1979), o conceito de construção social da realidade é questionado por Alsina (2009, p. 20), pois se trata, segundo os seus idealizadores, de um regime de institucionalização das práticas cotidianas: “Esse processo é, ao mesmo tempo, socialmente determinado e intersubjetivamente construído. [O processo de comunicação é legitimado] para gerar construções da realidade publicamente relevantes” (Ibid.). Isto é, no interior de um espaço retroalimentado pela realidade social é que se vão produzir e se articular os discursos.

Pioneiro ao discutir, no Brasil, o jornalismo como um tipo de conhecimento, Genro Filho (2012) ancora-se na teoria marxista, fazendo-o ao apropriar a Teoria Estética de Gyögy Luckács. No seu ‘O segredo da pirâmide’, o conhecimento é dimensão simbólica do processo global de apropriação coletiva do real, sendo o jornalismo uma das modalidades (Genro Filho, 1987). Enquanto a universalidade caracteriza o científico e a particularidade se conecta aos pressupostos universais implícitos, a singularidade é a experiência próxima, a imediatez compartilhada no jornalismo. Em decorrência, a notícia reproduz o acontecimento pelo ângulo singular, de algo único e inédito, todavia, conteúdo associado à particularidade – que garante a contextualização do acontecimento – e à universalidade, pela qual evoca as visões de mundo e os valores gerais norteadores da produção jornalística. Pode-se entender referido processo como a superposição de camadas que se desdobram do singular ao universal, sendo aquele o aspecto evidente na materialidade (notícia) e este o plano macro onde se desenham os seus contextos.

Por seu turno, Meditsch (1992) reverbera tal debate sobre o jornalismo como forma de conhecimento – embora, como já aludimos, um conhecimento não científico. Inicialmente, ele é tributário à teoria marxista elaborada por Genro Filho, o qual vê o surgimento histórico do jornalismo como algo necessário. “Tal necessidade veio acompanhada também de uma base material. A base material é a indústria. [...] uma forma de conhecimento baseado no singular, surgido da Revolução Burguesa” (Meditsch, 1992, p. 30). Ou seja, foi a universalização da humanidade, propiciada pela industrialização, que engendrou o jornalismo, cujo fundamento de existência reside na demanda do capitalismo industrial. Ele próprio, de sua parte, se refletirá sobre os eixos de sustentação do modelo tradicional de imprensa:

A redução do espaço da subjetividade dos jornalistas na prática profissional é constatada por eles próprios, e corresponde a uma redefinição dos padrões da atividade, adotada apesar da resistência da categoria profissional. Objetivamente, esta redução representa limitação crescente da produção de representações da realidade pelo jornalismo, a substituição pela **reprodução, na imprensa, das representações produzidas por outras instituições sociais**, ou pela incorporação da metodologia dessas outras instituições na busca de uma visão ‘mais científica e menos ideológica da sociedade capitalista’ (Meditsch, 1992, 2012, p. 40, grifo nosso).

Mesmo crendo que o jornalismo como conhecimento é uma perspectiva problemática, pois a atividade envolve uma série de mediações/interferências que pressionam e conformam a notícia, Meditsch (1992) enxerga nisso a possibilidade de exigir mais qualidade na formação dos futuros jornalistas. Ao longo da carreira, o autor se aproximou das proposições de Paulo Freire, formulando a ideia de que, como a Educação, o jornalismo poderia ser “uma teoria do conhecimento colocada em prática” (Meditsch, 2004, p. 5). Ou seja, teoria subjacente, forte e consolidada, pode orientar a prática. Sustentando a autenticidade da teoria jornalística, recorre a Nilson Lage, quando este ator sustenta que a compreensão do jornalismo se garante no tripé ciências humanas, ciências da linguagem e tecnologias. Ora, ao tempo em que assimilamos as contribuições dessas três áreas de conhecimento, a composição deve ocorrer de modo crítico e reflexivo, produzindo, para o jornalismo, uma síntese calcada em problemas autênticos.

Traquina (2012, pp. 26-27) defende haver um campo jornalístico – desde a formulação de Bourdieu (de campo como espaço social estruturado, campo de forças), e não somente um conceito, onde se mobilizam três elementos: um número ilimitado de ‘jogadores’, os agentes sociais cuja tarefa é mobilizar o jornalismo como recurso às suas estratégias de comunicação; o prêmio disputado por esses jogadores, ou as próprias notícias (favoráveis a eles); e, por fim, os profissionais do campo, um “grupo especializado que reivindica possuir um monopólio de conhecimentos ou saberes especializados, nomeadamente o que é notícia e a sua construção” (Ibid.). O modelo funcionou bem num contexto de monopólio da informação pela imprensa, mas se passou a contestar tanto a exigência de os agentes sociais submeterem seus interesses à mobilização do jornalismo (dado o acesso direto aos públicos que desejam mobilizar), quanto a credibilidade historicamente atribuída aos especialistas, pondo em xeque o rol de injunções a que são adstritos, as pressões dissimuladas sobre o seu trabalho e suas inclinações pessoais.

Acerca da linguagem autorizada e das condições sociais de eficácia do discurso ritual, Bourdieu (2008) indica ser ingênuo pensar a linguagem descolada da realidade social onde ela se constitui e se reproduz. Ora, “apenas excepcionalmente, em situações abstratas e artificiais de experimentação, as trocas simbólicas se reduzem a relações de pura comunicação e conteúdo informativo” (Ibid., p. 85). No campo jornalístico, conforme descortina Bourdieu (2008), atuam forças oriundas destes dois polos, a saber: o **intelectual** (formado pela ideologia profissional e fundamentado na teoria democrática) e o **econômico** (parte do princípio de que o jornalismo é um negócio e as notícias são uma mercadoria, baseando-se na busca pelo lucro).

Ao discorrer sobre jornalismo nas sociedades democráticas, Traquina (2012, p. 25) o qualifica como o campo de “[...] uma luta na definição e construção da notícia”. Com efeito,

aqueles “dois polos começaram a se tornar dominantes na emergência do campo jornalístico contemporâneo: o **econômico** (a definição das notícias como negócio) e o **ideológico** (ou seja, a definição das **notícias como um serviço público**)” (Traquina, 2012, p. 24, grifo nosso). Ele diz que o jornalismo exerce um “poder condicionado” por fatores externos e “factuais internos” (Ibid.). Outro aspecto de relevância para o entendimento da legitimidade atribuída ao jornalismo é o de que tal característica está fundamentada na teoria democrática, conforme transcrevemos:

Segundo o historiador George Boyce, a imprensa atuaria como um elo indispensável entre a opinião pública e as instituições governamentais (Boyce, 1978: 21). Os jornais eram vistos como meio de exprimir queixas e injustiças individuais e como uma forma de assegurar a proteção contra a tirania insensível. Portanto, a legitimidade jornalística está na **teoria democrática** e, segundo seus teóricos, assenta claramente numa postura de desconfiança (em relação ao poder) e numa cultura claramente adversarial entre jornalismo e poder (Traquina, 2012, p. 47, grifo nosso).

Os teóricos acionados, embora se posicionem desde particulares releituras e diferenças mais ou menos demarcadas pelas trajetórias acadêmicas, profissionais e políticas, o foram por contribuírem para a afirmação do jornalismo como tipo **conhecimento** – não no viés científico, e sim no **sensível, experiencial, singular e condicionado**. No Quadro 1, elaboramos a síntese de outras contribuições, em particular aquelas produzidas por autores brasileiros:

Quadro 1 – Principais ponderações de autores brasileiros sobre jornalismo (séc. XX)

Autor	Compreensão essencial acerca do jornalismo
Adelmo Genro Filho	A notícia jornalística é um conhecimento técnico e especializado , na medida em que o responsável apura as informações, faz as pesquisas complementares, lapida os textos, elabora infográficos etc. Para esse autor, os eventos são sínteses de múltiplas determinações , algumas delas muito genéricas e vindas de passado distante (Genro Filho, 1987, grifo nosso).
Alberto Dines	Idealmente, o leitor espera do jornalismo a dimensão comparada, a remissão ao passado, a interligação com outros fatos , a incorporação do fato a uma tendência e a sua projeção (Dines, 1974, p. 90, grifo nosso).
Carlos Chaparro	O jornalismo constitui um serviço público [e o] profissionalismo da atividade é função do ‘direito à informação’ , do acesso à notícia ‘correta e plena’, objetiva, a que o público tem direito (Chaparro, 1994, p. 82, grifo nosso).
Cremilda Medina	O jornalista, em vez de técnico, é, antes, mediador , mas não só dos fatos, conforme prega a perspectiva instrumental: assim o é, também, como agenciador das diversas experiências e sentimentos de seus semelhantes (Medina, 1996, grifo nosso).
Juarez Bahia	O jornalista deve ser objetivo ao se comprometer com uma forma de expressão clara e direta , com a ajuda de um conjunto de técnicas (Bahia, 1972, grifo nosso).
Leão Serva	O jornalismo, como disposto hoje, pratica ao mesmo tempo técnicas de informação e de desinformação [e até uma] compreensão alterada da realidade, inclusive porque apresenta fatos desprovidos de contexto (Serva, 2001, pp. 132-133, grifo nosso).
Luiz Beltrão	O fato, no jornalismo, não é bruto, pois possui um sentido que é preciso captar, definir, situar, comparar com outros, classificar pela sua maior ou menor importância e, finalmente, exprimir, divulgar e comunicar (Beltrão, 1960, p. 161).
Marcondes Filho	Em cada uma das formas de jornalismo há ação e responsabilidade daquele que produz, daquele que financia, daquele que presta informação e do que consome

	[o noticiário]. Para esse autor, todos são igualmente responsáveis (Marcondes Filho, 1988, p. 59, grifo nosso).
Marques de Melo	O jornalismo constitui atividade pluralista de direito público assegurado pelo empreendedorismo privado em um ambiente democrático. O jornalismo tem uma função e é a de orientar o cidadão na tomada de decisões que ‘traduzam a sua participação integral na sociedade (Marques de Melo, 1971, p. 78, grifo nosso).
Perseu Abramo	Opondo-se ao discurso da neutralidade no jornalismo, [postula que], no capitalismo, valores como objetividade e imparcialidade escondem as ‘escolhas ideológicas’ feitas pelos que controlam os meios jornalísticos (Abramo, [1977] 1997, p. 280).

Fonte: Compilado por Cristiane N. A. de Souza, em ordem alfabética, a partir de Rüdiger (2021).

Considerando que esta tese se debruça mais detidamente sobre conceitos específicos de uma ampla e diversificada teorização da área, o quadro funciona como um recurso à memória, pois situa, ao modo sintético e até simplista, teóricos do jornalismo brasileiro cujos textos são aplicados na academia (e no mercado). Em pouco mais de duas décadas do século XXI, novas perspectivas têm aprofundado os temas transversais, perpassando questões como **raça, gênero, estereótipos, subjetividade e os conceitos de margem e centro**⁷, movimento que estremece os lugares-comuns a que as abordagens mais tradicionalistas haviam se acostumado.

Na esteira, o grupo liderado por Cláudia Lago tem adotado uma lógica descolonial e a perspectiva de gênero como duas chaves para examinar o jornalismo. Lago, Gonçalves e Kazan (2019, p. 2) dizem que o “novo olhar constrói-se na articulação de questões específicas: como produzir um jornalismo capaz de dar conta da diversidade social, respeitando a alteridade, produzindo representações que não reforcem estereótipos e reducionismos” de toda ordem. As reflexões sobre o ensino e as práticas do jornalismo têm avançado num inédito movimento de autocrítica, a exemplo das abordagens humanizadoras sobre pautas antes não problematizadas e das propostas editoriais que tendem a ser mais transparentes, solidárias e propositivas.

Lago, Gonçalves e Kazan (2019, p. 4) justificam que “o jornalismo tem seus pilares (objetividade, neutralidade, impessoalidade) questionados a partir da constatação de que não dá conta da complexidade social [mas] está **a serviço do reforço de premissas excludentes**” (grifo nosso). A interseção de que tratam passa por gênero, raça e classe⁸, todavia, outras são possíveis e já estão sendo articuladas de maneira promissora no Brasil. Ao invés de confortar aprendizes, Cláudia Lago elege a incerteza como a força capaz de nos aproximar de “lugares comuns e pontos de intersecção”, porque “o desafio é aprender a transitar no mar de incertezas, fazer alianças estratégicas e entender que comum não é o mesmo que universal”, e a proposta

⁷ Para ficar em poucos exemplos: Denise Cogo pesquisa o tratamento jornalístico sobre as migrações; Fabiana Moraes desenvolveu o conceito de jornalismo de subjetividade e, assim como Eliane Brum, realiza uma produção crítica aos estabelecidos conceitos de margem e centro, especialmente no quadro do jornalismo hegemônico. Elas terão as contribuições retomadas na ocasião da análise interpretativa de nosso estudo.

⁸ O trabalho referido tomou como objeto empírico o site “Nós, Mulheres da Periferia”, uma produção alternativa que busca superar a barreira da invisibilidade midiática a respeito desse grupo heterogêneo.

totalizante é parte de uma episteme que está em ruínas (Lago, 2023, s/p)⁹. Discutiremos a seguir a objetividade jornalística, procurando fazê-lo de forma atualizada e propositiva.

1.2.2 Objetividade ou “como superar um mito?”

Elegemos uma definição de jornalista coerente com nossa filiação teórica: “Eu defino o jornalista como um **produtor da realidade social**. Tal concepção se choca frontalmente com o conceito tradicional da objetividade jornalística” (Alsina, 2009, p. 14, grifo nosso). Aí surge a notícia como “representação social da realidade quotidiana, gerada institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível” (Ibid.). No bojo da organização, o produto pressupõe um conjunto de ocorrências inter-relacionadas, processo esse endossado pelo que o mesmo autor define como “legitimidade para gerar a realidade socialmente relevante”.

Na gênese como indústria, o jornalismo incorporou um senso comum sobre os fatos¹⁰, mas aquele que foi moldado pelo positivismo, cujo auge coincidiu com a ascensão da imprensa burguesa. Desde tal condicionamento político e histórico, esculpiu-se a ideia de objetividade, “segundo a qual o jornalismo informativo deveria funcionar como uma espécie de espelho do mundo real – é também uma doutrina, de caráter profissional-industrial, apenas sem garantias acadêmicas, como é o caso do positivismo” (Sodré, 2009, p. 31).

Sem dúvida, a objetividade continua a ser um trabalho de *Sísifo* para os jornalistas, e é nesse sentido a crítica de Tuchman (1993, p. 80) acerca dos procedimentos estratégicos que os jornalistas defendem para a sua prática objetiva. Em primeiro lugar, existem possibilidades conflituais no desenrolar de fatos, o que conduz a autora a questionar como cada jornalista ou jornal defenderia a objetividade de sua versão: “É problemático considerar esta política como fomentadora da objetividade, [...] isso coloca o leitor diante de um pântano de pretensões de verdades contraditórias” (Tuchman, 1993, p. 80). Nesse ponto, “o convite à percepção seletiva é insistente, pois cada versão reclama a mesma validade potencial” (Ibid.).

Ao tecer críticas à ação ideológica no jornalismo, Sousa (2000) alerta que a ideologia da objetividade “[...] é uma das responsáveis para que o jornalista continue a ser visto e se veja a si próprio, particularmente ao nível do senso-comum, como um simples intermediário – e não

⁹ Capturado na palestra de abertura do V Seminário Discente do PPGCom/UFRGS, 27 set. 2023

¹⁰ Moretzsohn (2006) investiga as possibilidades do jornalismo na formação de um novo senso comum no seu “necessário e permanente vínculo com o cotidiano [...]”, ao mesmo tempo em que assume o caráter ideológico do discurso jornalístico para propor a necessidade de se “pensar contra os fatos, ou seja, contra a naturalização [...] para explicitar que toda informação implica uma interpretação”, realizada sob determinadas condições. No entanto, entende haver brechas no modo de produção em que se produzem as notícias, procurando “identificar nessas mesmas condições os elementos capazes de superá-las”, particularmente por meio da desnaturalização dos fatos a que o jornalista tem acesso no exercício cotidiano, condição para formar o seu senso crítico (xiii).

como ‘verdadeiro’ mediador”. Respeitando-se tal enfoque, a existência subjetiva do jornalista seria anulada em favor do acontecimento “objetivo” a ser reproduzido na notícia – liberando-o de quaisquer interpelações dali decorrentes, a exemplo de certas escolhas prejudiciais.

Referindo à anotação de um autor filiado aos Estudos Culturais, Stuart Hall, para quem “os meios de comunicação estariam a serviço da manutenção de uma hegemonia ideológica na sociedade, que suportaria estratégias não lineares de poder e comunicação”, Sousa (2000, p. 70) apoia-se em Traquina e Santos a denunciar uma espécie de estruturalismo excessivo do modelo. Segundo leciona Sousa (2000, p. 71), ao se dizer que definidores primários condicionariam as coberturas e seriam, depois, replicados, aquele primeiro (Hall) reduz “[...] a autonomia dos jornalistas na definição de sentidos para os acontecimentos”, ignorando “ocorrências como as fugas de informações ou as iniciativas jornalísticas de demanda junto às fontes” (Ibid.). De sua parte, Sousa (2000) acredita em estratégias ampliadas dentro de um campo de negociação para os acontecimentos, lugar de onde os sentidos emergiriam mais expandidos que os mencionados definidores primários estabelecidos segundo a visão daquele teórico culturalista (Ibid.).

Pode-se observar esse problema em maior escala, justamente quando o jornalista se vê diante de temas complexos. Que fontes, entre tantas, deve usar? Que pontos de vista evidenciar (em detrimento de outros)? Quais argumentos de autoridade conferirão mais credibilidade à notícia? Como o jornalista se coloca nesse texto, mesmo que o faça de modo indireto? Em que medida sua subjetividade emerge nas escolhas aparentemente objetivas e desinteressadas? São muitos questionamentos, mas listamos alguns para evidenciar parte das inquietações suscitadas quando se investiga mais a fundo a questão da objetividade, inclusive porque esta tese não se debruça especificamente sobre o referido aspecto, ainda que o toque com frequência.

Assim, resistimos para não sermos capturados por tão seduzente armadilha das soluções rasteiras, erguendo a bandeira dos que entendem a objetividade como um mito, inclusive porque concordamos com Rüdiger (2021, p. 135) quando ele a enxerga como “princípio epistemológico e ético que legitima o jornalismo perante a academia e o público; [...] é, sobretudo, um princípio normativo que, se atuante, atua no sentido de impedir seus sujeitos de falsearem a realidade”. E prossegue: “O jornalista tem obrigação profissional de relatar as informações de interesse público para sua audiência, não se admitindo moral e eticamente que possa manipulá-las de acordo com seu credo individual ou qualquer outro valor que não a verdade” (Ibid.).

Traquina (2012, pp. 140-141) também investiga a ideologia da objetividade, afirmando que os “jornalistas substituíram uma fé simples nos fatos por uma fidelidade às regras e aos procedimentos criados para um mundo no qual até os fatos eram postos em causa”. Reitera, de um viés inovador: “[...] a objetividade no jornalismo não é a negação da subjetividade, mas uma

série de procedimentos que os membros da comunidade interpretativa usam para assegurar uma credibilidade como parte não interessada e se protegerem contra eventuais críticas” (Ibid.).

Interessa-nos resgatar que a justificativa para o surgimento do conceito de objetividade está nos efeitos da propaganda produzida durante a Segunda Guerra, porque se tornava essencial para o jornalismo “[...] a afirmação de um método concebido em função de um mundo no qual mesmo os fatos não eram merecedores da confiança, devido ao surgimento de uma nova profissão, Relações Públicas, e a tremenda eficácia da propaganda” (Traquina, 2004, p. 148 apud Moura e Alves, 2016, p. 77). Grosso modo, o jornalismo se diferenciaria da propaganda e das relações públicas essencialmente por conferir caráter objetivo, imparcial e neutral àquilo que produz, porque teria sido forjado por artífice desinteressado. E o erro consiste precisamente em crer que o jornalista deve ser objetivo, e não o método. Referenciando Pena, é que Moura e Alves (2016, p. 78) esclarecem isto: “[...] a objetividade foi concebida e deve ser assim encarada como meio que ajuda o profissional a relatar os fatos com algum ‘rigor’, justamente porque ele (jornalista) e os acontecimentos são ‘indissociáveis’ da subjetividade”.

O enfoque no método não é exatamente uma novidade, pois “o termo começou a surgir como parte do jornalismo no começo do último século, particularmente por volta dos anos 1920, com base na crença de que os jornalistas trabalhavam de fato com muitos preconceitos [...]” (Kovach e Rosentiel, 2004, p. 114). Ao modo de uma solução, a objetividade seria um antídoto para forçar os jornalistas a adotarem o “método consistente de testar a informação – um enfoque transparente com as provas disponíveis – precisamente para que os preconceitos pessoais ou culturais não prejudicassem a exatidão de seu trabalho” (Ibid., p. 115).

Do rol de teóricos acionados, com exceção de Traquina (2012), notamos, em maior ou em menor grau, alguma confusão no sentido atribuído à objetividade jornalística. Ela está em se conferir à pessoa do jornalista a missão de ser ou parecer objetivo, e não ao método por ele empregado. Embora não sejamos ingênuos para crer que opções editoriais não interferem nos relatos levados ao público, inclusive porque estamos alinhados à perspectiva construcionista¹¹, interessa-nos evidenciar a concepção de objetividade exequível ou realizável, abandonando a proposta de rechaço apriorístico sob o pretexto de que ela não existiria ou seria inatingível. Para nós, as gradações de objetividade podem ser alcançadas pelo emprego de técnicas jornalísticas apropriadas, numa escala onde a objetividade plena ou pura existiria apenas de modo ideal.

¹¹ Apesar das críticas, o construtivismo contribui para entender o problema da objetividade. Ele revela a condição de construção da realidade pelos meios de comunicação, mostrando claramente porque a teoria de espelhamento é equivocada. Evidentemente, a realidade midiática não é igual à realidade primária, mas sim uma representação desta. Isso não significa, no entanto, que não é possível haver uma correlação entre ambos os tipos de realidade (Sponholz, 2009, p. 41).

Nas palavras de Sponholz, a “objetividade é um elemento constituinte do jornalismo, pois o que o diferencia do entretenimento, da arte, da literatura e da propaganda é a **disciplina da verificação**” (Sponholz, 2009, p. 20, grifo nosso). Ela explica ainda que os “[...] fatos podem ser definidos basicamente como dados crus, como recorte da realidade ou como declarações descritivas. Na primeira definição, eles são matéria-prima, na segunda, produto do jornalismo” (2009, p. 23). O desafio é não enxergar o repórter como intermediário, transportando a essência dos fatos através do tempo e do espaço, mas vê-lo como um mediador que é. Há muito sabemos que nem os *softwares* são aceitos como intermediários neutros, com mais razão os jornalistas e as empresas jornalísticas não poderiam se apoderar desse passe de *marketing* para afirmar sua condição de objetividade perante os públicos. Mais ético será explicitar, na medida cabível – e considerados os constrangimentos do fazer profissional em todas as instâncias – o lugar do qual se fala, os pontos de vista sustentados e os filtros (as lentes) adotados no processo editorial.

Aos moldes de uma síntese sobre a objetividade jornalística entendida como a disciplina da verificação, organizamos o método de averiguação elaborado por Sponholz (2009, pp. 158-178) no Quadro 2. A partir de oito critérios, a autora apresenta conjunto de procedimentos que, no momento da elaboração de sua tese, se mostraram suficientes e aptos para tornar explícitos os processos que confeririam objetividade ao trabalho jornalístico.

Quadro 2 – Método de averiguação da objetividade jornalística

Critério adotado	Tarefa e ser realizada
Validade do método de investigação	- Estabelecimento de uma questão central - Uso de fontes competentes/especializadas
Pesquisa por iniciativa própria (nível factual e interpretativo)	- Observação e investigação - Realização de experiências primárias
Averiguação das informações	- Averiguação, comparação e checagem - Confrontação de dados e explicações fornecidos por diferentes fontes - Análise de interesses envolvidos
Grau de abrangência	- Precisão das informações - Contextualização de dados - Respostas a todas as perguntas do lead
Intersubjetividade	- Citação das fontes (e o <i>off the record</i>) - Transparência no uso de dados estatísticos e resultados de pesquisas - Transparência do método do jornalista - Intersubjetividade das hipóteses
Intersubjetividade na divulgação de pesquisas	- Confrontar a “objetividade científica” - Identificar as fontes de financiamento - Identificar interesses políticos, econômicos e/ou morais implicados na pesquisa

Liberdade de juízos de valor (perspectiva de Popper)	- Reconhecer que sujeitos têm juízos de valor - Aplicar o princípio da refutação como um “mecanismo antidogmático” (Popper) - Pesquisar a favor e contra a hipótese (na escolha de fontes e levantamento de dados)
Área de aplicação dos critérios da objetividade	- Gêneros jornalísticos (a depender do gênero do texto jornalístico)

Fonte: Organizado por Cristiane N. A. de Souza a partir de Sponholz (2009, pp. 158-178).

Se já assumimos que a objetividade foi amalgamada à figura do jornalista muito mais para conferir uma aura de independência ou autonomia frente aos fatos do mundo ali reportados, é nosso interesse elucidar o equívoco interpretativo que ainda resiste incólume. A falsa oposição entre objetividade e subjetividade se sustenta na ideia de que esta embaçaria certo ideal objetivo conquistado a duras penas como a prerrogativa do jornalismo sério. Sodré (2009, p. 41) afirma: “na informação jornalística, o acontecimento é *casus facti*, isto é, da ordem da comprovação objetiva. Embora o relato jornalístico seja a construção feita por uma **subjetividade** a partir de outros relatos (provindos das fontes), existe uma presunção de imparcialidade”. É dizer que a presença da subjetividade, que é óbvia, jamais destrói a facticidade do acontecimento narrado, porquanto ele poderá ser “reconstituído” a partir dos elementos objetivos ali presentes.

Adepta do jornalismo de subjetividade na formação dos profissionais, Pilger (2019, p. 144) o vê como a “possibilidade para um campo, prática e produção mais sensível, humanizada e dialética, que privilegia o Outro, bem como o conhecimento intelectual e interdisciplinar”. Objetividade e subjetividade não se opõem, inclusive porque “a preocupação e defesa de um olhar sensível, longe da superfície e menos tecnicista, não recusa em absoluto a utilização de regras e técnicas jornalísticas, antes, pelo contrário, propõe a reconstrução das mesmas [...]” (Ibid., 152). O plano subjetivo não está imune aos vieses que podem “levar o jornalista à perda de seu objetivo profissional, que é informar com profundidade, incluir e representar de maneira digna uma realidade específica, um grupo identitário marginalizado ou fato desvalorizado [...]” (Pilger, 2019, p. 151). Segue vigente, portanto, aquela preocupação de apresentar com máxima clareza e honestidade os fatos e as fontes acionados no trabalho de reportagem.

Em vias de concluir este apanhado, trazemos a contribuição de Fabiana Moraes para que jornalistas e pesquisadores vejam com naturalidade a relação entre jornalismo e subjetividade. Jornalismo de subjetividade, conceito forjado pela autora, surge “[...] não para fazer oposição ao objetivo, mas sim como uma forma de demarcar a importância do subjetivo, historicamente rechaçado no campo noticioso” Moraes (2019, p. 207). Ela o emprega para questionar, por exemplo, os quase irretocáveis critérios de noticiabilidade e ainda no propósito de conferir mais “espaço para novas (e sufocadas) representações e que pode se assumir ativista sem que haja

uma recusa da apuração profunda e da checagem de dados. [Entende] a subjetividade como caminho para um **jornalismo mais íntegro e integral**” (Moraes, 2019, p. 205, grifo nosso).

1.2.3 Verdade jornalística ou “precisamos que acreditem em nós”

Por princípio, a verdade é o fundamento e a principal definidora do trabalho jornalístico, o que o distingue de quaisquer formas literárias inventivas. Ao assumirem que seu eixo primário de atuação está na verdade dos fatos com os quais engendra suas narrativas, a rede, o veículo e o jornalista conferem legitimidade ao exercício. Longe de engendrarmos um debate filosófico, o intuito consiste em refletir a respeito da apropriação desse conceito no âmbito do jornalismo pelo olhar de alguns teóricos que aí se detiveram. Kovach e Rosentiel (2004) demonstram como a verdade integra o imaginário dessa profissão até o limite de ser um pilar inegociável no século XX, seu pressuposto de existência, por assim dizer. Recordam que, após comprar o *Washington Post*, no ano 1933, Eugene Meyer elaborou “uma série de princípios que diziam, entre outras coisas: ‘Na **busca pela verdade**, o jornal deve estar preparado para sacrificar os seus interesses materiais – se tal caminho for necessário para o **bem público**’” (Ibid., pp. 85-86, grifo nosso).

Atualmente, Rüdiger (2021, p. 40) procura ratificar a clássica distinção entre verdade científica e verdade jornalística, dizendo que “o jornalista não é um cientista social: recolhe as informações e as reporta sob a forma de notícias para o público de acordo com os parâmetros do senso comum e, portanto, da ideologia dominante”. Ou seja, “[...] no jornalismo, a verdade não tem o mesmo sentido que no conhecimento científico” (Ibid.), embora isso não revogue seu estatuto ontológico. Nesse aspecto, similar é a ponderação de Franciscato (2005, p. 168):

Embora o jornalismo resuma situações, citações e opiniões usando processos de seleção, hierarquização e interpretação, não podemos considerar este procedimento semelhante ao científico [pois adota, isto sim] **técnicas simplificadas para coleta de informações e construção de relatos** [...] Seu texto é um recorte, uma ‘colagem’ ou ‘combinação’ de observação, descrição e interpretação tanto do jornalista quanto da equipe de produção e das fontes de informação (grifo nosso).

Já para Eugênio Bucci, “a verdade no jornalismo é aquela passível de ser enunciada num relato cujos pressupostos factuais e cujos argumentos podem ser empiricamente verificados por qualquer ser humano de cultura mediana”. Em síntese, tem-se “um registro [...] que pode ser inspecionado” (Bucci, 2004, p. 240; cf. Bucci, 2019; 2020 apud Rüdiger, 2021, p. 187). Ao jornalista, cabe esta tarefa dúplice: de um lado, deverá compor a melhor versão de verdade que os seus métodos puderem fornecer, observadas as condições de apuração do acontecimento; de

outro, deverá garantir que o percurso possa ser refeito (inspecionado) mediante a aplicação dos pressupostos factuais expressos naquele relato e por sua eventual verificação empírica. De todo modo, não se postula que haveria conclusões coincidentes, pois cada notícia é resultado de uma imbricada rede de intersubjetividades que ali concorrem sob singulares contingências, as quais estão vinculadas a condicionantes pessoais, editoriais, organizacionais, entre outras.

Próximo do conceito de verdade jornalística como aproximação intersubjetiva está o de credibilidade. De Franciscato (2005, p. 172), anotamos que “o vínculo do jornalismo com seu público é um elemento de ordem da intersubjetividade que opera com percepções como **credibilidade**, confiabilidade e legitimidade [...]” (grifo nosso). Referido autor argumenta que “a instituição jornalística conquistou historicamente uma legitimidade social para produzir, para um público amplo, disperso e diferenciado, uma reconstrução discursiva do mundo com base em um sentido de fidelidade entre o relato jornalístico e as ocorrências cotidianas” (Ibid., p. 167). Outra vez, o recurso à credibilidade é atribuído aos jornalistas para narrar os fatos – sua reconstrução discursiva – através de relatos críveis. Obviamente não se trata de reconstituir o real, mas de uma técnica de remediação criteriosa que captura e mantém a confiança do leitor.

Considerando a existência dum contrato implícito, Sodré (2009, pp. 46-47) preleciona: “no pacto implícito entre jornal e leitor, figura a cláusula de que o discurso do jornalista deva ser crível para que o público lhe outorgue o reconhecimento da verdade, [e] a credibilidade junto ao público leitor comum sustenta, portanto, o conhecimento jornalístico”. A autorização outorgada pelo público parece ser o melhor fundamento para aquela escolha de Eugene Meyer nos anos 1930. Se o leitor não crê que o jornal reporta a verdade (jornalística), de nada adianta investir em questões de outra ordem, pois o oxigênio para manter o jornalismo vivo é a fração de credibilidade que a sociedade ainda lhe confere. Em resumo, tal pacto de verossimilhança¹² consiste na licença atribuída ao sujeito da enunciação e tem na retórica o seu fundamento.

Em última análise, “é mais estratégia de credibilidade do que da objetividade dos fatos que se trata na pretensão referencial [...]. O próprio fundamento dos discursos factuais se baseia quase sempre na **fiabilidade do testemunho do locutor** e não na sua observação e verificação diretas” (Rodrigues, 1993, p. 32, grifo nosso). Por mais que o repórter exponha as técnicas de apuração e até descreva o processo, dificilmente o leitor fará a inspeção referida por Bucci. Na

¹² A verdade do necessário relaciona-se à lógica e à ciência, enquanto a **verdade do verossímil** está ligada à retórica. Aquela pode sustentar a si mesma de modo independente, ao passo que esta inclui o sujeito da enunciação. Muito embora o jornalismo tenha assentado sua credibilidade na ideia de que fala de uma verdade presente no enunciado, trata-se, contudo, de uma hegemonia da enunciação outorgada pelo público aos que exercem a atividade jornalística que, por óbvio, também considera a lógica do enunciado, mas não apenas ela. Tem-se, pois, o entendimento das formas de conhecimento apresentadas por Park segundo a lógica enunciativa.

avaliação de Rodrigues (1993), só a mera disposição de ter a narrativa confrontada é suficiente para gerar o efeito de confiança e manter a legitimidade daquele discurso factual. Não obstante, nota-se o desgaste da confiança mencionada por Rodrigues, também sintoma do alastramento de um tipo particular de desinformação¹³ – a que deseja se passar por jornalismo.

Lisboa e Benetti (2015) definem jornalismo como uma crença verdadeira justificada. Elaboram esse estatuto a partir de três condições que podem torná-lo forma de conhecimento – crença, verdade e justificação. De modo sucinto, dizem: “o sujeito deve crer que o jornalismo diz a verdade, e esta verdade deve estar justificada em seu próprio discurso” (Ibid., p. 11). Elas mobilizam o conceito de credibilidade em Lisboa (2012 apud Lisboa e Benetti, 2015), para quem existem duas facetas: a credibilidade constituída (de quem enuncia, elaborada a partir do *ethos* jornalístico) e a credibilidade percebida (efetivamente atribuída pelo interlocutor). Em arremate, advogam pela necessária presunção de credibilidade na relação intersubjetiva, ou seja, na confiança do leitor de que o discurso jornalístico diz a verdade (Ibid., p. 12).

Concluem que a verdade no jornalismo se ampara “na ligação que seu discurso (e seus enunciados) mantêm com a realidade, considerando a existência ontológica dos fatos” (Lisboa e Benetti, 2015, p. 13). Preexistindo realidade externa ao observador, a verdade “implicada na crença do jornalismo” reclama a correspondência entre uma realidade externa e o relato. Sendo o discurso verossímil e autêntico, mais provável será a sua aceitação pelo leitor, e as escolhas discursivas (falas de autoridades, imagens, detalhes circunstanciais etc.) são as “técnicas criadas para transformar o texto jornalístico em um relato crível de fatos da realidade” (Ibid., p. 14).

Tendo certo que a credibilidade se constitui pela relação discursiva que o jornalismo mantêm com seu público, a condição de confiança estará ancorada num rol de valores, os quais “guiam grande parte da expectativa da audiência e indicam ao enunciador o que ele deve fazer para parecer mais confiável”¹⁴ (Benetti e Furtado, 2021, s/p): a) verdade; b) interesse público, relevância, abrangência; c) objetividade, precisão, acurácia; d) imparcialidade, independência, justeza; e) pluralismo, diversidade; f) honestidade, transparência; e g) clareza, mediação.

Por sua vez, Brian Jeffrey Fogg (2009) aponta como sites jornalísticos têm indicadores por meio dos quais se pode aferir a credibilidade, conforme listamos: a) Facilitar a verificação da veracidade das informações prestadas (*links* de referência e indicação de fontes); b) Deixar claro que há uma organização real por trás do site (lista de membros e localização da empresa com fotos); c) Expor a competência dos que produzem o conteúdo (formação e experiências);

¹³ O debate sobre a desinformação e seus efeitos no jornalismo é promissor no Brasil e no mundo, mas não está entre os temas focalizados nesta tese, razão por que não o aprofundamos.

¹⁴ Extraído em aula da disciplina “Teoria do Jornalismo”, no semestre de 2021/2 (Benetti e Furtado).

d) Demonstrar, através de textos e imagens, a confiabilidade dos serviços prestados; e) Tornar visíveis e acessíveis os contatos da empresa (telefones, endereço, perfil nas mídias sociais); f) Investir no *design* do site; g) Tornar o site útil e relevante; h) Atualizá-lo com frequência e ter essa informação visível; i) Diferenciar o conteúdo pago do conteúdo editorial (jornalístico); j) Evitar erros; e k) Quando não puderem ser evitados, os erros devem ser corrigidos rapidamente e a adequação do material deve ganhar a visibilidade adequada.

Há dois pontos sobre a referência citada. Primeiro, Fogg é cientista social que estuda o comportamento humano, tendo criado um modelo comportamental¹⁵ para definir os padrões de atitudes projetadas para influenciar no ambiente digital. Depois, o modelo é mais aplicado em pesquisas/projetos de *marketing*, propaganda e publicidade, embora possa ser usado para compreender o jornalismo, feitas as adaptações (Benetti e Furtado, 2021, s/p). Aqui, o conceito nos ajuda a refletir sobre aspecto central da tese: a credibilidade de portal de notícias na relação com os elementos organizacional, pessoal e tecnológico aí envolvidos.

Como que numa guinada para superar a tradicional discussão sobre verdade, realidade e a função do jornalismo ao reproduzi-las, Schönhagen (1998, p. 250 apud Sponholz, 2009, p. 40) defende que “a função do jornalista não seria mais conhecer a realidade, mas sim fornecer uma **interpretação conveniente da realidade**. Sua medida não é mais a verdade, mas sim se esta interpretação pode ser útil para as pessoas” (grifo nosso). Embora se trate de uma posição coerente com a ideia do jornalismo que vem perdendo o lugar privilegiado de onde escolhia o que era digno ou não de enunciar, ressaltamos nossa escolha de ver a verdade como princípio ético e diretriz prática. “A confiabilidade e a credibilidade de que se alimentam a empresa e o profissional dependem da disposição de busca da verdade, da fidelidade nela investida, e têm como suposto essa **regra universal** em que se ancoram” (Gomes, 2004, p. 36, grifo nosso). Adicionalmente, a utilidade da interpretação pode ser um caminho protegido por onde seguir.

1.2.4 Jornalismo local e regional ou “ideias para vencer a síndrome do impostor”

Outra preocupação da tese é com o jornalismo local e regional no Brasil, buscando um entendimento mínimo de como ele é abordado na pesquisa dedicada ao tema, como é exercido na prática do mercado – considerando o sistema de mídia vigente, e, por fim, de que modo ele

¹⁵ O Modelo apresenta três elementos (Motivação, Habilidade e Gatilho) para persuadir rumo ao comportamento desejado. Cada um é dividido em subelementos: a) **Motivação** inclui os sentimentos de dor e prazer, esperança e medo, aceitação e rejeição social; b) **Habilidade** será o quão fácil/difícil é realizar um comportamento, pois isso depende de tempo, dinheiro, esforço físico, ciclos cerebrais; e c) **Gatilho** está sujeito a estímulos específicos.

tem sido tensionado hoje, seja por levantamentos específicos¹⁶ sobre desertos de notícias, seja a partir de estratégias para formar profissionais¹⁷ do segmento em temas como eleições locais, e políticas públicas. Projetos com enfoque no jornalismo local/regional¹⁸ revelam a disposição de atores estratégicos ao questionarem certos ângulos obtusos da mídia de referência nacional em temas de cidades, estados e regiões, forjados desde posições discursivas distantes daquelas. Trazendo tal reflexão ao abrigo de nosso interesse investigativo, notamos que o Amazonas, por exemplo, é o maior estado brasileiro, com 1,57 milhão de quilômetros quadrados divididos em 62 municípios. Para se ter uma ideia, sua área total é maior que a somatória daquela de países como Alemanha, França, Reino Unido e Japão. O estado se divide em sub-regiões geográficas: Norte, Sudoeste, Centro e Sul. Estas são compartimentalizadas em microrregiões, como aquela que abrange a cidade de Manaus e agrega os municípios de Autazes, Careiro, Careiro da Várzea, Iranduba, Manacapuru e Manaquiri. Já a Região Metropolitana de Manaus¹⁹ (RMM) é formada pela capital, além de Presidente Figueiredo, Novo Airão, Iranduba, Manacapuru, Rio Preto da Eva, Itacoatiara e Careiro da Várzea. Como se pode notar, alguns deles se repetem, embora esta última divisão considere, além do aspecto geográfico, fatores econômicos e sociodemográficos.

Com efeito, nem o quesito puramente geográfico nem os relacionados a outras variáveis são suficientes para concebermos que o Amazonas (e nem estamos falando da região) poderia ser seguramente apropriado de modos simplistas em nossas pesquisas, quiçá na cobertura feita pelo jornalismo institucionalizado. Embora nossa perspectiva não permita aprofundamento que traga à tona outros tensionamentos, é suficiente para indagarmos quais seriam, ao se considerar a complexidade exposta, as responsabilidades do jornalismo local e regional em coberturas mais ampliativas, do ponto de vista geográfico, e mais “embrenhadas” nas realidades específicas de cada mesorregião, por exemplo. A título ilustrativo, é notório que o Sul do Amazonas necessita de maior atenção no tema das queimadas para expansão da fronteira agrícola, enquanto a Terra Indígena do Vale do Javari, entre Atalaia do Norte e Guajará, no Oeste do estado, demandaria maior atenção em temas relativos ao garimpo ilegal e, por consequência, ao trabalho análogo a condições de escravidão, para o qual muitos residentes daquelas áreas são recrutados por falta de oportunidades e ineficiência do estado em promover políticas públicas de emprego e renda.

Spagnuolo (2018, on-line) é taxativo em seu prognóstico: “o jornalismo local precisa se modernizar para sobreviver”, diversificando o modelo de negócios, readequando sua estrutura

¹⁶ O [Atlas da Notícia](#) mapeia cidades brasileiras desde 2017 para saber onde há veículos jornalísticos.

¹⁷ A Abraji oferta cursos gratuitos sobre [jornalismo local](#) para tratar sobre práticas e sustentabilidade.

¹⁸ [Amazônia Real](#) é uma agência de jornalismo independente; enquanto a coalizão [Eco Nordeste](#) cria conteúdo com enfoque nas dimensões social, econômica, ambiental e cultural do desenvolvimento sustentável.

¹⁹ Mais informações em: <https://www.observatoriormm.org.br/a-rmm>. Acesso em: 17 jun. 2023.

de custos e atualizando seus métodos de produção. De todo modo, concordamos que, seja um veículo atrelado a conglomerado de mídia ou independente, nos dois casos o jornalismo local “precisa ser mais confiável e presente na vida das pessoas: para isso, precisa aprimorar padrões editoriais, de negócios, de tecnologia e de governança” (Spagnuolo, 2018, on-line). No caso do Amazonas, é preciso “mapear” para compreender as demandas por uma atuação jornalística no sentido de efetivamente descortinar questões de fundo. Ora, e se as pressões e ameaças (até de morte) não permitem que esse trabalho seja exercido diretamente sobre as consequências (por exemplo, o aliciamento de indígenas para o tráfico de animais silvestres ou de drogas pela área de fronteira), ele pode ser de questionamento a respeito de algumas causas, como a ausência do estado para garantir serviços públicos, trabalho e dignidade às pessoas daquelas localidades.

Ao estudar teses e dissertações produzidas no Brasil na década entre 2010 e 2020, Reis (2022) catalogou 115 trabalhos, sendo 102 dissertações e 13 teses. O resultado mais notável foi a identificação de desertos de pesquisa²⁰. Ao todo, foram pesquisadas as mídias de apenas 184 cidades, destacando-se Porto Alegre (8), Teresina (8), João Pessoa (7), Campo Grande (6), Ponta Grossa (6), Bauru (5), Chapecó (5), Ponta Porã (5), São Luís (5), São Paulo (5), Belo Horizonte (4), Corumbá (4), Curitiba (4), Florianópolis (4), Goiânia (4), Natal (4), Joinville (3), Juiz de Fora (3), Londrina (3) e Manaus (3). Na análise, as categorias regional, interior, local, fronteiras, proximidade/hiperlocal e local/regional foram aplicadas na classificação geral dos textos, e apenas uma tese abordou a noção local/regional com vistas a compreender a construção da identidade editorial e gráfica de um jornal do município de Pelotas, em 2018 (Reis, 2022).

Outros dois resultados mostram que pesquisas qualificadas como regionais são a maioria e investigações empíricas ocorreram predominantes em metrópoles/capitais. Quanto ao tipo de mídia investigada nos trabalhos, TV (37,2%) e jornal impresso (33,9%) foram analisados em 86 deles, equivalente a mais de 70% do total. Rádio e sites de notícias, em 14 pesquisas cada um, ou 11,6% da amostra por mídia. Por fim, blogs (3), redes sociais (2) e revistas (2) foram abordados em sete dos 115 textos, isto é, 5,9% deles (Reis, 2022). Esses achados corroboram o esforço para não apenas apontar a ausência de veículos de informação qualificada em territórios menos centrais e a fragilidade do jornalismo em vastas zonas do país, mas também para realizar um debate crítico e propositivo do tema no âmbito da pós-graduação nesta área.

Com base no mapeamento da bibliografia produzida nas últimas décadas sobre a mídia regional, Pinto (2015) constatou presença de duas perspectivas de análise nos estudos da área: **relacional assimétrica e superlocal**. A primeira

²⁰ Termo adaptado por Reis (2022, p. 54) do conceito de Penelope Muse Abernathy (2016), o de deserto de notícias, para enfatizar, na pesquisa sobre mídia no Brasil, o número de cidades nunca “estudadas pela academia do ponto de vista da infraestrutura de mídia, da produção de conteúdo local ou do consumo de informação”.

caracteriza-se por apresentar análises comparativas entre os meios de comunicação no ambiente regional com aqueles presentes em grandes centros urbanos (principalmente São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília), **estabelecendo uma relação de inferioridade**. [...] De outro lado, textos com foco no superlocal **valorizam as produções midiáticas de forma particularizada** e individual sem oferecer reflexões sobre o seu papel no contexto regional (Reis, 2022, p. 46, grifo nosso).

Segundo Reis (2022, p. 42), o interesse da academia por entender o deserto de notícias mencionado acima foi um dos indutores das pesquisas científicas. Um ponto de destaque depois do apanhado é a exata compreensão de que quantidade não se reflete em qualidade. Com isso queremos dizer que, não obstante o Atlas do Notícia faça importante apropriação do conceito de deserto de notícias, forjado sob a perspectiva quantitativa (existência de veículos nos locais), ele obviamente não poderia ser utilizado como parâmetro qualificador. Ou seja, ainda que num município haja mais portais, estações de rádio e de TV que em outros, numa dada área do país, esse resultado mostra nos mais sobre o interesse de exploração comercial daquele local, ficando o observador impedido de formar uma correlação direta com aspectos qualitativos, pois estes estariam vinculados a parâmetros também de ordem qualitativa, muito mais difíceis de aferir. Assim, pontuamos a limitação do uso desse conceito ao nosso propósito de pesquisa, o que não o invalida como um ponto de partida para propostas futuras, em que os pesquisadores possam empregar fôlego para problematizar o jornalismo local e regional desde seus qualificadores.

Conforme a historiografia nacional, a diferença marcada entre “jornalismo industrial” e “jornalismo artesanal” está em que o primeiro designou a imprensa da capital paulista e o segundo, aquela erigida no interior de São Paulo (Bueno, 1977 apud Reis, 2022, p. 43). Assim, a imprensa local voltou-se a preencher as lacunas de informação que a cobertura industrial fatalmente deixava ao reportar temas locais. Outros autores²¹ já estudam o jornalismo local há algumas décadas, tendo como seus objetos empíricos jornal impresso, rádio e TV. A conjuntura extramidiática brasileira é outro fator útil à percepção do jornalismo local e regional. Na televisão, por exemplo, essa diferenciação local é explorada como um nicho de mercado cujo interesse comercial está alinhado à captação dos “recursos provenientes da publicidade do interior do país”, conforme aponta Peruzzo (2005, p. 71).

Ao formular sua proposta conceitual, Peruzzo (2005) investiga as mídias regional e local para associá-las aos aspectos de proximidade e comunidade. De saída, reforça um fator crucial na cronografia do jornalismo ao afirmar que a “mídia local existe desde que surgiram os meios

²¹ Gastão Tomaz de Almeida, em ‘A imprensa do interior: um estudo preliminar’, de 1983, e Gisela Ortrivano, com ‘Radiojornalismo no Brasil: dez estudos regionais’, de 1987 (Reis, 2022, p. 45).

de comunicação de massa. Historicamente o jornal, o rádio e a televisão, ao nascer, atingem apenas um raio de abrangência local ou regional” (Peruzzo, 2005, p. 69). Depois é que alguns “desenvolvem potencial de alcance nacional ou internacional, [enquanto] outros permanecem locais” (Ibid.). Há de se considerar que seus achados tiveram base em pesquisa bibliográfica e empírica, análises assistemáticas de jornais e programas de rádio e TV em algumas cidades brasileiras. Nesta tese, investigamos três portais de notícias, isto é, produtos que se constroem no digital e que, ainda assim, voltam-se aos temas locais e regionais, ocupando-se dos assuntos marcados exatamente pelos citados atributos da proximidade e da comunidade.

Demarcadas as distinções, a proposta de Peruzzo pode contribuir com esta investigação, mormente em seu contorno mais explícito. Quando cita o rádio como exemplo de mídia local, embora de longo alcance, tal ideia nos parece útil para pensar sobre os portais de notícias que, a despeito de estarem virtualmente acessíveis ao mundo todo, realizam-se na pauta jornalística dos temas local ou regionalmente situados, cujo interesse prioritário é o de informar pessoas de dada comunidade. Coerente deduzir que a expressão local/regional, no bojo das mídias digitais, embora não esteja circunscrita ao espaço geográfico de modo determinista, orienta a empresa jornalística a priorizar escolhas editoriais e pautas abordadas com base na maior proximidade daquele público e no senso comunitário de seus repórteres. Tal raciocínio é hábil para se ampliar o sentido de jornalismo local/regional desde um fundamento estritamente georreferenciado para uma conceitualização mais pautada nos interesses dos agentes sociais implicados, estejam eles estabelecidos fisicamente ou não numa zona geopoliticamente demarcada.

Ao estudar uma interface que é ao mesmo tempo de mídia local e internacional, Karla Müller se debruça sobre o jornalismo produzido em “espaços singulares [onde] a mídia local se configura como elemento de interação e desperta o interesse de estudiosos para características de atuação e estrutura desses meios de comunicação” (Müller et al, 2010, p. 124 apud Müller, Mazer e Leobeth, 2018, p.92). O jornal que pauta “relações que se estabelecem na sociedade, a partir de interesses e desejos desta, decorrentes de crises, conflitos e necessidades do dia a dia da vizinhança” (Ibid.). Já a investigação ‘Mídia e Fronteiras – Cartografia dos Estudos no Brasil’ demonstrou que “a realidade dinâmica e peculiar da fronteira **se caracteriza em pauta para a mídia de abrangência regional ou nacional**” (Müller et al, 2017 apud Müller, Mazer e Leobeth, 2018, p. 92). O resultado reforça a hipótese de que a mídia local e regional (*in casu*, do Norte), ao proporem abordagens descoladas dos paradigmas e valores do *mainstream*, terão mais aptidão para superar as recorrentes ideações universalistas sobre povos e lugares no Brasil.

Ainda que exercite sua crítica com a perspectiva do trabalho acadêmico e da produção científica, Ataíde Malcher (2023), docente do PPG em Comunicação, Cultura e Amazônia da

Universidade Federal do Pará (UFPA), faz reflexões que podem ser aproveitadas nesta nossa incursão teórica relativa ao jornalismo. Em linhas gerais, ela indaga qual o critério aplicado ao qualificar como de relevância internacional o trabalho de investigador estrangeiro vinculado a instituições brasileiras doutras regiões e que se dedica aos temas amazônicos e, por outro lado, classificar como de relevância local os projetos científicos desenvolvidos pelos pesquisadores vinculados às universidades regionais ou locais que investigam a mesma realidade? Sustenta que a relevância decorreria do tema, não do vínculo institucional de quem pesquisa, argumento que subscrevemos (Malcher, 2023). Traduzindo a crítica ao campo jornalístico, a cobertura de fenômenos autóctones, feita por repórteres locais e circulada nos veículos locais/regionais, pode ser suficientemente qualificada na tarefa de interpretar e narrar, para todo o país e para o mundo, as questões com potencial de afetar, em última instância, a continuidade da vida no planeta.

Mesmo hoje, o jornalismo está entre os principais responsáveis por constructos sobre a Amazônia em nível global, porque “são os significados transmitidos pelas notícias que definem e constituem os fenômenos sociais e, dependendo do assunto, eles podem ser abordados em uma escala global” (Camargo, 2009, p. 28). Urge reavaliar sua contribuição nesse cenário, ainda quando há silenciamento sobre alguns temas, porque sabemos que o “não dizer (ou não pautar)” revela estratégias e posicionamentos desses atores. A abordagem jornalística comum é criticada por Loureiro (2011), quando menciona a funcional narrativa da redescoberta de uma Amazônia misteriosa e desconhecida. Ele se alinha à “lógica espetacular da mídia” que mais afasta do que aproxima. Verifica-se haver a “aproximação quando o repórter entra na realidade para mostrá-la detalhadamente; [já] o afastamento é provocado pela atmosfera criada – ambiente único a ser mostrado para o espectador” (Loureiro, 2011, p. 85). Para além do registro desse autor, notamos que textos com esse viés acabam mais desinformando do que o contrário.

Na proposta de Santos e Zuculoto (2016) para pensar o jornalismo na Amazônia, essas embasam a análise nas regras de enunciação e formações discursivas de Foucault, o qual vê o discurso como “operação de forças” (Foucault, 2011 apud Santos e Zuculoto, 2016, p. 2), cujo enfrentamento ocorre no campo das mídias, arena onde certas visões são legitimadas e outras ignoradas. “Investigar o jornalismo na Amazônia é não perder de vista uma série de **discursos preconceituosos, construídos desde o processo de colonização**, e o jornalismo [...] engloba tais comportamentos” (Santos e Zuculoto, 2016, p. 5, grifo nosso).

Segundo expõe Presotti (2009), a abordagem local, que poderia prover coberturas mais aprofundadas pela inserção de seus jornalistas nesse contexto amazônico, “acaba seguindo os moldes da imprensa da região Centro-Sul. Ocorre esporadicamente, em momentos de crise ou pautada por eventos de grande repercussão” (Ibid., p. 38). Analisando de que modo o avanço

do desmatamento foi pauta em jornais de referência nacional, concluiu haver a prevalência de fontes governamentais, pouco uso da diversidade/pluralidade de vozes e dificuldade em separar informações científicas relevantes das influenciadas pelas disputas de interesse (Presotti, 2009). Em resposta, surgem iniciativas como a Rede de Notícias da Amazônia (RNA), com a ideia de “produzir notícias a partir das realidades da região, oportunizando espaços a grupos sociais locais” (Rodrigues, Steinbrenner e Costa, 2023, p. 1). As autoras apontam os desafios rumo à “descolonização das notícias” na Amazônia, citando como conflitos socioambientais têm sido insistentemente capturados pelo “olhar colonial, exploratório e predador sobre a Amazônia, vista, historicamente, como um gigantesco espaço, sem dono, onde os bens da natureza são entendidos como recursos naturais que precisam ser consumidos” (Ibid., p. 3). Ressalvamos que as iniciativas com tal escopo, atualmente mais notadas, não são exatamente novidades.

Na esteira do jornalismo engajado, Veloso (2008) menciona o *Jornal Pessoal*, projeto do jornalista Lúcio Flávio Pinto, no Pará. O JP dividiu-se nestas categorias: Cenários Políticos, Grandes Projetos, Conjuntura Estadual (Pará), Conjuntura Amazônica, Imprensa, Escândalos, Crimes de Encomenda e Conjuntura Municipal (Belém). Segundo o idealizador do jornal, “a condição colonial da região e a visão exótica que dela resulta estão na raiz das dificuldades enfrentadas por seus habitantes”, sobressaindo ‘Conjuntura Amazônica e ‘Grandes Projetos’²² de desenvolvimento. Essa representação jornalística da Amazônia mostra, segundo Bittencourt (2008), uma floresta sem ocupação humana, o que acaba construindo visão fictícia, fantasiosa e pessimista, retratando a destruição e evidenciando conflitos, além de dar pouco destaque às ações em benefício da sociobiodiversidade. A autora revela a recorrente ignorância de detalhes sutis que poderiam render melhores explicações ao público (Bittencourt, 2008).

Defendemos que uma mudança paradigmática seria capaz de reposicionar o jornalismo local/regional em lugar central na produção de reportagens acerca dos temas autóctones, cujo escopo seria subsidiar o panorama nacional e internacional. Assim, superar um ‘eu’ cartesiano em prol de um ‘nós’ é princípio da chamada ética das interações. “Nesta nova ética, o ‘nós’ é entendido não apenas como uma junção do “eu” e do “outro”, mas também como nós, pontos nodais, da rede de interconexões pessoais e da interação entre humanos, natureza e tecnologia (Colferai e Monteiro, 2016, p. 3). A nosso ver, o jornalismo terá lugar nessa intersecção.

Por tudo isso, o jornalismo local e regional deverá ser praticado com vinculação ética, responsabilidade e compromisso com o leitor local, mas também com o de alhures, porquanto

²² Subtemas no *Jornal Pessoal*: Conjuntura Amazônica (Internacionalização, Narcotráfico, Desmatamento e Ações Desenvolvimentistas); Grandes Projetos (Exploração de jazidas minerais, Aproveitamento de recursos hídricos, Geração de energia e Impactos geográficos, sociais e econômicos na região) (Veloso, 2008).

despertará neste último uma perspectiva de enxergar o “Outro” a partir de notícia que propõe autenticidade, singularidade e visões idiossincráticas acerca de questões próprias. Não se trata de esticar a noção do termo, atribuindo-lhe complexidade inoportuna, mas de uma tentativa de compreender local e regional como pontos de inflexão ao jornalismo que hoje é produzido e colocado em circulação por intermédio das redes telemáticas. No limite, empreendemos esforço conciliatório para entender os sentidos de proximidade e comunidade de modo ampliado como as duas características típicas do jornalismo local e regional que é tratado nesta tese.

Em obra recente, Moraes (2022, p. 79) reflete “sobre como, na imprensa, o Nordeste é tantas vezes abordado através das problemáticas da fome e da pobreza, que estruturam pautas sazonais e que várias vezes resultam em prêmios”. Ela nota a perversidade em não apontar que aquela condição de miséria em holofote “é antes de tudo um problema cuja eliminação não está atrelada, para esta mesma imprensa, ao comprometimento do Estado” (Ibid.). Moraes procura devolver ao jornalismo das grandes organizações sua responsabilidade por escolhas que creem (e fazem crer) objetivas, mas que veem o outro sempre “através de filtros específicos”:

Elas [as empresas jornalísticas] informam a aparentemente constante condição de pobreza de ambos, tão enraizadas que o que resta fazer é divulgá-la, “denunciá-la”, mas não ajudar a miná-la em suas bases, a fissurar o tipo de exploração e relações sociais e trabalhistas que as mantêm. [...] se as grandes empresas jornalísticas conseguem eleger ou derrubar presidentes, cabe pensar que também **podem contribuir muito efetivamente na construção de políticas públicas que objetivem diminuir o sofrimento humano** (Moraes, 2022, pp. 83-84, grifo nosso).

De que modo o jornalismo poderia – na medida em que venha a ser mais exigido pela sociedade, mudar as concepções estigmatizantes conferidas a pessoas, locais e temas nas pautas cotidianas? Não é um giro fácil de fazer, até porque exige autorreflexão e questionamento das certezas que escoltam o jornalismo há quase dois séculos. Christofolletti (2008, p. 15) diz ser insuficiente recorrer apenas a equipamentos modernos e à formação de jornalistas; a solução é “pensar, discutir e difundir um ambiente de reflexão ética nos processos de comunicação, [já que] a sociedade percebeu que poderia exigir mais qualidade, e o debate sobre ética emergiu de forma pulsante” (Ibid.). Num cenário atual, onde pululam os conglomerados internacionais de mídia e há liberação para o ingresso de sócios estrangeiros nos mercados locais, o autor reforça que este debate sobre a ética jornalística é, antes de conveniente, atual e estratégico (Ibid.). Com ele nós concordamos, razão pela qual passamos a refletir sobre os modos de se progredir nessa discussão a partir da ética e do emprego de uma *accountability* jornalística apropriada.

1.3 DA DEONTOLOGIA À *ACCOUNTABILITY* JORNALÍSTICA

A atuação do jornalista ao conceber narrativas empacotadas por fontes interessadas foi problematizada por Gomis (2004), segundo quem, no jornalismo, vige a regra de que as fontes fundamentais são as interessadas em que certos fatos se façam conhecidos. “O fornecimento de fatos é gratuito [e] o acordo entre o meio que precisa de notícias e a fonte que deseja que se saiba algum fato passa pelo conceito de notícia” (Ibid., p. 103). Nada mais interessante do que um acordo²³ tácito em benefício mútuo – entre empresas jornalísticas e fontes habituais, no qual estas produzem “[...] fatos que dispõem de abundantes canais de comunicação: porta-vozes, gabinetes de imprensa etc.” (Ibid., p. 104). Essa armadilha fora abocanhada pelo jornalismo, que observa há décadas seu poder de influência e a credibilidade serem duramente questionados após negociá-los no melhor estilo de “ter mais conteúdo novo na *home* pelo menor custo”.

Ao genérico quadro desenhado acima, outro elemento deve ser acrescentado. Acontece que, considerando o protagonismo das mídias sociais para prover uma comunicação direta entre as empresas e os públicos de interesse²⁴, a mídia jornalística foi esvaziada da parcela de controle que tivera sobre o conteúdo circulante, desidratando-se a teoria do *gatekeeper* e a hipótese de *agenda setting*. Como temos notado ao ligar a tevê ou acessar a *web*, nem mesmo as mudanças estruturais foram suficientes para declarar o óbito do bom e velho noticiário do dia a dia.

Isso não significa que ele desfrute hoje de posição tão confortável quanto há um século, justo porque as transformações sociotécnicas têm exigido do jornalismo algo mais do que meras adaptações. No fundo, a pergunta é: para que o jornalismo existe hoje, se os aplicativos e sites de redes sociais fazem a informação chegar antes, de vários ângulos e acompanhada de detalhes que a captação do repórter não poderia abarcar? A resposta passa pela reflexão sobre aquilo que é essencial ao jornalismo e capaz de mantê-lo relevante. De nossa parte, cremos que o debate, antes de ser pragmático ou apenas ligado a mutações tecnológicas, ancora-se na realização do jornalismo como um intérprete cujas ações se baseiam na ética e na responsabilidade social.

1.3.1 Ética e responsabilidade social do jornalismo

²³ Quando as instituições públicas assumem esse papel, buscam obter prestígio perante a sociedade e simpatia dos jornalistas, zelando pela boa imagem. Noutro canto, as instituições privadas buscam incrementar as finanças, ao figurar positivamente para seus públicos ou mesmo quando a imagem da concorrência é atacada (Gomis, 2004); todavia, a forma pretensamente objetiva e imparcial revela um conteúdo de fundo, o assunto ali pautado.

²⁴ Aprofundar em Mídia das fontes: um novo ator no cenário jornalístico brasileiro (Sant’Anna, 2009).

No trajeto esboçado para este tópico, partimos de um apanhado sobre a ética em geral para, depois, entendermos como ela fundamenta o trabalho jornalístico. Notemos que, “como a mídia não apareceu senão na virada do século XX, os grandes pensadores dos séculos anteriores não precisaram se preocupar com ela – mas os do século XVIII não tinham grande estima pela imprensa” (Bertrand, 1999, p. 63). Noutra giro, os autores que se engajaram na formatação de códigos deontológicos para essa categoria, mais “preocupados com a prática e ignorantes em filosofia, não se incomodaram muito em decifrar as obras de pensadores obscuros” (Ibid.).

Ou seja, embora a atividade jornalística tenha aparecido no século XVIII, por não ter logrado apreço dos filósofos daquela época, não houve quem concebesse uma teoria ética para ela ou se propusesse a compreendê-la desde teorias filosóficas daquele contexto. Assim, cerca de dois séculos depois, quando essa atividade já havia se complexificado – a despeito de não ter maturado uma filosofia própria, optou-se pela aplicação da ética utilitária, que já lhe servia de fundamento, conquanto ela sempre fosse eticamente confrontada no âmbito da reportagem. Podemos dizer que a profissão se assenta num chão oco e cujas bases fragilmente resistem, de modo que infundáveis crises que impulsionam o jornalismo a se “reinventar” e se readaptar às mudanças tecnológicas, tendo de reafirmar sua relevância periodicamente, são sintomáticas.

Apresentada a crítica de Bertrand (1999), passamos a estabelecer trajeto conceitual em que a primeira tarefa é distinguir moral e ética. Moser e Lopes (2019, p. 31) ensinam que “moral diz respeito ao conjunto de valores e princípios gerais aceitos pela maior parte da sociedade e que geralmente estão consolidados em forma de leis”, conceito que, em Bortolotti (2019, p. 58), refere-se “aos hábitos e costumes de determinados povos ou grupos sociais; um conjunto de regras, valores, crenças e tabus, que dependem da época e até do ambiente físico”. Como se observa, a moral congrega, em linhas gerais, um conjunto consolidado de crenças, princípios, valores e regras (consuetudinárias ou positivadas) numa conjuntura socialmente estabelecida.

Já a ética se diz do “ramo da filosofia que estuda a moral e, muitas vezes, confronta-se com ela”, haja vista que busca fazer uma reflexão racional daquela (Cañas-Quirós, 1998, p. 1, tradução do autor apud Bortolotti, 2019, p. 59). Conforme conceituam Moser e Lopes (2019, p. 31), diferentemente da moral, a ética tem sua aplicação restrita aos aspectos da vida, como uma atividade profissional, sendo “atitudes que correspondem a uma expectativa do grupo ou dos grupos aos quais o indivíduo pertence, onde são cultivados valores construídos ao longo do tempo na dinâmica das práticas sociais realizadas por integrantes do grupo” (Ibid.). Esses autores afirmam ser recorrente que “os princípios éticos geralmente são expressos em códigos deontológicos” (Moser e Lopes, 2019, p. 31). Isso significa, ao estabelecermos uma coerência na inter-relação entre moral e ética, que esta última decorre daquela, conquanto esteja lastreada

não em referências genéricas, mas sim em situações específicas da vida social; e não em crenças abstratas e inflexíveis, mas sim na reflexão filosófica que objetiva a moral estática. Christofolletti (2008, p. 16) faz inteligível a diferença entre a moral e a ética, reforçando que, se uma é rígida e padronizada, a outra é praticante e decorrente da nossa relação com o mundo:

O que os homens fazem com a moral, isto é, como fazem os valores funcionarem, é o que se convencionou chamar de ética. Se a moral coloca normas, padroniza, é dura e sinalizadora, a ética é reflexiva, maleável, praticante e questionadora. **A moral é como uma tábua de mandamentos; a ética é o pensamento sobre as regras e nossas relações com o mundo:** se vamos ou não acatar as normas, e por que fazemos uma coisa e não outra (Christofolletti, 2008, p. 16, grifo nosso).

Feita essa distinção inicial, seguimos para compreender o termo deontologia, cuja raiz histórica é resgatada em Carvalho e Tonus (2019, p. 259): “O termo deontologia foi criado em 1834 pelo inglês Jeremy Bentham, para explicar que o dever e a norma são objetos de estudo da ética”. De modo simplificado, Bortolotti diz que a “deontologia é a ética aplicada, expressa nos códigos de conduta dos profissionais, normatizando o que pode e o que não pode fazer o integrante de determinada categoria ou corporação” (2019, p. 59). Não há dúvidas, portanto, de que, assim como a ética seria uma moral depurada e relativizada mediante reflexão filosófica, a deontologia, conforme a concebem os autores mencionados, é a depuração da ética, no intuito de conformá-la às práticas profissionais socialmente instituídas, dadas as suas idiossincrasias.

No caso próprio do jornalismo, de nosso interesse, os primeiros códigos deontológicos institucionalizados surgiram apenas no século XX. Antes, havia os editoriais de *Renaudot* (1631 a 1633), as regras de *Diderot* (1975) e ainda o *Publick Occurrences Both Foreign and Domestick* (1960, Boston), documentos para fornecer subsídios mínimos aos praticantes da profissão antes da formalização desses códigos (Camponez, 2009, p. 128 apud Carvalho e Tonus, 2019, p. 259).

Na esteira de outros estudiosos da ética jornalística, Christofolletti (2008, p. 20) critica a posição de Cláudio Abramo de que inexistiria uma ética própria do jornalista – esta seria um mito, aplicando-se a ele a ética do cidadão comum. Sustenta que, embora atraente, a posição de Abramo é passível de contestação. “O jornalista e professor Francisco Karam defende em seu ‘Jornalismo, ética e liberdade’, por exemplo [...] **uma ética característica no jornalismo, sustentada por valores específicos da área**” (Christofolletti, 2008, p. 20, grifo nosso). Tanto porque “não existe ação humana sem implicações éticas [e] todo ato provoca consequências, atinge outras pessoas, e toda relação interpessoal tem componentes morais e éticos” (Ibid., p. 23), quanto porque, no particular caso do jornalismo, o resultado dessas ações alcançam maior número de pessoas conforme circula tal conteúdo, é que cremos na ideia de uma ética própria.

Não se trata de abandonar a ética da pessoa comum, mas sim de agregar a ela exigências éticas especialmente atentas ao exercício profissional do jornalismo, cuja responsabilidade decorre do alcance de escolhas editoriais (*lato*); portanto, diferente daquela exigida de um cidadão comum. Novamente, é assertiva a colocação de Christofolletti (2008, pp. 18-19), transcrita a seguir:

Se ética não tem uma materialidade de coisa, também não é só uma abstração, uma sombra. Ela é um conjunto de processos mentais reflexivos que derivam em práticas concretas na vida. Pensamentos levam a julgamentos, que formam conceitos e que motivam ações. Essas ações acabam influenciando pessoas, incomodando outras, aliviando terceiras. Podem gerar benefícios ou prejuízos, cenários positivos e negativos. Um ato não se encerra nele mesmo. Há consequências. De novo, entra em cena a responsabilidade [...] a ética pode não ser concreta, mas as consequências de uma decisão ética repercutem no plano material. E, dependendo da dimensão do erro, o resultado pode ser fatal.

Neste ponto, retomamos noções precedentes a fim de compreender a ética do jornalismo que o concebe como uma prática social atrelada aos valores burgueses e, a partir disso, apontar opções coerentes à demanda atualizada. Os conceitos de deontologia, ética utilitária e ética da solidariedade mobilizam o debate. Partimos da ética kantiana (deontologia, cujo prefixo grego “*deon*” significa “dever”). “Esse conceito também pode ser chamado de deontológico, pois, a exemplo dos códigos profissionais, normatiza o que pode e o que não pode ser feito” (Bortolotti, 2019, p. 61). Segundo aquele filósofo, cada ação será moralmente valorada conforme a máxima que a determina, e jamais pelo propósito que se quer alcançar com ela. Isto é, “não depende da realidade do objetivo da ação, mas somente do princípio do querer segundo o qual a ação, abstraindo de todos os objetos da faculdade de desejar, foi praticada” (Kant, 2007, p. 30 apud Moser e Lopes, 2019, p. 36). Afinal, não se deverá julgar nada além da ação puramente, sejam os seus objetivos ou as suas consequências. Tendo sido considerada ética aquela ação, estes não têm maior importância, porque **a qualidade ética da ação é um imperativo categórico.**

Na noção utilitarista de Bentham, “a moral deve ser edificada a partir dos indivíduos, não da sociedade” (Bentham, 1982 apud Moser e Lopes, 2019, p. 40). Tal visão traz o risco de uma coletividade dominada pelo egoísmo, onde cada um buscará a satisfação individual. Para contornar isso, Stuart Mill incluiu algo de altruísmo ao conceito, definindo que “[...] uma ação é moral quando proporciona maior satisfação para o maior número de pessoas”, isto é, a busca de uma felicidade geral (Mill, 2005, p. 57 apud Moser e Lopes, 2019, p. 41). No mundo atual, “[...] a maioria dos membros da sociedade segue um dos corolários do utilitarismo, que é o consequencialismo, ou seja, levam em consideração as ações e as suas consequências. Já outros interpretam decisões egoisticamente e o deturpam [para] ‘levar vantagem em tudo’” (Ibid., p. 41). De modo particular, “o jornalista raciocina ao modo utilitarista, mas essa forma de pensar

o jornalismo não é unânime [...]” (Bortolotti, 2019, p. 63). Esse autor indaga quem autorizaria o jornalista a decidir o que é um “mal menor” ao raciocinar de modo utilitarista. E ele vai além: “Como medir se o maior número de pessoas beneficiadas não provocou um mal irreparável na minoria? Como ter certeza de que o ato vai provocar os efeitos previstos?” (Ibid.). Realmente, adotar a reflexão filosófica para interpelar suas decisões corriqueiras não é uma tarefa rotineira para o jornalista, embora percebamos implicações éticas mesmo nas perguntas mais triviais.

Oliver e Williams (1987) explicam que a filosofia do desvendamento acabou adquirindo grande legitimidade no jornalismo, e que a ética utilitária (representada pela máxima de se ter bem maior para mais pessoas) tornou-se critério pleno ao avaliar o que será publicado ou não. “[...] Sem levar em conta as normas utilitárias, ele [repórter] deve considerar os **direitos** (que direitos estão em jogo e podem ser renegados?) e a **justiça** (benefícios e encargos serão equitativamente distribuídos?)” (Oliver e Williams, 1987, p. 145, grifo nosso). Opõe-se ética utilitária, de um lado, e direitos e justiça, de outro. O raciocínio não cabe apenas ao se decidir publicar ou não uma notícia, indo da elaboração da pauta até as formas de circulação, e passando pelo modo de abordar as questões habituais do trabalho, a exemplo da opção por um termo em detrimento de outros, da escolha das fotos e seus ângulos, dos rumos dados às entrevistas que comporão a notícia, da inclusão de falas do entrevistado em partes específicas do texto etc.

“Crítico do utilitarismo, Kant argumenta que a moral não diz respeito ao aumento da felicidade ou a qualquer outra finalidade. Ele afirma, ao contrário, que ela está fundamentada no respeito às pessoas como fins em si mesmas” (Bortolotti, 2019, p. 61). Ambos os conceitos expõem problemas que não podem ser contornados ao se aplicar os pressupostos particulares de cada um ao jornalismo. Assim como não se concebe a fixação de imperativo categórico da ética kantiana para embasar a ética jornalística, dadas as relativizações permitidas ao repórter quando o interesse público primário está em jogo, é insuficiente adotar a visão utilitarista para guiar decisões éticas que se colocam cotidianamente diante de editores, repórteres e redatores.

A nosso ver, a ética da solidariedade pode fundamentar a ação jornalística nos dias de hoje, superando limitações marcantes nas abordagens citadas. “Para cada um dos temas ético-deontológicos, é possível elaborar uma filosofia para a ação, a qual só tem sentido se estiver ligada à solidariedade como gênero humano considerado universal” (Karam, 2019, p. 107). Tal autor pontua que, na perspectiva de uma ética solidária, o núcleo duro a conformar as escolhas do jornalista será a sua vinculação aos demais seres humanos – e ao planeta, acrescentamos.

Mas não estamos exatamente diante de inovação teórica, como aponta Rorty (1995, p. 117-118 apud Moser e Lopes, 2019, pp. 45-46), quando trata a ética no “quadro referencial do pragmatismo de Dewey, o qual parte do pressuposto de que a questão ética é uma questão de

adaptação a nossos semelhantes, a fim de procurarmos um acordo justificado”. Notamos que, alhures, “os pragmáticos procuram fazer as relações com os semelhantes de modo que nossas necessidades sejam satisfeitas e boas o quanto for possível” (Moser e Lopes, 2019, p. 46). Eis a provocação formulada por Rorty (1995, p. 117-118 apud Moser e Lopes, 2019, pp. 45-46): “Como queríamos nós ser tratados em circunstâncias semelhantes?”, dispensando a apelação à ética universalista de Kant e justificando a ação ética na própria noção de humanidade. A ideia de solidariedade que ampara essa justificação ética tem seu precedente histórico conflitante com a ética utilitária, a qual funciona como âncora conceitual da democracia como conhecemos hoje.

Na maioria das democracias industrializadas, a ideologia é inspiração greco-judaica, cristã. Resumida numa frase: o ser humano feito à imagem e semelhança de Deus foi maculado pelo pecado original. Ele é nobre e corrompido. Possui direitos, mas está adstrito a deveres. Dependendo da ênfase a uma ou outra natureza do homem, existem duas tradições na civilização ocidental, a católica e a protestante, a latina e a anglo-americana, a do sul e a do norte da Europa. A primeira, mais autoritária, acentua mais a solidariedade do grupo e a estabilidade da sociedade. A segunda, mais libertária, dá ênfase ao indivíduo e à empresa. Foi essa última que presidiu a emergência da democracia e da civilização industrial (Bertrand, 1999, p. 53).

Em Aveline (2001), buscamos outra abordagem na defesa de superar a ética individual em favor de uma ética social (mais próxima duma ideia de solidariedade). “A nova era solidária do terceiro milênio será, também, a da cidadania plena. Nela, finalmente, a ética individual e a ética social apoiarão uma à outra” (Aveline, 2001, p. 7). Ainda que pareça demasiado otimista e até ingênua, partilhamos da visão de que a humanidade será conduzida às decisões políticas, econômicas, sociais etc. que considerem a existência dos outros humanos – e da natureza. Ela deriva da concepção de que todos/tudo somos conectados e corresponsáveis pela continuidade da vida na Terra (e pela continuidade da própria Terra). Ao molde propositivo, o autor elabora um quadro-síntese para expor as diferenças entre a comunicação antiga e a que deverá surgir:

Quadro 3 – Distinções entre a comunicação dos tempos velhos e a da nova era

Dos tempos velhos	Da nova era
1) Estimula uma curiosidade doentia sobre a vida alheia. Dá a leitores ou espectadores a ilusão de conviver com gente famosa, mostrando detalhes inúteis da sua vida pessoal	1) Ensina como o cidadão pode assumir mais responsabilidade sobre sua vida, mostrando hábitos saudáveis e dando conhecimentos que permitem viver com sabedoria
2) Fala de problemas , descreve atos de violência, transforma criminosos em pessoas famosas. Inspira rancor e revolta impotentes	2) Aponta soluções e alternativas para os problemas que aborda. Descreve atos generosos, destaca pessoas altruístas . Inspira sentido positivo
3) Descreve o ser humano como egoísta , voltado só para sua busca de poder pessoal ou posses materiais	3) Descreve o ser humano com suas crises e contradições , mas mostra que ele está voltado para o bem e que busca felicidade
4) Considera que todo poder está em mãos dos governantes e dos grandes grupos econômicos e segue automaticamente as conveniências dos jogos de	4) Obedece ao poder da verdade . Põe limites ao jogo de conveniências, abre espaço para leitores e

poder. Faz qualquer coisa para obter audiência ou leitores – menos demonstrar coragem política	espectadores, e ganha prestígio seguindo um bom padrão ético . Conquista espaço e coragem editorial
5) Supõe que todos têm motivações pessoais egoístas. Nivela o ser humano por baixo	5) Dá destaque a causas nobres e projetos sociais altruísta
6) Fala a partir do hemisfério cerebral esquerdo, que rotula, crítica e dá voltas em torno do passado	6) Fala a partir dos dois hemisférios cerebrais, especialmente o direito, que é positivo, intuitivo, criador e voltado para o futuro
7) Evita enfrentar as questões cruciais . Prefere informações em torno de jogos de aparências	7) Não tem medo de enfrentar as questões cruciais, porque confia no ser humano e no futuro

Fonte: Extraído de Aveline (2001, p. 49).

Inobstante o esforço de atualidade do referido autor, não se pode desconsiderar o lapso de mais de duas décadas entre o contexto em que o quadro foi elaborado e a complexa agência que hoje organiza os sistemas de comunicação no mundo e no Brasil. Para citar um exemplo, não se poderia imaginar, 22 anos atrás, que a propalada democratização dos meios através de livre acesso e a produção de discursos na *web* fosse necessitar de modo tão contundente de uma regulação estatal, como já ocorre na União Europeia²⁵. Ao redor do mundo, a atual “nova era” é também para se pensar sobre os valores e interesses comerciais das *bigtechs* que estão em jogo e na sua predominância ao distribuir conteúdo para engajar por meio do ódio, da polarização e da desinformação. Esse é um fator chave a se atualizar em eventuais propostas de comparação.

Retornando ao jornalismo, Aveline (2001, pp. 24-25) lembra que, na época da ditadura civil-militar no Brasil, a imprensa nanica não somente resistiu, mas inspirou as “transformações em grande escala nos principais jornais brasileiros”. Na esteira, argumenta que uma “nascente imprensa da nova era causará, direta ou indiretamente, mudanças importantes no jornalismo do século 21”. O autor lembra ainda que “o principal motor das transformações, naturalmente, é o cidadão. Ele exige fiscalizar e orientar processos produtivos. O jornalismo não é exceção” (Ibid.). Porém, essa tarefa não será fácil, inclusive porque demanda mudanças estruturais e até paradigmáticas, alimentando dilemas a respeito de temas, pautas e enfoques que jamais teriam sido objetos de quaisquer inquirições éticas há uma ou duas décadas.

À escolha em cada etapa precedem **interrogações próprias do jornalista**: Estarei destacando o que há de mais importante? O método de apuração está correto e é válido? Há consequências para o que apuro, comentário ou desenho? Estou exercendo com responsabilidade o papel do jornalismo [...], em que o outro é tão ou mais importante do que eu e os valores universais são mais importantes do que aspectos individuais ou valores particulares para que haja benefício a mais pessoas? (Karam, 2019, p. 108, grifo nosso).

²⁵ Disp. em: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/europe-fit-digital-age/digital-services-act_pt. Acesso em: 22 ago. 2023.

Ética e reponsabilidade social são temas coirmãos na medida em que os dilemas éticos estão ligados à responsabilidade decorrente das escolhas realizadas em momentos antecedentes. Nesse sentido, importa mencionar que o conceito de responsabilidade social (RS) esboçado no **Relatório da Comissão Hutchins**²⁶ alinha-se ao modelo filosófico do utilitarismo de Jeremy Bentham e Stuart Mill, já que o consequencialismo advém daquela abordagem ética. Ou seja, sua adoção não é condizente com esta perspectiva que buscamos dimensionar para o jornalismo praticado no século XXI, o paradigma filosófico da solidariedade, já abordado. Esclarecemos o vínculo histórico de concepção do termo para enfatizar que, nesta tese, ele é apropriado com um sentido outro – não oposto, embora não totalmente coincidente com o consequencialismo. No enfoque da filosofia da solidariedade, entendemos a responsabilidade social como o conduto que faz convergirem esforços de jornalistas, de empresas jornalísticas, de organizações sociais e de governos em torno de objetivos comuns, cada um cumprindo a parte que lhe é atribuída.

No caso do jornalista, como já dissemos, ele atua para reconstruir o contexto de fatos, no sentido de que não basta “expor os fatos, e percebo sinais encorajadores de que um número crescente de profissionais da imprensa trabalha duro para reconstruir o contexto essencial dos fatos que estão relatando” (Abel, 1987, pp. 54-55). É o que se espera em relação a uma cobertura de movimentos migratórios, por exemplo, sejam eles internos ou transnacionais. Ora, não é algo que teve início no fato noticiado, mas é um elemento inserido no cenário mais complexo. Não é esperado que o jornalista, na notícia do dia, faça uma contextualização exaustiva das questões correlatas ao fato noticiado, mas que, pelo emprego de técnicas apropriadas e ao alcance, ele traga elementos capazes de compor uma narrativa tanto menos superficial quanto possível.

Segundo Abel (1987, p. 55), nos anos 1980 já havia “evidências de que os monopólios informativos, nesta era em que as cidades têm um só jornal, estão muito mais sensíveis às suas responsabilidades cívicas do que, digamos, há trinta anos”, embora o autor não tivesse sugerido adotar a teoria da responsabilidade social nas empresas jornalísticas. Considerando o período (anos 1980) e a situação geográfica (EUA) a partir dos quais Abel se posiciona ao mencionar a responsabilidade assumida pela imprensa em relação a grupos geralmente subalternizados, ele foi ousado em seu argumento: “[...] a imprensa assume voluntariamente a tarefa de retratar, de um modo mais fiel que no passado, a verdadeira condição e as aspirações das minorias étnicas como os negros, os hispânicos e os asiáticos” (Abel, 1987, p. 56). Muitos pesquisadores e os próprios jornalistas têm se dedicado a olhar o jornalismo e pensar em formas de exigir dele um

²⁶ Relatório elaborado pela Comissão *Hutchins* e denominado “Uma imprensa livre e responsável” (*A free and responsible press*). Ele foi publicado nos EUA, em 1947.

compromisso antes desbotado pelos ideais de objetividade e imparcialidade. E nós acreditamos que a observância da *accountability* pode ser frutífera para compatibilizar tais preocupações.

1.3.2 *Accountability* e jornalismo no mundo

Uma alternativa que consideramos promissora para perquirir o jornalismo resulta de um trabalho colaborativo que conquistou adeptos no mundo todo: é a perspectiva da *accountability* midiática. Sem tradução precisa para a língua portuguesa, no sentido apropriado pelo campo da comunicação, o termo significaria algo como “responsabilidade”, “responsabilização” ou, pela ótica mais administrativista, “prestação de contas”. Há mais de duas décadas, McQuail (2003) descreveu essa palavra como um processo de coorientação capaz de possibilitar a **comunicação jornalística responsável**, segundo a qual os atores (fontes, jornalistas, editores etc.) assumem a responsabilidade pela qualidade do produto final e até por eventuais consequências advindas da publicação, agindo para corresponder às expectativas das pessoas diretamente implicadas pelo resultado do seu trabalho, assim como às da sociedade de modo geral.

É preocupação de jornalistas, empresários, governos e observadores da sociedade civil de há muito, tendo acompanhado a atividade desde o nascedouro, variando apenas os motivos para se defender a observância de questões sensíveis, notadamente ligadas à ética profissional. *The Front Page*, por exemplo, adveio na esteira da ampla inquietação, no interior do campo, com a conduta ética dos praticantes, pois já tinham surgido quatro notáveis estudos antes dele: “*The Principles of Journalism* (1924), de Casper Yost; *The Ethics of Journalism* (1924), de Nelson Crawford; *The Conscience of the Newspaper* (1925), de Leon Flint; e ainda *Newspaper Ethics* (1926), de William Gibbons” (Schmuhl, 1987, p. 12, grifo nosso). Quando Niebuhr foi introduzir a edição de 1957 da *Responsibility in Mass Communication*, ele falou o quanto seria importante haver uma filosofia geral para a comunicação de massa. Para ele, seria “[...] difícil impor uma conduta responsável ao produtor, embora a teoria da responsabilidade social esteja certa em tornar o produtor moralmente responsável pela produção de notícia e entretenimento nos meios de comunicação de massa” (Schmuhl, 1987, p. 14). Ora, ao mesmo tempo em que se aponta a necessidade de haver diretriz filosófica para a comunicação de massa, se reconhece o desafio de fixar parâmetros para os *mass media*. Inclusive, eventuais deturpações conduziriam os programas bem mais intencionados a limitar liberdades individuais e impor a censura.

Referido autor viu na autorregulação o único caminho possível para definir critérios de responsabilização, frisando sempre que a liberdade de imprensa é o direito constitucional que deve fincar o esteio da democracia: “Ter uma imprensa responsável é um objetivo valioso, mas

que depende em grande parte do modo como jornalistas e empresas definem ‘responsabilidade’. A regulamentação externa é impensável” (Schmuhl, 1987, p. 15). Ele defende que “mecanismos limitados e práticos para estimular e encorajar a responsabilidade e a reflexão ética no interior dos veículos são praticamente os únicos caminhos” (Ibid.), enxergando a autorregulação como a única apta a definir critérios de responsabilização da imprensa em sociedades democráticas.

Como formulam Rocha e Alves (2020, p. 106), implicações éticas pós-convencionais²⁷ do paradigma construtivista são “[patentes] para a construção de enquadramentos capazes de revestir a prática jornalística de compromissos consistentes com a inclusão social, o respeito à alteridade, à diversidade e, por fim, com a consolidação da democracia”. Atualmente, somos encorajados a experimentar, considerando o rol ampliado de mecanismos para promover, pela *accountability*, o exercício jornalístico livre, pleno e responsável – e que de nenhuma maneira seja contraditório aos princípios democráticos²⁸. Nesse sentido, vale distinguir entre três noções básicas da comunicação, conforme a explicação de Silva (2012, p. 40):

[...] o conceito de Comunicação é passível de nuances significativas, tais as suas interdisciplinaridades: com a engenharia; com o direito e com a política. A Comunicação, sinônimo de comunicações e telecomunicações, pode ser vista como um campo estritamente técnico; a Comunicação, como um direito, inter-relaciona-se com uma pluralidade de prerrogativas do cidadão: é um dos Direitos Humanos; é uma instituição essencial ao funcionamento e à plenitude da democracia; é um objeto permanente de debates em torno de políticas públicas.

Reparemos que esse não é um caminho simples nem livre de armadilhas, daí o cuidado para aplicar as justas medidas e manter o equilíbrio entre liberdades e responsabilidades. Indo além, cremos que a observação da *accountability* forneceria **salvaguardas para concretizar o trabalho jornalístico orientado ao reconhecimento de direitos**, à pluralidade de vozes e à superação de coberturas estereotipadas etc. Schmuhl (1987, pp. 18-24) resume as perspectivas críticas da imprensa, incluindo textos deontológicos, crítica interna (*ombudsman* e “notas do editor”), crítica externa (fóruns de discussão), conselhos de imprensa (na Suécia e nos EUA) e educação (formação profissional e atualização para repórteres, editores e proprietários). Dois pontos têm destaque: primeiro, tais meios eram tidos informais e estavam em diferentes fases de desenvolvimento; depois, a aplicação conjunta poderia criar ambiente dentro do jornalismo

²⁷ Adotar o enquadramento cultural reflexivo em vez do tradicional, porque “os significados da realidade social implícitos e naturalizados”, torna possível a influência da “autoridade do público”, e fortalece deliberações úteis para se “enfrentar e tentar resolver os problemas sociais através da legitimação pela validação intersubjetiva da comunidade de comunicação” (Rocha e Alves, 2020, p. 106).

²⁸ Para Silva (2012, p. 44), ao mesmo tempo em que se regula a infraestrutura, é preciso assegurar a garantia de liberdades e direitos, portanto, “na matriz geradora de padrões institucionais, mais uma vez, servindo de paradigma o exemplo dos Estados Unidos, onde **as liberdades são intocáveis, mas o mercado é controlado, inclusive, para evitar que a pluralidade de opinião seja prejudicada [...]**”.

que pudesse “dar o devido valor às responsabilidades éticas” (Ibid., p. 25). O quadro seguinte apresenta um resumo sobre os mecanismos já identificados pelo autor àquela altura:

Quadro 4 – Perspectivas de crítica da imprensa (década de 1980)

Perspectiva	Definidores e respectivos exemplos
Códigos de ética	Listas de normas e objetivos capazes de articular os princípios fundamentais da conduta dos jornalistas. - <i>Códigos deontológicos</i> , em geral, com função consultiva.
Crítica interna	Mecanismos criados no ambiente das redações. - <i>Ombudsman</i> – pode melhorar a credibilidade de uma organização jornalística, embora as discussões estejam concentradas nas dificuldades em cobrir determinados temas, informando o público sobre responsabilidades e certos ‘dilemas’ do processo interno da redação. - <i>Nota dos Editores</i> – implementada no New York Times por A. M. Rosenthal, em 1983, destinou-se a corrigir erros factuais ou lapsos de equidade, equilíbrio ou perspectiva que os editores considerassem importantes.
Crítica externa	Trata da percepção do público sobre lapsos ou transgressões éticas, remontando ao início da república nos EUA; ajudou a (re)definir normas de trabalho honestas e responsáveis. Estas são algumas das questões em torno de casos específicos: A cobertura foi exata e completa? A reportagem foi justa e equilibrada? Como a informação foi obtida? O que motivou a fonte da informação? Quais as consequências da matéria? - <i>Columbia Journalism Review</i> , de 1961, <i>Washington Journalism Review</i> , <i>Inside Story</i> (PBS), <i>Viewpoint</i> (ABC) e <i>Fóruns</i> regulares de crítica “Esta corrente de análise, diversa, mas constante, manteve os princípios fundamentais da responsabilidade da mídia em primeiro plano nas mentes de jornalistas e público” (p. 21)
Conselhos de imprensa	A proposta de um órgão independente para avaliar a atuação jornalística remonta a 1916, quando foi criada a Comissão Ética da Imprensa, na Suécia. - <i>Conselho Nacional de Imprensa</i> , criado 1973 (EUA) e autodissolvido em 1984. Não tinha autoridade formal/legal. “No futuro, entretanto, Conselhos de imprensa em nível local, estadual ou nacional podem se constituir em forças significativas no sentido de estimular a responsabilidade e encorajar a conduta profissional” (p. 22).
Educação	<i>Formação profissional e atualização permanente</i> voltada a repórteres, editores e até proprietários, tornando-os “mais sensíveis às responsabilidades e às implicações morais da atividade jornalística” (p. 23). - <i>Media Ethics: Cases and Moral Reasoning</i> (1983) “Ao refletir sistematicamente sobre as motivações, técnicas e consequências envolvidas na apuração de uma reportagem, um jornalista pode se tornar mais inteiramente consciente das suas responsabilidades” (p. 24).

Fonte: Compilado por Cristiane N. A. de Souza a partir de Schmuhl (1987).

Formulado por Bertrand nos anos 1990, o conceito de M.A.R.S – Meios de Assegurar a Responsabilidade Social da Mídia – refere-se ao conjunto de **modos não estatais** usados com o intuito de “tornar os meios de comunicação responsáveis perante os públicos. De modo geral, eles não agem senão sob pressão moral. Mas sua ação pode vir a ser reforçada pela autoridade dos dirigentes da mídia ou disposições legais pré-existentes” (Bertrand, 1999, p. 140). E são materializados por agências reguladoras independentes, organizações não governamentais que se voltam à mídia, associações de cidadãos e exigência de formação específica para jornalistas. De novo, não se trata aqui de um tema recente, mas que subjaz à própria história da imprensa.

[Na] Inglaterra, reina com tradição a prerrogativa da liberdade de imprensa, mas é igualmente soberana a responsabilização dos abusos [...]. O que a Inglaterra tem de melhor em matéria do que se pode chamar de ‘controle social da mídia’ é a Press Commission Complaints (PCC), à qual já recorrem desde os cidadãos comuns aos integrantes da realeza, passando por celebridades [...]. A PCC é um exemplo típico de Meio de Assegurar a Responsabilidade Social (MARS), pois, sem representar qualquer ameaça à liberdade de imprensa, consegue oferecer aos ingleses uma alternativa que não seja o Judiciário à qual o cidadão possa recorrer quando se sentir vítima de erros, abusos e danos causados pela mídia (Silva, 2012, pp. 45-46).

De viés mais propositivo, citamos a obra *Media Accountability Today and Tomorrow*, editada por Krogh a partir dos debates no Seminário Internacional da Escola de Comunicação e Design da *Kalmar University* (Suíça), em março de 2007. O trabalho atualiza a noção geral de *Media Accountability Systems*²⁹ para o início do século XXI, tarefa realizada por Bertrand. Ele afirma que a *accountability* é “mais do que a ética individual do jornalista [...]. Também é mais do que a autorregulação, que é estritamente interna à indústria – e geralmente usada para acalmar as autoridades, de modo a evitar restrições legais” (2007, p. 29). O autor alerta sobre pelo menos três obstáculos para se fazer bom jornalismo e, pior, eles encontram fundamento na própria tradição repisada para essa atividade ao longo dos séculos: o primeiro é o jornalismo “*iceberg*”, isto é, a cobertura de uma pequena parte visível da realidade, ignorando-se a parte sob a superfície, “processos silenciosos que lentamente transformam e ameaçam a sociedade”; já o segundo é o “**infoentretenimento**”, hábil para captar audiências, e também para “confundir informação e entretenimento” – interessante *vs.* importante; por fim, o **negativismo**, que julga as “notícias positivas como desinteressantes” e, além disso, prioriza os temas como violência, sofrimento, declínio, conflito e desastre, atribuindo-lhes maior valor de noticiabilidade.

De volta aos Sistemas de *Accountability* Midiática, Bertrand (2007) relata que realizou *survey* on-line com jornalistas e o público de 88 países no biênio 2005-2006, obtendo dados de cem deles, os quais revelaram o aumento, na década anterior, do interesse pela ética midiática. Ele não chegou a sistematizar todas as respostas, mas compartilhou as percepções gerais, como a diversidade de **M.A.S.**, podendo ser internos, externos ou envolvendo a cooperação de público e profissionais. Também foram listados exemplos locais, regionais, nacionais e internacionais, assim como mecanismos relativamente raros ou únicos, nunca replicados noutros contextos. É firme a conclusão do autor de que muitos respondentes não apontaram duas questões cruciais. A primeira foi subvalorizar o papel do público nos sistemas de *accountability*: só 12 daqueles países contavam com associações de consumidores, incluindo Espanha, Itália, Finlândia, Coreia

²⁹ Bertrand (2007, p. 30) esclarece que M.A.S. é o instrumento não estatal (pessoa, grupo, texto, transmissão e até processo) que vise a aprimorar o serviço de mídia noticiosa, direta ou indiretamente. Há exemplos no Anexo B.

e Taiwan. A segunda foi a pouca importância atribuída à formação específica nas escolas de jornalismo, considerando que 450 dos entrevistados não sabiam qual a proporção de jornalistas em seus países tinha recebido formação superior para exercer a profissão (Bertrand, 2007).

Nessa mesma obra, são apresentados exemplos de sistemas internos e externos de *media accountability*. Nos Estados Unidos, a pioneira e mais bem sucedida iniciativa interna na área foi o *American Society of Newspaper Editors* (ASNE³⁰), projeto realizado entre 1997 e 1999, o qual revelou ser possível sim reconstruir lentamente a confiança dos cidadãos. Nesse sentido, caberia explicar melhor seus valores-notícias e a tomada de decisões, pois o público tende a dar mais crédito para os jornalistas que explicam as suas escolhas. No geral, a aposta de Smith é na transparência da redação, fazendo ruir o clássico “modelo de fortaleza”. Quanto aos sistemas externos, Fengler (2007) deu ênfase aos blogs³¹, dada a conjuntura midiática dos anos 2000. E distinguiu, na infraestrutura de qualidade jornalística, entre mecanismos **preventivos**, como a formação e atualização contínua de jornalistas; mecanismos **corretivos**, usados após ser feito o trabalho e com o objetivo de promover ajustes atuais e futuros (“carta ao editor”, conselhos de imprensa, premiações etc.); e mecanismos **internos**, como as checagens e revisões (p. 62).

Com a colaboração de 1.762 jornalistas de 14 países, que foram questionados por meio virtual, Fengler et. al. (2015, p. 2) publicaram o compilado ‘Quão eficaz é a autorregulação da mídia? Resultados de levantamento comparativo entre jornalistas europeus’³². Ali, exploraram comparativamente como um grupo de jornalistas da Europa viu o impacto dos antigos e novos instrumentos de *accountability* midiática em suas atividades cotidianas. Entre os instrumentos já estabelecidos eles citam, por exemplo, conselhos de imprensa, códigos de ética, ouvidorias e críticas de mídia; entre os mais recentes, o texto cita blogs de redação e críticas publicadas nas redes sociais digitais. Além disso, a investigação agregou dados empíricos ao debate acerca da autorregulação da mídia no velho continente ao abordar, por exemplo, a atuação da Comissão Europeia sobre Liberdade de Mídia e Pluralismo³³, entre outras iniciativas.

Em outro texto colaborativo, Fengler agregou pesquisadores de todos os continentes, ampliando o debate acadêmico do tema para 43 países. O Manual reúne análises comparativas fundamentadas em teorias a respeito de distintos regimes de responsabilização. Foi a primeira proposta interdisciplinar para comparar as estruturas de *accountability* midiática em tão ampla

³⁰ Mais informações em: <https://members.newsleaders.org/diversity-survey-1999>.

³¹ A blogosfera estabeleceu-se nos anos 2000. Havia espaço para crítica do jornalismo *mainstream* por críticos independentes (jornalistas, não jornalistas, entidades etc.). Nas redações, os jornalistas sofriam pressão de pares, empregadores, financiadores e público, praticavam autocensura e deixavam de criticar o trabalho dos colegas.

³² Original: *How effective is media selfregulation? Results from a comparative survey of European journalists*.

³³ Aprofundar em: <https://digital-strategy.ec.europa.eu/pt/policies/media-freedom>. Acesso em: 22 jun. 2023.

escala, criando uma base considerável para outras pesquisas e até para a formulação de políticas no mundo, particularizadas em cada região e/ou país (Fengler, Eberwein e Karmasin, 2021). É notória a variedade de sistemas de mídia jornalística, com diferenças entre continentes, países de um mesmo bloco e até regiões de um dado país. Com efeito, ao se refletir sobre mecanismos de *accountability*, deve-se antes considerar as **particularidades da zona de incidência**.

Nesse particular, a respeito dos manuais, não olvidamos que eles possam servir como instrumentos de controle e adestramento, tal como as legislações, forjadas propriamente dentro do sistema de normativo cogente, em maior ou menor grau de intensidade. Contudo, fazemos uma ressalva a respeito destes, ora citados. Embora não olvidemos que sejam parte de uma estrutura onde prevalecem orientações de matrizes eurocêntricas e estadunidenses, o seu mérito está em dois pontos que destacamos a seguir. Primeiro, notamos legítimo movimento no sentido de agregar uma pluralidade de visões, espacialidades e modos sociais de organização da mídia – do jornalismo, em particular, buscando a compreensão da *accountability* a partir de realidades como as vivenciadas no continente africano e na Latinoamérica. Em segundo lugar, serviriam, no limite, não propriamente como formas prescritivas de condutas ou impositivas de aplicação de ferramental em contextos absolutamente distintos, mas sobretudo como propostas de como fortalecer a mídia e o jornalismo, em última instância, diante de ameaças que o cercam em nível global, como a proliferação de narrativas insalubres, variando apenas o tipo de conteúdo.

Ora, disso queremos afirmar que, mesmo nascidos de estrutura colonialista, os manuais que servem de exemplo nesta incursão mais pragmática e aplicada do tema almejam acrescentar reflexões atualizadas acerca de questões cuja problematização no âmbito do jornalismo faz-se necessária e urgente. É por isso que, em muitos desses documentos, observamos a iniciativa de organismos como a ONU, a OMS, o ACNUR e a UNESCO, os quais fazem parte desse sistema internacional de proteção dos direitos humanos com a incidência na quase totalidade dos países. Diante disso, pesquisadores e profissionais insertos em contextos sociais, culturais, políticos e econômicos arraigados à herança colonialista, devem ser cuidadosos para, diferentemente de se apropriar de modelos acabados, providenciar as próprias estratégias de fortalecimento da mídia e do jornalismo a partir de uma ideia de *accountability* – num sentido ampliado e crítico, capaz de envolver não apenas responsabilidades, responsabilização e prestação de contas aos leitores, mas, sobretudo, refletir e pôr em prática os compromissos condizentes com estas realidades.

Para citar projetos envolvendo pesquisadores latino-americanos, o *Knight Center for Journalism in the Americas* publicou, em 2013, relatório com o resultado de debates ocorridos durante um fórum homônimo, em Austin (Texas, EUA). *Transparency and Accountability: Journalism and access to public información in Latin America* reuniu as preocupações com

transparência jornalística na região. Fernando Rodrigues, jornalista da Folha de São Paulo e colaborador do portal UOL na época, fez uma relevante contribuição ao relatório ao tratar sobre a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011). A mudança legislativa tornou o acesso a regra geral e o sigilo a exceção, fazendo da LAI uma das mais abrangentes do mundo, o que ajudou no trabalho de investigação jornalística. Ainda que trace um panorama bastante completo desse assunto para a porção sul do continente americano, o compilado não reserva espaço específico para esmiuçar iniciativas de *accountability* no Brasil, com discussões ainda muito pontuais.

1.3.3 *Accountability* jornalística no Brasil

No tópico final do capítulo, trabalhamos no sentido de agregar textos de pesquisadores brasileiros ou que tenham a participação deles, focalizando o debate que constitui o estado da arte sobre a *accountability* jornalística no país. Três investigadores brasileiros colaboraram para o compilado organizado por Fengler, Eberwein e Karmasin em 2021, *The Global Handbook of Media Accountability*. Paulino, Bastian e Gomes (2021) apresentaram tanto o contexto latino-americano quanto os instrumentos de responsabilização, jornalistas e propriedade da mídia no Brasil. Ainda que haja *Accountability Media Instruments* (AMIs) neste nosso sistema midiático, como **códigos de ética, ouvidorias e observatórios de imprensa**, tais autores concluem que citados instrumentos **impactam pouco** no trabalho jornalístico. Outra característica marcante no Brasil é a organização da mídia, tradicionalmente institucionalizada a partir da propriedade privada e sob uma forte pressão econômica e política (Paulino, Bastian e Gomes, 2021).

Por óbvio, a inclusão do Brasil na discussão destaca o viés da *accountability* no país, e o diálogo intercontinental deverá expandir. Nesse sentido, imperioso considerarmos o contexto dos sistemas nacionais, onde há agências diversificadas e uma tendência a criar controles mais apropriados ao paradigma pelo qual o jornalismo se institucionaliza neste lado do Atlântico. A infraestrutura da mídia nacional, onde majoritariamente floresceu a atividade jornalística, está organizada, para Gørgen (2017), desde duas características centrais. A primeira é a “estrutura geograficamente capilarizada de distribuição de conteúdo”, embora mantendo “centralização institucional na representação político-econômica”, o que se reflete em reservas econômicas, políticas, históricas e simbólicas dentro do aparato midiático. Outrossim, grandes corporações da mídia hoje são propriedade de conglomerados da elite econômica e política, dominadas por oligarquias desde seu nascedouro. Em segundo lugar, fruto das injunções mencionadas, Gørgen (2017, p. 483) destaca “tripla vinculação econômica (diagonal, vertical e horizontal), controle

de redes de distribuição, penetração regional, presença histórica e relações políticas”. Por certo, um sistema bastante rígido e hierarquizado, com nenhuma ou raras possibilidades de escape.

A estrutura de cima para baixo das oligarquias normalmente faz mais difícil para o indivíduo ser ouvido sobre assuntos abstratos, como ética ou questões de consciência. Enquanto tivermos apenas um jornal e três ou quatro estações de televisão fazendo jornalismo em nossas cidades, não podemos confiar só no mercado para proteger a ética jornalística (Kovach e Rosentiel, 2004, p. 273, grifo nosso).

Ainda que os autores citados tenham feito observações a partir de realidade diversa da brasileira, eles são assertivos ao mencionarem, por exemplo, a desigual distribuição de veículos jornalísticos em dada cobertura geográfica – tema tratado anteriormente. A constatação justifica a referência, que é consectário lógico do “deserto de notícias” brasileiro, pois não se pode, nessa conjuntura, atribuir ao mercado a proteção da ética jornalística. Seria como deixar a presa aos cuidados do predador, comprometendo de várias formas o resultado a ser entregue à sociedade sob a roupagem de notícia isenta, objetiva e imparcial. Para fazer frente a isso, os estudiosos da área têm paulatinamente investido em pesquisa aplicada, a exemplo do Qualijor, *software* de gestão da produção que parametriza a qualidade editorial a partir das informações fornecidas a cada etapa de elaboração da notícia, resultando numa avaliação destes três aspectos: relevância, confiabilidade e pluralidade (Guerra, 2016). Segundo tal autor, o programa permite “revisar e avaliar o trabalho feito, usar resultados para tomar decisões editoriais com base em dados (como decidir se as matérias entram ou não na edição, e com qual destaque) e oferecer **transparência editorial para fins de accountability**” (Guerra, 2016, p. 2, grifo nosso). Em tempo, frisamos a filiação de Guerra ao realismo crítico de Karl Popper e Hans Albert, opondo-se à concepção de que o jornalismo ajuda a construir a realidade social, à qual estamos alinhados.

Mesmo que a autorregulação receba severas críticas, é de nosso interesse compartilhar iniciativas que funcionam como instrumentos de *accountability* jornalística. O Guia de Ética e Autorregulamentação Jornalística³⁴ da Rede Brasil Sul (RBS), a afiliada da TV Globo no Rio Grande do Sul (RS), lançado em 2011, traz diretrizes para um “jornalismo responsável, livre e transparente” no âmbito daquela empresa. Do lado dos projetos independentes e regionalizados, a agência Amazônia Real, criada em 2013, é filiada ao *The Trust Project*³⁵ desde 2021. No país, a proposta criada pela norte-americana Sally Lehrman fundiu-se ao **Projeto Credibilidade**³⁶ e se concretiza numa parceria entre o Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor) e

³⁴ Ver em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/rbs-lanca-guia-de-etica-e-autorregulamentacao-jornalistica>.

³⁵ Mais informações em: <https://thetrustproject.org/>.

³⁶ Mais informações em: <https://www.credibilidade.org/>.

a pós-graduação em Mídia e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Seu escopo consiste na aplicação de indicadores para avaliar o compromisso do veículo jornalístico com a **transparência** e a **responsabilidade social**, a saber: Melhores práticas (padrões e políticas); Experiência de jornalista; Etiquetas para os Diferentes Tipos de Conteúdo; Referências para as Afirmações; Métodos de reportagem; Experiência e fontes locais; Diversidade de vozes e perspectivas; e *Feedback* acionável (engajamento público) (Amazônia Real, 2021, on-line).

Silva (2012, p. 53) relembra o crucial papel da sociedade civil, que tem se mobilizado “para fazer face a esse quadro, de mercado gigantesco e descompassos regulatórios, como o caso do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e Observatório da Imprensa”. Enquanto aquele se dedica a apontar contradições marcadas no panorama das comunicações no Brasil, o Observatório dedica-se a uma leitura crítica a respeito dos conteúdos publicados pela imprensa brasileira. Ambos, cada um a seu modo, atuam como importantes barômetros ao expor eventuais **disfunções do jornalismo praticado no país**. Olhando de outro foco o problema da qualidade do jornalismo, o qual podemos apropriar ao caso brasileiro, Bertrand (1999, p. 37) é categórico ao dizer que “a lei intervém habitualmente para impedir algumas práticas. Se todos estão de acordo com o interesse público de uma medida, é natural transformá-la numa lei [...] A lei não é restritiva por natureza. Ela pode ajudar a mídia a fazer seu trabalho”. Nesse lastro, voltamos a citar a Lei de Acesso à Informação (LAI), que permite a existência, por exemplo, da plataforma Fiquem Sabendo³⁷, entre outros projetos que viabilizam o acesso às informações de interesse público que, se assim não fosse, permaneceriam ocultas da sociedade em geral.

Partindo de uma mirada mais pragmática, e abandonadas as estigmatizações de alguns anos antes, “a Unesco tem promovido debates e reflexões sobre a relação entre comunicação, um direito humano; e a necessidade de se regular um recurso público finito, as ondas eletromagnéticas e suas frequências para o rádio e a TV [...]” (Silva, 2012, p. 54). Em Brasília (2011), foram elaborados os documentos a seguir, sob a chancela do organismo internacional: ‘O ambiente regulatório para a radiodifusão: uma pesquisa de melhores práticas para o atores-chave brasileiros’, ‘Liberdade de expressão e regulação da radiodifusão’ e ‘A importância da autorregulação da mídia para a defesa da liberdade de expressão’, sendo o último voltado ao tema em debate. O autor questiona: “Que meios podem ser criados sem que eles venham a ser denunciados – por vezes, *a priori* – como restritivos à liberdade de expressão?” (Ibid., p. 55).

Silva (2012, p. 55) provoca e ele próprio esclarece: “E por que a Unesco? Justamente porque, no Sistema das Nações Unidas, cabe à Unesco agir em cooperação internacional para

³⁷ Mais informações em: <https://fiquemsabendo.com.br/>. Último acesso em: 14 jun. 2023.

que a liberdade de expressão corresponda a um sistema midiático livre, plural, independente e diverso”. Engajada com essa temática desde os anos 1990, a Unesco almeja avaliar o progresso das nações no provimento do equilíbrio entre **liberdade e responsabilidade**. Insistindo no caso brasileiro, a agência apresentou, naquele mesmo debate de 2011, em Brasília, os eixos para um sistema regulatório, a saber: a) autoridade reguladora independente; b) concessões; c) regulação e autorregulação de conteúdo; d) emissoras públicas; e) emissoras comunitárias; e f) regulação de propriedade. Sem embargo, o cenário atual requer mais do que boa vontade e documentos orientadores, considerando complexidade e urgência para a regulação das plataformas e mídias sociais. Prioritariamente, há os interesses econômicos das *bigtechs* implicadas, mas também um forte *lobby* político, interesse de grupos privados especializados em desinformar e disseminar discurso de ódio e ideologias contrárias aos direitos humanos. Ora, muitas são as frentes que eventuais tentativas reguladoras devem enfrentar, no mais das vezes oblíquas sob o manto duma genérica defesa das liberdades. A título exemplificativo, em pleno ano 2023, viu-se frustrada a votação do *PL 2.630/20*³⁸, abandonado após forte pressão das *bigtechs* na Câmara Federal.

Como amplamente discorrido em tópicos anteriores, a formação superior específica é tema sempre mencionado quando se trata de *accountability* jornalística. Novamente, a Unesco teve participação meritória ao elaborar um documento, com base em consultas a profissionais, especialistas e professores universitários de vários continentes, a respeito dessa formação. Um dos pontos mais citados foi este: “uma formação deve oferecer aos estudantes conhecimento e treinamento suficientes para que reflitam sobre a ética do jornalismo, suas boas práticas e sobre o papel do jornalismo na sociedade” (Renault, 2012, p. 117). Isso ratifica a orientação do modelo curricular das Nações Unidas para **ensino do jornalismo**, segundo quem é preciso “[...] ensinar a identificar notícias e reconhecer fatos de interesse num ambiente complexo de dados e opiniões [... considerando] públicos também heterogêneos” (Ibid., p. 116). Embora se repute válido, relevante ou óbvio que organizações jornalísticas selecionem os quadros pela exigência da graduação em jornalismo, longe de ser unânime, tal debate pode ser confrontado de várias maneiras, iniciando pela posição do Supremo Tribunal Federal (STF) de dispensar o diploma³⁹, embora nosso recorte não permita o qualificado aprofundamento dessa questão.

Há mais de década, quando se começava a notar as primeiras mudanças decorrentes da inexistência do diploma para exercício do jornalismo, Renault (2012, p. 116) questionava sobre “qual o profissional as escolas superiores de comunicação e jornalismo [deveriam] preparar e colocar no mercado”. Nesse sentido, uma resposta adveio da Unesco, que havia elaborado um

³⁸ Acessar tramitação em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2256735>.

³⁹ Aprofundar em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=109717&ori=1>.

“modelo curricular para o ensino do jornalismo”. Esse paradigma foi composto por alternativas para vários países, a depender dos cursos ali existentes. Um destaque é a função do jornalismo nas sociedades modernas, qual seja a de “informar, analisar e comentar os fatos da atualidade”, sendo objetivo dos jornalistas, de um modo geral, “servir à sociedade, informando ao público, fiscalizando o exercício do poder, estimulando o debate democrático e, dessa forma, contribuir para o desenvolvimento político, social, cultural e econômico” (Renault, 2012, p. 116).

Erick Neveu (2001 apud Adghirni 2012, p. 69) diz: “[...] a consciência possível de um jornalismo de mercado nada mais é que a dissolução da profissão jornalística em um amplo amálgama de profissões na área de comunicação, ilustrado pelo neologismo *media-worker*”. E os indicadores dessa evolução, avalia tal autor, são percebidos pelo desaparecimento crescente das fronteiras entre as profissões voltadas à produção noticiosa. Sem dúvida, o genérico termo “produtor de conteúdo” pretende abranger a totalidade daqueles que atuam produzindo textos, imagens, vídeos editados e lives para um cada vez maior número de mídias sociais. Somam-se a isso os fatores próprios do jornalismo, como a desregulamentação profissional e a quantidade crescente de iniciativas independentes das grandes empresas de mídia jornalística, o que acaba tornando nebulosas as tentativas de se impor limites definidores do que seria ou não jornalismo, sendo todos atirados no confuso balaio dos produtores de conteúdo.

As novas tecnologias multiplicaram os produtores de conteúdo informativo e a internet se encarregou de pulverizar os locais para abrigá-lo. Acostumados a controlar o *agenda setting*, **os jornalistas passaram a ter de competir com um sem-número de leigos para conseguir um pouco de atenção para o seu trabalho**. O ostracismo é o pior dos lugares quando um dia se esteve no topo. Por isso, é grande o risco de carregar na tinta ou cair no sensacionalismo para se manter ao sol (König, 2019, p. 151, grifo nosso).

Tendo em vista que a tese estuda a partir de um espaço particular onde se desenvolve o trabalho jornalístico, desde a sua concepção como ideia ou pauta até a sua publicação, cremos ser tal referência necessária e atual, até porque “nem toda informação produzida é jornalística, tampouco todos que produzem informações são jornalistas”, mas algumas questões objetivam diferenciar o tipo de conteúdo, e König (2019, pp. 151-152) propõe alguns questionamentos: “Qual valor subjacente à informação difundida? Quais interesses há por detrás da divulgação? Quem ganha com isso? E quem perde com isso? Essa informação fará diferença na vida das pessoas? [...]”. Por seu turno, Christofletti (2008, p. 102) alerta que os sistemas de reputação que vieram a reboque do surgimento da *web* reformularam os velhos conceitos de autoridade e credibilidade – até então os esteios dos praticantes da reportagem, de modo que o jornalismo

se acotovela com outras tantas narrativas, tentando sobreviver e diferenciar do conjunto que o cerca. Qualquer que seja o conceito que o jornalismo busca para si, nesse auto-resgate ou reinvenção, não pode deixar de reforçar sua função social nem se desprender da responsabilidade social que lhe é própria, nem se esquecer da qualidade técnica, ser exercido sem ética ou distanciar-se do interesse público. Se descartar essas bases, perde as raízes que o sustentam (Christofoletti, 2008, p. 102).

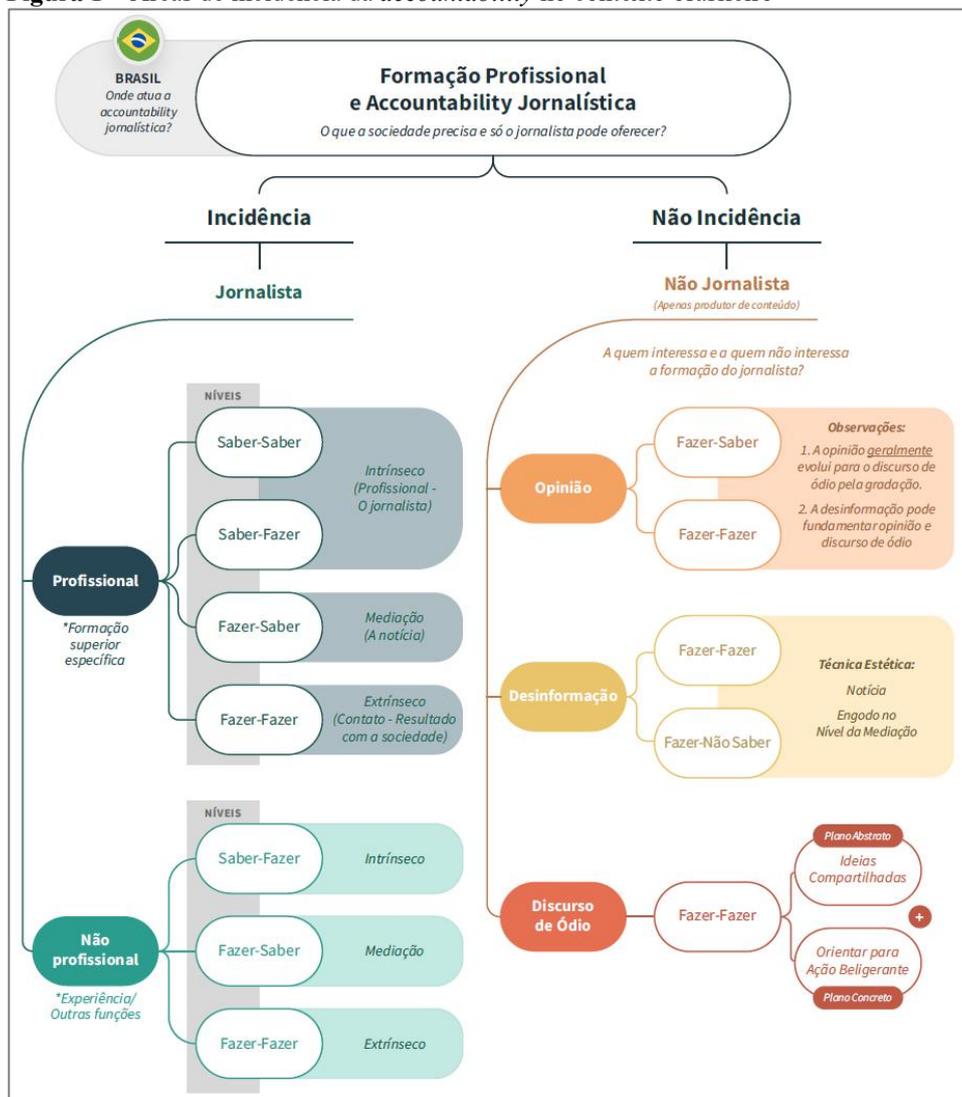
Já encaminhando o último ponto de debate, reputamos válido mencionar o artigo 13 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, de 1969, da qual o Brasil é signatário. A CADH é tão contundente na defesa dessas liberdades que “condena a exigência de qualquer título para o exercício do jornalismo” (Messagi Jr., 2019, p. 333, grifo nosso) no ano 2000. No tratado, “estão expressas as **liberdades de pensamento e de expressão**, como a garantia ao cidadão de poder ‘buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza’, com ‘responsabilidades ulteriores” (OEA, 1969 apud Messagi Jr., 2019, p. 332, grifo nosso).

Neste caso, trata-se da responsabilidade do cidadão, e não a do jornalista, vinculada ao exercício do seu direito de se expressar. Todavia, é notório, no posicionamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) para defender incondicionalmente as liberdades de pensamento e expressão, a confusão entre estas e outra, a liberdade jornalística, garantia que deveria ser exercida por jornalistas no exercício de suas funções profissionais. Desconsidera, por exemplo, certas concessões éticas em defesa do interesse da coletividade (sigilo da fonte, permissão de gravação clandestina em favor do interesse público), lastreando o seu exercício nas respectivas responsabilidades dele decorrentes. Ora, tais permissivos não alcançariam os produtores de conteúdo (não jornalistas), já que estes não são interpelados por exigências éticas corporativas. Assim, ao mesmo tempo em que não jornalistas teriam liberdades “jornalísticas”, poderiam se escusar de eventuais mecanismos de responsabilização decorrentes de sua atuação.

Ambas as liberdades descritas se distinguem da liberdade de imprensa, a “liberdade de defender pontos de vista e criar jornais”, embora a Associação Nacional dos Jornais (ANJ), na tarefa de autorregulamentação, faça seus associados comprometerem-se a “assegurar o acesso de seus leitores às diferentes versões dos fatos e às diversas tendências de opinião da sociedade” (ANJ, 2018 apud Messagi Jr., 2019, p. 335). Com efeito, citado compromisso envolve o *modus operandi* noticioso e, em última análise, as liberdades jornalísticas. Como discorrido, não se pode confundir os conceitos, porque isso fatalmente levaria a interpretações equivocadas no âmbito do já combalido sistema de mídia jornalística, que vem sistematicamente sendo atacado por setores políticos dedicados a deslegitimar o jornalismo profissional. Referida discussão foi aprofundada por nós em Souza (2022), onde tratamos o conceito de coalizão jornalística.

De volta a Christofoletti (2008), concordamos quando o autor argumenta que o papel da imprensa, além de instrutivo, é motivacional. No particular caso da formação superior, ele tem certo que o ritual acadêmico não serve apenas para fixar a diretriz geral de atuação no mercado de trabalho, “mas também determina as principais **fronteiras da responsabilização** pelo agir profissional [...] incentiva debates, fomenta o senso crítico e promove ambiente de discussão acerca dos limites e das responsabilidades do profissional no meio social contemporâneo” (Ibid. p. 24). O esforço de compreender em quais zonas do amplo espectro da produção de conteúdo, por vezes muito confuso, incidiria a *accountability* jornalística levou-nos a sugerir um esquema de incidência em que buscamos indicar onde o jornalismo se diferencia de atividades correlatas. E mais: quando a ausência de qualificadores pode contribuir para uma agência deliberada com vistas a promover desinformação e discurso de ódio, sob o disfarce de jornalismo.

Figura 1 – Áreas de incidência da *accountability* no contexto brasileiro



Fonte: Elaborado por Cristiane N. A. de Souza (2023).

A despeito da defesa intransigente pela formação superior específica, optamos por não distinguir o jornalista profissional do não profissional nesta tese, analisando a prática de modo ampliado, notada a apropriação, pelos praticantes não diplomados, das imposições éticas e dos imperativos de responsabilização social decorrentes de seu fazer. Ao molde de uma amarração final, buscamos aproximar os pontos conceituais já trabalhados e o nosso objeto de pesquisa, que trata sobre o jornalismo local ao abordar temas envolvendo os direitos humanos. Ao agregar certos mecanismos de *accountability* jornalística ao seu exercício cotidiano, de formas que não precisam ser complexas ou onerosas, o jornalismo local – aqui frisamos a figura do repórter – se fortalece no processo de mediação com os públicos aos quais se dirige e em relação a todo o ecossistema jornalístico, mas, sobretudo, por uma atuação atenta aos direitos das pessoas.

Ao abordarmos detidamente os conceitos de verdade, objetividade e ética, entendemos que eles serão suficientes para fundamentar a aproximação mais segura do *corpus*. Assim, já temos em mente que a verdade jornalística não é a mesma que na ciência, mas sim a verossímil narração de fatos baseada nos métodos aprimorados pelo exercício da apuração e submetidos à disciplina da verificação. Na esteira, é importante ver a objetividade não como uma qualidade do jornalista, mas como o conjunto de critérios capazes de qualificar o trabalho de investigação. Ao tempo em que ajuda a consolidar o campo especializado – dada a aplicação logotécnica e a expertise distintivas do jornalista (profissional ou vivencial), desfaz erro interpretativo que recai na inócua tentativa de torná-lo um “profissional asséptico”, que se despe das subjetividades ao ingressar na tarefa da reportagem. Referido entendimento nos ajuda a compreender os traços de subjetividade presentes nas notícias com lente menos julgadora e mais calibrada na concepção de que o jornalismo é, sobretudo, um encontro intersubjetivo cujo resultado é a notícia.

Por fim, nossa escolha de teorizar sobre a ética se justifica por dois motivos principais. O primeiro é a anotação de que todos os debatedores da *accountability* fatalmente abordam a deontologia. Já que nossa proposta aqui é pensar o jornalismo conectado a tal conceito, fomos impelidos a buscar subsídio na ética jornalística para viabilizar uma correlação coerente com o citado objeto. Nesse percurso, deparamo-nos com os conceitos de ética utilitária (o fundamento tradicional do jornalismo) e de ética solidária, a qual julgamos adequada às reflexões nesta tese. O segundo motivo é tentar emergir as “conexões ocultas” entre a ética, a responsabilidade social e os interesses subjacentes ao trabalho jornalístico. Isso ajudará a enxergar as eventuais camadas que se deixam entrever no texto final da notícia, por meio das pistas que pretendemos capturar. No Capítulo 2, abordamos direitos humanos e movimentos migratórios, passo que nos ajudará a avançar seguramente para a análise metodológica descritivo-interpretativa.

CAPÍTULO 2

DIREITOS HUMANOS E MIGRAÇÃO TRANSNACIONAL NO BRASIL

“[...] O problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de justificá-los, mas o de protegê-los. Trata-se de um problema não filosófico, mas político” (Bobbio, 2004, p. 16).

“O colonialismo foi e segue sendo uma das maiores violações à ideia de direitos humanos, pois coloca uns, os colonizadores, no papel de superiores e civilizados e outros, os colonizados, no papel de inferiores e bárbaros” (Herrera Flores, 2009, p. 26).

Nesta primeira parte deste capítulo, traçamos breve histórico da constituição dos direitos humanos no âmbito internacional, tendo como referência a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e as principais críticas sobre ela; depois, abordamos a positivação num rol de direitos e de garantias na Constituição Federal de 1988, alcunhada de “Constituição Cidadã”; e, por fim, unimos a isso recentes contribuições de autores a partir duma leitura atualizada dos direitos humanos, segundo a qual urge afastar as ideias universalistas/formalistas ao propor uma concepção conectada às demandas contextuais e dirigida à concretização da dignidade. Já na segunda metade, fazemos um apanhado sobre o tema das migrações transnacionais no mundo e na porção que inclui o Caribe e a América Latina, donde seguimos para expor os antecedentes históricos, políticos, econômicos e sociais dos países de origem dos movimentos migratórios eleitos como fenômeno mirado por meio da cobertura jornalística local: Haiti e Venezuela.

2.1 ANTES, PRECISAMOS FALAR SOBRE DIREITOS HUMANOS

Uma ressalva é necessária para adentrarmos com alguma segurança nos subtópicos em que os conceitos serão expostos e debatidos à luz do nosso olhar de comunicólogos: este não é um trabalho jurídico. Dito isso, ele se justifica pela necessidade de propiciar o diálogo pontual com os direitos humanos hegemônicos e suas atualizações. Esta incursão teórica – específica, mas não incompleta – nos auxiliará em duas frentes. Primeiro nos demais tópicos deste capítulo, quando retomaremos os conceitos e faremos enfoques a partir dos direitos humanos. Segundo, quando da análise interpretativa dos achados da pesquisa, em que identificaremos se ocorrem e quais os debates em matéria de direitos humanos latentes e/ou explícitos nas notícias e em qual medida teriam sido ignorados e/ou abordados pela cobertura jornalística. Por ora, apresentamos o conceito, as características principais e as finalidades dos direitos humanos.

2.1.1 Conceito, características e finalidades dos direitos humanos

Ramos (2017, p. 21) define os direitos humanos como conjunto “indispensável para uma vida humana pautada na liberdade, igualdade e dignidade”, sendo a sua efetivação o caminho para promover a dignidade das pessoas. A doutrina jurídica afirma que o rol não é taxativo, mas sim exemplificativo, significando que não estamos diante de uma lista imutável de direitos e, mais importante, que outros ainda podem ser criados conforme se modificam contextos sociais e surgem demandas. De acordo com esse autor, o rumo para uma sociedade mais inclusiva passa pelo cumprimento desses direitos, ressaltando que eles podem ser tanto formais, por positivação em tratados internacionais e nas constituições dos Estados soberanos, quanto materiais, o caso em que – mesmo não documentados – são indispensáveis para viabilizar a vida digna.

Junto de essencialidade, superioridade normativa (preferência) e reciprocidade⁴⁰, temos outra característica marcante dos direitos humanos: universalidade. Em linhas gerais, diz respeito a reconhecê-los como “direitos de todos, combatendo a visão estamental de privilégios de uma casta de seres superiores” (Ramos, 2017, p. 22). Pela linha adotada por Celso Antônio de Mello na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n. 2.903, como direitos universais, eles seriam o **centro emanador de outros direitos**; em outras palavras, garantiriam o “direito a ter direitos: uma prerrogativa básica, que se qualifica como fator de viabilização dos demais direitos e liberdades” (Brasil, 2008, on-line). Nesse lastro, o entendimento fixado pelo ministro é de que os direitos humanos são vistos de forma ampla e irrestrita, com raras relativizações⁴¹.

Historicamente, as ideias de justiça, igualdade e liberdade levaram à formalização dos direitos humanos. Na faixa ocidental, os precedentes remotos são a Carta Magna de “João Sem Terra”, firmada em 1215 com a finalidade de garantir direitos a “homens livres” da Inglaterra; a *Bill of Rights*, de 1689, primeiro documento a prever a participação popular para a cobrança de tributos, e que também instituiu a monarquia constitucional inglesa; a Declaração de Direitos do Bom Povo da Virgínia, de 1776, surgida durante a luta pela independência dos EUA; e os ideais da Revolução Francesa (cujo lema foi “liberdade, igualdade, fraternidade”), que teve

⁴⁰ A essencialidade refere-se aos valores contidos nos direitos humanos e que devem ser protegidos por todos; a superioridade normativa tem relação com a prevalência dos direitos humanos ao cotejá-los com outras normas de determinado ordenamento jurídico; e, por fim, a reciprocidade atribui a todas as pessoas a titularidade desses direitos e, por outro lado, a sujeição do Estado, de seus agentes e de toda a coletividade para com os deveres de proteger os referidos direitos (notemos que não se restringe ao cumprimento de obrigações ou de abstenção estatais, mas do compromisso de toda a sociedade).

⁴¹ A título exemplificativo, o direito à vida é relativizado pela Constituição Federal de 1988, em caso de guerra declarada, podendo ser aplicada a pena de morte. Atualmente, a doutrina defende que apenas os direitos de não ser escravizado e não ser torturado não podem ser excepcionados no Brasil.

como marco a Queda da Bastilha, no ano de 1789. Sabemos que outros documentos podem ter contribuído para gestar tais direitos antes ou durante os séculos mencionados, todavia, foi sob a influência das metrópoles europeias e dos Estados Unidos que esse debate ganhou força no Ocidente. Além do mais, quase todas as nações colonizadas, ao serem instituídas depois como Estados soberanos, fundamentaram as suas próprias constituições nessas cartas e declarações, razão pela qual são referenciadas como os principais antecedentes clássicos.

Para Bobbio (2004, p. 9), a historicidade dos direitos do homem baseia-se na premissa de que, “por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, **não todos de uma vez e nem de uma vez por todas**” (grifo nosso). O trecho revela aspecto essencial ao debate proposto na tese, indicando que os direitos humanos pelos quais se lutou há séculos não estão cristalizados, seja no plano internacional ou no âmbito dos Estados, considerando-se a pressão de setores das sociedades cujas motivações divergem sobre a expansão desse rol de direitos. Nessa lógica, ao estender as concessões a mais pessoas, causar-se-ia desequilíbrio ao grupo cujos privilégios dependem de serem mantidas as condições degradantes a centenas de milhões ao redor do mundo. Retomando o aspecto da historicidade, esse autor traz exemplos para justificar a afirmação supracitada:

Direitos declarados absolutos no final do século XVIII, como a propriedade *sacre et inviolable*, foram submetidos a radicais limitações nas declarações contemporâneas; **direitos que as declarações do século XVIII sequer mencionavam, como os direitos sociais, são agora proclamados com grande ostentação nas recentes declarações [...]** O que prova que não existem direitos fundamentais por natureza. O que parece fundamental numa época histórica e determinada civilização não é fundamental em outras épocas e em outras culturas (Bobbio, 2004, p. 13, grifo nosso).

Não por acaso, o século XX foi chamado de “era dos extremos” pelo historiador inglês Eric J. Hobsbawn, posição que defende em livro homônimo. De fato, não fogem da memória as lições escolares sobre a Grande Guerra Mundial⁴² (1914-1918) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), impulso que deu força ao fascismo italiano, ao nazismo alemão e ao franquismo espanhol⁴³, permanecendo este último regime vigente até 1975. No contexto de pós- Guerra foi que surgiu a Organização das Nações Unidas (ONU), com a tarefa de atuar para manter a paz

⁴² Mais tarde, os livros de História se referiram a ela como Primeira Guerra Mundial, tendo em vista a ocorrência de outra guerra de extensões planetárias alguns anos depois.

⁴³ O regime fascista viveu entre os italianos de 1922 a 1943, liderado por Benito Mussolini; a Alemanha ficou sob a liderança de Adolf Hitler após a instituição do Terceiro Reich, em 1933, que permaneceu no poder até 1945; por fim, a Espanha ficou sob o regime totalitário de Francisco Franco de 1936 a 1975.

entre os Estados soberanos e evitar outras guerras sistemáticas. Em particular para a proteção dos direitos humanos, representantes de culturas e de sistemas jurídicos de todas as regiões do planeta elaboraram a Declaração Universal dos Direitos Humanos⁴⁴ (DUDH), proclamada na Assembleia Geral de 10 de dezembro de 1948 (Resolução 217) e já traduzida para mais de 500 idiomas. Em síntese, a Carta estabeleceu os direitos humanos fundamentais a serem assegurados a todas as pessoas, tornando-se pedra angular para mais de 70 tratados internacionais de direitos humanos e para a totalidade das constituições dos signatários (ONU, 1948, on-line).

Por ter sido ratificada pelos 193 países-membros da ONU, sabemos que a DUDH está mais próxima duma carta de princípios do que de um catálogo normativo. Trata de temas como liberdade, igualdade, dignidade, alimentação, moradia e ensino no preâmbulo e nos 30 artigos. Não é nosso intuito detalhar o regime internacional desde meados do século XX, mas trazer um panorama geral que demonstre um crescente interesse pelo tema dos direitos humanos desde a criação da ONU, em 1945, e de sua Declaração de Direitos. Em Bobbio (2004), destacamos a diferença entre declaração e efetividade. Citado autor resgata a noção dialética entre abstração e concretude quando se iniciou a busca por fundamentos e justificação dos direitos humanos.

Num primeiro momento, relativo às teorias filosóficas, liberdade e igualdade “não são um dado de fato, mas um ideal a perseguir; não são uma existência, mas um valor; não são um ser, mas um dever ser” (p. 18), isto é, universais nos conteúdos e hipotéticas na concretização (futura). Depois, passa-se da teoria à prática e “a afirmação dos direitos do homem ganha em concreticidade, mas perde em universalidade. Os direitos são doravante protegidos (autênticos direitos positivos), mas valem somente no âmbito do Estado que os reconhece” (p. 19). Nesse momento, aquilo que se efetiva por reconhecimento estatal são as proteções a seus cidadãos, o que representa perda no caráter universal dos direitos humanos. Na etapa final dessa dialética, a DUDH logrou ser universal e positiva em simultâneo: “[...] começa na universalidade abstrata de direitos naturais, transfigura-se na particularidade concreta de direitos positivos, e termina na universalidade não mais abstrata, mas também concreta, de **direitos positivos universais**” (Bobbio, 2004, p. 19, grifo nosso). A seguir, o autor ilustra como ocorreu tal processo⁴⁵:

⁴⁴ Acessar a íntegra em: <https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>.

⁴⁵ Indo além do texto da própria Declaração, Bobbio menciona o processo de descolonização e como ele impulsionou a aprovação de documento complementar, qual seja a Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais (aprovada em 14 de dezembro de 1960). Assim, se a DUDH é genérica ao afirmar, no art. 2º §2, que “nenhuma distinção será estabelecida com base no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território a que uma pessoa pertence”; por outro lado, a Declaração da Independência é específica ao vedar a sujeição dos povos ao domínio estrangeiro, isto é, a prática colonialista, afirmando que ela se trata de uma forma de negação dos direitos fundamentais do homem (Bobbio, 2004).

[...] universal no sentido de que os destinatários dos princípios nela contidos não são mais apenas os cidadãos deste ou daquele Estado, mas todos os homens; positiva no sentido de que põe em movimento um processo em cujo final os direitos do homem deverão ser não mais apenas proclamados ou apenas idealmente reconhecidos, porém efetivamente protegidos até mesmo contra o próprio Estado que os tenha violado (Bobbio, 2004, p. 19).

Desde uma análise voltada para a prática do direito no Brasil, Mazzuoli (2008) propõe a substituição de técnicas tradicionalmente aplicadas para tratar as antinomias entre os direitos humanos internacionais e o direito local⁴⁶ por interpretações capazes de promover “o melhor direito” para solucionar um problema concreto. A solução proposta por esse autor foi a de que a compatibilização será obtida por meio da “[...] coexistência das fontes de proteção, ao invés da exclusão de uma pela outra num sistema intransigente” (Mazzuoli, 2008, p. 4), porque há o diálogo entre essas fontes (a teoria do diálogo das fontes do direito), cuja lógica consiste em se reconhecer a melhor proteção dos direitos humanos que puder ser alcançada pela interpretação conciliadora que acolha o princípio básico internacional denominado “*pro homine*”.

Ao propor a releitura contextualizada e contemporânea do conceito de soberania, Taiar (2009, p. 7) parte do direito internacional dos direitos humanos para situá-la não como um poder supremo que qualifica um Estado perante os outros e, em última análise, justifica violações de direitos humanos perpetradas ou permitidas por ele, mas sim como um poder que considere, ao ser caracterizado, a proteção dos direitos humanos. Segundo a doutrina, o direito internacional dos direitos humanos reconheceria as pessoas como sujeitos de direitos na ordem internacional, desconsiderando as limitações territoriais ou de cidadania (Taiar, 2009). Para tal autor, inexistem a incompatibilidade entre manutenção da soberania e proteção aos direitos humanos, pois são

[...] fundamentos que se apresentam necessariamente interligados. Ao se enfatizar que o Estado é soberano e não há como admitir a perda de soberania sem a perda de sua identidade, ou seja, a destruição do próprio ente estatal, deseja-se inferir que a proteção da dignidade humana é função do Estado soberano traduzida no bem-estar de seus cidadãos. A violação de direitos humanos pelo Estado implica, desse modo, em afronta ao poder soberano, que não está acima da lei (Taiar, 2009, p. 7).

A relativização da soberania estatal, que será *temperada* pela observância dos direitos humanos, é uma chave de leitura que nos ajuda a compreender os compromissos do Brasil de, ao tempo em que resguarda as suas fronteiras, acolher cidadãos estrangeiros e formular políticas públicas para efetivar os direitos dessas pessoas. A atuação estatal com esse intuito esbarra em

⁴⁶ Critérios para a escolha de qual norma será aplicada ao caso concreto, como segue: o hierárquico (posição da norma na pirâmide de Hans Kelsen, onde a norma mais acima será escolhida), o cronológico (privilegiando a regra mais atual) e o da especialidade (quando se aplica a mais específica em detrimento da norma da geral).

duas questões: a de que não existe retorno eleitoral direto do investimento em ações voltadas a estrangeiros; e a de que o direito interno não impede a adoção de medidas protetivas duradouras com relação aos imigrantes, e ações emergenciais e paliativas são praticadas em momentos de profunda crise humanitária – geralmente quando o jornalismo explora aspectos mais aparentes do tema. Dentre eles, os constrangimentos da espera para atravessar as fronteiras e a situação de indignidade retratada pela precária estrutura de acolhimento ou pelas condições de vida nas cidades fronteiriças e nos centros urbanos onde procuram trabalho e oportunidades.

Taiar (2009) sintetiza os dois cenários teóricos de mitigação do poder soberano estatal. No primeiro, a relativização advém da necessidade de proteger os direitos humanos ao intervir na ordem doméstica, flexibilizando autodeterminação e soberania para assegurar intervenções humanitárias ou prover proteção internacional direta. O outro entende a proteção internacional como o complemento da soberania estatal, fixando o direito internacional dos direitos humanos como subsidiário ao interno, na hipótese de sua falta. De um jeito ou de outro, nós consideramos que o debate não deveria centrar na figura do Estado, do qual a soberania seria ora afastada ora complementada. Para nós, quanto para esse autor, é coerente com a ideia dos direitos humanos a centralidade no titular, isto é, no destinatário dos referidos direitos – precisamente quanto à dignidade desse sujeito, compatibilizando os sistemas protetivos de modo mais amplo.

Em Mazzuoli (2005, p. 335 apud Taiar, 2009, o. 16), tal ponto de vista é exemplificado “quando um Estado ratifica um tratado de proteção dos direitos humanos, [e] não diminui ele sua soberania (entendida na concepção contemporânea), mas, ao contrário, pratica verdadeiro ato soberano, e o faz de acordo com sua Constituição”. É de se notar, pelo exemplo da adesão estatal aos pactos de direitos humanos, que, longe do argumento de que a proteção antagoniza com a soberania, a adoção de normas lastreadas por tratados internacionais é uma forma pela qual ela seria exercitada pelos signatários, resultando em seu cumprimento no âmbito interno. No subtópico abaixo, tratamos a proteção dos direitos humanos no Brasil com recorte centrado na Constituição de 1988, iniciando por uma rápida contextualização histórica.

2.1.2 Direitos fundamentais na Constituição Brasileira de 1988

O primeiro passo para compreendermos como se consolidaram os direitos humanos no Brasil de hoje é fazer um breve recurso à História. No período colonial (1530-1822), o país era colônia portuguesa, de modo que os direitos civis foram deferidos apenas à elite, então formada por burguesia comercial e proprietários de terras. Na primeira Constituição (1824), outorgada por Dom Pedro I, foi instituído aos homens livres o direito de votar, além do acesso gratuito à

educação inicial. Na Carta de 1891, não houve avanços nesse quesito, e foi apenas em 1934 que a segunda Constituição republicana do país tratou de legislação trabalhista, direito ao voto para mulheres, garantias individuais e direitos políticos e de nacionalidade. Após longo período de instabilidade e de supressão de direitos, intensificado na ditadura civil-militar (1964-1985), uma Assembleia Nacional Constituinte elaborou o texto da Constituição da República, promulgada em 5 de outubro de 1988 e cujos fundamentos são: soberania, cidadania, **dignidade da pessoa humana**, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político.

A divisão tradicional dos direitos fundamentais os situa em três gerações/dimensões⁴⁷. A primeira protege as liberdades individuais, impondo limites ao poder estatal, e, tendo surgido sob a direta influência iluminista, criou direitos civis como a propriedade privada. A segunda dimensão agrega os direitos sociais, culturais e econômicos, exigindo, contrariamente àquilo que se definiu sobre liberdades, que o Estado atue para promover a igualdade entre as pessoas. Quando os direitos sociais surgiram nos pactos internacionais e cartas de países democráticos, asseguravam a “igualdade formal” de todos perante a lei, “sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se [...] a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (Art. 5º, *caput*, CRFB, 1988). Não se exigiu a igualdade substantiva, bastando que a lei afirmasse uma condição de iguais. Já a terceira dimensão protege direitos relacionados ao destino da humanidade, tratando sobre paz, meio ambiente, desenvolvimento econômico etc. Grosso modo, os direitos transindividuais ou difusos perseguem um ideal de fraternidade.

Além dessas clássicas, outras dimensões despontam atualmente. A quarta delas trata dos direitos de manipulação genética, fomentando debates sobre a biotecnologia, a bioengenharia, a reprodução assistida, a clonagem e até a morte. Já a última dimensão de direitos humanos diz respeito à realidade virtual, mobilizando uma preocupação crescente acerca da propagação e do desenvolvimento do direito eletrônico/digital. A pauta torna-se tão complexa quanto a ideia de haver uma rede dispersa e desregulada, onde podem ser cometidas graves violações aos direitos humanos, inclusive daqueles protegidos há tempos pelas dimensões tradicionais.

No Brasil, onde vige o sistema de freios e contrapesos (originado no constitucionalismo norte-americano *checks and balances*), os poderes instituídos têm funções definidas em matéria de direitos humanos, indo desde a recepção de tratados internacionais, passando pelo controle de constitucionalidade, até a criação de órgãos/mecanismos para efetivá-los. Ao Legislativo, por meio do Congresso Nacional, compete “resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou

⁴⁷ Embora seja de nossa preferência denominar “dimensões”, o embate doutrinário confronta “gerações” (a partir de uma ideia de superação/sobreposição que o termo sugere) e “dimensões” (em que a leitura seria mais paritária e menos evolutiva entre elas), mas esse não é o foco desta exposição.

atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional” (CRFB, art. 49, I, 1988), após assinados pelo Presidente da República. Este é competente para “celebrar tratados, convenções e atos internacionais [...]” (CRFB, art. 84, VII e VIII, 1988). Já o Judiciário, em particular o STF, julga a constitucionalidade das normas, dentre as quais os tratados de direitos humanos aprovados no rito de emendas constitucionais⁴⁸. De volta ao dever-poder do Executivo, ele deve formular, implementar, avaliar e redimensionar políticas públicas que concretizem os compromissos assumidos para garantir e proteger os direitos humanos. A seguir, organizamos a cronologia de tratados e convenções ratificados pelo Brasil:

Quadro 5 – Tratados de direitos humanos internalizados no Brasil

Ano – Nome (Decreto)	Ratificado	Promulgado
1966 – Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos (Decreto n. 592 , de 06/07/1992)	24/01/1992	24/04/1992
1966 – Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Decreto n. 591 , de 06/07/1992)	24/01/1992	24/04/1992
1966 – Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (Decreto n. 65.810 , de 08/12/1969)	27/03/1968	04/01/1969
1979 – Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Decreto n. 4.377 , de 13/09/2002)	20/12/1994 (com reservas)	13/09/2002
1984 – Convenção contra a Tortura (Decreto n. 40 , de 15/02/1991)	28/09/1989	28/10/1989
1989 – Convenção sobre os Direitos da Criança (Decreto n. 99.710 , de 21/11/1990)	24/09/1990	23/10/1990
2007 – Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto n. 6.949 , de 25/08/2009)	01/08/2008	31/08/2008
2007 – Convenção para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados (Decreto n. 8.767 , de 11/05/2016)	29/11/2010	29/12/2010

Fonte: www.politize.com.br/equidade/tratados-internacionais-de-direitos-humanos/ (2021, on-line).

Embora o Brasil ostente um histórico de ratificador dos pactos globais e regionais para a ampliação de direitos humanos, sobretudo depois da redemocratização, há exceções. Adotada pelas Nações Unidas no ano de 1990, a Convenção sobre Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e suas Famílias teve adesão do Brasil apenas em 2010, mesmo ano em que foi enviada para a Câmara dos Deputados (Mensagem 696). O texto, que busca proteção para mais de um milhão de estrangeiros aqui registrados, foi aprovado na Comissão Especial sobre Trabalhadores Migrantes em 12 de dezembro de 2022, quando foi enviado o projeto de Decreto Legislativo para a votação no Plenário da Casa. A Comissão responsável pela análise técnica do texto após ressalvas ao parecer, dada a disparidade histórica entre o que resguarda a Convenção (de 32 anos) e o que dispõe a Lei de Migração de 2017. Embora estejam ocorrendo

⁴⁸ Sem a pretensão de aprofundamento, expomos a seguir o rito para aprovação das emendas à Constituição, sob o qual tratados sobre direitos humanos podem ser internalizados, ganhando *status* de normas constitucionais: se “aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais” (CRFB, art. 5º, §3º, 1988).

movimentações para internalizar citada proteção aos migrantes, enfatizamos a morosidade dos poderes instituídos quanto à tramitação⁴⁹. O texto tem 93 dispositivos e está dividido em nove partes, aplicando-se aos seguintes casos, conforme estabelece o art. 1º:

[...] todos os trabalhadores migrantes e aos membros das suas famílias sem distinção de qualquer tipo, tal como de sexo, raça, cor, língua, religião ou convicção, opinião política ou outra, origem nacional, étnica ou social, nacionalidade, idade, posição econômica, patrimônio, estado civil, nascimento ou outra situação. Além disso, segundo o mesmo dispositivo, a Convenção aplica-se a todo o processo migratório dos trabalhadores migrantes e dos membros das suas famílias, o qual compreende a preparação da migração, a partida, o trânsito e todo o período de estada e atividade remunerada no Estado de emprego, bem como o regresso ao Estado de origem ou ao Estado de residência habitual (ONU [Convenção..., art. 1º], 1990).

Como dissemos, a atuação jurisdicional do STF restringe-se ao controle *a posteriori* de atos normativos. Todavia, a Corte Constitucional também tem papel implícito de orientar sobre os direitos fundamentais, definidos como a internalização dos direitos humanos. Nesse sentido, publicou, em 2017, a coletânea temática que organiza sua jurisprudência⁵⁰ relativa aos direitos positivados nos 78 incisos do artigo 5º da CRFB. Ali, reitera a posição atribuída aos tratados de direitos humanos no Brasil, onde, após internalizados, adquirem “*status* normativo supralegal” e tornam inaplicável lei (sentido estrito) que os contrarie (Brasil, 2017, p. 14). Destaca ainda o recurso aos direitos listados na Convenção Americana sobre Direitos Humanos⁵¹, pacto de mais relevo do sistema regional interamericano de proteção. O STF compatibiliza direito alienígena e interno pelas interpretações coerentes com os tratados de que o Brasil é signatário, podendo, no caso concreto, justificar a aplicação das leis internas mais benéficas aos litigantes. Quanto à prevalência da Constituição, a Corte defende a supremacia da CRFB/88 para casos em que não couber a exceção de aprovação do tratado de DH sob o rito das emendas constitucionais.

Cabe registrar [...] advertência, consistente no reconhecimento da irrecusável supremacia da Constituição da República sobre todos os tratados internacionais celebrados pelo Estado brasileiro. Sabemos que o exercício do treaty-making power, pelo Estado brasileiro – não obstante o polêmico art. 46 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (ainda em curso de tramitação perante o Congresso Nacional) –, está sujeito à observância das limitações jurídicas emergentes do texto constitucional (Brasil, 2017, p. 15).

⁴⁹ Ver em: www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2222681&filename=Tramitacao-MS%20696/2010. Último acesso em: 27 set. 2023.

⁵⁰ Trata-se do conjunto de decisões reiteradas da Corte que sedimenta seu entendimento sobre uma questão.

⁵¹ Conhecida como *Pacto de San Jose da Costa Rica*, em alusão ao local onde foi assinada, em 22/11/1969.

Sem embargo, ao mesmo tempo que o STF consolida a visão interpretativa teleológica em benefício do melhor direito aplicável, impõe ressalvas para resguardar a superioridade do texto constitucional na jurisprudência a ser seguida pelo poder judiciário e pelo administrador de políticas públicas em todos os níveis (nacional, regional e local). Mas, como debatemos no subtópico acima, não existe incompatibilidade entre os direitos em questão, na medida em que os direitos fundamentais são a internalização dos direitos humanos positivados a partir de duas posições na hierarquia brasileira (como EC ou normas supralegais), inclusive porque qualquer constituição se constrói num dado *zeitgeist*. Nesse lastro é a anotação de Sarlet (2001), inclusive quando revela “armadilhas semânticas” do conceito de Estado Social de Direito que fez surgir nossa Constituição. Esse é o “Estado Social que se realiza mediante os procedimentos, a forma e os limites inerentes ao Estado de Direito, na medida em que, por outro lado, se trata de um Estado de Direito voltado à consecução da justiça social” (Sarlet, 2001, p. 4). Há mais de duas décadas, o autor alertava sobre sintomas cujas consequências são claras hoje, ao dizer que o “consenso liberal”⁵² (ou seja, a noção de um Estado minimalista diante do mercado) produz um “gradual enfraquecimento da democracia e, portanto, do Estado de Direito (necessariamente democrático), de modo especial, se encarados sob uma ótica meramente formal, fenômeno este que, por sua vez, acabou influenciado diretamente os direitos fundamentais” (Ibid., p. 5).

E Sarlet (2001) ainda refletiu sobre o que chamou de “crise dos direitos fundamentais”, a qual desencadeou vários reflexos, inclusive nos países desenvolvidos, dentre os quais: a) o intenso processo de exclusão da cidadania, exemplificado pelo desemprego e subemprego; b) redução/extinção de direitos sociais básicos, como saúde, educação, previdência e assistência; c) instrumentos jurídicos ausentes ou precários e instâncias oficiais inoperantes para solucionar as desigualdades de acesso e efetividade dos direitos fundamentais vilipendiados pelo Estado ou por quem os deveria patrocinar em decorrência de atuação econômica, política ou social. (Sarlet, 2001, p. 7). O processo de derrocada de direitos já é observado há décadas, razão por que inferimos que grande parte dos direitos fundamentais escritos na CRFB o foram mais por um ideal programático do que pela crença em sua plena eficácia em favor dos titulares, o que merece não só nossa crítica, mas a pressão social para que se estabeleçam metas exequíveis.

⁵² Ele se forma, para Boaventura de Sousa Santos, por outros quatro: a) o consenso econômico neoliberal, manifesto na globalização econômica e consecutórios (liberalização do mercado, desregulamentação, privatização, cortes das despesas sociais, concentração do poder privado etc.); b) o consenso do Estado fraco, caracterizado aparentemente de forma paradoxal, pelo enfraquecimento e desorganização da sociedade civil; c) o consenso democrático liberal, concepção minimalista da democracia; e d) consenso do primado do Direito e dos Tribunais, que prioriza propriedade privada, relações mercantis e setor privado (Sarlet, 2001, p. 4).

Neste trecho, dialogamos com autores que propõem a virada de chave na hermenêutica constitucional considerando a supremacia da dignidade humana. Andrade (2004) a reputa não como um princípio, haja vista que eles podem ser submetidos a um juízo de ponderação pelo intérprete, sobressaindo um ou outro conforme o caso concreto, mas sim como o fundamento – e a *justificação radical* – dos próprios princípios ali instituídos. Em termos práticos, não será suficiente assegurar o pleno emprego, se o salário recebido não garante a vida digna. Raciocínio similar se estende a outras áreas da atuação governamental, mas esse exemplo já foi suficiente para ilustrar a argumentação trazida por Andrade (2004, p. 3), quando sustenta ser a dignidade um “valor universal, não obstante as diversidades socioculturais dos povos, composta por um conjunto de direitos essenciais compartilhados por todos” e na mesma proporção.

Não escapa à crítica que aprofundaremos depois o fato de tal autor basear seu argumento na proposta universalizante de que a dignidade declarada seria o bastante para que o intérprete a considerasse imediatamente aplicável ao mundo das coisas. Inobstante, não é incomum que o Estado, demandado para o cumprimento do “mínimo existencial”⁵³, baseie sua resposta judicial na escassez de recursos – a “reserva do possível”⁵⁴. Sarmiento (2016) aprofunda o debate sobre o tema da dignidade humana, ainda que volte a vê-la como princípio, portanto, em condição de ser sopesada e afastada por outros princípios. Feita a ressalva, enfatizamos sua crítica à teoria kantiana de formulação abstrata, com ênfase racional (Sarmiento, 2016, p. 108), rechaçando o organicismo ao dizer que ele tanto justificaria sistemas autoritários quanto relativizaria o valor individual em benefício de cosmovisões coletivas, desprezando os direitos individuais. A crítica ao utilitarismo, teoria moral baseada em interesses/preferências individuais, recai sobre a ideia de que a felicidade geral vale o sacrifício da dignidade de alguns indivíduos (Sarmiento, 2016, p. 127). Ele reflete: “o reconhecimento do valor intrínseco da pessoa não pode se transformar em discurso de legitimação do individualismo exacerbado. Ele tem de ser conciliado com a preocupação com a alteridade e com a dimensão comunitária e relacional da pessoa humana” (Ibid., p. 133). No fim, busca harmonizar o individual e o comunitário pela via da alteridade.

Mais recentemente, o direito constitucional tem sido objeto de novas leituras, dentre as quais a de Jaborandy (2016), para quem a fraternidade é um elemento do Estado Democrático. Sustenta que a democracia implica pertencimento e responsabilidade em relação à comunidade, argumentando que liberdade e igualdade só se realizam quando em conjunto com a fraternidade. Mas o que significa ser fraterno, considerando o ponto de vista defendido por Jaborandy? Para

⁵³ O mínimo de recursos a que uma pessoa precisa ter acesso para ter uma vida digna, referindo-se em geral a alimentação, água potável, saneamento, saúde, segurança, entre outros direitos fundamentais existenciais.

⁵⁴ Tese jurídica adotada pelo Estado para justificar o não cumprimento de políticas públicas de sua atribuição.

ela, o significado de fraternidade refere-se antes a um resgate daqueles deveres que foram sendo apartados desde o século XVII, quando a individualização se tornou o fundamento humanista. É imperioso refletirmos até onde essa referência nos conduziu, tendo em conta que o indivíduo é sujeito de direitos, mas também está assujeitado por deveres em relação à comunidade, seja a sua vizinhança, a cidade ou o país em que ele exerce a cidadania, seja no contexto global. Nesse sentido, trata-se da comunidade humana. Para a autora, **o resgate do outro é a decorrência da prática de uma ética da responsabilidade e da fraternidade** (Jaborandy, 2016).

Relevante retomarmos a etimologia dos termos solidariedade e fraternidade. O primeiro deriva do francês “*solidarité*” e seria “responsabilidade mútua” (1765), também relacionada a “*solidaire*”, cujo significado é “inteiro, completo, interdependente” e a “*solide*”, originada do latim “*solidus*”, para dizer do que é “firme e sólido” (Michaelis, 2023, on-line). Já fraternidade advém do latim “*fraternitas*”, cujo radical “*frater*” significa, em língua portuguesa, irmão/irmã, com a notória vinculação ao ideário de afetos e parentesco (Michaelis, 2023). Jaborandy (2016) defende, pois, que a noção de fraternidade deva ser aplicada ao proteger direitos fundamentais transindividuais, que tocam as coletividades e são indivisíveis quanto aos destinatários. Ainda que tratemos detidamente direitos sociais de grupos específicos, frisamos a **interdependência dos direitos humanos**, de modo que as lentes da fraternidade perpassem todos esses direitos.

2.1.3 Abordagem crítica dos direitos humanos

Avançamos no tema para aglutinar olhares mais críticos sobre os direitos humanos de matriz europeizada desde abordagens emancipatórias no contexto do Sul global, iniciando por Joaquín Herrera Flores (2009) e sua proposta de *reinvenção* dos direitos humanos detalhada em livro homônimo. A crítica tecida por Herrera Flores (2009, p. 155) consiste na contraposição a “essa ordem jurídica, com todo seu fundamento ético e político, [...] que se universaliza ‘*a priori*’, fazendo que se deixem de analisar questões importantes como o poder, a diversidade ou as desigualdades. É o que constitui o racional e o razoável”. Culmina-se, pois, em aceitação irrefletida de **direitos humanos que são inatos, embora inexecutáveis**. Como resultado, uma “abordagem que simplifique ou reduza sua complexidade implica sempre uma deformação de perigosas consequências aos que sofrem a cada dia injustiças da ordem global baseadas na desigualdade e invisibilização das causas profundas de seu empobrecimento” (Ibid., p. 420).

O desafio imposto é extrapolar a ótica essencialista pela qual fomos ensinados a ver os direitos humanos, pois, ao tempo em que atribui direitos formalmente, o essencialismo ajuda a manter a inércia quanto aos efeitos práticos dessas *conquistas históricas*, promovendo uma aura

de passividade já apontada. Nas palavras desse autor, a perspectiva tradicional e hegemônica “confunde os planos da realidade e das razões na mesma Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. O Preâmbulo da Declaração diz, primeiramente, que os direitos humanos devem ser entendidos como **um ideal a conseguir**” (Herrera Flores, 2009, p. 26). O conteúdo básico da DUDH se resume à afirmação de um “direito a ter direitos”, na esteira do que julgou o STF na já citada ADI n. 2.903. Em contraponto, Herrera Flores faz as perguntas incômodas: “E os bens que tais direitos devem garantir? As condições materiais para exigí-los ou colocá-los em prática? As lutas sociais que devem ser colocadas em prática para poder garantir acesso mais justo a uma vida digna?” (2009, p. 27), às quais propõe refletirmos que:

uma Declaração que se apresenta como Universal aceita [...] a realidade do colonialismo: tanto entre os povos dos Estados Membros como entre os dos territórios colocados sob sua jurisdição. E isso em um momento que já se começava a falar de processos de descolonização. O colonialismo foi e segue sendo uma das maiores violações à ideia de direitos humanos, pois coloca uns, os colonizadores, no papel de superiores e civilizados e outros, os colonizados, no papel de inferiores e bárbaros [...]. Se estamos atentos, essa lógica nos faz pensar que temos os direitos mesmo antes de ter as capacidades e as condições adequadas para poder exercê-los. Desse modo, as pessoas que lutam por eles acabam desencantadas, pois, apesar de nos dizerem que temos direitos, a imensa maioria da população mundial não pode exercê-los por falta de condições materiais para isso (Herrera Flores, 2009, pp. 26-27).

De fato, uma de suas críticas mais contundentes é aquela que escancara a contradição entre uma tentativa de aproximação dos direitos humanos a partir de sua complexidade, numa eventual ingenuidade do intérprete, mas que os toma como essenciais por princípio. Ele alerta que, se buscamos investigá-los cientificamente, dentro de um contexto e num dado sistema de valores que os cerca, jamais podemos aceitar a premissa universalista de que os seres humanos simplesmente já têm direitos, porque tal pensamento apriorístico e acrítico torna mais difícil a implementação das práticas eficazes. Além do mais, “propicia a ignorância e a passividade, ao invés de promover o conhecimento e a ação” (Herrera Flores, 2009, pp. 45-46).

Com base nas críticas apresentadas, encaminhamos esta primeira parte do debate rumo à proposta de reinvenção formulada pelo autor, construída sobre fundamentos emancipatórios que governam sua teoria. A síntese do processo ancora-se em cinco pilares: 1. Reconhecimento de necessidades humanas cultural e socialmente determinadas a partir de um conjunto de **bens materiais e imateriais** que tentam acessar; 2. Essas necessidades devem ser satisfeitas dentro do rol de **valores e processos de acesso restrito, desigual e hierarquizado** por marcadores como sexo, etnia, território etc.; 3. Grupos marginalizados e oprimidos num processo desigual para acessar bens que lhe garantam mais humanidade devem admitir que sua verdade “reside

em **lutas raramente recompensadas com êxito**"; 4. As lutas travadas objetivam sobretudo a **conquista de uma vida digna** pelo acesso aos bens necessários para se alcançar tal valor; e 5. Pela via política e legislativa – acaso os grupos subalternizados possam acessá-las, deve-se criar **“sistemas de garantias (econômicas, políticas, sociais e jurídicas) que comprometam as instituições** nacionais e internacionais ao cumprimento daquilo conquistado por essas lutas pela dignidade de todas e todos” (Herrera Flores, 2009, pp. 32-33, grifo nosso). A tarefa não é fácil, mas é meritório haver propostas consistentes para rivalizar com aquela concepção clássica.

Esse é o caso de Grubba (2012), ao lançar olhar emancipatório e latino-americano sobre o já tão debatido tema. A crítica jurídica e epistemológica localiza os direitos humanos segundo uma noção de “realidade imanente onde se desenvolve a vida. A importância dessa apreciação reside na necessidade de uma **visão concreta do humano**, como um ser com necessidades, rompendo-se a lógica idealista” (Grubba, 2012, p. 305, grifo nosso). Ela mobiliza Herrera Flores ao focar o caráter emancipatório de luta por bens materiais e imateriais na Latinoamérica. Exsurge um paradoxo: se, de um lado, Direito Internacional e Estados desejam implementar os direitos na DUDH de forma ampla; de outro, prevalecem os direitos individuais sobre os sociais e os políticos, e “os direitos humanos são sistematicamente violados” (Ibid., pp. 308-309). Indo além, notamos que os direitos estão na seara abstrata, porque, como questiona Herrera Flores, não basta que eles estejam conferidos como atributos universais se nem todos poderão acessá-los. Pensar a realidade latino-americana requer um ajuste de foco, como explica essa autora:

[...] quando percebemos que **na vida concreta** os direitos assegurados social e institucionalmente aos humanos **diferem em razão direta à sua condição social, gênero, nacionalidade**, etc., implica admitirmos que, por mais que não sejam respeitados e não haja possibilidade de exercê-los, os direitos estão ali garantidos. [...] Somente a universalidade ou a possibilidade de universalização de determinado pensamento garante a racionalidade. Para ser racional, o pensamento deve ser passível de universalização. E assim, nessa mesma ótica, ou os direitos humanos são universais ou não são direitos humanos. Essa construção iluminista e racional, por pretender-se uma teoria geral, **fissura-se em contradições** (Grubba, 2012, p. 310, grifo nosso).

Ela recorda que o contexto de construção dos direitos humanos hegemônicos é distinto daquele que é vivenciado no âmbito regional de ALC. “Para termos uma pequena noção, basta lembrarmos-nos, por exemplo, que a América Latina e o Caribe são das áreas mais desiguais do mundo, muito em razão de desigualdades raciais e étnicas” (Grubba, 2012, p. 318), algo que, por si só, já inviabilizaria uma pretensão universalizante. Na tentativa de transplantar políticas públicas sem observar a “variabilidade contextual”, subsiste fracasso decorrente das limitações institucionais e políticas, razão pela qual “[...] as políticas devem emergir dos cenários locais e

intentarem originar mudança” (Ibid., p. 319). Ignorar questões locais pela “homogeneização e do discurso mítico dos direitos humanos” ajuda a perpetuar “conflitos de identidades – étnicas, culturais etc. –, conflitos de manutenção das diferenças [e] aumento dos bolsões de miséria e desigualdades sociais, econômicas e culturais” (Ibid., pp. 319-320). No Brasil, tem sido notável a contribuição de Piovesan (2009), quando ela propõe uma reflexão contemporânea dos direitos humanos que comporte desafios, mas também a atualização das perspectivas tradicionais.

Essa autora não nega o legado da Declaração Universal de 1948, reconhecendo também a contribuição de Bobbio quanto à historicidade dos direitos humanos e a concepção de Hannah Arendt ao afirmar que eles são **algo construído, nunca apriorístico**. Também retoma Herrera Flores quando o jusfilósofo os vê como processos de luta por dignidade, como já referenciamos. Depois, Piovesan (2009, p. 107) centraliza seu esforço nesta “complexa agenda brasileira”, que é pré-republicana por um lado – ao combater o trabalho escravo ou tratar sobre populações não documentadas – e, por outro, empenha-se em questões “pós-modernas”, como as pesquisas com células-tronco embrionárias e os limites da biotecnologia. Todavia, vemos na sua retomada em defesa da dignidade como fundamento dos direitos humanos a principal contribuição à proposta mobilizada ao longo deste trabalho. Sobre a ética dos direitos humanos, explica a autora:

A ética dos direitos humanos trabalha com o idioma da reciprocidade. É aquela ética que vê no outro um ser merecedor de igual consideração e profundo respeito, dotado do direito de desenvolver as suas potencialidades de forma livre e de forma plena. [...] **o valor da dignidade humana é um valor intrínseco à condição humana** e não um valor extrínseco, a depender da minha condição social, econômica, religiosa, nacional ou qualquer outro critério (Piovesan, 2009, p. 108, grifo nosso).

Segundo ela, os “*red rights*” deveriam estar equiparados aos “*blue rights*” em termos de importância. Enquanto a primeira expressão qualifica os direitos civis e políticos, a última faz referência aos direitos econômicos, sociais e culturais. Considerando tal equivalência, Piovesan (2009, p. 108) afirma que “tão importante quanto a liberdade de expressão é o acesso à saúde, à educação e ao trabalho. Tão grave quanto morrer sob tortura é morrer de fome. Há paridade com relação ao eixo da liberdade e ao eixo da igualdade”. O desconforto que essas comparações causam nos ajuda a recompor o eixo enviesado pelo qual tendemos a priorizar os direitos civis e políticos, quando é urgente ter uma visão integral e interdependente do catálogo de direitos, inclusive porque eles “não só estão em pé de igualdade, mas um depende do outro” (Ibid.).

Prosseguindo, ela propõe um “universalismo de confluência, de ponto de chegada, e não de [...] partida”, fundamentando-se no que Bhikhu Parekh denomina “universalismo pluralista não etnocêntrico, baseado no diálogo entre as culturas” (Piovesan, 2009, p. 110). Esse termo é

útil à presente discussão, haja vista que o nosso objeto de análise são as notícias sobre migrações transnacionais, requerendo, portanto, o diálogo mencionado. Por fim, ao adotar posição crítica sobre o direito ao desenvolvimento, tomando-o por paradoxo de assimetrias globais, revela que tal direito possui três dimensões. A primeira é o fator democrático (participar da formulação de políticas públicas com transparência, *accountability* e democratização); a segunda, a proteção das necessidades básicas de **justiça social**; e a terceira se perfaz pela adoção de programas e de políticas nacionais ou resultantes da cooperação internacional (Piovesan, 2009). Mas isso viria a que custo? Quem fatalmente estaria excluído de se desenvolver? E ainda: quais sentidos de desenvolvimento são evocados pelo direito aportado (econômico, social, humano)?

Noutro texto, Piovesan (2011) debruça-se especialmente sobre a proteção dos direitos sociais⁵⁵, colocando-os como o desafio para a construção de um “*ius commune*” sul-americano. Novamente, ela estabelece a comparação destes com os direitos civis e políticos, amplamente amparados nos sistemas protetivos global e regionais. De saída, a autora condiciona a existência de direitos humanos à democracia, e vice-versa, destacando que os direitos sociais, econômicos e culturais devem ser levados à sério, pois representam o compromisso dos Estados-partes com “integração social, a solidariedade e a igualdade” (Piovesan, 2011, p. 1090). Retoma o direito ao desenvolvimento para citar Mohammed Bedjaoui: “[...] a dimensão internacional do direito ao desenvolvimento é nada mais que o direito a uma repartição equitativa concernente a bem-estar social e econômico mundial” (Ibid., p. 111). É muito potente a proposta de **trazer normas, padrões e princípios internacionais de direitos humanos para compor planos, políticas e processos internos** voltados ao desenvolvimento, inclusive porque “a perspectiva de direitos endossa o componente da justiça social, realçando a proteção dos direitos dos grupos mais vulneráveis e excluídos como um aspecto central do direito ao desenvolvimento” (Ibid., p. 112). É tarefa árdua promover o desenvolvimento quando essa equação cogita desigualdades sociais do mundo real, extrapolando o ambiente normativo. Trazendo o tema ao amparo do jornalismo, os desafios se particularizam, embora não deixem de existir. Ora, as notícias precisam também situar complexidades inerentes às pautas que tocam direitos humanos, direta ou indiretamente. O desafio está em encontrar formas de promover coberturas mais responsáveis, comprometidas e atentas a aspectos que antes não se problematizava no âmbito do jornalismo institucional.

⁵⁵ A autora extraiu da jurisprudência internacional, notadamente do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, os cinco princípios que concernem aos direitos sociais: 1) princípio da observância do *minimum core obligation*; 2) princípio da aplicação progressiva; 3) princípio da inversão do ônus da prova; 4) princípio da participação, transparência e *accountability*; e 5) princípio da cooperação internacional. Ainda segundo ela, os direitos sociais têm como valor fundante a solidariedade, seja ela exercitada em nível global, regional ou nacional, pelos agentes dos poderes instituídos e da sociedade, de modo ampliativo (Piovesan, 2011).

2.1.4 Pautando direitos humanos no Brasil

Em Hughes e Moreira (2019), as autoras apontam obstáculos e riscos enfrentados pelo jornalismo latino-americano, notadamente nas duas décadas iniciais deste século, associando o quadro à noção de resiliência. Primeiro, elas retomam Hughes e Lawson (2005), para quem o jornalismo investigativo, independente e cidadão praticado na América Latina teria de superar cinco obstáculos caso almeje estar forte e sustentável: a) fragilidade do Estado de direito; b) legislação autoritária do período de governos ditatoriais; c) propriedade oligárquica dos meios de comunicação; d) desigualdade dos padrões jornalísticos; e) acesso limitado da audiência a fontes distintas de informação (Hughes e Moreira, 2019). Desses, defendem que “a **fragilidade do Estado de direito** é claramente o que mais coloca o jornalismo e os jornalistas em perigo em muitos países latino-americanos” (Ibid., p. 3). Quanto aos riscos, eles são as “ameaças que interferem na viabilidade e na sustentabilidade do jornalismo como instituição semiautônoma de contribuições significativas e vitais para a governança democrática e a vida social” (WJS, 2019 apud Hughes e Moreira, 2019, p. 2). Como resposta, o jornalismo e seus praticantes podem **se adaptar às pressões** exercidas sobre a autonomia profissional,

de modo a **preservar ou até expandir a sua relativa autonomia** em relação a fontes [...], proprietários de mídia, anunciantes, reguladores, criminosos, políticos, partidos ou forças de segurança. O processo de se adaptar bem em ambientes de incerteza, ameaça ou adversidade é tratado na psicologia como **resiliência** (Associação Americana de Psicologia) e pode ser aplicado aos jornalistas e ao jornalismo (Hughes e Moreira, 2019, p. 3, grifo nosso).

Ainda que não tenha sido citada na lista de obstáculos ao jornalismo da Latinoamérica, a concentração geográfica dos meios, segundo Hughes e Moreira (2019, p. 4), é problemática antiga que ganhou visibilidade nos últimos tempos. No capítulo anterior, discutimos o caso do Brasil, onde quase a metade dos municípios não têm veículo jornalístico local, o que as autoras chamam “desertos de notícias” (em Abernathy, 2016) ou “zonas de silêncio” (em Moreira e Del Bianco, 2019) ao destacarem essa incorrência em áreas semirurais e pouco desenvolvidas. É um aspecto conjuntural do jornalismo e um óbice à sustentabilidade de projetos independentes em âmbito local, principalmente quando se propõem a explorar temas em direitos humanos.

Questionando o pensar e o fazer jornalístico, em suas próprias palavras, Ijuim (2022) busca compreender como técnicas e procedimentos inerentes às práticas são perpassados pelos preceitos de direitos humanos. O autor centraliza seus esforços na tarefa de observar sobretudo “o comportamento da imprensa diante de conflitos sociais” (Ibid.). E formula uma questão de

pesquisa: “Qual o tratamento da imprensa diante de temas emergentes? Para enfrentar esta indagação, merecem atenção as questões étnico-raciais, as minorias, as questões de gênero, as questões indígenas, entre outras” (Ijuim, 2022, p. 2). As inquirições seguintes poderiam ser os desdobramentos da questão de pesquisa supracitada, mas são perguntas retiradas do Relatório⁵⁶ do Conselho Internacional de Política de Direitos Humanos: Quando se trata de direitos humanos, os meios de comunicação informam de modo adequado? Como deveriam os próprios jornalistas e editores julgar a qualidade de suas reportagens neste campo? Que pressões têm de suportar, que limitações enfrentam e como podem se gerenciar melhor? As preocupações dizem respeito a perspectiva ampliada, pela qual os indivíduos, as entidades promotoras de direitos humanos e os diversos setores da sociedade questionam como o jornalismo se coloca ao pautar esse tema e qual a eficácia/ineficácia de seus intervenientes.

No percurso, aquele autor formula algumas respostas: “Em minhas investigações sobre a imprensa brasileira, ao analisar uma quantidade expressiva de reportagens, pude observar a manutenção de estereótipos, a naturalização de preconceitos seculares sobre grupos sociais tradicionalmente estigmatizados” (Ijuim, 2022, p. 3). De nossa parte, o enfoque está em como noticiar os aspectos atinentes aos direitos humanos de pessoas imigrantes. Ainda que o recorte do fenômeno se dê por técnicas distintas e a análise se faça por métodos outros, enfatizamos a necessidade do olhar coerente com os compromissos do jornalismo ao cobrir esses temas. Ao conceber notícia como interpretação do fato, “a responsabilidade dos meios está em verificar o fato e contrastá-lo, para o que é frequente perguntar não só a quem beneficia, mas também a quem prejudica [...]” (Gomis, 2004, p. 106). Se já assumimos que a notícia é interpretação de fatos, a interpretação dela advém do questionamento sobre interesses subjacentes. Na **mediação da mediação**, os jornalistas mediam entre quem fornece fatos e os meios de comunicação onde trabalham. Estes “decidirão [...] se vão mediar entre a fonte que forneceu o fato e o jornalista que lhe deu forma, de um lado, e a audiência/público, de outro” (Gomis, 2004, p. 107).

Ao estabelecer uma ponte dialógica entre jornalismo e direitos humanos, Ijuim (2022) focaliza o debate na área. O mérito é posicionar o jornalismo como uma agência mediadora que pode reconhecer a existência e humanizar as pessoas, opondo o “pensamento abissal” que traz de Boaventura de Sousa Santos para enfatizar a “impossibilidade de copresença, inexistência, invisibilidade ou ausência não dialética” (Ijuim, 2016, p. 10). Lançando luz neste particular interesse de nossa tese, ao analisar as coberturas que deram visibilidade distorcida a populações migrantes e indígenas, Ijuim (2016, p. 13) concluiu: “o pensamento abissal e a razão indolente

⁵⁶ Ver em: http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/midia/jornalismo_midia_dh.pdf. Acesso: 15 jul. 2022.

incidem sobre a atuação do profissional de imprensa que, componente de uma fatia do mesmo bolo social, reproduz e reforça preconceitos, estigmas”. Ao procurar recursos no “Humanismo Universalista, cujo princípio é a superação da dor e do sofrimento [e propor] esvaziar-se de preconceitos” (Moraes, 2022, p. 50), em prol de jornalismo mais humanizado, tal autor acaba por desconsiderar fortes intervenientes da perspectiva com a qual coadunamos – o jornalismo reconstitui intersubjetividades. Então, em vez de precisarem se despir de seus preconceitos, os jornalistas deveriam antes reconhecer a existência deles e, em certa medida, confrontá-los. Tal exercício é delicado e até incômodo; contudo, nos parece cada dia mais urgente e necessário.

Noutra perspectiva, Silva e Moraes (2019) confrontam o “sistema-mundo capitalista, patriarcal, ocidental, moderno”, o qual forjou a atual racionalidade colonizadora, ao tempo em que sugerem – estratégia de descolonização do jornalismo – a ferramenta da subjetividade. As proposições serão resgatadas à frente, embora seja útil apontá-las também como visada teórica que dialoga com uma compreensão de jornalismo capaz de contrapor as lógicas modernas de produção e justificação e, em simultâneo, propor uma reflexão sobre alternativas oxigenadas no diálogo interseccional a agregar gênero, etnia, raça, classe etc., que o jornalismo tradicional ignora há tempos, adestrado que foi para nunca problematizar os seus próprios vieses. Todavia, recorremos a outras pesquisas recentes, como quando se propõe a sua correlação com cidadania e direitos humanos (Montipó, 2020). Citada autora observou fissuras na densa estrutura das redações, brechas fomentadas essencialmente pela **autonomia mitigada** dos repórteres ao debelarem as restrições editoriais e as coberturas rasas, confrontando as noções de subcidadania e de estereótipo, as quais são raramente enfrentadas pelo jornalismo de maior alcance.

Retomamos, nesta interseção entre jornalismo e direitos humanos, o enfoque da teoria da responsabilidade social da imprensa, exposta primeiramente pela Comissão Hutchins, e que já mencionamos no capítulo anterior para falar de uma apropriação do conceito de modo alinhado à nossa perspectiva de uma ética solidária para o jornalismo, em vez da tradicional axiologia utilitarista. Abel (1987, p. 61) diz que a teoria da responsabilidade social da imprensa, “enunciada de forma coerente pela primeira vez pela Comissão Hutchins, continua, mesmo depois de trinta e cinco anos, viva e atual. Em alguns aspectos, ela ficou aquém das expectativas do Dr. Hutchins; em outros, ela pode ter ido mesmo além [...]”. Para nós, a reflexão ampliada passa por assumir uma práxis jornalística não só como a responsabilidade anterior, a prestação de contas pelo trabalho feito e a responsabilização por eventuais consequências desse exercício. A nosso ver, *accountability* e responsabilidade social, e respectivos mecanismos de incidência, funcionariam melhor como sedimento ou fundação onde é possível construir um compromisso restaurativo mais coerente com o jornalismo demandado pela sociedade atual.

Do exposto, queremos dizer que, em vez de continuarmos a ter em conta um trabalho jornalístico atrelado à responsabilidade ética de matriz utilitária e consequencialista, possamos vislumbrá-lo, mormente nas coberturas que envolvam direitos humanos, como o compromisso vinculado a dois antecedentes, um de ordem individual ou pessoal e outro, social ou relacional, na tentativa de vê-lo sobrelevar-se à clássica função informativa. Os direitos humanos, nesse modo de se conceber tal atividade, demandam outras estratégias de se abordar e apresentar um trabalho jornalístico hoje. Em primeiro lugar, estamos deslocando a aplicação das normas de direitos humanos apenas da ideia de **direito à informação** (do público, da sociedade) e **direito a informar** (do jornalista, da imprensa, da empresa) para reposicionar nossa atenção ao **direito de comparecer em narrativas jornalísticas** em construção, isto é, tendo respeitados os direitos humanos daqueles sobre os quais se escreve, sejam pessoas, grupos ou comunidades.

Feito o enfoque sobre a que direitos nos referimos e quais os titulares desses direitos, o próximo passo é defender o que seria, a nosso ver, uma depuração das bases de *accountability* e responsabilidade social acionadas. O que chamamos **compromisso jornalístico restaurativo** origina-se na anterioridade lastreada pela ética fraterna ou solidária na **dimensão individual** (competência logotécnica, conhecimento prévio, pesquisa, apuração, checagem, contrapartida pessoal etc.), situada no campo da ação e duma materialidade observável; e na **dimensão social** (balizas organizacionais e editoriais, recursos, condições laborais, pressões interna e externa, interesses mobilizados, contrapartidas institucionais etc.), perfazendo-se o contexto. Assim, o compromisso restaurativo assumido pelo jornalismo está centrado na figura do repórter/redator que elabora a notícia/reportagem, e se constitui por meio de uma ação numa dada conjuntura.

Trata-se aí de uma contribuição social que deverá ser tão mais intransigente quanto mais envolva os direitos humanos. Há décadas, a migração transnacional instiga jornalistas, críticos da imprensa, pesquisadores e entidades mediadoras internacionais, independentes ou estatais, na prescrição e análise de condutas⁵⁷ para se elaborar reportagens crescentemente respeitadas e contextualizadas. A preocupação se coaduna ao nosso interesse investigativo de compreender a abordagem do jornalismo local na cobertura cotidiana da mobilidade humana por fronteiras na Amazônia brasileira, particularmente direitos sociais de nacionais haitianos e venezuelanos. Antes, contudo, o quadro teórico nos ajudará a entender o fenômeno da migração transnacional, assim como o contexto social, político e econômico dos dois países de origem nesses processos.

⁵⁷ O Manual para cobertura de migrantes e refugiados, publicado em 2021, está voltado aos docentes de jornalismo. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000377890>. Acesso em: 12 jun. 2022. Outro exemplo é o Guia de Jornalismo no Contexto das Migrações, publicado pela OIM em 2023. Disponível em: <https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/guia-de-jornalismo-no-contexto-das-migracoes.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.

2.2 MIGRAÇÃO TRANSNACIONAL: PANORAMA E ENFOQUES

Deslocamentos caracterizam a história da humanidade, tendo sido reputados naturais e até imprescindíveis em tempos mais remotos, milhares de anos atrás. Segundo Harari (2018), a historiografia dos povos não se construiria senão por essa via. Não é de se admirar, portanto, que esses movimentos migratórios estejam tão recorrentes na vida e na obra de poetas, filósofos, historiadores e antropólogos, assim como nas decisões políticas dos governantes e nas lutas de ativistas dos direitos humanos. O imaginário coletivo é alimentado pelas histórias de diásporas ao redor do planeta, e não se tarda a apontar o jornalismo como um dos destacados narradores do que se convencionou chamar de deslocamentos contemporâneos. Originam-se numa ordem tão complexa quanto diversa de causalidades, razão porque nossa proposta esbarra no desafio de formular uma síntese a respeito da temática, para que possamos, depois, debater com mais clareza sobre conceitos pertinentes. Conforme a perspectiva eleita, embora tragamos algumas referências mais universais, a ideia é priorizar autores que debatem os fenômenos migratórios contemporâneos no contexto da América Latina e do Caribe. Isso se justifica pela escolha dos países de origem para o presente estudo: Haiti (caribenho) e Venezuela (latino-americano).

2.2.1 Delimitação conceitual: migrantes, refugiados e outras terminologias

Neste item problematizamos o uso de termos que, mesmo recorrentes no cotidiano da sociedade e na imprensa brasileira, não raras vezes são tratados como sinônimos e até aplicados de forma equivocada ou fora de contexto. Longe de ser o retrospecto etimológico, a proposta é fazer referência aos pressupostos jurídicos e aos usos correntes de palavras como imigrante e refugiado, tornando possível identificar, a partir de pautas jornalísticas, por exemplo, a correta equivalência entre as expressões usadas e os respectivos sentidos por elas evocados. Nos parece central uma abordagem terminológica, e não se trata de preciosismo fazer a distinção entre termos usados para caracterizar ou qualificar (jurídica e socialmente) as pessoas em mobilidade transnacional. Os motivos para insistirmos nessa diferenciação relacionam-se às searas jurídica, burocrática e social. Em primeiro lugar, o direito internacional e o nacional reservam tratamento diferenciado para cada grupo de pessoas deslocadas, conforme suas motivações de origem e as condições de ingresso. No Brasil, o governo federal, os estaduais e os municipais elaboram suas políticas públicas próprias tendo como base as denominações e a caracterização jurídica de cada

grupo. Já o aspecto social, fomentado por interferência de múltiplos atores, constitui formas de interação, nas cidades, entre a sociedade receptora e as pessoas em mobilidade transnacional.

Por seu turno, Etcheverry (2013, p. 60) retoma Manuel Delgado (2002, pp. 14-15), um antropólogo espanhol, para pontuar de que modo o imaginário social aplicaria o termo imigrante como qualificativo a evocar “determinadas características negativas”, prosseguindo para citar alguns: “ser alheio ao lugar, pobre, culturalmente atrasado e excessivo em número” (2013, p. 61). Já o sociólogo franco-argelino Abdelmack Sayad (1991 apud Etcheverry, 2013, p. 61) usa *illusions* para se referir às representações compartilhadas tanto por sociedades de procedência e receptoras quanto pelos próprios imigrantes, as quais, segundo ele, são originadas das mesmas categorias sociais, econômicas, culturais e políticas. É também de Sayad (1998 apud Moraes, 2013, p. 137) a nota de que, “diferentemente da categoria ‘estrangeiro’ – que é uma definição político-jurídica e um estatuto –, o ‘imigrante’ é, antes de tudo, uma condição social”. Não há dúvidas de que aquela primeira categoria (estrangeiro) é abrangente e tanto menos revestida de uma pecha social que já se impõe como desqualificadora quase que aprioristicamente.

O Estatuto dos Refugiados (Convenção de Genebra, 1951) os define como a pessoa que, “temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país” (Art. 1º A, e seu Protocolo, do ano 1967). No ordenamento jurídico brasileiro, além dessas definições, é considerada refugiada aquela pessoa que “devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigada a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país” (Art. 1º, III, da Lei N. 9.474/97). Para mitigar os recorrentes equívocos de equivalência entre esses termos e conceitos, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) elaborou a lista reproduzida no Quadro 5, abaixo:

Quadro 5 – Termos relacionados a distintas condições de pessoas em deslocamento geográfico

Termos precisos para um debate cuidadoso sobre migração⁵⁸	
Migrantes	As definições variam, mas os migrantes podem ser definidos como nascidos no exterior, estrangeiros nacionais, pessoas que se mudaram para um país por um longo período de tempo, e todos eles são sujeitos ao controle de imigração
Refugiados	De acordo com o direito internacional, um refugiado é uma pessoa que “devido a um fundado temor de ser perseguido por motivo de raça, religião, nacionalidade, pertença a um determinado grupo social ou opinião política, está fora do país de sua nacionalidade (...)”
Migração ilegal	Geralmente envolve travessias ilegais de fronteira ou permanência excessiva (com ou sem visto), de modo que pode sujeitar esse migrante a redes de tráfico de seres humanos, haja vista sua situação de vulnerabilidade

⁵⁸ No original: *Terms needed for a careful migration debate*. Disponível em: https://jigc.media/wp-content/uploads/2020/05/Handouts_Media_and_Migration_English.pdf. Acesso em: 17 out. 2022.

Migração forçada	É um “movimento migratório com um elemento de coerção, incluindo ameaças à vida e aos meios de subsistência, decorrentes de causas naturais ou provocadas pelo ser humano (por exemplo, refugiados e deslocados internos, deslocados por motivos naturais ou desastres ambientais, desastres químicos ou nucleares, fome ou desenvolvimento de projetos)
Migração mista	Trata-se de um fluxo de pessoas viajando juntas de forma irregular ao longo das mesmas rotas, utilizando o mesmo meio de transporte, mas por distintas razões
Deslocado interno	Com a sigla IDPs, define pessoas que foram forçadas a sair de casa, embora não tenham cruzado qualquer fronteira internacional. Os deslocados internos tentam evitar conflitos armados, violência e desastres causados pelo ser humano
Apátridas	Não são considerados nacionais pelas leis de direito internacional de nenhum Estado, conforme definido no Art. 1, I, da Convenção de 1954 relativa ao Estatuto de Pessoas Apátridas.

Fonte: IOM (2021) – *Glossary on Migration*. *European Migration Network* (2018)⁵⁹. Tradução nossa

Bastante se avançou no debate para ampliar o conceito de refugiado, inclusive ao abarcar situações de catástrofes humanitárias, como miséria extrema e desastres naturais, chegando-se a agregar expressões como “refugiados ambientais”, “refugiados econômicos” e “refugiados de fato”, entre outras variações. Todavia, a legislação sempre avança com mais vagar no intuito de incorporar e de garantir direitos aos grupos de migrantes nas condições mencionadas. Nesse sentido, importante papel que deveria ter sido atraído com expertise pela mídia brasileira seria diferenciar os grupos de migrantes transnacionais que chegaram na década passada. De modo ilustrativo, vemos: “[...] a migração de haitianos para o Brasil a partir de 2010 é um exemplo equivocado de associação desses migrantes a refugiados [...]” (Cogo e Badet, 2013, p. 48). De fato, foi um equívoco corriqueiro e perceptível ao se observar notícias locais e regionais sobre a presença de haitianos nas cidades da região Norte na primeira década deste século.

Ora, ainda que se tenha notado a intensificação da chegada de nacionais do Haiti logo após o terremoto ocorrido no dia 12 de janeiro de 2010, complicando mais a situação política, econômica e de segurança pública naquele país, citado contingente não foi considerado como de refugiados pelo governo brasileiro em decorrência da catástrofe natural. Isso se explica pela ausência de previsão normativa no sentido de acolher as inovações conceituais, a exemplo da condição de “refugiado ambiental”. O Brasil historicamente foi país de emigração, e suas leis relativas à imigração sempre tiveram teor protecionista, priorizando a segurança de sua extensa fronteira. As mudanças sociopolíticas e econômicas, que o alçaram à inédita posição de *player*

⁵⁹ A respeito da designação da OIM para esse tipo de deslocamento (migração ilegal), esse é um emprego para fins didáticos, mas que pode levar a interpretações equivocadas. Migrar é direito de todos os seres humanos; portanto, é uma conduta lícita. Inscrita na seara criminal, a imigração ilegal ocorre em desconformidade com a lei migratória de um país, devendo ser dolosa, isto é, precisa haver intenção (elemento subjetivo) de obter vantagem econômica. Ressaltamos, ainda, que é desaconselhável o uso da expressão em notícias, indicando-se o termo “indocumentado” ou até “irregular” quando o texto se referir às condições específicas de pessoas ou de grupos em deslocamento.

geopolítico e grande promessa para o século XXI, são uma das causas que explicam porque ele passou a ser um receptor no arranjo migratório Sul-Sul. Para contornar o arcabouço legislativo desatualizado e oferecer uma alternativa jurídica aos haitianos que chegavam pela região Norte, passou-se a conceder vistos humanitários, mecanismo criado pela Resolução 97/2012 do CNIg, vez que seria inaplicável ao caso, frise-se, a proteção internacional dispensada aos refugiados.

2.2.2 Panorama mundial e migrações transnacionais para o Brasil

Ao compilarmos informações recentes sobre as migrações transnacionais e o refúgio no mundo, nesta porção do continente americano e no Brasil, apresentamos dados produzidos ou organizados por entidades internacionais e nacionais, entre públicas e privadas. Antes, cumpre destacar que o debate sobre deslocamentos transfronteiriços é travado com prioridade no mundo todo, já que os Estados têm considerado as projeções sobre número de migrantes no planeta nas próximas décadas, e cuja tendência é de alta. Abaixo, apresentamos uma comparação geral:

Quadro 6 – Migrantes no mundo (2000 – 2010 – 2020)

Década	Número absoluto	Percentual da população
2000	173.230.585	2,8%
2010	220.983.187	3,2%
2020	280.598.105	3,6%

Fonte: Migração e migrantes: panorama mundial (OIM, 2021, p. 3).

Os dados acima nos ajudam a fixar duas premissas para o presente debate. A primeira: tendo em conta que a migração é um componente histórico da Humanidade, estamos certos da sua continuidade, corroborando projeções dos organismos especializados. Já a segunda decorre da anterior e indica: mesmo sendo fenômenos perenes, os deslocamentos são multidimensionais em causalidades, contextos, consequências e nos diversos outros aspectos que os constituam. A recepção de imigrantes não é algo novo no Brasil, sobretudo de nacionalidades europeias, e os movimentos migratórios de entrada iniciaram ali na década de 1810, quando havia critérios e preferências para selecionar os ingressantes. Consoante um modelo seletivo, eram bem-vindos europeus brancos provenientes do campesinato, cujas qualidades destacadas foram obediência às leis e docilidade. Já os “refugiados, deficientes físicos, ciganos, ativistas políticos, velhos, comunistas e condenados criminalmente” eram rechaçados (Cogo e Badet, 2013, p. 21). Dita seletividade vai na esteira da ‘tese do branqueamento’, segundo a qual negros e orientais eram desqualificados como parte significativa desse contingente, ao passo que os brancos europeus, a um só tempo, ajudavam no branqueamento do povo e eram submetidos ao abrasileiramento.

Historicamente, a população brasileira forjou-se pela presença massiva dos migrantes europeus que chegaram em maior número entre o fim do século XIX e o início do século XX.

Entre 1819 e o fim da década de 1940, o Brasil “recebeu cinco milhões de migrantes, principalmente italianos, portugueses, espanhóis, alemães e japoneses, e grupos migratórios menos expressivos numericamente, como russos, austríacos, sírio-libaneses e poloneses” (Cogo e Badet, 2013, p. 20). Inclusive, até a metade dos anos 1880, a região Sul foi o destino prioritário dos europeus, muito em decorrência de políticas migratórias favoráveis ao referido contingente no Brasil Império. O cultivo do café para suprir demanda do mercado mundial e o fomento da economia industrial urbana foram os dois fatores preponderantes para a atração de determinados grupos, e foi apenas nos anos 1960 que arrefeceram os fluxos acima caracterizados.

Por volta da década de 1980, segundo esclarecem Cogo e Badet (2013, p. 24), o Brasil tornou-se uma área de expansão da Latinoamérica em três tipos de migração transnacional⁶⁰: “a) modalidade de tipo fronteiriço, como são os casos com países do Mercosul e também com Colômbia e Venezuela; b) migrações em direção às áreas metropolitanas, caso dos bolivianos e peruanos; c) migrações intra-regionais com países não-limítrofes, como os chilenos”. Na sua história recente, este país sempre foi considerado como de emigração, inclusive tendo havido a intensificação nos anos 1990. Até o ano 2011, um número significativo de nacionais deslocava-se para Estados Unidos, Japão, Paraguai e Inglaterra. Contudo, principalmente após o ano 2008, o Brasil passou se posicionar como um receptor de imigrantes (Cogo e Badet, 2013). A fim de situar essa mudança de perfil, apontamos as principais justificativas para que o Brasil passasse, nos primeiros anos deste século XXI, de um local com mais emigrações para a posição de país receptor de migrantes transnacionais, especialmente oriundos do Sul Global:

Algumas das justificativas para esse importante aumento estão relacionadas ao já mencionado crescimento econômico do Brasil nos últimos anos e à realização de obras para grandes eventos como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, à consolidação do país no mercado internacional e à sua maior visibilidade global. [...] não é possível associar às migrações uma única causa, nem homogeneizar os fluxos migratórios, é necessário analisar os **diferentes fluxos, perfis e realidades migratórias, as diversas causas e motivações econômicas** (Cogo e Badet, 2013, p. 26-28, grifo nosso).

O Ministério de Relações Exteriores do Brasil (MRE, 2011 apud Cogo e Badet, 2013, p. 19) apontou que, no ano 2011, “mais de 3.122.813 brasileiros viviam fora do país em 2010, sendo quase 1,4 milhão nos Estados Unidos, mais de 230 mil no Japão e 200 mil no Paraguai”. Por conta da crise econômica mundial de 2008, a qual atingiu alguns dos principais destinos de

⁶⁰ No caso dos haitianos, ocorre um tipo inter-regional de migração, pois o Haiti está situado no mar do Caribe.

brasileiros emigrantes nas décadas de 1980 e 1990, muitos deles retornaram vindos dos Estados Unidos, do Japão (que alcançou 40% de desemprego entre os brasileiros em 2009) e de Portugal (onde cerca de 10 mil brasileiros não tinham emprego). Ainda que o Acordo de Residência do Mercosul, a partir de 2009, tenha permitido a obtenção de documentos para residência no Brasil de pessoas vindas dos países desse bloco (além de Bolívia, Chile, Peru e Colômbia), a situação irregular de muitos ingressantes impediu uma consolidação fidedigna de dados sobre a presença migratória e inviabilizou a expansão de políticas públicas voltadas a esses grupos.

O contexto de um Brasil bem posicionado geopolítica e economicamente em relação aos vizinhos da América do Sul reviveu o debate da migração seletiva. Se nas décadas passadas era preferível receber europeus ou japoneses expertos na atividade agrícola, no início do século XXI, a preferência seria por profissionais qualificados. Apenas em 2011, o Conselho Nacional de Imigração “[...] concedeu 70.524 vistos de trabalho para estrangeiros, 22% a mais que no ano 2010. A maioria desses profissionais era do setor de petróleo e gás e da área de engenharia” (Cogo e Badet, 2013, p. 36). Tal seletividade levou pesquisadores, associações de migrantes e entidades de apoio a pressionarem por transformações legislativas, com vistas a “não priorizar o controle e a restrição da entrada de migrantes ou privilegiar a migração seletiva, mas com foco na garantia de canais de migração regular para os fluxos existentes” (Ibid.). Isto é, queriam que a legislação se ocupasse sobretudo das pessoas que já ingressavam neste país e a criação de políticas públicas para elas, em vez de normas preocupadas em atrair contingentes qualificados.

De acordo com estudo da OIM sobre a integração de migrantes venezuelanos e haitianos beneficiários do Programa de Assistência Financeira dessa organização, o Brasil está entre os países da América Latina e Caribe (ALC) mais afetados por esses movimentos, e os nacionais de Haiti e Venezuela constituem hoje os principais fluxos migratórios, pelas razões já expostas. Até 2021, o país já tinha recebido cerca de 300 mil migrantes ou refugiados da Venezuela (OIM, 2022, on-line), e a condição de indignidade dessas pessoas se acentuou no cenário pandêmico. No Brasil, informações acerca de migrações e refúgio estão compiladas pelo Observatório das Migrações Internacionais⁶¹ (OBMigra), cujo relatório de 2022 trazia os dados mais atuais no momento de escrita desta tese. Haiti e Venezuela, os dois países de origem dos grupos tomados como sujeitos dos fenômenos migratórios observados ao analisarmos a cobertura jornalística, tiveram o maior número de nacionais ingressantes entre os anos 2010 e 2020. O relatório reflete as principais mudanças ocorridas na última década, conforme reproduzimos a seguir:

⁶¹ Dados atuais em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/1715-obmigra>. Último Acesso: 17 out. 2023.

O perfil dos imigrantes que chegaram ao país alterou-se em relação a fluxos anteriores, houve um crescente fluxo de entrada pela fronteira Norte do país, e uma importante inserção laboral dos imigrantes nas regiões Sul e Sudeste, assim como teve a necessidade de alterações nas políticas e processos de regulamentações dos imigrantes, como a criação das Resoluções Normativas pelo CNIg (RN 27/2018, 97/2012, 126/2017) no âmbito da **normatização dos imigrantes haitianos e venezuelanos**, posteriormente, a **nova Lei de Migração de 2017 (Lei n. 13.445)** e a criação de **políticas específicas de acolhimento** (Operação acolhida, em Boa Vista-RR) e o processo de interiorização dos imigrantes (Oliveira e Tonhati, 2022, p. 8, grifo nosso).

Outro aspecto do relatório em destaque são os eventos marcantes do decênio 2011-2020, sobretudo os processos de feminização daquelas migrações para o Brasil e o crescente número de crianças e de jovens entre migrantes e refugiados que aqui chegaram. A anotação de Tonhati e Macedo (2020 apud Oliveira e Tonhati, 2022, p. 8) revela que tal feminização teve início há cerca de sete anos, resultado de uma intensificação das migrações concentradas no eixo Sul-Sul. No biênio entre 2020 e 2021, cresceu o número de imigrantes mulheres, sendo a maioria delas “jovens, com nível de instrução de ensino médio completo, provenientes dos países do Sul Global (**haitianas, venezuelanas**, cubanas e paraguaias)” (Tonhati e Pereda, 2021, p. 182 apud Oliveira e Tonhati, 2022, p. 9, grifo nosso). Quanto às crianças e aos jovens, sua chegada intensa demandou a abertura de vagas na rede de formação básica e mais atenção dos gestores e pesquisadores da Educação para conduzirem a questão (Oliveira e Tonhati, 2022). De fato, a criação de vagas para atender a esse público foi só o primeiro passo, porque o trabalho envolve aproximação intercultural, adoção de estratégias para driblar as barreiras do idioma e uma tarefa cotidiana, nas atividades pedagógicas, com vistas a mitigar estereótipos e preconceitos.

Até 2011, a população de refugiados no país era formada por colombianos, angolanos e congoleses majoritariamente. Já em 2022, a principal presença era de venezuelanos e sírios. A intensificação do fluxo venezuelano em direção ao Brasil e outros 16 países⁶² latino-americanos motivou a adoção de diretrizes da ONU, no âmbito de atuação da OIM e ACNUR, no sentido de formular respostas adequadas para a situação dos migrantes e refugiados da Venezuela. Essa iniciativa surgiu em abril de 2018, quando foi criada uma Plataforma Regional de Coordenação Interagencial, o R4V (**Response for Venezuelans**), ao molde de um fórum capaz de concentrar as ações coordenadas das duas agências das Nações Unidas, além de organizações da sociedade civil cujo escopo fosse a promoção de “direitos, serviços básicos, proteção, autossuficiência e integração socioeconômica para esta população, bem como suas comunidades de acolhida”

⁶² Argentina, Aruba, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Curaçao, República Dominicana, Guiana, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Trindade e Tobago e Uruguai.

(ONU, 2022, on-line). De modo prático, existe um Plano de Reposta a Refugiados e Migrantes elaborado e implementado anualmente via Plataforma R4V. No Brasil, a Plataforma Nacional funciona com a colaboração de 55 entidades e organiza suas atividades nestes sete setores: 1) Abrigamento e Distribuição Alimentar; 2) Educação; 3) Saúde; 4) Integração, Interiorização e Transporte Humanitário; 5) Nutrição; 6) WASH⁶³; e 7) Proteção que, por sua vez, engloba três subsetores (Proteção à Criança, Violência Baseada no Gênero e Tráfico de Pessoas).

O Guia das Migrações Transnacionais e Diversidade Cultural para Comunicadores⁶⁴, de 2013, também contribui “[...] para o trabalho realizado por comunicadores e jornalistas na pauta e cobertura das migrações transnacionais no Brasil” (Cogo e Badet, 2013, p. 11), sob a premissa de que “meios de comunicação são espaços privilegiados de construção de visibilidade pública do fenômeno das migrações, do cotidiano dos migrantes transnacionais que vivem entre nós, das demandas e lutas por cidadania e direitos humanos” (Ibid.). A proposta sobre o tratamento midiático das migrações abordou dois pontos relevantes para nossa reflexão. Primeiro, a ideia de valorização – mas não a de idealização – da diversidade cultural e das contribuições de ordem política, econômica e sociocultural das migrações que têm o Brasil como receptor, tais como as de nacionais latino-americanos, caribenhos e africanos, em analogia ao modo como tinham sido recepcionados os italianos, alemães, portugueses e espanhóis noutros momentos históricos. Em segundo lugar, o papel do jornalismo na tarefa de construir “visibilidade e debate público” a partir da prática mais comprometida com a “cidadania dos migrantes no âmbito das políticas migratórias relacionadas aos direitos humanos” (Cogo e Badet, 2013, p. 12).

Em outros termos, é imprescindível destacar, de um lado, o fenômeno e seu contexto e, de outro, a atuação jornalística – e compromissos assumidos. Dito isso, passamos à última parte da seção teórica, quando procuramos esboçar, de um modo sucinto e compreensível, tanto as realidades dos países de origem quanto a chegada e a recepção dos migrantes transnacionais do Haiti e da Venezuela pela porção mais ao Norte do Brasil, de onde nortistas e pesquisadores da comunicação puderam observar em primeira mão o desenrolar daqueles acontecimentos.

2.2.3 Primeira rota: do Haiti para o Brasil

Localizada na América Central, a República do Haiti, junto da República Dominicana, forma uma ilha e faz fronteira apenas com este país, sendo banhada pelo mar do Caribe ao sul. Com área inferior a 28 mil quilômetros quadrados e pouco mais de 11 milhões de habitantes, o

⁶³ Sigla para “Water, Sanitation and Hygiene” (Água, Saneamento e Higiene).

⁶⁴ Fruto de colaboração entre pesquisadores de Universidade do vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Autônoma de Barcelona.

Haiti é 37 vezes menor que o Brasil em área e 20 vezes menor em população⁶⁵, por um lado. Por outro, a densidade demográfica é quase 16 vezes maior que a brasileira (361,5 hab/km² contra 22,43 hab/km² do Brasil). A capital, Porto Príncipe, tem quase um milhão de nacionais e as línguas oficiais são o francês e o crioulo haitiano. Sua colonização iniciou no século XV, com a chegada de Cristóvão Colombo, mas aquele território se tornou domínio dos franceses, condição essa formalizada pela assinatura do Tratado de *Ryswick*⁶⁶, entre Espanha e França.

Passados séculos desde o início da escravização do povo autóctone, foi apenas no dia 1º de janeiro de 1804 que o Haiti conquistou sua autonomia política. Nada obstante, é fato de destaque na historiografia que aquele país foi a primeira república da América Latina e Caribe a se tornar independente, como resultado de batalhas sangrentas contra o exército francês, na única rebelião vencida por negros libertos e escravizados sobre forças militares da metrópole. A Revolução Haitiana conduziu São Domingos à independência sob a liderança de Toussaint Louverture e Jean-Jacques Dessalines. Este último tornou-se o líder do povo depois da prisão e morte de Louverture. Embora tal fato orgulhe o povo haitiano, sua autonomia formal jamais chegou a se concretizar e, desde a declaração de independência, o país passou por sucessivos golpes militares, governos ditatoriais, instabilidade política e casos de corrupção. Há 35 anos, após o fim da dinastia *Duvalier*, já houve quase 20 governos, fossem de militares, presidentes eleitos e/ou interinos, conselhos de ministros ou na modalidade de transição.

No aspecto social, o Bando Mundial (2024, on-line), em levantamento recente, aponta que o Haiti está na 158ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), entre 193 países e territórios que compõem essa métrica das Nações Unidas. A ONU (2021, on-line) lista alguns fatores: expectativa de vida de 60 anos; baixo alcance dos serviços de saneamento ambiental; extrema pobreza da maior parte da população; subnutrição em torno de 60%; índice de analfabetismo próximo de 40%; e mortalidade de 62 a cada mil nascidos vivos. Somam-se a isso o crescimento generalizado da violência e os altos índices de criminalidade, situação que justificou a missão humanitária da ONU naquele país, sob a liderança das Forças Militares do Brasil, entre 2004 e 2017. Sob a *Minustah*⁶⁷, intentava-se promover ajuda humanitária, garantir o funcionamento normal das instituições, restabelecer a segurança e proteger direitos humanos. Mesmo que isso não tenha marcado o início das relações diplomáticas Brasil-Haiti, porque

⁶⁵ Dados demográficos do Brasil: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>. Último acesso: 12 mai. 2023.

⁶⁶ Foi assinado em 20 de setembro de 1697, na cidade holandesa homônima. Além de pôr fim à Guerra dos Nove Anos, o tratado oficializou a cessão da parte oeste da ilha Hispaniola (atual Haiti) aos franceses.

⁶⁷ A Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti foi comandada pelo Exército brasileiro e teve apoio de soldados do Sri Lank e Nepal. Demanda dos EUA, para manter indústrias instaladas no Haiti, a intervenção foi terceirizada ao Brasil, a convite da França, pois os norte-americanos já comandavam duas campanhas de guerra naquele momento: uma contra o Afeganistão (desde 2001) e outra no Iraque (a partir de 2003).

[elas] ocorrem desde a década de 1970, mas foi apenas em 2004, com a ida de tropas brasileiras liderar a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah), e a atuação de ONGs e entidades confessionais brasileiras, que os países ficaram mais próximos. Naquele momento histórico, havia a ideia de um Brasil como “**terra de oportunidades**”, **aberta e hospitaleira, cujas oportunidades de trabalho** (especialmente em obras para os dois eventos esportivos mais importantes do planeta [...] fizeram-no passar de mero “corredor de passagem, uma etapa, [para] um novo polo internacional da diáspora haitiana” (Bersani e Joseph, 2017, p. 10, grifo nosso).

Como saldo, passados 13 anos da intervenção do Exército brasileiro, avaliou-se que as ações de pacificação não tiveram o resultado prometido⁶⁸. O cenário instável na política ainda está bem distante de ser neutralizado; inclusive, no dia 7 de julho de 2021, o então presidente Jovenel Moise⁶⁹ foi morto a tiros em casa. Moise havia dissolvido o parlamento, governava por meio de decretos há mais de um ano e pretendia fazer uma reforma constitucional, fatores que despontam como os principais agravantes de uma recente crise política haitiana. Borba de Sá (2019) aborda esse tema pela “teorização crítica brasileira”, analisando o intervencionismo humanitário de uma ótica disruptiva em relação ao “paradigma da Paz Liberal” (Pugh, 2005, p. 23 apud Borba de Sá, 2019, p. 134). Ao buscar subsídios (no sentido de material) para a sua crítica, o autor relata: “Não surpreende, portanto, que este renovado interesse tenha fecundado mais por vias jornalísticas do que propriamente acadêmicas, até o momento. Ver, por exemplo, reportagem da Revista Piauí, de agosto de 2019 [...]” (Ibid.). Nós sustentamos que o jornalismo é uma via importante para estabelecer o contrassenso às concepções cristalizadas, como a defesa irrestrita da perene intervenção militarizada de forças estrangeiras no Haiti.

Além dos aspectos político, econômico e social, a posição geográfica do Haiti também preocupa, porque o território está localizado em zona tectônica instável, condição que o torna vulnerável a sismos, como aquele que o atingiu janeiro de 2010. Desde fevereiro daquele ano, notou-se a chegada de haitianos pelo Norte do Brasil e o protocolo recebido na Polícia Federal pelos recém-chegados às fronteiras sem o visto exigido pelo governo **mencionava solicitação de refúgio** (Joseph, 2015). Inobstante, já em maio de 2010, passaram a não ser considerados refugiados, como discutido anteriormente. Dois anos depois, “em janeiro de 2012, a chegada de haitianos à região norte do Brasil levou o governo brasileiro a limitar a 1.200 por ano os vistos concedidos aos migrantes haitianos por razões humanitárias” (Cogo e Badet, 2013, p.

⁶⁸ Borba de Sá (2019) destaca como aspectos negativos os abusos sexuais cometidos por soldados, epidemia de cólera, que militares brasileiros atribuíram, respectivamente, aos soldados do Sri Lanka e do Nepal.

⁶⁹ Em outubro de 2015, ele foi eleito para um mandato de cinco anos, mas a disputa foi cancelada por fraudes. No ano seguinte, venceu novamente a eleição, com 600 mil votos, tendo assumido o cargo em 2017.

30). Em 2012, outros chegavam diretamente, alguns com o **visto humanitário**⁷⁰ e no quadro da reunião familiar – categoria burocrática à qual precisaram se adaptar –, que era solicitado à Embaixada brasileira na capital haitiana (Joseph, 2015). A retrocitada Resolução permitiu duas interpretações: primeiro, abriu uma possibilidade regularizar a situação dos haitianos antes que eles deixassem seu país; segundo, restringiu a chegada de imigrantes ao inviabilizar o ingresso de postulantes indocumentados (sem aquele visto) pelas cidades fronteiriças da região Norte.

Em decorrência da simplificação de acesso ao visto permanente, aumentou o número de pedidos perante a Embaixada brasileira no Haiti. No entanto, o referido processo de análise da documentação e a entrega dos papéis passou a demorar de cinco a oito meses, mais do que em 2011 e 2012. Essa situação levou novos candidatos a optarem por viagens clandestinas até as fronteiras com o Brasil, solicitando visto diretamente nos estabelecimentos da Polícia Federal. O trajeto era caro, longo, perigoso e sem garantia de ingresso no território brasileiro. Nesse contexto, o endurecimento das regras para ingresso elevou o número de registros de violações dos direitos humanos dos haitianos, cuja condição era de total vulnerabilidade, seja nos países vizinhos ao Brasil ou nas cidades onde os migrantes foram recepcionados. Um desses lugares foi a tríplice fronteira entre Brasil (Tabatinga/AM), Colômbia (Letícia) e Peru (Santa Rosa). Segundo Joseph (2015), ali se realizava etapa crucial no percurso, porque eles eram obrigados a parar e solicitar o visto à PF na cidade de Tabatinga. Quando recebiam o protocolo, seguiam viagem. Na realidade, nem todos esperavam a emissão do documento e alguns deles viajavam clandestinamente pela área de floresta até Manaus, permanecendo na capital do Amazonas ou seguindo para outros estados e países, como Guiana Francesa, Suriname etc. A partir de 2012, os fluxos pela Amazônia reduziram pelo trecho Brasil/Colômbia/Peru, via Tabatinga/AM, e se intensificaram na fronteira Brasil/Bolívia/Peru, cuja entrada se deu pela cidade de Brasileia/AC. Outras rotas usadas pelos coiotes para alcançar pontos estratégicos da ampla faixa de fronteira previam o ingresso por outras duas cidades do Acre (Assis Brasil e Epitaciolândia), bem como por Corumbá/MS (Cogo e Silva, 2016, p. 5). Antes, eles já haviam percorrido trecho aéreo da República Dominicana ou de Porto Príncipe ao Equador ou trecho terrestre até o Peru (Ibid.).

Chegando a Manaus, iriam enfrentar outros desafios, iniciando pelo preconceito racial, porque “ser haitiano ganhava **sentido pejorativo nas relações sociais** no Brasil amazonense”

⁷⁰ Os primeiros haitianos desembarcados, devido à intenção da maioria de ir à Guiana Francesa, não pediam visto na Embaixada brasileira no Haiti para ingressar no Brasil. Para passar no Brasil e ir ao Departamento ultramarino era necessário possuir visto brasileiro, exigido também daqueles que queriam ficar no país. Começaram, então, os questionamentos dos agentes governamentais sobre como poderiam proceder e se seria necessário criar um dispositivo legal para receber os haitianos fora da condição de refugiados, já que CONARE e ACNUR já haviam se manifestado pela não incidência da Convenção de Genebra de 1951 ao caso deles.

(Joseph, 2015, p. 146, grifo nosso), relegando-os à equação “ser negro = ser haitiano”. Uma rede de solidariedade mobilizou-se em prol dos migrantes e, ao mesmo tempo, ficava nítida a indisposição dos governos naquela situação. Durante cerca de dois anos, não se interveio com políticas concretas, ainda que fossem transitórias; e os representantes dos governos estadual e municipais limitavam-se a afirmar que a prioridade era a população local e não os haitianos, o que, de certo modo, fomentaria atitudes xenofóbicas. A acolhida dos recém-chegados à capital era maiormente realizada pela Pastoral da Migração, auxiliada por outras entidades religiosas ou não confessionais de ajuda humanitária. Eles tiveram forte presença em alguns bairros:

A Pastoral da Migração em Manaus tinha, em 2012, cerca de 12 casas de apoio espalhadas pela cidade [...]. O grupo maior ficava em São Geraldo; outro de mais de 90 pessoas em São Raimundo; cerca de 60 pessoas na Paróquia Sagrada Família [...]. Também outras casas eram alugadas, para atender a média de 20 a 25 pessoas [...]. **No final de 2011 e início de 2012, chegava uma média de 70 pessoas por semana.** Quando não conseguiam vagas nessas casas, alguns era ajudados para conseguir alugar casas em grupos, quitinetes ou apartamentos em outro local. Além da Igreja Católica, entre outros grupos, os Espíritas (kardecistas) e igrejas como a Assembleia de Deus também contribuíam na acolhida dos migrantes em Manaus (Joseph, 2015, p. 153).

Agregamos a este quadro específico sobre migração haitiana para o Brasil um aspecto cultural raramente abordado, embora relevante à nossa compreensão do contexto migratório naquele país: sua **cultura de diáspora** (Joseph, 2015). Ao debater sobre o Brasil e a Diáspora Haitiana, Bersani e Joseph (2017, p. 9) destacam, desde logo, uma constatação de que “[...] a mobilidade é um fenômeno antigo e estrutural no universo haitiano”. Explicam ainda que a característica daquele povo é de circular “entre diferentes espaços nacionais e transnacionais, notadamente no Caribe, na América do Norte, na América do Sul e na Europa” e remonta ao século XIX (Bersani e Joseph, 2017, p. 9). Segundo esses autores, a mobilidade acentuada em direção ao Brasil, no pós-2010, inaugurou não o primeiro, mas o “quarto grande fluxo” numa dinâmica de mobilidade já intrínseca à cultura haitiana. Conforme indicam, o trajeto do quarto fluxo seria seguir para Equador, Peru, Chile, Argentina e, principalmente, Brasil (Ibid.).

Neste ponto, faz-se necessário o salto para o dia 14 de agosto de 2021, data em que outro terremoto arrasou o Haiti. Mesmo que tenha se desencadeado novo processo de deslocamento transnacional, o Brasil não esteve entre os principais destinos, fato observado empiricamente. Cremos que essa mudança tem relação com o contexto de crescente desemprego, polarização política, má gestão da pandemia (covid-19) e crescente hostilidade com imigrantes, sobretudo de países do Sul Global. Nessa esteira, mais haitianos apostaram na travessia entre o México e

os EUA, sujeitando-se à perseguição⁷¹ pelas forças de defesa norte-americanas. Aos moldes do que apresentamos sobre o Haiti e a migração de seus nacionais ao Brasil, o item seguinte é uma breve exposição a respeito da Venezuela e da mobilidade transfronteiriça por Roraima.

2.2.4 Segunda rota: da Venezuela para o Brasil

Neste subitem, o intento é explicitar questões centrais que foram indutoras da presença massiva de venezuelanos no Brasil durante a última década. Para isso, retomamos precedentes históricos que ajudam a compreender, em linhas gerais, que país afinal é a Venezuela. Antes da chegada de Cristóvão Colombo, em 1498, a área onde hoje ela está situada já era habitada por povos originários. Os espanhóis iniciaram a colonização durante o século XVI, passando a explorar mão de obra oriunda da escravização africana, além dos nativos, para produzir café e cacau. Em 1811, o país se tornou uma das primeiras ex-colônias hispano-americanas a obter independência, sob a liderança de Simón Bolívar, mas só 19 anos depois foi que a Venezuela deixou de ser departamento da Grã-Colômbia e logrou autonomia administrativa. Assim como ocorreu noutras antigas colônias, a independência não blindou o novo Estado de instabilidade política e econômica, sucessivas guerras civis, ameaças de golpe e práticas intervencionistas. No início do século XX, descobriram-se as primeiras grandes jazidas petrolíferas no território venezuelano e, atualmente, a Venezuela acumula 300 bilhões de barris em reservas provadas⁷² – as maiores do mundo –, superando a quantidade conhecida da Arábia Saudita.

Dependente da exportação de petróleo, o viés econômico da crise generalizada se deve à desvalorização do produto no mercado internacional, afetando diretamente a estatal do setor, *Petroleos da Venezuela* (PDVSA). A crise política agravou-se com a morte de Hugo Chávez, em abril de 2013, após sucessivas reconduções à presidência desde 1999. Na esteira, assumiu o vice, Nicolás Maduro, sob forte pressão internacional, acusações de fraudes eleitorais e uma proposta de continuidade para fortalecer o socialismo no Cone Sul. O prenúncio de momentos difíceis levaria grupos haitianos residentes há pelo menos quatro anos na Venezuela a buscarem o Brasil em 2012, incrementando novo momento de mobilidade desses imigrantes ao Amazonas pelos anos seguintes, agora motivado pela desvalorização da moeda *bolívar* – levando à redução de remessas ao Haiti, e pelo acelerado desgaste político de Maduro (Joseph, 2015, p. 179).

⁷¹ A notícia denuncia as medidas extremas e violentas adotadas pelo governo americano, sobretudo as agressões a haitianos expulsos da faixa de fronteira entre os Estados Unidos e o México (Mello, 2021, on-line).

⁷² Além de ser líder em reservas de petróleo descobertas, com quase 30 bilhões de barris a mais que os sauditas (271 bilhões), a Venezuela busca certificação internacional para a segunda maior jazida de ouro do planeta, que é de 4.3 mil e pode alcançar 7 mil toneladas (Rodrigues, 2017, on-line).

A recessão foi acentuada em 2017, quando os EUA impuseram uma série de sanções econômicas ao país latino, exigindo, para retirá-las, contrapartidas como a realização de novas eleições presidenciais acompanhadas por observadores externos e organismos independentes. Nesse cenário, Juan Guaidó, oposição ao regime chavista e autodeclarado presidente interino em 2019, logrou ser apoiado pelos EUA e pelo Brasil, que era presidido por Jair Bolsonaro. A Venezuela atravessa ainda hoje uma crise econômica, política e humanitária sem precedentes, e mais de sete milhões de nacionais deixaram o país até junho de 2023 (ONU, 2022, on-line).

Os principais efeitos dessa crise geral foram a inflação acima de 1.300.000% em 2018; o elevado número de pessoas em situação de pobreza extrema, que saltou de 23,6%, em 2014, para 61,2%, em 2017; e salário mínimo correspondendo a 77 reais em 2019 (Silva, s/d, on-line). Nesse cenário, começaram a faltar recursos essenciais à sobrevivência da população, de modo a caracterizar plano de fundo da grande procura por refúgio nos países vizinhos, especialmente por contingentes de camadas mais empobrecidas da população, como indígenas da etnia *Warao*. Os grupos alcançaram Manaus-AM pela BR-174, que liga o Amazonas a Boa Vista, capital de Roraima, estado mais setentrional do Brasil, onde há 1.922 quilômetros de fronteira com os sul-americanos Venezuela e Guiana. Pacaraima-RR é a cidade onde fica o centro de triagem capacitado para receber e encaminhar venezuelanos recém-chegados, tanto refugiados quanto imigrantes em sentido *lato*. O Brasil foi um dos destinos mais procurados, haja vista o histórico de receptividade a imigrantes e refugiados, que também é parte duma estratégia para se tornar *player* global cuja força de influência é qualificada como *soft power*. Para além dos meandros geopolíticos, foi no fim de 2015 que adultos, idosos, jovens e crianças passaram a chegar em grandes caravanas à cidade de Manaus, sobretudo indígenas *Warao*. Num primeiro momento, instalaram-se nos arredores da rodoviária da capital, de onde saíam durante o dia a pedir esmola nos sinais de trânsito das proximidades. Em 2016, a situação já era preocupante, o que marcou intensa demanda ao poder público, nas três esferas, para providenciar condições dignas de moradia, saúde e trabalho, observando as idiossincrasias dos povos originários.

Embora este trabalho se detenha a abordar o ciclo migratório contemporâneo, qual seja o ingresso de venezuelanos – indígenas ou não, na condição de refugiados ou não – no Brasil, vale um recurso à história das trocas populacionais entre os países vizinhos. Fernandes, Diniz e Faria (2015, p. 309) ressaltam que os movimentos ocorrem desde a década de 1970, sempre foram mais significativos do ponto de vista do deslocamento de brasileiros rumo à Venezuela, e se dividem nestas três fases: “1970, quando brasileiros emigraram para atuar na mineração. [...] 1990, com emigração de homens e algumas mulheres para juntarem-se aos companheiros e atuarem em atividades secundárias na mineração. E a partir dos anos 2000”. Neste último

período, a emigração feminina foi para atuação no comércio local, em restaurantes, salões de beleza e outros setores da estética (Fernandes, Diniz e Faria, 2015, p. 309). Esses brasileiros se estabeleceram principalmente em *Ciudad Bolívar*, *Maturin* e *Santa Helena do Uairén*.

Como já discutimos alhures, a migração não apenas é parte da experiência humana, ela vai ganhando camadas próprias que ajudam a caracterizar e compreender os fenômenos e suas causalidades. Voltando ao momento migratório focado nesta tese, dos mais de 7,71 milhões de emigrantes venezuelanos contabilizados em agosto de 2023, 6,53 milhões⁷³, na condição de migrantes ou refugiados, residem em países da América Latina e Caribe (ALC). O Brasil foi um dos mais procurados, seja pela extensão da fronteira ou por seu histórico de hospitalidade. Como fruto do trabalho colaborativo de agentes governamentais e das agências internacionais OIM e ACNUR, podemos acompanhar os principais indicadores a respeito do processo de mobilidade de nacionais da Venezuela para o Brasil na atualidade, bem como as condições de recepção e a situação jurídica. Dentre os indicadores estão o número de solicitações de refúgio e o de venezuelanos reconhecidos como refugiados, as autorizações de residência e o total de pessoas venezuelanas que se encontram em território brasileiro, entre migrantes e refugiados.

Figura 2 – Indicadores sobre venezuelanos no Brasil (até 5. ago. 2023)



Fonte: <https://www.r4v.info/pt/brazil> (ONU, 2022, on-line).

A procura intensificou-se também em decorrência da atualização legislativa brasileira. Apesar de ter tido um escopo bastante limitado, a Lei n. 6.815/1980 (Estatuto do Estrangeiro) foi considerada um avanço no tema nos anos 1980, haja vista o então contexto político que se encaminhava para a redemocratização. Já a Constituição Federal de 1988 cobriu amplamente o espectro dos direitos humanos, enquanto a vigente Lei da Migração (Lei n. 13.445/2017), ao revogar o Estatuto do Estrangeiro, modernizou os “direitos dos imigrantes, e, principalmente daqueles que se encontram em situação de refúgio”, especialmente pela maior vulnerabilidade às violações de seus direitos (Rosa, Pizzotti e Ferreira, 2020, p. 8). Para esses autores, a Lei de

⁷³ Em 5 de agosto de 2023, obtivemos os seguintes dados: eram 7.710.887 migrantes ou refugiados venezuelanos no mundo e, desses, 6.527.064 encontravam-se em países do bloco latino-americano e caribenho.

Imigração incentivou a busca por refúgio no Brasil, porque “[...] foi um facilitador de ingresso e registro de pessoas em situação de crise humanitária, atraindo, dessa forma, pessoas e famílias que procuram fugir de situações de ameaças e de agressões aos seus direitos” (Rosa, Pizzotti e Ferreira, 2020, p. 13). Inobstante o cenário receptivo propiciado pela via legislativa, a visão de um Brasil beneplácito entrou em rota de colisão com o discurso do então governo central, de nacionalismo beligerante, que firmou oposição explícita aos refugiados venezuelanos.

A despeito da proteção formal nas Leis 9.474/1997 e 13.445/2017, refugiados vivem num “cenário de desigualdade, que é reforçada, até mesmo nas barreiras de língua e de acesso a empregos, seja pela precariedade que os recebe, além de outros fatores como xenofobia, discriminação, separação da família, falta de estrutura para recebê-los e conceder o mínimo existencial [...]” (Goularte et al., 2020, p. 3). E mais ainda: “[...] têm serviços precários, são submetidos a condições não adequadas de trabalho e, por vezes, análogas à escravidão, sem acesso à saúde, desconhecem seus direitos e são vítimas de preconceito (Ibid.). Além de ter a liberdade de migrar, o refugiado poderá se deslocar livremente dentro do país que o abrigou. Assim, ao restringir a sua vivência a alojamentos onde se amontoam após serem recebidos, o Estado estaria sim violando o art. 6º da Convenção de Genebra. A situação fática é um pouco mais complexa, devido à recorrente condição de insalubridade, a superlotação e a ausência de assistência médica (Ibid.). Além disso, a situação de rua por falta de espaço nos centros de acolhida expôs esses migrantes a diversas violações, fossem elas estatais ou de particulares.

A OIM sistematizou a situação dos venezuelanos no Brasil com delimitação na Região Metropolitana de Manaus. O Monitoramento do Fluxo da População Venezuelana⁷⁴ levantou informações como perfil da população, situação laboral e econômica, acesso a alimentos e moradia, impactos sociais ocasionados pela covid-19, saúde e proteção (OIM, 2021, on-line). O Item 7 trata de migração. 74% dos entrevistados relevou ter se deslocado ao Brasil das cidades de Bolívar, Anzoátegui e Monagas, as mais próximas da fronteira com este país, sendo tais rotas refeitas por boa parte daqueles refugiados. Outro destaque é que 94% das pessoas inquiridas manifestaram o desejo de permanecer no Brasil, sendo que 73% delas afirmaram sua pretensão de continuar residindo no município de Manaus. O restante indicou mais de 20 destinos onde gostariam de morar, sobretudo Boa Vista-RR e Curitiba-PR (Ibid.).

Concluído este debate teórico, prosseguimos com a Seção II. Nela, dedicamo-nos a três propósitos: primeiro – detalhar o percurso metodológico; segundo – coletar e interpretar os dados; e, terceiro – analisar os resultados, defender a tese e indicar possíveis desdobramentos.

⁷⁴ Acesso em: <https://migration.iom.int/sites/g/files/tmzbd11461/files/reports/dtm-am-2021%5B100%5D.pdf>.

SEÇÃO II – MÉTODO, RESULTADOS E DISCUSSÃO

CAPÍTULO 3

DETALHAMENTO DO PERCURSO METODOLÓGICO

“Análise de Cobertura Jornalística como uma opção metodológica, junto à Análise de Conteúdo, focada mais nas temáticas, e à Análise de Discurso, atenta à produção de sentidos dos textos, para estudar a configuração do acontecimento jornalístico pelas estratégias e técnicas de apuração, composição e disposição para a leitura” (Silva & Maia, 2011, p. 32).

Como já sabemos há certo tempo, a pesquisa é um “questionamento sistemático crítico e criativo, mais a intervenção competente na realidade, ou diálogo crítico permanente com a realidade em sentido teórico e prático” (Demo, 1996, p. 34). Desde uma mirada específica, Barros e Duarte (2009) tratam sobre pesquisa em comunicação, elencando métodos e técnicas de investigação para essa área particular das Ciências Sociais. A fim de pavimentar o caminho a ser seguido nesta segunda Seção da tese, necessitamos de retomar os objetivos formulados na fase de consolidação da proposta, porque, como leciona Lopes (2016), muito embora teoria e método compareçam com mais ênfase em ocasiões distintas deste processo, a verdade é que devem ser agenciados de modo indissociável para o alcance dos propósitos investigativos.

O objetivo geral, frisamos, é compreender a cobertura jornalística sobre a migração de haitianos e de venezuelanos sob a perspectiva de *accountability* específica e orientado pelos direitos humanos. Já os objetivos específicos indicam as rotas e demandam estratégias, razão por que os retomamos: a) Analisar aspectos quantitativos sobre o conjunto de notícias sobre as migrações de haitianos e venezuelanos em 2012 e 2017, respectivamente; b) Analisar o conteúdo das notícias sobre as migrações de haitianos e venezuelanos, nos anos 2012 e 2017, conforme abordem os direitos sociais a saúde, educação, trabalho, moradia e assistência; c) Analisar a cobertura jornalística na perspectiva dos direitos humanos e da *accountability* jornalística voltada à notícia em portais (A Crítica, Amazônia e G1); e d) Propor a qualificação do jornalismo local pelo compromisso assumido nas dimensões individual e relacional ao realizar a cobertura de temas autóctones que toquem os direitos humanos, subsidiando-se na ética solidária e na *accountability* jornalística. Diante do desafio que tais objetivos impõem, pontuamos as escolhas metodológicas gerais, algumas delas já indicadas no projeto de tese.

A abordagem quanti-qualitativa ajuda a relacionar as questões teórico-conceituais e os dados da realidade, inclusive porque o trabalho incide sobre *corpus* relativamente grande, que é reduzido em função de técnicas operadas em cada etapa. Em relação aos dados da realidade,

eles serão classificados e ordenados pela aplicação de instrumentos quantitativos com vistas à sistematização em coleções de elementos textuais com características afins. Segundo Barros e Duarte (2009), a mineração de textos é mais usada em bibliometria, cientometria, infometria, mediametria, museometria e webometria, pois trata de vários aspectos da informação, inclusive qualitativos, tendo as palavras como unidade de análise. Retornando à escolha feita nesta tese, para os anos selecionados (2012 e 2017), optamos pela filtragem e leitura flutuante de títulos, subtítulos e *leads* das notícias retiradas dos portais A Crítica, Amazônia e G1, como segue: 2012, relativas à imigração haitiana; e 2017, à imigração de venezuelanos. Assim, dispensamos a aplicação de técnicas webométricas, fazendo o trabalho manualmente.

Como método de pesquisa, elegemos o sistemático, por meio do qual acessamos traços do objeto analisado durante todo o processo investigativo. Assim, construímos uma trajetória investigativa desde o conjunto coeso de dados que, embora amplo, está inscrito sob a mesma lógica organizativa. Relativamente à pesquisa bibliográfica em fontes primárias e secundárias e coleta documental, acessamos obras da comunicação e do jornalismo, conquanto busquemos também os subsídios teóricos e analíticos elaborados no campo da Filosofia, da Antropologia, da História, e das Humanidades e Ciências Sociais, de modo mais geral. Quanto ao ambiente, a pesquisa se realiza, conforme destacado acima, pela análise de dados extraídos da *web*, haja vista que a materialidade do objeto de pesquisa, jornalismo local e regional, são as produções de portais mirados em nossa observação descritiva e apresentados no próximo subtópico.

Em relação ao instrumento analítico qualitativo, ele resulta da proposta de releitura do protocolo criado por Silva e Maia (2011), Análise da Cobertura Jornalística (ACJ), a partir de dois movimentos de atualização. Primeiro, do ponto de vista da estrutura, porque, em vez de analisar notícias impressas, nos debruçamos sobre cibernotícias (criadas para circular na web e/ou nas plataformas digitais), condição tal que nos impulsiona a ampliar/adaptar/excluir/criar categorias analíticas do protocolo original. Depois, a propositura de fundamentos outros para compor a análise ampliada do objeto, que é **o jornalismo local e regional na perspectiva do direitos humanos e sob a ótica da *accountability***, baseando-nos no compromisso jornalístico restaurativo a ser elucidado por dinâmicas individuais e relacionais. Referido conceito resulta de dimensões conhecidas de todos os jornalistas, mas geralmente tratadas de modo apartado ou fragmentado em pesquisas cujo recorte não permite aprofundar tal quesito. Ele condensa o esforço de conjugar recomendações para a aplicação prática de mecanismos de *accountability* à atividade jornalística e diretrizes éticas ligadas à teoria da responsabilidade social como uma releitura menos utilitária e mais solidária, cujo enfoque está menos nos direitos de informar ou de receber informações, e mais na habilidade de compreender histórias e fazer correlações que

extrapolem as conclusões genéricas, estereotipadas e incompletas na representação de pessoas e fatos. Defendemos proposta exequível, do ponto de vista prático, para o jornalismo cotidiano. Não sabemos se assim o será, sendo essa a questão que desafia a pesquisa – ao lado de outras.

Prosseguindo, ressaltamos que a etapa qualitativa da análise será realizada apenas num conjunto de textos (notícias) previamente selecionados e de forma que sejam contemplados os recortes empíricos. Mesmo dispondo de considerável volume de dados extraídos na raspagem de publicações entre janeiro de 2012 e dezembro de 2021, nos portais selecionados, ao aplicar os critérios de delimitação do *corpus* a fim de procedermos com a aplicação da Análise de Conteúdo e elaborar categorias temáticas, identificamos fatos histórico-jurídicos relevantes no desenrolar dos fenômenos que tematizam as notícias avaliadas via protocolo qualitativo: 2012 (haitianos) -> visto humanitário; 2017 (venezuelanos) -> nova Lei de Migração. Elegemos essas inovações legislativas, decorrentes da influência de grupos de pressão e capazes de atualizar o ordenamento acerca da migração transnacional, como os **planos contextuais** onde o interesse jornalístico fomentou o debate público sobre o tema no Amazonas, no Norte e no Brasil todo.

Na fase de análise dos dados, o constructo é elaborado conforme o volume de notícias encontradas no período delimitado, estabelecendo-se antes as categorizações pertinentes. São três etapas: 1) Montar um quadro dos anos/grupos selecionados, considerando os atributos de estrutura e constituição das notícias já filtradas, prosseguindo com a Leitura Flutuante (título, subtítulo e *lead*) e a fase de Pré-categorização, resultando em duas coleções de textos às quais são aplicados recursos do *software Voyant Tools* na etapa quantitativa da Análise de Conteúdo; 2) Realizar a análise por categorias pré-estabelecidas, a partir da distribuição das notícias em cinco textos que abordam cada direito social (trabalho, moradia, saúde, educação e assistência), aplicando critérios de seleção manual para inclusão/exclusão e gerando o *corpus* cuja Análise de Conteúdo qualitativa aproveita recursos do *software Atlas.ti*; e 3) Realizar novo recorte do *corpus* para a aplicação do protocolo adaptado da Análise da Cobertura Jornalística (ACJ) a um conjunto reduzido de notícias, considerando a distribuição por direito social, o fato de a notícia ser assinada por repórter do portal alvo da extração e a maior quantidade de caracteres do texto, com a quantidade máxima de três notícias por direito social e apenas uma de cada portal. A adaptação do protocolo tem o escopo de trazer à análise elementos de compromisso restaurativo de dinâmicas individuais/pessoais e sociais/relacionais, conceito que retomaremos no capítulo final, a título de possível contribuição para refletirmos a respeito das práticas jornalísticas na atualidade. Abaixo, delimitamos os locais da pesquisa, iniciando pelos critérios de seleção dos

portais de onde se extraíram as notícias, tarefa levada a cabo por meio da técnica automatizada de *webcrawling*⁷⁵ em cada um deles.

3.1 DELIMITAÇÃO DO *CORPUS* ANALÍTICO

Antes de adentrar propriamente no detalhamento metodológico que cremos adequado relembrar a conjuntura política no país, do estado do Amazonas e do município de Manaus nos anos 2012 e 2017, haja vista que a abordagem jornalística naqueles momentos se concretizou, obviamente, dentro do contexto específico. Em 2012, portanto, passados 12 anos da conclusão desta tese, o Brasil era presidido por Dilma Rousseff, ainda em seu primeiro mandato. A então presidente visitou o Haiti e se comprometeu a bem receber os nacionais daquele país, inclusive pela proximidade de ambas as nações devido à atuação das forças armadas brasileiras no país caribenho, no comando da Operação Minustah. Além disso, muitos projetos de infraestrutura no Brasil necessitavam de mão de obra, pois ele seria a sede de dois maiores eventos esportivos do planeta, a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e as Olimpíadas, 2016. O governo do Amazonas estava sob a gestão de Omar Aziz (PMN, PSD), no cargo entre 2010 e 2014. Não alinhado ao então governo federal (PT) em muitos aspectos, Omar Aziz foi fazer duras cobranças por ações federais, algumas vezes extrapolando a crítica e assumindo posição contrária à atuação do governo estadual para promover condições dignas de acolhimento dos haitianos. De modo geral, seu posicionamento foi de oposição à chegada e fixação dos imigrantes nos municípios do Amazonas. No âmbito municipal, o prefeito era Amazonino Mendes (PTB), com mandato entre 2009 e 2012. Já no último ano de mandato, em 2012, não se observou a mobilização da Prefeitura nem como promotora de acolhimento dos imigrantes nem, ao contrário, para rechaçar a presença dos haitianos na cidade. Ações pontuais, voltadas em geral à saúde, eram promovidas com certa regularidade, embora não vinculadas à imagem do gestor.

Em 2017, passado um quinquênio desde o primeiro momento de observação, voltamos a olhar a cobertura jornalística a respeito das migrações, mas agora com relação à chegada de venezuelanos, notadamente os indígenas da etnia *Warao*, à capital do Amazonas. Naquele ano, a municipalidade tinha como gestor Arthur Virgílio Filho (PSDB), que iniciava o seu segundo mandato (2013-2016 e 2017-2020). Político da tradicional direita, Arthur Neto governou em constante atrito com o governo Dilma, até 2016, quando ela sofreu *impeachment* e o então vice-

⁷⁵ Técnica que utiliza mecanismos automatizados de pesquisa para extrair informações de *websites*. No caso desta tese, o robô chamado *crawler* necessitou ser adaptado para realizar a coleta em cada portal, tendo em conta as diferentes arquiteturas de informação utilizadas nas páginas de conteúdo noticioso.

presidente, Michel Temer (MDB), assumiu o cargo. Em posição de absoluto confronto com o governo venezuelano, comandado por Nicolás Maduro desde a morte de Hugo Chavez (2013), o prefeito chegou a sugerir a construção de um campo de refugiados nos arredores da fronteira com a Venezuela (em Roraima), e só passou a assumir as suas responsabilidades para garantir dignidade aos indígenas residentes em Manaus após a imposição do Ministério Público Federal (MPF). O governo do estado era exercido por José Melo (PROS), que permaneceu no cargo até 9 de maio de 2017, quando foi cassado pelo TSE e preso. O então presidente da Assembleia Legislativa do Estado, David Almeida (PSD), assumiu interinamente até 4 de outubro daquele mesmo ano, quando Amazonino Mendes (PDT) tornou-se governador após vencer as eleições suplementares, permanecendo no cargo até 2018. Em relação à migração dos haitianos, David Almeida chegou a sugerir, em declaração à imprensa, que recorreria ao governo central para discutir a construção de um muro que impedisse o ingresso de venezuelanos. Sua posição estava alinhada ao sentimento de nacionalismo que vinha sendo inculcado nesta sociedade desde 2013, quando movimentos de direita liberal e conservadora começaram a ganhar espaço, dando forma ao que hoje estudiosos de ciência política passaram a denominar de “extrema direita brasileira”. Recordemos que, naquele 2017, o Brasil passava pelo governo tampão de Michel Temer, o ex-presidente Lula foi preso por decisão do então juiz Sérgio Moro, no âmbito da Operação Lava Jato, e Jair Bolsonaro despontava como grande aposta da direita. No ano seguinte, a campanha dele explorou o maniqueísmo, implantou o medo do comunismo e uma forte aversão ao governo Maduro e aos imigrantes venezuelanos que aqui chegavam em busca de acolhimento.

Após rápida exposição da conjuntura política e suas principais recorrências, voltamos a olhar os objetivos para pensar em respostas às questões perguntadas anteriormente levantadas. A tarefa é apresentar “os porquês” para a escolha dos portais noticiosos, que realizaram o trabalho implicados por uma série de intervenientes sociais e políticos. Procuramos analisar elementos jornalísticos ao comparar três portais de notícias – um local, um regional e um nacional, tendo como eixos temáticos mais amplos os dois processos migratórios já mencionados.

3.1.1 Critérios para seleção dos portais de notícias

Como resultado de uma observação detida da proposta investigativa, há três critérios que seriam logicamente adequados a delimitar os portais analisados. O primeiro é relacionado ao recorte temporal do projeto; o segundo diz respeito ao caráter institucional que identifica o jornalismo aqui problematizado, isto é, aquele produzido para o ambiente *web*; já o terceiro é

relativo a outra problemática da tese, qual seja a denominação de jornalismo local e regional – não como mera delimitação geográfica, mas desde uma ideia de abrangência temática.

Quanto ao aspecto temporal, mais objetivo, temos o seguinte raciocínio: haja vista que a proposta é fazer análises quantitativas e qualitativas a partir de um conjunto de cibernotícias publicadas entre 2012 e 2021, mais especificamente em dois períodos distintos dessa década, critério inegociável é a pré-existência do portal continente pelo menos desde janeiro de 2012, bem como a sua permanência até dezembro de 2021. Ainda que pareça amplo, tal critério já delimita bastante o rol de portais elegíveis, isso porque era muito caro e trabalhoso para lançar e manter um portal de notícias no estado do Amazonas naquele ano de 2012.

Ao considerar um contexto em que limitações de ordem tecnológica ainda não haviam sido contornadas no mesmo diapasão como ocorria noutras regiões do Brasil, a lista de sítios na *web* condizentes com o conceito de portal de notícias locais no Amazonas fica ainda mais reduzida, aproximando-nos da delimitação almejada. A título ilustrativo, o ‘G1 Amazonas’ foi lançado em 2011, enquanto o ‘Amazonas Atual’ iniciou as atividades em 25 de novembro de 2013, sendo, por esse motivo, excluído desta seleção. A popularização de iniciativas do tipo veio a reboque de aplicações inovadoras, tais como o HTML5⁷⁶, o acesso amplo a *softwares* de baixo custo para edição de textos, fotos e vídeos, o barateamento de sistemas gerenciadores de conteúdos (SGC) e a oferta de arquivamento em nuvem com capacidade em *terabytes*.

É imperioso considerar um subcritério da preexistência de cada portal elegível. Trata-se da capacidade de arquivar publicamente cibernotícias publicadas naquelas páginas ao longo da década 2012-2021. O portal A Crítica permite, inclusive com acesso aberto, a visualização das cibernotícias dos últimos dez anos: isto é, em 2022, fica acessível o material desde 2012; em 2023, desde 2013. Se assim não fosse, haveria necessidade de solicitar acesso aos arquivos restritos a cada empresa, situação que não se considerou, dado o escopo desta pesquisa.

O segundo critério relaciona-se à institucionalização do jornalismo. Não se pode negar o duplo efeito da expansão do acesso a aplicações e o barateamento delas: ele se revela sob a forma deste ecossistema midiático no qual a facilidade de construir um portal na *web* para ali depositar textos exponenciou o clássico problema da replicação (ctrl+c/ctrl+v). Uma hipótese interessante é de que os portais de notícias vinculados a grupos de mídia hegemônicos e redes de comunicação ou editoras sejam ancorados numa estrutura empresarial (ainda) maiormente suportada por modelos de negócio tradicionais, como receita de publicidade. Tal característica

⁷⁶ Sigla que denomina a 5ª geração da *Hypertext Markup Language*, uma linguagem de programação usada para publicar conteúdo na *web* (texto, imagem, vídeo, áudio etc.). Com ferramentas para CSS e Javascript, o HTML5 facilitou a criação de websites e aplicações, além de tornar suas interfaces mais leves, funcionais e amigáveis.

nos leva a assumir a premissa de que, nessa matriz, deve-se dispor de equipes com jornalistas e demais profissionais habilitados a produzir e fazer circular o conjunto de notícias elaboradas diariamente segundo certos padrões comerciais. Por óbvio, não se descarta a existência do que críticos alcunharam de “*churnalism*”, quando se publica material integralmente produzido por agências de notícias ou assessorias. Mas a institucionalização, que se apresenta em geral sob a forma de grupos econômicos responsáveis por diversas mídias, embora seja sujeita a pressões econômicas, desenvolve um trabalho mais atinente às exigências da profissão de jornalista, ao menos do ponto de vista da deontologia e da estética, pois disso dependerá sua credibilidade.

A partir desse critério, podemos então relacionar os portais que foram lançados como iniciativas ligadas aos grupos ou redes de comunicação. Vejamos exemplos: o portal *A Crítica* pertence à Rede Calderaro de Comunicação; o portal *Em Tempo* é de propriedade do Grupo Raman Neves de Comunicação; o *D24AM* pertence à Rede Diário de Comunicação; e *GIAM* e *Portal Amazônia* são mantidos pela Rede Amazônica, vinculada do Grupo Globo. Na análise descritiva, os portais eleitos pelo conjunto de critérios definidos são apresentados com outras informações, oportunidade em que explicitaremos suas propostas editoriais de base.

Encaminhando a conclusão deste tópico, passamos a explicar o terceiro critério usado para definir o rol de portais em cujas cibernotícias serão aplicadas as técnicas de pesquisa. É a qualidade de local, regional ou nacional, que pode ser problematizada no questionamento: que fator(es) poderia(m) ser logicamente empregado(s) para designar que um portal de notícias, virtualmente situado na *web*, seja qualificado como local, regional ou nacional, haja vista que as balizas geoespaciais clássicas já estão há muito relativizadas quando se trata da internet?

Neste cenário, nos parece incoerente aplicar o critério geográfico, que seria adequado quando se trata, por exemplo, da venda de jornais impressos numa cidade ou região, ou ainda do alcance do sinal de TV ou rádio FM em dado território, sendo necessário pensar em outros termos. “Historicamente o jornal, o rádio e a televisão, ao nascer, atingem apenas um raio de abrangência local ou regional” (Peruzzo, 2005, p. 69). Prossegue ela: “O rádio, por exemplo, é eminentemente local, embora possa percorrer também longas distâncias” (Ibid.). Conquanto a pesquisa estude outra mídia, a contribuição corrobora o entendimento de que não se trata apenas de geografia, mas sim do **sentido de proximidade** colimado no tema, seja pelo modo como ele é pautado, seja pela forma como a reportagem o aborda, ou ainda pelos reflexos (em realidade ou em potência) que ele pode trazer para a vida das pessoas em dada localidade.

O desafio primeiro, ao adotar tal critério em investigação que trata, *a priori*, de uma questão universal como os movimentos migratórios contemporâneos, é definir a partir de onde a caracterização do “local” é focalizada. De saída, buscamos nos grupos e redes de vinculação

dos portais quais eram as propostas de alcance temático persistentes. Assim, quando tratassem de questões típicas de determinadas cidades do interior do Amazonas, eram descartados, bem como aqueles cujas propostas editoriais eram mais amplas que os temas de interesse voltados para temáticas cotidianas noticiáveis de manauaras e amazonenses. Com efeito, a delimitação do que é local abarca aqueles portais que se autodenominam interessados em **pautar questões da cidade de Manaus, da Região Metropolitana e do estado do Amazonas**. Ou seja, não se trata necessariamente de ter sede em Manaus ou noutra município da Região Metropolitana, se o foco editorial não são as pautas locais. O regional, por sua vez, além de se autodenominar assim, traz notícias de vários estados do Norte, como Acre, Amazonas, Pará, Roraima etc. Por fim, o portal nacional reúne textos do G1 dos diversos estados do país e de zonas destacadas. Ao resumir todos os critérios explanados, organizamos cada um deles no Quadro 7, abaixo:

Quadro 7 – Apresentação dos portais que atenderam aos critérios da pesquisa

Critério	A Crítica	Portal Amazônia	G1 - nacional
Temporalidade	Lançado em 2010*	Lançado em 2001	Lançado em 2006
Disponibilidade	Notícias desde 2012 na <i>web</i> (busca genérica)	Todas as notícias na <i>web</i> (busca genérica)	Todas as notícias na <i>web</i> (busca parametrizada)
Vínculo institucional	Rede Calderaro de Comunicação (raiz: TV)	Rede Amazônica (raiz: TV)	Grupo Globo (raiz: TV)
Abrangência temática	Local: [...] notícias de Manaus e do Amazonas	Regional: [...] notícias da região norte e da Amazônia brasileira	Nacional: [...] notícias do Brasil e do mundo
Ênfase editorial	Manaus, entorno/Região Metropolitana, além de outros municípios proeminentes do estado	Amazonas e demais estados do Norte, pautas que abordam questões amazônicas	Cidades e estados do eixo Sul/Sudeste e temas regionais com interesse e de repercussão nacional

Fonte: Elaborado por Cristiane N. A. de Souza (2022).

3.1.2 Apresentação dos portais de notícias selecionados

Como exposto no subtópico acima, a aplicação dos critérios conduziu à seleção de três portais noticiosos, sendo o primeiro deles com ênfase nos assuntos de abrangência local, outro voltado para o desenvolvimento de pautas regionalistas e mais abrangentes, e um terceiro com pretensão editorial de ampla cobertura em todo o país, e inclusive de assuntos internacionais. Aqui, faremos breve descrição para expor questões mais relevantes no âmbito do jornalismo institucionalizado, tendo como fontes documentais os próprios portais de notícias.

As páginas de cada portal e os dados gerais sobre as instituições jornalísticas ajudam a evidenciar os elementos de identificação, distinguir e aproximar sítios contemplados como o

universo de onde extraímos o *corpus* tratado na análise. Seguindo uma ordem de apresentação do local ao nacional, o primeiro deles é o portal *A Crítica*, lançado no ano de 2010, mas cuja primeira imagem disponível na iniciativa de arquivamento de páginas web *Wayback Machine* é de 2 de fevereiro de 2001. Esse portal somava, até **agosto de 2022, mais de 9.500 capturas de homepage**. Em agosto de 2010, a página ligada ao impresso tornou-se autônoma, passando a se chamar Portal *A Crítica*. Não obstante, frisamos que essa autonomia da identidade gráfica entre os produtos impresso e digital não se refletiu na independência ou autonomia das pautas entre jornal impresso e portal, tampouco levou à reconfiguração do ambiente da redação. O principal ganho do jornalismo local foi o reconhecimento das diferenças entre os suportes, de modo se começou a utilizá-las para alcançar públicos de perfis distintos (Figura 3).

Figura 3 – Página do Portal A Crítica (02 ago. 2010 e 02 ago. 2022)

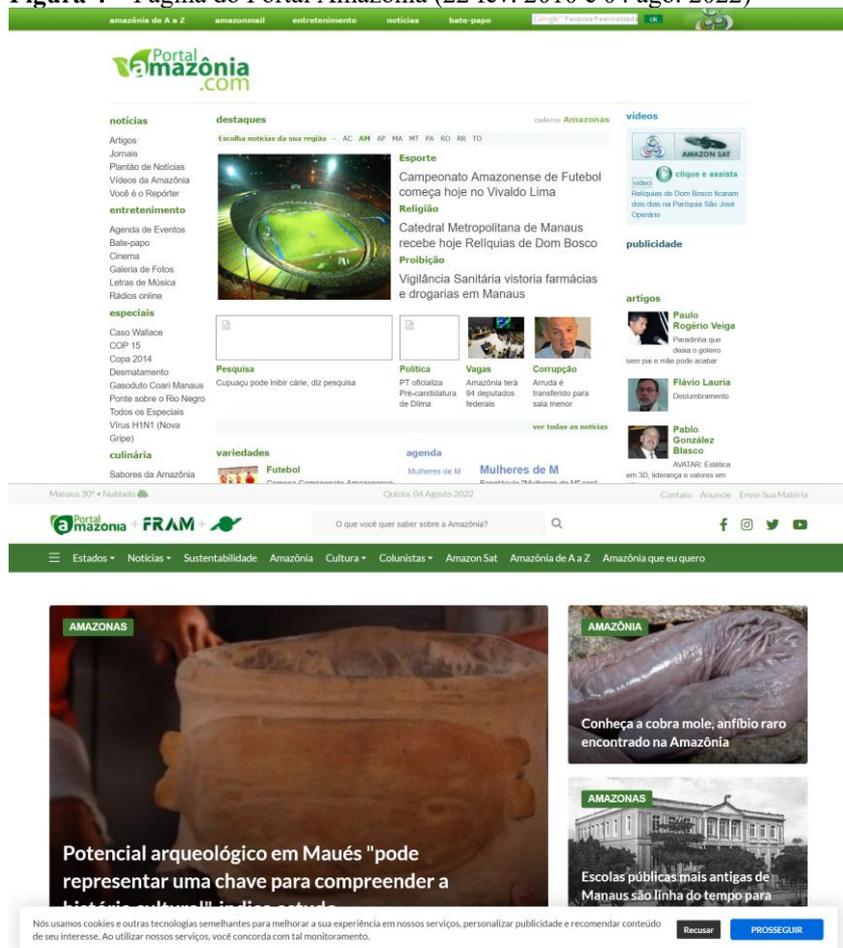


Fonte: Imagem A (<https://abre.ai/eTF3>) e imagem B (<https://abre.ai/eTF6>). Acesso: 19 ago. 2022.

Primeiro produto do Grupo Rede Amazônica (Figura 4) que nasceu com a proposta de explorar os recursos da internet, o Portal Amazônia foi lançado em 5 de julho de 2001. Desde então, realiza a cobertura de questões relativas à Amazônia Legal e à Amazônia Internacional,

autodenominando-se jornalismo especializado sobre essa região. A primeira captura realizada pelo *Wayback Machine* nesse portal remonta de 10 de julho de 2001, havendo **mais de 9.400 arquivos salvos até agosto de 2022**. Para permitir a comparação, apresentamos abaixo uma imagem que ilustra a *homepage* desse portal em fevereiro de 2010 e em agosto de 2022.

Figura 4 – Página do Portal Amazônia (22 fev. 2010 e 04 ago. 2022)



Fonte: Imagem A (<https://abre.ai/eTGp>) e imagem B (<https://abre.ai/eTGC>). Acesso: 19 ago. 2022.

O portal de abrangência nacional, o G1 (Figura 5), surgiu em 2006, tendo sido de 27 de setembro daquele ano a primeira captura de imagem do portal para o arquivamento no site *Wayback Machine*. Com mais de **57.500 imagens armazenadas desde o seu lançamento até agosto de 2022**, o portal pertence ao Grupo Globo e se apresenta como “a primeira iniciativa de conteúdo jornalístico da Globo criada e pensada para o digital”, e com **equipe dedicada**. Mais uma vez com o intuito de manter regularidade na comparação temporal, a figura abaixo ilustra as *homepages* do G1 no primeiro semestre de 2010 e no mês de agosto de 2022.

Figura 5 – Página do Portal G1 (06 fev. 2010 e 19 ago. 2022)



Fonte: Imagem A (<https://abre.ai/eTGY>) e imagem B (<https://g1.globo.com/>) (acesso: 19 ago. 2022).

Como podemos observar, cada um dos portais de notícias possui identidade visual que o distingue dos demais, inclusive quanto às cores prevalentes. Enquanto o A Crítica é baseado na cor **azul**, mesma do jornal impresso, e o Amazônia destaca o **verde** em evidente alusão ao regionalismo nortista, o nacional G1 tem o **vermelho** como a cor principal – denotando certa urgência para noticiar os acontecimentos de ‘última hora’. Apresentados os portais de notícias eleitos como universo da extração do *corpus* analítico da pesquisa, passamos a detalhar cada etapa do percurso metodológico com vistas a responder da forma mais adequada e assertiva a questão-problema da investigação, reduzida ao seguinte questionamento: “a apropriação de princípios e mecanismos de *accountability* pelo jornalismo de referência local e regional pode garantir ao jornalismo elaboração de conhecimento refletido, propositivo e responsável acerca de fenômenos sociais autóctones na perspectiva dos direitos humanos?” Obteremos respostas na medida em que nos concentrarmos no alcance dos objetivos traçados para esta investigação.

3.2 PRIMEIRA ETAPA: EXTRAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO DE NOTÍCIAS

Nesta etapa inicial, dispomos do conjunto de notícias extraídas dos três portais acima apresentados. Antes mesmo de expor as nossas primeiras escolhas delimitativas, é importante ressaltar que o trabalho de extração foi realizado de modo automatizado, pela aplicação de um *webcrawler* criado a partir de parâmetros específicos desta pesquisa. Para extrair os elementos das notícias, foi preciso seguir estes passos: 1) Indicar os parâmetros gerais de busca: portais A Crítica, Amazônia e G1, no período de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2022; 2) Delimitar quais elementos das notícias deveriam retornar da busca nos portais, denominados **atributos de identificação** e **atributos de estrutura**; 3) Indicar filtros elementares aplicados a código *sui generis* criado em linguagem *Python*, aprimorando-os conforme a necessidade da extração em cada portal; 4) Escolher os formatos de arquivo (HTML, TXT) para armazenar as coleções de notícias, preservando seus elementos, além de manter uma planilha em Excel com um banco de dados construído a partir de dados retornados dos três portais sob investigação.

Mesmo empreendendo esforços para aplicar, já na extração, algum *software* listado em levantamento prévio⁷⁷, findamos optando por parametrizar um *webcrawler* inédito. Para tanto, prospectamos, no Instituto de Computação da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), em junho de 2022, parceria com desenvolvedores habilitados, fossem eles estudantes da graduação ou da pós-graduação. Depois de apresentar a proposta de trabalho, selecionamos o estudante Marcos A. P. de Lima (criador dos raspadores adaptados para cada portal), que programou três *crawlers* em julho de 2022 ([Anexo A](#)). Frisamos que os portais selecionados não têm *paywal*, isto é, permitem o acesso gratuito. Já a extração nos três portais, de acordo com os parâmetros definidos por nós, ocorreu em agosto de 2022. Nesse processo, foram inseridas linhas de código com filtros de busca para contornar eventuais *bugs*, tais como notícias repetidas, inclusão de vídeos/fotos de conteúdo publicitário ou objetos alheios ao conjunto de *frames*⁷⁸ reservado às notícias. As decisões foram tomadas durante reuniões de alinhamento realizadas entre junho e agosto de 2022, a fim de mantermos a equivalência do programa de extração para as três buscas. Dito isso, cuidamos de detalhar os procedimentos adotados na primeira fase da pesquisa.

⁷⁷ Em Souza e Müller (2022), abordamos potencialidades e limitações de *softwares* empregados na pesquisa social para as fases de coleta, sistematização, análise e visualização de dados com resgate de notícias. Ainda que haja uma variedade de *softwares* gratuitos capazes de oferecer soluções no tratamento metodológico com dados heterogêneos, boa parte dos projetos são realizados em instituições de pesquisa/ensino na Europa ou nos Estados Unidos, sugerindo limitações quanto a termos técnicos e literacia digital de pesquisadores não familiarizados.

⁷⁸ Na programação de portais jornalísticos em linguagem *HTML*, cada tipo de conteúdo (título, subtítulo, texto, intertítulos, fotos, vídeos, infográficos) da notícia aloja-se em quadros pré-determinados na estrutura da página.

3.2.1 Definição de parâmetros e extração automatizada de dados

Na sua gênese, a etapa de extração consistiu em incluir na programação *webcrawler* os parâmetros gerais aplicados em cada portal: 1) universo temporal – decênio que abrangeu os anos 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021, compreendendo os meses de janeiro a dezembro de cada um deles; 2) termos de busca – os termos-chave para definir os retornos: *Haitiano, Haitiana, Haitianos, Haitianas, Venezuelano, Venezuelana, Venezuelanos, Venezuelanas*. Como mais tarde foi constatado, algumas notícias resgatadas abordaram temas diferentes daquele estudado nesta tese, o que conduziu ao aprimoramento do extrator pelo uso de linhas de código para filtragens de concertação. Apesar disso, na lista final da extração, foram identificadas repetições. Frisamos que um ajuste manual⁷⁹ foi implementado apenas no recorte efetivamente utilizado como *corpus* ampliado desta pesquisa: o ano **2012**, referente à migração haitiana; e o ano de **2017**, quanto aos migrantes venezuelanos.

A seguir, apresentamos os dois quadros contendo elementos usados como parâmetro à extração de notícias, e que foram repassados ao programador Marcos A. P. Lima em julho de 2022. O Quadro 8 contém os “**Atributos de Identificação**” e o Quadro 9, os “**Atributos de Estrutura**”. Durante a coleta, todos os atributos ficaram dispostos em linha de continuidade, facilitando o processo de análise pelo emprego das correlações entre os referidos elementos. A primeira matriz indica quais são os atributos que constam na planilha de resgate autônomo das cibernotícias, identificando cada unidade segundo: a) ano de publicação; b) data e hora da publicação; c) portal da extração; d) categoria de referência (haitiano, venezuelano ou ambos); e) seção (algo como a editoria do impresso); f) autor (indicando o nome do repórter, quando houver); g) título; e h) subtítulo. Cremos que, ao retornar os atributos indicados, o *webcrawler* cumpre a função de organizar uma coleção ampla de notícias, trabalho que não poderíamos ter realizado por meios manuais de modo igualmente rápido e padronizado.

Quadro 8 – Identificação de cada cibernotícia coletada pelo *webcrawler*

TIPO		ATRIBUTO							
IDENTIFICAÇÃO	ORD.	ANO	D/H	PORTAL	CATEGORIA	SEÇÃO	AUTOR	TÍTULO	SUBT.
	001	2012	...	A Crítica	Haitiano	Manaus	Agência
	002	2013	...	P. AMZ.	Venezuelano	Mundo	Nome 1
	003	2014	...	G1	Venezuelano	Polícia	Nome 2

Fonte: Elaborado por Cristiane N. A. de Souza (2022).

⁷⁹ O código está disponível para consultas e melhorias em https://github.com/marcosmapl/news_webcrawler.

Prosseguimos com a indicação de componentes da estrutura de cada notícia que foram resgatados pela aplicação do *software*. Portanto, atributos de estrutura são assim denominados porque tratam do aspecto mais formal, indicando a existência e a quantidade de recursos das várias tipologias. No quadro 9, temos a matriz de composição: a) número de *tags*; b) número de imagens (podendo ser fotos, charges, desenhos etc.); c) número de vídeos; d) número de áudios; e) número de *hyperlinks* internos (ou seja, que estão no corpo do texto); e f) URL:

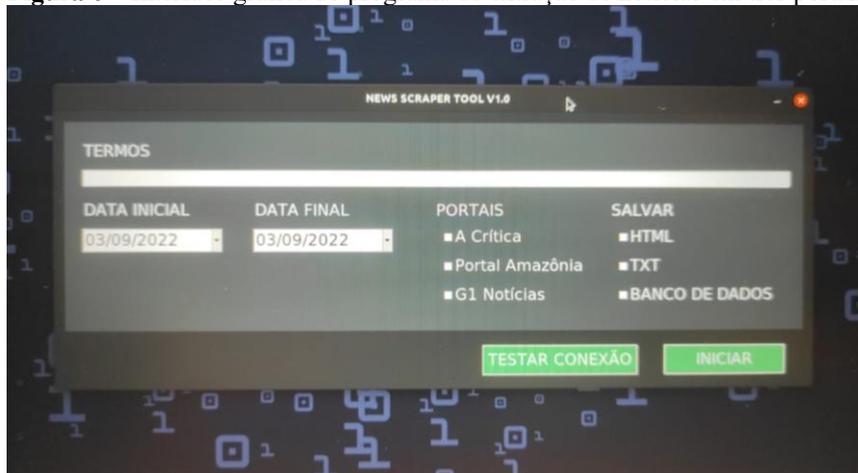
Quadro 9 – Composição da estrutura de cada cibernotícia coletada pelo *webcrawler*

TIPO		ATRIBUTO						
ESTRUTURA	N. TAGS	N. IMG.	N. VÍDEO	N. AUDIO	N. LINK	URL	HTML	TXT
	01	02	00	00	03
	02	01	01	00	02
	02	03	01	02	01

Fonte: elaborado por Cristiane N. A. de Souza (2022).

É importante lembrar que cada notícia está acessível, no formato *HTML* e *TXT*, e num **banco de dados** do site *GitHub*. Além da coleção principal, outros materiais relativos à tese – exemplo: código de programação do *webcrawler* – estão disponíveis para acesso irrestrito no repositório de dados⁸⁰ da pesquisa. Por fim, implementamos a interface gráfica onde se pode fazer buscas obedecendo aos critérios de pesquisa do *crawler* ou pela aplicação de parâmetros distintos (termos-chave, data inicial e data final), optando por um dos três portais (*A Crítica*, *Amazônia* ou *G1*) e também pelo formato para salvamento (*HTML*, *TXT* ou banco de dados). Portanto, além de permitir a conferência dos processos desta etapa da investigação, a interface possibilita que sejam feitas outras pesquisas nos mesmos portais. Vejamos na Figura 6:

Figura 6 – Interface gráfica do programa de extração de notícias em três portais



Fonte: Elaborado por Marcos Lima (versão 1.1, agosto de 2022)

⁸⁰ Consultar em: <https://github.com/cristiane-souza>. Último acesso em: 21 out. 2022.

Após implementado o *crawler*, a extração retornou uma coleção dados contendo **3.630 resultados** para o decênio 2012-2021, disposta em planilha do *Excel*. Na primeira leitura que fizemos do conjunto, foram observados os seguintes problemas: repetições, temas aleatórios, sem relação com algum dos fenômenos migratórios tratados, questões sobre o país de origem, migração para outros países (como Chile e Estados Unidos), sem passagem pelo Brasil. Casos de exclusão foram identificados manualmente, após a leitura da coluna de títulos, mas apenas para o ano 2012 (tema: migração haitiana) e 2017 (tema: migração venezuelana). Na prática, criamos uma coluna intitulada “Incluir”, para a qual as notícias enquadradas no “ano/tema” de nossa amostragem eram marcadas com “Sim”, enquanto as outras eram marcadas com “Não”. Eventualmente, houve casos mais difíceis de identificar, para os quais foi preciso ler também o subtítulo a fim de decidir pela inclusão ou exclusão da base. A parte inicial da planilha está apresentada na Figura 7, a seguir, onde também identificamos colunas de atributos e linhas de dados extraídos dos portais para formar essa coleção em formato editável.

Figura 7 – Filtragem manual de notícias para inclusão ou exclusão da base amostral

PORT	TÍTULO	URL	HTML	TXT	INCLUI	RELAÇÃO	TEMA GERAL	ASSUNTO ESPECÍFICO
G1	COMISSÃO HAITIANA RECOMENDA RESTAURAÇÃO DO EXÉRCITO	URL	HTML	TXT	NÃO	/	/	/
A CRITI	ENTIDADES QUE ASSISTEM IMIGRANTES HAITIANOS PEDEM PROVIDÊNCIAS ÀS AUTORIDADES	URL	HTML	TXT	SIM	DIRETA	VISTO	DIREITOS
A CRITI	MÉDICOS SEM FRONTEIRA ELABORA DOCUMENTO PARA DIVULGAR SITUAÇÃO CRÍTICA DE HAITIAI	URL	HTML	TXT	SIM	DIRETA	SAÚDE	COIOTES
G1	HAITIANOS CHEGAM PELA FRONTEIRA DA AMAZÔNIA À PROCURA DE TRABALHO	URL	HTML	TXT	SIM	DIRETA	TRABALHO	ESCRAVO
G1	HAITIANOS ATRAVESSAM FRONTEIRA ILEGALMENTE PARA VIVER NO BRASIL	URL	HTML	TXT	SIM	DIRETA	TRABALHO	ESCRAVO
G1	GOVERNO CONCEDE VISTO HUMANITÁRIO PARA IMIGRANTES HAITIANOS	URL	HTML	TXT	NÃO	/	VISUALIZAÇÃO	INDISPONÍVEL
G1	BRASIL CONCEDERÁ VISTOS A 4 MIL HAITIANOS ILEGAIS NO PAÍS	URL	HTML	TXT	SIM	DIRETA	VISTO	AMAZONAS
G1	BRASIL CONCEDERÁ VISTOS A 4 MIL HAITIANOS ILEGAIS NO PAÍS	URL	HTML	TXT	NÃO	REPETIDA	/	/
G1	BRASIL CONCEDERÁ VISTOS A 4 MIL HAITIANOS ILEGAIS NO PAÍS	URL	HTML	TXT	NÃO	REPETIDA	/	/
G1	ENTENDA A SITUAÇÃO DOS HAITIANOS REFUGIADOS NO BRASIL	URL	HTML	TXT	NÃO	/	TEASER PARA GLOBO NEWS	
G1	HAITIANOS RECLAMAM DA DEMORA PARA CONSEGUIREM VISTO DE PERMANÊNCIA	URL	HTML	TXT	SIM	DIRETA	VISTO	/
A CRITI	GOVERNO BRASILEIRO VAI CONTROLAR ENTRADA DE HAITIANOS NO PAÍS E LIMITAR VISTOS	URL	HTML	TXT	SIM	DIRETA	/	/
G1	GOVERNO DECIDE FECHAR AS FRONTEIRAS PARA OS HAITIANOS	URL	HTML	TXT	SIM	DIRETA	ENTRADA	ACRE
G1	BRASIL ENFRENTA DESAFIO HUMANITÁRIO COM ONDA DE REFUGIADOS HAITIANOS	URL	HTML	TXT	NÃO	/	VISUALIZAÇÃO	INDISPONÍVEL
G1	COM ECONOMIA FORTE, BRASIL QUEBRA TRADIÇÃO E FREIA IMIGRAÇÃO HAITIANA	URL	HTML	TXT	SIM	DIRETA	PODER EXECUTIVO	
G1	HAITIANOS EM SP PENSAM EM VOLTAR A SEU PAÍS SÓ 'DE VISITA'	URL	HTML	TXT	SIM	DIRETA	INTEGRAÇÃO	SÃO PAULO
G1	CONTROLE MIGRATÓRIO DE HAITIANOS NO BRASIL GERA DEBATE	URL	HTML	TXT	SIM	DIRETA	PODER EXECUTIVO	POLÍTICA MIGRATÓRIA
G1	HAITIANOS NO BRASIL DIVIDIDOS SOBRE AS MEDIDAS IMIGRATÓRIAS	URL	HTML	TXT	SIM	DIRETA	PODER EXECUTIVO	POLÍTICA MIGRATÓRIA
A CRITI	AMAZONAS PEDE AJUDA AO GOVERNO FEDERAL PARA AÇÕES DE ASSISTÊNCIA AOS HAITIANOS	URL	HTML	TXT	SIM	DIRETA	PODER EXECUTIVO	
G1	CONSELHO DE IMIGRAÇÃO APROVA RESTRIÇÃO À ENTRADA DE HAITIANOS	URL	HTML	TXT	SIM	DIRETA	PODER EXECUTIVO	
G1	EMBRÉAS BRASILEIRAS VÃO AO ACRE CONTRATAR IMIGRANTES HAITIANOS	URL	HTML	TXT	SIM	DIRETA	TRABALHO	RONDÔNIA
TOTAL	2012-H-217	2012-V-59	2017-V-166	2017-H-53	2017-A-6			

Fonte: *Print* de tela feito por Cristiane N. A. de Souza (2023).

Nessa imagem, observa-se que, além da planilha principal, há 05 (cinco) subconjuntos, onde organizamos apenas ocorrências relativas à delimitação desta tese. No ano **2012**, houve **217 publicações sobre migração haitiana** nos três portais de notícias; já em **2017**, foram **166 notícias sobre migração venezuelana** nos citados portais. No próximo subtópico, as técnicas de análise pertinentes nos ajudarão a sistematizar o conjunto de textos incluídos.

3.2.2 Delimitação temporal e temática do *corpus*: por que H2012 e V2017?

Como citado, capturamos ampla coleção de notícias datadas de 2012 e 2021; todavia, devido ao grande volume de dados e à opção inicial por etapa qualitativa e mais aprofundada de análise, optamos por traçar o recorte para apenas dois anos dentro desse período amplo. Com efeito, aplicamos critérios objetivos para chegar aos anos de 2012 e 2017 como aqueles que são propriamente analisados, do ponto de vista da cobertura local, regional e nacional.

O fluxo, que era classificado pela autoridade migratória como episódico num primeiro instante, levou à criação de um grupo de trabalho para tratar da migração haitiana pelo CNIg, ainda em outubro de 2010. A atuação era incipiente até que o êxodo de grandes grupos para o Brasil, entre o fim de 2011 e o início de 2012, tornou-se persistente e intenso. De outro ponto, **2012** também foi quando ocorreu a expressiva mudança na recepção dos imigrantes **haitianos** que alcançavam a fronteira pelo Acre e pelo Amazonas. Em resposta a solicitações de refúgio, passou-se conceder visto humanitário, instituído pela Resolução Normativa N. 97⁸¹, de 12 de janeiro de 2012 (CNIg) e revogado pela Resolução Normativa N. 39, de 28 de agosto de 2019.

Já o critério para definir **2017**, relativamente à imigração **venezuelana**, como o recorte temporal das notícias relacionadas a esse novo êxodo, tem por base outra inovação legislativa. A Lei N. 13.445, de 24 de maio de 2017, chamada à época Nova Lei de Migração, incorporou relevantes atualizações ao ordenamento jurídico brasileiro, haja vista que a legislação vigente era a Lei N. 6.815, de 1980, alcunhada Estatuto do Estrangeiro. Note-se que o estatuto vigeu sob a Constituição de 1967 (e Emenda de 1969), portanto, era fruto de um período autoritário, o que se refletiu em norma protecionista, que priorizou a segurança da fronteira e restringiu ao máximo a liberdade dos imigrantes. A ideia era contrapor estrangeiros e cidadãos, atribuindo àqueles menos importância e direitos limitados. O quadro seguinte organiza os critérios:

Quadro 10 – Critérios de escolha recorte temporal na etapa qualitativa (AC)

Intervalo	Tema abordado
2012 – Visto Humanitário	Criado em 2012 e expedido pela embaixada brasileira no Haiti para evitar que os haitianos buscassem rotas de imigração operadas por criminosos
2017 – Lei n. 13.445	Com 125 artigos, a lei dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante

Fonte: Elaborado por Cristiane N. A. de Souza (2023).

⁸¹ A Resolução Normativa N. 97/2012 foi publicada na Seção 1, página 59, do DOU de 13 jan. 2012, disponível para consulta em: https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/1541/1/REN_CNIG_2012_97.pdf.

Em síntese, o processo de correlacionar o recorte por ano e o grupo de migrantes, além da seleção manual e filtragem das notícias, nos ajudou a preparar um *corpus* inicial e permitiu a aplicação de análises gerais utilizando o *software* livre e *open source Voyant Tools*.

3.2.3 Definição de parâmetros para análise automatizada: *Voyant Tools*

Neste item, compartilhamos nosso procedimento de categorização temática, realizado sobre duas coleções, antes submetidas a uma filtragem manual e classificadas como incluídas, resultando em **150 notícias de 2012** e outras **84 de 2017**. Para tanto, elaboramos dois quadros-síntese, que estão no [Apêndice D1](#) e no [Apêndice D2](#) desta tese, respectivamente. Ambos os conjuntos resultam do esforço para organizar os textos a partir da leitura flutuante dos títulos e subtítulos e, eventualmente, dos parágrafos iniciais. Com efeito, foram listadas as categorias aplicadas aos dois grupos: Entrada/Fronteira, Chegada/Manaus, Condição de Vida, Perfil, Trabalho, Saúde, Educação, Integração, Executivo, Legislativo, Judiciário, Sociedade Civil/Entidades Religiosas, Xenofobia, Óbito, Geopolítica/Economia. Já para a identificação por quadro, optamos por reduzir a quantidade de dados e incluir só estes atributos: Ordem (crescente por data); Data (da publicação); Portal (em que utilizamos as siglas “ACT” para “A Crítica” e “AMZ” para “Amazônia”); Título (com o hiperlink da URL); Subtítulo; e Categoria Temática. As informações ficaram dispostas como mostra a Figura 8:

Figura 8 – Pré-categorização temática das notícias selecionadas

Ord.	Data	Portal	Classificação	Título (URL)	Subtítulo	Categoria Temática
001	05.01.12	ACT	Notícia Assinada-Felipe Libório	Entidades que assistem imigrantes haitianos pedem providências às autoridades (URL)	Refugiados do Haiti que estão em Tabatinga vivem drama na fronteira, boa parte deles estão no Brasil em condições precárias	Condição de vida – Tabatinga/AM
002	05.01.12	ACT	Notícia Assinada-Elaíze Farias	Médicos Sem Fronteira elabora documento para divulgar situação crítica de haitianos no AM (URL)	Coordenadora da ONG que está em Tabatinga relata vulnerabilidade sanitária e de saúde de imigrantes que estão no município	Condição de vida – Tabatinga/AM
003	06.01.12	G1	Replicação ‘Jornal Nacional’	Haitianos chegam pela fronteira da Amazônia à procura de trabalho (URL)	Para fugir da miséria, eles se envolvem com aliciadores e chegam às centenas ao Brasil. Ministério da Justiça estima que 4 mil haitianos tenham entrado no país no ano passado pelo Acre e também pelo Amazonas	Condição de vida – Acre/Amazonas
004	07.01.12	G1	Replicação ‘Jornal da Globo’	Haitianos atravessam fronteira ilegalmente para viver no Brasil (URL)	De acordo com o Ministério da Justiça, só no ano passado, 4 mil haitianos entraram no Brasil	Entrada/Fronteira

Fonte: Elaborado por Cristiane N. A. de Souza (2023).

O conjunto de notícias já havia passado por filtragem manual, e a análise automatizada por *software* vai ser capaz de identificar recorrências no uso de termos, por exemplo, além de fornecer, com rapidez e eficácia, os gráficos comparativos da abordagem em cada portal de notícias, gerar nuvens de palavras e indicar o modo como as pautas se desenvolveram a cada ano/grupo de migrantes por corte. Com consequência, os resultados analíticos sobre a coleção, com mais de 230 textos, indicarão importantes chaves para a fase interpretativa.

3.3 SEGUNDA ETAPA: ANÁLISE DE CONTEÚDO AUTOMATIZADA

Relativamente à aplicação da Análise de Conteúdo (AC) no âmbito desta pesquisa, a referência é Bardin (2016). O método da autora se divide em quatro partes bem delimitadas: 1. Organização da Análise; 2. Codificação; 3. Categorização; e 4. Inferência. Em nosso caso, iremos aplicá-las tanto para a elaboração de conjunto categorial a partir do qual será feita uma seleção das notícias quanto para a produção de inferências a partir de trechos paradigmáticos e relativos aos direitos humanos abordados nas notícias. Portanto, a AC é usada como método de sistematização e identificação de sentidos acerca dos textos, indicando alguns elementos que serão posteriormente interpretados com a ajuda de outro protocolo. Em suma, tal *corpus* restrito por parâmetros externos (ver o Quadro 10) foi novamente delimitado e submetido aos recursos do *software* comercial de análise qualitativa *Atlas.ti*. Esse trabalho recai apenas sobre as notícias respeitantes aos direitos sociais (saúde, educação, trabalho, moradia e assistência), de modo que o novo *corpus* possui **112 notícias referentes a 2012 e 66 notícias de 2017**.

3.3.1 Análise de Conteúdo: garimpar as notícias para produzir inferências

Quando da fase de **Organização**, ela diz respeito a pré-análise e exploração do material coletado, preparando-o para a etapa posterior. Já a **Codificação** é aplicada com o objetivo de preparar o material de análise temática, o que engloba unidades de registro e de contexto, regras de enumeração, com técnicas de análise quantitativa e de análise qualitativa. A **Categorização** será associada a um critério *sui generis*: ou seja, a coleção final de notícias será limitada àquelas respeitantes a algum direito social (Bardin, 2016, p. 123-144).

A pré-análise divide-se em: leitura flutuante, escolha de documentos, formulação de hipóteses e objetivos, referenciação dos índices de elaboração de indicadores e preparação do material (formal/edição). A **leitura flutuante** parte de uma visada mais geral até alcançar maior precisão para identificar certas características do material. Tivemos como fundamento as regras da exaustividade e da não seletividade, que são complementares, foram realizados dois recortes na fase de **escolha dos documentos** – sendo o primeiro por tempo e grupo (2012 – haitianos; 2017 – venezuelanos) e o segundo considerando notícias pertinentes ao tema. Ainda nessa fase, a regra da homogeneidade nos garante que os documentos tenham características semelhantes. Nesse caso, tratamos de um conjunto composto somente por notícias de portais.

Quanto à **formulação de hipóteses e objetivos**, em que aquelas têm caráter provisório e estes determinam a finalidade geral, cremos ser dispensáveis no caso. Bardin (2016, p. 129)

diz que “algumas análises se efetuam ‘às cegas’ e sem ideias preconcebidas. Uma ou várias técnicas são consideradas adequadas *a priori*, para fazerem ‘falar’ o material, utilizando-se sistematicamente”. Segundo ela, tais situações são comuns em análises que recorrem a um tratamento informatizado dos dados (Ibid.). De nossa parte, advogamos que a pré-categorização assegura algum controle sobre o teor geral das notícias, o que situa nossa análise, nesse ponto, como apriorística. Por outro lado, a leitura integral dos textos desse conjunto faz que os sentidos emerjam sem haver interferências *a posteriori*, gerando inferências nestes dois pontos: a) visão geral, por assunto, das notícias sobre determinado direito; e b) inferências específicas, a partir da observação de trechos exemplificativos destacados durante a análise.

A pré-análise agrega **referenciação dos índices e elaboração de indicadores**, o que se materializa pela visão explícita de um tema numa mensagem. Nossos indicadores, podemos afirmar, são esboçados a partir de um universo (notícias retiradas de três portais) que abrange o recorte temporal (2012 e 2017) e o recorte temático (migração de haitianos e venezuelanos). Nesse sentido, construiremos quadros-síntese para cada uma das coleções indicadas. A quinta operação insculpida na fase pré-analítica é a **preparação do material**. Ela tem relação com a formalidade e a edição do *corpus*. Tal processo, quando realizado de modo automatizado, via *softwares* como NVivo e Atlas.ti, possui características próprias. Em nosso caso, fizemos uma seleção manual de trechos textuais decorrente da leitura flutuante. Vejamos a sua definição:

A preparação formal [...] dos textos vai desde o alinhamento dos enunciados intactos, proposição por proposição, até transformação linguística, para padronização e classificação por equivalência. No caso do tratamento tecnológico, os textos devem ser preparados e codificados conforme as possibilidades de ‘leitura’ e instruções do programa (Bardin, 2016, p. 132).

Concluída a pré-análise, avançamos para a **exploração do material**, o que equivale a compreender a aplicação sistemática das decisões anteriormente tomadas. Em suma, “[...] consiste essencialmente em operações de **codificação, decomposição** ou **enumeração**, em função de regras previamente formuladas” (Bardin, 2016, p. 132). Ainda que a autora prossiga expondo procedimentos subsequentes dessa etapa, nosso propósito é promover a organização de dados obtidos na extração automatizada. A **Codificação** é outra etapa ampla de tratamento com base na AC e “[...] corresponde a uma transformação, esta que, por **recorte, agregação e enumeração**, permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão [...]” (Bardin, 2016, p. 134). Com efeito, a organização da codificação compreende três escolhas (levando à elaboração de categorias): a) recorte (a escolha das unidades); b) enumeração (escolha das

regras de contagem); e c) classificação e agregação (escolha de categorias) (Ibid.). Em nosso caso, o enfoque está na correlação com os direitos sociais relacionados aos imigrantes.

3.3.2 Reclassificação do *corpus*: direitos sociais como categorias temáticas

Dito isso, a **análise temática** é um procedimento que almeja a descoberta de núcleos de sentido componentes da comunicação. A presença e frequência de sua aparição significará algo, tendo por fundamento o objetivo analítico relacionado. A **Categorização** do conjunto de notícias de acordo com direitos fundamentais sociais ali presentes nos dá o direcionamento para melhor articular os demais passos do percurso metodológico, isto é, avaliar a observância de mecanismos de *accountability* jornalística e a adoção da perspectiva dos direitos humanos.

O tema, enquanto unidade de registro, corresponde a uma regra de recorte (do sentido e não da forma) que não é fornecida, visto que o recorte depende do nível de análise e não das manifestações formais reguladas. Não é possível existir uma definição de análise temática, da mesma maneira que existe uma definição de unidades linguísticas. O tema é geralmente utilizado como unidade de registro para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências (Bardin, 2016, p. 136).

Após revisar a trajetória, notamos que dificuldades interpretativas teriam decorrido da aplicação das categorias temáticas identificadas na fase de pré-análise, pelo fato de terem sido formuladas apenas com o olhar voltado para o teor da notícias, sem se estabelecer uma lógica capaz de refletir sobre as notícias pela ótica dos direitos humanos. Na esteira, concluímos pela possibilidade de incluir as noções respeitantes à efetivação dos direitos humanos dos grupos de migrantes transnacionais do Haiti e da Venezuela. Como já explicado no capítulo anterior, tal conjunto de direitos internalizou-se no Brasil com *status* constitucional, presente no Título II da Carta vigente, que compreende “Direitos e Garantias Fundamentais” insculpidos entre os artigos 5º e 17 da CRFB/1988. De modo mais específico, o Capítulo II enumera os “Direitos Sociais”, entre os artigos 6º e 11. O *caput* do dispositivo que inicia a lista dispõe:

Art. 6º São direitos sociais a **educação**, a **saúde**, a **alimentação**, o **trabalho**, a **moradia**, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a **assistência** aos desamparados, na forma desta Constituição (Redação dada pela EC nº 90, de 2015).

Ao ler com atenção o Capítulo II, notamos a ênfase no direito ao trabalho, bem como o detalhamento em dois pontos: a garantia de condições mínimas de exercício laboral, de um lado, e a vedação das condutas que levem à condição de indignidade, de outro, a exemplo da

discriminação, do trabalho forçado ou análogo à escravidão e do pagamento de salário inferior ao mínimo. Mais distante daquele núcleo, os artigos 194, 196 e 203 asseguram dois relevantes direitos sociais: assistência social, no âmbito da Seguridade Social e independente de qualquer contraprestação, e saúde, pelo acesso universal e gratuito ao Sistema Único de Saúde (SUS) a todos em solo brasileiro. Sobre os direitos à moradia, à alimentação e ao transporte, é válido o recurso à memória para lembrar que eles foram incluídos no texto atualmente em vigência por meio das seguintes Emendas à Constituição: em 2000, a EC N. 26 incluiu moradia; em 2010, a EC N. 64 acrescentou alimentação; e, em 2015, a EC N. 90 adicionou transporte ao conjunto dos direitos sociais. Por fim, destacamos que o parágrafo único, ao determinar o direito a uma renda básica, limita o acesso a “brasileiros em situação de vulnerabilidade” (Parágrafo Único, Art. 6º da CRFB, 1988), de modo a retirar, por exemplo, pessoas em situação de refúgio ou os imigrantes que estejam em iguais condições vulneráveis da lista de possíveis beneficiários. O debate poderia se estender para a análise de dispositivos constitucionais, mas não é esse nosso intuito. Do exposto, concluímos que a ampliação ou restrição de direitos, seja pelo alcance ou por eventual inclusão nominal, reverbera o embate de bastidor entre os setores políticos mais progressistas e aqueles conservadores, que buscam reduzir o rol e a amplitude desses direitos.

Com o intuito de compatibilizar o compromisso constitucional, as demandas de grupos imigrados e a adoção, pelo jornalismo, duma visada que evidencie os direitos humanos dessas pessoas, voltamos ao *corpus* ampliado (234 notícias) para identificar os textos onde foram citadas políticas sociais relativas às demandas deles em **saúde, educação, trabalho, moradia** e **assistência**. No capítulo anterior, notamos o forte vínculo entre a efetivação desses direitos, em vários aspectos, e a realização da vida digna, tendo em conta que a dignidade humana é o alicerce dos direitos fundamentais. Dito isso, consideramos que os direitos supramencionados estão deveras aderidos ao contexto da migração de haitianos (2012) e de venezuelanos (2017), razão pela qual a segunda leitura das coleções de notícias realizou-se com vistas a identificar, em cada conjunto, notícias relacionadas a esses temas. O procedimento nos permitiu construir uma categorização mais assertiva e elaborar uma lista mais concisa. A seguir, o Quadro 11 foi elaborado para indicar como será organizado o *corpus* após a reclassificação dos textos:

Quadro 11 – Recategorização de notícias com base nos direitos sociais (H2012/V2017)

Categoria	A Crítica	Amazônia	G1	Total (categoria)
Saúde	00 notícias	00 notícias	00 notícias	00 notícias
Educação
Trabalho
Moradia

Assistência
Total (notícias)	00 notícias	00 notícias	00 notícias	-----

Fonte: Elaborado por Cristiane N. A. de Souza (2023).

Devido ao número de notícias constantes nas listas de categorização inicial, feita com auxílio da leitura flutuante e conforme os temas que emergiram dessa leitura, 38 notícias foram excluídas da lista referente ao ano 2012 (**de 150 para 112**) e 18 textos foram excluídos da lista de 2017 (**de 84 para 66**). Concluída essa etapa, poderemos encaminhar várias observações, por exemplo, identificar quais foram os direitos mais abordados em relação a ambos os grupos/anos. De posse dos dados quantitativos (gerais), dos elementos relativos a cada notícia (relacionados na planilha de extração e quadro de categorização inicial) e dos respectivos conteúdos textuais, para a qual foi realizada a Análise de Conteúdo, com auxílio do *software* comercial *Atlas.ti*, é que avançamos à última etapa do percurso, a qual compreende primeiro a seleção dos textos a serem avaliados e, depois, a aplicação do protocolo adaptado da ACJ a esse *corpus* final.

3.4 TERCEIRA ETAPA: ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA (ACJ)

Este derradeiro tópico do capítulo explicativo é basicamente dedicado a dois objetivos: primeiro, à justificação e realização de último e indispensável recorte no *corpus*; e, segundo, à exposição dos parâmetros e do procedimento pelo qual adaptaremos o protocolo de Análise da Cobertura Jornalística (ACJ) originalmente criado para avaliar jornais impressos.

3.4.1 Dois critérios e um novo recorte: notícias assinadas e amplitude textual

Por se tratar de fase qualitativa da investigação, cujo aprofundamento é mais relevante do que a extensão numérica (volume de dados) do material, impôs-se a adoção de critérios para seleção de notícias a serem examinadas pelo protocolo adaptado da Análise da Cobertura Jornalística (ACJ). A fim de tornar o recorte condizente com essa abordagem, realizamos um esforço delimitativo a partir de elementos de fato relevantes na medida em que reconhecemos as notícias como formas de conhecimento e frutos de diálogos intersubjetivos. Assim, a nosso ver, a assinatura atribuída ao texto jornalístico indica que houve um trabalho de reportagem na sua elaboração, de um jornalista que, em boa medida, atuará como um garantidor primário das informações e atribuições axiológicas ali presentes. Indica sobretudo que o texto foi edificado dentro do ambiente produtivo do portal de notícias que, por sua vez, pertence a uma empresa jornalística local, regional ou nacionalmente estabelecida. Em nosso caso, reforçamos a opção pelos portais vinculados a grupos e conglomerados de mídia, devido ao suporte do modelo de

negócios compartilhado com outros produtos da mesma organização e que puderam financiar iniciativas pioneiras de ciberjornalismo no país, investindo, em alguns casos, na manutenção de equipes dedicadas. Em última análise, por não ser o foco de debate nesta tese, optamos por não analisar os textos sem assinatura, que mormente são reproduções de notícias de agências, replicações de outros sites e publicações integrais dos releases de assessorias de imprensa. Por todo o exposto, optamos por aplicar, como o primeiro critério de recorte desta fase analítica, o fato de estar a **notícia assinada** ou não, selecionando apenas as que têm autoria expressa.

Prosseguindo, o segundo critério que elegemos para afunilar a quantidade de notícias a que aplicaremos o protocolo adaptado é a “amplitude textual”. Outra vez, devemos recorrer às pistas teóricas. Ora, se já temos certo que o jornalismo é forma de conhecimento, e ainda que esse tipo de saber se constrói de modo estruturalmente distinto naquelas notícias criadas para circulação na *web* (mais recentemente nos aplicativos), não é menos verdade que o jornalismo permanece atento aos critérios do noticiável, à verdade, à objetividade e à deontologia. Nesse sentido, chamamos amplitude textual a observância daqueles elementos estruturais que foram extraídos na primeira etapa do percurso metodológico, haja vista que o conteúdo dos textos só será apreciado em profundidade nesta etapa, portanto, após a seleção das notícias para análise. Com isso, queremos dizer das limitações infligidas pelo volume do material, o que nos impõe a definir este segundo critério de corte com base num **atributo quantitativo indicial**: a maior quantidade de caracteres do texto. Tem caráter indicial na medida em que sugere ter havido o acreditado trabalho de reportagem: colheita de dados, realização de entrevistas, checagem das fontes e diversificação dos pontos de vista sobre a mesma pauta. Claro que apenas sugere. Na Tabela 1, indicamos a distribuição máxima de notícias a serem analisadas:

Tabela 1 – Distribuição de notícias para aplicação da ACJ

Grupo	Ano	Tema				
HT	2012	Saúde	Educação	Trabalho	Moradia	Assistência
	1ª	≤ 3	≤ 3	≤ 3	≤ 3	≤ 3
VZ	2017	Trabalho	Moradia	Saúde	Educação	Assistência
	2ª	≤ 3	≤ 3	≤ 3	≤ 3	≤ 3
Σ		≤ 6	≤ 6	≤ 6	≤ 6	≤ 6
Máximo de 5 X ≤ 6 = ≤ 30 notícias						

Fonte: Elaborado por Cristiane N. A. de Souza (2023).

Conforme se observa, a amostragem definida para a última fase analítica da tese reduz ainda mais o conjunto de textos elegíveis, com notícias distribuídas por tema, com número de até três por categoria temática. Além disso, priorizamos que cada uma delas seja proveniente

de um dos três portais, a fim de estabelecer um equilíbrio na distribuição entre as produções de notícias nos âmbitos local, regional e nacional, respectivamente. É importante indicar que a maior quantidade de textos foi produzida pelo portal A Crítica, seguido pelo G1. Desde logo, é importante indicar que, aplicados os critérios acima, obtivemos o conjunto de **14 notícias**.

O subtópico seguinte agrega pontos de vista de autores que entendem pela necessidade de que o jornalismo pode desenvolver métodos e técnicas compatíveis com as suas próprias bases epistemológicas, sem, todavia, ignorar a contribuição da interdisciplinaridade. De nossa parte, sem a pretensão de “inventar a roda”, pretendemos indicar a viabilidade de se adaptar o protocolo de análise esboçado por Silva e Maia (2011), inicialmente pensando para o jornal impresso, testando-o com o conjunto de textos previamente selecionados. Segundo as autoras, para os pesquisadores do jornalismo é difícil articular as dimensões de teoria e prática para propor estratégias metodológicas próprias, tarefa na qual passamos a nos aventurar, claro, tomando por base toda a teoria revisitada e especialmente o protocolo da ACJ.

3.4.2 Adaptação da ACJ para a análise de cibernotícias

Logo de saída, Silva e Maia (2011, p. 3) dizem que o grande desafio dos pesquisadores do jornalismo é “[...] expandir o leque de possibilidades teórico-metodológicas, visando novas alternativas ou tornando as já existentes mais apropriadas para lidar com questionamentos e demandas específicas do campo”. Prosseguem dizendo que muitos estudos se debruçam sobre textos jornalísticos impressos apenas como objeto empírico, a partir do que se nota a aparente e ilusória pluralidade metodológica. Em geral, tais aportes acabam convergindo ou para Análise do Discurso (AD) ou Análise de Conteúdo (AC), percurso válido e coerente em muitos casos, inclusive sendo essa última empregada por nós. Não obstante, a ausência de experimentações emergidas do próprio campo jornalístico poderiam ser igualmente interessantes e adequadas.

[...] há, nos estudos dos produtos, indícios da preponderância da análise da mensagem sobre as demais etapas do processo jornalístico, tendência que estaria ligada, de um lado, à pouca tradição de pesquisas de recepção e produção jornalística no país; e, de outro, a fatores de ordem mais pragmática – como acesso ao objeto, custos e tempo de duração da investigação –, que tornariam o trabalho com textos jornalísticos mais conveniente. Por trás dessas opções estaria ainda uma razão de ordem epistemológica: a tendência à fragmentação do processo jornalístico segundo o esquematismo dos modelos de comunicação tradicionais, que separam produção (emissão), produto (meio/mensagem) e consumo (recepção) em categorias estanques, como apontam Escosteguy (2007) e Silva (2008) (Silva e Maia, 2011, p. 4).

O protocolo considera, conceitualmente, as contribuições de Quéré (2005), para quem é preciso ultrapassar a dualidade entre conhecimento e ação, evocada por Hannah Arendt, a fim de estabelecer reflexão mais completa e aprofundada a respeito do acontecimento, passando a integrar tanto a explicação causal como o poder hermenêutico dele “na análise da organização dinâmica da experiência” (p. 61). Lembremos a lição de G. H. Mead, que afirma: “quando um acontecimento se produziu, qualquer que tenha sido sua importância, o mundo já não é o mesmo: as coisas mudaram”, ou seja, trata-se aqui de uma descontinuidade introduzida sobre um fundo de continuidade (Quéré, 2005, p. 61). Ao aplicar referido entendimento ao que o jornalismo constrói como produto, Silva e Maia (2011) explicam que, para destacar

a pertinência de abordagens menos fracionárias do jornalismo como objeto de estudo, queremos dar relevo aqui à construção do acontecimento jornalístico pelas estratégias e técnicas de apuração e composição visíveis no texto. Para isso estamos propondo um protocolo metodológico de análise de cobertura jornalística em **textos impressos**, capaz de mostrar a viabilidade de se investigar no produto publicado elementos do processo de elaboração do acontecimento como notícia, um **método de investigação complementar aos estudos de newsmaking realizados nas redações e às análises de conteúdo e de discurso dos textos**. Trata de inversão inspirada também em Quéré (Silva e Maia, 2011, p. 4, grifo nosso).

Na proposta original, a ACJ desenvolve-se com fundamento nas seguintes dimensões: 1) normativa, 2) técnico-procedimental e metodológica, e 3) organizacional; e ainda nestes níveis analíticos: 1) marcas de apuração e composição do produto [elementos: assinatura, local, origem da informação (primeira mão – obtenção direta; e de segunda mão – publicações científicas, documentos, republicações etc.), recursos multimidiáticos (vídeos, imagens, hiperlinks, infográficos etc.)]; e 2) aspectos da caracterização contextual [interno (visuais, temáticas e organizacionais)/ externo (sobre as perspectivas do acontecimento no campo sócio-histórico-cultural, envolvimento de discussões teóricas)].

Neste ponto, iniciamos o esforço rumo à adaptação do referido protocolo na análise de cibernotícias. Já foram implementadas várias propostas nesse sentido. Ainda que tal protocolo metodológico tenha sido pensado para análise de textos impressos, nós consideramos, *mutatis mutandis*, que ele demonstra viabilidade para a investigação de modelos narrativos típicos do ciberespaço (Santos e Miguel, 2020). Elas usaram parte do protocolo: as marcas de apuração e composição das reportagens e a caracterização contextual interna e externa, vejamos:

No nível analítico de marcas de apuração e composição, investigamos os sujeitos do processo da construção noticiosa por elementos como assinatura, local de apuração e origem da informação: de primeira mão (obtidas diretamente pelos autores do texto, como especialistas, institucionais, cidadãos

e não convencionais) ou segunda mão (obtidas mediante publicações científicas, documentos impressos e eletrônicos, por outros veículos ou republicações). Também identificamos os recursos multimidiáticos, como vídeos, imagens, hiperlinks e infográficos. [...] os aspectos da caracterização contextual interno/externo, examinamos caracterizações visuais, temáticas e organizacionais da reportagem e perspectivas do acontecimento em sua conjuntura sócio-histórica-cultural [...] (Santos e Miguel, 2020, p. 260).

Grosso modo, o escopo está em agregar ao protocolo original um rol de contribuições teórico-metodológicas dos campos de conhecimento com os quais iremos construir a interface ao longo da proposta de tese. Por óbvio, trata-se aqui de um esforço inicial, que desejamos seja aprimorado no futuro, por nós ou outros investigadores do jornalismo. Em termos gerais, a proposta de adaptação incluiu fundamentos (teóricos, conceituais, metodológicos) para cada nível analítico e dimensão: além do jornalismo, incluindo-se a *accountability* jornalística e os direitos humanos. Ademais, para cada nível e dimensão analítica, foram trazidos elementos de tipo exemplificativo para facilitar o entendimento de sua delimitação na etapa de análise.

Assim, cumpre salientar nosso planejamento de adaptação/inclusão referente a níveis e dimensões: 1. Quanto ao nível analítico “Caracterização contextual interna/externa”, optamos por dividi-lo para a melhor compreensão dos elementos: como contexto interno, observamos questões organizacionais e editoriais relativas à instituição jornalística; para o contexto interno, elegemos fenômeno, acontecimento, notícia, conjuntura histórico-cultural e ainda a articulação com os possíveis consequentes. 2. Quanto às dimensões analisadas, as mudanças promovidas, além da alteração da ordem em que elas foram apresentadas no protocolo original, são: 1. Na Dimensão Metodológica, acrescentamos a entidade Editorial, e definimos como seus elementos constituintes especialidade, temática, enfoque, dados e fontes, com fundamento na *accountability*; 3. Quanto à Dimensão Técnico-Procédimental, não se acresceu entidade, mas trouxemos sua fundamentação na *accountability*, e como elementos técnicas de apuração e uso de dados, checagem, planejamento e redação jornalística, todas relacionadas com as marcas de apuração (NA1) e com as marcas de composição (NA2); 2. Já na Dimensão Normativa, acrescentamos a entidade Deontológica, também normativa, mas voltada à regulação da atividade profissional, e incluímos, como elementos formadores o ordenamento jurídico, a regulação estatal e as técnicas e estratégias de autorregulação jornalística, na ótica dos direitos humanos; 4. Por fim, trouxemos uma dimensão nova, denominada Distribuição e Circulação – com fundamento no ciberjornalismo e que abarca elementos próprios de interação, das formas de distribuição e às estratégias adotadas nos portais para levar conteúdo à circulação, seja na *web* ou nas plataformas de mídias sociais. A última dimensão, inteiramente acrescida por nós, não

se aplica à tese, embora a tenhamos como relevante para a compreensão dos processos de distribuição e circulação a que empresas e jornalistas têm aderido como estratégias principais de interação com os públicos, e cujo debate atual concentra-se na mediação desregulamentada feita hoje por *bigtechs* proprietárias de mídias sociais. Nesta tese, nosso recorte resgata textos de 2012 e 2017, quando ainda não se via, sobretudo no jornalismo amazonense, a circulação de conteúdo em redes sociais com a mesma centralidade de hoje. Aqui, nós problematizamos a atuação do jornalista, desde a recepção da pauta até a publicação da notícia editada no portal, de modo que a análise dos expedientes de distribuição e circulação não é o foco, sem prejuízo de ocorrer em empreendimentos futuros. Por ora, o Quadro 12 sistematiza nosso esforço:

Quadro 12 – Adaptação do protocolo de Análise da Cobertura Jornalística (ACJ)

Níveis Analíticos (Vertical)	Dimensões Analisadas (Campo)
NA1 – Marcas de Apuração Fundamentos: <i>newsmaking</i> e ciberjornalismo Elementos: especialidade, temática, enfoque, dados, fontes e indícios da apuração Conteúdo: assinatura, local de apuração, origem (fonte de primeira ou segunda mão) e checagem	ME – Metodológica e Editorial Aparente: pauta e notícia Fundamentos: <i>newsmaking</i> , <i>accountability</i>
NA2 – Marcas de Composição Fundamentos: <i>newsmaking</i> e ciberjornalismo Elementos: técnicas narrativas, uso de dados, planejamento, redação Conteúdo: fotos, recurso multimídia, imagens, vídeos, <i>links</i> , infográficos	TP – Técnico-Procedimental Aparente: notícia Fundamentos: ciberjornalismo, <i>accountability</i>
NA3 – Caracterização Contextual Interna Fundamentos: <i>sociossemiótica</i> e <i>accountability</i> Elementos: organizacional, editorial, profissional Conteúdo: ordenamento jurídico/regulação estatal; código de ética; autorregulação, orientações éticas gerais, orientação específica (em determinado tema)	ND – Normativa e Deontológica Aparente: notícia Latente: discurso Fundamentos: <i>sociossemiótica</i> e <i>accountability</i>
NA4 – Caracterização Contextual Externa Fundamentos: <i>sociossemiótica</i> e <i>accountability</i> Elementos: fenômeno social, contexto e acontecimento midiático Conteúdo: alusão à conjuntura histórico-cultural, aos antecedentes e aos possíveis consequentes	DC – Distribuição e Circulação Aparente: estratégias de distribuição Latente: algoritmos na circulação Fundamento: ciberjornalismo Elementos: distribuição (visualizações, ícones de interatividade) e circulação (redes sociais, compartilhamento e republicação)

Fonte: elaborado por Cristiane N. A. de Souza (2022), desde Silva e Maia (2011) e Santos e Miguel (2020).

A partir do disposto no Quadro 12, correlacionamos Dimensões Analisadas e Níveis Analíticos: As Dimensões Analisadas **ME** e **TP** entendemos estarem relacionadas aos Níveis Analíticos **NA1** e **NA2**. Já a Dimensão Analítica **ND**, por sua vez, encontra correlação com os Níveis Analíticos **NA3** e **NA4**. Por se tratar de dimensão nova, que considera a distribuição e a circulação das notícias e se pretende que seja trabalhada para além do ambiente do portal de notícias (ou seja, desde a distribuição nas mídias sociais dos portais, os modos pelos quais tal

conteúdo alcança efetivamente os leitores, pelos *feeds* ou *status* em seus próprios aplicativos), a Dimensão Analítica **DC** ainda não encontra correlação com nenhum desses níveis. Como se sabe, o conjunto de notícias ora analisado conta com publicações de 2012 e 2017. Pelo menos naquele primeiro ano do recorte, ainda não era corriqueira a circulação e leitura de notícias no ambiente dos aplicativos de redes sociais, ao contrário do que se observa atualmente. Assim, o protocolo adaptado não terá aplicação integral ao *corpus* selecionado para a terceira etapa.

Ressaltamos que esse exercício foi realizado a fim de elucidar as aproximações entre níveis e dimensões, sendo a primeira correlação (ME+TP→NA1/NA2) voltada aos caracteres técnicos/formais e a segunda (ND→NA3/NA4) aos atributos normativos e de *accountability*. Por fim, a apresentação dos resultados é subsidiada por recursos cujo intuito é destacar aspectos de similaridade e distinção entre a análise da abordagem jornalística sobre ambos os grupos de imigrantes (haitianos e venezuelanos), bem como propor a atuação jornalística acerca de temas complexos sob o prisma dos direitos humanos e na perspectiva de uma *accountability* própria, considerando as condições particulares ao jornalismo que os dados desta pesquisa evidenciam.

Em trabalho onde aproximamos a sociossemiótica da prática de jornalismo a partir das instâncias de produção, distribuição e consumo de notícias, promovemos o reconhecimento da ação jornalística, nesses três tempos, relativamente ao conceito defendido por Eric Landowski (Souza, 2020, p. 3). Contrário à máxima greimasiana de que “*não há salvação fora do texto*”, Landowski entende que “a apreensão de sentidos do texto não pode se limitar a ele próprio, mas aos outros elementos que formam seu campo de pertinência (Ibid.). Nesse diapasão, aqui também defendemos, embora duma perspectiva apartada dos regimes estritos formulados por tal autor (programação, manipulação, acidente e ajustamento) e articulados naquele texto, que a sociossemiótica serve de fundamento para os níveis analíticos de caracterização contextual interna e externa, insertos na dimensão analisada “Normativa e Deontológica”. Tendo isso em mente, podemos avaliar uma série de aspectos extratextuais desde a observação da notícia, por exemplo, fenômeno social, contexto político, vinculações econômicas, implicações éticas etc.

Quanto ao ciberjornalismo, que utilizamos como fundamento para os níveis analíticos aparentes e originalmente denominados marcas de apuração e marcas de composição, ele tem em Canavilhas (2011 apud Souza, 2020, p. 3) um de seus maiores estudiosos. Para tal autor, o ciberjornalismo começa a tomar rumo próprio após se consolidar o entendimento de que havia “possibilidades outras além das práticas enraizadas da redação tradicional e mimetizadas para os ecrãs”, observando-se, portanto, uma modalidade dotada de “meios, modos e técnicas próprias [...] possibilitadas pelas ferramentas digitais e inovações tecnológicas na área”, como

a popularização dos sistemas gerenciadores de conteúdos e o advento do HTML5, linguagem de programação que revolucionou a criação de conteúdo para a *web* já mencionada nesta tese.

Aos moldes de uma síntese, depois de termos apresentado as três fases componentes do percurso metodológico elaborado para o alcance dos objetivos, construímos o quadro seguinte, o qual indica o processo de redução pelo qual o *corpus* ampliado passou ao longo da pesquisa:

Quadro 13 – Síntese da delimitação de corpus por etapa analítica (AC1, AC 2 e ACJ)

Aplicação/Fase	Pré-análise	Corpus da Fase 1	Corpus da Fase 2	Corpus da Fase 3
Corpus analisado	2012: 217 textos 2017: 166 textos	2012: 150 textos 2017: 84 textos	2012: 112 textos 2017: 66 textos	2012: 08 textos 2017: 06 textos
Percentuais (quanto ao corpus anterior)	Não se aplica	2012: 69,12% 2017: 50,60%	2012: 74,66% 2017: 78,57%	2012: 7,14% 2017: 9,09%
Abordagem usada	Quantitativa	Quantitativa	Qualitativa	Qualitativa
Metodologia aplicada	Não se aplica	Análise de Conteúdo	Análise de Conteúdo	Análise da Cobertura
Modo de redução	Recorte temporal	Apêndices D1/D2	Apêndices E1/E2	Apêndices F1/F2

Fonte: elaborado por Cristiane N. A. de Souza (2024).

O quadro acima nos ajuda a compreender de que modo as notícias são selecionadas para comporem o conjunto analisado a cada etapa investigada, permitindo que o leitor tenha a visão geral a respeito dos processos de escolha. Frisamos que o detalhamento de critérios empregados fase a fase está colocado nos respectivos apêndices, os quais estão indicados na penúltima linha no quadro e reiterados no momento de aplicação das técnicas metodológicas, no Capítulo 4.

Chegamos à etapa derradeira do percurso desenhado para esta tese com duas certezas. A primeira e mais difícil de aceitar: o caminho se constrói na caminhada, de modo que ajustes serão sempre necessários. A segunda, decorrência da anterior: nossas escolhas metodológicas, a despeito do grau de subjetividade ali presente, devem ficar transparentes ao leitor, deixando o caminho aberto para questionamentos, refutações e futuras pesquisas. Assim esperamos.

CAPÍTULO 4

APLICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS E RESULTADOS

“[...] muito do explicável dos acontecimentos publicados na imprensa poderia ser investigado não exclusivamente nas narrativas produzidas, mas também no que poderíamos chamar de narrativas da própria produção do acontecimento jornalístico, ou seja, nas estratégias e técnicas do processo produtivo da notícia” (Silva e Maia, 2011, p. 19).

É bem verdade que a epígrafe deste capítulo revela uma preocupação que nos espreita e desafia diuturnamente como pesquisadores da comunicação e, precisamente, do jornalismo. Trata-se do desejo de ver através da notícia, trazendo à tona nuances que passam *in albis* aos olhos do leitor comum, portanto, a quem se dirige essa forma narrativa de discurso apropriada por nosso fazer profissional. Todavia, o percurso aqui minuciado acaba sendo um processo de aproximação do objeto-fim, de modo que avançamos de uma etapa geral de contextualização, passando pelo emprego de delimitadores que conformam – do modo mais objetivo possível – um *corpus* rigorosamente específico da análise, precipuamente para a fase qualitativa.

4.1 ANÁLISE GERAL: PANORAMA E INTERPRETAÇÕES INDICIAIS

No primeiro tópico, apresentamos a qualificação ampliada do *corpus* inicial, com 150 notícias sobre a migração haitiana pelo Norte do Brasil, publicadas entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2012; e outras 84 notícias a respeito da migração venezuelana na mesma região, com publicação entre os dias 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2017. Os textos foram extraídos de A Crítica (local), Amazônia (regional) e G1 (nacional), tendo sido filtrados manualmente, conforme já detalhamos no Capítulo 3. Ressaltamos que as listas de textos selecionados para esta etapa constam no [Apêndice D1](#) e no [Apêndice D2](#). O trabalho foi consolidado com uso do *software* comercial *MS Excel 2016* e da aplicação gratuita *Voyant Tools*, permitindo visualizar dados indiciais que podem ser interpretados a partir das inferências teóricas apropriadas.

4.1.1 Observação geral do *corpus*: 234 textos em três portais de notícias

Considerando a nossa proposta de separar, para fins didáticos, a exposição do percurso metodológico, no Capítulo 3, e a aplicação dos instrumentos e sistematização dos resultados, neste Capítulo 4, partiremos desde já para a apresentação dos dados obtidos na análise textual. Os quadros de notícias agregam estas informações: ordem; data da publicação; portal de onde foi extraída; classificação em notícia assinada, não assinada e replicação; título (com a URL);

subtítulo; e respectiva categoria temática inicial. Referidas categorias não foram analisadas, mas serviram para indicar o assunto específico pela leitura de títulos e subtítulos. O Gráfico 1, a seguir, traz a delimitação inicial do *corpus*, sobre o qual faremos as primeiras análises:

Gráfico 1 – *Corpus* para análise geral (234 notícias)

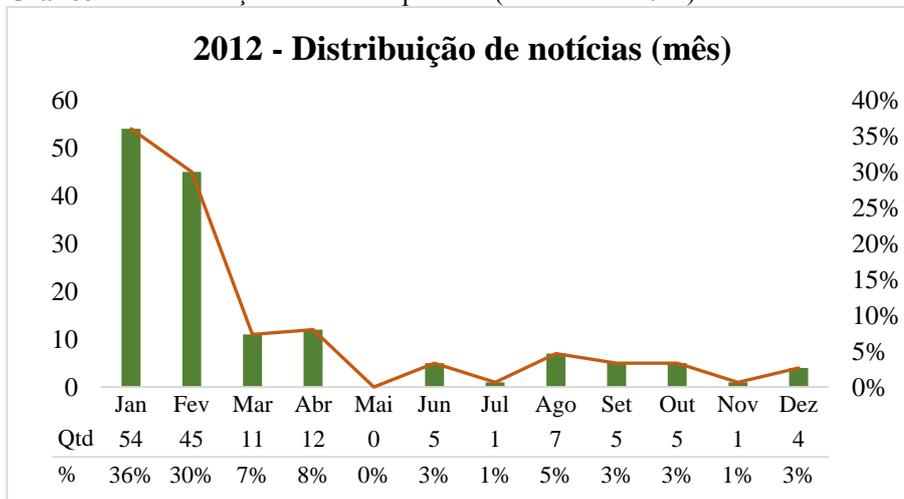


Fonte: Elaborado por Cristiane N. A. de Souza (2023).

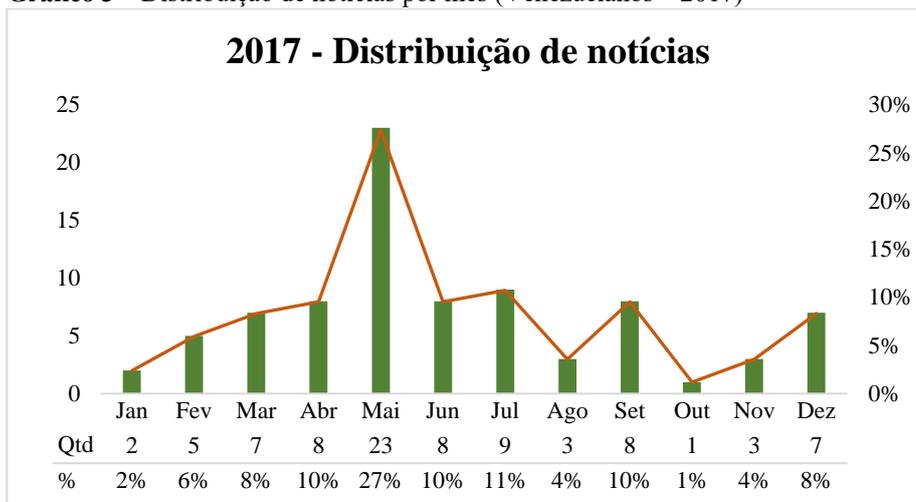
Desse gráfico, podemos observar que, em 2012, o fenômeno migratório que consistiu na chegada de nacionais do Haiti pelas fronteiras dos estados do Amazonas e do Acre obteve maior atenção dos portais pesquisados, com 150 notícias registradas naquele ano, ou 64% do *corpus*. Já no ano de 2017, os mesmos portais publicaram 84 notícias, ou 36% dos 234 textos, sendo que, desta vez, as notícias tratavam sobre a migração de venezuelanos, prioritariamente indígenas da etnia *Warao*, que chegavam pela fronteira terrestre de Pacaraima (RR) e seguiam para Manaus (AM) via BR-174, rodovia federal que liga Boa Vista e a capital amazonense.

Abaixo estão os resultados da análise quantitativa por grupo, considerando-se as listas de extração. Para facilitar a comparação, os Gráficos 2 e 3 estão dispostos em sequência:

Gráfico 2 – Distribuição de notícias por mês (Haitianos – 2012)

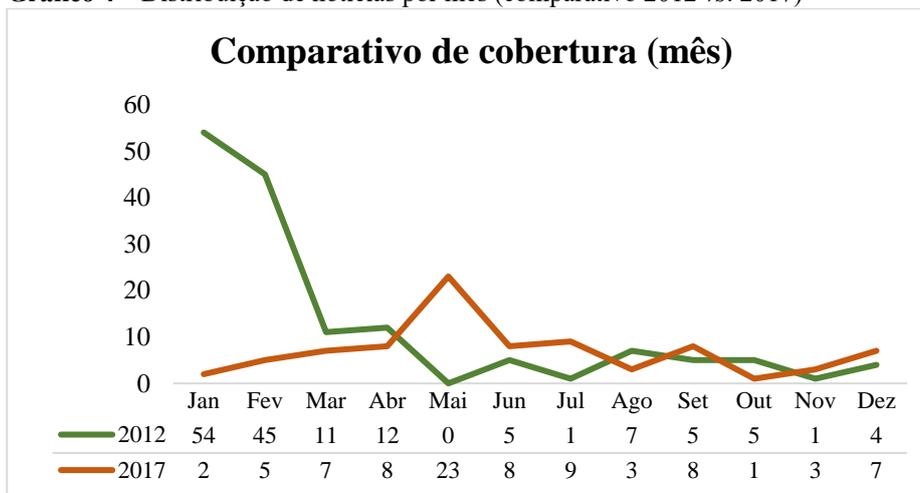


Fonte: Elaborado por Cristiane N. A. de Souza (2023).

Gráfico 3 – Distribuição de notícias por mês (Venezuelanos – 2017)

Fonte: Elaborado por Cristiane N. A. de Souza (2023).

Ao sobrepor os resultados de ambos os grupos, podemos observar melhor a distinção nesse aspecto, ou seja, em que meses cada um dos temas teve maior atenção. Eis o Gráfico 4:

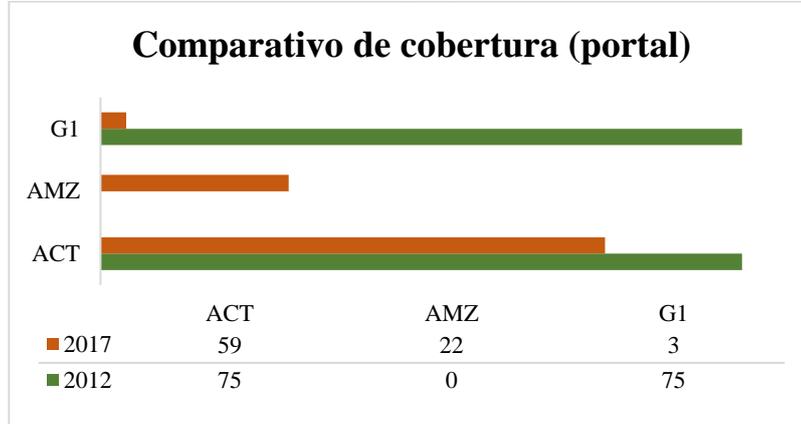
Gráfico 4 – Distribuição de notícias por mês (comparativo 2012 vs. 2017)

Fonte: Elaborado por Cristiane N. A. de Souza (2023).

Nos gráficos acima, os conjuntos são observados conforme a distribuição mensal das publicações. É importante notar os picos em cada ano. Em 2012, ele indica que houve maior interesse dos portais pela pauta da migração haitiana nos meses de janeiro e fevereiro, com 54 (36%) e 45 notícias (30%), respectivamente. Do total de 150 notícias publicadas, foram 99 só naqueles dois meses (66%). Quanto à migração venezuelana, no ano 2017, o mês de maio foi aquele com mais publicações sobre o tema: foram 23 textos de um total de 84, ou 27,3%. No primeiro caso, o visto humanitário para haitianos foi instituído em 13 de janeiro, na Resolução Normativa N. 97/2012. Já no ano de 2017, o marco jurídico relevante foi o advento da Lei N. 13.445, no dia 24 de maio daquele ano, chamada à época de Nova Lei de Migração.

Para acrescer outra camada relevante a este debate, temos a distribuição de notícias de acordo com o volume de publicação em cada um dos portais analisados, no Gráfico 5, abaixo:

Gráfico 5 – Distribuição de notícias por portal (2012 vs. 2017)



Fonte: Elaborado por Cristiane N. A. de Souza (2023).

As siglas ACT e AMZ definem os portais A Crítica e Amazônia, respectivamente, no Capítulo 3. Dito isso, iremos destacar dois pontos centrais do comparativo. O primeiro deles é que, em 2012, portanto, quanto à cobertura da migração haitiana, A Crítica e G1 foram os únicos portais a publicar, com 75 textos cada um. No ano 2017, a cobertura sobre a migração venezuelana continuou sendo maior no portal de abrangência local (A Crítica), com 59 dos 84 textos da cobertura, respondendo por 70,23% do conjunto de notícias daquela extração. Isso é indício de que, em ambos os casos, o **jornalismo local teve destaque quantitativo** ao tratar da migração transnacional, com 50% (2012) e 70,23% (2017) do volume de publicações.

Esses resultados trazem importantes indícios a respeito do processo de interiorização em cada um dos momentos migratórios. Observamos que, no ano 2012, portanto, no recorte da imigração haitiana, destacam-se os portais A Crítica e G1, com igual número de publicações, o que é possível associar a dois momentos de interiorização dos contingentes. Num quadro inicial, a cobertura local foi mais intensa por conta da proximidade do factual, qual seja a chegada de grupos pela tríplice fronteira, em se tratando de Amazonas. Algum tempo depois, inclusive pela forte caracterização dos imigrantes com a busca por emprego e renda em paragens mais ao Sul e Sudeste, com destaque também para o Centro-Oeste, o processo de interiorização em outros estados mobilizou a cobertura pelo portal G1 – ou as replicações de notícias de suas regionais.

Relativamente aos venezuelanos, em 2017, sobretudo os indígenas da etnia *Warao*, que foram a maioria daqueles dos imigrantes na cidade de Manaus e qualificados como refugiados, nota-se a maior concentração de notícias nos portais local e regional, quais sejam A Crítica e Amazônia. Salientamos, nesse segundo momento, a intensificação de um processo migratório já existente entre países fronteiriços, realizado por parcela daqueles povos tradicionais (dotada

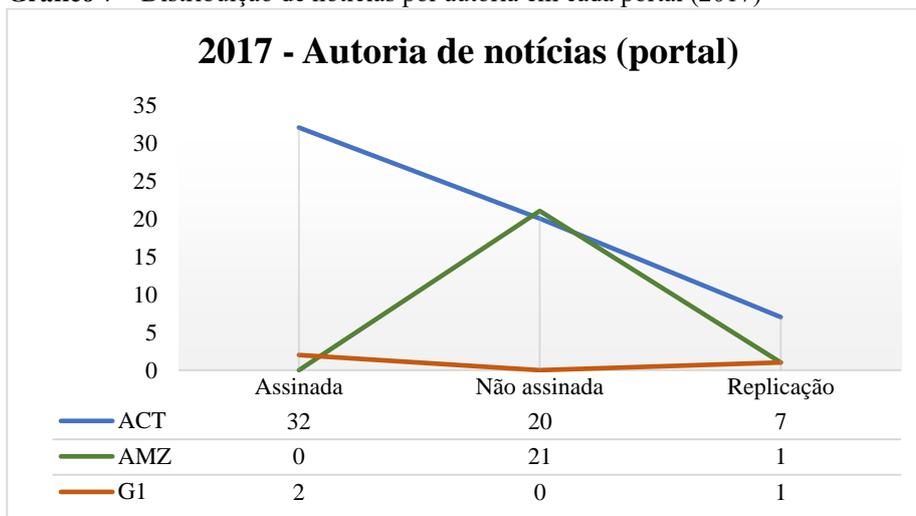
de cosmovisões, cultura, relação com o território e meios de subsistência próprios) e que teve como principal característica a mobilidade transfronteiriça e a circulação predominantemente restrita aos estados de Roraima, Amazonas e Pará. Esse contexto pode justificar a centralidade da cobertura jornalística nos âmbitos local e regional, ainda que a Lei de Imigração tenha sido um relevante fato em nível nacional que acabou refletindo sobre o teor das publicações. Noutro ponto desta discussão, voltaremos a mencionar essa característica, cujo objetivo era manter uma distância relativamente curta entre os centros onde os grupos obtinham ajuda humanitária e seus locais de origem, para onde levavam boa parte das doações aos parentes que lá permaneceram.

Partindo para a última quadra da análise geral, destacamos a distribuição, por autoria, das 234 notícias, divididas em 150 e 84, nos Gráficos 6 e 7. O primeiro ponto a ser focado sobre os gráficos seguintes é que foram criadas três categorias a fim de designar a autoria das notícias: **assinada** (há o nome do repórter, inclusive com identificação nas listas do apêndice); **não assinada** (não há menção do nome do autor nem a indicação de que se trata de replicação de texto de assessoria ou agência); e **replicação** (existe a referência explícita de que o texto fora retirado de outro produto da mesma empresa, partiu de uma assessoria ou de uma agência). Ter esse aspecto claro é essencial para a etapa final do percurso, ou seja, a análise qualitativa de textos com autoria expressa (nome do repórter). Portanto, tão importante (ou mais do que) quanto identificar qual portal publicou o maior número de textos é verificar quais deles apresentam o maior quantitativo de notícias na categoria “assinada”. Eis os resultados:

Gráfico 6 – Distribuição de notícias por autoria em cada portal (2012)



Fonte: Elaborado por Cristiane N. A. de Souza (2023).

Gráfico 7 – Distribuição de notícias por autoria em cada portal (2017)

Fonte: Elaborado por Cristiane N. A. de Souza (2023).

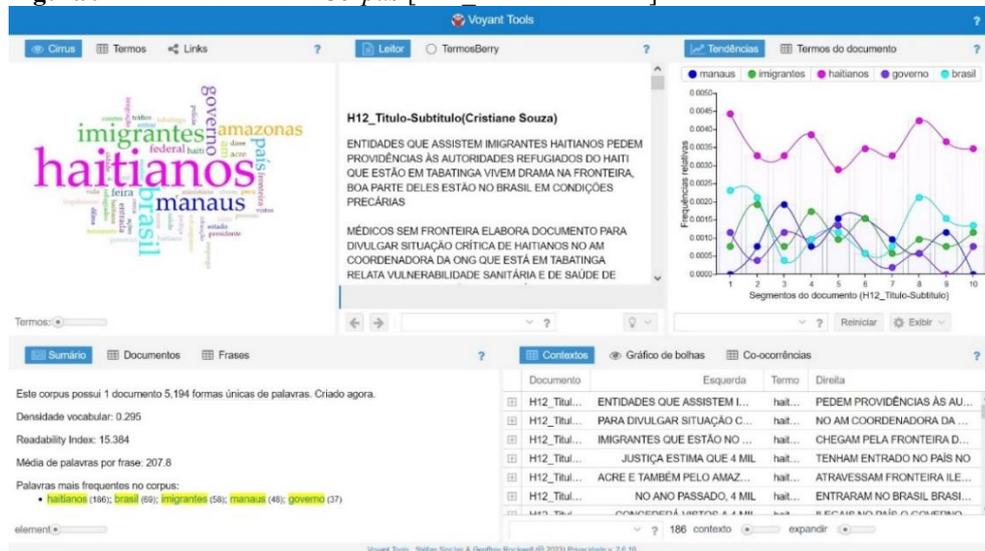
No Gráfico 6, A Crítica é destaque com 49 textos assinados dentre os 75 que publicou em 2012, mais de 65% das publicações. Se considerarmos todas as notícias daquele ano (150), somente as assinadas de A Crítica correspondem a quase um terço, ampliando-se a margem de seleção para a fase qualitativa em relação a esse portal. A inexistência de notícias do portal Amazônia inviabiliza a análise desse parâmetro. Por fim, das 75 publicações do G1 em 2012, somente 8 foram “assinadas”, enquanto 30 foram “não assinadas” e 37, “replicações”. Isto é, 89,3% não são textos produzidos por repórteres do portal, sendo oriundos de veículos do conglomerado ou de portais locais/regionais, a exemplo do G1 Amazonas. Passando à análise do Gráfico 7, em 2017, foram só três publicações do G1, sendo duas assinadas. Novamente o portal A Crítica teve mais textos assinados (32), contra 27 entre não assinados e replicações, demonstrando maior equilíbrio entre a produção própria e a publicação de textos de parceiros, assessorias, agências ou outros atores não identificados. Por fim, mesmo contendo 22 dos 84 textos extraídos em 2017 (26,19%), o portal Amazônia não teve notícia assinada, inviabilizando a inclusão na última etapa da análise, pois definimos a autoria expressa como critério de corte.

No subtópico abaixo, são apresentados os resultados das análises realizadas a partir do *Voyant Tools*. Buscamos avaliar como o *corpus* está organizado a partir dos termos frequentes – e a quantidade de ocorrências, apresentando gráficos gerais, nuvens de palavras, gráficos de tendência e vinculação entre os termos-chave seus correlatos. O *software* é usado para analisar dois conjuntos de textos, divididos por ano/grupo: 2012/Haitianos – 1) títulos e subtítulos; e 2017/Venezuelanos – 1) títulos e subtítulos. O processo ajuda a compreender quais destaques foram atribuídos em cada caso, considerando-se a preponderância dos títulos e subtítulos para fixar nos leitores uma ideia-núcleo que geralmente está alinhada ao propósito editorial.

4.1.2 Aplicação da ferramenta *Voyant Tools* aos títulos e subtítulos

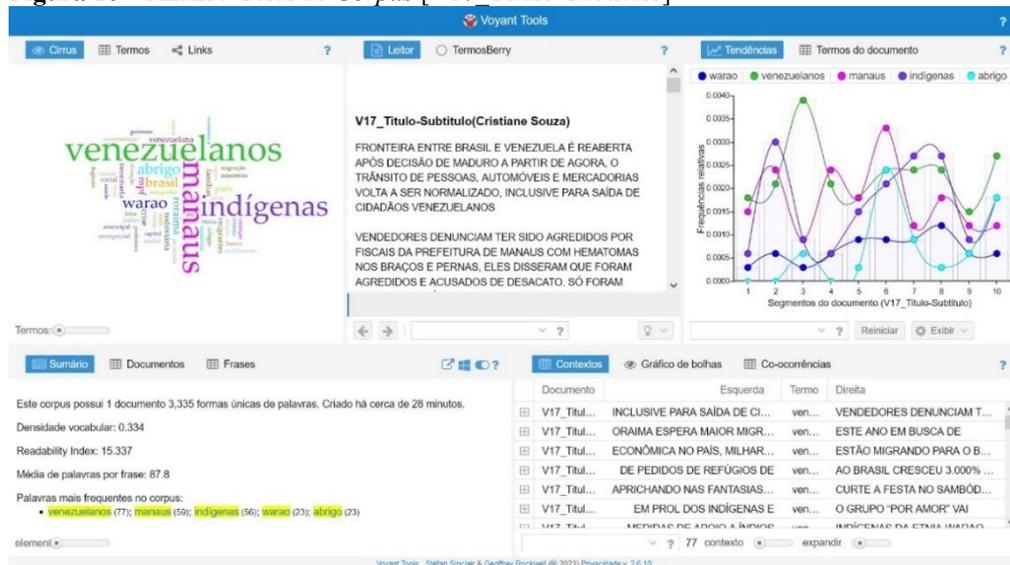
Para iniciar o subtópico, recordemos que o *corpus* ora analisado é composto pelas 234 notícias extraídas por meio do *webcrawler* e filtradas manualmente, isto é, os dois conjuntos a que anteriormente aplicamos o exame quantitativo geral. Cumpre ressaltar que, para cada um dos anos/grupos, foi elaborado um documento *Word* contendo apenas as informações textuais referentes aos títulos e subtítulos dessas publicações: 2012 – 150 notícias; 2017 – 84 notícias. A seguir, trazemos as telas de análise geral elaboradas com a versão *on-line* do *Voyant Tools*, cujos *prints* estão em sequência para facilitar a compreensão, conforme as Figuras 10 e 11:

Figura 9 – Análise Geral do *Corpus* [H12_Titulo-Subtítulo]



Fonte: *Voyant Tools*, v. 2.6.10, on-line (2023).

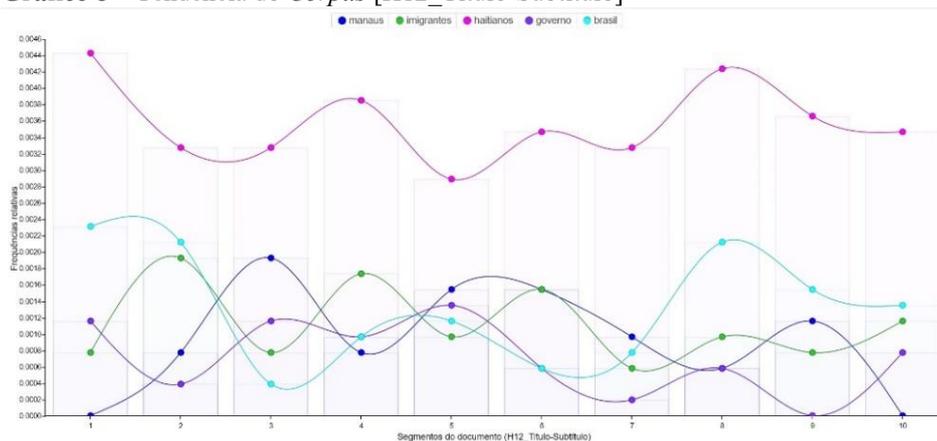
Figura 10 – Análise Geral do *Corpus* [V17_Titulo-Subtítulo]



Fonte: *Voyant Tools*, v. 2.6.10, on-line (2023).

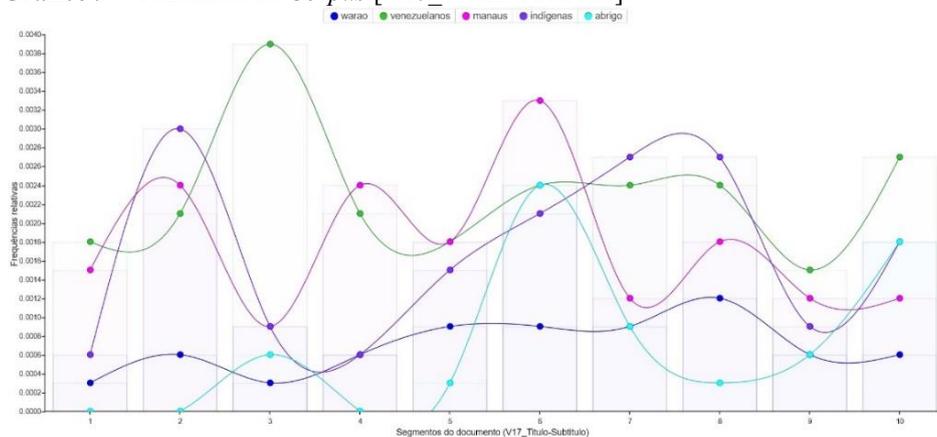
Ao observar as imagens acima, notamos que seguem o mesmo padrão de apresentação, onde as ferramentas gratuitas oferecidas pelo *software* dividem a tela principal da aplicação, o que permite escolher quais os tipos de análise são capazes de revelar as informações condizentes com nosso propósito investigativo. A tela está dividida nestes cinco quadros: ao centro, pode-se ver a extensão do *corpus*/documento analisado; do lado esquerdo e acima, temos nuvem de palavras/termos/*links*, permitindo contar as mais recorrentes e visualizar o gráfico. Abaixo, há uma sumarização das informações gerais do *corpus*/documento, da qual destacamos as cinco palavras mais frequentes, revelando a insistência em acionar tais termos. Ao lado, há o gráfico de bolhas e as co-ocorrências (termos relacionados a outros com mais frequência), não usados por nós nesta análise geral. Acima e do lado direito, podemos observar o gráfico de tendências do *corpus*/documento, contendo dez segmentos que facilitam a visualização do grafo e criado com as cinco palavras principais. A seguir, temos as análises com as ferramentas condizentes com nosso objetivo, iniciando pelas *trends* em cada ano/grupo, conforme os Gráficos 8 e 9:

Gráfico 8 – Tendência do Corpus [H12_Titulo-Subtítulo]



Fonte: *Voyant Tools*, v. 2.6.10, on-line (2023).

Gráfico 9 – Tendência do Corpus [V17_Titulo-Subtítulo]



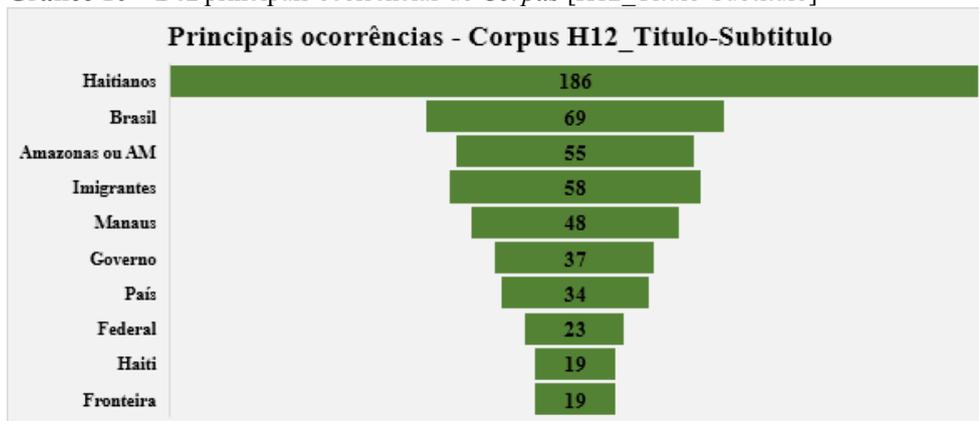
Fonte: *Voyant Tools*, v. 2.6.10, on-line (2023).

A primeira observação a ser feita a partir dos gráficos acima diz respeito ao critério de ordenação dos termos ao longo do documento, haja vista nossa escolha não por carregar 150 textos distintos, formando precisamente um *corpus*, mas por agregá-los num único documento *Word*, considerando que isso facilita a visualização geral. Desse modo, o próprio *software* cria dez segmentos no conjunto textual e distribui as ocorrências dos cinco termos mais frequentes ao longo do documento. Ressaltamos que essa quantidade é o mínimo de palavras para a análise, mas cremos estar adequada ao tipo de gráfico utilizado. A seguir, temos os cinco termos mais recorrentes nos títulos e nos subtítulos das publicações de 2012 e 2017, respectivamente. No Gráfico 10, eles surgem em ordem decrescente de repetição, vejamos: **haitianos** (186), **brasil** (69), **imigrantes** (58), **manaus** (48) e **governo** (37). No Gráfico 11, as palavras mais comuns são estas: **venezuelanos** (77), **manaus** (59), **indígenas** (56), **warao** (23) e **abrigo** (23).

Os gentílicos de cada grupo são termos-cabeça em ambos os casos, denotando o acerto na extração e filtragem manual desses temas. Outro ponto é a ocorrência do termo “manaus” nos dois casos, levando a inferir a tendência a uma abordagem local, embora o termo “brasil”, no caso da imigração haitiana, tenha sido mais frequente que o nome da capital amazonense, o que pode estar relacionado à maior ênfase na travessia de fronteiras terrestres no Amazonas e no Acre. No caso venezuelano, a corriqueira a travessia de nacionais do Brasil e da Venezuela pelo extremo Norte (RR) só começou a chamar atenção das autoridades após a intensificação do fluxo de chegada de venezuelanos, inclusive indígenas, por meio da BR-174, à rodoviária de Manaus. Por fim, outros dois termos foram recorrentes nas notícias de 2012, “imigrantes” e “governo”, indicando que o jornalismo (no caso dos portais citados) pode ter evidenciado as possíveis relações entre um fenômeno nunca observado naquelas proporções, sobretudo na região Norte, e a personificação estatal, ou o “governo”. Tal aspecto será aprofundado noutro momento, mas desde agora focalizamos sua relevância. Em relação à migração venezuelana, os três termos destacados são “indígenas”, “warao” e “abrigo”. No caso daquelas duas primeiras palavras, elas estão em constante correlação, pois *warao* indica a etnia do povo indígena que chegou em maior número a Manaus, embora pessoas não indígenas também tenham migrado. Já “abrigo” é um destaque importante no sentido de que, em nossa leitura flutuante/indicial, notamos que boa parte das notícias tratavam sobre moradia digna para os grupos de indígenas, porque, logo que chegavam à rodoviária, sem ter para onde seguir, instalavam-se ali mesmo.

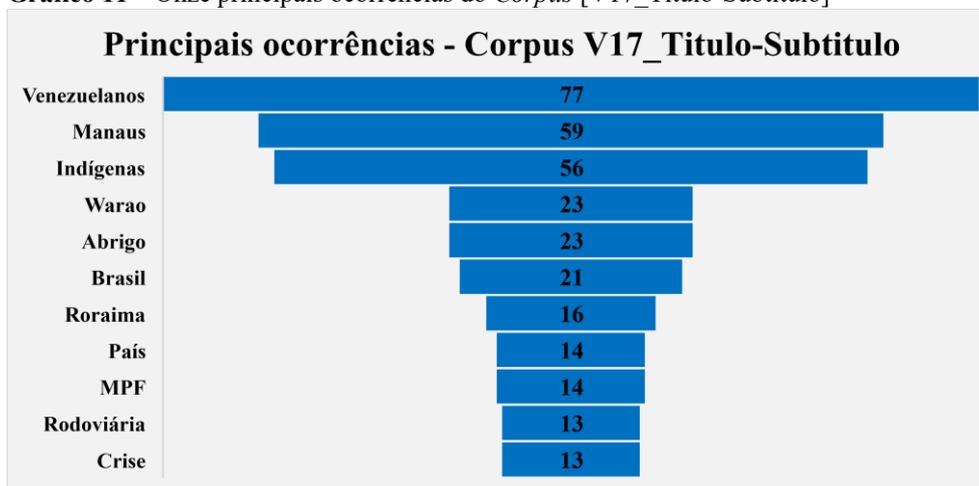
A análise segue com o uso de outra ferramenta, cujos resultados ajudam a entender de modo mais amplo a importância dos termos-chave, especialmente quando se está analisado os títulos e subtítulos: distribuição das principais ocorrências em cada ano/grupo. Os Gráficos 12 e 13 indicam as palavras mais frequentes por comparação interna em colunas horizontais:

Gráfico 10 – Dez principais ocorrências do *Corpus* [H12_Titulo-Subtítulo]



Fonte: *Voyant Tools*, v. 2.6.10, on-line (2023).

Gráfico 11 – Onze principais ocorrências do *Corpus* [V17_Titulo-Subtítulo]



Fonte: *Voyant Tools*, v. 2.6.10, on-line (2023).

Como se observa no tamanho das barras, enquanto o termo “haitianos” foi disparado o mais usado nos títulos e subtítulos das notícias publicadas em 2012, houve distribuição mais equilibrada entre “venezuelanos”, embora tenha sido o mais utilizado, e os outros dois termos: “manaus” e indígenas”. No primeiro caso, a palavra “haitianos” ocorreu 186 vezes, indicando média maior que o próprio número de notícias (150), isto é, densidade maior que um, porque ela provavelmente apareceu em todos os títulos e em alguns dos subtítulos como um marcador importante do tema tratado. Quanto ao segundo grupo, “manaus” e “indígenas” vêm como um tipo de delimitação, conforme estes dois aspectos: condição de indígenas de grande parte dos imigrantes venezuelanos e sua concentração na cidade de Manaus.

Os demais termos destacados por ano/grupo são indiciais sobre o tipo de conformação que o jornalismo dos portais selecionados atribuiu às pautas sobre o respectivo tema. Vejamos que, em 2012, a fronteira é uma preocupação, inclusive porque havia situações de indignidade

dos imigrantes naqueles locais, muitos impedidos de ingressar no Brasil por terem chegado após a janela de recepção de indocumentados (sem visto humanitário) ou vivendo em cidades fronteiriças, como Tabatinga (AM), à espera da liberação dos *papéis* na Polícia Federal, já que um dos principais objetivos desses grupos era ingressar no mercado de trabalho formal. Daí a recorrência maior de “governo”, “país”, “federal” e “brasil”. Relativamente aos venezuelanos, em 2012, notamos outro viés na cobertura analisada, com enfoque para os termos que indicam trajeto e locais, como “brasil”, “roraima”, “manaus” e “rodoviária”, e a condição cultural e étnica dos emigrados, vejamos: “indígenas” e “warao”. Nesse sentido, é oportuno frisar que o jornalismo, no âmbito aqui analisado, reconheceu tal condição de vulnerabilidade dessas pessoas, tanto em decorrência da “crise” generalizada no país de origem quanto pela sua etnia “indígena”, o que requereu mais atenção. Por outro lado, as formas de tratar doenças (distinta da crença pura na medicina), as questões interfamiliares, os tipos de moradia, os modos de trabalho e a vinculação com a natureza, entre outros aspectos, desafiaram o jornalismo local a ter uma atuação distinta de 2012, muito embora igualmente responsável, inclusive porque essa condição migratória era diferente da anterior e inédita em muitos aspectos.

As imagens abaixo são nuvens de palavras contendo os 25 termos mais frequentes dos documentos em estudo; elas comparecem em sequência nas Figuras 12 e 13:

Figura 11 – Wordcloud de 25 termos do *Corpus* [H12_Titulo-Subtítulo]



Fonte: *Voyant Tools*, v. 2.6.10, on-line (2023).

Figura 12 – Wordcloud de 25 termos do *Corpus* [V17_Titulo-Subtítulo]

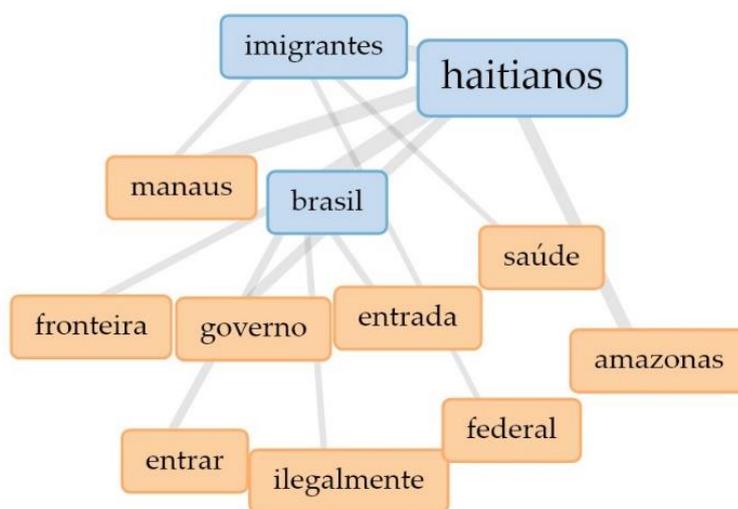


Fonte: *Voyant Tools*, v. 2.6.10, on-line (2023).

A ferramenta auxilia na tarefa de visualizar a composição léxica do *corpus*/documento ao atribuir mais ênfase às palavras mais frequentemente acionadas. O funcionamento consiste em representar em tamanho maior os termos mais utilizados no texto, dando destaque para um conjunto de pelo menos 25 palavras. Assim, podemos ampliar a lista de termos além daqueles já introduzidos com as ferramentas anteriores. Em relação ao ano 2012, “visto”, “situação”, “justiça” e “saúde” nos ajudam a entender como o jornalismo local atuou diante do fenômeno migratório haitiano que se intensificava em Tabatinga e Manaus, por exemplo. Em relação ao ano 2017, além do que outros recursos indicaram, “índios”, “situação”, “social” e “famílias” sugerem que a cobertura enfatizou vulnerabilidade e carestia. O qualificador “índio” em lugar de “indígena” contraria manuais de redação, os quais destacam a ausência de significado e o viés preconceituoso daquele em relação a este, cujo sentido é “originário”. Por fim, nota-se uma ausência marcante ao debate desta tese: refúgio e suas derivações não fazem parte do conjunto das 25 palavras mais frequentes nos títulos e subtítulos deste segundo documento. É indicativo de que essa condição específica de grande parte dos nacionais venezuelanos dentro da genérica classificação “imigrante” não logrou mais ênfase na escrita de títulos e subtítulos.

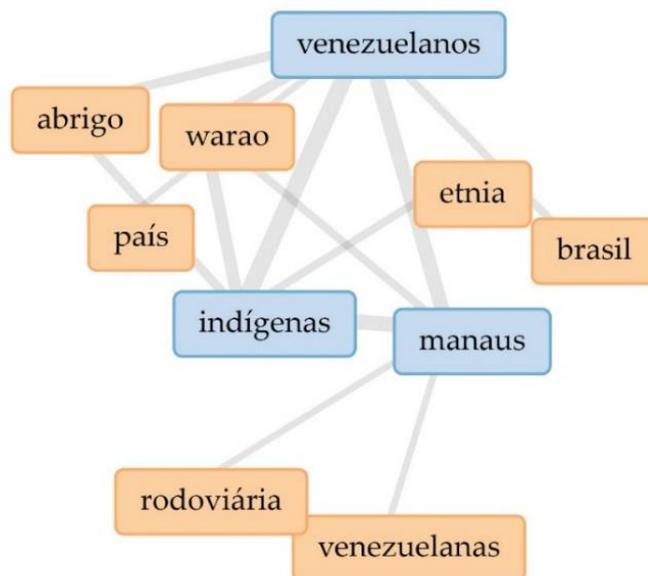
No último comparativo desta etapa, decorrente do uso de *software*, o intuito é mostrar a representação das principais correlações entre dois tipos de termos. A ferramenta exibe uma rede composta por palavras que aparecem conjuntamente com mais frequência, com os termos principais em azul e as co-ocorrências (palavras próximas) em laranja. As Figuras 14 e 15 são as representações gráficas criadas a partir de três *keywords*, conforme se observa a seguir:

Figura 13 – Co-ocorrência de termos do *Corpus* [H12_Titulo-Subtítulo]



Fonte: *Voyant Tools*, v. 2.6.10, on-line (2023).

Figura 14 – Co-ocorrência de termos do *Corpus* [V17_Título-Subtítulo]



Fonte: *Voyant Tools*, v. 2.6.10, on-line (2023).

O resultado é intuitivo, no sentido de que a ferramenta gera a rede de co-ocorrências a partir das três palavras mais repetidas no texto, aplicando cores distintas conforme as funções dos termos (se principal ou correlato). Desse modo, acabam sendo reiteradas as palavras mais frequentes. Não obstante, destacamos, para o ano 2012, portanto, na cobertura da migração de pessoas haitianas, que uma co-ocorrência para a *keyword* “brasil” é “ilegalmente”, ao lado de “entrar” e “entrada”. Disso podemos inferir que, em títulos e subtítulos dos portais eleitos, foi comum indicar a condição de “ilegalidade” dos imigrantes, fator que geralmente desencadeia reações xenófobas e dificulta seu acesso a serviços, entre outras consequências. Do ponto de vista jornalístico, *handbooks* orientam que, ao abordar a falta de documentos para ingresso formal, deva-se optar pelo termo “indocumentado” em lugar de “ilegal” e suas derivações. No capítulo final, retornaremos ao debate para realizar uma interpretação orientada de resultados.

A parte inicial da apuração de resultados completou-se, de sorte que pudemos interagir com o *corpus* formado por 234 notícias, 150 do ano de 2012 (migração haitiana) e 84 de 2017 (migração venezuelana). A proposta consistiu em comparar aspectos gerais e elaborar quadros amplos respeitantes à materialidade desta pesquisa, bem como a evidenciação de questões que serão aprofundadas à frente. No tópico seguinte, nossa primeira tarefa é delimitar ainda mais o *corpus* a partir da identificação de pautas relacionadas a direitos sociais constitucionalmente garantidos no país, aplicando-se Análise de Conteúdo em trechos de notícias componentes do novo recorte. Outrossim, a perspectiva de comparação baseada em anos e grupos é mantida.

4.2 DIREITOS SOCIAIS NA COBERTURA DA MIGRAÇÃO TRANSNACIONAL

Como adiantamos, o primeiro passo neste segundo tópico do capítulo de consolidação dos resultados consiste em realizar uma nova delimitação do *corpus*. Depois, seguiremos com a análise desde a categorização predefinida em cinco temas-chave, os quais são precisamente os direitos sociais mais destacados na leitura flutuante dos textos: **Saúde, Educação, Trabalho, Moradia e Assistência**. Cumpre salientar, todavia, a nossa opção por arbitrar quanto a essas cinco categorias, o que fizemos com base na visão geral do material e nos objetivos indicados anteriormente. Assim, “o material nos falará” (Bardin, 2016, p. 129) a partir de um parâmetro apriorístico, sobretudo porque a complexidade que envolve a migração transnacional poderia facilmente conduzir esta etapa analítica por meandros distantes do nosso enfoque de pesquisa, isto é, a **cobertura jornalística de pautas que envolvem os direitos humanos**. O subtópico de refinamento do *corpus* é desenvolvido abaixo e culmina num conjunto restrito de notícias.

4.2.1 Direitos sociais de migrantes transnacionais: segunda delimitação do *corpus*

Se no tópico primeiro deste capítulo nosso enfoque deu-se na dimensão lexical, o que se concretizou pelo uso da ferramenta *Voyant Tools* para identificar basicamente as ocorrências de termos e as respectivas correlações, este tópico pretende enfatizar a dimensão semântica no conjunto de textos previamente selecionados. Para tanto, eles serão reclassificados a partir de critério quantitativo: a frequência com que as categorias arbitradas ocorrem em cada notícia. Posteriormente, o material será preparado para a fase analítica propriamente dita, momento no qual discutiremos trechos selecionados em codificações feitas no ambiente *web* do *software* de análise qualitativa *Atlas.ti*. A aplicação da Análise de Conteúdo (AC), como já explanado no Capítulo 3, tem função dúplice: interpretativa e preparatória da última etapa metodológica da tese, também qualitativa, quando observaremos as marcas da ação jornalística nas notícias.

Por se tratar de proposta semanticamente orientada, a AC nos permite trabalhar com termos cujos sentidos pertencem ao mesmo campo semântico. Em decorrência, elaboramos o Quadro 13, a seguir, indicando o termo principal e mais três palavras correlatas, escolha essa que orientou a busca parametrizada num *corpus* contendo os textos e as legendas das notícias.

Quadro 14 – Termos (direitos sociais) e os respectivos correlatos

Termo principal	Termos correlatos (03)
Saúde	Doença Hospital Médico
Educação	Ensino Curso Aprender
Trabalho	Emprego Profissão Ocupação
Moradia	Casa Residência Abrigo
Assistência	Ajuda Auxílio Apoio

Fonte: Elaborado por Cristiane N. A. de Souza (2023).

A partir das buscas no documento em PDF – com base em parâmetros aplicados com o objetivo de aprimorar o resultado, consolidamos os cinco conjuntos de notícias que formam o *corpus* sobre o qual nos debruçamos nesta segunda etapa. Sintetizamos o processo a seguir: 1) Para cada ano/grupo, fizemos a busca avançada com recurso disponível na versão gratuita do *Adobe Acrobat* (leitor e editor de PDF); 2) Aplicamos uma técnica de refinamento chamada “Condição de Aderência”, composta por três posições lógicas para que as notícias retornadas fossem utilizadas na composição do *corpus* final. Ao menos uma destas condições deveria ser atendida, a saber: conter a palavra-base (E) pelo menos um termo correlato; (OU) conter pelo menos dois termos correlatos; (OU) a seleção manual pela leitura do primeiro parágrafo (OU) pela leitura do texto completo, quando o *lead* não foi suficiente para definir inclusão/exclusão.

Importante ressaltar que as listas abaixo já são o resultado da filtragem após aplicados os critérios de exclusão/inclusão supracitados. O processo de busca foi feito do mesmo modo tanto para a palavra-base quanto para os termos correlatos a ela, formando, caso a caso, quatro listas preliminares, sobre as quais aplicamos os filtros. Esses documentos estão disponíveis no [Apêndice E1](#) e no [Apêndice E2](#) desta tese. Acreditamos que tal divisão possibilita uma melhor visualização dos resultados por ano/grupo étnico que integra esta pesquisa.

Outrossim, indicamos que o *corpus* a ser analisado no subtópico seguinte compõe-se do conjunto de textos jornalísticos listados no Quadro 15 e no Quadro 16, respectivamente. Logo abaixo, apresentamos o primeiro quadro-síntese, referente à migração haitiana em 2012, este formado por **112 notícias** obtidas a partir da aplicação dos critérios já mencionados:

Quadro 15 – Corpus para Análise de Conteúdo por Direito Social (2012 | Haitianos)

Nº.	Título	Char.
Tema 01: Saúde (22 notícias)		
001	Entidades que assistem imigrantes haitianos pedem providências às autoridades (URL)	3.484
002	Médicos Sem Fronteira elabora documento para divulgar situação crítica de haitianos no AM (URL)	4.322
004	Haitianos atravessam fronteira ilegalmente para viver no Brasil (URL)	2.358
007	Governo brasileiro vai controlar entrada de haitianos no país e limitar vistos (URL)	3.700
020	Dezenas de imigrantes haitianos são barrados na fronteira com o Peru (URL)	1.744
024	Haitiana morre vítima de dengue, em Tabatinga (AM) (URL)	1.636
026	Amazonas registra primeiro óbito de imigrante haitiano no Brasil (URL)	2.679
037	Morte de haitiano com HIV deixa saúde pública em alerta no Amazonas (URL)	1.990
041	Morre o primeiro haitiano em Manaus (URL)	1.225
050	Ministério libera R\$ 900 mil para ajudar imigrantes haitianos no Acre e no Amazonas (URL)	1.682
055	Amazonas pretende desencadear ações de testagem de doenças em pacientes haitianos (URL)	4.425
072	Governo do Amazonas realiza ações de saúde com imigrantes haitianos (URL)	2.382
073	Mutirão de saúde em Manaus atende mulheres haitianas (URL)	1.413
075	Haitianos recebem atendimento médico gratuito em Manaus (URL)	1.102

079	FVS/AM inicia vacinação de imigrantes haitianos, em Manaus (URL)	1.113
083	Haitianas não perdem a esperança em Manaus (URL)	3.496
085	Fundação realiza mobilização de saúde em abrigo haitiano em Manaus (URL)	841
096	Secretaria de saúde realizará cadastro de haitianos no SUS, no AM (URL)	1.410
097	Saúde da rede municipal de Manaus vai cadastrar haitianos para acesso aos serviços do SUS (URL)	2.768
103	Haitianas apresentam quadro de anemia em fazenda de rosas (URL) cond. 3	1.242
110	Grupo de haitianos ainda segue na fronteira entre Peru e Brasil (URL)	2.992
127	Ajuda a haitianos chegou ao limite, afirma secretário de Justiça do Acre (URL)	3.717
Tema 02: Educação (06 notícias)		
025	Obstáculo do idioma é mais um desafio para os haitianos que buscam emprego em Manaus (URL)	4.121
038	Universidade Federal do Amazonas lançará edital para apoiar haitianos (URL) cond. 3	2.225
049	Ufam apoiará haitianos (URL) cond. 3	3.255
083	Haitianas não perdem a esperança em Manaus (URL)	3.496
111	Haitianos refugiados que trabalham em Cascavel aprendem português (URL)	1.254
122	Haitianos buscam reerguer o país de origem estudando na UFSCar (URL)	2.632
Tema 03: Trabalho (49 notícias)		
001	Entidades que assistem imigrantes haitianos pedem providências às autoridades (URL)	3.484
003	Haitianos chegam pela fronteira da Amazônia à procura de trabalho (URL)	2.302
006	Haitianos reclamam da demora para conseguirem visto de permanência (URL)	4.342
007	Governo brasileiro vai controlar entrada de haitianos no país e limitar vistos (URL)	3.700
009	Com economia forte, Brasil quebra tradição e freia imigração haitiana (URL)	3.076
010	Haitianos em SP pensam em voltar a seu país só 'de visita' (URL)	4.709
011	Controle migratório de haitianos no Brasil gera debate (URL)	4.853
012	Haitianos no Brasil divididos sobre as medidas imigratórias (URL)	3.257
013	Amazonas pede ajuda ao Governo Federal para ações de assistência aos haitianos (URL)	3.461
014	Conselho de Imigração aprova restrição à entrada de haitianos (URL)	5.146
015	Empresas brasileiras vão ao Acre contratar imigrantes haitianos (URL)	6.327
017	Haitianos dizem que preferem viver no Brasil, mesmo com dificuldades (URL)	2.353
023	População de Tabatinga começa a dar sinais de esgotamento na relação com os Haitianos (URL)	5.357
025	Obstáculo do idioma é mais um desafio para os haitianos que buscam emprego em Manaus (URL)	4.121
031	Governo Federal enviará missão ao Amazonas para avaliar situação dos haitianos, diz MDS (URL)	3.792
032	Haitianos refugiados começam a trabalhar no Rio Grande do Sul (URL)	1.743
035	Colocação no mercado de trabalho é sinônimo de recomeço para haitianos que vivem em Manaus (URL)	3.740
039	SRTE do Amazonas acompanhará recrutamento de haitianos para outros Estados (URL)	3.615
044	Superintendência Regional do Trabalho faz mutirão para haitianos (URL)	1.703
056	Imigrantes Haitianos procuram Polícia Federal em Manaus para regularizarem situação no país (URL)	3.675
065	Embaixador do Haiti está de malas prontas para visitar o Amazonas (URL)	7.728
068	Haitianos reclamam de redução de salário e abandonam emprego em MT (URL)	2.791
074	Haitianos buscam ingresso no mercado de trabalho em Manaus (URL)	4.307
076	'Não se adaptaram', diz empresário de MT sobre contratação de haitianos (URL)	2.256
080	Audidores fiscalizam fábrica em MT após contratação de haitianos (URL)	2.219
091	Amazonenses vencem haitianos em amistoso (URL)	1.321
092	Haitianos encontram nova vida nas lavouras do sul de Minas Gerais (URL) cd. 3	1.079
104	Haitianos em Manaus são recrutados para trabalharem no Sul e Sudeste (URL)	1.937
105	Haitianos reconstróem a vida em usinas de bioenergia de GO (URL)	1.670
109	Procuradora cobra no Senado solução para haitianos presos na fronteira (URL)	4.229
114	Haitianos que estão no Peru vão entrar no Brasil em grupos a partir da próxima semana (URL)	1.846
115	Governo diz que vai regularizar mais 363 haitianos que vivem no AM (URL)	1.532
116	Imigrantes haitianos entram no Brasil após três meses de espera (URL)	4.208

117	Após terem papéis retidos no RS, haitianos ganham novos empregos (URL) cond. 3	1.028
123	Mais de 800 haitianos moram e trabalham em Porto Velho (URL)	1.698
124	Trabalhadores <u>estrangeiros 'invadem'</u> mercado de trabalho no Amazonas (URL)	3.312
125	Haitianos deixam o Amazonas em busca de emprego pelo Brasil (URL)	2.229
133	Pastoral estima que 1.800 haitianos estejam refugiados em Manaus (URL)	5.833
134	Cresce o número de haitianos autorizados a trabalhar no Brasil (URL)	1.875
137	Deputada diz que fluxo de haitianos ilegais segue intenso no Brasil (URL)	2.446
140	Oficina discute situação dos haitianos no mercado de trabalho no AM (URL)	1.511
141	Usinas do Rio Madeira têm 100 haitianos contratados, em Porto Velho (URL)	1.609
142	Haitianos se envolvem em confusão por salário atrasado em Porto Velho (URL) cd. 3	1.262
143	Autorização de trabalho para estrangeiro crescem 5% em nove meses de 2012 (URL)	4.771
144	Grávida, haitiana sonha que filho seja jogador de futebol no Brasil (URL)	6.466
145	Chega ao caos a situação de ajuda humanitária a haitianos no Acre, diz secretário (URL)	2.868
147	MP investiga caso dos haitianos demitidos em Igrejinha, RS (URL)	1.788
148	Haitianos demitidos em Igrejinha, RS, vão receber alojamento e alimentação (URL)	958
150	Ministério do Trabalho lança guia de trabalho para haitianos (URL)	2.105
Tema 04: Moradia (11 notícias)		
010	Haitianos em SP pensam em voltar a seu país só 'de visita' (URL)	4.709
011	Controle migratório de haitianos no Brasil gera debate (URL)	4.853
013	Amazonas pede ajuda ao Gov. Federal para ações de assistência aos haitianos(URL)	3.461
014	Conselho de Imigração aprova restrição à entrada de haitianos (URL)	5.146
017	Haitianos dizem que preferem viver no Brasil, mesmo com dificuldades (URL)	2.353
019	Governo Federal deve entregar proposta de resolução para restringir a entrada de imigrantes haitianos no Brasil (URL)	3.666
056	Imigrantes Haitianos procuram Polícia Federal em Manaus para regularizarem situação no país (URL)	3.675
062	Representantes do Governo Federal visitam instalações de abrigos haitianos no AM (URL)	3.200
073	Mutirão de saúde em Manaus atende mulheres haitianas (URL)	1.413
118	Grupo com mais de 120 haitianos chega a Manaus neste sábado (21) (URL)	849
145	Chega ao caos a situação de ajuda humanitária a haitianos no Acre, diz secretário (URL)	2.868
Tema 05: Assistência (24 notícias)		
001	Entidades que assistem imigrantes haitianos pedem providências às autoridades (URL)	3.484
002	Médicos Sem Fronteira elabora documento para divulgar situação crítica de haitianos no AM (URL)	4.322
003	Haitianos chegam pela fronteira da Amazônia à procura de trabalho (URL)	2.302
007	Governo brasileiro vai controlar entrada de haitianos no país e limitar vistos (URL)	3.700
020	Dezenas de imigrantes haitianos são barrados na fronteira com o Peru (URL)	1.744
027	Chegada de mais de 200 haitianos expõe falta de estrutura para abrigar refugiados em Manaus (URL)	3.626
031	Governo Federal enviará missão ao Amazonas para avaliar situação dos haitianos, diz MDS (URL)	3.792
033	Governador do AM diz para 'Governo Federal levar haitianos para Brasília' (URL)	1.396
034	Haitianos que chegaram na última terça-feira a Manaus recebem apoio (URL)	2.747
049	Ufam apoiará haitianos (URL)	3.255
050	Ministério libera R\$ 900 mil para ajudar imigrantes haitianos no Acre e no Amazonas (URL)	1.682
051	MDS libera R\$ 900 mil para haitianos residentes no Amazonas e no Acre (URL)	3.426
052	Ações de voluntariado mobilizam pessoas na ajuda a imigrantes haitianos (URL) cd. 3	2.262
064	Estado doa colchões e água a haitianos recém-chegados a Manaus (URL)	2.478
065	Embaixador do Haiti está de malas prontas para visitar o Amazonas (URL)	7.728
077	Entidade pró-haitianos fará rifa visando nova sede em Manaus (URL) cond. 3	1.761
088	Processo sobre haitianos no Brasil corre em segredo de Justiça (URL)	3.153
093	Senador Eduardo Braga (PMDB) avalia onda migratória no país (URL)	8.169
094	Imigração de Haitianos ao AM será debatida pela ALE-AM nesta segunda-feira (27) (URL)	1.694
095	Haitianos devem receber R\$ 520 mil de verba federal nas próximas horas (URL) cd. 3	1.540
123	Mais de 800 haitianos moram e trabalham em Porto Velho (URL)	1.698
131	Haitianos em Brasileira usam nova rota de imigração ilegal para o Brasil (URL)	2.794

144	Grávida, haitiana sonha que filho seja jogador de futebol no Brasil (URL)	6.466
145	Chega ao caos a situação de ajuda humanitária a haitianos no Acre, diz secretário (URL) cond. 3	2.868

Fonte: Elaborado por Cristiane N. A. de Souza (2023).

Para o ano/grupo “2012 – Haitianos”, obtivemos os seguintes dados: Tema 01 – Saúde (22 notícias); Tema 02 – Educação (06 notícias); Tema 03 – Trabalho (49 notícias); Tema 04 – Moradia (11 notícias); e Tema 05 – Assistência (24 notícias). Embora nosso enfoque, nesta fase, não seja no aspecto quantitativo, ressaltamos a predominância do tema “Trabalho” para o primeiro momento migratório analisado, qual seja a chegada de haitianos pelas fronteiras da região Amazônica. Essa temática perpassa boa parte dos textos, mesmo os vinculados a outras categorias. “Assistência”, com 24 textos, e “Saúde”, com 22, vêm em seguida na ordem de recorrência, mas ambos têm, respectivamente, 25 e 27 notícias a menos que o tema Trabalho. Por fim, “Moradia” esteve presente em apenas 11 notícias e “Educação”, em outras seis. No último caso, inferimos que o resultado condiz com o perfil dos imigrantes. Predominaram os adultos-jovens – alguns deles com formação superior, em busca de colocação no mercado de trabalho e renda suficiente para possibilitar remessas aos familiares no Haiti. Nesse sentido, o entrave da língua portuguesa foi o principal ponto aludido no quesito “Educação”. O subtópico a seguir será dedicado a pormenorizar a análise de cada tema, tratando-se, neste ponto, de uma visão geral, com o intuito de localizar a primazia de umas pautas em detrimento de outras, não obstante se esteja pautando direitos sociais igualmente relevantes no contexto migratório. Foi aplicado idêntico processo para selecionar as notícias, ou seja, com a busca por palavra-chave no documento consolidado em PDF e a filtragem pelos critérios de seleção já elencados.

Prosseguindo, há o quadro-síntese da busca relativa ao grupo “2017 – Venezuelanos”, realizada sob os mesmos parâmetros e resultando em **66 notícias** a respeito dos direitos sociais:

Quadro 16 – *Corpus* para Análise de Conteúdo por Direito Social (2017 | Venezuelanos)

Nº.	TÍTULO	CHAR.
Tema 01: Saúde (15 notícias)		
006	Roraima espera maior migração de venezuelanos este ano (URL)	2.404
019	Roraima continuará oferecendo abrigo a venezuelanos (URL)	2.165
021	Migração venezuelana ao Brasil quintuplicou em 2016, diz ONG (URL)	4.157
024	Manaus quer ajuda federal para lidar com migração de venezuelanos (URL)	3.188
027	Casos de tuberculose são registrados em crianças indígenas venezuelanas, em Manaus (URL)	2.249
032	Bebê venezuelana de 11 meses morre de pneumonia em hospital de Manaus (URL)	1.468
033	Pais de bebê venezuelana querem voltar para sua terra natal após morte da criança (URL)	1.378
034	MPF requisita plano emergencial de saúde após nova morte de criança indígena Warao (URL)	4.996
036	MPF requisita plano emergencial de saúde após nova morte de criança venezuelana (URL)	3.614
040	Criança venezuelana é internada em estado grave com pneumonia em Manaus (URL)	1.351
041	Tratamento de indígenas venezuelanos será acompanhado por lideranças xamânicas (URL)	2.207

043	Venezuelanos com crianças de colo serão os primeiros transferidos para abrigo (URL) cond. 3	3.027
054	MPF/AM e Ufam promovem seminário sobre povos indígenas e políticas públicas (URL)	2.192
069	Venezuelana diz que foi xingada antes de ser agredida em RR: 'jogaram pedras e disseram para ir embora do Brasil' (URL)	5.583
081	Roraima fica em estado de alerta para sarampo devido a surto na Venezuela (URL)	2.021
Tema 02: Educação (04 notícias)		
022	Adaptação: Escolas municipais de Boa Vista mudam rotina para atender alunos venezuelanos (URL) cond. 3	7.936
065	Pendências documentais de imóveis que abrigam indígenas criam insegurança (URL)	3.698
072	Semed vai contratar indígenas warao sem formação para ensinar crianças nos abrigos (URL)	4.436
077	Superlotação de venezuelanos afeta abrigo e escolas de Boa Vista (URL)	3.138
Tema 03: Trabalho (10 notícias)		
002	Vendedores denunciam ter sido agredidos por fiscais da Prefeitura de Manaus (URL) cd. 3	2.638
003	"Viemos para Manaus para comer", diz índia venezuelana que vive na Rodoviária (URL)	5.842
020	Morando nas ruas, índios venezuelanos contam com ajuda de manauaras (URL)	5.396
050	Indígenas venezuelanos pedem matéria-prima para confecção de artesanato (URL)	2.664
051	Venezuelanos abrigados em Manaus planejam criar associação (URL) cond. 3	2.299
052	Encontro discute alternativas para atender indígenas venezuelanos em Manaus (URL) cd. 3	1.921
057	Ministro visita abrigo onde estão indígenas venezuelanos (URL)	2.934
067	Vendedora de picolé venezuelana do T2 viraliza na Internet e se diz guerreira (URL)	3.024
072	Semed vai contratar indígenas warao sem formação para ensinar crianças nos abrigos (URL)	4.436
075	Flanelinhas seguem 'livres' para atuar em Manaus; condutores reclamam de ameaças (URL)	4.484
Tema 01: Moradia (22 notícias)		
028	MPF/AM recomenda medidas sobre imigrantes venezuelanos em Manaus (URL)	6.430
034	MPF requisita plano emergencial de saúde após nova morte de criança indígena Warao (URL)	4.996
035	Venezuelanos no Brasil: solidariedade não tem hora (URL)	1.920
036	MPF requisita plano emergencial de saúde após nova morte de criança venezuelana (URL)	3.614
042	Alojamento que receberá indígenas venezuelanos em Manaus segue em reforma (URL) condição 3	2.962
043	Venezuelanos com crianças de colo serão os primeiros transferidos para abrigo (URL) condição 3	3.027
044	Famílias venezuelanas com crianças de colo serão primeiras a ir para abrigo em Manaus (URL) condição 3	982
047	Índios venezuelanos são levados para abrigo no Coroado, na Zona Leste de Manaus (URL)	2.661
048	Cacique venezuelano da etnia warao teme conflito entre indígenas em abrigo (URL) – questão cultural (cada família tem um barraco)	2.320
054	MPF/AM e Ufam promovem seminário sobre povos indígenas e políticas públicas (URL)	2.192
056	União se compromete a repassar recursos para indígenas venezuelanos até o dia 14 (URL)	7.423
058	Venezuelanos da etnia Warao serão transferidos para residências em Manaus (URL) condição 3	990
063	Crise na Venezuela leva indígenas ao Pará (URL)	1.123
064	MPF pede esclarecimento sobre falta de pagamento de aluguel de venezuelanos (URL) condição 3	3.156
065	Pendências documentais de imóveis que abrigam indígenas criam insegurança (URL)	3.698
070	Migrantes venezuelanos no Brasil (URL)	3.760
074	Manaus: a capital dos refugiados na Amazônia brasileira (URL)	6.567
077	Superlotação de venezuelanos afeta abrigo e escolas de Boa Vista (URL) cond. 3	3.138
078	Em Manaus, abrigo para indígenas da Venezuela será fechado (URL)	2.189
079	Indígenas venez. temem o fechamento de abrigo provisório em Manaus (URL) cond. 3	4.474
083	MPF cobra ações de governos para ajudar índios venezuelanos refugiados no Pará (URL)	3.134

084	Município em Roraima vive crise para dar atendimento a migrantes da Venezuela (URL)	1.676
Tema 05: Assistência (15 notícias)		
024	Manaus quer ajuda federal para lidar com migração de venezuelanos (URL)	3.188
028	MPF/AM recomenda medidas sobre imigrantes venezuelanos em Manaus (URL)	6.430
037	Governo do AM vai usar prédio como abrigo e repassar R\$ 205 mil para ajudar venezuelanos (URL)	2.115
038	Governo e Prefeitura estudam frear entrada de venezuelanos no Amazonas (URL)	2.722
042	Alojamento que receberá indígenas venezuelanos em Manaus segue em reforma (URL)	2.962
056	União se compromete a repassar recursos para indígenas venezuelanos até dia 14 (URL)	7.423
057	Ministro visita abrigo onde estão indígenas venezuelanos (URL)	2.934
060	Brasil é o segundo país que mais recebe refugiados venezuelanos, diz Acnur (URL)	3.762
062	Oficina discute direitos e deveres de imigrantes e refugiados no Brasil (URL)	3.707
064	MPF pede esclarecimento sobre falta de pagamento de aluguel de venezuelanos (URL)	3.156
065	Pendências documentais de imóveis que abrigam indígenas criam insegurança (URL)	3.698
068	Fome leva indígenas venezuelanos a migrarem para o Brasil (URL)	3.866
071	Migração dos Warao prorroga situação de emergência social por mais 180 dias (URL)	1.512
074	Manaus: a capital dos refugiados na Amazônia brasileira (URL)	6.567
083	MPF cobra ações de governos para ajudar índios venezuelanos refugiados no Pará (URL)	3.134

Fonte: Elaborado por Cristiane N. A. de Souza (2023).

Em relação ao ano/grupo “2017 – Venezuelanos”, estes foram os resultados: Tema 01 – Saúde (15 notícias); Tema 02 – Educação (04 notícias); Tema 03 – Trabalho (10 notícias); Tema 04 – Moradia (22 notícias); e Tema 05 – Assistência (15 notícias). Do ponto de vista quantitativo, observamos a predominância das pautas sobre “Moradia” e suas derivações, com 22 textos na seleção final, isto é, aplicadas as condições de aderência. Como se trata, neste grupo, de um conjunto menor que o anterior, tal quantidade representa um terço da lista de 66 notícias retornadas e selecionadas nesta etapa do percurso. Ao ampliarmos o espectro para as três categorias mais representativas, temos “Assistência” e “Saúde”, com 15 notícias cada.

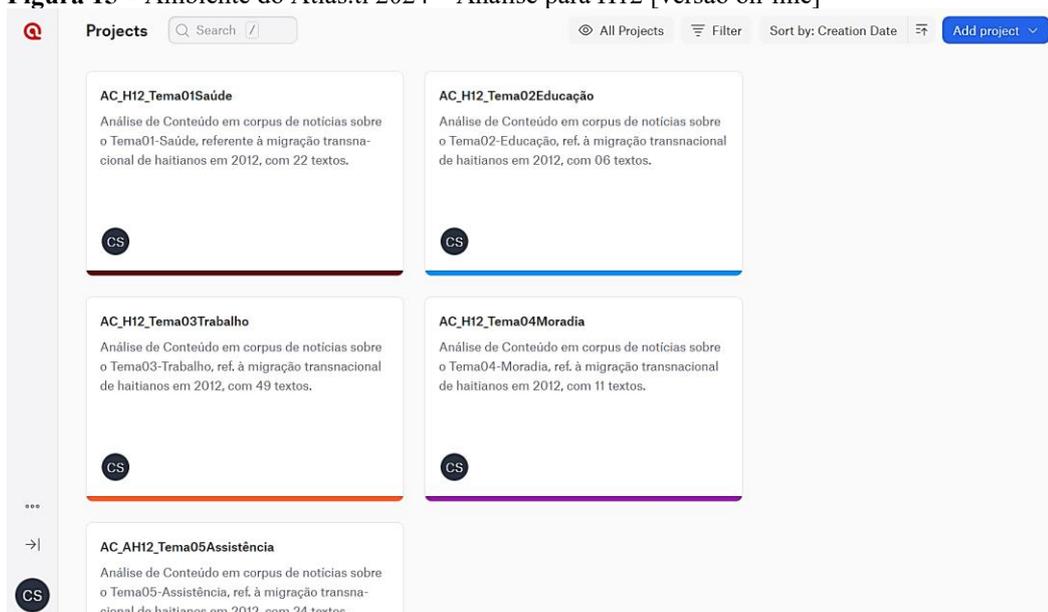
Em comparação ao ano 2012, é notável que também ali as referidas temáticas tiveram destaque, surgindo depois de “Trabalho”. Disso, refletimos sobre duas questões fundamentais. Primeira: se teve destaque, na imigração haitiana, a procura por emprego e renda no contexto em que o Brasil despontava como grande promessa entre as nações emergentes, líder regional e *player* da geopolítica; em 2017, o agravamento da crise venezuelana fez que milhares de seus nacionais buscassem os cuidados com saúde, alimentação e moradia nos países vizinhos, considerando a proximidade geográfica e a facilidade histórica da mobilidade humana naquela faixa de fronteira específica, embora a condição política e econômica do Brasil já tivesse se modificado significativamente. Em segundo lugar, observamos a baixa prioridade atribuída ao tema da “Educação” nos dois casos, denotando uma escolha editorial, mas também a pouca produção de fatos noticiáveis, isto é, a desimportância conferida pelo jornalismo colaborou para a ausência de debate público do tema a partir das notícias. Tratamos aqui de um conjunto de impressões gerais, razão porque retornaremos ao assunto no momento da análise.

Em seguida, após a leitura das notícias selecionadas, o objetivo é compor uma análise do conteúdo a partir desse grupo de textos, destacando seus trechos paradigmáticos, indicando o tratamento geral atribuído pelos portais na perspectiva dos direitos sociais (fundamentais de segunda dimensão) na cobertura jornalística feita com base no nosso recorte de investigação, relativamente a ambos os grupos migratórios: haitianos (2012) e venezuelanos (2017).

4.2.2 Cobertura das migrações transnacionais na perspectiva dos direitos sociais

A proposta de aprofundamento qualitativo neste subitem foi possível pela utilização de recursos disponíveis no *software Atlas.ti*, como mencionado no tópico acima. Obtivemos uma assinatura mensal para estudante por cerca de US\$8,00 (oito dólares americanos), por meio da qual acessamos os recursos disponíveis até 19 de março de 2024. Na versão *web*, criamos um projeto por categoria (direito social e termos correlatos), como ilustrado na Figura 15:

Figura 15 – Ambiente do Atlas.ti 2024 – Análise para H12 [versão on-line]



Fonte: <https://web.atlasti.com/projects> (2024).

Em cada descrição categorial, são informados os seguintes itens: título da categoria (é o tema analisado), grupo, ano e quantidade de textos. Ao clicar sobre o quadro, abre-se a tela de análise, na qual é possível fazer a leitura integral dos textos, marcar as citações e atribuir os códigos que indicam questões de destaque naquela citação. Na Figura 16, exibimos a página de gerenciamento de citações sobre a imigração de venezuelanos em 2017. Do lado direito da tela, observamos códigos relacionados às citações do *projeto* (Saúde), nome dado ao conjunto de textos por categoria, além do número de vezes em que cada código foi atribuído.

Figura 16 – Gerenciamento de Citações para V17-Saúde [Atlas.ti on-line]



Fonte: <https://web.atlasti.com/projects> (2024).

Creemos que esta tese pode trazer uma contribuição importante ao fornecer uma análise comparativa da cobertura jornalística realizada naqueles dois momentos por nós eleitos para o recorte temporal – e que acabam por delimitar a nacionalidade dos migrantes transnacionais: o ano 2012, com foco na migração haitiana; e o ano 2017, ao tratar da migração venezuelana. A seguir, apresentamos trechos paradigmas na cobertura de cada um dos direitos sociais, a fim de indicar pontos de vista e escolhas semânticas a respeito dessas categorias temáticas e, com isso, gerar analogias e distinções (aproximação e distanciamento) relativas às coberturas jornalísticas desses fenômenos migratórios. Isso nos permitirá construir um apanhado de inferências desde os respectivos momentos históricos e reconstituir trajetórias ao abordar os direitos humanos daqueles sujeitos naquela recente quadra histórica.

** Direito à Saúde: medo do surto de doenças erradicadas e ênfase na diferença cultural*

No contexto duma crescente chegada de imigrantes haitianos pelas fronteiras do Norte brasileiro, precisamente por cidades fronteiriças do Acre e do Amazonas, em 2012, os textos dos portais compreendidos neste recorte não enfatizaram os migrantes que se encontravam no Acre neste quesito Saúde. Já as notícias que tratam do Amazonas, seja sobre Tabatinga (na tríplice fronteira Brasil-Peru-Colômbia, por onde fluía a rota do estado) ou Manaus, podemos inferir que as questões de saúde e condições sanitárias dominaram o debate oportunizado pelo jornalismo. Enquanto as notícias que mencionavam Brasiléia (AC) focaram a incapacidade do governo local e regional de lidar com a crescente chegada de imigrantes e a necessidade de ter ajuda federal; Tabatinga (AM) foi palco de missão da ONG Médicos Sem Fronteiras (MSF),

que deu visibilidade nacional e internacional às questões médico-sanitárias e vulnerabilidades físicas e psicológicas dos migrantes que aguardavam a atuação da Polícia Federal na emissão de seus vistos de permanência no país, sem os quais não poderiam seguir para outras cidades e demais estados brasileiros em busca de oportunidades de trabalho. Em Manaus, o enfoque de boa parte das notícias foi o medo/risco de retorno de patologias já controladas no Brasil, mas com surtos no Haiti, a exemplo da cólera e da Aids, IST transmitida pelo vírus HIV.

Relativamente ao ano de 2017, foi a vez dos migrantes venezuelanos, entre indígenas e não indígenas, figurarem na cobertura jornalística do tema Saúde. A princípio, é preciso fazer importante distinção. Diferente daquilo que ocorreu aos haitianos, cujo perfil era de homens adultos ou de mulheres adultas, algumas delas chegando grávidas ao Brasil, havia, entre os venezuelanos, indígenas e não-indígenas, isto é, dois grupos étnicos com culturas distintas. Os textos apontaram que, na cobertura cuja ambiência foi o estado de Roraima, os não-indígenas foram destacados quanto à procura por atendimento médico-hospitalar deste lado da fronteira, apontada a falta de estrutura e de medicamentos em seu país de origem. Em relação aos textos cuja localização foi a capital amazonense, quase a totalidade retratou os *Warao* e as principais doenças que os acometeram (sobretudo crianças), reiterando a resistência dos pais em aceitar os tratamentos oferecidos pela medicina convencional nos hospitais de Manaus. Há trechos narrando suas crenças a partir de viés que lhes atribui sentido incivilizado e místico, a exceção de uma notícia, a qual trouxe uma iniciativa capaz de valorizar (ou ao menos tentar agregar) a atuação de líderes espirituais (os *xamãs*) em alguns tratamentos de saúde dos indígenas.

Do quadro geral, destacamos particularidades quanto à abordagem jornalística do tema Saúde, favorecendo a reflexão crítica no capítulo final da tese. No Quadro 17, sintetizamos os principais pontos de debate frisados nas notícias, distribuindo-as conforme os grupos:

Quadro 17 – Direito à Saúde na cobertura das migrações (assuntos e trechos)

Grupo	Assunto	Trecho
Haitianos (2012)	Doenças e óbitos	<p>- O secretário de Saúde do Estado, Wilson Alecrim, irá a Brasília (DF) para solicitar do governo federal recursos para o reforço na compra de insumos para o diagnóstico e tratamento do HIV e de outras doenças como cólera, febre amarela e sífilis, que são as doenças que mais afetam a população do Haiti” (Notícia 37, 27.01.12, ACT, assinada).</p> <p>- “A legislação brasileira não obriga os imigrantes a fazerem exame de HIV antes de entrarem no país. [...] Acreditamos que se não houver medidas eficazes, o índice de contaminação de HIV entre brasileiros pode aumentar”, secretária Graça Prola (Notícia 37, 27.01.12, ACT, assinada).</p> <p>- HIV, sífilis, hepatite A, B e C, leishmaniose, malária e cólera são algumas das doenças que deverão ser monitoradas (Notícia 55, 01.02.12, ACT, assinada).</p>

<p>Higiene Precária e Vulnerabilidade</p>	<p>- “O Haiti vive uma epidemia de cólera, uma doença de veiculação hídrica”, disse Freire. No Amazonas, o último caso registrado de cólera foi em 1998. (Notícia 72, 10.02.12, ACT, não assinada).</p> <p>- As hospedarias da cidade estão superlotadas. Sem espaço, muitos ficam no chão mesmo. A falta de estrutura e de higiene provoca doenças. [...] “A maioria chega com dores estomacais, gastrite, desidratação. Isso é por causa da alimentação inadequada e da viagem”, explica Janildo Moraes Bezerra, gerente do posto de saúde (Notícia 04, 07.01.12, G1, replicação).</p>
<p>Igreja e Sociedade Civil</p>	<p>- Desde que a imigração começou, há pouco mais de um ano, as ações de assistência aos haitianos se limitaram a medidas de padres da igreja católica, algumas igrejas evangélicas e voluntários da sociedade civil (Notícia 02, 05.01.12, ACT, assinada).</p> <p>- A Casa de Retiro dos Frades, com a ajuda de assistentes sociais, oferece a alimentação, encaminha para exames médicos e orienta a tirar o cadastro de pessoas físicas (CPF) e a carteira de trabalho e previdência social (CTPS) (Notícia 83, 14.02.12, ACT, assinada).</p>
<p>Saúde Mental</p>	<p>- “O nosso próximo passo é oferecer apoio em saúde mental a essa população. Vários deles estão apresentando distúrbios de sono e crises de ansiedade”, afirma Renata Silva (Notícia 01, 05.01.12, ACT, assinada).</p> <p>- Sua vida foi novamente afetada por um revés, que desta vez provocou quadros de ansiedade e depressão, segundo confirmou à Agência EFE Roberto Chavez, um dos três médicos que existem no lugar (Notícia 110, 31.03.12, G1, replicação).</p>
<p>Omissão do Poder Público</p>	<p>- De acordo com Renata, não há uma política de assistência por parte das autoridades [...] (Notícia 01, 05.01.12, ACT, assinada).</p> <p>- O prefeito de Tabatinga, Saul Bemerguy, transferiu para o governo federal a obrigação de prestar auxílio aos haitianos. “Acho que quem tem mais obrigação é o governo federal. Foi o ex-presidente da República que disse que o Brasil é um país de todos e disse para os haitianos virem para cá. Isso deve ser resolvido pelo Itamaraty” (Notícia 02, 05.01.12, ACT, assinada).</p> <p>- Falta de mobilização das autoridades públicas locais e há omissão do governo federal no auxílio aos imigrantes (Notícia 07, 10.01.12, ACT, não assinada).</p>
<p>Atenção em Saúde e recursos</p>	<p>- As Secretarias Estadual de Saúde do Amazonas (Susam) e Municipal de Saúde de Manaus (Semsam) realizarão [...] o cadastro dos haitianos residentes em Manaus no Sistema Único de Saúde (SUS) para concessão do cartão do SUS. O cadastro para a concessão do cartão, que garante o acesso aos serviços oferecidos na rede pública, será realizado em todas as unidades básicas de saúde (UBS) da capital (Notícia 96, 28.02.12, G1, não assinada).</p> <p>- Portaria do Ministério da Saúde que libera R\$ 1,3 milhão por ano ao estado do Acre para garantir atendimento médico aos imigrantes haitianos (Notícia 20, 19.01.12, G1, replicação).</p> <p>- O Amazonas, que tem 4,6 mil imigrantes, vai receber R\$ 540 mil e o Acre, com o registro de 1,4 mil imigrantes, ficará com R\$ 360 mil. Essa não é a primeira liberação de recurso do governo para ajuda aos imigrantes (Notícia 50, 30.01.12, ACT, replicação).</p>

Venezuelanos (2017)	Atendimentos a Estrangeiros RR	<p>- No pronto atendimento do Hospital Geral de Roraima, o atendimento a estrangeiros subiu 380% nos dois últimos anos, saltando de 320, em 2014, para 1.240, em 2016 (Notícia 06, 18.02.17, AMZ, não assinada).</p> <p>- No hospital da cidade fronteiriça de Pacaraima, aproximadamente 80 por cento dos pacientes são venezuelanos, e mulheres venezuelanas contabilizaram mais da metade das visitas pré-natais entre janeiro e agosto de 2016 (Notícia 21, 18.04.17, AMZ, não assinada).</p> <p>- A Human Rights Watch aponta a sobrecarga do sistema público de saúde de Roraima como um dos mais graves efeitos da crise migratória entre Brasil e Venezuela (Notícia 21, 18.04.17, AMZ, não assinada).</p>
	Doenças e óbitos	<p>- “A gente já identificou alguns casos aqui de tuberculose e de catapora. Há uma preocupação com várias doenças que podem vir junto com esse grupo para a cidade” (Notícia 24, 08.05.17, AMZ, não assinada)</p> <p>- Os casos mais comuns de doenças encontradas entre os membros dos grupos que estão em Manaus são catapora, conjuntivite, pneumonia e tuberculose (Notícia 41, 25.05.17, ACT, não assinada).</p> <p>- [...] um indígena warao adulto morreu, de causa ainda não definida, e um bebê de seis meses morreu em decorrência de infecção generalizada, iniciada a partir de catapora (Notícia 34, 15.05.17, ACT, não assinada).</p> <p>- No último domingo (14), uma criança <i>Warao</i> de nove meses morreu, vítima de pneumonia (Notícia 36, 16.05.17, AMZ, não assinada).</p>
	Indígenas Warao	<p>- [...] A criança foi levada ao SPA mesmo com a resistência dos pais, que por conta de sua etnia, acreditam em outros métodos de cura (Notícia 40, 24.05.17, ACT, não assinada).</p> <p>- As ações de saúde voltadas aos indígenas venezuelanos da tribo <i>Warao</i>, que estão em Manaus desde o último mês de dezembro, terão a atuação direta dos líderes e xamãs que se prontificaram a acompanhar os tratamentos prescritos pelos médicos da rede municipal de saúde (Notícia 41, 25.05.17, ACT, não assinada).</p> <p>- Projeto “Consultório na Rua”, da Sems. Segundo o coordenador [...], o resultado da roda de conversa pode ser considerado um avanço porque esses líderes passarão a se organizar para falar por eles, numa linguagem que eles, indígenas, entendem (Notícia 41, 25.05.17, ACT, não assinada).</p>
	Omissão do Poder Público	<p>- [...] a responsabilidade pelo atendimento aos imigrantes cabe aos três entes federativos, União, Estado e Município, sendo necessário que os órgãos em cada esfera assumam suas responsabilidades. Conforme a Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (Notícia 34, 15.05.17, ACT, não assinada).</p> <p>- O Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) requisitou de secretarias municipais, estaduais, da Fundação Estadual do Índio (FEI), da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Distrito Sanitário de Saúde Indígena (DSEI) de Manaus informações sobre plano emergencial integrado entre os diversos órgãos públicos para atendimento à saúde dos indígenas venezuelanos <i>Warao</i> (Notícia 34, 15.05.17, ACT, não assinada).</p>

		<p>- A situação dos imigrantes indígenas venezuelanos em Manaus tem sido acompanhada pelo MPF no Amazonas, por meio Inquérito Civil Público instaurado em março de 2017. No último levantamento realizado em maio deste ano, foi identificada a presença de mais de 400 indígenas da etnia Warao na capital (Notícia 54, 01.07.17, ACT, não assinada)</p>
	<p>Atenção em Saúde e recursos</p>	<p>- “Nós temos uma parceria com a Secretaria Municipal de Saúde para que sejam feitos exames, por exemplo, além da questão das vacinas. Depois é feito o atendimento na UBS [...] e, se tiver problema que precise internação, vai para as unidades de saúde do estado” (Notícia 43, 28.05.17, ACT, não assinada).</p> <p>- “O que nós queremos verdadeiramente é a inclusão do governo federal e do governo do Amazonas nas ações que tem como objetivo dar uma solução a curto prazo para o drama dos venezuelanos indígenas <i>Warao</i> que estão em Manaus desde o início de dezembro do ano passado. Quando eles aqui chegaram eram um grupo de 35 pessoas. Hoje nós já temos mais de 350. A situação é verdadeiramente de emergência”, Elias Emanuel, então titular da Semmasdh (Notícia 24, 05.05.17, AMZ, não assinada).</p>

Fonte: Elaborado por Cristiane N. A. de Souza (2024).

Nesta análise fundamentada na leitura dos trechos paradigmáticos, destacamos os dois aspectos que se coadunam com os objetivos da investigação por serem exemplos concretos de como o jornalismo – considerado o recorte – localizou o **Direito à Saúde** em ambos os casos. Em 2012, as ações em saúde para os haitianos estavam pautadas sobretudo numa estratégia de vigilância em relação a possíveis patologias que já estariam erradicadas no Brasil, por meio de testagem e vacinação em mutirões realizados nos locais de abrigo e pouca importância a temas como a saúde mental (alertado pela MSF) e a atenção básica e preventiva (abordado em notícia sobre a emissão de carteiras nacionais do SUS na rede municipal | UBS).

Quanto aos venezuelanos, notadamente os *Warao* na cidade de Manaus, o Ministério Público Federal (MPF) mobilizou-se, dada a dupla condição de vulnerabilidade – refugiados e indígenas, por inquérito civil e recomendações, frisando a responsabilidade do poder público, nas esferas local, estadual e federal, para garantir o **acesso universal à saúde**. A maior parte das notícias em Roraima abordou a alta demanda nos hospitais de Pacaraima e Boa Vista, que obsta a concretização desse direito; e as notícias no Amazonas destacaram, em grande parcela, a resistência desses indígenas ao tratamento médico e os óbitos por pneumonia e tuberculose, duas patologias totalmente curáveis na atualidade, por ingestão medicamentosa.

* *Direito à Educação: barreira do idioma, educação infantil e a cultura do povo Warao*

A Educação é um dos principais direitos sociais garantidos pelo Estado brasileiro em sua Constituição Federal de 1988, além, é claro, de ser direito humano assegurado por países que desejam despontar em termos de desenvolvimento social e econômico, incluindo-se como

predicados a qualidade da ciência produzida por seus pesquisadores, o número de patentes e o seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Mas, por se tratar de direito humano, deve ser assegurado a todos, indistintamente, ao demandarem do Estado e atenderem os requisitos para ingresso no sistema público de ensino. Nossa delimitação conduz estas observações gerais ao *corpus* sob análise, mas antes, frisamos haver poucos textos do tema, em oposição a trabalho (haitianos), assistência (venezuelanos) e saúde (os dois grupos). Tal quantitativo indica que as preocupações centrais dos atores envolvidos, a opinião pública e a pauta jornalística, nos dois momentos observados, buscaram discutir outras questões, tidas como mais urgentes.

Dito isso, fazemos um apanhado sobre os principais rumos do debate sobre o direito à educação relativamente a cada grupo nos respectivos períodos. No caso dos haitianos (2012), observamos que a educação é acionada a partir de dois sentidos. O primeiro e mais notável diz respeito ao idioma, haja vista que eles são um povo francófono e falantes do créole (derivação do francês) e poucos deles já haviam tido contato com o português antes de pisarem em solo brasileiro. Por esse motivo, a demanda inicial foi voltada ao **aprendizado da língua falada no Brasil**, com o objetivo de melhorar a comunicação com os brasileiros e viabilizar obtenção de emprego e renda. O segundo aspecto também tem relação com a empregabilidade no Brasil e trata da busca por formação complementar, em nível técnico ou superior. De fato, boa parte dos migrantes do país caribenho buscavam instrumentalizar o aspecto educacional em torno de seu objetivo principal: colocação no mercado de trabalho. Em alguns casos, no entanto, a **formação superior** foi priorizada, como a graduação em Engenharia na UFSCar, viabilizada por um edital humanitário do MEC para dar oportunidade de estudo a universitários haitianos após o sismo de 2010. Por fim, destacamos o caso de uma jovem esperançosa para prosseguir os estudos: o primeiro passo seria o aprendizado da língua portuguesa, depois sua **formação técnica** e, por fim, a graduação em Enfermagem. Em geral, por terem o **perfil de diáspora**, os haitianos que deixam o país de origem têm a sua formação básica completa e, em muitos casos, falam vários idiomas (no mínimo três) e possuem curso superior.

As notícias que abordaram Educação, também no caso da imigração venezuelana, foram compatíveis com cada perfil, indígenas ou não indígenas. Diferente dos haitianos, que quase sempre chegavam em grupos de homens adultos e de mulheres em idade laboral, nestes havia crianças em fase escolar tanto entre os indígenas quanto entre os não indígenas, constituindo aí sua principal necessidade: vagas **na rede pública de ensino**, com demanda crescente na cidade de Boa Vista (RR). Já a interiorização para a capital amazonense foi principalmente de grupos formados por indígenas, pressionando o poder público a formular política pública para atender à demanda educacional das crianças, ao mesmo tempo viabilizando a comunicação em língua

portuguesa e respeitando sua língua materna. A proximidade entre o espanhol e o português possibilitou conversações cotidianas, mas foi insuficiente para facilitar o ingresso no mercado de trabalho. Outrossim, ofertaram-se **cursos de língua portuguesa**, a exemplo de iniciativa da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), com um edital para apoiar os refugiados nesse quesito. Por fim, foram citadas capacitações na área de empreendedorismo voltadas a artesãos indígenas, mas que julgamos ter correlação mais direta com o tema seguinte, Trabalho.

No Quadro 18, fazemos uma síntese dos assuntos mais proeminentes em cada caso, os quais são ancorados por trechos extraídos das notícias. Ao todo, foram analisados seis textos dentre os 150 do primeiro grupo (2012) e outros quatro dentre 84 referentes a 2017:

Quadro 18 – Direito à Educação na cobertura das migrações (assuntos e trechos)

Grupo	Assunto	Trecho
Haitianos (2012)	Aprendizado da Língua Portuguesa	<p>- Rose tem aulas de português duas vezes por semana na Paróquia e diz que já aprendeu o alfabeto, a contar, ler e escrever na nova língua. Na opinião dele, é necessário conhecer o idioma para poder se expressar corretamente e, o mais importante, conquistar a independência [...] (Notícia 25, 24.01.12, ACT, assinada).</p> <p>- Formular uma frase simples pode levar vários minutos quando não se conhece o idioma do país em que se está vivendo. “Eu estou aprendendo português, mas é muito difícil”, diz Charles Maitre, 34, com o sotaque forte de quem nasceu em Porto Príncipe, capital do Haiti, e vive no Brasil há apenas três meses (Notícia 25, 24.01.12, ACT, assinada).</p> <p>- Para Martin Wikendi, que tem noções do português e já adotou como hábito levar um dicionário consigo, o curso vai ajudar a “aprender muitas palavras e verbos” para fazer novos amigos brasileiros (Notícia 111, 03.04.12, G1, não assinada).</p>
	Formação Técnica	- “Eu continuo sonhando com a profissão de enfermeira. Agora, quero exercê-la em Manaus, que me acolheu”, disse Sabine Beauvoir, 27, que pretende melhorar o idioma português, terminar o ensino médio e fazer um curso técnico de Enfermagem (Notícia 83, 14.02.12, ACT, assinada).
	Formação Superior	<p>- Depois de seis meses aprendendo a língua portuguesa na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), cinco jovens haitianos começaram os cursos de graduação. O objetivo deles é voltar e reconstruir o país, destruído por um terremoto em janeiro de 2010. Todos estudavam em universidades do Haiti quando aconteceu a catástrofe (Notícia 122, 25.04.12, G1, não assinada).</p> <p>- “Tem bastante diferença no nível do ensino, porque o volume de trabalho a fazer aqui é bem diferente”, explicou. Segundo o professor do departamento de Engenharia Civil Simar Vieira de Amorim, Mayard ainda tem algumas deficiências que podem ser sanadas na Universidade. “Ele vai levando para o país dele uma contribuição brasileira”, destacou (Notícia 122, 25.04.12, G1, não assinada).</p>
	Igreja e Sociedade Civil	- As Paróquias de São Geraldo , no bairro Nossa Senhora das Graças, zona Centro-Sul, e de São Sebastião , no Centro de Manaus, oferecem aulas semanais de português aos haitianos residentes em Manaus. O curso acontece às segundas e quartas na Paróquia de São Geraldo e atende,

		gratuitamente, todos os que tiverem interesse em aprender a língua (Notícia 25, 24.01.12, ACT, assinada).
	Atuação do Poder Público	<p>- Os novos projetos, segundo informou a Ufam, terão atividades específicas, e vão destacar o envolvimento de alunos de graduação das licenciaturas em línguas estrangeiras que darão apoio, principalmente, no que diz respeito ao ensino da língua portuguesa, considerado pelos haitianos como o principal obstáculo para colocação no mercado de trabalho (Notícia 38, 27.02.12, G1, não assinada).</p> <p>- Os haitianos foram para UFSCar com apoio do Ministério da Educação (MEC). Só outras três universidades em todo o país aderiram ao Programa de Ajuda Humanitária. Os estudantes recebem uma bolsa de estudos de R\$ 750 por mês e as refeições no restaurante universitário (Notícia 122, 25.04.12, G1, não assinada).</p> <p>- Aproximadamente 40 haitianos que estão em Cascavel, no Oeste do Paraná, começaram na segunda-feira (2) um curso de língua portuguesa [...] O ensino é oferecido pela Faculdade Assis Gurgacz (FAG) e a Secretaria Municipal de Educação, por meio do Centro Educacional Paulo Freire, que coordena a educação de jovens e adultos (EJA) (Notícia 111, 03.04.12, G1, não assinada).</p>
Venezuelanos (2017)	Aprendizado da Língua Portuguesa	<p>- A diretora, Maria de Jesus, diz que é uma forma de mostrar aos 20 alunos estrangeiros que eles são bem vindos. “Na escola eles vão ser alfabetizados e terão todo o ensino em português (Notícia 22, 20.04.17, AMZ, não assinada). De Boa Vista (RR).</p> <p>- O ideal seria que as crianças tivessem ensino regular, aprendendo a língua portuguesa para terem oportunidades de emprego no futuro e facilidade em se comunicar, assim como os adultos também deveriam ser alvo dessas ações (Notícia 72, 26.09.17, ACT, assinada).</p>
	Educação Infantil para não indígenas	<p>- Os alunos estrangeiros participam do mesmo programa de ensino que os brasileiros e recebem os mesmos materiais como farda, cadernos, livros e lápis (Notícia 22, 20.04.17, AMZ, não assinada). De Boa Vista (RR).</p> <p>- [...] Atualmente [novembro de 2017] são 646 estudantes estrangeiros, sendo 564 deles de origem venezuelana. Há dois anos, apenas 53 alunos venezuelanos estavam matriculados nas escolas de Boa Vista (Notícia 77, 28.11.17, AMZ, não assinada). De Boa Vista (RR).</p>
	Educação Infantil para indígenas	<p>- “Agora recebemos comida, as crianças e os adultos têm aula para aprender a ler e escrever em Warao e também em português e alguns têm trabalho” (Notícia 65, 28.08.17, ACT, assinada).</p> <p>- Um dos grandes desafios com relação aos imigrantes indígenas venezuelanos da etnia <i>Warao</i> que estão morando em Manaus é a educação de crianças e adolescentes. A Prefeitura de Manaus pretende criar turmas em abrigos para oferecer ensino aos indígenas, mas a frequência não será obrigatória e tampouco serão ministrados conteúdos previstos pela lei de diretrizes e bases (LDB) (Notícia 72, 26.09.17, ACT, assinada).</p> <p>- Os alunos também não frequentarão escolas e as aulas ficarão sob responsabilidade de indígenas da etnia Warao sem qualquer formação para exercer a função (Notícia 72, 26.09.17, ACT, assinada).</p> <p>- Segundo a prefeitura, o objetivo é “fortalecer e preservar a língua e cultura maternas”. No entanto, o decreto estabelece que é “responsabilidade da</p>

	<p>Semed a inclusão da criança e do adolescente indígena na rede municipal de ensino” (Notícia 72, 26.09.17, ACT, assinada).</p>
<p>Capacitação de Professores</p>	<p>- "Não falo espanhol e existe uma dificuldade para eles entenderem o que eu explico. Quando falo para a turma toda eles não conseguem assimilar o que estou falando. Preciso fazer um trabalho individualmente", contou [...] (Notícia 22, 20.04.17, AMZ, não assinada). De Boa Vista (RR).</p> <p>- A Coordenação Municipal de Ensino Infantil e Fundamental deve elaborar um plano para que ocorra capacitações em espanhol aos professores da rede pública a partir do segundo semestre (Notícia 22, 20.04.17, AMZ, não assinada). De Boa Vista (RR).</p>
<p>Intercâmbio Cultural</p>	<p>- Sobre a relação com brasileiros, as professoras dizem que eles são recebidos com naturalidade. "Os demais alunos acham curioso e ficam pedindo para ensinarem palavras em espanhol para eles" [...] (Notícia 22, 20.04.17, AMZ, não assinada). De Boa Vista (RR).</p> <p>- Não acredito que possa prejudicar e sim que deve somar. Eles têm contato e interação com uma outra língua" (Notícia 22, 20.04.17, AMZ, não assinada). De Boa Vista (RR).</p> <p>- O município estuda a possibilidade de inserir a disciplina de língua espanhola dentro da grade curricular de ensino. "É uma ação que requer um planejamento, pois envolve vários fatores como a contratação de profissionais capacitados, custos e adequação [...] (Notícia 77, 28.11.17, AMZ, não assinada). De Boa Vista (RR).</p> <p>- As escolas Jânio Quadros e Menino Jesus, por exemplo, fazem o trabalho de legenda espanhola em murais da escola, na recepção, porta de salas de aula, banheiros e até na cantina [...] (Notícia 77, 28.11.17, AMZ, não assinada). De Boa Vista (RR).</p>

Fonte: Elaborado por Cristiane N. A. de Souza (2024).

Apresentados os trechos paradigmáticos extraídos de ambos os conjuntos de notícias, retomamos uma perspectiva geral do tema. O Direito à Educação é uma demanda social mais ampla do que a simples inserção de sujeitos no sistema estatal de ensino, embora saibamos da centralidade do aspecto. Outrossim, frisamos, em relação aos haitianos, que a **Igreja Católica** teve um papel de destaque nas ações de ensino de língua portuguesa em Manaus, com líderes e entidades religiosas mostrando-se sensíveis ao fato de que o aprendizado do idioma falado no Brasil facilitaria o ingresso no mercado de trabalho. Inclusive, **políticas públicas nem sempre derivam de ações governamentais**, embora haja expectativa geralmente pela atuação estatal e, na omissão, podem ser providenciadas por outros meios. Um projeto extensionista da **Ufam** deu ênfase ao aprendizado da língua portuguesa; enquanto curso desse idioma foi ofertado durante o processo de interiorização, na cidade de Cascavel (PR), derivado de uma parceria interinstitucional que envolveu o município. Já o **MEC**, quanto à educação superior, criou um Programa de Ajuda Humanitária com o objetivo de apoiar universitários do Haiti, ofertando

bolsas pagas em real e alimentação, mas apenas quatro universidades federais se dispuseram a participar da iniciativa, dentre as quais a **UFSCar**, citada na notícia.

No caso dos imigrantes venezuelanos, quase todos ingressaram no país sob a proteção jurídica de refúgio. Outra particularidade, como sabemos, é que a maioria dos que chegaram a Manaus era formada por indígenas, e isso teve reflexo no modo como o Direito à Educação foi tratado na região fronteira e na capital do Amazonas. Em Roraima, grupos não indígenas com crianças em idade escolar demandaram vagas na educação infantil em Pacaraima e Boa Vista, ao que, pelo teor dos textos, o governo local atendeu. Além disso, houve **preocupação em capacitar professores da rede, intermediar a comunicação pela atuação de técnicos hispano-falantes e criar um ambiente escolar mais receptivo**, com uso de placas de tradução para o espanhol em diversos recintos escolares, por exemplo. Quanto aos *Warao* em Manaus, o Direito à Educação focou em **preservar cultura e língua maternas** ao contratar, entre os próprios indígenas, quem pudesse ensinar crianças e adolescentes, dispensados de ir a escolas e seguir temas da LDB, diferente do caso anterior. Apesar de ser proposta atenta às diferenças culturais, o texto frisa que os contratados não têm formação superior. Projetos assim precisam, cremos, de participação ativa de pesquisadores da Educação e da Antropologia, pois agregam várias nuances, o que não percebemos ter sido problematizado para além das críticas veladas.

** Direito ao Trabalho: mão de obra barata, interiorização e informalidade*

O trabalho é um dos direitos sociais mais amplamente protegidos pela Constituição de 1988, sobretudo no seu artigo 7º. Assim como todas as pessoas devem ter garantidas saúde e educação, cujo lastro está na garantia da dignidade humana, o trabalho tem função de conferir vida digna baseada em autonomia e contribuição individual ao desenvolvimento da sociedade. Idealmente, é com o salário que o trabalhador mantém a si e aos seus familiares, acessando o sistema financeiro e consumindo bens e serviços. Citado direito ganha força pela paulatina incorporação das convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) às legislações dos países que as subscreveram. Frisa-se, contudo, que o trabalho compreende sentidos outros para além da dicotomia que objetivamente o constituiu, pela qual há, de um lado, produção de riqueza e lucro do empregador e, de outro, contrapartida pecuniária assegurada ao empregado, no conjunto consolidado de direitos que, no Brasil, têm sido flexibilizados – sobretudo pela Reforma Trabalhista de 2017, levada a cabo pela Lei N. 13.467, de 13 de julho daquele ano.

Na esteira de um olhar ampliativo sobre tal direito social, uma diversidade de assuntos foi abordada na categoria. No tópico anterior, já destacamos a sua centralidade para a migração haitiana, tendo sido a principal motivação daquele deslocamento, por uma ordem complexa de

fatores que deram ao Brasil visibilidade como “**terra de oportunidades**” para cerca de 6 mil haitianos que aqui chegaram entre os anos 2010 e 2012 (este último é nosso recorte temporal). Os motivos são muitos, mas podemos citar desde a imagem projetada ao assumir o comando da intervenção **Minustah**, em 2004, até o ideário do Brasil como uma **nação acolhedora** (visão idílica), com extensa área de **fronteira pouco guarnecida** e **política migratória flexível** (em comparação a Estados Unidos e Canadá), estes sim, dois dos destinos mais almejados por jovens “*diásporas*” que historicamente deixam o Haiti. Além disso, em dois anos, o Brasil sediaria a Copa do Mundo de Futebol (2014) e, em quatro (2016), o Rio de Janeiro receberia os Jogos Olímpicos, eventos capazes de projetar este país com ainda mais força, atraindo investimentos em energia, infraestrutura e outros setores, gerando milhares de postos de trabalho.

Relativamente à migração venezuelana, nosso esforço inicial é caracterizá-la a partir de dois perfis *a priori*: não indígenas e indígenas. A distinção ajuda localizar o tema analisado relativamente a cada grupo. Antes, enfatizamos que a motivação geral para esse deslocamento foi a falta de itens essenciais à população, tais como alimentação e medicamentos. Dentre as causas mais evidentes estão, de um lado, a política nacionalista e autoritária de Maduro e, de outro, uma série de sanções econômicas impostas pelos EUA à Venezuela. As consequências imediatas da escassez foram sentidas pela população pobre, que viu na travessia de fronteiras a solução para amenizar a fome e tratar as enfermidades. O Trabalho não teve, entre refugiados venezuelanos, a mesma centralidade observada quanto aos imigrantes haitianos, com reflexo até mesmo no número de notícias sobre essa temática no ano de 2017: foram 10 textos contra quase cinco vezes mais (49) publicados no contexto da imigração haitiana, em 2012.

Situada a diferença fundamental, vamos à análise. Das dez, quatro notícias abordam não indígenas. Ali aparecem algumas das ocupações exercidas por eles em Manaus, como vendedor ambulante, pedreiro, carreteiro e estivador etc., o que poderia indicar baixa escolaridade ou dificuldade de se inserir no mercado em cargos que exigiriam fluência em língua portuguesa. Historicamente, os países que mais atraem imigrantes, como os EUA, relegam ao contingente, de maneira geral, **os postos de trabalho desprezados pelos nacionais**, fato que independe da escolaridade dos estrangeiros. Situação semelhante foi experimentada pelos venezuelanos não indígenas no Brasil. Quanto aos indígenas, sua expertise reside em atividades de caça e pesca, inviáveis no contexto dos abrigos, e na produção de artesanato e utensílios. No último caso, os textos evidenciaram a preocupação do poder público, por seus órgãos de assistência social, de incentivar essas habilidades, seja provendo os **insumos para a produção de artesanato**, seja, por exemplo, **divulgando a venda de redes trançadas** nos próprios abrigos onde as famílias de refugiados estavam instaladas, na cidade de Manaus.

No Quadro 19, sintetizamos o resultado da análise de conteúdo das notícias relativas à temática Trabalho, para ambos os grupos, destacando com trechos exemplificativos:

Quadro 19 – Direito ao Trabalho na cobertura das migrações (assuntos e trechos)

Grupo	Assunto	Trecho
Haitianos (2012)	Política Migratória	<p>- O Brasil não é um país fácil para conseguir permissão de trabalho e residência. No entanto, fez vista grossa à entrada de imigrantes de países mais pobres e aprovou anistias periódicas. "São dadas mais oportunidades ao imigrante ilegal e pobre que ao legal para obter o status de residente e visto de trabalho, fruto de uma política baseada na solidariedade com os países pobres", explica Stuenkel, para quem o país, impedido de controlar suas gigantescas fronteiras, enfrenta um "difícil dilema" (Notícia 09, 11.01.12, G1, replicação).</p> <p>- Para efeitos comparativos, em 2010, o Brasil emitiu 7.550 vistos de trabalho para norte-americanos. Não faz sentido usar a expressão 'invasão' para pessoas que querem vir trabalhar aqui', diz. 'São imigrantes irregulares, e não um exército' (Notícia 10, 12.01.12, G1, replicação).</p> <p>- [...] os haitianos que já se encontram no Brasil [cerca de 4 mil à época] terão sua situação regularizada, recebendo autorização de residência que lhes dará direito a morar e trabalhar aqui (Notícia 11, 12.01.12, G1, replicação).</p> <p>- [...] Pela Resolução nº 97/2012 do CNIg, definiu-se que a embaixada do Brasil no Haiti passaria a conceder cem vistos de trabalho ao mês para haitianos que quisessem morar no país. Paralelamente, a Polícia Federal passou a barrar haitianos sem visto nas fronteiras (Notícia 116, 10.04.12, G1, replicação).</p> <p>- O documento [visto] terá validade de cinco anos e para obtê-lo não será necessário comprovar qualificação ou vínculo com empresa (Notícia 14, 12.01.12, G1, replicação).</p> <p>- Os haitianos não vão conseguir um visto para ir ao EUA ou Canadá. A chegada dos haitianos ao Brasil é um fenômeno muito recente e ocorre a partir do terremoto de 2010. [...] Como todas as outras fronteiras estão fechadas, eles procuram novas, que estão abertas, mas também porque o haitiano sempre teve uma relação de idílio [amor, carinho] com o Brasil, com sua cultura, com seu povo, sobretudo com o futebol. E a situação do Brasil é muito mais interessante porque é um país em construção. [...] De fato, há trabalho que nem todos os brasileiros querem fazer por conta do baixo salário [...] (Notícia 65, 06.02.12, ACT, assinada).</p>
	Direitos Trabalhistas	<p>- O custo por trabalhador ficou mais barato para a empresa e, de julho do ano passado para janeiro deste ano, caiu de R\$ 1500 para R\$ 850 por funcionário haitiano (Notícia 15, 12.01.12, G1, assinada).</p> <p>- A fábrica em que Odilon trabalha emprega 531 pessoas, das quais 76 são haitianos. Desde que foram contratados, todos os imigrantes recebem alojamento provido pela empresa, além de transporte e alimentação na fábrica (Notícia 35, 26.01.12, ACT, assinada).</p> <p>- "Nós já estamos com quase cinco mil imigrantes haitianos em Manaus [...]. 'As empresas que vêm aqui oferecer vagas vêm com tudo claro (proposta, benefícios, valores de salários, documentos), ainda o Ministério do Trabalho acompanha de perto esse processo" – Padre Gelmino. (Notícia 74, 11.02.12, ACT, assinada).</p>

<p>Oportunidades de Trabalho</p>	<p>- Grupos de imigrantes haitianos já se instalaram no Norte, Centro-Oeste, Sudeste e no Sul do Brasil. Em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e em Chapecó, Santa Catarina, eles estão sendo contratados para trabalhar em fábricas e na construção civil (notícia 17, 13.01.12, G1, replicação).</p> <p>- A empresa afirma que selecionou os haitianos por causa da falta de mão de obra local [no Rio Grande do Sul]. E que já pensa em ampliar o quadro de estrangeiros [...]" (Notícia 32, 25.01.12, G1, replicação).</p> <p>- Na fazenda em Andradas [MG], os haitianos têm carteira de trabalho assinada e cada um recebe, em média, R\$ 670 por mês, além de cesta básica (Notícia 92, 24.02.12, G1, replicação).</p> <p>- O menor salário é de R\$ 622 por mês para o pessoal que lida com o campo. Serviço não falta. Neste período de entressafra da cana, o galpão fica cheio de máquinas esperando por uma revisão. Quem chega com curso superior consegue um cargo melhor, mas todos têm carteira de trabalho assinada e direito a um seguro saúde (Notícia 105, 20.03.12, G1, replicação).</p> <p>- [...] Cerca de cem haitianos foram embora de Manaus para trabalhar em São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais, Paraná e Tocantins, a convite de empresários que vieram à capital amazonense para recrutá-los. Os selecionados terão, além de salário, auxílio transporte e alojamento para morar (Notícia 104, 13.03.12, G1, assinada).</p> <p>- [...] os outros imigrantes foram em busca de melhores oportunidades de trabalho em estados como São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná. Para os dois últimos, foram enviados cerca de 800 haitianos com trabalho garantido, passagens pagas, além de alojamento e alimentação gratuitos por dois ou três meses (Notícia 124, 14.06.12, ACT, assinada).</p>
<p>Fiscalização trabalhista</p>	<p>- Deslocamento de trabalhadores para outros estados deve obedecer às regras da Instrução Normativa n. 76, de 15 de maio de 2009 [...] (Notícia 39, 27.01.12, ACT, assinada).</p> <p>- Já existem rumores de que pessoas estariam vindo do estado do Pará para aliciar esses homens e mulheres trazendo ofertas de trabalho que nem sempre condizem com a realidade (Notícia 44, 28.01.12, ACT, assinada).</p> <p>- Audidores da Superintendência Regional do Trabalho realizaram uma fiscalização na fábrica de cerâmicas, localizada em Nossa Senhora do Livramento, a 42 quilômetros de Cuiabá, para averiguar as condições de trabalho dos haitianos (Notícia 80, 13.02.12, G1, não assinada).</p> <p>- Uma empresária do litoral norte do Rio Grande do Sul está sendo investigada pela polícia por reter os documentos de quatro cidadãos haitianos. Após denúncias feitas à assembleia legislativa, os imigrantes, que trabalhavam sem carteira assinada, recuperaram os papéis e conseguiram novos empregos (Notícia 117, 18.04.12, G1, não assinada).</p> <p>- Quarenta e quatro haitianos chegaram à cidade de Igrejinha [Rio Grande do Sul] no início de novembro para trabalhar em um curtume. Ganharam emprego, alojamento e alimentação. No entanto, nove deles procuraram o Ministério Público para denunciar que estavam sendo submetidos a trabalho escravo (Notícia 147, 11.12.12, G1, não assinada).</p>
<p>Atuação do Poder Público</p>	<p>- [...] De janeiro a dezembro do ano passado [2011], 1.391 carteiras de trabalho foram emitidas para os imigrantes do país caribenho (Notícia 56, 01.02.12, ACT, assinada).</p>

		<p>- De janeiro à primeira quinzena de agosto de 2012 foram emitidas 1.878 carteiras de trabalho haitianos em Manaus, sendo 339 de imigrantes do sexo feminino e 1.539 do sexo masculino (N. 133, 26.08.12, G1, assinada).</p> <p>- O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), lançou a cartilha “Guia de informações sobre trabalho aos haitianos” (Notícia 150, 20.12.12, G1, não assinada).</p>
Venezuelanos (2017)	Indígenas Warao	<p>- Alguns dos indígenas que estão abrigados no Coroadó ocupam seu tempo a confecção de produtos artesanais que são vendidos nas ruas e no próprio local, servindo para sustento das famílias (N. 51, 14.06.17, ACT, assinada).</p> <p>- Trabalhar e buscar novos horizontes é um dos pensamentos primordiais dos indígenas venezuelanos <i>Warao</i> que estão desde o dia 1º no serviço de acolhimento institucional de adultos e família [...] (Notícia 51, 14.06.17, ACT, assinada).</p> <p>- Um dos indígenas [...] afirmou que ele e outros 24 indígenas do abrigo não conseguem emprego e estão vivendo da venda de artesanato, como sombreiros e apoios para painéis, mas sofrem com a falta de apoio (Notícia 72, 26.09.17, ACT, assinada).</p>
	Qualificação Profissional	<p>- Há a expectativa [SEAS] que a Secretaria de Estado do Trabalho (Setrab) ofereça cursos de qualificação e capacitação para os <i>Warao</i> (Notícia 50, 07.06.17, ACT, assinada).</p> <p>- “Eu adoro maquiagem em outras pessoas, meu sonho é fazer um curso de maquiadora e me tornar uma profissional dessa área”, revelou a venezuelana (Notícia 67, 13.09.17, ACT, assinada).</p>
	Auto-organização	<p>- Anibal Perez, uma das lideranças <i>Warao</i>, revelou que os indígenas pensam em se organizar em uma associação para explorar, além do artesanato, também as potencialidades do ramo pesqueiro (Notícia 51, 14.06.17, ACT, assinada).</p>
	Não indígenas	<p>- Um casal de vendedores ambulantes venezuelanos denuncia os fiscais da Subsecretaria Municipal de Feiras e Mercados (Subsempab) por agressão. Com hematomas nos braços e pernas, eles disseram que foram agredidos covardemente e acusados de desacato (Notícia 02, 11.01.17, ACT assinada).</p> <p>- [...] ele conseguiu um emprego como ajudante de pedreiro recentemente e alugou um quatinho no bairro Mundo Novo, na zona Norte, que divide com outro amigo venezuelano, mas esse ainda não arrumou um trabalho (Notícia 03, 08.02.17, ACT, assinada).</p> <p>- “[...] É preciso dizer também que somos mulheres fortes, que não temos medo de trabalhar para superar as nossas dificuldades. Pra mim, vender picolé é um trabalho como outro qualquer”, comentou Jorseily, que mora em Manaus há cinco meses (Notícia 67, 13.09.17, ACT, assinada).</p> <p>- Vindo de Boa Vista, onde morou por mais de um ano, ele [Franchi José Tochon, 28] chegou à capital amazonense há cerca de um mês, em busca de emprego, e limpa vidros de carros em sinais da Constantino Nery para se manter e enviar algum dinheiro para a esposa e os dois filhos (de 2 e seis anos), que ficaram na Venezuela (Notícia 75, 23.11.17, ACT, assinada).</p>
	Atuação do Poder Público	<p>- A própria <i>Seas</i> [...] pretende ajudar doando insumos para a produção de artesanato pelas famílias para que elas possam vender as peças nas feiras e centros de convivência da cidade (Notícia 50, 07.06.17, ACT, assinada).</p>

		<p>- [...] A Secretaria de Estado da Assistência Social informou que as redes podem ser adquiridas no próprio abrigo (Notícia 51, 14.06.17, ACT, assinada).</p> <p>- Segundo a Secretária Estadual de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Graça Prola, a prioridade do governo no momento é ajudar na geração de emprego e renda aos indígenas Warao. Uma das alternativas é a parceria com feiras de Manaus para venda de artesanato. Mas a barreira linguística e o perfil de trabalho ainda dificultam a inserção no mercado (Notícia 57, 09.07.17, AMZ, não assinada)</p> <p>- “A parte de alternativas de renda ainda está deixando a desejar, em razão da língua, que a gente precisa trabalhar o português, e também a questão do empoderamento deles na parte do empreendedorismo que a gente não tem ainda. Mercado de trabalho formal é mais difícil porque não temos vaga no comércio e na indústria. E a formação da maioria é agricultor, pescador e carreteiro, que são motoristas. Desse perfil não dá para colocar no mercado de trabalho. Aí a alternativa é o mercado informal e o empreendedorismo” (Notícia 57, 09.07.17, AMZ, não assinada).</p> <p>- A Secretaria Municipal de Educação (Semed) [...] está em processo de contratação de seis indígenas da própria etnia, que serão responsáveis pela “educação” de crianças e adolescentes da etnia e que serão escolhidos pelos indígenas nos próprios abrigos. Os “professores” serão contratados com recursos do governo federal (Notícia 72, 26.09.17, ACT, assinada).</p> <p>- A Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Desenvolvimento (Semtrad) informou que realizou reuniões com os representantes de uma igreja e a Semmasdh, que lidera o processo, e ficou alinhado que deve haver uma feira de artesanato voltada à exposição de produtos produzidos por essa população (Notícia 72, 26.09.17, ACT, assinada).</p>
--	--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Elaborado por Cristiane N. A. de Souza (2024).

Como tratamos do maior número de notícias referentes à imigração haitiana em 2012, ou quase um terço daquelas 150, a organização da primeira parte do quadro resulta de enorme esforço de síntese. Destacamos os assuntos mais recorrentes e profícuos para o debate da tese, a iniciar da vinculação entre a política migratória brasileira e o tema Trabalho, em que há dois pontos de evidência para nós. Primeiro, a motivação daquele povo ao migrar era, sobretudo, a procura por emprego e renda, e o Brasil, naquele contexto, parecia oferecer oportunidades de trabalho e facilidade de ingresso, diferente dos Estados Unidos e do Canadá, por exemplo. Em segundo lugar, 2012 marcou a entrada em vigor da **Resolução N. 97 do CNIg**, medida adotada pelo governo federal para conter a entrada de haitianos pelas fronteiras de Amazonas e Acre. O visto permitia a busca por emprego no Brasil, mas deveria ser solicitado em Porto Príncipe, o que dificultou a empreitada daqueles imigrantes que partiam da República Dominicana, fato esse conhecido pelos governantes brasileiros responsáveis por formular tal política migratória.

Para os imigrantes que já se encontravam no país, com número estimado entre quatro e seis mil em 2012, há dois pontos cruciais na efetivação do direito social ao Trabalho. Direitos

trabalhistas: os mesmos garantidos aos brasileiros; e as oportunidades para aqueles deslocados via interiorização para outras regiões. Em grande parte, as notícias apresentam positivamente ambos os aspectos, sempre listando os direitos ofertados por empresários do Sul, do Sudeste ou do Centro-Oeste, como salário em carteira, moradia e alimentação às expensas da empresa, além da responsabilidade pelo traslado do Norte aos locais de labor. As oportunidades foram sobretudo em agricultura, indústria, construção civil e energia, com salários mais baixos do que os pagos a brasileiros e em postos que exigiam pouca ou nenhuma experiência e formação. O cenário não difere sobremaneira do vivido pelos emigrantes do Brasil que buscam melhores condições de vida em países do Norte global, como os EUA e os membros do bloco europeu.

Por fim, os trechos paradigmáticos pinçados abordam duas questões com relação entre si, quais sejam a fiscalização trabalhista e eventuais formas de atuação do poder público nesse tema. Embora as tratativas de contratação e o cumprimento das **leis trabalhistas** tenham sido acompanhadas pelos órgãos de fiscalização federal (MTE'/SRTE) quando da interiorização por empresários idôneos, alguns imigrantes seguiram por conta própria, fiados em promessas não concretizadas após chegarem aos locais de trabalho. Há denúncias de condições análogas à escravidão, descumprimento de acordo trabalhista, retenção de documentos, o que foi noticiado quando os órgãos de fiscalização atuavam diretamente nos casos. O cenário não é diferente do que ocorre a migrantes internos que seguem do Nordeste para o Sudeste ou o Sul do país. A situação dos estrangeiros se agrava devido a dificuldades de comunicação e desconhecimento da legislação trabalhista nacional, que também os alcança. Nesse sentido, apontamos iniciativa do MTE de elaborar uma **cartilha sobre os direitos trabalhistas** desses imigrantes, com orientações úteis tanto para eles quanto para os potenciais empregadores. Os governos estaduais e municipais, conforme observamos, não tiveram atuação nessa seara.

Como já enfatizamos na abertura do subtópico, diferente do que significou para o povo do Haiti, o tema Trabalho não teve maior proeminência no caso dos refugiados da Venezuela. Contudo, há um interessante debate, apontado na parte inicial deste apanhado, isto é, a relação direta entre ter trabalho/emprego e conquistar autonomia, sustento e dignidade. Tanto no caso dos indígenas quanto no dos não indígenas, notamos a centralidade das ocupações informais: aqueles como **vendedores ambulantes** de artesanato e estes vendendo produtos como picolé ou prestando serviços sub-remunerados em logradouros públicos. Entre não indígenas, houve inserções na construção civil, em função de **pedreiro/ajudante**, ou nos serviços domésticos e estéticos, como **jardinagem** e maquiagem. Inferimos que o contingente provém da parcela da população venezuelana que não teve muitas oportunidades de estudo e qualificação, e o Brasil

surgiu como o lugar onde teriam melhores ganhos, devido ao câmbio monetário – mesmo em postos de trabalho sem exigência de qualificação especializada, o que se tornou atrativo.

Inobstante as condições vivenciadas no país de origem e as poucas oportunidades no Brasil, em Roraima ou no Amazonas, quando instados pelos repórteres, os refugiados frisam a vontade de se organizarem em associação para fortalecer expertises coletivas (*Warao*); cursar ensino técnico em maquiagem; e realizar outros planos, como cantar (não indígenas). Importa mencionar: diferente do que ocorreu no caso dos haitianos, os indígenas *Warao* tiveram apoio de secretarias de estado (AM) e da capital (Manaus), conforme indicam os trechos. Além de fornecer abrigo e alimentação e realizar ações de saúde, órgãos públicos dispuseram de **insumos para a produção de artesanato** e até incentivaram o comércio nos locais de acolhimento, chegando a planejar ações de **capacitação** em empreendedorismo, além de captarem, entre os indígenas, educadores para crianças e adolescentes, com o uso de recursos do governo federal. O Ministério Público Federal teve o papel precípua para impelir a atuação dos entes ou órgãos públicos, exigindo seu planejamento para atender demandas e instaurando inquérito civil com o intuito de averiguar a efetiva mobilização dos governos nesse sentido. No entanto, podemos concluir que as ações voltadas à colocação no mercado local não tiveram a mesma ênfase que a cobrança por moradia e assistência, estas consideradas emergenciais.

** Direito à Moradia: omissão, precariedade, abrigos coletivos e diferenças culturais*

Se o número de notícias tratando do tema Moradia, no caso da migração transnacional de haitianos (em 2012) foi 11, tomado o universo dos 112 textos eleitos neste segundo recorte (cuja seleção considera apenas as pautas sobre direitos sociais); há o dobro quanto à migração venezuelana em 2017, com 22 textos. No segundo caso, 66 notícias abordaram algum direito social, lista que compõe o conjunto amplo das 84 relativas ao tema geral, ou seja, a migração transnacional do grupo sul-americano. Em suma, apenas 9,8% das 112 notícias que abordaram direitos sociais de haitianos dedicaram-se à questão da moradia, enquanto 33% é o percentual de ocorrência do tema em 2017, quanto aos venezuelanos. A comparação numérica indica, de modo geral, a força atribuída ao tema analisado, em cada situação.

Como esboçado alhures, o direito à moradia, em 2012, esteve atrelado às **iniciativas não governamentais**, destacando-se as entidades religiosas em Tabatinga (tríplice fronteira) e Manaus (capital), no Amazonas, e em Brasileia e Assis Brasil (ambas fronteiriças), no Acre, que proveram acolhimento, moradia e necessidades mais urgentes dos imigrantes recém-chegados, muitas vezes com o apoio da sociedade civil, de grupos voluntários ou ONGs. Esse direito ainda acabou **terceirizado a empresários** que recrutavam imigrantes nessas localidades,

durante a interiorização ao Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Ao obterem o visto de permanência e a carteira de trabalho, os haitianos estavam aptos para laborar formalmente. Então, o Ministério Público do Trabalho (MPT) passou a acompanhar a crescente procura dessa mão de obra, que geralmente assumia as responsabilidades pelo traslado aos municípios de estabelecimento das empresas e pela **garantia de alimentação e moradia**, em geral por tempo limitado, até que os empregados se estabilizassem. Sobressaem aí dois pontos fundamentais ao debate. Primeiro, a quase completa ausência do poder público para garantir esse direito; e, depois, sua profunda vinculação à obtenção de emprego, direta (ofertado por empregadores) ou indiretamente (com o salário recebido, eles normalmente dividiam o aluguel de **residências coletivas**).

Relativamente à migração de venezuelanos, importante frisar, desde logo, que o citado direito esteve entre os mais pautados em 2017, e há dois rumos por onde seguimos na análise. Começamos pelo perfil dos migrantes venezuelanos, majoritariamente **indígenas Warao**, fato que explica a ação do Ministério Público Federal (MPF) para propor, acompanhar e fiscalizar a execução das políticas públicas dirigidas a eles. A chegada de venezuelanos a Manaus foi intensa entre o fim de 2016 e o início de 2017, via terrestre, pela BR-174, que liga a capital amazonense a Boa Vista. Sem ter para onde ir, os indígenas armavam barracas **na Rodoviária ou nas proximidades**, ou seguiam para **moradias no Centro**, onde o aluguel era cobrado por **diária de em média R\$20,00** por pessoa. Nos dois casos, houve denúncias de **insalubridade, indignidade e frustração do direito à moradia**, garantido pela Constituição de 1988 e por tratados ratificados pelo Brasil, documentos citados pelo MPF. Outro ponto é a atuação dos **governos municipal e estadual**, sobretudo quanto aos indígenas no Amazonas, para **oferecer abrigos coletivos**, embora em caráter **emergencial** (temporário). Diferente do que ocorreu em 2012, a igreja católica não teve papel proeminente na acolhida dos venezuelanos, um efeito da imposição para que o poder público assumisse tal encargo, sob pena de responsabilização. Já citamos o **inquérito civil**, de março de 2017, e as reiteradas solicitações feitas pelo MPF.

Apresentadas as linhas gerais e os aspectos marcantes sobre a cobertura jornalística do Direito à Moradia, passamos a indicar os assuntos mais recorrentes nas notícias selecionadas e os respectivos trechos paradigmáticos, no Quadro 20, distribuídos por grupo/ano:

Quadro 20 – Direito à Moradia na cobertura das migrações (assuntos e trechos)

Grupo	Assunto	Trecho
Haitianos (2012)	Igreja e Sociedade Civil	- De acordo com as organizações humanitárias que prestam assistência aos haitianos no município (Tabatinga-AM), os imigrantes estão vivendo em condições precárias (Notícia 13, 12.01.12, ACT, assinada). - Todos os nossos recursos vêm de doações, principalmente da Cáritas Brasileira (entidade filantrópica da igreja católica) e de particulares . O

		povo de Tabatinga também tem se mostrado muito acolhedor e solidário, mas o número de imigrantes já é enorme para a capacidade do município, afirma a irmã Patrícia Licandro (Notícia 13, 12.01.12, ACT, assinada).
	Residências Coletivas	<p>- Um barco com 126 haitianos desembarcou [...] no porto de Manaus. Os imigrantes serão divididos entre a paróquia de São Geraldo e abrigos espalhados pela cidade, três localizados nos bairros Parque Dez de Novembro, Zumbi e Parque das Nações (Notícia 118, 21.04.12, ACT, não assinada).</p> <p>- [...] Na obra São Francisco de Assis, localizada no Centro de Manaus, onde estão hospedadas mais de 40 mulheres haitianas – das quais 16 estão grávidas (Notícia 73, 11.02.12, ACT, assinada).</p>
	Interiorização	<p>- Muitos imigrantes acabam ficando no Norte do Brasil, em idades fronteiriças como Tabatinga [AM] e Brasileia, no Acre, que abrigam cerca de mil haitianos cada (Notícia 10, 12.01.12, G1, replicação).</p> <p>- Hospedados na Casa do Migrante, abrigo feito por Missionários Scalabrinianos em São Paulo, eles estão entre os haitianos que vêm ao Brasil em busca [...] de emprego (Notícia 10, 12.01.12, G1, replicação).</p>
	Omissão do Poder Público	<p>- [...] Não tem como o governo acreano bancar mais alimentação e abrigo aos haitianos que entram em Brasileia por Cobija, na Bolívia, em grupos diários de 20 a 30 pessoas. Segundo Nilson Mourão, a partir de agora, a decisão é suspender o fornecimento de comida e abrigo. Na prática, o fornecimento está suspenso desde 19 de setembro, e os haitianos sobrevivem de doações nem sempre regulares (Notícia 145, 26.10.12, ACT, replicação).</p> <p>- O governo estadual [AM] afirmou que a SEAS preparou um relatório com o diagnóstico da situação dos haitianos em Tabatinga e solicitará ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) recursos que teriam sido prometidos para o atendimento a essa população (Notícia 13, 12.01.12, ACT, assinada).</p>
	Atuação do Poder Público	<p>- Uma missão integrada por representantes dos Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) visitou, na tarde desta quinta-feira (2), em Manaus, os abrigos em que se encontram os grupos de haitianos, que deram entrada no Brasil via o município de Tabatinga [...] (Notícia 62, 03.02.12, ACT, assinada).</p> <p>- Entre as medidas anunciadas pelo governo a refugiados que se encontram em Tabatinga estão a oferta de abrigo e alimentos (Notícia 13, 12.01.12, ACT, assinada).</p> <p>- “Com os recursos que serão repassados, as instalações destes locais poderão ser melhoradas, garantindo mais privacidade a eles”, salienta a gerente de projetos da secretaria executiva do MDS, Denise Kroef, durante a visita ao abrigo [...] de Manaus, onde um galpão está servindo de moradia para em torno de 120 haitianos. O lugar tem capacidade para abrigar aproximadamente 300 pessoas. Entretanto, não há nenhum tipo de divisórias, beliches ou outros objetos que garantam um pouco mais de “conforto” ao local (Notícia 62, 03.02.12, ACT, assinada).</p>
Venezuelanos (2017)	Interiorização (Roraima -> Amazonas, Pará)	- Pela proximidade, as primeiras localidades em que os venezuelanos chegaram foram ao Norte de Roraima , e aos poucos, alguns seguiam para outras cidades, dentre elas: Manaus . A capital amazonense recebeu pelo menos 2.600 venezuelanos, de outubro de 2016 a outubro de 2017 [...] Arquidiocese de Manaus (Notícia 74, 24.10.17, AMZ, não assinada).

	<p>- Inicialmente, os venezuelanos ficaram alojados na Rodoviária de Manaus. Aos poucos eles foram para as ruas e cortiços no Centro e bairro Educandos, zona Sul. Um grupo de aproximadamente 50 indígenas – cerca de 20 crianças entre eles – acampou em barracas debaixo do viaduto de Flores, na zona Centro-Sul (Notícia 58, 14.07.17, AMZ, não assinada).</p> <p>- O município deve enviar índios que já têm documentação regular para um abrigo em Manaus que está com poucos moradores. Assim, o abrigo de Pacaraima voltará receber [...] (Notícia 77, 28.11.17, AMZ, não assinada).</p> <p>- Levantamento foi realizado pela Universidade Federal de Roraima e coordenado pelo Conselho Nacional de Imigração, com apoio do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). O estudo identifica as primeiras migrações de Warao para o Brasil em 2014. [...] começaram se instalando em cidades do estado de Roraima, em especial Boa Vista, mas depois se espalharam para outros estados da região, como Amazonas e Pará (Notícia 83, 20.12.17, AMZ, não assinada).</p>
<p>Mobilidade Transfronteiriça</p>	<p>- [...] Muitos indígenas aproveitam a mobilidade transfronteiriça e passam alguns meses na capital amazonense para conseguir arrecadar dinheiro, seja com trabalhos informais ou como pedintes nos sinais de trânsito, para então levar aos seus familiares que continuam no país. Quando o dinheiro acaba, eles retornam para Manaus, permanecendo nesse ciclo de idas e vindas (Notícia 47, 01.06.17, ACT, assinada).</p> <p>- O assessor da Gerência de Migração da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (Sejusc), Jairo Felix, explicou que muitos povos nômades buscam oportunidades em Manaus. “Eles (<i>Warao</i>) vem para conseguir dinheiro, alimento e roupa para levar à Venezuela. Aqui se oferece uma melhor condição de vida, por isso pretendem retornar” (Notícia 47, 01.06.17, ACT, assinada).</p> <p>- Quase toda semana, um grupo dos indígenas viajam até Tucupita, na Venezuela, para entregar todas as doações, mantimentos e dinheiro que conseguem arrecadar em Manaus aos demais familiares que continuam na cidade. Depois disso, eles retornam para o Brasil em busca de dar continuidade neste intercâmbio (Notícia 48, 01.06.17, ACT, assinada).</p>
<p>Omissão do Poder Público</p>	<p>- Hoje 31 indígenas vivem no abrigo do Coroado e mais 100 devem chegar. Indígenas venezuelanos da etnia Warao que moram no abrigo de acolhimento provisório mantido pelo governo do Estado no bairro do Coroado, zona Leste, estão com medo do local fechar definitivamente e eles ficarem sem assistência e sem ter onde morar. O prazo emergencial de seis meses para manutenção do abrigo, determinado pelo Ministério Público Federal (MPF), encerra neste mês (N. 79, 02.12.17, ACT, assinada).</p> <p>- [...] o prazo emergencial de seis meses foi determinado pelo MPF para que o estado pudesse atuar, mas que a responsabilidade é da Prefeitura de Manaus (Notícia 79, 02.12.17, ACT, assinada).</p>
<p>Atuação do MPF</p>	<p>- A presença dos imigrantes gerou a abertura de um Inquérito Civil pelo Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM). O objetivo da ação é acompanhar medidas de apoio aos indígenas Warao (Notícia 42, 28.05.17, AMZ, não assinada).</p> <p>- Ao estado do Amazonas e ao município de Manaus, o MPF recomendou que articulem entre si e com os órgãos competentes do governo federal as medidas de abrigamento aos imigrantes venezuelanos, em especial aqueles que estão vivendo na rua e em situação de vulnerabilidade, em</p>

		<p>regime de urgência, com local adequado à cultura indígena Warao (Notícia 28, 11.05.17, ACT, não assinada).</p> <p>- Visita pericial antropológica realizada pelo MPF aos grupos de indígenas que ocupam área próxima ao terminal rodoviário e casarões no Centro de Manaus confirmou a situação de vulnerabilidade das famílias, em especial das crianças indígenas (Notícia 28, 11.05.17, ACT, não assinada).</p>
	<p>Atuação do Poder Público</p>	<p>- Depois que o imóvel foi cedido pelo governo, as obras foram iniciadas. O fornecimento de água foi normalizado e energia elétrica religada no local. O local vai ter capacidade para abrigar 300 pessoas. A previsão é que a obra seja finalizada na próxima semana (N. 42, 28.05.17, AMZ, não assinada).</p> <p>- Famílias venezuelanas com crianças de colo serão os primeiros transferidos para o abrigo destinado a eles, pelo governo do Amazonas, no bairro Coroado, zona Leste [...] (Notícia 43, 28.05.17, ACT, não assinada).</p> <p>- Ao todo, 297 Warao ficaram no abrigo, sendo 55 homens, 85 mulheres, 32 meninos, 58 meninas, 4 idosos e 3 recém-nascidos (Notícia 47, 01.06.17, ACT, assinada).</p> <p>- O recurso da União deve ser utilizado, prioritariamente, para atender aos cerca de 250 indígenas venezuelanos Warao que estão abrigados, de forma precária e com alta vulnerabilidade, em casas no Centro de Manaus (Notícia 56, 07.07.17, ACT, não assinada).</p> <p>- [...] o Governo Federal oficializou repasso de R\$ 720 mil à Prefeitura, valor destinado ao atendimento dos indígenas venezuelanos na capital amazonense, incluindo despesas com abrigamento e aluguel de imóveis, alimentação, higiene e limpeza (Notícia 64, 25.08.17, ACT, não assinada).</p>

Fonte: Elaborado por Cristiane N. A. de Souza (2024).

Apresentados os trechos-paradigma, o esforço é no sentido de focalizar, de forma tão sucinta quanto possível, as questões decorrentes da seleção. Assim, convém mencionar, sobre a migração haitiana, em 2012, a ausência de trecho ilustrativo do aspecto tratado no início do subtópico: **direito à moradia atrelado à relação empregatícia**, como benefício temporário. Isso porque as notícias que tocam referido quesito são afeitas ao tema Trabalho, anteriormente abordado, inclusive com trechos pontuais dessa espécie de “terceirização da responsabilidade estatal” aos empregadores/recrutadores no processo de interiorização laboral. Justificada essa ausência, seguimos para a observação detida dos sentidos evocados pelo Quadro 19. Notamos a **centralidade da igreja católica**, o que se faz notar na atuação da Pastoral do Imigrante, da Caritas Brasileira e de obras como a de São Francisco de Assis (Manaus) e dos Scalabrinianos (São Paulo), em geral pela oferta de vagas em **abrigos coletivos**. A sociedade civil também surge como apoiadora da prática de acolhimento, seja organizada em entidades solidárias e/ou assistenciais ou mesmo referenciada pela ajuda direta e individual de cidadãos brasileiros.

Inobstante seja do poder público o dever de mobilizar recursos para prover os direitos básicos dos que estejam em seu território, por obrigação moral e humanitária, mas sobretudo

por imposição de tratados subscritos e da própria Constituição Federal, não foi o que se notou quanto ao direito à moradia, ora analisado. A **inércia dos governos** locais, estaduais e federal, que praticamente ignoraram a realidade da migração até o início de 2012, quando a demanda disparou pela expectativa (antes do dia 13/01) da vigência, pela **Resolução CNIg 97/2012**, da nova modalidade de visto a haitianos. Por um lado, essa norma regulamentou a expedição de vistos humanitários na embaixada brasileira no Haiti, além de regularizar os indocumentados que aguardavam em municípios fronteiriços no Amazonas e no Acre. Por outro, ela previa até 100 vistos mensais e a interrupção da entrada para indocumentados. Nesse cenário foi que se começou a notar certa mobilização dos agentes públicos, por exemplo, com a **organização dos abrigos** mantidos pelo estado do Amazonas e a **solicitação de recursos federais** para prestar auxílio humanitário aos imigrantes que finalmente conseguiam ingressar no país.

Sendo a moradia demanda essencial no segundo contexto migratório que analisamos, o dos venezuelanos, a discussão aqui abrangida ganha nuances não observadas quanto ao grupo antecedente, a iniciar pela articulação governamental no sentido de atender requerimentos do Ministério Público Federal (MPF), cujo exercício impulsionou a **concretização das políticas públicas específicas** para os indígenas residentes em Manaus. Do protagonismo ministerial, destacamos a **visita pericial antropológica** a famílias que viviam precariamente na rodoviária ou em casarões no Centro, indicando que recomendações aos executores de políticas públicas teriam sido fundamentadas em demandas particulares dos *Warao*. Mas outros dois assuntos revelam que as ações humanitárias, além de tardarem a ser executadas, o foram somente em **caráter emergencial**, e não como projetos de continuidade. Com efeito, a Prefeitura, o Estado e a União teriam agido mais por receio de eventual responsabilização do que para efetivar as obrigações internacionalmente assumidas pelo Brasil para lidar com o tema da imigração.

Noutro giro, dois vieses pouco aprofundados nas notícias caracterizam o entendimento do Direito à Moradia dos imigrantes da etnia *Warao*. Primeiro, o conceito de **interiorização**, no segundo momento, limitado a três estados do Norte brasileiro; depois, o histórico de livre passagem como facilitador da **mobilidade transfronteiriça**. Quanto à interiorização, notamos menor abrangência geográfica em relação aos haitianos. Enquanto notícias de 2012 ilustram a ida daqueles para o Sul e o Sudeste; a interiorização é tratada, em 2017, como o aumento do perímetro de trânsito para as cidades de **Manaus e Belém**. Isso pode ser explicado, inferimos, pela condição de refugiados e pelo não aproveitamento laboral em setores como agricultura, indústria e construção civil, confinando o deslocamento dos *Warao* às capitais metropolitanas na região. A mobilidade transfronteiriça, movimento pendular oportunizado pela **porosidade da fronteira** no extremo Norte, ajuda a entender a estreiteza do conceito. Ela se define pela

possibilidade de os refugiados poderem vir ao Brasil, arrecadar doações, levá-las a parentes na Venezuela e retornar ao Brasil, reiniciando o ciclo. O mais lógico, portanto, é ficar em cidades desenvolvidas e não muito distantes da faixa de travessia pela fronteira terrestre, o que explica a preferência desses grupos por se estabelecerem primeiro em Manaus e depois em Belém.

** Direito à Assistência: emergência humanitária e responsabilidade compartilhada*

Sem dúvida, o Direito à Assistência é o mais abrangente da lista quintupla de direitos humanos selecionados nesta etapa. A bem do recorte, esboçamos conteúdo menos generalista, dentro do qual esse direito se refere às políticas e medidas diretas adotadas a fim de promover a dignidade dos imigrantes, podendo ser relacionadas aos demais direitos analisados, inclusive porque todos colaboram para garantir a **vida digna**. Em termos didáticos, a seleção de trechos paradigmáticos considera três aspectos: i) assistência humanitária dispensada a imigrantes; ii) exclusão de assistência já compreendida pelos direitos analisados anteriormente, como saúde e moradia; e iii) assistência básica para se manter as mínimas condições de dignidade, como a providência de **gêneros alimentícios e de higiene**, a prestação de auxílio (estrutura, pessoas etc.) para **expedição de documentos** e o cadastramento em **programas sociais**, por exemplo.

Tanto para o grupo de haitianos quanto no caso dos venezuelanos, com ênfase para os indígenas, a busca retornou número significativo de textos: 24 notícias de 2012 e 15 de 2017. Isso indica a maior preocupação em tratar sobre assistência do que, por exemplo, de educação, que teve menos conteúdo publicado. As impressões gerais revelam que o trabalho assistencial foi mobilizado por diferentes atores, estatais ou não: em 2012, a prestação assistencial fora majoritariamente realizada por **entidades religiosas**, com destaque para a igreja católica, além de ações pontuais de grupos protestantes (evangélicos) e espíritas kardecistas, e para a própria sociedade civil, que se organizou em ONGs; ao passo que a principal mobilização, quanto aos indígenas venezuelanos, em 2017, deu-se por coordenação entre **governos federal, estadual e local**, lastreada em cobranças do Ministério Público Federal (MPF). A **Cáritas Brasileira**, neste segundo momento, chegou a formar uma parceria com a Prefeitura de Manaus para fazer a aplicação de recursos federais em prol dos *Warao*, mas foi excluída do processos de execução pela própria administração do município, em decisão unilateral. Com efeito, a tarefa de aplicar a verba federal ficou a cargo da Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos (Semmasdh), que passou a controlar todo o processo de recepção e assistência.

Abaixo, o Quadro 21 organiza os principais assuntos acerca do Direito à Assistência, além de trazer trechos-paradigma que ilustram como o tema foi abordado nas notícias:

Quadro 21 – Direito à Assistência na cobertura das migrações (assuntos e trechos)

Grupo	Assunto	Trecho
Haitianos (2012)	Acre e Amazonas	<p>- Já são mais de 1,2 mil no Acre, à espera de documentos para permanecer no Brasil. O governo do Estado diz que já gastou R\$1,5 milhão com alimentação, hospedagem e assistência médica para os haitianos. E que avisou ao governo federal de que não tem mais como garantir apoio [...] (Notícia 03, 06.01.12, G1, replicação).</p> <p>- “Até agora nós não tivemos nenhuma ajuda dos governos federal ou estadual. Em Tabatinga, 20% da população está abaixo da linha de pobreza. Nós não podemos ajudar a todos” [Prefeito] (Notícia 01, 05.01.12, ACT, assinada).</p> <p>- Diferente do que vem ocorrendo no Acre, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) não está realizando distribuição de alimentos aos haitianos (Notícia 02, 05.01.12, ACT, assinada).</p> <p>- O governo do Estado não tem estrutura nem recursos humanos formados para isso. Existe, ainda, uma diferença entre o que aconteceu no Acre e [...] no Amazonas. O Acre foi ponto de passagem. Aqui, não. Já temos radicados em Manaus aproximadamente 2 mil haitianos. Em Tabatinga temos 343 que chegaram depois do dia 13 de janeiro (Notícia 93, 26.02.12, ACT, assinada).</p>
	Igreja e Sociedade Civil	<p>- A MSF já distribuiu 1.258 kits de higiene pessoal e hoje serão entregues pelo menos 50 kits com produtos de limpeza para os haitianos. A Pastoral do Imigrante tem distribuído duas refeições diárias a uma média de 400 imigrantes durante a semana (Notícia 01, 05.01.12, ACT, assinada).</p> <p>- A ONG [MSF] pretende relatar a vulnerabilidade social, sanitária e de saúde e ausência de segurança alimentar dos imigrantes (Notícia 02, 05.01.12, ACT, assinada).</p> <p>- A maior parte dos imigrantes foi deslocada para as casas de haitianos já estabelecidos em Manaus e outros foram acolhidos por famílias e outras entidades religiosas. “A sociedade civil tem se mobilizado e mostrado ação diante do problemas dos imigrantes haitianos. Tivemos famílias levando até 20 deles para suas casas” (Notícia 34, 26.01, ACT, assinada).</p> <p>- [...] É importante que a sociedade civil ajude. “Se eu estivesse na mesma situação iria querer que alguém fizesse algo por mim [...]. Ficar apontando o dedo e procurando de quem é a responsabilidade não vai encher a barriga de ninguém” (Notícia 34, 26.01, ACT, assinada).</p> <p>- Dezenas de jovens de Manaus ligados a igrejas evangélicas, católica e ao grupo espírita Allan Kardec se mobilizaram [...] para uma ação humanitária em socorro aos imigrantes haitianos abrigados pelo projeto denominado AMA Haiti (Notícia 49, 30.01.12, ACT, assinada).</p> <p>- O projeto AMA Haiti chama a atenção não pela quantidade de haitianos que ajudou e alimentos arrecadados, mas pelo empenho na mobilização da população para ajudá-los (Notícia 52, 31.01.12, ACT, assinada).</p> <p>- [...] muitas pessoas ainda resistem em ajudar os imigrantes que chegam em Manaus e justificam ser uma obrigação do governo federal. “Cada um pode ajudar um pouco [...].” (Notícia 52, 31.01.12, ACT, assinada).</p>
	Vulnerabilidade Social	<p>- “A situação é de calamidade”. Fora os poucos que ainda têm dinheiro para comprar comida no comércio local, os demais contam com doações, especialmente dos empresários que buscam mão de obra. Isso faz com que</p>

		<p>eles fiquem até dois dias sem ter o que comer [Acre] (Notícia 145, 26.10.12, ACT, replicação).</p> <p>O hospital da cidade não tem como fazer o trabalho de parto dessas haitianas. O problema aumenta, segundo Damião, porque a população de Brasileira “cansou e não está ajudando mais em nada [doações de alimentos, por exemplo]” [Acre] (Notícia 145, 26.10, ACT, replicação).</p>
	<p>Omissão do Poder Público</p>	<p>- A situação dos imigrantes já merece uma atenção especial das autoridades brasileiras. [Preocupa] a ausência de auxílio ou mesmo de medidas operacionais por parte do poder público brasileiro em relação aos haitianos (Notícia 02, 05.01.12, ACT, assinada).</p> <p>- As maiores dificuldades encontradas pelas entidades e voluntários que atuam no auxílio dos haitianos é a falta de mobilização das autoridades públicas locais e a omissão do governo federal no auxílio aos imigrantes (Notícia 07, 10.01.12, ACT, não assinada).</p> <p>- Segundo as autoridades locais, a União não estava dando assistência humanitária e nem colaborando com a emissão de documentos para que eles pudessem procurar trabalho no país. O MPF estava acompanhando de perto a situação dos imigrantes por meio de um inquérito aberto no final do ano passado [2011] (Notícia 88, 18.02.12, ACT, replicação).</p> <p>- [...] houve uma recomendação [das autoridades locais] para que as secretarias de direitos humanos não oferecessem apoio humanitário aos imigrantes ilegais e comunicassem os casos às autoridades policiais (Notícia 88, 18.02.12, ACT, replicação).</p> <p>- [...] falta de empenho, por parte do governo em auxiliar com abrigos, mantimentos ou mesmo buscando recursos por via federal para atender os refugiados. “O governo federal pode contribuir, liberar auxílio. Um exemplo é o estado do Acre, que também vem recebendo grupos de haitianos e já conta com auxílio federal [...]” [Amazonas] (Notícia 27, 24.01.12, ACT, assinada).</p> <p>- Para o petista José Ricardo, a participação da igreja católica no processo de amparo aos imigrantes tem sido essencial para viabilizar a inserção na cidade [...]. Entretanto, o parlamentar lamenta o que chama de “ausência de um posicionamento concreto dos governos federal, estadual e municipal” sobre o fato (Notícia 94, 27.02.12, ACT, assinada).</p>
	<p>Atuação do Poder Público</p>	<p>- O Amazonas, que tem 4,6 mil imigrantes, vai receber R\$540 mil; e o Acre, com o registro de 1,4 mil imigrantes, ficará com R\$360 mil (Notícia 50, 30.01.12, ACT, replicação).</p> <p>- [A verba federal] será aplicada em acolhimento, alimentação e atendimento de transporte e locomoção para a retirada de documentos, bem como na compra de kits básicos para kitinetes, colchões, entre outros (Notícia 51, 30.01.12, ACT, assinada).</p> <p>- A SEAS deve doar mil cestas básicas aos imigrantes. Além disso, estão sendo providenciados os kits compostos por colchões, fogão de duas bocas e botijas de gás que serão distribuídos aos haitianos que apresentarem o visto humanitário (Notícia 64, 04.02.12, ACT, assinada).</p> <p>- "Assim como toda cidadã, o Estado presta a assistência básica, é feito todo um acompanhamento do pré-natal e da criança recém-nascida, porque elas têm o direito a esse acesso ao sistema de saúde, assim como a</p>

		<p>cidadã rondoniense" [...]. Como já nascem no país, estes bebês são naturalmente brasileiros (Notícia 144, 19.10.12, G1, assinada).</p>
Venezuelanos (2017)	Amazonas, Roraima	<p>- Indispensável que os estados de Roraima e Amazonas também se articulem de forma proativa para evitar que situações de emergência coloquem em risco a garantia dos direitos aos migrantes (Notícia 56, 07.07.17, ACT, não assinada).</p> <p>- A vida no Centro [de Referência ao Imigrante] representa uma mudança cultural para uma população que tem grande vinculação com seus territórios tradicionais. [...] a necessidade fala mais alto. A maior parte dos <i>Warao</i> aponta como aspecto positivo do CRI o fato de oferecer alimentação diária [Roraima] (Notícia 68, 13.09.17, AMZ, não assinada).</p>
	Indígenas Warao	<p>- Para decretar a situação de emergência social foi considerado o relatório circunstanciado [...], diante do grande fluxo de indígenas venezuelanos Warao que ainda chegam e saem de Manaus. O Decreto determina que a Secretaria fique em alerta máximo, priorizando ações emergenciais humanitárias (Notícia 71, 26.09.17, ACT, não assinada).</p> <p>- [A Semmasdh] continua atendendo aos indígenas em um dos 5 abrigos que mantém, prestando o atendimento médico, alimentação e higiene (Notícia 74, 24.10.17, AMZ, não assinada).</p> <p>- O principal motivo para a migração dos integrantes da etnia <i>Warao</i> são a fome e as dificuldades econômicas. O levantamento foi realizado pela [UFRR] e coordenado pelo Conselho Nacional de Imigração [CNIg], com apoio do ACNUR (Notícia 83, 20.12.17, AMZ, não assinada).</p>
	MPF e ACNUR	<p>- O MPF solicitou informações de órgãos públicos ligados à assistência social, direitos humanos e indígenas sobre as medidas adotadas para garantir o atendimento humanitário aos refugiados [Amazonas] (Notícia 42, 28.05.17, AMZ, não assinada).</p> <p>- Cada instituição deverá elaborar [...] ações em resposta às demandas dos indígenas, que envolvem moradia, assistência social, acesso a serviços de saúde, trabalho, alimentação adequada e vacinação. Os procuradores querem um esforço combinado das instituições para garantir esses direitos aos indígenas [PA] (Notícia 83, 20.12.17, AMZ, não assinada).</p> <p>- O ACNUR reitera seu pedido aos países para proteger o direito dos venezuelanos, especialmente o de solicitar refúgio e de ter acesso a procedimentos justos e efetivos. [...] Não são esperados retornos involuntários à Venezuela (Notícia 60, 18.07.17, ACT, replicação).</p> <p>- Foram discutidos eixos temáticos sobre: legislação internacional e tendências globais; direitos e deveres dos solicitantes de refúgio e refugiados no Brasil e atuação da Defensoria Pública da União; refúgio no Brasil: dados, procedimento de pedido de refúgio, legislação nacional; situação na Venezuela: contextualização geral; situação no Amazonas e Manaus: número de solicitantes de refúgio, de refugiados, indígenas, abrigos e casas de apoio [ACNUR] (N. 62, 27.07.17, ACT, não assinada).</p>
	Omissão e Xenofobia	<p>- Dados oficiais indicam a presença de 382 venezuelanos da etnia Warao na capital. O governo do Amazonas estuda controlar a entrada de venezuelanos em Manaus, por meio do “fechamento” das fronteiras do Brasil com o país vizinho (Notícia 38, 17.05.17, ACT, assinada).</p> <p>- O prefeito Artur Neto comentou que um “muro” impediria a entrada dos venezuelanos, além de acreditar que a construção de um campo de</p>

		<p>refugiados “ajudaria” o povo vizinho na fuga de um modelo político falido (Notícia 38, 17.05.17, ACT, assinada).</p> <p>- [...] ficou definido que seriam disponibilizados ônibus para levar os imigrantes de volta ao país de origem no dia 2 de abril. A Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (Sejuse) iria disponibilizar dois ônibus para levar os venezuelanos, mas a viagem foi adiada (Notícia 42, 28.05.17, AMZ, não assinada).</p> <p>- [...] tentativa em Roraima, sem sucesso, de interação entre os indígenas venezuelanos <i>Warao</i> e os brasileiros <i>Wapichana</i>. Nossos indígenas claro gostariam de auxiliar [os <i>Warao</i>], entretanto quando você fala em ceder seu território para outro grupo isso dificulta a conversação. Até houve essa iniciativa, mas foi encerrada (Notícia 57, 09.07.17, AMZ, não assinada).</p>
	<p>Recursos Estaduais e Federais</p>	<p>- [...] Estamos vendo a possibilidade junto com o Conselho Municipal de Assistência Social a liberação de 205 mil para o custeio para alimentação e outras atividades (Notícia 37, 16.05.17, ACT, assinada).</p> <p>- O Governo Federal vai destinar prioritariamente R\$ 480 mil reais para atender o abrigo em Boa vista, onde estão cerca de 320 imigrantes indígenas e não indígenas venezuelanos. O alojamento na capital amazonense, que auxilia 250 estrangeiros, também deve receber recursos [...] (Notícia 57, 09.07.17, AMZ, não assinada).</p> <p>- Será uma assistência pelo tempo que for necessário, mas queremos todos que seja transitório. E aí está o desafio da ação administrativa, do Município, do Estado e da União: assistir até que ponto para que não se torne permanente a assistência (Notícia 57, 09.07.17, AMZ, não assinada).</p> <p>- [...] o Governo Federal oficializou repasse de R\$720 mil à Prefeitura, valor destinado ao atendimento dos indígenas venezuelanos na capital amazonense, incluindo despesas com abrigamento e aluguel de imóveis, alimentação, higiene e limpeza (Notícia 64, 25.08.17, ACT, não assinada).</p>

Fonte: Elaborado por Cristiane N. A. de Souza (2024).

Ao posicionar o tema Assistência a partir dos assuntos recorrentes e dos trechos acima, notamos a complexidade dos possíveis desdobramentos. Todavia, pontuamos neste apanhado, questões mais proeminentes para a compreensão geral. Uma primeira tarefa é fazer a analogia entre os modos como esse fenômeno se desenrolou no Acre e no Amazonas. Nos respectivos estados, autoridades locais e estaduais de ambos denunciaram a falta de apoio federal, como a demora na liberação de recursos para prover assistência humanitária nas cidades receptoras da faixa fronteira, Brasileia e Tabatinga, e na capital amazonense. No entanto, ao menos duas distinções foram apontadas: o argumento de que o **Acre seria local de passagem** no processo de interiorização, confrontado com a defesa de que boa parte dos que vieram pelo Amazonas acabaram **fixando residência em Manaus**, situação que demandaria atenção prolongada; e a diferença de tratamento expressa no caso da **não distribuição de alimentos pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)** para os imigrantes localizados no Amazonas.

Como sabemos, entidades religiosas, ONGs, associações da sociedade civil e cidadãos brasileiros individualmente conseguiram se mobilizar, a despeito da inércia do poder público, para prover **alimentação, kits de higiene pessoal, produtos de limpeza e objetos de uso doméstico** (colchões, ventiladores etc.) aos imigrantes. Em alguns casos, inclusive, receberam grupos recém-chegados em suas residências. Dentre essas entidades, destacamos a Pastoral do Imigrante (católica), o grupo espírita Allan Kardec, a ONG Médicos Sem Fronteiras (MSF) e o projeto AMA Haiti. A atuação potencializou-se, inferimos, pela condição de vulnerabilidade social e emergência humanitária apontada pelo noticiário local. Contrário senso, denúncias de **inação do poder público** se justificam em dois fatos: nenhuma ou raras ações de assistência nos locais de chegada, sobretudo por serem cidades socioeconomicamente subdesenvolvidas; e demora na emissão dos documentos de permanência. No fim de 2011, o MPF/AC instaurou inquérito civil sobre o caso dos haitianos, foi então que os governos, fossem locais, estaduais ou federal, passaram a agir. Em meio ao jogo de empurra entre os responsáveis por coordenar ações humanitárias que outros atores supriam as demandas mais urgentes daqueles migrantes. Nesse cenário, um dos representantes do Acre falou à imprensa que, dependentes de doações da comunidade, haitianos instalados em **Brasileia** passavam **até dois dias sem se alimentar**.

Como se observa, no caso do primeiro momento migratório analisado, o debate sequer avançou para tratar sobre políticas públicas materializadas em programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, tendo estagnado na discussão elementar sobre haver ou não uma responsabilidade no sentido de garantir os direitos básicos – e a dignidade – àquelas pessoas. Partindo dessa observação, podemos iniciar a abordagem do Direito à Assistência nas notícias de 2017, especificamente quanto aos venezuelanos da etnia *Warao*, frisando que, nesse ponto, a ação do Ministério Público Federal (MPF) – voltada à temática indígena – avançou. Houve solicitações, requerimentos de informações, reuniões e ainda a instauração de inquérito civil para pressionar uma mobilização articulada do governo, em todas as esferas, na promoção das medidas assistenciais de emergência aos venezuelanos indígenas localizados em Manaus.

Essa articulação significou avanço paradigmático na execução das políticas públicas do país, lastreado no princípio constitucional balizador da dignidade humana e na prevalência dos direitos humanos. Todavia, os trechos destacados indicam que a atuação do poder público derivou de imposições fáticas e jurídicas: a condição de extrema vulnerabilidade de famílias *Warao* em Manaus e as cobranças do órgão ministerial, passíveis de responsabilização. Ainda se nota a atuação da igreja católica, por meio da Pastoral do Imigrante e da Cáritas Brasileira, embora com menos protagonismo do que em 2012. A sociedade civil chegou a se mobilizar de modo pontual, fazendo doações e realizando eventos, mas também em menor escala do que no

caso dos haitianos. Infere-se: ao destacar que a responsabilidade dos agentes públicos foi assumida, mesmo que tardiamente e por imposição, o jornalismo fortaleceu a ideia de que a questão já estaria encaminhada, o que acabou por não mobilizar a população em geral para as práticas solidárias. Organismo internacional, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) atuou devido aos imigrantes venezuelanos terem sido majoritariamente recebidos na condição de refugiados. Além de apoiar pesquisas sobre o perfil e o número dos deslocados da Venezuela, promoveu a formação de agentes públicos para o seu acolhimento.

Sem dúvida, o Direito à Assistência é o mais difícil de delimitar, pois tangencia todos os direitos já tratados. Todavia, assim como no caso dos haitianos, terminamos este apanhado frisando um quesito básico quando se trata de ações assistenciais: **solucionar o problema da fome**. Essa foi a principal justificativa apresentada pelos indígenas quando indagados por que haviam deixado seu país, sendo documentada em pesquisa sobre o perfil sociodemográfico desses migrantes. Por último, destacamos decisões e falas xenófobas reverberadas nos textos jornalísticos, destoantes da política migratória brasileira, contrárias à diversidade cultural e, no limite, condutas criminosas praticadas contra os refugiados da Venezuela.

A primeira foi do governador do Amazonas, David Almeida, ao sugerir articulação para “fechar a fronteira com a Venezuela para impedir a entrada dos indígenas e, conseqüentemente, a ida para a capital amazonense, sem atentar que estados não têm ingerência sobre a legislação relativa a fronteiras. No mesmo sentido, o prefeito de Manaus, Arthur Virgílio Neto, defendeu a construção de um muro para barrar a entrada de imigrantes, e de um campo de refugiados. O segundo exemplo se trata de uma decisão colegiada, no âmbito estadual, para a locação de dois ônibus que levariam indígenas de volta ao país de origem, em 02 de abril de 2017, plano que foi frustrado. Existe orientação do ACNUR sobre os retornos involuntários de refugiados e solicitantes de refúgio, em sentido oposto a essa decisão. Por fim, há o exemplo de tentativa de “integração forçada” entre povos indígenas de diferentes culturas. Apesar de os *Warao* (Venezuela) e os *Wapichana* (Brasil) serem povos indígenas, não poderia o governo brasileiro ignorar suas particularidades e profundas diferenças antropológicas (formas de organização, crenças, papéis sociais etc.). A ideia era de que os indígenas brasileiros recebessem os *Warao* em seu território, sandice capaz de afrontar a autodeterminação de ambos os povos.

** Síntese comparativa: interpretação orientada dos assuntos (abordagens observadas)*

A despeito do esforço para sistematizar cada um dos temas e as respectivas formas de abordagem nas notícias analisadas nesta segunda etapa do percurso metodológico, é inegável o grande volume de informação que emerge em cada subtópico. Partindo da visão baseada nos

dois eixos de observação a que nos apegamos, quais sejam a **ética da solidariedade** (instância deontológica para promover reflexão orientação) e a **accountability jornalística** (aplicação de mecanismos e procedimentos com observância dos direitos humanos), alocamos a abordagem dos temas gerais (direitos sociais) desde uma ampla divisão entre aqueles em que houve atuação compatível com os direitos humanos e aqueles onde que ela não ocorreu. Para tanto, elaboramos um **quadro de assuntos** indicando as questões preponderantes no tratamento dos cinco temas. Com o total de 25 assuntos referentes a cada grupo, é possível encontrar mais semelhanças ou mais diferenças no modo como a mídia jornalística se encarregou de cobrir essas temáticas em cada momento/contexto. Por um lado, a Omissão ou a Atuação do Poder Público são os assuntos mais recorrentes em ambos. Por outro, houve assuntos específicos, como a Saúde Mental, no caso dos haitianos recém-chegados, ou a condição de indígenas da maioria dos venezuelanos.

A seguir, o Quadro 22 resulta do esforço de sistematização, embora reconheçamos que esta etapa, fruto do enquadramento temático ampliado, desaguou em análise descritiva. Grosso modo, intentamos concatená-la aos elementos teóricos pela via da interpretação orientada.

Quadro 22 – Síntese de Assuntos – direitos sociais de imigrantes nas notícias

Direito	Haitianos (2012)	Venezuelanos (2017)
Saúde	<ol style="list-style-type: none"> 1. Doenças e Óbitos 2. Higiene Precária e Vulnerabilidade 3. Igreja e Sociedade Civil 4. Saúde Mental 5. Omissão do Poder Público 6. Atenção em Saúde e Recursos 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Atendimento a Estrangeiros Roraima 2. Doenças e Óbitos 3. Indígenas <i>Warao</i> 4. Omissão do Poder Público 5. Atenção em Saúde e Recursos
Compatibilidade (preponderante)	<p>Ética Solidária</p> <p>- Embora algumas notícias tragam críticas sobre a omissão do poder público, por exemplo, quanto à de saúde mental após a viagem até a fronteira e a falta de recursos direcionados para esse público, outras reproduziram o discurso oficial em pontos como: transmissão de ISTs e doenças erradicadas e isenção de responsabilidade de estados e municípios na promoção desse direito, atrelando-o ao tema imigração e o imputando à tutela quase exclusiva do governo federal. Há raros exemplos em que os haitianos são ouvidos sobre suas demandas em saúde.</p>	<p>Ética Solidária</p> <p>- Nossas observações advêm da divisão geral entre indígenas e não indígenas, o que, por um lado, pode valorizar as particularidades daqueles, mas, por outro, segrega o acesso ao direito básico à saúde. No caso dos não indígenas, predomina a ideia de que sua ‘presença massiva’, sobretudo em Roraima, levaria ao colapso do sistema de saúde, comprometendo a atenção aos brasileiros. É problemático porque reforça visões as xenofóbicas que o jornalismo deveria combater, lastreando-se na solidariedade. Quanto aos indígenas, destacamos a oposição traçada a partir das diferenças culturais, em</p>

	<p>Accountability Jornalística</p> <p>- No geral, a pauta em saúde ligou-se à agenda do poder público estadual e municipal, em relação a temas e eventos. Mas algumas pautas deram atenção a aspectos como gravidez e pré-natal e doença mental, sendo o primeiro tema geralmente de iniciativa da reportagem e tendo como fontes entidades religiosas e o segundo como pauta da ONG Médicos Sem Fronteiras, relatando a situação de recém-chegados às cidades fronteiriças. As pautas de iniciativa própria abordaram ainda a dificuldade de acesso a políticas públicas em saúde, embora não se tenha colocado contrapontos de a questão na cobertura de agenda. Nota-se o baixo investimento em pesquisa, tanto para confrontar as versões oficiais reproduzidas quanto para ampliar o conhecimento sobre aquele assunto.</p>	<p>especial nas coberturas em Manaus. Assim, além do preconceito de nacionalidade, vemos essa outra manifestação, fruto da reprodução de falas das fontes oficiais, em geral.</p> <p>Accountability Jornalística</p> <p>- O principal desafio para busca uma prática orientada pelos direitos humanos, do ponto de vista aplicado, é buscar conhecimentos em duas frentes. No caso dos venezuelanos não indígenas, em RR, confrontar a visão oficial de “invasão e colapso” com a ideia de que o acesso à saúde não poderá ser negado a ninguém e, caso se necessite aplicar algum critério para o acesso (dada a limitação de recursos), ele JAMAIS deve se basear na nacionalidade do sujeito (cidadão brasileiro vs. estrangeiro), mas na sua condição de saúde. Quanto aos indígenas, apenas a não reprodução da dicotomias (indígena vs. civilizado ou tradição vs. ciência) já seria um forte indicativo de atenção nesse quesito.</p>
Educação	<ol style="list-style-type: none"> 7. Aprendizado da Língua Portuguesa 8. Formação Técnica 9. Formação Superior 10. Igreja e Sociedade Civil 11. Atuação do Poder Público 	<ol style="list-style-type: none"> 6. Aprendizado da Língua Portuguesa 7. Educação Infantil para não indígenas 8. Educação Infantil para Indígenas 9. Capacitação de Professores 10. Intercâmbio Cultural
Compatibilidade (preponderante)	<p>Ética Solidária</p> <p>- Como já trouxemos, há poucas notícias a respeito do tema educação, mas isso não inviabiliza a análise do corpus. Em relação aos haitianos, a educação surge como anterioridade ou base para a busca por colocação profissional. Em suma, os migrantes daquele país possuem algum nível de escolarização ao deixar o Haiti, o que lhes permitiria obter melhores ganhos. Notamos que esse aspecto foi apontado na cobertura, de modo geral, reconhecendo esse outro como alguém detentor de saberes e expectativas. Como</p>	<p>Ética Solidária</p> <p>- Da mesma forma como ocorreu na pauta sobre saúde, é preciso retomar a divisão entre indígenas e não indígenas. Inclusive porque, para promover o tratamento solidário desses sujeitos, é preciso antes reconhecer e respeitar tais diferenças. Quanto aos não indígenas, julgamos que as notícias foram construídas adotaram respeito, escuta ativa dos sujeitos e abordagem positiva, pautando iniciativas que valorizaram o intercâmbio cultural e linguístico e, em geral, tratando da recepção de crianças e adolescentes em escolas de educação básica de municípios</p>

	<p>viés negativo, muitas notícias deram enfoque à diferença de idioma, frisando distâncias culturais capazes de gerar pouca iniciativa de contato com pelos locais. No entanto, outras valorizaram o poliglôtismo da maioria dos imigrantes e sua disposição a aprender o português, o que gera admiração e empatia por eles.</p> <p>Accountability Jornalística</p> <p>- De modo geral, a cobertura desse tema deu-se a partir da iniciativa de atores interessados em promover ações educativas, notadamente cursos básicos de língua portuguesa. Dentre eles, igreja católica e universidade pública. Portanto, houve pouca iniciativa de pauta das empresas jornalísticas, o que denota uma baixa importância atribuída ao tema da educação. Inclusive, o pouco envolvimento estatal nesse assunto, no caso da imigração haitiana, não foi problematizado pelos textos. Embora a cobertura tenha enfatizado o aspecto laboral em 2012, esperava-se que o jornalismo pusesse em questão as causas de o Estado, em todas as instâncias, não se mobilizar no quesito educação.</p>	<p>roraimenses, onde predominavam. No caso do Warao, sobretudo em Manaus, a falta de conhecimento sobre a cultura daqueles povos pelo poder público municipal foi marcante na imprensa local, que basicamente reproduziu o conflito em questões como escolarização vs. educação com respeito à etnicidade dos sujeitos, sem dar enfoque as demandas deles.</p> <p>Accountability Jornalística</p> <p>- Mantendo a coerência na divisão entre <i>Waraos</i> e não indígenas, observamos que o emprego de pluralidade e diversidade de fontes, apuração e produção, no caso destes últimos, trouxeram importantes debates para a seara do jornalismo, embora as reportagens tenham tido um viés mais de apresentar o mérito dos gestores escolares do que propriamente o processo de inserção dos não indígenas no sistema público de ensino, com as dificuldades que lhe são inerentes. Noutro giro, a cobertura sobre a educação dos Warao endossou, de um lado, a responsabilidade estatal (Manaus) para concretizar esse direito nas fases iniciais e, de outro, a dicotomia escola regular vs. ênfase cultural, que problematizou sem aprofundar, o que poderia ser feito por meio de pesquisa direcionada.</p>
Trabalho	<p>12. Política Migratória</p> <p>13. Direitos Trabalhistas</p> <p>14. Oportunidades de Trabalho</p> <p>15. Fiscalização Trabalhista</p> <p>16. Atuação do Poder Público</p>	<p>11. Indígenas <i>Warao</i></p> <p>12. Qualificação Profissional</p> <p>13. Auto-organização</p> <p>14. Não indígenas</p> <p>15. Atuação do Poder Público</p>
Compatibilidade (preponderante)	<p>Ética Solidária</p> <p>- Como indicamos, o direito ao trabalho é intrínseco ao processo migratório dos haitianos, de modo que perpassa todas as demais abordagens. Ao fundamentar sua atuação na ética solidária, o jornalismo deveria, portanto, lançar visão crítica e propositiva nessa temática. Em primeiro</p>	<p>Ética Solidária</p> <p>- Se os haitianos estavam familiarizados com as rotinas de trabalho comumente realizadas por imigrantes nos países receptores, o caso dos venezuelanos é mais complexo, embora de um modo diferente para indígenas e não indígenas. Em grande parte, os migrantes eram pessoas sem elevado grau de instrução e</p>

	<p>lugar, por em questão a estratégia de um visto exclusivo para essa finalidade, com uma forma de obtenção bastante rígida e, em alguns casos, impeditiva. De fato, algumas notícias fizeram tal abordagem. Depois, dois pontos de grande relevo, dos quais o jornalismo deveria ocupar-se são direitos trabalhistas e fiscalização de condições laborais em Manaus e nos locais de interiorização dos imigrantes. E nesses quesitos, embora alguns textos se ativessem a festejar a busca por ‘mão de obra estrangeira’, muitos se ocuparam de pôr em debate situações de precariedade, trabalho análogo à escravidão e outras violações de direitos nessa seara.</p> <p>Accountability Jornalística</p> <p>- Em boa medida, as notícias a respeito da imigração haitiana tiveram como fontes religiosos católicos, o MTE e o MPT, aqueles como receptores e responsáveis pela triagem e encaminhamento inicial dos imigrantes, e estes nas funções de emitir a CTPS e fiscalizar as empresas recrutadoras e as condições de trabalho, no Amazonas e no Acre ou nos estados de interiorização laboral. Os textos foram maiormente positivos quanto ao processo, que de fato tinha o acompanhamento do MTE e do MPT, mas questões de fundo não foram acionadas com mais ênfase, embora ocorressem, tais como a baixa diferença remuneratória, a quebra de acordos feitos no recrutamento, a retenção de documentos e as situações de trabalho análogo ao escravo. Nesse sentido, o Brasil contava com legislação robusta em prol dos trabalhadores (o ano 2012 é anterior à reforma trabalhista, de 2017),</p>	<p>cujo acesso aos meios de subsistência no país de origem foi comprometido no contexto de crise. O jornalismo amparado numa ética solidária, como vimos em algumas notícias, buscou dar ênfase a competências individuais dos não indígenas, cuja inserção no mercado local foi rápida. Todavia, ao atrelar os <i>Warao</i> à condição de mendicância e não questionar as iniciativas meramente burocráticas do poder público local, instado pelo MPF a concretizar esse direito, falhou. O modelo de simplificação aplicado à rotina da reportagem – e antes à feitura da pauta – limita o ponto de vista do repórter ao tratar sobre realidades laborais (modelo desses povos tradicionais) que não se compatibiliza com a venda da força de trabalho, mas com a proposta de retirar da natureza apenas o necessário à sobrevivência. Se foi uma falha do jornalismo, poderia ser justificável dentro da cosmologia em que se insere esse profissional, mas não desde uma proposta ética fundada no olhar solidário.</p> <p>Accountability Jornalística</p> <p>- Pensando em formas de agir e numa certa instrumentalização da responsabilidade para com os sujeitos implicados pelas notícias, há dois pontos de destaque a partir da divisão primária entre indígenas e não indígenas. Os últimos foram abandonados pelo poder público, diante do entendimento de relativa integração na comunidade. Entretanto, essa premissa ignora diferenças básicas, como o idioma ou a ideia de que competição com os brasileiros. No corpus, não se problematiza nesse sentido, nem são acionadas fontes para esclarecer pontos capazes de provocar reações xenofóbicas. Em relação aos indígenas, poderia funcionar como instrumento de <i>accountability</i> a explicação de</p>
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	podendo tais normas servirem de ponto de partida na investigação jornalística atenta à <i>accountability</i> .	que, desde o contexto da urbano e sem as condições materiais, não se pode apreender o sentido de trabalho dos povos tradicionais.
Moradia	<p>17. Igreja e Sociedade Civil</p> <p>18. Residências Coletivas</p> <p>19. Interiorização</p> <p>20. Omissão do Poder Público</p> <p>21. Atuação do Poder Público</p>	<p>16. Interiorização RR →AM + PA</p> <p>17. Mobilidade Transfronteiriça</p> <p>18. Omissão do Poder Público</p> <p>19. Atuação do MPF</p> <p>20. Atuação do Poder Público</p>
Compatibilidade (preponderante)	<p>Ética Solidária</p> <p>- Longe do amparo estatal, sobretudo daquele que poderia ser fornecido pela municipalidade e pelo governo estadual, os haitianos contaram com a atenção de entidades particulares, dentre as quais destacaram-se algumas congregações da igreja católica, a sociedade civil e os próprios conterrâneos que haviam chegado e se estabelecido antes no país. Ao reconhecer que a moradia é direito humano dos mais básicos para atribuir uma vida digna às pessoas, sendo um direito de todos, nacionais ou não, o jornalismo estaria mais atento às falhas que vemos desde uma certa distância e de uma dada perspectiva solidária, hoje. Naquele 2012, a moradia ficou atrelada à capacidade de atendimento pelos entes privados e aos grupos que partilhavam aluguéis com os conterrâneos, mesmo sem os ter conhecido no país de origem, e o jornalismo não se ocupou de jogar luz sobre a ausência do Estado em se tratando desse direito. Por outro lado, em muitas notícias se reproduziu a ideia de ‘terceirização da responsabilidade’ de fornecer moradia para os contratantes de grupos em vias de interiorização, a qual era assumida perante o MPT e em geral por prazo determinado. Uma abordagem</p>	<p>Ética Solidária</p> <p>- A própria ideia de moradia é distinta ao se falar em povos tradicionais. Assim, no caso dos <i>Warao</i>, a moradia foi a problemática central durante o processo migratório para a cidade de Manaus, e rendeu várias formas de abordagem pelo jornalismo local. Chegando à capital amazonense desde Boa Vista, por meio da BR-174, esses grupos logo se instalavam ali, em barracas improvisadas, ou seguiam para bairros mais centrais, onde eram extorquidos com valores de aluguéis acima do regular. As primeiras reportagens frisaram as condições precárias das instalações, embora não fizessem cobrança direta ao poder público local a respeito das condições de indignidade dos imigrantes. No segundo momento, abordavam a pressão do MPF para a tomada de ação de vários entes estatais, dada a tutela ministerial e a dupla proteção daquelas pessoas (ou seja, indígenas recebidos na condição de refugiados). Aqui, notamos a replicação de releases do MPF, e a repetição inclusive de títulos e legendas nos portais analisados, uma estratégia que ajuda a economizar recursos e ainda dar a notícia. O <i>parquet</i> enviava textos robustos, com o claro objetivo de dar ênfase aos seus feitos e, por sorte, sua atuação condiz com a perspectiva de proteção de direitos humanos, mas não ajuda a analisar a atuação do jornalismo institucionalizado. Compatíveis com a ética</p>

	<p>solidária questionaria tal atribuição e, de novo, pressionaria o poder público.</p> <p>Accountability Jornalística</p> <p>- Em termos práticos, compartilhamos a observação de que grande parte das notícias contou com as mesmas fontes ou fontes de mesma categoria (padre, MPT e empregadores), tomando a palavra dos imigrantes geralmente para ilustrar uma notícia construída com a finalidade de ser meritória em relação aos agentes não estatais que promoviam a concretização desse direito, de forma autônoma (como as igrejas que recebiam recém-chegados a Manaus) ou por imposição de acordos laborais (para fins de interiorização). Em poucos casos, as notícias enfatizaram a rede de apoio gestadas pelos próprios imigrantes para receber e direcionar os conterrâneos. Contudo, preocupou-nos, nesse recorte, a ausência de confrontação do estado no sentido de realizar políticas públicas de acolhimento e moradia, dois requisitos de garantia da dignidade. Pautas que tenham esse enfoque, acionamento agentes estatais a partir de uma proposta crítica e investigação documental de amparo poderiam ser métodos eficazes para efetivar a perspectiva de <i>accountability</i> aplicada.</p>	<p>solidária, notamos exemplos em que os próprios indígenas colocam suas demandas, como uma notícia em que se explicou que, naquela cultura, as famílias vivem cada qual em suas barracas, e não num ambiente só. E dar essa voz é respeitar o ponto de vista dos que são alcançados pelas decisões estatais.</p> <p>Accountability Jornalística</p> <p>- O exemplo acima, de acionamento de uma liderança indígena como fonte para o texto, representa um encontro intersubjetivo entre o repórter e aquele povo diretamente implicado pelo fato noticiado (líder indígena, sobre a abertura de abrigos coletivos geridos pelo governo do Amazonas sem observância das especificidades culturais), concretizando a noção de uma <i>accountability</i> específica, de um jornalismo atento e responsável. Em outras notícias, no entanto, sobretudo aquelas em que se abordou os acampamentos precários na rodoviária de Manaus, as falas de autoridades geralmente ganhavam mais destaque, mesmo aquelas que enfatizavam ‘a relutância’ das famílias para deixar o local, sem se colocar argumentos daquelas pessoas, fossem eles de ordem cultural (modos de organização) ou circunstanciais (os abrigos em geral ficavam em locais distantes), o que dificultaria o movimento de ida à Venezuela, para deixar doativos, e posterior retorno.</p>
Assistência	<p>22. Acre e Amazonas</p> <p>23. Igreja e Sociedade Civil</p> <p>24. Omissão do Poder Público</p> <p>25. Atuação do Poder Público</p>	<p>21. Roraima e Amazonas</p> <p>22. Indígenas <i>Warao</i></p> <p>23. MPF e ACNUR</p> <p>24. Omissão e Xenofobia</p> <p>25. Recursos Estaduais e Federais</p>
Compatibilidade (preponderante)	<p>Ética Solidária</p> <p>- Em relação ao direito mais complicado de se delimitar, haja vista sua irradiação sobre os demais, optamos por destacar dois pontos. O primeiro é o fato de que a</p>	<p>Ética Solidária</p> <p>- Diferente do que ocorreu aos haitianos, os <i>Warao</i> que chegaram à capital do Amazonas tiveram o MPF ao seu lado, dada a função daquele órgão na defesa de direitos a partir</p>

<p>chegada ao Brasil, em 2012, se deu por cidades fronteiriças com baixo índice de desenvolvimento geral e poucos recursos para dispor na atenção aos migrantes. O jornalismo, ao adotar a visão utilitária, em vários momentos reforçou a oposição entre os locais, cidadãos brasileiros, e os imigrantes, reproduzindo as narrativas sobre a escassez de recursos. O outro destaque são os atores acionados nas notícias. Nesse caso, a igreja católica e a sociedade civil atuaram proativamente, e o Estado, por sua vez, foi letárgico. Nas notícias, pouco se aprofunda a ausência, embora sejam reproduzidas posições de cobrança dos governantes locais em relação ao poder público federal. A ação civil é um ponto forte e se multiplica pelo exemplo, mas uma ótica solidária mais ampliada teria focalizado também a omissão estatal que, no limite, conduziu a violações de direitos dos migrantes.</p> <p>Accountability Jornalística</p> <p>- Aqui, observamos se os textos conseguiram, de um modo geral, seguir princípios e aplicar instrumentos da <i>accountability</i> no processo. A omissão estatal foi tratada como um jogo de empurra onde o jornalismo foi mais instrumentalizado do que agente capaz de questionar posições contrárias aos direitos humanos, embora haja exceções. Por outro lado, boa parte das notícias de serviços foi ancorada em informações capazes de orientar sobre acolhimento e outras formas de auxílio, frisando ainda a disposição dos imigrantes na procura por ocupação e independência financeira, embora saibamos que o intervalo entre a chegada a um país desconhecido impõe</p>	<p>da proteção dúplice, pelo o fato de serem indígenas e pela sua condição de refugiados. Isso se refletiu nas publicações, muitas vezes iguais e destacando a atuação ministerial, o que denota a reprodução integral de releases. Inicialmente inertes, os governos local e estadual foram impelidos à ação devido à cobrança do MPF. As notícias, destacaram o aspecto, o que conduziu ao distanciamento da população local e acabou fortalecendo a ideia de que os indígenas “não queiram trabalhar, mas apenas receber doações”. A perspectiva da solidariedade poderia quebrar a oposição entre os locais e os imigrantes, caso pusesse mais enfoque na humanidade que é inerente a todos, a despeito da nacionalidade e das inscrições etnoculturais, as quais funcionam no sistema Estado-mundo, que é desagregado da cosmovisão dos povos tradicionais e não considera que eles foram subjugados e impelidos a aceitar demarcações territoriais.</p> <p>Accountability Jornalística</p> <p>- Olhar o fenômeno sob o amparo de uma ética solidária poderia nos conduzir à busca de diversos modos de ação jornalística diferentes da tradicional abordagem sobre os povos indígenas como “incivilizados com necessidade de tutela permanente”. Sabemos que a autodeterminação é o fundamento da CRFB/88 ao tratar desses povos, estejam eles adstritos ao território brasileiro ou não. A nosso ver, as notícias não foram capazes de articular princípios e instrumentos os quais poderiam deslocar o olhar do leitor sobre os <i>Warao</i> como pessoas hábeis e autônomas, embora saibamos que, sem a intervenção do MPF, o acesso aos direitos básicos de assistência, saúde, educação, trabalho e moradia ficassem comprometidos por omissão estatal. Nos textos da assessoria do</p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	obstáculos para os quais o jornalismo não criou debates mais contundentes a partir da atribuição de responsabilidades lastreadas em normas internas e externas.	MPF, há um recurso às normas que exigem atuação do estado, mas as pautas próprias voltaram-se ao assistencialismo, sem elucidar o contraponto dos direitos expressos.
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Elaborado por Cristiane N. A. de Souza (2024).

Concluída esta etapa, partimos à última parte da aplicação do percurso metodológico proposto para a investigação. Longe de se configurar num modelo definitivo e estanque, esta é uma proposta flexível e indiciária no sentido de promover uma adaptação do protocolo criado em 2011 para a análise de produtos jornalísticos da mídia digital, isto é, as cibernotícias. De maneira simplificada, tal conceito intenta agregar os elementos básicos indispensáveis para a caracterização da notícia (o principal gênero jornalístico) e as especificidades que a fazem ser pensada, construída, distribuída e posta em circulação no ambiente chamado de ciberespaço.

4.3 ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA (ACJ) DE NOTÍCIAS EM PORTAIS

Ainda no capítulo de apresentação do percurso metodológico (Cap. 3), indicamos dois pontos importantes acerca desta etapa. O primeiro diz respeito ao protocolo em si, para o qual traçamos adaptações, minudenciadas naquele capítulo. E, segundo, apontamos a necessidade de nova delimitação do *corpus* a ser analisado, dado o aprofundamento analítico. Por se tratar de fase qualitativa, cujo tratamento detalhado do exemplar é mais relevante do que a extensão numérica (isto é, volume de dados) do material, impôs-se a adoção de critérios para seleção de notícias a serem examinadas. Para tornar o recorte condizente com tal abordagem, realizamos um esforço delimitativo a partir de elementos relevantes na medida em que reconhecemos as notícias como formas de conhecimento e fruto de diálogos intersubjetivos. Elegemos critérios objetivos, evitando orientar a análise de uns textos em detrimentos de outros, pois o objetivo é discutir a cobertura dos fenômenos migratórios, de haitianos e de venezuelanos, sob a ótica dos direitos humanos desses migrantes transnacionais (focando-se os direitos sociais) a partir dos elementos jornalísticos ali presentes. Os critérios são estes: a) em primeiro lugar, a notícia deve ser assinada por repórter do portal nomeado do quadro de extração, indicando que teria ocorrido um trabalho de reportagem (excluindo a replicação de textos de agências e a publicação integral de releases dos atores interessados); b) depois, a quantidade de caracteres da notícia (neste caso, dispensamos notas e notícias curtas de efemérides, e optamos por analisar textos aparentemente mais robustos e aprofundados). O *corpus* definitivo dependeu da disponibilidade dos textos em

cada portal (A Crítica, Amazônia e G1), priorizando-se distribuir tão ampliativamente quanto possível, com vistas a estabelecer analogias entre as respectivas coberturas.

4.3.1 ACJ como aprofundamento: terceira delimitação do *corpus*

A fim de delimitar o *corpus* analisado nesta terceira etapa, indicamos três critérios: a) distribuição dos textos entre os três portais objetos da extração, quando houve produção em “A Crítica”, “Amazônia” e “G1”; b) exigência de que a notícia seja expressamente assinada; e c) quantidade de caracteres, prevalecendo os textos com mais caracteres (ao se pressupor que neles haja mais elementos aptos para serem avaliados segundo as dimensões do protocolo adaptado). A assinatura atribuída ao texto jornalístico é um indício de ter havido o trabalho de reportagem, de jornalista que, em boa medida, atua como garantidor primário das informações e atribuições axiológicas presentes. Indica ainda que o texto teria sido edificado no ambiente produtivo do portal de notícias (embora não físico, mas editorial) que, por sua vez, pertence a uma empresa jornalística local, regional ou nacionalmente estabelecida. Na tese, reforçamos a opção pelos portais vinculados a grupos e conglomerados midiáticos, geralmente suportada por modelo de negócios partilhado com outros produtos daquela organização e recursos para financiar as iniciativas pioneiras de ciberjornalismo no país, investindo, em alguns casos, na manutenção de equipes dedicadas. Com efeito, por não ser o foco de debate na tese, optamos por excluir da análise os textos sem assinatura, que mormente são reproduções de notícias de agências, replicações de outros sites e publicações dos *releases* de assessorias de imprensa.

Os três critérios serão aplicados de forma que, ao final, obtenhamos um conjunto de textos com autoria que sejam representativos dos portais local, regional e nacional. Quando a esse último aspecto, retomamos os resultados da observação geral do *corpus*, realizada no primeiro item desde capítulo. O Gráfico 8 revela que o portal Amazônia não teve publicações assinadas que pudessem ser selecionadas na presente fase analítica; já em 2017, o G1 foi o que apresentou o menor número de notícias sem autoria expressa no texto: apenas duas de um total de três. A diferença estaria ligada à própria caracterização das migrações nos respectivos anos. Em 2012, o processo de interiorização dos haitianos (para Sul, Sudeste e Centro-Oeste), o maior envolvimento do poder público nacional, por intermédio das ações ministeriais, a exemplo da regulamentação de vistos humanitários para esse público (dado seu não enquadramento como refugiados), foram alguns dos fatores aptos a amplificar a pauta, atraindo interesse de portais como o G1 nacional. Noutro giro, a migração venezuelana, em 2017, teve maior concentração na faixa Norte do país, sobretudo em Roraima (estado receptor), Amazonas e Pará (para onde foram interiorizados sobretudo indígenas com *status* de refugiados). Nesse caso, notamos uma

concentração de textos no âmbito local (A Crítica) e regional (Amazônia), ainda que a maior parte deles esteja classificada como “não assinada” ou “replicação”, sugerindo uma tendência aos discursos oficiais, como o do MPF e os de governos municipais e estaduais.

Na perspectiva da ciência aberta, que tem como pilar a indicação do passo a passo dos procedimentos adotados, bem como seus critérios norteadores, indicamos que a delimitação do corpus a ser analisado nesta última etapa deu-se a partir da aplicação dos critérios supra aos 178 textos já submetidos à AC na fase anterior (112 deles sobre a migração haitiana, em 2012, e 66 para a migração venezuelana, em 2017). Inclusive, mantivemos a divisão entre direitos sociais, e os quadros por grupo/ano estão no [Apêndice F1](#) e [Apêndice F2](#), respectivamente.

Na esteira, a última delimitação do *corpus* de notícias está detalhada no Quadro 23:

Quadro 23 – *Corpus* de notícias para análise com o protocolo da ACJ (adaptado)

	Direito	Portal	Autoria	Tam.	Título
01	Saúde (2012)	ACT	Júlio Pedrosa	4.425	Amazonas pretende desencadear ações de testagem de doenças em pacientes haitianos
02		G1	Carlos Eduardo M.	1.990	Morte de haitiano com HIV deixa saúde pública em alerta no Amazonas
03	Educação (2012)	ACT	Felipe Libório	4.121	Obstáculo do idioma é mais um desafio para os haitianos que buscam emprego em Manaus
04	Trabalho (2012)	ACT	Antônio Paulo	7.728	Embaixador do Haiti está de malas prontas para visitar o Amazonas
05		G1	Ivanete D. Larissa M.	6.466	Grávida, haitiana sonha que filho seja jogador de futebol no Brasil
06	Moradia (2012)	ACT	Milton Oliveira	3.675	Imigrantes Haitianos procuram Polícia Federal em Manaus para regularizarem situação no país
07	Assistência (2012)	ACT	Leandro Prazeres	8.169	Senador Eduardo Braga (PMDB) avalia onda migratória no país
08		G1	Flaviane A.	1.698	Mais de 800 haitianos moram e trabalham em Porto Velho
09	Saúde (2017)	G1	Emily Costa	5.583	Venezuelana diz que foi xingada antes de ser agredida em RR: 'jogaram pedras e disseram para ir embora do Brasil'
10		ACT	Rafael Seixas	2.249	Casos de tuberculose são registrados em crianças indígenas venezuelanas, em Manaus
11	Educação (2017)	ACT	Alik Menezes	4.436	Semed vai contratar indígenas warao sem formação para ensinar crianças nos abrigos
12	Trabalho (2017)	ACT	Rafael Seixas	5.842	“Vimos para Manaus para comer”, diz índia venezuelana que vive na Rodoviária
13	Moradia (2017)	ACT	Alik Menezes	4.474	Indígenas venezuelanos temem o fechamento de abrigo provisório em Manaus
14	Assistência (2017)	ACT	Silane Souza	3.698	Pendências documentais de imóveis que abrigam indígenas criam insegurança

Fonte: Elaborado por Cristiane N. A. de Souza (2024).

4.3.2 Marcas do fazer jornalístico: implementação do protocolo adaptado

Do conjunto das notícias que compõem a análise, seguimos com o objetivo de aplicar o protocolo adaptado da ACJ para avaliação desses 14 textos. Importa mencionar que diversos trabalhos já aplicaram o protocolo a produtos não impressos, a exemplo do empreendimento de

Santos e Miguel (2020), em que analisaram reportagens da Revista digital “AzMina”. De nossa parte, faremos uma aplicação do protocolo de ACJ adaptado para compreender de modo mais aprofundado as cibernotícias do quadro acima, tarefa essa desenvolvida a seguir:

** Notícia 01: Migração Haitiana / 2012 – A Crítica / Direito à Saúde*

A primeira notícia tem o título “**Amazonas pretende desencadear ações de testagem de doenças em pacientes haitianos**”. O texto foi publicado às 10h01 do dia 1º de fevereiro de 2012, e assinado pelo repórter Júlio Pedrosa, com o chapéu “Saúde Haitianos”, no portal A Crítica. A pauta torna pública estratégia do Governo do Amazonas para promover a testagem de HIV, sífilis, hepatites A, B e C, leishmaniose, malária e cólera, entre outras patologias que passariam a ser monitoradas via sistema de saúde estadual. No subtítulo, temos: “Governo do Amazonas vai encaminhar documento ao Ministério da Saúde sobre problemas relacionados à saúde dos imigrantes haitianos”. Esse assunto foi tratado ao longo dos 4.425 caracteres (com espaços) que formam o texto. Logo após o subtítulo, aparece uma foto de corpo inteiro de um homem haitiano deitado em maca hospitalar, sobre um lençol com o emblema da Fundação de Medicina Tropical do Amazonas (FMTAM), unidade de saúde especializada no tratamento dessas doenças. É importante destacar que o rosto do paciente não é mostrado nessa imagem, impossibilitando a sua identificação. A legenda nomeia as doenças já indicadas.

Já identificamos a assinatura e o local (Manaus), no âmbito das marcas de apuração e composição (NA1 + NA2). Cumpre salientar, todavia, que tal texto, embora assinado, reflete o posicionamento oficial do órgão governamental relativamente ao controle epidemiológico de doenças dentre as quais estão aquelas mais estigmatizadas em nossa sociedade, como a Aids (transmitida pelo vírus HIV) e a cólera (de transmissão bacteriana, cujo último surto no Brasil foi nos anos de 1990), além da leishmaniose (causada por protozoário e capaz de desencadear feridas em áreas descobertas do corpo, portanto, visíveis). O primeiro parágrafo inicia falando de uma decisão da Secretaria de Estado de Saúde (Susam), que estuda uma forma de testar os recém-chegados para doenças infectocontagiosas, e relembrando aquelas listadas na legenda.

Figura 17 – *Print* do primeiro *scroll* da Notícia 01 – H12



Fonte: Portal A Crítica (publicação em 1º/02/2012).

Informações de primeira mão são obtidas de entrevista com o diretor do Departamento Clínico da FMTAM, que diz haver um desconhecimento do perfil epidemiológico do Haiti, justificando assim a necessidade de testagem para várias doenças, tampouco se os imigrantes acometidos já teriam chegado doentes ou se adoeceram no Brasil, e a diretora-presidente do órgão, Graça Alecrim, que atribui senso de urgência às medidas. Menciona-se um documento produzido em parceria com a Fundação de Vigilância em Saúde (FVS) e a Fundação Alfredo da Matta, o qual seria enviado ao Ministério da Saúde, todavia, não há referência ao conteúdo. A apuração é plural fechada quanto às fontes, segundo a classificação do enquadramento de Porto (2004), pois o texto, embora extenso para o padrão desse portal, trouxe duas autoridades que reforçam versão única sobre o assunto. Quanto às marcas de apuração, a pauta poderia ter aprofundado dados epidemiológicos de fontes na web (a exemplo do Ministério da Saúde ou da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS)), a fim de apontar as características de cada doença, haja vista que podem ser tratadas para evitar a transmissão comunitária. As marcas de composição se resumem à existência da foto já descrita. Não se nota a exploração de recursos multimidiáticos, qualquer vídeo, infográfico explicativo/educativo ou *link* interno ou externo.

A respeito do NA3, a caracterização contextual interna, em três passagens, textos sem indicação de autoria das fontes (portanto, inserido na narrativa do repórter), ilustram como o tema é articulado. O primeiro destaque é o trecho “os pacientes haitianos internados com Aids apresentam quadros graves, associados a doenças oportunistas [...]”, concluindo o repórter que

a pobreza daquele país e a inexistência de sistema organizado de saúde (a exemplo do SUS brasileiro) tornam o “Haiti um celeiro de doenças sem notificação oficial”. Entretanto, a passagem com mais chances de suscitar reações de xenofobia vem logo após a informação da segunda fonte (Graça Alecrim) acerca de um eventual prejuízo ao atendimento a infectados na FMTAM em decorrência de uma crescente demanda no setor: “Outro agravante é o fato de que muitos haitianos que se encontram em Manaus já estão se relacionando com a população local, e devido à ausência de campanhas em seu país de origem, eles não têm o uso do preservativo como hábito”. Como se trata de enxerto relativo a campanhas de saúde, era de se esperar uma indicação da fonte apta a embasar essa afirmação, mas o trecho aparece solto na narrativa.

Notamos, então, que se trata de um julgamento a respeito dos hábitos da prática sexual entre haitianos, pois não se conhece ter havido qualquer pesquisa por meio da qual isso tenha sido objeto de questionamento entre os nacionais do Haiti. O tom de julgamento prossegue, e o repórter, desta vez, infere que o medo da deportação e a crença de que não poderão se tratar são dois dos motivos que levam os imigrantes a não buscarem o diagnóstico. Novamente, não é possível saber qual a fonte do que se afirma. Finalmente, recurso usado para separar linhas de raciocínio, o intertítulo destaca que “doentes acreditam que são vítimas de ‘feitiço’”, com o último termo entre aspas, reverbera fala da primeira fonte (Antônio Magela), que cita o Vodou, dando a ideia de que a crença atrapalha o processo de diagnóstico e tratamento dos doentes. O texto encerra com o tom de ameaça, literalmente, em trecho sem atribuição de autoria: “Uma das ameaças mais temidas é a da reintrodução do vibrião colérico – já erradicado do Estado – por meio da contaminação pelas fezes”. Quanto ao nível NA3, a transcrição dos trechos revela em que medida a notícia teria considerado (ou não) os direcionamentos éticos da profissão e as orientações específicas sobre determinados tipos de cobertura. Sem dúvida, há um caso de vulnerabilidade de saúde, considerando o contexto do país de origem desses imigrantes e todo o processo que passaram para chegar às fronteiras do Brasil, além, claro, de crenças, hábitos e valores por eles partilhados. Por esses motivos, pautar estratégias para testagem de doenças de infecção por contágio direto ou indireto para esse público, já bastante estigmatizado pela cor da pele, marca ineludível e que já os faz alvos de preconceito racial no Brasil, deveria se calcar no contínuo exercício de sensibilidade e autocrítica. Cada frase posta na narrativa do repórter ou nas aspas dos entrevistados, bem como o enfoque neste ou naquele “dado científico”, deve ser acompanhada de perguntas como: “Quais preconceitos estou deixando evidentes ao fazer tal afirmação?”, “Até que ponto isso pode gerar reações xenofóbicas, considerando o alcance do texto depois de publicado?”, “Existe alguma orientação ética específica quando se trata de coberturas desse tipo (doenças que geram estigma social), para além da orientação básica de

não mostrar o rosto do “personagem”? “Posso noticiar isso observando direitos humanos dos atingidos (migrantes)?” Outrossim, o enfoque editorial deve ser ainda mais criterioso, sempre autocrítico e jamais acomodado ou baseado em versão única ou em pré-julgamentos.

Finalmente, o nível NA4, pelo qual avaliamos a caracterização contextual externa, tem forte vinculação com o próprio fato social que adentra ao campo do jornalismo, onde se torna noticioso pelos atributos de noticiabilidade e pela comoção social suscitada. Ora, o fenômeno migratório repercutiu na imprensa local, sobretudo porque não era comum haver migrações de países não contíguos nessa região e, depois, devido ao fenótipo dos imigrantes (cor da pele) e à diferença entre os idiomas. Em 2012, foi criado visto humanitário específico para eles, dada a sua não inclusão nas condições legais para obter refúgio. Sabemos que a notícia do dia a dia, sobretudo a cobertura de evento ou pauta específica, não será dotada de contexto como uma reportagem especial; todavia, é preciso atentar para os mínimos elementos que seriam capazes inclusive de reduzir o tamanho da notícia em análise, pela retirada de trechos que em nada vão acrescer ao debate, como a menção à crença religiosa para justificar a recusa em fazer testes e tratamentos de saúde. Não obstante, o texto menciona o terremoto de 2010, fato que acabou desencadeando um fluxo de emigração mais intenso do que o normalmente ocorrido desde o Haiti. Como indicamos noutra passagem, aquele povo tem a cultura diaspórica. Grosso modo, ocorre quando um membro da família é escolhido para partir, rumo aos países desenvolvidos, e ficar responsável por fazer remessas regulares aos que permaneceram. Quando ele retorna, é visto como alguém que obteve sucesso, compra uma boa casa e outros bens para a família.

** Notícia 02: Migração Haitiana / 2012 – G1 / Direito à Saúde*

Esta segunda notícia aborda também a temática das doenças infectocontagiosas, isto é, a proliferação entre os imigrantes do Haiti, abordando o primeiro óbito por HIV. Com o título **“Morte de haitiano com HIV deixa saúde pública em alerta no Amazonas”**, notamos que o uso dos termos “morte”, “HIV” “haitiano” e “alerta” num título de 12 palavras é técnica usada pelo repórter (ou pelo responsável pela edição final) para atrair cliques. A notícia, com 1.990 caracteres, foi assinada por Carlos Eduardo Matos e publicada no dia 27 de janeiro de 2012, no portal G1. Inobstante a extração tenha sido implementada via G1 nacional, a notícia é assinada por repórter do G1 AM, portanto, uma cobertura local com veiculação nacional. No subtítulo “Haitiano morreu na segunda-feira e enterrado em Manaus, sem velório. Para FMT-AM, índice de contaminação de HIV pode avançar sem controle”, novo alerta para o possível aumento descontrolado da contaminação por HIV na capital amazonense nos faz questionar: não seria mais efetivo, em vez de criar o clima de medo e tensão – reforçado pelo jornalismo, se as ações

governamentais centrassem em promover o atendimento dos imigrantes nos respectivos locais de acolhimento e residência, esclarecendo o objetivo da testagem, os mecanismos de prevenção e a possibilidade de tratamento gratuito e cura, com uso de medicamentos entregues pelo SUS?

Ao analisar outros elementos do NA1, vinculado à dimensão Metodológica e Editorial, observamos que há apenas uma fonte com citação direta, sendo classificada como de primeira mão. É a diretora-presidente da FMTAM, Graça Alecrim, afirmando: “A legislação brasileira não obriga os imigrantes a fazerem exame de HIV antes de entrarem no país [e] se não houve medidas eficazes, o índice de contaminação de HIV entre brasileiros pode aumentar”. Usando a mesma técnica apontada no texto anterior, este repórter introduz, logo abaixo, esta passagem sem autoria expressa: “Devido à viagem desgastante até o Brasil, e em seguida de Tabatinga a Manaus, alguns haitianos portadores do HIV chegam à capital em situação crítica”. Nos dois casos, os trechos reforçam a ideia de que deveria haver teste compulsório na faixa fronteiriça, eventualmente impedindo o ingresso dos infectados por HIV, de modo a manter sob controle os índices de contaminação entre os nacionais. Sem dúvida, o modo de colocar os argumentos dá a dimensão de verdadeiro *apartheid*, com brasileiros de um lado e haitianos de outro, uma posição distante dos princípios de direitos humanos e até indiferente quanto à comoção social e ao agravamento da condição de vulnerabilidade, pois tem o condão de gerar desconfiança de que todos os haitianos (qualquer um deles) poderiam “ter o vírus da Aids”, mais um estigma. Ainda nesse nível, aparece uma fala indireta do padre Gelmino, mas apenas para corroborar a quantidade de imigrantes na cidade de Manaus e dar a previsão de chegada de outros, já que o religioso foi citado, no segundo parágrafo, como “responsável pelo acolhimento dos haitianos em Manaus”. Adicionamos observação sobre esse último trecho: não se nota qualquer indício de crítica sobre a inércia do poder público para acolher os imigrantes, reputando-se natural que o padre fosse mesmo a figura central quanto a esse aspecto, tratado como autoridade no tema.

Adentrando ao NA2, retomamos o pressuposto de ter o padre Gelmino como detentor dos dados fidedignos sobre a migração haitiana no Amazonas, fornecendo o número dos que se encontravam em Manaus e dos que chegariam da cidade de Tabatinga. É clara a distorção a respeito da atribuição de responsabilidades de provimento de estrutura, bens e serviços aptos a garantir o mínimo de dignidade para essas pessoas. E, vejam só: já desmontamos o argumento de que tenha havido uma preocupação real com a saúde dos haitianos, por parte do governo estadual, porque toda a narrativa se constrói, na verdade, para pôr a população em alerta sobre eventual descontrole da transmissão de HIV no Amazonas, e não para promover a saúde e a dignidade dos doentes de origem haitiana. Há indícios de apuração, quando o repórter revela o número de 800 diagnósticos de HIV em 2011, mas sem referência aos períodos anteriores; e na

passagem sobre a população haitiana vivendo em Manaus, já indicada. Sobre os recursos, a notícia apresenta apenas os elementos básicos (título e subtítulo), não trazendo fotos, gráficos, vídeos ou qualquer elemento que evidencie a tentativa de construir um texto que pelo menos pudesse problematizar o ponto de vista oficial sobre o tema. Antes, pelo contrário, baseou-se à inteireza no reforço textual da noção de urgência requerida pela fonte oficial. No presente caso, o trabalho é mais no sentido de indicar lacunas, já que algumas podem ser positivamente interpretadas, como é o caso da ausência de uma foto. Se a pauta surge de um fato da vida, ou seja, um óbito por HIV, a exposição da vítima, de parentes ou de pessoas doentes fere a ética e o bom senso, sendo a opção por não trazer imagens a escolha acertada. Inclusive, o repórter limitou-se a narrar que não houve velório e o enterro foi conduzido por um clérigo conhecido deles. Igualmente, não há *hiperlinks*, infográficos, vídeos ou outro recurso capaz de indicar ter havido apuração ou checagem dos dados informados. Em nenhum momento, referenciou-se a eficiência dos antirretrovirais (ARV), medicamentos que ajudam a suprimir a carga viral do soropositivo até torná-la indetectável e intransmissível. Além disso, profilaxias pré-exposição e pós-exposição, respectivamente de PrEP e PEP, já são amplamente divulgadas pelo SUS.

Figura 18 – Print do primeiro *scroll* da Notícia 02 – H12

globo.com g1 ge gshow globoplay ASSINE JÁ ENTRAR >

MENU G1 AMAZONAS 100% AMAZONICA BUSCAR

27/01/2012 12h14 - Atualizado em 31/05/2012 22h18

Morte de haitiano com HIV deixa saúde pública em alerta no Amazonas

Haitiano morreu na segunda-feira e enterrado em Manaus, sem velório. Para FMT-AM, índice de contaminação de HIV pode avançar sem controle.

Carlos Eduardo Matos
Do G1 AM

A diretoria da Fundação de Medicina Tropical do Amazonas (FMT/AM), em Manaus, confirmou nesta sexta-feira (27) a morte de um homem haitiano, que entrou no Brasil contaminado com o vírus HIV. Um casal haitiano também está internado, sendo que o estado de saúde do homem é mais grave. A mulher teve melhora no quadro clínico e está na CTI daquele hospital.

O haitiano morto foi enterrado no cemitério Parque de Manaus, no bairro Tarumã, Zona Oeste da capital, sem velório, apenas com cerimônia religiosa feita pelo padre Gelmino Costa, da paróquia do bairro São Geraldo, responsável pelo acolhimento dos haitianos em Manaus.

A entrada desordenada de imigrantes no País, pelo interior do Amazonas, tem gerado preocupação às autoridades estaduais. O secretário de saúde do Estado, Wilson Alecrim, irá a Brasília (DF) para solicitar do Governo Federal recursos para o reforço na compra de insumos para o diagnóstico e tratamento do HIV e de outras doenças como cólera, febre amarela e sífilis, que são as doenças que mais afetam a população do Haiti.

Fonte: Portal G1 (publicação em 27/01/2012).

Enfatizamos haver entrelaçamento entre os níveis analíticos, embora cada um possua particularidades. Neste texto, com menos de metade do tamanho do anterior, é natural retomar o mesmo trecho para extrair dali enfoques diferentes, conforme o que se analisa no momento. Dito isso, passamos ao NA3, caracterização contextual interna, para evidenciar os elementos

organizacional, editorial e profissional pela leitura da notícia. Em primeiro lugar, a julgar pelo modo como se fez a cobertura do acometimento de imigrantes haitianos por doenças como as decorrentes do avanço do vírus HIV, podemos dizer que, nos portais analisados (A Crítica e G1), são desconhecidas as orientações da UNAIDS⁸² para esse tipo de cobertura. É importante salientar: a cobertura jornalística sobre HIVAids é um dos modos para que as informações de prevenção e tratamento cheguem a muito mais pessoas, e ela não guarda qualquer relação com pautas que, pela abordagem direcionada para determinados grupos, reforcem estigmas. Nesse sentido, é pressuposto para atuar com esses temas a formação (e atualização) do jornalista, em nível técnico e ético, sobretudo para que ele saiba reconhecer, respeitar e garantir os direitos de pessoas ou grupos atingidos pelo seu trabalho, considerando o alcance da cibernotícia.

Por fim, o NA4, que também se insere na dimensão normativa e deontológica, aborda a caracterização contextual externa da notícia analisada. De modo geral, um texto mais curto, ou factual, não costuma aprofundar nesse nível. Contudo, no caso vertente, identificamos três trechos, já indicados na análise, para ilustrar o aspecto contextual externo. Primeiro, quando o autor relaciona o estado de gravidade dos doentes haitianos tratados na cidade de Manaus com o desgaste sofrido durante a viagem até o Brasil, alcançando Tabatinga, de onde seguem até a capital. De fato, o sistema de saúde tabatinguense não tem os recursos disponíveis em Manaus e se pressupõe condições precárias de traslado até o Brasil. Isso foi relatado pela ONG MSF, nos primeiros dias de janeiro de 2012, mas não foi referenciado pelo repórter. Outro ponto é o número de haitianos presentes nas cidades de Tabatinga e Manaus, que também é considerado dado de contexto, pois localiza o grupo que seria alvo daqueles testes – e também potenciais ‘transmissores do vírus da Aids’. A ausência de legislação sobre testagem de HIV quando da entrada de imigrantes no Brasil também cumpre o papel de contextualizar a notícia, o que nos leva à provocação derradeira: e se fossem imigrantes de países ricos, o tratamento seria igual?

** Notícia 03: Migração Haitiana / 2012 – ACT / Direito à Educação*

Felipe Libório assinou a notícia “**Obstáculo do idioma é mais um desafio para os haitianos que buscam emprego em Manaus**”, publicada às 13h20 de 24 de janeiro de 2012, sob o chapéu “Idioma Haitianos”. No subtítulo – “Fato de não dominarem o português acaba dificultando o processo de colocação profissional de haitianos que estão em Manaus” – reitera que a falta de fluência em língua portuguesa dificulta a empregabilidade desses imigrantes. É

⁸² Dentre as quais, a garantia de que a notícia seja baseada em **evidências e dados confiáveis**; a produção de textos e histórias **livres de discriminação**, garantindo o uso de termos e conceitos não estigmatizantes; e dar vez e voz às pessoas impactadas diretamente pelas **desigualdades** e organizações e **coletivos** que as representam.

notável a ocorrência de mais de um tema (direito social) numa mesma notícia, isso porque, a exemplo do texto observado, a educação vem na esteira do tema preponderante no ano 2012, o trabalho. O debate foi realizado no item anterior deste Capítulo 4 e será retomado à frente, ao analisarmos notícias sobre o direito social ao trabalho. Assim, o enfoque da presente análise é para a abordagem jornalística quanto à educação, embora o percurso não seja estanque. Com 4.121 caracteres de texto, essa foi a única notícia em Educação a compor o *corpus* para ACJ.

Continuando a análise do NA1, notamos que a notícia vai além do enfoque negativo, como se poderia imaginar ao ler o título e o subtítulo, avançando para modos propositivos em alguns trechos, sobretudo quando informa a oferta de aulas de português nas paróquias de São Geraldo e São Sebastião, sendo as desta última voltadas a 30 mulheres abrigadas pela Pastoral da Mobilidade Humana. O serviço não está completo, pois faltam endereços e contatos para o caso de haver interesse a partir da leitura do texto. Contudo, pela centralidade das ações de acolhimento e encaminhamento das demandas dos recém-chegados na igreja de São Geraldo, a ausência dessa informação talvez não tenha sido um problema para os imigrantes, mas sim, podemos imaginar, para pessoas eventualmente interessadas em ajudar. Basicamente, há três fontes para a notícia, que se enquadraria como narrativa de interesse humano pelo modo como o texto se desenvolve, baseado sobretudo nas histórias dessas personagens. Charles Maitre, de Porto Príncipe, estava no estado fazia três meses, dois dos quais passou em Tabatinga, cidade onde aguardava a liberação do visto, e disse a frase que dá o tom da pauta: “Como faço para pedir emprego em português?”, porque trabalhar era a grande preocupação desses imigrantes. O segundo entrevistado é Charles Anoscar, trazido como alguém que superou o “obstáculo da língua”, apontado antes e, àquela altura, “fala[va] bem o idioma e conseguiu trabalhar como pedreiro”. Rose Dukens é o terceiro a ser apresentado. Mesmo com uma boa comunicação em português, ele surge como que para ratificar a importância do aprendizado nas aulas gratuitas oferecidas na igreja de São Geraldo, já mencionada. É fruto de lógica paradoxal o fato de ser justamente nesta notícia, que aponta a dificuldade a respeito do idioma falado no Brasil, onde verificamos a inserção de haitianos como sujeitos na narrativa, cada qual ilustrando momento distinto da jornada para superar a barreira linguística: a chegada, a conquista do emprego e a vontade de continuar aprendendo a língua portuguesa, mesmo diante dos desafios.

Quanto ao NA2, as marcas de composição, buscamos no conteúdo expresso da notícia apreender as técnicas empregadas para planejar e redigir, os tipos de dados que compõem a massa de informação e como tudo isso aparece no texto acessado. No caso, notamos a escolha do autor por uma narrativa menos baseada em dados numéricos, ainda que estejam presentes em algumas passagens (número de inscritos na turma vs. número de frequentadores das aulas,

número de mulheres atendidas no projeto da igreja de São Sebastião), e mais pela experiência cotidiana que acaba transformada pelo aprendizado do idioma falado no Brasil. Também tem destaque o fato de a notícia se preocupar em resgatar outras (do mesmo portal), deixando para o leitor a escolha de acessá-las ou não por *links* externos (endereço visível e não acessado por palavras marcadas no texto da notícia). A imagem mostra parte do rosto de dois haitianos que parecem buscar informações num mural, indicando que o conhecimento da língua é essencial para, por exemplo, procurar por vagas de emprego ofertadas nesse tipo de mídia externa. Sem a necessidade de identificar os personagens da foto, assim foi feito.

Figura 19 – *Print* do primeiro *scroll* da Notícia 03 – H12



Fonte: Portal A Crítica (publicação em 24/01/2012).

O NA3, que trata da caracterização contextual interna, isto é, aquela respeitante a uma combinação de elementos organizacionais, editoriais e profissionais – e basicamente da opção do autor por se seguir preceitos éticos, orientações gerais em determinadas coberturas e visões alinhadas com a organização/empresa onde atua. Dito isso, nossa observação repisa anotação feita no item anterior (Análise de Conteúdo), quando observamos que a educação não foi tema tão explorado nas notícias em ambos os fenômenos analisados, indicando a possibilidade de o repórter, ao abordá-la, ficar mais livre nas suas escolhas. Não por acaso, esse autor deixou que falassem os sujeitos da história, valorizando as vivências particulares sobre o contato com o novo idioma – até questões fonéticas – e o objetivo de poder comunicar sobre o que vieram de fato buscar no Brasil: oportunidades de trabalho. A nosso ver, corresponde a cobertura atenta à perspectiva dos direitos humanos e à *accountability* voltada ao trabalho jornalístico.

Relativamente ao NA4, julgamos que o texto traz abordagem positiva sobre o tema da educação, à exceção do título e do subtítulo, onde inclusive são usados os termos “desafio” e “dificultando”, ambos de carga negativa. De outro prisma, a fluidez narrativa e os detalhes de momentos descritos pelo repórter, como quando o grupo de haitianos começa a conversar em três idiomas (crioulo, espanhol e francês), revertem a expectativa de encontrar factual pesado e culpabilizante – no sentido de fazer o leitor refletir sobre a escolha deles pelo Brasil e julgar que deveriam ter buscado emprego em países onde dominem o idioma local. Ao contrário, a passagem demonstra a facilidade deles no aprendizado de línguas, o que vai sendo ratificado nas histórias contadas pelos personagens. De fato, sendo comum a saída de *diásporas* rumo a países francófonos e anglófonos, e à proximidade geográfica e comercial com a República Dominicana (hispanofalante), acabam em contato com os três idiomas. O fato de o Brasil ter sido um dos receptores no pós-2010, devido a um rol de fatores geopolíticos e econômicos, e de o espanhol não ser o nosso idioma (uma exceção na América do Sul), aprender o português tornou-se obstáculo para os imigrantes, embora plenamente superável, como apontou o texto.

** Notícia 04: Migração Haitiana / 2012 – ACT / Direito ao Trabalho*

Retomando o apontamento feito em outras passagens deste Capítulo, enfatizamos que trabalho foi o tema marcante no contexto da imigração haitiana, inclusive porque tangencia as abordagens dos outros direitos utilizados como macrocategorias nas análises. Ou seja, notória é a forma como a categoria se imiscui, em maior ou menor grau, no *corpus*. “**Embaixador do Haiti está de malas prontas para visitar o Amazonas**” é a notícia avaliada no tema, embora o título não o referencie de modo direto. Antônio Paulo assina o texto publicado às 13h48 de 06 de fevereiro de 2012, no portal A Crítica, com 7.728 caracteres. O subtítulo “Em entrevista exclusiva para ACT, o embaixador do Haiti no Brasil revelou que foi ideia dele a proposta da cota do visto humanitário e de emprego para a entrada de haitianos no Brasil” traz as pistas de como o texto deve desenvolver a pauta. Primeiro, revela que não se trata de cobertura comum, mas de uma entrevista concedida com exclusividade ao repórter. Segundo, indica que o “visto humanitário e de emprego” é tema central do texto, sobretudo a definição de cotas mensais e anuais, de 120 e 1.200 autorizações, respectivamente; e a ideia para criar essa modalidade de visto partiu do próprio embaixador haitiano no Brasil, Idalbert Pierre-Jean.

Já abordados o conteúdo inicial do NA1, partimos agora para os demais pontos desse nível analítico. Como se trata de uma entrevista, a fonte do texto é o diplomata já qualificado, mas o repórter ainda se baseia em fontes de segunda mão, por exemplo, o documento enviado pela Embaixada do Haiti no Brasil, que estaria aguardando a resposta oficial do governo do

Amazonas para se criar o consulado do país caribenho na cidade de Manaus; e a Resolução do CNIg, a qual regulamentou a emissão dos vistos na capital haitiana a nacionais residentes no país então presidido por Michael Martelly. Além disso, vários dados foram trazidos pela fonte primária, tais como a quantia média desembolsada, por imigrante, para fazer o trajeto entre o país de origem e uma das cidades ao Norte do Brasil, nos estados do Acre e do Amazonas. Ele também cita a Minustah (missão da ONU liderada pelo Brasil a partir de 2004, com o objetivo de pacificar a capital e regiões no entorno) e fala de modo genérico sobre iniciativas do Brasil, sob a presidência de Dilma Rousseff, para investir no Haiti e sobre o fato de o governo brasileiro estar “criando vários níveis de cooperação internacional”. Entretanto, documentos e acordos não são indicados no texto, e os dados são atrelados apenas à fala do entrevistado.

Figura 20 – *Print* do primeiro *scroll* da Notícia 04 – H12



Fonte: Portal A Crítica (publicação em 06/02/2012).

Quanto ao NA2, ou as marcas de composição, estas ligadas a uma dimensão que, após reformulação, foi nomeada Técnico-Procedimental, notamos sobretudo a ausência de recursos tipicamente usados para compor a narrativa jornalística pensada para o ciberespaço. Sobre uso de dados disponíveis na web, até com o intuito de agregar informações secundárias de modo a exemplificar ou detalhar as declarações do entrevistado, constatamos que não ocorreu. Acerca dos valores pagos pelas viagens até o Brasil, textos analisados anteriormente dão conta de que eles podem chegar a cinco ou dez mil dólares, diferentemente daquilo que foi dito neste aqui, e o detalhamento de gastos – que poderia ser obtido em notícias com entrevistas aos haitianos – é um dado basicamente ignorado na etapa de apuração, entre os textos de nosso recorte. Não há

qualquer *link*, embora se faça referência a documentos disponíveis na web, reiteramos. Por fim, indicamos a ocorrência de dois recursos indispensáveis para toda entrevista veiculada em meio impresso ou digital: foto do entrevistado e destaque gráfico entre perguntas e respostas. A foto mostra o embaixador sentado, sério, com vestimenta formal e à vontade na conversa. A legenda traz seu cargo e nome. Outro recurso são as questões em negrito, seguindo o mesmo padrão de destaque utilizado em jornais impressos e revistas, por exemplo, mas que nos ajuda a situar as falas de cada lado e orienta a leitura segundo o interesse pelo assunto questionado.

Prosseguindo para o NA3, é importante mencionar que o portal A Crítica aproveitou o *timing* para ampliar, em entrevista exclusiva, o entendimento sobre certas questões e dar voz ao representante da diplomacia haitiana. A primeira foi o fato de o embaixador do Haiti já ter viajado para o Acre e já estar aguardando a resposta do governo amazonense para a criação de um consulado em Manaus, questões que certamente foram consideradas por editores do portal para propor a entrevista. Depois, a oportunidade de tornar pública a posição do representante oficial daquele país sobre questões problemáticas e desconfortáveis, em certa medida: como a limitação do número de vistos, o argumento de que a decisão mitigaria a atuação de coiotes no traslado ilegal de imigrantes e a percepção de que o governo brasileiro demorou para traçar as estratégias de auxílio aos haitianos que aqui chegavam desde o fim de 2010. Considerando as orientações sobre o tipo de cobertura, frisamos uma perspicácia do entrevistador. Por um lado, notamos que ele tem a pretensão de “extrair falas polêmicas” do embaixador, por exemplo, quando questiona sobre o número controlado de visto e tem como resposta a afirmação de que essa decisão é soberana do governo brasileiro, ou quando pede ao entrevistado que opine sobre o principal argumento do Brasil acerca do visto humanitário, de que a emissão no Haiti inibiria a atuação de coiotes, e obtém evasiva da autoridade haitian, que não emite juízo pessoal sobre o assunto. Por outro lado, em perguntas com o intuito de ampliar a noção (do senso comum) acerca das razões dessa imigração inédita que teve o Brasil como um dos destinos, quando o repórter pede que o entrevistado opine sobre a relação entre o fenômeno e a então posição de líder geopolítico que o Brasil detinha, no contexto da Latinoamérica, ficamos sabendo que o nosso país nunca fora a prioridade daqueles imigrantes, mas uma opção mais fácil no contexto pouco receptivo dos EUA e do Canadá, preferências no continente americano. Outras passagens ilustram o seu intuito de ampliar o debate e de interrogar lugares-comuns que inevitavelmente o jornalismo acaba criando e reproduzindo nas notícias do cotidiano.

Avançando para o NA4, a principal reflexão é sobre a marcante projeção, no espaço de uma entrevista (embora com mais de 7 mil caracteres), de uma série de contextos externos sobre a imigração haitiana e a problemática da emissão de vistos humanitários de trabalho no país de

origem. Ao longo desta análise, ao tocar outros aspectos, de ordem técnica ou ética, o contexto externo trazido na notícia ficou evidente, mas indicamos os pontos de mais destaque. O repórter pede a opinião do embaixador sobre a Minustah, já mencionada aqui, e oportuniza que este discorra sobre tal relação anterior entre os dois países. O jornalista pergunta sobre a posição política do Brasil no cone Sul, e pede que o embaixador esclareça se esse poderia ser um dos antecedentes para aquele fenômeno migratório, outra importante pretensão de incluir o contexto externo. Por fim, vemos que o entrevistador, agora em relação ao visto, questionou a autoridade haitiana se a medida seria suficiente para conter a imigração de indocumentados (uma consequência). Essas questões abrem importantes chaves de debate. Por fim, reforçamos que algumas ausências inoportunas, se não prejudicaram a qualidade geral do texto, deixaram de fora informações de contexto. Um exemplo foi o fato de não terem sido indicadas (em *links* internos ou mesmo no fim da entrevista) as fontes documentais mencionadas por entrevistador e entrevistado, inclusive porque teriam sido opções de aprofundamento à escolha do leitor.

* *Notícia 05: Migração Haitiana / 2012 – G1 / Direito ao Trabalho*

A quinta notícia, “**Grávida, haitiana sonha que filho seja jogador de futebol no Brasil**”, foi publicada no dia 19 de outubro de 2012, no portal G1, sendo assinada por Ivanete Damasceno e Larissa Matarésio. No subtítulo, o texto “Imigrantes esperam que bebês tenham futuro melhor no Brasil. Segundo governo, 35 filhos de haitianos nasceram em Porto Velho” é o indicativo de dois pontos interessantes no contexto migratório haitiano, em 2012. Vejamos: o primeiro deles foi o processo de interiorização laboral, que apontamos durante a Análise de Conteúdo, no item anterior deste Capítulo; o segundo diz respeito a dar voz aos imigrantes no processo de exploração jornalística das jornadas individuais ou coletivas desses imigrantes. A notícia, cumpre destacar, foi feita no último trimestre daquele ano de 2012, razão pela qual já se dedica a esses novos aspectos (a interiorização e o momento de planejar o futuro no Brasil), e não mais aos factuais dedicados a travessia fronteiriça, espera por documentos, providências emergenciais em saúde, moradia e assistência e o debate sobre o inédito visto humanitário.

Dando continuidade à análise do NA1, após a contextualização da notícia, passamos a observar as fontes desse texto, tomado como longo (6.466 caracteres) em relação ao *corpus*. Já no parágrafo inicial, as autoras citam dados oficiais obtidos junto à Secretaria Estadual de Assistência Social de Rondônia, dando conta de que havia uma média de 1,2 mil haitianos em todo o Estado, e que, desse total, 563 viviam em Porto Velho (capital). Na esteira, a titular da pasta, Cláudia Moura, reforça que ter filhos brasileiros não teria influência sobre permanecer aqui, porque aquelas mães haitianas já tinham vistos de permanência, desmontando a falácia de

que isso poderia ser uma estratégia para garantir a fixação dos pais no Brasil. A reportagem também falou com a escritora Jakelyne Silva Miranda, que esclareceu sobre o procedimento de registro dos bebês, frisando ser similar ao que ocorre no caso de filhos de brasileiros, com a diferença de se exigir “o passaporte ou a carteira de identidade estrangeira permanente, que é expedida pela Polícia Federal (PF)”. O trecho ratifica o argumento da fonte anterior, mesmo aparecendo distante na ordem de leitura. A escritora relatou ainda sobre a comunicação no momento de os pais haitianos emitirem a certidão no cartório, e garantiu que o não domínio do nosso idioma é contornado pela paciência dos que buscam o serviço e de quem os atende: “Eles sempre falam bem devagar para nós entendermos o que estão pedindo e nós também, e a maioria está bem habituada ao nosso idioma”, trecho que traz uma importante mensagem de que os serviços públicos no Brasil podem ser prestados com empatia, zelo e respeito.

Figura 21 – Print do primeiro *scroll* da Notícia 05 – H12

globo.com g1 ge gshow globoplay ASSINE JÁ ENTRAR >

MENU G1 RONDÔNIA REDE AMAZÔNICA BUSCAR

19/10/2012 07h00 - Atualizado em 19/10/2012 07h01

Grávida, haitiana sonha que filho seja jogador de futebol no Brasil

Imigrantes esperam que bebês tenham futuro melhor no Brasil. Segundo governo, 35 filhos de haitianos nasceram em Porto Velho.

Ivanete Damasceno e Larissa Matarésio
Do G1 RO

FACEBOOK TWITTER G+ PINTEREST

Fonte: Portal G1 (publicação em 19/10/2012).

Prosseguindo para o NA2, notamos que, ao contrário das notícias já analisadas, o texto em apreço carrega maior familiaridade com os recursos da *web*, o que passamos a detalhar. O primeiro aspecto são as fotos, isso porque há três fotos na notícia, contra o padrão de uma que geralmente é identificado em notícias cotidianas. Observamos que as imagens são produzidas, com grupos de mulheres (ou apenas uma) e filhos, segurando as certidões de nascimento (1 e 2), além de uma onde aparecem três mulheres e três crianças (Nanine, Misiana e Manoucheka com os filhos nascidos no Brasil), em que as pessoas do quadro não estão posando. Quanto ao uso de *links*, há sete do tipo interno (*hiperlink* em termos do próprio texto), mas todos eles são

referências a outras páginas do G1, e sem qualquer relação com o assunto tratado. O “olho” é utilizado duas vezes: na primeira ele traz as aspas da imigrante Mailene Reges, quando ela diz que é da cultura haitiana a vontade de ter muitos filhos, pois eles alegram a casa. O outro traz uma importante posição institucional da secretária de Assistência Social de Rondônia, acerca da prestação de assistência às grávidas e aos recém-nascidos no âmbito da saúde pública.

Com respeito ao NA3, já iniciamos sua análise apontando o acerto das autoras, ao usar o recurso estético do “olho” para destacar trecho vinculado à concretização do direito à saúde de mulheres e crianças, a despeito de sua nacionalidade, quando a fonte oficial crava: “assim como [para] toda cidadã, o estado presta assistência básica, é feito todo um acompanhamento do pré-natal e da criança recém-nascida”. Entendemos que as escolhas das jornalistas apontam o tom que a notícia terá – e uma pauta sobre o nascimento de 35 brasileiros filhos de haitianos em Rondônia certamente poderia ganhar contornos negativos, sendo distinto o direcionamento editorial da notícia e diferentes as afeições éticas e humanísticas de quem constrói a narrativa. Em várias passagens, a notícia acaba reproduzindo as condições de pobreza em que vivem as mães haitianas, citando desemprego, separação familiar, compartilhamento de residência com amigos ou parentes e narrando a dura jornada que enfrentaram para chegar ao Norte do Brasil. Mas, pelo modo como são construídos os parágrafos, vemos que esse *background* foi recurso para destacar a conclusão de que aquelas mulheres não perderam a esperança de que o Brasil trará oportunidades, não apenas para elas, mas para os filhos brasileiros. Como já referenciado na análise, desejam que eles estudem e tenham profissões, de esportista a engenheiro. Assim é que concluímos: embora não tenhamos observado de modo direto a referência a normas sobre o tema da nacionalidade dos pequenos, nem mesmo na exposição das fontes, a observação de fundo do contexto interno indica um alinhamento positivo na cobertura do tema, desfazendo possíveis motivos para prática de xenofobia e trazendo o ponto de vista das haitianas.

Ainda sobre as personagens, destacamos as vivências/histórias das mulheres acionadas pelas jornalistas: Guirlaine Petiote, de 27 anos; Mailene Reges, de 25; Nanine Joseph, 35; Manoucheka Datilus, 24; e Misiana Saguese, 32; e Sunda Alexis, 33. Para além de serem personagens ilustrativas do texto, notamos que essas mulheres são instadas a falar sobre cultura, vivências e planos para os filhos brasileiros. O sonho de Guirlaine inspirou o título da notícia. Ela quer que o filho seja jogador de futebol, porque acredita ser uma profissão bem remunerada e pela admiração que os haitianos têm em relação aos jogadores brasileiros. Por sua vez, Mailene revela que ter muitos filhos é algo cultural daquele povo, afirmando que não tem filhos para garantir segurança e permanência no Brasil. Nanine fala das oportunidades que veio buscar no país, e diz que pretende trazer os outros filhos e o marido, para reunir a família. Manoucheka,

que veio do Haiti sozinha, como Nanine, diz que o marido dela já havia chegado ao Brasil e os dois já fazem planos para Leonardo, o filho brasileiro. Querem que ele seja engenheiro. Misiana também é mãe de brasileiro e revela que os planos dela e do marido são “arrumar emprego, colocar a criança na escola e morar sempre no Brasil”. A última dessas seis mulheres, Sunda, ainda não faz planos, mas tem esperança de que o pai de Emanuel, que ficou no Haiti, consiga dinheiro para a viagem até o Brasil e, chegando aqui, arrume trabalho. Feita a distinção entre a origem das fontes, podemos dizer que as de primeira mão foram tanto as haitianas quanto as duas brasileiras (secretária estadual e escrevente de cartório), enquanto os números provêm de levantamento do governo de Rondônia, portanto, são de segunda mão. Conquanto distintas as posições de representação das fontes (as duas primeiras representam o poder público local e as haitianas, aquelas que demandam), as autoras conseguiram compor um texto de modo coerente, a fim de trazer informações úteis e enfrentar posições equivocadas.

Finalmente, em se tratando do NA4, também já tocamos em alguns pontos acima, mas destacamos dois quesitos ainda não mencionados na análise. Primeiro, o trecho logo abaixo da fala de Mailene, sobre como tem sido a vida hoje, em que as autoras refazem, pela memória de duas delas, o trajeto percorrido desde o Haiti até o Acre, de onde seguiram para Rondônia, ainda que não cite aspectos como a atuação dos coiotes, o tempo e os gatos com essa viagem. No caso das duas entrevistadas, elas entraram no país por Epitaciolândia (AC), mas sabemos que Brasiléia (AC) e Tabatinga (AM) tinham sido as principais portas de ingresso no período inicial da imigração haitiana, o que não foi mencionado no texto, talvez pela vinculação maior ao processo de interiorização, que já estava em curso à época da publicação. Um intertítulo é dedicado a falar sobre a população haitiana em Porto Velho (RO), detalhando a divisão entre homens (416) e mulheres (147), mas sem detalhar a escolha da cidade como destino na fase de interiorização, tendo em vista que os grupos de imigrantes procuravam chegar às regiões Sul e Sudeste, onde sabiam, por parentes e amigos, haver mais postos de trabalho. Já falamos, no item anterior do Capítulo, da demanda por mão de obra em Rondônia, decorrente da construção, à época, das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, naquele Estado.

** Notícia 06: Migração Haitiana / 2012 – ACT / Direito à Moradia*

“Imigrantes haitianos procuram Polícia Federal em Manaus para regularizarem situação no país” é o título da notícia objeto desta análise. Ela é assinada por Milton Oliveira e publicada no portal A Crítica, às 11h24 de 1º de fevereiro de 2012, com 3.675 caracteres. O subtítulo, “Na busca pela regularização do visto humanitário, haitianos estão dormindo em praças e locais próximos à Polícia Federal em Manaus”, é praticamente uma denúncia sobre a

condição enfrentada pelos imigrantes para obter o visto humanitário na capital amazonense. A ideia trazida no título consideramos positiva para abordar o tema, pois indica preocupação em tornar a situação regular no Brasil, mas o poder público, personificado pela PF, não conseguiu criar uma estratégia de atuação condizente com a alta demanda, evitando situações como essa acima narrada. Como já dissemos neste Capítulo 4, a etapa de cadastramento perante a PF era essencial para que os imigrantes pudessem prosseguir com a expedição de documentos (CTPS e CPF) exigidos para obter emprego formal no Brasil e assegurar a permanência.

Damos seguimento à análise do NA1 indicando as fontes citadas. A Superintendência da Polícia Federal no Amazonas informou o objetivo do procedimento, de complementar um processo de regularização iniciado na cidade de Tabatinga, com registro de digitais e fotos, só com 80 vagas diárias para atendimento desse público. Quanto à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Amazonas (SRTE-AM), ela informou que, em 2011, foram emitidas 1.391 carteiras de trabalho para os imigrantes haitianos, sobre mutirões realizados em parceria com a igreja de São Geraldo (inclusive naquele mesmo dia) e a lista de documentos exigidos para a emissão da CTPS: protocolo expedido pela PF, CPF (obtido em agências de Correios) e comprovante de residência em Manaus. De modo geral, o texto acaba estabelecendo paralelo importante entre o trabalho da PF e a atuação da SRTE-AM, que já tínhamos apontado ao ler o subtítulo, a partir dos dados apurados (PF > protocolo → STRE > CTPS). Contudo, noutros momentos, notamos que há questões soltas, sem qualquer enfoque crítico. Ora, se depende da celeridade da PF o trabalho exercido pela STRE, o repórter poderia ter entrevistado alguém da PF para saber sobre a possibilidade de haver lá, também, mutirões para aliviar a alta demanda. A própria definição de 80 atendimentos diários, com previsão de encerrar o serviço no dia 25 daquele mês, poderia ter sido alvo de questionamento ou ao menos de uma referência crítica por parte do autor, considerando que a notícia foi publicada no dia 1º de fevereiro e, segundo a lógica, a situação de indignidade a que os pleiteantes se expunham para conseguir uma vaga ainda deveria perdurar nas próximas semanas, dada a insuficiência da oferta pela PF. Notório que o texto se propõe a expor as condições experimentadas e, com isso, oportunizar o debate sobre o assunto, mas o texto não logrou articular pontos de reflexão importantes que poderiam ser mais bem explorados a partir de apuração detida, entrevistas e pesquisa, junto às fontes.

Relativamente ao NA2, onde analisamos as marcas de composição presentes no texto, retomamos um comentário feito no parágrafo anterior, de ter havido coerência e lógica ao se expor, no mesmo texto, que o trabalho da PF implica a continuidade do processo de obtenção de documento imprescindível para os imigrantes – a CTPS. De uma forma mais detida, em se tratando de recursos, a notícia segue o padrão da foto única do portal A Crítica. Na imagem, o

homem é submetido à extração das digitais em local onde há dois atendentes, o que ilustra um dos procedimentos realizados pela PF em Manaus. A nosso ver, imagens mostrando imigrantes em qualquer situação vexatória não acrescentariam força ao texto e ainda tornariam a exposição desnecessária e/ou irresponsável, dependendo de ângulo e detalhes. Outro ponto de destaque é o uso de três intertítulos. Avaliamos que são empregados com eficiência para a transição entre trechos com enfoques distintos, auxiliando o processo de leitura. Contudo, a ausência de *links*, como em outras notícias do mesmo portal, é um indicativo de que não teria sido pensado para o meio digital, mas para uso compartilhado entre impresso e portal. Neste caso específico, se poderia ter feito direcionamentos para os sites da PF-AM e da SRTE-AM e, inclusive, para o teor da Resolução do CNIg que regulamentou o visto humanitário de trabalho para haitianos. Essas são algumas indicações sobre o emprego do recurso pelo repórter, sem prejuízo de outras.

Figura 22 – *Print* do primeiro *scroll* da Notícia 06 – H12



Fonte: Portal A Crítica (publicação em 1º/02/2012).

Quanto ao NA3, uma observação geral sobre o texto é a sua adequação ao “modelo de notícia do dia”, aquela tipicamente escrita junto com outras pautas e com *deadline* no fim do expediente. Ao utilizar os nomes dos órgãos públicos em vez de autoridades que teriam sido entrevistadas, há um indicativo de que os dados são decorrentes de notas oficiais enviadas para a imprensa ou de notícias já publicadas, que serviram, estas sim, de fonte para o repórter. Do enfoque organizacional, a ênfase seria na denúncia da situação, a julgar pelo título e subtítulo, o que é positivo para induzir o debate sobre as condições indignas, como já dissemos. E pode ter sido orientação da pauta a entrevista com as personagens, para obter suas impressões sobre

o assunto. Claro que todos eles acabaram falando sobre emprego, com opiniões desapontadas (caso de Marquein, citado sem sobrenome) ou esperançosas (como Bien Aime, Chrisma Erius e Georjes Adneu) sobre a vida no Brasil. Frisamos que o repórter conseguiu trazer diferentes perfis, indicando um pouco dos projetos de vida de Chrisma e Georjes, por exemplo. Aquele vivia há um ano e meio no país e já tinha um emprego, uma casa alugada e até uma namorada; ao passo que Adneu havia chegado fazia uma semana, e só pensava em regularizar a estada no Brasil e recomeçar a vida aqui, trabalhando na construção civil. Destacamos a importância de escutar os sujeitos de quem se está falando, ajudando-o a se expressar com autenticidade; e de organizar a narrativa noticiosa de modo a qualificar/potencializar essas falas.

O NA4, como sabemos, nos ajuda a compreender se a notícia foi capaz de apresentar o fenômeno, o contexto social e o acontecimento midiático a partir dos elementos do texto. Esse é o aspecto que exige uma percepção aguçada de nossa parte, porque não é algo explícito, que se pode apreender pela literalidade, em boa parte dos casos. De saída, notamos que tal notícia foi uma das poucas que, desse período dos primeiros meses de 2012, não mencionou o sismo ocorrido em 2010, apontado como único antecedente da imigração para o Brasil, noção que nós dissemos estar incompleta – como já apontado nesta tese. Quanto a um trecho da notícia que poderia ter sido ampliado de contexto externo, é o que trata do visto humanitário. Inclusive, a “pressa” que os imigrantes tinham em regularizar a situação do Brasil decorreu diretamente da medida, porque nela o prazo para concluir o procedimento capaz de gerar o protocolo de visto humanitário junto à PF foi definido como sendo três meses. Recém-chegados a Manaus, sem conhecer a cidade, sem dinheiro e sem trabalho, os imigrantes só queriam uma coisa: garantir os documentos e um emprego. Ainda nesse assunto, o repórter optou por não aprofundar outro aspecto da Resolução: a possibilidade de indocumentados, segundo aqueles parâmetros, serem “notificados para deixar o país”. Ora, julgamos como negligência ou irresponsabilidade o fato de o repórter inserir esse dado no texto (o que entendemos desnecessário para a compreensão do assunto tratado) e não buscar subsídios suficientes para torná-la compreensível pelo leitor. No item anterior, vimos que especialistas questionaram essa política migratória brasileira com argumentos como as regras de deportação e expulsão de indocumentados, o papel do Brasil como defensor das fronteiras abertas e o fato de que migrar não é crime, mas sim um direito.

** Notícia 07: Migração Haitiana / 2012 – ACT / Direito à Assistência*

“**Senador Eduardo Braga (PMDB) avalia onda migratória no país**” é o sétimo texto analisado com base no protocolo adaptado da ACJ. A entrevista com o senador Eduardo Braga (atualmente em seu segundo mandato) foi conduzida pelo repórter Leandro Prazeres e publicada

no portal A Crítica em 26 de fevereiro de 2012, às 15h38, sob o chapéu “Manaus”. O subtítulo é, na verdade, um recorte da fala do parlamentar, a saber: “O Brasil não pode ficar só olhando o próprio umbigo”. No texto, não há indicação de que teria havido encontro entre entrevistador e entrevistado, presencialmente, ou as questões teriam sido enviadas com auxílio de recursos digitais, como e-mail ou videoconferência (ainda não popularizadas naquele ano). Para o padrão do portal, os 8.169 caracteres da entrevista a qualificam como um texto robusto. Ela está dividida da seguinte forma: três parágrafos introdutórios, dez perguntas e respostas e um bloco de outros quatro parágrafos indicando que a relação entre o senador e aquele país é anterior ao terremoto ocorrido em janeiro de 2010 e ao fenômeno migratório intensificado no início de 2012, quando o tema ganhou repercussão em nível nacional.

Quanto a outros elementos específicos do NA1, reforçamos que, devido ao tipo de texto analisado, tem como fonte primária o próprio entrevistado, que passou a questionar o governo federal sobre medidas para auxiliar imigrantes que chegavam pelo do Acre e pelo Amazonas, supondo que, se tivessem chegado pelo Sul ou Sudeste, essa resposta teria sido mais rápida. O senador defende algumas teses, mas sem citar fontes. No início, ele diz que o Acre era “ponto de passagem”, ao contrário do Amazonas: “Já temos radicados em Manaus aproximadamente 2 mil haitianos. Em Tabatinga temos 343 que chegaram depois do dia 13 de janeiro [...]”. Em relação ao visto humanitário, ele afirma que a embaixada do Brasil no Haiti só teria recebido 30 solicitações de visto depois de implementado o novo procedimento, mas “10 mil haitianos estavam fazendo um movimento migratório tão violento”. A explicação, segundo ele, é de que “boa parte dos haitianos que vieram ao Brasil não estava mais no Haiti. Estavam na República Dominicana [...]. Porque quem está no Haiti não tem acesso a meios financeiros para chegar a Tabatinga. O custo dessa rota é estimado em US\$ 10 mil”. Sublinhamos os dados fornecidos nas respostas, e careceriam de confirmação por outras fontes, seja de sites governamentais, de órgãos como a PF e o MPF, de entidades independentes ou dos próprios grupos de imigrantes. Não é por se tratar de entrevista que as declarações não precisam ser confirmadas. Inclusive, é preciso entender que estão em jogo interesses explícitos e implícitos, e inclinações políticas, o que é razão suficiente para não fazer uso da repisada técnica do “jornalismo declaratório”.

Nesse lastro, adentramos ao NA2 para observar as marcas de composição presentes na entrevista. O primeiro ponto a que atentamos é a falta de marcação gráfica com a qualidade de os trechos pertencentes a entrevistador e entrevistado. As perguntas aparecem na mesma fonte e sem destaque em relação às respostas, a não ser pelo clássico uso das iniciais do portal, de um lado, e as do senador, de outro – não julgamos ter sido suficiente para conferir fluidez à leitura. A foto vem abaixo do subtítulo e mostra o congressista no púlpito do que parece ser o ambiente

de pronunciamentos do plenário do Senado Federal. Na legenda, o jornalista frisa a tese do senador de que o Brasil tenha invertido sua posição no cenário da imigração, passando de “exportador de mão de obra a ‘sonho de consumo’ de estrangeiros”. Assim como dissemos na análise do nível anterior (apuração), frisamos que, novamente, o argumento não se ampara em fundamentos de ordem sociopolítica ou geoeconômica, não acionados pelo entrevistado. O intertítulo, como sabemos, é um recurso do impresso, de modo que não se inova ao incluí-lo. Todavia, ele serviu bem ao texto, principalmente por sua função de separar o fim da entrevista do bloco dedicado a conferir legitimidade ao senador como debatedor qualificado em relação às questões do Haiti, já que o senador afirma ter visitado o país pela primeira vez em 1981, na lua de mel, e, desde então, ter visto “como a vida era difícil” já naquela época. Ausentes *links*, vídeos ou quaisquer recursos multimídia, julgamos que o texto poderia ser tipicamente usado tanto para o impresso quanto para o portal, sem qualquer modificação em nível estrutural. Os recursos citados cumprem a função de contextualizar e subsidiar a compreensão do leitor.

Figura 23 – *Print* do primeiro *scroll* da Notícia 07 – H12



Fonte: Portal A Crítica (publicação em 26/02/2012).

Ao adentrarmos ao NA3, em vez de almejarmos identificar os elementos concretos no conteúdo aparente do texto, garimpamos pistas capazes de indicar vinculações contextuais em relação a organização, inclinações editoriais e orientações normativas que foram (ou poderiam ter sido) balizadoras da atuação profissional. Do ponto de vista organizacional, nos primeiros meses de 2012, por conta do crescente fluxo, a pauta da migração haitiana teve espaço cativo e cobertura diária do portal A Crítica. A alusão à “grande mídia” pôs em evidência o fato de a pauta ter iniciado na seara local, e só em 2012 ter ganhado espaço nos jornais e nos portais de abrangência nacional. O repórter provoca e o entrevistado responde que, acaso tivesse sido

pelos estados do Sul e do Sudeste essa entrada de imigrantes haitianos, o tema teria ganhado o destaque na mídia de referência do Brasil bem antes. Entrevistas são textos mais longos, onde se exige expertise do entrevistado e um trabalho de preparação, mesmo que seja a elaboração e o envio de perguntas por e-mail, e geralmente aprofundam um debate pela ótica pessoal que leva em conta atuação pública, autoridade e conhecimento sobre o assunto. No caso analisado, o rol de questões garantiu a ampla abordagem do tema, embora algumas perguntas e respostas tenham extrapolado o contexto – poderiam não ter sido feitas ou retiradas do compilado final. A pergunta sobre o Brasil deixar a Minustah e se isso geraria mais instabilidade no Haiti, cuja resposta do senador cita a desumanidade dos EUA e o gasto da ordem dos trilhões de dólares nas guerras contra Iraque e Afeganistão. Ora, o entrevistador, como profissional que conduz o rito, deve elaborar as perguntas (sob a supervisão do editor), ordená-las e identificar eventuais enviesamentos e evasivas que possam comprometer a qualidade do produto, como apontamos. Outra crítica nossa é quanto a certa desordem, pois uma das tarefas do jornalista é sistematizar as informações. Inicialmente, ele questiona sobre a demora na “ajuda do governo Federal” no primeiro momento, depois se amplia o debate para o visto humanitário, a eventual anistia aos que chegaram após a data limite, a oposição Norte vs. Sul/Sudeste. E retorna com a pergunta sobre os 540 mil reais liberados para ações assistenciais no Amazonas e, logo após, questiona sobre uma declaração xenofóbica do então governador do estado, Omar Aziz (sobre enviar os imigrantes para Brasília), e prossegue questionando sobre a vontade do Brasil de ser potência mundial (com resposta evasiva), a vigilância sobre a atuação de coiotes, entre outros.

Isso posto, analisemos o contexto externo, NA4, a partir de um fato que consideramos paradigmático na ótica geral do fenômeno migratório entre o Haiti e o Brasil no início de 2012. O visto humanitário, citado indiretamente quando o senador menciona os 343 imigrantes que, tendo chegado ao país após o 13 de janeiro, não teriam direito a entrar sem o visto obtido em Porto Príncipe, capital do Haiti, conforme as exigências da Resolução 97/2012-CNIg. A questão ressurge quando o congressista é instado a responder se conversara com Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e Polícia Federal sobre as ações de coiotes após criada essa modalidade de visto. Ele afirma que a Abin acompanhava o movimento há pelo menos seis meses e que “não podemos dizer que o governo não sabia, por exemplo, que o movimento migratório não vinha de dentro do Haiti”. Importa lembrar que as declarações estão distantes no texto (uma na resposta um e outra, na oito), ou seja, leitura menos atenta não seria capaz de concatenar os dois trechos e suscitar questionamentos do tipo: teria sido o visto humanitário, nos moldes em que ele fora implementado, parte de uma estratégia para barrar a entrada de haitianos no país, dadas

as circunstâncias exigidas para sua obtenção e a realidade da maioria daqueles imigrantes, não residentes em Porto Príncipe à época, a qual, segundo o relato, era conhecida das autoridades?

** Notícia 08: Migração Haitiana / 2012 – G1 / Direito à Assistência*

Fruto de uma pauta que repercute o processo de interiorização, a notícia “**Mais de 800 haitianos moram e trabalham em Porto Velho**”, com 1.698 caracteres, foi publicada no dia 6 de junho de 2012, às 9h57, no portal G1. Na notícia, assinada por Flaviane Azambuja, o tom da narrativa é no sentido de mostrar como esse processo tem ocorrido na capital rondoniense, depois que os imigrantes chegam a Porto Velho. Pela proximidade geográfica, a notícia traz a trajetória dos grupos que ingressaram no Brasil pelas cidades fronteiriças do Acre, sem citar o Amazonas como ponto de entrada, por Tabatinga. Enquanto o título traz a informação oficial do número de imigrantes que residem e laboram na capital de Rondônia (800), o subtítulo faz alusão ao terremoto (2010), ao estado por onde entraram no Brasil tais imigrantes e ao tipo de visto (permanência). Eis o texto: “Imigrantes deixaram o Haiti após o terremoto que devastou aquele país. Estrangeiros chegam pelo Acre e recebem visto de permanência no Brasil”.

Feitas as considerações gerais, passamos a analisar as fontes da notícia para compor o NA1. Da Secretaria de Estado de Assistência Social (Seas), a repórter obteve a informação de que havia, naquele momento, 807 haitianos cadastrados no estado. Nota-se que o dado não foi trazido por entrevistado, mas provavelmente de uma solicitação direta ou de um levantamento produzido por aquela Secretaria para municiar a imprensa. Essa referência direta à instituição é novamente usada para se citar o Departamento de Administração da Polícia Federal, a quem a jornalista atribui uma passagem de contexto, que analisaremos abaixo. Já a terceira fonte é Tatiana Bentes Monteiro, responsável administrativa da Casa de Apoio Raimundo Neves, que “abriga e fornece alimentação aos imigrantes que ainda não foram inseridos no mercado de trabalho”. Tatiana confirma uma percepção geral de que os homens têm mais facilidade para conseguir emprego, geralmente na construção civil. Quanto às mulheres, além de demorarem até três meses para achar uma ocupação, geralmente é na função de empregada doméstica. Da leitura dessa parte do texto (último parágrafo), fica a sensação de que não fomos corretamente informados, o que pode ser decorrência de falhas na fase de apuração. De fato, não é novidade que os homens tiveram maior inserção no mercado formal devido à conjuntura econômica do país (construção civil, novas hidrelétricas etc.), enquanto as mulheres, dificilmente absorvidas nesses setores, buscaram colocação no mercado informal. Em relação ao serviço doméstico, já mencionamos, no item anterior do Capítulo, que a barreira do idioma e as diferenças culturais são dois obstáculos para a permanência nesses postos, embora isso não tenha sido abordado

nesta notícia. O único dado relativo à Casa é o número de estrangeiros recebidos lá em 2011: 200 pessoas que haviam sido encaminhadas pela Seas/RO, que aparece no texto da repórter e entendemos ser derivado de sua apuração junto à fonte (entrevistada).

Figura 24 – Print do primeiro *scroll* da Notícia 08 – H12

06/06/2012 09h57 - Atualizado em 06/06/2012 09h57

Mais de 800 haitianos moram e trabalham em Porto Velho

Imigrantes deixaram o Haiti após o terremoto que devastou aquele país. Estrangeiros chegam pelo Acre e recebem visto de permanência no Brasil.

Flaviane Azambuja
Do G1 RO

FACEBOOK TWITTER G+ PINTEREST

22

06/06/2012 09h57

Fonte: Portal G1 (publicação em 06/06/2012).

Em relação ao NA2, considerando que se trata de uma notícia relativamente curta, de apenas seis parágrafos com média de três a quatro linhas, uma só imagem acompanha o texto. Na foto, produzida por Jenifer Zambiazzi, do portal, aparecem três homens e uma mulher, e a legenda informa que os três homens têm emprego, enquanto a única mulher, Compère, espera um filho e está desempregada. Sabemos da importância de a imagem complementar o texto e “conversar” com ele, mostrando pessoas, lugares e circunstâncias ali tratadas. Pensando nisso, avaliamos que a foto, mesmo única, é suficiente para reforçar o argumento principal da notícia, de que a condição de mulher é aspecto negativo quando se trata de empregabilidade. Ao retratar a mulher grávida e desempregada, a notícia suscita problemática importante, capaz de explicar porque o perfil dos *diásporas* é de “homens jovens”. Ser qualificado nesse grupo aumenta as chances de prosperar nos países receptores e ajudar os familiares residentes no Haiti. Claro que a foto, mesmo sem intencionalidade explícita, é um retrato da desigualdade de gênero. Os *links* internos encontrados na notícia estão nas palavras “Rondônia” e “Porto Velho” e os dois direcionam o leitor ao G1-RO, isto é, não cumprem uma função específica no texto analisado. Devido ao tamanho dele (não é longo) e à inexistência de quebra quanto ao assunto tratado, não foram utilizados intertítulos. Também não há vídeos ou recursos que indiquem um trabalho de

composição da narrativa sob a ótica do ciberjornalismo, inclusive tendo como escopo ampliar o entendimento do leitor acerca dos dados comparativos de empregabilidade, o que demandaria a consulta a outra fonte, a saber: o então Ministério do Trabalho e Emprego.

Em relação ao NA3, conforme temos dito nas análises deste item, por se tratar aqui de um aspecto não explícito, não raras vezes seus elementos ou conteúdo são debatidos nos dois primeiros níveis analíticos desde aspectos mais aparentes. Presumimos, ao analisar o NA3, a existência de vinculações éticas do jornalista com o código deontológico da categoria, e ainda a sua predisposição, ao receber uma pauta que toca os direitos humanos, de buscar subsídios à disposição noutros campos, como orientações do OIM, no caso de imigrantes, e do ACNUR, sobre os refugiados, ou da OMS, quando se tratar da cobertura de doenças infectocontagiosas (conforme já discorremos nas duas primeiras análises). O fato é que, ausentes os balizamentos mínimos a que o repórter possa recorrer ao tratar determinados temas, a qualidade do trabalho estará de algum modo comprometida e, a depender do alcance (circulação), equívocos graves ou não, serão propagados – sem garantia de que eventual correção tenha igual alcance. Temos claro que a notícia é um recorte, e sempre será incompleta de algum ângulo que queiramos ter aprofundado; todavia, ao se tratar de tema repisado como foi a migração haitiana pelo Norte do Brasil no início de 2012, com fontes de informação que pululavam na *web*, das oficiais às independentes, não seria justificável que uma notícia desse o mesmo contexto de meses antes. Prosseguindo para uma reflexão mais calcada em trechos do texto, verificamos que a repórter recorreu a duas personagens: uma mulher (Compère Nadine, 32, grávida e desempregada) e um homem (Wykell Olistín, 30, empregado da construção civil). O homem consegue manter a própria subsistência e fazer pequenas remessas para a esposa e os dois filhos, que ficaram no Haiti; já a mulher depende do trabalho da Casa de Apoio Raimundo Neves. É mérito do texto a sensibilidade de traçar tal paralelo, haja vista que a “imigração haitiana para o Brasil”, longe de ser o “bloco granítico” dos imigrantes negros do país caribenho, revela histórias de pessoas distintas, homens e mulheres, com expectativas e, principalmente, oportunidades diferentes. O contexto interno, portanto, no seu aspecto positivo, atende às orientações da segmentação e da identificação de demandas específicas dos sujeitos de um mesmo grupo étnico, por exemplo.

Quanto ao NA4, frisamos duas questões de mais relevância nesta análise. Em junho de 2012, já era de conhecimento público a criação de visto específico para contemplar imigrantes haitianos, devido ao não enquadramento na condição de refugiados. No texto, ainda que não se refira a eles como refugiados, a repórter diz: “[...] após o terremoto que devastou o país em 2010, [os haitianos] buscam refúgio e uma vida melhor no Brasil”. O emprego de termos não intercambiáveis como se fossem sinônimos na cobertura de imigração e refúgio, ainda que

bastante comum, é fortemente desaconselhada. Além disso, é sintoma de formação jornalística desatenta com relação aos direitos de grupos específicos e despreocupada sobre o bom emprego das técnicas. No Capítulo final, trataremos mais detidamente essa questão. O contexto externo típico nas notícias rápidas que mencionam imigrantes do Haiti é a referência ao sismo de grandes proporções ocorrido em 2010, que aparece nos textos quase como motivo único e suficiente para dar início a um grande fluxo migratório rumo ao Brasil. Como resumimos no Capítulo 2 desta tese, o Haiti passa por períodos de instabilidade política ao longo de toda a sua História, o que gerou naquele povo uma cultura diaspórica, sendo mais corriqueiro do que imaginamos a saída de jovens, financiados pelos familiares que lá permanecem, para trabalhar e fazer remessas desde nações desenvolvidas. Depois, o Brasil aparece como destino no fluxo intensificado no pós-sismo de 2010 devido a uma série complexa de motivações, raramente exploradas nos textos mais robustos – e menos ainda nas coberturas do dia a dia.

A partir de agora, analisamos o rol de notícias referentes à imigração venezuelana para o Brasil, todas publicadas em 2017 e classificadas pela relação com os direitos sociais (saúde, educação, trabalho, moradia e assistência), empregados como categorias analíticas na etapa de Análise de Conteúdo (item 3 deste Capítulo 4) para garantirmos a abordagem de mais temas.

** Notícia 09: Migração Venezuelana / 2017 – G1 / Direito à Saúde*

A primeira notícia sobre a imigração venezuelana, cujo título é **“Venezuelana diz que foi xingada antes de ser agredida em RR: 'jogaram pedras e disseram para ir embora do Brasil'”**, foi assinada por Emily Costa e publicada no portal G1 de 15 de setembro de 2017, às 19h29. No subtítulo, a autora também reproduziu parte das palavras da imigrante, vejamos: “Ela, o marido e o irmão estavam juntos no momento da agressão. Imigrante foi agredida com soco e pontapé e também conta que foi mal atendida em hospital: ‘médica disse que não tinha tempo para atender venezuelanos’”. Com 5.583 caracteres, esse texto é uma clara denúncia de **xenofobia**, praticada duas vezes contra a mesma pessoa, em Boa Vista, capital de Roraima. Como se pode observar, se o título apresenta aquela primeira agressão, é no subtítulo que se revela o seu desfecho, isto é, a segunda agressão, praticada por servidora do serviço de saúde municipal, a qual, em tese, deveria cuidar das pessoas, sejam brasileiras ou não. É pertinente, em relação à cobertura da imigração venezuelana, apontar a distinção essencial: basicamente, dividiram-se entre indígenas e não indígenas. No caso vertente, três imigrantes não indígenas da mesma família sofreram xingamentos (tipo de agressão) e agressões físicas em Boa Vista.

Colocados os aspectos gerais, iremos complementar o NA1. A notícia traz o relato da jovem venezuelana agredida, junto com o marido e o irmão, num primeiro momento, e depois

maltratada pela médica plantonista da maternidade Nossa Senhora de Nazaré, com agressões verbais e manifestações explícitas de xenofobia. Uma fonte é acionada em cada circunstância: primeiro, a Polícia Militar, que trasladou a vítima até a maternidade e acompanhou o registro da agressão no 4º Distrito Policial. Depois, em relação aos xingamentos por parte da servidora da saúde, a Secretaria Estadual de Saúde (Sesau) emitiu uma nota: “Além de não compactuar, a Sesau repudia qualquer manifestação de xenofobia, assim como não consente com maus tratos a qualquer paciente, independentemente de sua nacionalidade, etnia, idade, entre outras diversidades”. Poderia ter parado aí, em relação às fontes, e estaríamos diante da cobertura usual de casos policiais. No entanto, a terceira fonte consultada, diríamos, é o diferencial nesse tipo de abordagem jornalística, quando a manifestação explícita de xenofobia, inclusive, leva às vias de fato e, com analisaremos adiante, revela o descaso (ou conivência) das pessoas que circundam a cena, clara demonstração de que um debate franco e pedagógico é urgente. A pesquisadora e docente da Universidade Federal de Roraima (UFRR), France Rodrigues, dá a exata nomeação aos fatos: xenofobia. Ela define: “O fato deles (*sic*) maltratados, humilhados pela nacionalidade deles rapidamente demonstra aquilo que é definido como xenofobia. E isso é passível de denúncia”. E prossegue, agora no discurso indireto, que as testemunhas que não prestaram socorro às vítimas “deveriam ser responsabilizadas, mesmo que moralmente, pelo comportamento. [...] as pessoas deveriam ter interrompido as agressões, chamado a política, ou, pelo menos, filmado o ocorrido” – o que serviria de prova para uma futura denúncia.

Quanto ao NA2, notamos uso de recursos corriqueiros, embora alguns tenham funções relevantes na narrativa, são eles: duas fotos, um *link* interno (inserido no próprio texto) e dois intertítulos. Na primeira foto, o casal de venezuelanos aparece sentado em cadeiras plásticas e de mãos dadas em ambiente externo. A legenda traz os nomes completos e informa o teor da entrevista: “a agressão sofrida em rua da capital [roraimense]”. A segunda foto foi extraída de página de rede social (*Facebook*), e dá os créditos da reprodução. A imagem mostra a mulher num carro com outras pessoas, e a legenda contextualiza ao informar que ela “foi levada pela PM à Maternidade de Boa Vista”, devido à suspeição de gravidez e porque “teve sangramento após a agressão”. Assim, o motivo pelo qual se procurou a maternidade, e não um serviço de pronto atendimento hospitalar comum foi o sangramento após as agressões físicas sofridas, e para que fossem sanadas desconfianças sobre algum comprometimento na gravidez recente. O *hiperlink*, por seu turno, vincula esta notícia com uma anterior, sobre o mesmo fato, publicada no G1 às 10h51 daquele dia, também assinada por Emily Costa. Só que a publicação é igual do ponto de vista do ocorrido, o que a tornaria dispensável, já que a notícia analisada, além do factual, traz o contexto, ao apresentar os relatos das vítimas, a resposta da Sesau à denúncia de

agressão verbal e uma análise de especialista sobre a problemática de fundo, a xenofobia. Por fim, os intertítulos servem, neste texto, para situar os dois momentos além do motivo inicial. Após narrar as agressões sofridas pelos venezuelanos na rua e especificar a possível condição de gravidez, além da indiferença de testemunhas e da ação policial, o intertítulo “Médica disse que ‘não tinha tempo para venezuelanos’” usa o mesmo recurso à citação direta para contar os fatos ocorridos a maternidade e incluir a resposta da Sesau. Já o último, “‘Caso de explícita xenofobia’, avalia socióloga” traz a análise das agressões e do comportamento indiferente dos observadores, citando o perigoso reforço social negativo caso não haja responsabilização.

Figura 25 – Print do primeiro *scroll* da Notícia 09 – V17

bo.com g1 ge gshow globoplay ASSINE JÁ ENTRA

MENU G1 RORAIMA REDE AMAZÔNICA BUSCAR

'Jogaram pedras e disseram para ir embora do Brasil'

Ela, o marido e o irmão estavam juntos no momento da agressão. Imigrante foi agredida com soco e pontapé e também conta que foi mal atendida em hospital: 'médica disse que não tinha tempo para atender venezuelanos'.

Por Emily Costa, G1 RR
15/09/2017 19h29 · Atualizado há 6 anos

f t w

Fonte: Portal G1 (publicação em 15/09/2017).

Embora na etapa de análise de aspectos formais do texto tenhamos de algum modo nos deparado com aspectos afeitos ao NA3, prosseguimos de modo mais detido do que julgamos um indicador das escolhas editoriais relativas à pauta. Ainda que tenhamos afirmado ter sido o *link* com notícia meramente factual, de horas antes, irrelevante na função que lhe cabe – isto é, de dar opções capazes de ampliar conhecimento do leitor, sua inclusão nos ajuda a entender que houve a escolha dos editores quanto à exploração do fenômeno para além do factual. Por sua vez, a repórter acrescentou relatos com detalhes, que conferem verossimilhança ao escrito, como em “Um dos homens me bateu no ombro e outro deu um chute nas pernas. O terceiro só nos xingou e agrediu verbalmente” ou em “A médica não conseguiu entender o que ela dizia, e afirmou que tinha dinheiro na bolsa, que não precisava e nem tinha tempo para atender ‘venecas’”. Ela concluiu o texto com a fala contundente da socióloga France Rodrigues: “São

várias ações que, como seres humanos, temos a obrigação de fazer para barrar isso. À medida que as pessoas encontram fortalecimento e eco desse tipo de agressão, elas vão continuar fazendo mais e mais [...]”, depois de mostrar que a prática denunciada condiz com o conceito de xenofobia apresentado pela professora universitária. As escolhas da repórter, por conduzir o texto ao fechamento que debate a questão de fundo, chama as pessoas à responsabilidade e alerta sobre o perigo da impunidade em casos como esse, consideramos condizentes com uma mediação atenta aos vieses, embora não tenha posto em questão o enquadramento do crime no registro da ocorrência como “agressão”, e não como xenofobia (Lei N. 9.459/97), ou a Sesau, para indicar se haveria a aplicação de alguma medida disciplinar contra a médica citada.

Por fim, analisamos o NA4, com respeito às questões de contexto macro, que foram ou que poderiam ter sido exploradas na notícia. Em primeiro lugar, notamos que, sem a proteção voltada para os imigrantes venezuelanos indígenas, cujas vulnerabilidades foram tratadas, por exemplo, pelo Ministério Público Federal (MPF), os não indígenas acabaram sendo alvos mais fáceis das manifestações xenofóbicas naquele contexto de migração intensificada, em 2017. Na Venezuela, faltava pouco para que o marido de Rosalvi Gusman (22), Abraham Mercado (30), concluísse o curso de medicina. Lá, a família tinha carro, casa e loja de roupas, mas, no Brasil, o casal e o irmão de Rosalvi ganhavam a vida como vendedores ambulantes. É a certeza da impunidade – insuflada pelo nacionalismo e pela culpabilização dos imigrantes – que conduz a práticas xenofóbicas explícitas, ao avesso da prevalência dos direitos humanos. Nesse sentido, pensamos que a avaliação da socióloga foi o ápice da contextualização externa, na medida em que, indo além dos conceitos e de apontar transgressões morais e legais, lançou luz sobre nossas responsabilidades como seres humanos. Esse trecho final da notícia é o que efetivamente chama à ação e transcende o discurso vazio observado na nota da Sesau, de que “[...] não consente com maus tratos [...] independentemente de nacionalidade, etnia, idade”. O texto, concluímos, soube articular bem esse debate, apesar de algumas distorções típicas.

** Notícia 10: Migração Venezuelana / 2017 – ACT / Direito à Saúde*

A notícia ora analisada tem como título “**Casos de tuberculose são registrados em crianças indígenas venezuelanas, em Manaus**”, foi assinada por Rafael Seixas e publicada 00h12 do dia 10 de maio de 2017, com 2.249 caracteres. Já no subtítulo, apresenta dois casos de crianças acometidas e a relutância dos pais em relação aos cuidados médicos: “Um menino de 4 anos e um bebê recém-nascido foram diagnosticados nesta terça-feira (09) com a doença. A priori, os pais dos menores foram relutantes quanto ao tratamento. Assim como na notícia anterior, aqui também destacamos a distinção primordial acerca dos imigrantes venezuelanos,

quanto à etnicidade, entre indígenas e não indígenas. Ao longo deste Capítulo, podemos notar que, nas notícias cuja cobertura ocorreu em Manaus, quase todas elas tratam sobre imigrantes indígenas, precisamente do povo *Warao*. Soma-se a isso o fato de que grande parte dos textos assinados são do portal A Crítica, tornando raras as oportunidades em que nos debruçaremos sobre tal fenômeno migratório fazendo referência aos venezuelanos não indígenas. Inclusive, com exceção do ocorrido no item anterior (Notícia 09), desta até a última notícia a respeito da imigração venezuelana pelo Norte do país, todas foram publicadas no portal A Crítica e todas desenvolvem pautas sobre a vida dos imigrantes indígenas na capital amazonense.

Isso posto, continuamos a identificar, ainda no NA1, as marcas da apuração. Quanto às fontes, uma foi consultada pelo repórter, o coordenador do Centro Estadual de Referência em Direitos Humanos Adamor Guedes, Cristiano Chixaro. Ao longo do texto, um erro grosseiro de redação (e revisão) se repete: ao se referir ao coordenador da instituição citada, o narrador o chama de “Guedes”, em vez de “Chixaro”. No geral, o coordenador aborda dois aspectos. O primeiro é a relutância dos pais em deixar sob cuidados médicos, porque “os *Warao* têm uma cultura que acredita que existem outros meios para a cura (de doenças)”. Depois, ele informa que esses não foram os primeiros casos entre os venezuelanos *Warao* e não apresenta os dados. De igual modo, afirma que “não há o conhecimento, por parte dos órgãos, de nenhuma doença mais grave que esteja afetando os indígenas”, sem qualquer informação oficial ou referência.

Notamos outro trecho onde há afirmações sem fonte expressa, mas agora na narrativa do repórter: “Também foi registrado hoje outro caso de tuberculose em uma criança *Warao*, desta vez um bebê recém-nascido, que foi encaminhado à Policlínica da Codajás. A mãe fugiu do local [...]”. Não citar a fonte é só parte do problema deste parágrafo, pois a passagem não revela a condição de saúde do menor quando fora encaminhado à unidade de saúde, e ainda relata que a mãe fugiu do local, sem ao menos usar a estratégia de atribuir essa acusação a uma fonte, tirando do jornalista o papel de julgador. Qualquer que fosse o fato e a motivação, seria indispensável, em respeito à pessoa, aprofundar a apuração. Mesmo fazendo referência a apenas um, o texto citou outros três órgãos/entidades governamentais: Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (Sejusc), Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos (Semmasdh) e Policlínica Codajás, atribuindo-lhes atuação ou não. A Sejusc teria sido responsável por convencer a mãe do bebê a retornar ao local; enquanto a Semmasdh, vinha promovendo “ações de conscientização” na Rodoviária e na Rua Quintino Bocaiúva, onde estavam concentrados os grupos de indígenas venezuelanos. Já a Policlínica é o local onde as duas crianças acometidas pela doença recebiam tratamento médico.

Passamos a analisar o NA2, de matiz mais formal e relativo à composição da narrativa. Considerando que a notícia está dividida em seis parágrafos com a média de seis linhas cada, não é um texto longo, em comparação ao conjunto analisado. Uma foto da unidade de saúde, onde aparece o *totem* e o nome da Policlínica, ilustra a notícia. Não há legenda, mas somente a nomeação da foto (codaj_s.JPG) e a imagem é notadamente de baixa qualidade (resolução). Também não há *links*, vídeos ou qualquer recurso multimídia, tampouco intertítulos. De modo geral, a partir da leitura dessa notícia, temos a impressão de que ela foi escrita às pressas, sem atenção a coisas básicas (como a correção do nome da fonte ou a inclusão de legenda na foto). Não é nosso intuito o mero julgamento de atributos formais, mas elucidar a correlação entre a composição da narrativa e a perspectiva afeita aos direitos humanos implicados no trabalho. É inevitável, em se tratando no NA2, não partir dos elementos e do conteúdo a ele atribuídos de acordo com o protocolo adaptado. De fato, notamos que o repórter não pôde refletir acerca do texto final, notadamente sobre eventuais julgamentos implícitos, e acabou produzindo texto de última hora. Um exemplo é a desconexão lógica entre o último parágrafo e o resto da notícia, o qual poderia ser retirado sem prejuízo. Por falar em lógica, não podemos deixar de mencionar: em texto onde não há espaço para os *Warao* falarem ou para fontes independentes, surpreende que as últimas linhas tragam a frase, atribuída a Chíxaro (erroneamente chamado de Guedes): “O principal é fazer com que essas pessoas tenham seus direitos preservados”.

Figura 26 – Print do primeiro *scroll* da Notícia 10 – V17



Fonte: Portal A Crítica (publicação em 10/05/2017).

Relativamente ao NA3, este exercício analítico-reflexivo começa quando sustentamos que a notícia se resume à informação de que “duas crianças indígenas estrangeiras que vivem em Manaus contraíram tuberculose”, complementada pelo julgamento de que as crenças dos responsáveis obstaculizam a prestação do tratamento médico-hospitalar. Esse debate poderia ser aprofundado a pontos bastante complexos, e lastreado no conflito normativo entre direito à autodeterminação e direito à saúde – e esse ponto, por si só, já poderia arrancar essa pauta do rol das efemérides cotidianas, posicionando-a junto daquelas que exigem mais planejamento. Compreendemos que, no caso concreto, saúde é o direito prevalecente; mas isso não significa que as crenças legítimas daqueles povos possam ser desacreditadas. Ou seja, a validade do tratamento médico não deve conduzir à invalidade desse aspecto particular da cultura *Warao*, pois essa não é a lógica de respeito às diferenças que, inclusive, baliza nossa Constituição e a tão propalada conduta ético-democrática que alicerça também o fazer jornalístico. O repórter aciona a dicotomia estigmatizante em três momentos: “Funcionários [...] tiveram dificuldades para convencer um indígena venezuelano da etnia Warao a deixar seu filho, um menino de 4 anos, em uma clínica para se tratar contra tuberculose”; “O pai, por sua vez, quis retirar o menor do local, mas depois foi convencido que o tratamento seria o melhor para a criança”; e “Está havendo muita recusa por parte deles. Os *Warao* têm uma cultura que acredita que existem outros meios para a cura (de doenças)”. Esses trechos evidenciam a mesma ideia, de que, equivocados nas suas crenças, esses indígenas deveriam aceitar o que dizem os brancos, numa alusão à “qualidade” de ingênuo/ignorante historicamente atribuída aos povos originários – o que, conforme analisamos, o texto logrou reproduzir como um contexto interno da notícia. Para falar de um aspecto positivo, citamos o trecho em que o repórter cita uma atitude de empatia, precisamente quando a fonte menciona ter encaminhado “funcionário da instituição fluente em espanhol para conversar com o indígena”, embora saibamos que espanhol também não é o seu idioma originário, mas sim a língua oficial falada no país de origem, a Venezuela.

Em relação ao NA4, notamos que a notícia, por abordar o assunto em tom factual, não tem como ponto forte a caracterização contextual externa. Referimo-nos a questões amplas e conjunturais, algumas citadas nos parágrafos anteriores ao problematizarmos outros aspectos. Inobstante, atendo-nos ao conteúdo explícito, exercício de reflexão criativa revelaria aspectos latentes para compor o presente quadro analítico. Iniciamos não com uma afirmação, mas com dois questionamentos: Qual o sentido de divulgar, num portal de notícias, a ocorrência desses dois casos de tuberculose entre crianças indígenas *Warao*? E: Por que seria relevante reiterar três vezes, em notícia relativamente curta, a recusa dos pais em aceitar prontamente que seus filhos fossem levados por profissionais de saúde, enfatizando sempre o facto de que as crenças

dessas pessoas funcionariam como travas à compreensão do benefício da medicina ocidental? Como já discutimos no item anterior deste Capítulo, por se tratar de indígenas em condição de extrema vulnerabilidade, o MPF passou a agir para assegurar que os direitos deles não fossem vilipendiados e, principalmente, garantidos pelos responsáveis, em todas as esferas de Poder. Extrajudicialmente, questionou agentes públicos sobre as providências já tomadas e um plano de ação nas áreas de assistência humanitária, saúde, moradia, educação e renda, respeitadas as particularidades culturais. Em adição, instaurou inquérito civil, em março de 2017. Conforme se observa, esta notícia foi publicada em 10 de maio daquele ano, baseada em fonte ligada ao governo estadual. Nossa leitura é a seguinte: a pauta atende a interesses do poder público, haja vista sua responsabilidade de ação, embora não se observe interesse público aparente. Mais do que ostentar respostas certas, os jornalistas devem estar cada dia mais preparados para fazer as perguntas mais coerentes; e não apenas às/aos fontes/entrevistados, mas sobretudo ao trabalho que eles mesmos produzem. No fim das contas, a notícia, fruto de reflexão ou não, contribuirá em alguma medida para o debate sobre os direitos de pessoas e de povos.

** Notícia 11: Migração Venezuelana / 2017 – ACT / Direito à Educação*

“Semed vai contratar indígenas warao sem formação para ensinar crianças nos abrigos” é o título da terceira notícia onde se aborda o tema da imigração venezuelana, tendo sido publicada em 26 de setembro de 2017, às 23h55, no portal A Crítica. Assinada por Alik Menezes, o texto tem 4.436 caracteres e trata de modo direto o tema da educação infantil para crianças da etnia *Warao*. O subtítulo “Ideia é criar turmas para oferecer ensino aos indígenas, além de fortalecer e preservar a língua e cultura maternas” revela os três objetivos da proposta formulada pelo governo municipal que, para além de cumprir a obrigação de ofertar ensino a crianças e adolescentes nos abrigos, precisava exercê-la respeitando cultura e língua maternas. Voltando ao título da notícia, é evidente a valoração negativa derivada da construção textual, e uma contradição lógico-semântica entre estas duas expressões: “sem formação” e “ensinar”. Ora, o leitor logo indagaria: “Como é possível contratar alguém sem formação para dar aulas?”. Ainda que o subtítulo surja como uma explicação plausível para tal escolha, a dúvida inicial acompanhará o leitor pelo texto, fazendo-o questionar, eventualmente, sobre a validade do ensino ofertado nos abrigos – se não seria apenas uma resposta às orientações ministeriais. De fato, nosso encapsulamento cultural raramente permite que vejamos além de nossas lentes e, de logo, julgamos que o ensino, para ser “válido”, deveria ser “formal”, nos moldes que nós nos acostumamos a receber ao longo da jornada de escolarização. Este aspecto do tema, central para a análise da notícia, será retomado adiante. Por ora, sigamos na análise do NA1.

Quanto às fontes, à exceção do cacique Alírio Peres, todas elas são oficiais, primárias ou secundárias. Na ordem do texto, temos primeiro uma referência à Prefeitura de Manaus e à proposta de ensinar crianças e adolescentes nos próprios abrigos. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) é citada, mas apenas para se afirmar que os conteúdos previstos não serão ministrados nas turmas. Em seguida, é citado o Decreto Municipal 3.819, de 22 de setembro de 2017, que manteve por 180 dias a situação de emergência na capital amazonense – por conta da intensa “imigração de indígenas venezuelanos”. O repórter alerta que esse decreto atribui à Secretaria Municipal de Ensino (Semed) a responsabilidade pela “inclusão da criança e do adolescente indígena na rede municipal de ensino”, o que difere da proposta anunciada pela Prefeitura. De fato, o artigo 6º traz esse texto, e completa: “[...] combatendo as situações de exclusão escolar e trabalho infantil”. Endossando o argumento, o cacique Alírio Peres afirma que “o ideal seria que as crianças tivessem ensino regular, aprendendo a língua portuguesa [...]”, porque facilita a comunicação com os não indígenas e ajuda na procura por emprego no futuro. Já a Semed é acionada quando autor trata da decisão de contratar “seis indígenas da própria etnia, que serão responsáveis pela ‘educação’ de crianças e adolescentes [...]” e “os ‘professores’ serão pagos com recursos do governo federal”. Importante frisar que as aspas não são atribuídas a porta-voz específico, sendo provável que tenham sido obtidas de duas maneiras: ou por meio de nota da Semed para a imprensa, anunciando a decisão; ou em resposta a pedido da reportagem. Mais duas fontes são citadas, embora estejam relacionadas a conteúdo diverso do assunto noticiado. A Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Desenvolvimento (Semtrad), sobre uma feira de artesanato, em planejamento junto com outras entidades; e a Secretaria Municipal de Saúde (Semsu), com oferta de serviços (imunização, combate a vermes, diagnóstico de tuberculose, pré-natal e atendimento odontológico) e prevenção da disseminação de doenças. Trazer temas “relacionados”, mas que não desenvolvem a pauta é, muitas vezes, recurso usado para ampliar a notícia sem a necessidade de providenciar apuração e consultar fontes alternativas a respeito daquele assunto. Em geral, esses trechos são extraídos de releases e aproveitados no texto que é desenvolvido pela reportagem ou são retirados de notícias do próprio portal, sem a remissão.

No NA2, as observações gerais caminham no mesmo sentido das análises anteriores, relativamente ao portal A Crítica. Mesmo com vários *scrolls* de rolagem, a notícia é ilustrada por foto única, posicionada logo abaixo do subtítulo, com autoria atribuída a Gilson Melo. Na imagem, há duas crianças no primeiro plano, aparentando ser uma menina de dois ou três anos e um menino de cinco ou seis anos; e uma adolescente ao fundo, com cerca de 11 ou 12 anos. A legenda diz: “Crianças brincam na rua em frente ao abrigo no bairro Educandos, na Zona Sul da cidade, onde moram há três meses”. Apesar de única, julgamos que a foto reflete quem é o

público abrangido pela decisão da municipalidade, bem como o ambiente onde vivem. Ao longo do texto, há três intertítulos. O primeiro (Em trâmite) concentra uma espécie de defesa da Semed acerca da decisão de contratar indígenas para lecionarem nos abrigos. O segundo é voltado para a temática do trabalho (Dificuldade para achar empregos) e, embora sem relação direta com o assunto da pauta, reforça a ideia de que, com aprendizado da língua portuguesa, é possível que os mais jovens conquistem melhores oportunidades de emprego e não tenham que depender apenas de iniciativas como feiras de artesanato. Tal inferência é fruto de análise global da narrativa – e da compreensão baseada nos argumentos estruturados pelo autor. Por fim, o intertítulo “Priorizar ações de saúde pública”, que separa o parágrafo final, não mostra qualquer relação com o assunto central, apenas divulgando a atuação municipal nessa área. As ausências, como frisamos em outras análises, também nos ajudam a inquirir a notícia. No caso, a LDB e o Decreto Municipal N. 3.819 são referenciados, mas o repórter não trouxe o *hiperlink* como opção de aprofundamento para o leitor, haja vista que ambos já estavam disponíveis na web à época da publicação. No geral, não se aproveitaram os recursos da *web* nesta notícia.

Figura 27 – Print do primeiro *scroll* da Notícia 11 – V17



Fonte: Portal A Crítica (publicação em 26/09/2017).

Em relação ao NA3, importante indicar a sua correção com os elementos atinentes à composição e analisados no parágrafo anterior. Isso porque o uso de técnicas narrativas e uma exploração competente de dados e recursos disponíveis é basicamente o conjunto de escolhas capaz de conferir contextualização interna ao texto. Falando em escolhas, a leitura do produto final, embora não mostre com certeza intencionalidades, vieses e direcionamentos de edição, é

suficiente para trazer indícios sobre os debates que pretende impulsionar. Neste caso, há de se dizer que, logo no título fica claro o rumo editorial adotado pelo portal, crítica que é reforçada nas seguintes situações: confrontar o teor do decreto com a decisão de contratar indígenas sem formação e apontar a fala de líder *Warao* em defesa da escolarização das crianças indígenas e do ensino de língua portuguesa. Só depois dessa construção é que o texto traz os argumentos da Semed na proposta de contratação naqueles moldes (sem exigir frequência ou vinculação à LDB, com aulas nos abrigos e não em escolas municipais) e contratar professores selecionados entre os próprios indígenas, prescindindo de formação superior e com verba federal). Quanto ao repórter, julgamos que, independentemente de qualquer direcionamento editorial, a que ele sempre estará sujeito (explícita ou implicitamente), sua conduta de jornalista impõe caminhos nem sempre fáceis de se pensar na jornada diária, mas que seriam o diferencial em produções como esta. Um exemplo: buscar uma fonte especializada que possa acrescentar informações e juízos embasados em pesquisas, observações etnográficas ou até casos em que já se houvesse implementado medidas semelhantes, neste ou naquele sentido (educação formal, inserindo os indígenas no ambiente escolar ou educação específica, dispensando exigências corriqueiras ao processo formativo de crianças e adolescentes não indígenas). Inclusive, anotamos: a consulta poderia conduzir a pauta por outras sendas, para além de abordagem rasa sobre “validade” ou “invalidade” do ensino não convencional, dadas as especificidades do caso. “O que dizem os especialistas?”, à primeira vista, soa paradoxal, mas refletimos: há investigadores conduzindo pesquisas para questionar teorias e práticas colonizadoras que ignoram complexidades. Pensar contra o sistema é pensar também a favor dos direitos humanos e assumir responsabilidades.

Por fim, quanto ao NA4, observamos que, a despeito de o subtítulo da notícia indicar que a estratégia de criar turmas não tradicionais, por assim dizer, é uma forma de fortalecer e preservar a língua e a cultura maternas, o ponto não é desenvolvido ao longo do texto. Em vez disso, ele é confrontado no primeiro e no segundo parágrafos, primeiro quando o autor diz que a LDB não será a balizadora da iniciativa e diz que “[...] as aulas ficarão sob responsabilidade de indígenas da etnia *Warao* sem qualquer formação para exercer a função”; depois, ao opor a proposta ao teor do Decreto N. 3.819/2017, indicando que o ensino deveria ser ministrado nas escolas do município. No sexto parágrafo, o texto traz algo como a resposta da Semed, de que “[...] os alunos *Warao* receberão o ensino voltado ao fortalecimento e preservação da língua e cultura materna, nos próprios abrigos”. No parágrafo seguinte, contendo apenas citação direta atribuída à pasta da Educação, há um trecho importante para o debate: “[...] os seis professores foram escolhidos pelos próprios indígenas *Warao*, que optaram, ainda, por receber aulas nos próprios locais de acolhimento [...]”. Feitas as remissões, analisemos. Primeiro, é curioso que

o único líder indígena entrevistado tenha se manifestado desfavorável à proposta formulada, e que, em momento algum, a notícia tenha trazido, afinal, a explicação sobre o que se entende por “fortalecer e preservar a língua e a cultura indígenas” no bojo da estratégia. Afinal, não se pode discutir o que não se conhece. De que modo, em termos práticos (e didáticos, para usar um termo a que estamos acostumados), esse modelo de ensino, com todas as especificidades já indicadas na presente análise, cumpriria o objetivo de preservar a língua e a cultura Warao? Por que o ensino regular, em escolas municipais e com professores não indígenas, ao lado de crianças brasileiras não indígenas, poderia concorrer, contrário senso, para o enfraquecimento da língua e da cultura daquelas crianças e daqueles adolescentes? O ensino endógeno é o mais indicado (nos abrigos, por pessoas daquela etnia)? Como seria o acolhimento e o tratamento de alunos indígenas num ambiente da escola regular? O município estaria preparado (entre escolas, professores, técnicos, dirigentes, outros estudantes, pais e comunidade em geral) para oferecer ambiente livre de preconceitos (com especial atenção à xenofobia) e efetivamente acolhedor? Como se observa, várias questões poderiam ampliar sobremaneira tal debate, com argumentos relacionados a várias frentes, embora todos eles distantes de uma tentativa de problematização descontextualizada acerca da “ausência de formação” e do não alinhamento a normas (LDB) construídas a partir realidade distinta daquela sob enfrentamento.

** Notícia 12: Migração Venezuelana / 2017 – ACT / Direito ao Trabalho*

Recurso raramente utilizado em títulos, as aspas de personagem destacam-se neste caso: **“Viemos para Manaus para comer”, diz índia venezuelana que vive na Rodoviária**. Nos 5.842 caracteres de texto, assinado por Rafael Seixas e publicado em 08 de fevereiro de 2017, no portal A Crítica, fica clara a principal motivação para a chegada de indígenas venezuelanos à capital amazonense, naquele ano. O subtítulo é: “Grupo de 20 índios Warao está abrigado na Rodoviária de Manaus há pouco mais de uma semana. Eles vieram à cidade para fugir da grave crise que passa a Venezuela, com escassez de alimentos e medicamentos”. Em primeiro lugar, o título evidencia erro comum e aparentemente insignificante na cobertura de pautas sobre/com povos originários/indígenas: uso do termo “índio” como equivalente/sinônimo de indígena. Já abordamos, nesta tese, sobre a carga de preconceito evocada pela palavra “índio”. Ainda que esse debate não estivesse suficientemente avançado naquele 2017, diferente do que se vê hoje, quando há no Brasil um Ministério dos Povos Originários e orientações expressas. Um exemplo foi a troca do nome da data comemorativa de 19 de abril para “Dia dos Povos Indígenas”, substituindo o equivocado “Dia do Índio”. Conquanto essa mudança seja recente, o respeito à diversidade, à autodeterminação, às culturas dos povos originários já tem bastante tempo no

país – e o requisito básico para exercer o jornalismo é manter-se atento e crítico. Já no subtítulo, temos breve contexto que justifica a imigração venezuelana, o qual será debatido adiante. Por ora, nos atemos a observar as marcas da apuração presentes na notícia.

Quanto às fontes acionadas, no NA1, e considerando o modelo clássico de apuração e narração jornalísticas, identificamos o Movimento ‘Mais Amor, Por Favor’, cujo voluntário Carlos Melchizedek foi utilizado como espécie de porta-voz, indicando como o grupo tem se mobilizado para buscar assistência humanitária aos venezuelanos instalados precariamente na Rodoviária de Manaus. Na entrevista, que foi ocasional (não agendada), o repórter levantou o tipo de material doado naquela noite (alimentos, roupas e remédios), e Melchizedek informou que o Movimento, atuante com pessoas em situação de rua no município, já havia procurado o Consulado da Venezuela para obter ajuda naquele caso específico, mas sem sucesso. Segundo o voluntário, as pessoas do grupo estariam conversando com os indígenas sobre alternativas e outras entidades que poderiam auxiliar nesse caso, citando a ONU, sem detalhar o que seria o enfoque de eventual pedido de ajuda. No quesito apuração, notamos dois pontos relevantes, a saber: foi feita pesquisa sobre a origem dos povos Warao, povo antigo do Delta do Orinoco, na porção nordeste da Venezuela; e ainda a realização de entrevistas presenciais com uma das indígenas que compunham o grupo instalado na estação rodoviária e com um não indígena já residente na cidade de Manaus, embora também tenha dormido naquele local quando chegou. Ele foi essencial para o andamento da entrevista com a mulher indígena, pois traduziu para o português o que ela dizia durante a entrevista e, claro, também contou a própria história. Ora, ambos os venezuelanos são indicados como personagens na notícia, todavia, esse debate pode ser ampliado, conforme argumenta Passos (2017), haja vista que o texto é tipicamente narrado a partir de elementos literários, cujo intuito é criar um “quadro” daquela situação particular.

Em termos de narrativa, podemos reforçar, já iniciando a análise do NA2, que se trata mesmo de uma forma mais fluida do que aquela composição textual da notícia cotidiana, com lead circunstancial, apelo às fontes oficiais e personagens de matiz ilustrativo. Não por acaso, o parágrafo inicial faz uma descrição literária do tempo meteorológico, com “Nuvens negras anunciam mais uma chuva” e detalhes típicos da literatura, como em “O ponteiro do relógio marca 18h22 [...]”, além da liberdade narrativa (inclusive recorrendo a figuras de linguagem), como em “Os olhos encontram os responsáveis das risadas, mas a visão pode machucar”; e na passagem “Os corpos dos pequenos trazem as marcas de uma visível subalimentação [...]”. Os trechos citados indicam que estamos diante de construção típica do jornalismo literário, o que acaba trazendo alguma leveza para a condição subumana da dura realidade nessa pauta. Outro mérito da notícia é a divisão dos subtítulos de modo a indicar as histórias ali entrelaçadas. Se

ela inicia com a mulher indígena abrigada na Rodoviária, prossegue com jovem não indígena que, há pouco mais de um mês na cidade, mora numa casa alugada, trabalha como ajudante de pedreiro – embora em condições difíceis (faltando itens básicos) e sonha ser cantor de rap. A primeira foto é posicionada abaixo do subtítulo, como é praxe no portal, repetindo-se ao final, numa galeria contendo cinco imagens que mostram a situação dos indígenas e a presença dos voluntários. As legendas indicam o tempo de permanência no local (uma semana) e o objetivo do deslocamento até Manaus (aqui “conseguem alimentos e remédios”). Apontamos a falta de zelo na composição da galeria, embora o uso do recurso tenha sido um importante diferencial em relação a textos já analisados, quando o repórter repete a legenda em quatro fotos e expõe a imagem de pessoas que teriam se recusado a falar com a reportagem e de crianças. Como o próprio jornalista revela, apenas Zulemma, 46, se dispôs a ser entrevistada, razão por que entendemos que ele deveria ter escolhido ângulos diferentes, de modo a preservar os demais.

Figura 28 – *Print* do primeiro *scroll* da Notícia 12 – V17



Fonte: Portal A Crítica (publicação em 08/02/2017).

Quanto ao NA3, frisamos questão crucial nesta proposta analítica: como não se trata aqui só de conteúdo exposto, que traga as indicações de como teria ocorrido a caracterização contextual interna, embora eles apareçam nalguns momentos, muito do que surge tem relação com o que nos ajudou a identificar o NA1 e o NA2. Esclarecido isso, retomamos o fato de que se trata de um espécime do jornalismo literário, dada a explicação no parágrafo segundo desta análise. Eventual pauta poderia ter dado a orientação de que a notícia seria escrita a partir das histórias de vida daqueles sujeitos instalados na Rodoviária há uma semana, e até mesmo ter

trazido os dados de contexto externo que mencionaremos na etapa final da análise. Contudo, a nossa observação será baseada em duas questões. Em primeiro lugar, vemos como acertada a escolha do repórter de indicar, na própria notícia, a recusa de vários indígenas, sob o temor a respeito de eventual “desaprovação por estarem usufruindo de uma/um cidade/país que não o seu de origem”. Quanto à inferência do jornalista, pensamos que ele não deveria ter parado aí, mas sim enfatizado, entre outros, o aspecto da obrigação humanitária do Brasil (de todos seus entes) e da prevalência dos direitos humanos, combatendo a ideia equivocada de que pessoas, quando distinta a origem nacional, poderiam ser deixadas naquelas condições. De todo modo, ele prossegue o parágrafo com a ideia de justificar a estada daquelas pessoas ali, e cremos que na tentativa de gerar empatia, citando a curiosidade das crianças a respeito do equipamento de fotografia e filmagem da equipe, qualidade tal inerente a todas as crianças. Em segundo lugar, novamente como fruto da escolha narrativa, identificamos contexto interno das duas histórias ali apresentadas. A da Zulemma, de 46 anos e mãe de 11 filhos, dos quais quatro vieram com ela nessa viagem. É da fala dessa personagem/fonte que o repórter retira o trecho reproduzido no título da publicação. Ela diz: “[...] Viemos para Manaus para comer. Aqui estou ficando gorda. Estava morrendo por não comer [...]”. Em situação menos grave, do ponto de vista da violação dos direitos humanos, Rayan Oswaldo Adophas, jovem de 22 anos, já morava há um mês em Manaus, e tinha emprego de ajudante de pedreiro. Desta vez, um não indígena revela um pouco da sua vivência na cidade. A notícia indica que, embora não indígena e mesmo que já estivesse trabalhando, o rapaz vivia também em condição precária, sem sequer um colchão ou ventilador onde ele e um amigo dividem o aluguel. Notamos que é uma boa escolha, ainda em notícia sobre imigrantes indígenas, citar um não indígena, mostrando que as dificuldades básicas são iguais, exceto pela absorção de não indígenas por setores como a construção civil. Ao menos, Rayan pôde expressar o seu sonho de cantar *rap*, o que, a nosso ver, aproxima as personagens do texto e os leitores. Afinal, como nós, eles também alimentam sonhos.

Já avançando para o NA4, retomamos a discussão sobre as formas de obter renda, que observamos como parte do contexto externo nesta notícia. Isso porque, no caso dos indígenas, ela está fortemente vinculada à cultura desse povo. Sua expertise, conforme já observamos em outros itens deste Capítulo, é na produção de utensílios e artesanato. A notícia traz outras três informações que caracterizam o contexto externo. Já no parágrafo inicial, o autor afirma: “Na Venezuela, a crise - que é econômica, política e humanitária - castiga seus habitantes e muitos já sofrem com a escassez de alimentos e medicamentos”, capaz de explicar a vinda deles até a cidade de Manaus. Em segundo lugar, ainda tratando sobre a situação de crise no país vizinho, o repórter menciona a opinião do imigrante não indígena Rayan Adophas, em citação indireta:

“[...] o jovem, que acredita que a grave situação financeira na Venezuela é motivada por uma perseguição política feita contra o presidente Nicolás Maduro”. Como vimos no Capítulo 2 da tese, os antecedentes da crise venezuelana não se explicam num enredo de causalidade direta e, tampouco, com o recurso ao simples maniqueísmo esquerda/direita, mas se desenrolam no jogo político e econômico, o qual envolve ações coordenadas como os bloqueios norte-americanos e as decisões autoritárias do governo de Maduro, herança do Chavez, cujo carisma era mais perceptível junto à população. Tais pontos apenas indicam a complexidade dessa discussão, na qual adentramos noutra passagem. Agora, trazemos o terceiro trecho capaz de acrescentar contexto externo: a indicação situacional da origem do povo *Warao*, “um dos mais antigos do Delta do Orinoco”. A informação mostra ao leitor que há crenças e costumes próprios daquele povo, o que impõe abordagens específicas, seja do jornalismo, seja do poder público local.

** Notícia 13: Migração Venezuelana / 2017 – ACT / Direito à Moradia*

A penúltima notícia que analisamos tem como título “**Indígenas venezuelanos temem o fechamento de abrigo provisório em Manaus**”. Escrita por Alik Menezes, ela tem 4.474 caracteres e aborda, grosso modo, a reação de beneficiários de política pública de abrigamento à decisão de encerrar a atividade no abrigo localizado na cidade de Manaus. Com o subtítulo “Prazo emergencial para manutenção do acolhimento no bairro Coroado encerra neste mês. Governo e MPF solicitaram recursos do Ministério do Desenvolvimento Social”, o texto teve como chapéu “Assistência” e foi publicado às 12h29 do dia 2 de dezembro de 2017. Ao longo da análise no item anterior, observamos que, por imposição de responsabilidade do MPF/AM, os entes públicos foram obrigados a entregar um plano de ação humanitária emergencial para os indígenas venezuelanos que se encontravam abrigados na Rodoviária da capital, bem como em casas alugadas a preços abusivos, no Centro de Manaus. Durante o dia, se espalhavam em avenidas da cidade para pedir dinheiro ou ofertar produtos artesanais nos sinais de trânsito. A situação de indignidade impulsionou o órgão ministerial a intervir para garantir a proteção dos indígenas, contudo, as ações emergenciais tiveram recursos limitados e prazo para encerrar.

Em linhas gerais, a pauta foi desenvolvida a partir desse fato, e os responsáveis foram instados a falar à reportagem. Continuando a análise do NA1, observamos que um trabalho de apuração foi feito junto às fontes oficiais – governos estadual e municipal e MPF. Também os caciques moradores do local trouxeram informações para sustentar o pleito de manutenção do abrigo situado no bairro Coroado, como o número total de 31 abrigados, sendo 14 crianças, e a expectativa para a chegada de mais 100 indígenas diretamente do país vizinho e de outros que haviam seguido ao Pará, mas que, segundo o cacique Abel Calderon, retornariam para Manaus

por não terem recebido qualquer ajuda dos governos locais paraenses. Quanto às fontes oficiais, o enfoque foi basicamente para apontar as ações diante da demanda renovada por abrigo frente à iminência de fechamento do local. A Secretaria de Estado de Assistência Social (Seas), que executou o plano de ajuda humanitária aos indígenas, informou, por meio da assessoria: “o prazo emergencial de seis meses foi determinado pelo MPF pra que o Estado pudesse atuar, mas que a responsabilidade é da Prefeitura de Manaus”. A respeito de reuniões que definiriam o “futuro do abrigo”, a Seas não deu pormenores, assim como não indicou o teor do relatório enviado ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o que vemos como uma falha de apuração, haja vista o interesse público atrelado aos dados consolidados pela pasta estadual. A Prefeitura, por sua Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos (Semmasdh) citou que, além de um local de moradia, o abrigo do Coroado teria se tornado o centro referencial procurado por indígenas venezuelanos que chegavam, onde eram orientados sobre algumas normas, como a proibição de “prática da mendicância com o acompanhamento dos filhos”, para proteger a dignidade dos menores. Sobre a responsabilidade atribuída pela Seas à Prefeitura, ela derivou sobretudo do fato de que a municipalidade recebeu repasses do governo federal para promover ações em prol dos refugiados indígenas. Assim, manteve casas de acolhimento, localizadas em vários bairros de Manaus. A Semmasdh disse haver 79 vagas nos locais, cuja capacidade total é para 200 pessoas, e sobre a possibilidade de receber mais 31 pessoas, ao que assentiu. Inclusive, o procedimento de recepção e triagem, que estava sendo feito pela Seas no abrigo do Coroado, seria remanejado para a alçada do município, acaso o fechamento daquele local de acolhimento viesse a se confirmar. Por fim, o MPF foi citado, e explicou, em suma, que a continuidade do acolhimento seria definida após o envio e avaliação de informações dos órgãos (aqui não fica claro se do estado e do município ou de apenas um) a respeito da situação dos indígenas, cujo prazo teria encerrado um dia antes da publicação.

No tocante ao NA2, isto é, marcas de composição aparentes na notícia, notamos que o jornalista foi organizado ao acrescentar camadas de informação para facilitar a compressão do leitor. Primeiro, trouxe o apelo dos caciques e a explicação de ambos sobre o receio quanto ao iminente fechamento do principal ponto de acolhimento de indígenas venezuelanos na cidade; depois, passou a construir sua narrativa com as respostas das fontes oficiais responsáveis pelo serviço, pela promoção da acolhida e pela fiscalização, nesta ordem: Seas, Semmasdh e MPF. Claro que alguns pontos poderiam ser aprofundados, por exemplo, pela inclusão de acesso à legislação brasileira e internacional que determina a responsabilidade estatal, o Inquérito Civil e o pedido de informações, ambos elaborados pelo órgão ministerial. Ademais, poderia ter ido mais fundo na responsabilidade do MDS, apenas citado na notícia, cujo encargo foi o envio de

recursos da União a serem administrados pela Prefeitura de Manaus nas ações emergenciais. Dito isso, é importante mencionar que os intertítulos cumpriram bem o seu papel na notícia, o que conferiu fluidez à narrativa, separando camadas de informações complementares. Quanto à foto, única e posicionada logo abaixo do subtítulo, é uma cena do abrigo do Coroado: nela, a mãe e quatro crianças aparecem sobre um colchão no solo, e uma jovem está sentada ao lado, com uma criança abaixo dela, que parece ser o filho. Redes aparecem em primeiro plano e um lençol serve como pano de fundo desse cenário. O único rosto que podemos reconhecer é o da primeira mulher, ficando preservados os menores. A foto de Euzivaldo Queiroz indica que o lugar foi adaptado e passa a ideia de solução temporária, vista a estrutura de galpão. No item anterior deste Capítulo, ao analisar notícias sobre a abertura daquele local, indígenas ouvidos disseram que, na cultura deles, cada família vive num ambiente reservado, como as barracas.

Figura 29 – *Print* do primeiro *scroll* da Notícia 13 – V17

Indígenas venezuelanos temem o fechamento de abrigo provisório em Manaus

Prazo emergencial para manutenção do acolhimento no bairro Coroado encerra neste mês. Governo e MPF solicitaram recursos do Ministério do Desenvolvimento Social

Alik Menezes
02/12/2017 às 12:29. Atualizado em 12/03/2022 às 18:45

f X WhatsApp

The photograph shows a person sitting on a mat on the floor in a makeshift shelter. The shelter is made of colorful fabrics (pink, blue, yellow) hanging from a wooden frame. The person is wearing a white shirt and is looking down. The background shows more of the shelter structure and some items hanging on the walls.

Fonte: Portal A Crítica (publicação em 02/12/2017).

Já em relação ao NA3, novamente observamos que a forma da narrativa e os recursos fotográficos, por exemplo, nos dão os indícios de como o contexto interno foi caracterizado, e a preocupação da equipe, durante a apuração, em compor um quadro que considere, além das questões burocráticas (apontar a solução como emergencial, frisar que o prazo de seis meses fora fixado pelo MPF/AM, transferir a responsabilidade de promover acolhimento e moradia para a municipalidade, haja vista o recebimento de recursos federais do MDS), as demandas atualizadas daqueles instalados e de grupos que chegariam depois. O cacique Juan Perez disse haver 31 pessoas ali no dia da entrevista, das quais 14 crianças, e 100 já estavam a caminho; e

ele justifica a necessidade de permanência do abrigo com dois outros argumentos: primeiro, a dificuldade de obter renda própria e sobreviver por seus próprios meios, bem como o processo de regularização documental, também com intuito de inserção no mercado formal. O cacique Abel Calderon falou do esperado retorno de indígenas que foram para o Pará, mas deveriam estar retornando a Manaus devido à falta de ajuda no estado vizinho, sem indicar o número de pessoas que estariam nessa condição. Enfim, identificamos outro trecho de contextualização interna, agora na resposta da Semmasdh, quando a Secretaria indica que o abrigo do Coroado passou a funcionar como ponto de acolhimento para indígenas recém-chegados a Manaus. A título comparativo, seria o equivalente, em 2017, ao que tinha sido a Paróquia de São Geraldo para o acolhimento dos imigrantes haitianos, em 2012. Ou seja, o local onde eles procuravam receber as primeiras informações sobre o funcionamento da cidade, dos demais abrigos, das ações de saúde, educação e assistência – e descontinuí-lo também desmobilizaria essa função. Mesmo numa notícia do dia, avaliamos que o repórter conseguiu reunir informações capazes de evidenciar a relevância de manter o abrigo, a despeito das evasivas inseridas no texto, tanto na resposta da Seas, ao citar que reuniões estariam ocorrendo “desde novembro sobre o futuro do abrigo”, quanto da Semmasdh, ao dizer que “uma equipe técnica avaliaria novas formas de receber os venezuelanos” em caso de fechamento, sem quaisquer detalhamentos, o que não foi questionado pelo repórter ou até contraposto a partir da consulta a outras fontes, por exemplo.

Concluindo a análise, passamos para o NA4. Diferente da notícia anterior, em que há diversos elementos referentes à caracterização contextual externa, esta cobertura concentra os esforços na caracterização interna. Não obstante, nas falas de ambos os caciques podemos ver esses aspectos expressos. Juan Perez diz que a Venezuela continua em crise, isto é, os motivos que trouxeram os indígenas a Manaus não cessaram (escassez de alimentos e medicamentos) e, conseqüentemente, as medidas de apoio precisariam ser continuadas, e não desmobilizadas. Por seu turno, o cacique Abel Calderon toca outro aspecto de contexto externo, qual seja a ida de muitos indígenas para o estado paraense, no processo de interiorização já analisado no item anterior deste Capítulo. Relembrando: diferentemente do ocorrido em 2012, os venezuelanos se concentraram em estados mais ao Norte (Roraima, por onde ingressavam, Amazonas e Pará). Mesmo que não tenha sido intencional, percebemos a importância de trazer a conjuntura atual na Venezuela e no Pará (falta de acolhimento que levou tanto o MPF/PA quanto a Defensoria Pública da União a agirem para cobrar a proteção de direitos dos imigrantes indígenas), pois é exatamente o que justificará, no contexto da pauta, a continuidade da demanda para o abrigo.

* *Notícia 14: Migração Venezuelana / 2017 – ACT / Direito à Assistência*

Concluindo o trajeto, chegamos à última das 14 notícias componentes deste quadro de análise experimental, em que aplicamos o protocolo adaptado da ACJ. A notícia tem o título **“Pendências documentais de imóveis que abrigam indígenas criam insegurança”** e ela funciona, na organicidade do item, como a continuação do debate realizado acima. Os 3.698 caracteres do texto assinado por Silane Souza desenvolvem uma trama de versões presente em várias notícias do portal A Crítica no período: o (não) pagamento da locação de imóveis que a Prefeitura alugou para abrigar indígenas *Warao* que viviam em condições precárias de higiene, ou na rodoviária ou no Centro de Manaus, mediante o pagamento de aluguéis abusivos. Já no subtítulo, aparece a resposta oficial: “A Semmasdh informou que a ausência de documentos dos locatários é o principal entrave para a Prefeitura de Manaus fazer o pagamento do aluguel dos imóveis que abrigam os indígenas venezuelanos”. A notícia foi publicada no dia 28 de agosto de 2012, às 17h10, no portal A Crítica, sob o chapéu “Waraos”.

Para a análise do NA1, é necessário compreender uma série de interesses por detrás da denúncia (por uma das locatárias) de não pagamento pela locação de cinco imóveis utilizados como abrigos para os indígenas venezuelanos. O ponto inicial da contenda é o fato de que o próprio Ministério Público Federal, citado na notícia, embora não usado como fonte, chamou para as primeiras reuniões sobre a urgência de uma atuação estatal relativa aos *Warao* a entidade da igreja católica Cáritas Arquidiocesana, que já estava prestando apoio informal a alguns grupos haviam chegado a Manaus. Recordemos que a igreja católica teve atividade fundamental no fenômeno migratório dos haitianos, quando fora ignorado pelo poder público local e tratado como “problema do governo federal”, também devido à ausência de atuação do MPF/AM, por não alcançar direitos de indígenas/refugiados. Isso posto, voltemos ao caso atual. As regras para locação foram listadas pelo MPF/AM e o recurso enviado pela União, ao passo que, a princípio, a Cáritas administraria esses valores, tendo iniciado pela procura dos imóveis para servirem de abrigo. Contudo, a notícia cita a reunião do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), de 18 de julho, onde a Semmasdh assumiu a gestão dos recursos a serem aplicados em ações assistenciais para os *Warao*, dando continuidade à locação daquelas casas indicadas pelo grupo Cáritas. A repórter cita, além da decisão do CMAS, ofício enviado pelo MPF/AM à Prefeitura para pedir esclarecimentos e solicitar a regularização dos aluguéis, embora não utilize expressamente o teor deles (trechos) e não indique se teve acesso direto a ambos (decisão do CMAS e ofício do MPF/AM). A fonte indicada na notícia é a Semmasdh. Ao se defender afirmou que “a ausência de documentos dos locatários é o principal entrave [...]” à regularização e as pendências documentais deveriam ser sanadas antes dos pagamentos. Foi além ao sustentar

que o próprio órgão ministerial recomendou a exigência de documentos faltantes para os locatários, mas que “o processo está seguindo os trâmites legais”. Notícia de fonte única, esse texto tem todo o jeito de ser um release reaproveitado para a publicação, haja vista a inexistência de pontos de vista divergentes do oficial e a não inclusão de outras fontes, como a Cáritas ou o MPF/AM, ambas instituições citadas apenas indiretamente em algumas passagens da notícia.

Ao prosseguir para o NA2, começamos pela ausência já indicada no parágrafo acima: nenhum *link* foi utilizado pra compartilhar o teor (integral ou parcial) da decisão tomada pela municipalidade (de gerir os recursos federais) e o ofício enviado pelo MPF/AM à Prefeitura. A foto, como nas demais notícias do portal A Crítica, vem logo abaixo do subtítulo e mostra uma criança lendo um gibi num local que parece ser uma sala de jantar ou refeitório. O rosto da menor não é mostrado na imagem, que não tem legenda ou indicação de autoria. Supõe-se que a foto teria sido tirada numa das cinco casas de acolhimento gerenciadas pelo município. A notícia tem dois intertítulos: “Negociação” e “Repasse de recurso”. O primeiro deles refere que o processo de negociação de aluguel das casas, iniciado pela Cáritas Arquidiocesana e apenas assumido pela Semmasdh depois da decisão do CMAS. O segundo introduz um assunto que, embora correlato, pois trata da aplicação dos recursos federais e execução das obrigações de repassar gêneros alimentícios, de limpeza e higiene aos abrigos, não tem relação direta com a falta de pagamento dos aluguéis, de modo que o conteúdo poderia ser removido sem prejuízo.

Figura 30 – Print do primeiro *scroll* da Notícia 14 – V17



Fonte: Portal A Crítica (publicação em 28/08/2017).

Quanto ao NA3, o julgamento que fazemos retoma a explicação esboçada no segundo parágrafo desta análise, quando buscamos identificar os atores e a questão principal da pauta. De início, pela leitura do título, já temos ideia de que a responsabilidade de manter os abrigos em situação regular é dos proprietários, e a Prefeitura só seguirá a assinatura dos contratos de locação e o pagamento de aluguéis se as pendências documentais forem sanadas. A conclusão é a de que a falta de documentação dos imóveis é o que cria insegurança para os indígenas. A falácia reside justamente em afirmar isso, porque a insegurança dos *Warao* não deriva da falta de documentos das casas, mas do medo de novamente voltarem para as ruas, a rodoviária ou casas insalubres pagas por eles em quantias diárias absurdas (até 30 reais por pessoa). Aqui, a repórter falhou ao aceitar/reproduzir de modo integral o ponto de vista da Prefeitura. Por isso é que reforçamos a nossa ideia de que se trata, na verdade de um release “ampliado”, que teria sido fruto de uma decisão editorial mais ampla do ponto de vista da organização jornalística, e que foge ao limitado espaço que a repórter teria para efetivamente proceder apurações, buscar pontos de vista diversos e até tecer crítica a vieses discursivos, como o que indicamos acima. Em outras palavras, não é incomum que o repórter seja instado a assumir autoria de “notícia” recomendada apenas por ter entrevistado personagem cuja fala reverbera o discurso oficial. É um texto sem contraponto, no geral, embora um trecho aponte, sem a indicação de autoria: “o não pagamento do aluguel desses imóveis pelo Executivo Municipal ameaça da tranquilidade dos *Warao* que lá vivem”. Eis o único ponto em que há coerência ao apontar a causalidade.

Por fim, com relação ao NA4, temos apenas dois comentários, dada a extensão desta análise e a indisponibilidade de trechos aptos para o debate ampliado. Inobstante o que já foi apontado, destacamos, da fala do cacique Martinez Orlando, a indicação de contexto externo que será analisada: “Agora recebemos comida, as crianças e os adultos têm aula para aprender a ler e escrever em *Warao* e também em Português e alguns têm trabalho. Na Venezuela não tinha isso”. Sem dúvida, uma ode aos benefícios oportunizados pela Prefeitura de Manaus, e a prestação de contas sobre a aplicação dos recursos federais, tudo numa só fala. Como já vimos em outra notícia, as aulas ministradas nos próprios abrigos foram tema de debate, devido a um conjunto de questões complexas, envolvendo desde aspectos culturais até estruturais. É dizer que a ideia de consenso observada no trecho é mais um indício de discurso oficial reproduzido sob a forma de uma citação direta da liderança indígena, atribuindo-lhe credibilidade. O outro trecho que incorpora contexto externo é quando o cacique contrapõe o que recebem no abrigo e a situação de indignidade vivida no país de origem. Ele diz, após citar todos os benefícios: “Na Venezuela não tinha isso”. Contudo, o trecho cumpre semelhante função do anterior, qual seja, a promoção das benesses recebidas naqueles espaços, graças à ação da Prefeitura.

4.3.3 Considerações sobre os resultados: o que a ACJ nos permite enxergar

Em se tratando da ACJ, consideramos que a proposta adaptativa não tenha sido ousada a ponto de modificar o núcleo duro do protocolo, mas logrou atualizar aspectos inerentes ao objetivo de analisar notícias em portais, em vez das impressas. A nosso ver, foi o esforço no sentido de propor modos outros de apropriar a materialidade em nossos projetos de pesquisa. Mais ainda, de avançar na proposição de métodos e técnicas que considerem, sobretudo, as particularidades do fazer jornalístico, suas limitações e seus qualificadores intrínsecos. E isso não significa abandonar, por exemplo, a Análise de Conteúdo ou a Análise de Discurso como caminhos possíveis, mas não basear tarefas analíticas apenas nelas; nossa ideia, assim como a de outros pesquisadores em jornalismo, é no sentido de uma complementaridade, evocando os sentidos implícitos e permitindo que eles emergjam através da aparência textual noticiosa. Para Machado (2010, pp. 23-24), foi a tradição das Ciências Humanas, preponderante nos estudos em jornalismo, que impôs “dificuldades em se reconhecer a prática como objeto legítimo de conhecimento, mesmo em se tratando de pesquisa teórica”. Mas tal autor assegura que, sendo de natureza multidisciplinar o conhecimento científico contemporâneo, ele requer, com ainda mais razão, que, numa ciência social aplicada (como é o jornalismo), haja “indissociabilidade dos três tipos de pesquisa: a teórica, a empírica e a aplicada” (Machado, 2010, p. 24).

Nas análises, pudemos identificar, por exemplo, a diferença entre abordagens de cada fenômeno migratório desde vários aspectos, aparentes ou não. Se em 2012, a cobertura estava mais ligada à política migratória, expondo a “ilegalidade” dos imigrantes como ponto central para o debate público; em 2017, essa não foi uma problemática crucial, mas sim a urgência de atender demandas dos imigrantes da Venezuela, especialmente dos indígenas da etnia *Warao*. No tema da saúde, por exemplo, a condição vulnerável de haitianos portadores de HIV gerou reações xenofóbicas, baseadas no discurso oficial que rechaçava crenças religiosas e expunha a “predisposição de transmitir o vírus, devido ao costume de práticas sexuais desprotegidas”. Já os indígenas venezuelanos foram retratados como suscetíveis a doenças como tuberculose. Embora a cultura *Warao* tenha sido vista como um empecilho à medicina, em geral, a cobertura atribuiu ao Estado a responsabilidade por garantir a saúde dos imigrantes, o que consideramos positivo. Para fins de sistematizar as observações gerais desta etapa de análise interpretativa e ancorada por uma análise voltadas aos elementos estruturantes do trabalho jornalístico, iremos apresentar, no Quadro 24, em quais das notícias ficou preponderante a orientação ética solidária e a adoção de uma perspectiva prática responsável e indutora de reflexão social sobre o tema.

Quadro 24 – Orientação pela ética solidária e pela *accountability* jornalística

	Título	Ética da solidariedade	Accountability jornalística
01	Amazonas pretende desencadear ações de testagem de doenças em pacientes haitianos	Não. Incute a ideia de desleixo dos imigrantes e o perigo de surto no AM.	Não. Ausência de quaisquer contrapontos. No limite, não deveria ter sido publicada.
02	Morte de haitiano com HIV deixa saúde pública em alerta no Amazonas	Não. Surge como ‘prova’ da ‘situação alarmante’ e acentua preconceitos.	Não. Ausência de interesse público. No limite, nem deveria ter sido publicada.
03	Obstáculo do idioma é mais um desafio para os haitianos que buscam emprego em Manaus	Sim. Mostra iniciativas de cursos e compromisso dos imigrantes em prol de superar o obstáculo.	Sim. Preocupa-se, no geral, em trazer o ponto de vista e os objetivos dos imigrantes em razão do aprendizado.
04	Embaixador do Haiti está de malas prontas para visitar o Amazonas	Sim. Elucida aspectos já cristalizados pelo senso comum a respeito desse processo migratório.	Em parte. Quanto aos temas, nota-se a boa exploração nas perguntas, mas não se busca fontes complementares.
05	Grávida, haitiana sonha que filho seja jogador de futebol no Brasil	Sim. Expõe o papel estatal para concretizar direitos e desfaz preconceitos sobre ‘ter filhos brasileiros’.	Sim. Valoriza o ponto de vista das imigrantes e traz fontes comprometidas em informar sobre direitos.
06	Imigrantes Haitianos procuram Polícia Federal em Manaus para regularizarem situação no país	Sim. Expõe a indignidade na espera dos documentos emitidos por entes estatais.	Não. Não se questionou as condições de acesso nem a insuficiência do serviço.
07	Senador Eduardo Braga (PMDB) avalia onda migratória no país	Em parte. Um dos poucos parlamentares a enfatizar o tratamento estatal do tema, embora não focado nos direitos daqueles sujeitos.	Não. O senador traz muitos dados na entrevista, mas as fontes não são indicadas, o que impede a verificação do leitor e a sua interpretação.
08	Mais de 800 haitianos moram e trabalham em Porto Velho	Sim. O texto gera empatia e solidariedade ao abordar a mulher, a gravidez e os obstáculos do mercado de trabalho na interiorização.	Sim. A narrativa se constrói a partir das históricas de vida e dos desafios vividos pelas mulheres Rondônia, e dados das fontes oficiais.
09	Venezuelana diz que foi xingada antes de ser agredida em RR: 'jogaram pedras e disseram para ir embora do Brasil'	Sim. Lança luz sobre o crime de xenofobia contra imigrante não indígenas em Boa Vista-RR, conduta punível no Brasil e sofrida por brasileiros emigrantes nos países receptores.	Em parte. As citações diretas das vítimas e o acionamento de especialista são positivos, mas não há crítica à evasiva do estado nem a ênfase na responsabilização das condutas pela lei penal.
10	Casos de tuberculose são registrados em crianças indígenas venezuelanas, em Manaus	Não. Ao associar a doença infectocontagiosa a esse público, o texto reproduz o preconceito de origem e estigmatiza os sujeitos.	Não. Para além de equívocos básicos de redação, não notamos qualquer interesse público que minimamente justificasse essa veiculação.
11	Semed vai contratar indígenas <i>Warao</i> sem formação para ensinar crianças nos abrigos	Em parte. Elucida o direito dos indígenas à educação e o dever do estado para garanti-la, mas não traz as reflexões de fundo sobre o tema; apenas críticas para um aspecto contratual.	Não. Numa visível crítica à decisão municipal, marca a oposição entre educação formal (escolar) e modos de aprender dos indígenas, mas o faz sem embasamento em pesquisas e/ou especialistas.
12	“Viemos para Manaus para comer”, diz índia venezuelana que vive na Rodoviária	Sim. Mesmo com o atípico título com citação e o viés negativo em relação aos <i>Warao</i> naquelas condições, a narrativa fluida aproxima	Em parte. A forma literária do texto traz leveza, assim como as falas dos imigrantes produzem contexto, mas houve falha na pesquisa jornalística

		o leitor dos entrevistados e acaba produzindo empatia.	e nas responsabilidades do poder público nesse tema.
13	Indígenas venezuelanos temem o fechamento de abrigo provisório em Manaus	Sim. Investigando decisão estadual de fechar local de abrigamento, a notícia põe em foco que a demanda do direito à moradia persiste, pois ela é um dos pilares que garante a dignidade de todos, brasileiros ou não.	Sim. Todas as autoridades envolvidas foram acionadas, assim como os destinatários do direito, por meio de suas lideranças. E mais: impasses burocráticos e financeiros foram expostos no texto, permitindo a interpretação.
14	Pendências documentais de imóveis que abrigam indígenas criam insegurança	Em parte. A despeito de equívocos graves na seara da justificação, o texto acrescenta ao debate sobre a fragilidade das políticas públicas de moradia para os indígenas Warao dirigidas pela Prefeitura.	Não. Trata-se, em geral, de defesa da municipalidade no atraso de pagamento que poria em risco o direito dos residentes venezuelanos em casas alugadas. Tem fonte única e a fala do cacique só reverbera tal ponto de vista.

Fonte: Elaborado por Cristiane N. A. de Souza (2024).

A síntese ajuda a compreender quais os elementos, em cada uma das 14 notícias, foram capazes de indicar um alinhamento ético a partir da noção de solidariedade, bem como a atuação comprometida com uma perspectiva de *accountability*. Importante mencionar que não se tratou de um enquadramento cristalizado, mas tão somente de nosso esforço para situar uma estratégia prática na notícia cotidiana, ou seja, a ação jornalística, desde um ponto de observação o qual defendemos ser profícuo para o tratamento dos diversos elementos componentes desse processo pragmático, teoricamente orientado e engendrado pelo encontro intersubjetivo (subjetividades essas marcadas por interesses e condicionantes próprios). Encerrada a análise interpretativa, no Capítulo 5, nosso objetivo consiste em concatenar os resultados com a teoria para, a partir disso, indicar compreender o jornalismo naqueles distintos contextos migratórios e, além disso, propor um jornalismo possível, ancorado nos direitos humanos e consciente de suas responsabilidades perante todos aqueles sujeitos que, de algum modo, são atingidos pelo seu trabalho.

CAPÍTULO 5

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E APRESENTAÇÃO DA TESE

“Os jornais ainda não perceberam toda sua responsabilidade pelo futuro coletivo. Na verdade, eles não se posicionam só pelo que falam, mas também – e sobretudo – pelo que calam. A descrição de mundo oferecida pelos jornais fica clara, acima de tudo, pelo que eles omitem, decidindo que ‘não vale a pena publicar’. O desânimo está implícito na falta de espaço para solução e alternativas. E o desânimo é uma forma preguiçosa de irresponsabilidade” (Aveline, 2001, pp. 18-19).

Encerrado o percurso metodológico antes proposto para uma aproximação progressiva e suficientemente aprofundada do objeto de análise nesta tese, chegamos à óbvia constatação de que, por mais coerentes que sejam os desenhos de nossos métodos e por mais sistemáticas nossas projeções sobre técnicas de coleta, seleção e análise, ambos se resumem a visadas que nos permitem observar o fenômeno que cristalizamos deste mundo em constante movimento. Isso posto, cumpre a tarefa de reconhecermos os méritos de nossas escolhas metodológicas, e apontarmos, em síntese, como elas nos ajudam a revelar aspectos relevantes do tema eleito.

5.1 DISCUTIR À LUZ DA TEORIA PARA ORIENTAR A PRÁTICA

Nos subitens a seguir, nosso objetivo é apresentar os principais *insights* oriundos do influxo de conhecimento organizado nos capítulos anteriores: de um lado, a visada teórica que nos parecia, a princípio, descolada da materialidade até ser objeto de reflexões intencionais de pesquisa a partir de determinado *corpus*; de outro, o resultado da prática de um jornalismo do cotidiano, mormente irrefletido pela pesquisa acadêmica, cujo enfoque recai sobre a imprensa tradicional, também conhecida como “grande mídia” ou “mídia de referência”. A preocupação é legítima, dada a influência de tais agentes midiáticos em nível nacional, regional e até local; contudo, problematizamos, nesta tese, como o jornalismo tem se colocado frente aos desafios de coberturas para além do trivial “dia noticioso” da cidade (Traquina, 2012). Por essa razão é que, no subitem 5.1.1, ao tratar da primeira parte da análise, fazemos a ponte com a produção jornalística realizada pelo portal A Crítica, com destaque frente aos outros portais analisados. Ainda que se parta de resultados quantitativos, eles nos dão um panorama seguro a respeito da prevalência da cobertura local em relação aos fenômenos migratórios em 2012 e em 2017.

Já em relação ao subitem 5.1.2, esta interpretação é precipuamente voltada a elucidar a figura do jornalista como mediador qualificado, em oposição ao tradicional papel de narrador

dos fatos objetivamente postos, a quem não cabe, por exemplo, o exercício da subjetividade e – como amplamente debatido por Moraes (2019, 2022) – a superação da objetividade atrelada ao profissional e não ao método. Citada questão irrompe em muitos ângulos, alguns dos quais focalizamos tanto quanto possível sem, contudo, aprofundar à exaustão: a formação capaz de preparar jornalistas desde perspectivas menos tecnicistas e mais voltadas ao reconhecimento das diferenças, valorizando-as, em vez de enquadrá-las como desviantes; o insurgente debate a respeito da colonialidade, cujo antídoto é o conhecimento descolonial; a compreensão sobre os direitos das pessoas de que tratam as notícias; e ainda, a assunção de responsabilidades e a rotinização de instrumentos de “prestação de contas” à sociedade e a esses sujeitos de quem se fala cotidianamente. Inclusive, o jornalismo profissional, na medida em que buscar afirmar-se socialmente relevante em tempos de hiperexposição a todo tipo de conteúdo nas redes, precisa justificar sua posição de mediador qualificado e, para alguns, “bem público”.

Prosseguindo, no item 5.1.3, temos a intenção de evidenciar, pelo uso de um protocolo adaptado da ACJ (Silva e Maia, 2011), os níveis explícitos e implícitos de contextualização das notícias (desde o olhar metodologicamente orientado de cada pesquisador). Adicionalmente, a contribuição de Lückman (2020) nos ajuda ampliar a observação dos elementos e do conteúdo em três distintos tipos de contexto. Com efeito, as análises permitem um aprofundamento nos diferentes níveis analíticos (de 1 a 4), atrelados às respectivas dimensões (pensadas, em nosso modo de sistematização, como campos de onde exsurtem os citados níveis). Nesse intercurso, dado o enxugamento do *corpus* e a profundidade de cada análise (uma notícia inteira), cremos ser possível expandir as percepções já esboçadas na etapa anterior do percurso, levando-nos a um procedimento interpretativo apto a concatenar os resultados numa reflexão propositiva, nos limites desta proposta de tese, consideradas a teoria acionada e a nossa bagagem subjetiva.

5.1.1 Pauta de interesse local, questão de interesse global

Para iniciar, retomamos a exortação de Spagnuolo (2018), de que o jornalismo local, inclusive produzido a partir de sucursal de conglomerados nacionais ou estrangeiros, terá de aprimorar padrões editoriais, ajustar modelos negociais, investir em tecnologia e governança. É preciso devolver em qualidade o que a audiência investe em credibilidade, num movimento que, ao reconhecer as próprias fragilidades, procura avançar como diferencial no contexto em que se insere. Pinto (2015) já observara que as pesquisas do tema abordam a mídia regional por estes dois vieses: em comparação à mídia central e focando, pois, a sua posição de inferioridade; ou, em caráter endógeno, com intuito de destacar os aspectos do superlocal, em análises que

não raro desconsideram conexões de contexto, indispensáveis ao jornalismo. Assim, é preciso ter atenção sobre como situar o jornalismo local, evitando tanto as apropriações hierarquizantes *a priori* quanto as investigações particularizantes de objetos conjuntamente isolados.

Nesse aspecto, o mérito das investigações empreendidas por Müller et al (2017 apud Müller, Mazer e Leobeth, 2018, p. 92), quando observam a realidade dinâmica e peculiar da fronteira, reside em conseguir identificar, no jornalismo ali produzido, a ampla caracterização de “[...] pautas para a mídia de abrangência regional ou nacional”. Na verdade, ocorre uma mescla, naquele jornalismo de fronteira, de coberturas derivadas de “[...] interesses e desejos desta [localidade]”, acerca dos “conflitos e necessidades do dia a dia da vizinhança”, com as pautas sobre, por exemplo, segurança nacional (na faixa fronteiriça), políticas comerciais de importação/exportação, aduana, crimes de contrabando/tráfico, entre outras. Em nosso caso, é inegável que a temática geral no recorte do *corpus* analisado, fenômenos migratórios iniciados em fronteiras mais ao Norte do Brasil, longe de ser hiperlocal, tem forte vínculo com debates de relevância nacional (e até mundial), a despeito de se constatar, nos resultados da etapa 1 de análise, o predomínio da cobertura pelo portal A Crítica, de abrangência local.

A análise quantitativa revela que o jornalismo local teve destaque numérico ao tratar da migração transnacional, com 50% do volume de publicações sobre a imigração haitiana (2012) e 70,23% das notícias extraídas quanto à imigração venezuelana (2017). Em números, das 150 notícias que compuseram o primeiro recorte para 2012, 75 eram do portal A Crítica; e a quantidade aumentou em 2017, correspondendo a 59 das 84 notícias naquele conjunto. É um indicador importante para justificar o debate sobre a qualificação do jornalismo local, seja por meio da pesquisa teórica, ou pela implementação de projetos experimentais (nas faculdades) e aplicados (nas redações), como investimento na formação permanente de jornalistas em temas como direitos humanos, ambiente e diversidade cultural, uso de ferramentas de apuração e de checagem, letramento em pesquisa e tratamento de dados, para citar poucos exemplos. Grosso modo, podemos sustentar que o jornalismo local amazonense é detentor principal do discurso institucionalizado a respeito desses dois processos migratórios nos anos 2012 e 2017, posição traduzida em responsabilidades. E não somente para com os leitores do portal A Crítica, mas igualmente em relação às pessoas retratadas naquelas 134 notícias (75+59).

Outro resultado da análise quantitativa com destaque neste processo interpretativo diz respeito aos períodos de maior produção noticiosa, em ambos os casos. Em 2012, os meses de janeiro e fevereiro, em número de notícias, correspondem a 66% das publicações no ano todo, ou seja, 99 das 150 notícias do *corpus*. Isso se deveu à publicação da Resolução Normativa N. 97/2012, que criou o visto humanitário de trabalho e impôs barreiras ao ingresso de haitianos

indocumentados. No plano da realidade, a decisão gerou caos nas zonas de fronteira por onde os imigrantes entravam no país desde o fim de 2010. A condição de extrema vulnerabilidade e a insegurança quanto a ingresso e permanência, somadas à resistência dos governos locais e à indiferença do governo central promoveram a noticiabilidade do tema naquele período. Ainda que tenhamos citado questões abrangentes e de interesse nacional, como já indicamos acima, foi por meio portal A Crítica que a sociedade teve acesso ao que ocorria. Depois desse pico, a cobertura pelo portal G1, por exemplo, centrou-se basicamente no processo de interiorização desses imigrantes para o Sul, o Sudeste e o Centro-Oeste. Em síntese, quando um sem número de violações eram perpetradas contra os imigrantes, a cobertura coube ao jornalismo local.

Em 2017, o mês de maio concentrou o maior número de publicações sobre a imigração de nacionais venezuelanos, notadamente os indígenas da etnia *Warao*, e respondeu por 27,3% do *corpus* analisado, ou seja, 23 dos 84 textos. Associamos a esse aumento a promulgação da Lei N. 13.445, de 24 de maio daquele ano, atual Lei de Migração, mencionada no Capítulo 2. Nesse ínterim, também foi o portal A Crítica o responsável pelo maior número de publicações no tema, permitindo-nos reforçar a tese de que é urgente e indispensável qualificar a produção local de notícias. Nesse lastro, retomamos a exortação de Presotti (2009), de que o jornalismo local poderia funcionar como provedor de coberturas aprofundadas, haja vista a inserção dos repórteres nesse contexto noticioso. A autora se refere ao jornalismo feito desde a Amazônia, criticando abordagens estereotipadas, excludentes e reprodutoras de preconceitos, por estarem atreladas a critérios de seleção e edição e a modelos narrativos totalizantes. Não por acaso, as notícias da imigração venezuelana não ganharam a mídia nacional, principalmente porque tal fenômeno esteve restrito a três estados da região Norte: Roraima, Amazonas e Pará. Durante a campanha política do ex-presidente Jair Bolsonaro, o fenômeno teve destaque negativo, o que gerou reações de xenofobia explícita contra os nacionais da Venezuela, mas esse fato não está inserido neste recorte temporal, pois escalou apenas em 2018 (naquela eleição majoritária).

Como investigadores, o nosso dever é olhar as práticas e questioná-las à luz das teorias próprias e interdisciplinares, enfrentando ainda os limites impostos ao fazer diário na tentativa de enxergar novas rotas, possíveis e autossustentadas. A seguir, esta interpretação centrar-se-á na figura do jornalista (pauteiro, produtor, editor, repórter etc.) como agenciador de mudanças das quais o jornalismo precisa para se manter relevante nesta segunda década do século XXI, quando a inteligência artificial (IA) generativa pode escrever “notícias” sobre uma variedade inimaginável de temas em segundos, a custo baixíssimo. Não é nosso foco enredar por sendas apocalípticas; antes, pelo contrário, apostamos algumas fichas na ideia de que o jornalismo será cada vez mais dotado do diferencial que é próprio das pessoas: a humanidade. Nesse rumo, as

tecnologias informativas, a IA generativa, o *big data* (e variante *smart data*) podem ser aliados. Quando bem aplicados, economizam recursos e otimizam o trabalho da reportagem, ajudando nas tarefas de apuração, checagem e composição de narrativas facilitadoras da compreensão.

5.1.2 O jornalista tensiona debates: de mediador neutro a mediador comprometido

O jornalismo, no quinhão que lhe cabe, necessita assumir um lugar de debatedor, indo além do que antes era plenamente aceitável como seu mister social, ou essa estanque figura do mediador desinteressado. Conforme debatido no Capítulo 1, é urgente realizarmos verdadeira virada de chave em entendimentos que permaneceram sem debate por décadas, a exemplo do sentido de subjetividade. Sabemos, agora, que ela jamais foi pensada, primordialmente, como transgressão de regras da objetividade delineadas para o processo de investigação que baseou o surgimento do atual padrão informativo, principalmente na década de 1970. Em vez disso, a subjetividade diz respeito ao reconhecimento de que esse processo – a construção da narrativa – decorre da aproximação intersubjetiva (Franciscato, 2005) entre sujeitos dotados de crenças, valores morais e intencionalidades expressas, mas também implícitas. Ao assumir a influência de tais fatores, como eixo editorial da empresa e inclinações pessoais, o repórter reposiciona a si mesmo naquele cenário – o que enfraquece o estereótipo do mediador neutro.

Dos textos analisados durante a etapa 02, retiramos um trecho para problematizar a persistente figura do mediador desinteressado, a título ilustrativo. No ano 2012, o governador do Amazonas, Omar Aziz, hoje senador, disse que o governo federal levasse os haitianos para Brasília. A frase apareceu entre aspas, no título da notícia do portal G1 de 25 de janeiro. Logo abaixo, no subtítulo, está citada outra fala do mandatário: “Não espere que o Governo arranje emprego, dê casa e os alimentos”. Já no primeiro parágrafo, o texto de apenas 1.396 caracteres informa que havia “cerca de 4 mil haitianos em Manaus”, segundo dados oficiais. Prossegue a notícia para o último parágrafo, frisando estes dois pontos: a possibilidade de serem liberados 500 mil reais para a “a compra de alimentos e prestação de outras formas de auxílio” e ainda a observação final do governador, de que “a questão não é a liberação de recursos para compra de alimento, mas a definição de uma política completa sobre o assunto”. Na notícia, vemos ao menos dois problemas que afligem o jornalismo profissional. Primeiro, a recorrência em frisar o aspecto negativo da questão tratada, apostando na exploração da infeliz colocação de Omar Aziz, eivada de preconceito (xenofobia) contra os imigrantes. De um lado, há um esforço para expor tais contradições éticas, incompatíveis com o cargo exercido; de outro, certa leviandade ao não problematizar isso, por meio de subsídios (investigação jornalística, entrevistas e busca

documental) para desmobilizar o argumento de que o dever de prestar assistência humanitária seria unicamente do governo central. Em segundo lugar, o texto deixa para as últimas linhas o que, a nosso ver, é o ponto crucial a ser explorado: a criação de uma política de estado acerca da imigração. Como sabemos, essa nunca fora uma questão para o Brasil, cujas leis a respeito do assunto datavam dos anos 1980 e tinham viés protecionista da faixa de fronteira por terra, e ignoravam totalmente “a questão humana”. Assim, não há dúvidas da centralidade e urgência da atuação concertada entre os atores estatais responsáveis por criar e executar políticas sobre imigração com responsabilidade, ética e lastro na prevalência dos direitos humanos. O texto é o um típico “caça cliques”, num tempo em que os portais de notícias centralizavam o acesso a esse tipo de conteúdo (há 14 anos) e tinham a receita de publicidade vinculada a essa métrica. Extrapolando a visada puramente comercial, é um exemplo claro de jornalismo declaratório o que se observa na notícia, ancorada simplesmente nas declarações do entrevistado, sem sequer buscar outras fontes para expor as contradições aparentes e focalizar o problema de fundo.

Como apontamos, longe de repisar interpretações já realizadas no Capítulo anterior, a discussão focaliza a ação da reportagem, e esse exemplo nos ajuda a enxergar até que ponto o ela reproduz e reforça premissas excludentes (Lago, Gonçalves e Kazan, 2019), encoberta que está pelos pilares de objetividade, neutralidade e impessoalidade. O jornalista, como produtor de realidade social (Alsina, 2009), concorre para construir mundos possíveis. Essencialmente, as notícias são a representação social da realidade cotidiana (Alsina, 2009), institucionalmente geradas por agências expressas e implícitas para representar ação jornalística na sociedade. E, conforme crava Medina (1996), elas vão além do mero trabalho técnico, e se concretizam como mediação, tanto de fatos quanto de experiências e sentimentos, ou melhor, de subjetividades.

Cabe ao repórter, diante de falas xenófobas, mesmo aquelas cheias de “boa intenção”, usar os meios a seu dispor para construir narrativas de enfrentamento. Se Moraes (2022) vê na pauta verdadeira “arma de combate”, nós esticamos o conceito para enxergar nas estratégias de apuração e na composição narrativa da reportagem a continuidade de uma atuação combativa. Aqui, voltamos à ideia desenvolvida no Capítulo 1, a de que há um erro lógico e interpretativo ao associar objetividade à pessoa do jornalista, quando ela, na verdade, é um atributo referido aos procedimentos que ele aplica para observar, interpretar e narrar os fatos do mundo que ora são trazidos ao grande público (Traquina, 2012). Ao observar o jornalismo institucionalizado, Kovach e Rosentiel (2004) verificam que, há mais de século (nos anos 1920), a objetividade foi introduzida como antídoto para fazer frente a preconceitos e crenças dos repórteres, tendo ali nascido para promover enfoques no método capazes de filtrar vieses. Mas, como sabemos, toda sorte de argumentos se aplica para justificar discursos racistas, políticas excludentes e decisões

contrárias aos direitos humanos. Do exposto, nós concluímos que não é o método pelo método o que garante as produções menos enviesadas, e sim a orientação a ética descentrada do sentido utilitário que o jornalismo tem adotado. Dizemos, já com alguma convicção, que solidariedade é a bússola ética adequada para viabilizar as narrativas de fato preocupadas com os Outros, aqui entendidos como os sujeitos referidos nas notícias. Vamos além para dizer que a noção de ser responsável (e responsabilizável) é válida quando o Outro ostenta posição de destaque, mas terá de ser inegociável quando os sujeitos implicados estão em condição vulnerável. Grosso modo, é essa a aposta final decorrente do debate que tensionamos ao longo da tese, de que as noções de responsabilidade e prestação de contas e a possibilidade de responsabilização funcionam como ponto de partida para fazer emergir um compromisso amplo, em que todos os envolvidos (jornalistas, fontes, personagens, leitores, grupos sociais etc.) recebam tratamento responsável e atento aos respectivos direitos, e que tal compromisso se concretize através das notícias.

5.1.3 Notícia como revelação: sobre os direitos dos outros e as nossas responsabilidades

19 de março de 2024. “Quando o mundo estará pronto para o Haiti e qual o papel do Brasil nisso?”⁸³, questionam os articulistas da sucursal brasileira de *Le Monde Diplomatique*, Tadeu Maciel e Werner Garbers. Sob o chapéu “Sul-Sul”, eles falam da trajetória de um povo que, mesmo tendo sido a primeira república negra no mundo e lutado contra o escravagismo, é invariavelmente visto como o “Outro inferior” – talvez consequência dessas lutas. Para não perder o *timing*, invocamos desde logo a inerente contradição: o fato de ser um periódico da França, país que escravizou diretamente aquele povo até 1804 e com o qual a República do Haiti tem uma dívida secular (decorrente do reconhecimento da independência) que chegou a meio bilhão de dólares americanos em 2022. Excetuado esse quesito, a coerência do texto faz com que notemos o quão enviesadas são as abordagens jornalísticas sobre a situação atual do Haiti que, em 2024, escalou para eventos violentos pedindo a deposição do primeiro ministro, o que levou os Estados Unidos a enviarem aviões para retirar cidadãos haitianos do país de origem. O *Washington Post* publicou editorial clamando por nova intervenção naquelas terras banhadas pelo Mar do Caribe, embora as décadas de intervencionismo militar e securitização tenham sido ineficazes para sustentar o discurso de “pacificar antes” e “democratizar depois”.

É óbvia a nossa posição de total rechaço às violações de direitos humanos ocorridas no Haiti e também na Venezuela, um aspecto inegociável, haja vista o rumo desta tese. Contudo,

⁸³ Texto completo em: <https://diplomatique.org.br/mundo-haiti-brasil/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

é fundamental ter claro que as condições de miséria e carestia que vitimam a população civil e empobrecida em ambos os países deriva, sobretudo, de um complexo xadrez geopolítico, onde não há paridade entre os jogadores. A crise na Venezuela, contexto externo usado nas notícias para explicar a intensa migração de venezuelanos, possui duas causas principais, para sermos simplistas. A primeira é a ascensão de Hugo Chávez, em 1998, seguido por dois mandatos de Nicolás Maduro, atual presidente e prestes a disputar uma terceira vez. Autoritário, o governo é de confronto a opositores desde 2013, atuando praticamente isolado no cone Sul. A segunda causa é econômica, mas também política, consistindo na desvalorização do peso venezuelano, decorrência de sanções aplicadas pelos Estados Unidos, primeiro em 2013, depois em 2017, e cujo prejuízo são estimados em cerca de 350 bilhões de dólares, conforme um relatório do Centro Estratégico Latino-Americano de Geopolítica⁸⁴ (Celag), publicado em 2019. Ausentes os investimentos na indústria nacional e com a economia baseada na exportação petrolífera, a Venezuela sucumbiu ao que os governistas chamam “boicote americano”. Consectário lógico, o país com a maior reserva de petróleo no mundo mergulhou na crise generalizada amplamente referenciada para explicar a falta de recursos básicos, como comida e medicamentos, levando milhares de venezuelanos, indígenas e não indígenas, a buscar guarida nos países vizinhos.

Acima, exploramos, em linhas gerais, algo do contexto vivenciado pelos países que, na tese, são precisamente as nações de origem dos imigrantes aos quais nos referimos. Os níveis causais vão se sobrepondo em camadas complexas que relacionam ação e discurso. Nós sabemos que, nas notícias do dia, é impensável avançar muito longe nisso; o que não significa que o repórter deva apenas reproduzir arranjos de causa e efeito deliberadamente criados para elevar ao máximo o grau de simplificação. Tal decisão, argumentamos, é um percurso apto para conduzir a variados tipos de desordem informacional, inclusive de modo não intencional. A questão é: quais seriam os limites seguros, relativamente ao contexto do fato noticiado, para o jornalista nem se perder no emaranhado de causalidades distantes nem reproduzir explicações simplistas e incapazes de promover algum tipo de efetiva contextualização crítica do tema?

Para este subitem, reservamos a discussão a respeito dos resultados obtidos na terceira etapa do percurso metodológico. O quesito central para a compreensão daqueles achados está calcado, julgamos, no debate realizado por Lückman (2020, p. 130), quando a autora expõe as três perspectivas extraídas da palavra “contexto”, *ipsi litteris*: “[...] como conceito-chave para o jornalismo é apresentado, nessa obra, a partir de três perspectivas: (1) como o contexto de produção; (2) como o background da notícia; e (3) como antecedentes históricos e/ou sociais”.

⁸⁴ Disp. em: <https://www.celag.org/las-consecuencias-economicas-del-boicot-venezuela/>. Acesso: 20 mar. 2024

Eis o ponto de partida deste debate, porque enxergamos que a última etapa analítica se baseou numa visada sobre elementos e conteúdos presentes nesses três contextos, o que distribuímos, para fins didáticos, em quatro níveis analíticos referentes às três dimensões. Claro, estamos nos referindo ao protocolo adaptado da ACJ, aplicado na avaliação de 14 notícias assinadas.

Acerca do contexto de produção, Lückman (2020, p. 130) esclarece que vários fatores “podem interferir nos textos jornalísticos eventualmente produzidos, como, por exemplo, o fato de o jornalista ter testemunhado o acontecimento relatado ou ter recebido informações de segunda mão”. Num movimento aproximativo, notamos que o exemplo citado pela autora está identificado como conteúdo do Nível Analítico 1, referente às “marcas de apuração”. O Nível Analítico 2, que agrega as “marcas de composição”, também está atrelado a essa perspectiva contextual, considerando seu vínculo com a Dimensão Metodológica e Editorial. Apuração e composição, como se lê do protocolo, deixam “marcas”, ou seja, conteúdo aparente e que será capturado pelo analista para gerar uma compressão sobre como foi feito aquele trabalho.

Ao que Lückman (2020, p. 130) chama *background* da notícia, de nossa parte, iremos relacionar ao Nível Analítico 3, na correlação com o protocolo adaptado. A autora explica que ele faz “referência a episódios anteriores relativos ao mesmo assunto, com o fornecimento de informações adicionais às questões básicas do lead”. Claro que, neste caso, a aproximação nos exige algum esforço de justificação. Decisões editoriais, concepções pessoais acerca de temas socialmente polemizados, autocensura, vinculações éticas e conhecimento de normas quanto à cobertura de assuntos específicos, sabemos, formam esse *background* relacionado pela autora. Com base nisso o repórter trará para o texto final essa ou aquela informação de contexto, essa ou aquela fonte oficial ou independente, esse ou aquele dado de pesquisa. De certa forma, diz-se que a pauta orienta o trabalho da reportagem, mas cada repórter enfatiza aspectos distintos.

Por fim, os antecedentes históricos e/ou sociais apontados por Lückman (2020, p. 130) referem-se, quando os observamos pelo protocolo adaptado, aos modos de aprofundar o tema. Assim, esse último tipo de contexto “[...] permite que o texto jornalístico ajude a compreensão do leitor sobre o significado do acontecimento noticiado”. Em analogia, o Nível Analítico 4 se dedica a resgatar, em alguma medida, algo da conjuntura histórico-cultural, de antecedentes e possíveis consequentes daquele fenômeno social amplo, cuja parte pautada tornou-se um fato jornalístico dentro do recorte que é possível de ser feito dentro dos limites circunstanciais e de recursos disponíveis para aquela cobertura. Ora, uma notícia do dia será menos provida de um contexto desse último tipo que uma reportagem especial, e isso deve ser compreendido caso o analista eleja um *corpus* composto por notícias cotidianas ou por reportagens de mais fôlego.

Obviamente há diferenças entre a notícia e a reportagem, e ela não tem fundamento no *quantum* de esforço e no compromisso envidados pelo jornalista ao desenvolver uma ou outra. “A reportagem, contudo, não se confunde com a mera notícia, obra de telegrafista ou boateiro, sem ser estudo dos acontecimentos [...]. A reportagem, antes, é o relato ou narrativa amparada na arte de retirar o essencial do accidental [...] com sensibilidade popular e vistas mais largas” (Rüdiger, 2021, pp. 35-36). Do exposto, notamos uma visão carregada de preconceitos quanto à notícia, minimizando a sua relevância informativa. Contudo, mais pródiga entre os gêneros jornalísticos, a notícia alcança variados públicos, devendo, antes de ser rechaçada em favor da reportagem, tornar-se alvo de mudanças que gradativamente a qualifiquem. Argumentos dessa natureza são o sustentáculo para manter firmes modos de fazer indiscutidos. Ao fim e ao cabo, justificam que as notícias do dia, factuais com curtíssimo prazo de validade, não devem exigir “empenho desproporcionado” em apuração, checagem e composição narrativa. Mas quando o que está na pauta trivial são os direitos humanos? Nesse caso, com ainda mais razão, a notícia não poderia ser tratada como a cobertura de coletiva para promover feitos da municipalidade, pois dela exsurtem debates e significados a respeito da dignidade das pessoas retratadas.

Na análise interpretativa do Capítulo 4, trabalhamos cada um dos níveis analíticos das notícias selecionadas. Agora, o objetivo é ampliar a compressão daqueles resultados tendo por fundamento principal a ideia de que é possível, ao jornalismo local e cotidiano, o acréscimo contextual com vistas a qualificar o debate público, combater visões preconceituosas e, no fim das contas, consolidar a atuação jornalística – fundada na ética solidária e na responsabilidade com o Outro (sujeito de direitos) – para promover justiça social e dignidade. De nossa parte, preferimos tentar ser radicais apegando-nos à esperança no que cremos possível a aceitar que o desespero pode mesmo ser convincente (Williams, 1976). No próximo tópico, trabalhamos detidamente a aproximação entre jornalismo e direitos humanos, bem como algumas ideias de como uma *accountability* específica, aplicada à rotina da redação, tornaria as notícias locais a vitrine de um compromisso assumido perante os sujeitos de direitos por elas implicados.

5.2 JORNALISMO ATENTO AOS DIREITOS HUMANOS

Interessa-nos também observar e debater acerca do desconhecimento de determinados direitos, o reforço de aspectos negativos e até as irresponsabilidades praticadas na cobertura jornalística quando se trata de direitos humanos. Buscamos, mais do que tentar entender como os direitos humanos são abordados nas notícias, debater sobre a responsabilidade institucional do jornalismo, materializada no produto final (notícia), e dos jornalistas (os sujeitos aparentes

na elaboração do trabalho de reportagem). Com isso, esperarmos poder ampliar o debate sobre os direitos humanos (dos imigrantes, pela ótica dos casos analisados) nesse âmbito de atuação. Como já enfatizamos, reforçar estereótipos e praticar o jornalismo declaratório para reproduzir discursos xenofóbicos são exemplos emblemáticos de um tratamento descuidado – para se dizer o mínimo – do tema por nós eleito para discutir os direitos humanos da perspectiva jornalística.

5.2.1 Jornalismo como “bem público” versus “o jornal que não queremos ler”

Conforme aprendemos nos cursos de graduação ou na lida, “a notícia ruim chama mais atenção”. Nada mau saber que nossa notícia vai gerar engajamento para o portal e visibilidade entre os colegas de profissão. Mas, como já dissemos, a integridade ética, o rigor técnico e as práticas orientadas para a promoção dos direitos humanos é que, no longo prazo, são balizas a indicar o quão relevante foi a notícia para os debates necessários e urgentes na sociedade onde o repórter está inserido. E servirão, em consequência, para alavancar o *marketing* da empresa como promotora de práticas jornalísticas avalizadas na responsabilidade, segundo os ideários norteadores dessa profissão e os critérios decisivos na busca pela credibilidade.

Com isso, queremos dizer que o relatório da Unesco (2021), ao qualificá-lo como bem público, não se referiu a todo e qualquer jornalismo, mas àquele cujos preceitos advêm não apenas da técnica apurada, mas sobretudo da prática orientada pelo respeito à dignidade dos sujeitos com quem se interage, sejam eles fontes, personagens ou leitores, desde a feitura da pauta até a distribuição da notícia. E não é que tais exigências, dentre as quais mecanismos e instrumentos de *accountability*, sejam vinculativas só quando se tratar de grandes reportagens ou textos mais elaborados. Conforme já defendemos nesta tese, grande parte do que chega à sociedade – resultado do trabalho jornalístico – compõe-se das notícias cotidianas, geralmente aquelas “apuradas às pressas”, com fonte única e pouca ou nenhuma atenção aos indicadores que orientam a atuação minimamente qualificada e crítica desses profissionais. Aqui, faz bem acionarmos conceitos fundantes do jornalismo, verdade e objetividade, haja vista que aquela deve ser enxergada como seu pressuposto de existência e distinção primordial de outras formas narrativas e a segunda funciona como um princípio prático e um pressuposto de ação.

Jamais deveria ser justificativa plausível para imprecisões, erros de apuração e vieses induzidos por algumas fontes a falta de tempo para a checagem. Assim como se multiplicou a desinformação, no *locus* que havíamos indicado como idílio da democratização (ciberespaço), e as empresas jornalísticas logo tiveram de criar seus setores de checagem para fortalecer esse passo indispensável da apuração, devemos superar o pressuposto de que, na notícia cotidiana,

geralmente elaborada entre outras pautas do dia, se justifica a apuração menos criteriosa. Por um lado, não é simples ou fácil encontrar manuais específicos para orientar nossas coberturas do dia a dia ou traduzir dados técnicos, mesmo aqueles de acesso aberto ao público. Por outro, o repórter deverá colocar em prática as técnicas de investigação – levadas a cabo a partir de atitudes como uma busca na *web*, exercício tal capaz de gerar importantes *insights* a partir de conteúdos compilados por outros profissionais, jornalistas ou não, entidades sociais (ONGS associações, sindicatos etc.) que atuam em temáticas específicas, observatórios da cobertura de determinados assuntos, portais de transparência e sites de serviços governamentais (com ajuda da Lei de Acesso à Informação), otimizando tempo enquanto constrói um contexto. No Capítulo 1, indicamos alguns atores e, aqui, ressaltamos a Rede Nacional de Observatórios de Imprensa⁸⁵ (Renoï), entidade que agrega, desde 2005, pesquisadores, profissionais, grupos independentes e instituições atuantes em prol da crítica qualificada do jornalismo brasileiro.

Preocupação recalcitrante de empresas jornalísticas no mundo todo é justamente com a perda de leitores, a queda da credibilidade nas notícias e, no extremo, até certa ojeriza à ideia de ler/ver/ouvir o noticiário. Muitas pesquisas têm enfatizado tal aspecto, enfocando inclusive como as pessoas veem os jornalistas, principais artífices nesse processo. Nelson, Sanderson e Lewis (2024) ressaltam, entre os achados de um *survey* realizado em 2020, com consumidores de notícias norte-americanos, a desconexão entre a autoimagem dos jornalistas e o modo como as outras pessoas os enxergam – não como vigilantes atuando em benefício do interesse público, mas figuras da elite que agem para satisfazer interesses próprios. É um resultado preocupante, embora nós possamos encará-lo como a decorrência de um conjunto complexo de causalidades, entre as quais, o repisado senso-comum de extremo que ora vê o jornalista como ingênuo, ora o encara como peça-chave numa engrenagem de poder, portanto, manipulador.

Outrossim, cumpre resgatar os obstáculos apontados por Bertrand (2007), no Capítulo 1 da tese, os quais, segundo ele, estão arruinando o exercício do bom jornalismo. O primeiro é chamado “jornalismo *iceberg*”, resultado da ausência de contexto e justificada no conceito de notícia como recorte (superficial). O segundo é uma tendência de aproximar o jornalismo do entretenimento, tornando permeáveis os limites entre ambos, escolha problemática justamente por confundir as noções de “importante” e “interessante” numa dada sociedade. E, finalmente, a perspectiva do “negativismo”, segundo a qual a notícia é tão mais importante quanto mais é negativa. Por esse viés seletivo, será sempre mais noticiável a tragédia, o sofrimento e o ruim.

⁸⁵ Mais informações em: <http://renoi.blogspot.com/>. Último acesso em: 12 jan. 2024.

Em sentido alentador, acionamos uma vez mais o argumento de Smith (2007, p. 49), o qual diz ser possível ao jornalismo “reconstruir lentamente a confiança dos cidadãos”. O autor cita estratégias para serem adotadas nesse sentido: explicar quais valores-notícia incidiram ao ser definida aquela pauta, esclarecer as escolhas editoriais feitas no processo de elaboração da notícia e, de modo geral, agir com transparência e respeito aos seus leitores. Conforme enfatizou o autor, resgatar e manter a credibilidade no trabalho jornalístico não é uma tarefa nem simples nem imediata, mas surge como a resposta materializada em transformações atentas às demandas atualizadas da própria sociedade. Se ela muda, o jornalismo também deve fazê-lo.

5.2.2 Perspectivas e estratégias ou “um jornalismo que podemos fazer”

Interessa-nos a observação de Jacks, Benetti e Müller (2004), quando estudam como jornais impressos catarinenses e gaúchos abordam o turista argentino em suas pautas. As autoras constatarem que, embora seja difundida a ideia de que a noção de fronteira se constrói como “um lugar de uma cultura de algum modo compartilhada e livre de conflitos [...] é a visão romântica de uma ‘irmandade’ que apaga as distinções que inscrevem os cidadãos numa identidade nacional”⁸⁶ (Grimson, 2000 apud Jacks, Benetti e Müller, 2004, p. 15). Para essas autoras, “as fronteiras e as migrações aparecem como problemas de grande complexidade, que devem ser vistos assim pelos investigadores” (Jacks, Benetti e Müller, 2004, p. 16). E os jornalistas não se subordinam a tais preceitos, justificando as produções a partir de processos de simplificação operados principalmente nas pautas corriqueiras. Assim, é necessária e urgente uma autocrítica capaz de mobilizar no sentido de um fazer mais aprofundado, um esforço cotidiano para superar lugares-comuns repisados e cujos sentidos são prontamente compartilhados pelas audiências.

É indispensável, julgamos, apostar mais na formação humanística e nas orientações para a atuação jornalística responsável, em se tratando de aprendizes que buscam formação superior. Na Seção teórica, nós citamos uma iniciativa profícua a fim de atualizar docentes dos cursos de jornalismo a partir de estratégias utilizadas ao redor do mundo, por repórteres independentes, agências noticiosas e até grupos colaborativos de vários continentes, todos envolvidos de algum modo em fornecer reflexões teóricas, aprendizados vivenciais e experiências inovadoras sobre a cobertura de migração e refúgio. Trata-se do *handbook* intitulado *Reporting on Migrants and Refugees Handbook for Journalism Educators*, “Manual de Reportagem sobre Migrantes e

⁸⁶ No original: “[...] Grimson cuestiona la difundida noción de que en las fronteras se construye una cultura de tal modo compartida que representaría la ausencia de conflictos. Es la visión romántica de una ‘hermandad’ que borra las distinciones que inscriben a los ciudadanos en una identidad nacional”.

Refugiados para Educadores de Jornalismo”, tradução livre (Fengler, Lengauer e Zappe, 2021). A atenção aos manuais é geralmente associada a uma perspectiva de adestramento dos fazeres, a exemplo do que fazem os próprios manuais de jornalismo, em grande parte. Todavia, mais do que dar as receitas ou prescrever os comportamentos aos iniciantes, compilados como o que se apresentou acima trazem contribuições específicas. De modo geral, as faculdades de jornalismo têm uma tendência à preparação de ordem técnica e tecnológica, dada a conjuntura do mercado que absorverá seus egressos, cada vez mais voltado para a multifuncionalidade, onde se valoriza muito a expertise em manusear equipamentos, aplicações e sistemas de toda ordem. Além disso, na etapa de formação humanística, geralmente nos anos iniciais da graduação, os estudantes se deparam com ensinamentos genéricos, e dali não decorrem as reflexões sobre a ética e a estética com que terão de lidar no âmbito profissional. Encaram o trajeto inicial como um mal necessário que os conduzirá ao “real aprendizado”, de modo que manuais como este poderiam revelar uma dimensão capaz de conjugar a ética, a estética e a técnica por intermédio de um movimento que promova reflexão sobre temas emergentes no Brasil e no mundo e os faça compreender que o jornalismo apenas se fortalece como prática ao se reconectar com as teorias (e atualizá-las).

No Brasil, a pauta da imigração na cobertura jornalística, em particular de haitianos e de venezuelanos, tem sido objeto de pesquisa da professora Denise Cogo há mais de década, o que se comprova com o lançamento, em 2013, de manual ou *checklist* para os profissionais da imprensa. Ali, há três orientações principais: a) recomendações sobre como abordar o tema; b) um conjunto de termos e expressões não recomendados; e c) aquilo que deve ser evitado nas notícias. Ainda que as diretrizes permaneçam válidas, o contexto brasileiro difere em variados aspectos, desde a economia, passando pela política, até o próprio jornalismo. Em 2013, jamais apostaríamos que hoje haveria, nas redações ao redor do mundo, setores inteiros com notícias escritas integralmente por ferramentas de IA generativa. De 2013 para 2024, o Brasil teve um total de quatro presidentes, um *impeachment*, duas reformas liberais (a trabalhista, em 2017, e previdenciária, em 2019), a ascensão do bolsonarismo, a pandemia de covid-19 e seus mais de 700 mil mortos, 33 milhões de pessoas caindo na miséria entre 2019 e 2022 e uma tentativa de golpe de estado⁸⁷. No jornalismo, enquanto os alcunhados “passaralhos” levaram milhares ao desemprego, nós testemunhamos como a democratização do acesso aos recursos técnicos de produção e edição de conteúdo tornou-se um campo fértil onde prolifera a desinformação.

Do apanhado, podemos tirar duas conclusões. O futuro do jornalismo não depende de que ele aproprie um sem-número os recursos logotécnicos disponibilizados por empresas que

⁸⁷ Os prédios onde funcionam os centros do Poderes Legislativo (Câmara dos Deputados e Senado Federal), do Poder Judiciário (STF) e do Poder Executivo (Palácio do Planalto) foram atacados em 8 de janeiro de 2023.

detêm o monopólio da informação circulante na *web*, conhecidas no acrônimo GAFAM⁸⁸. Ele depende, a nosso ver, de instrumentalizar algumas dessas ferramentas, mas essencialmente, de ancorar o ofício de reportagem a partir de uma matriz ética capaz de indicar os qualificadores do jornalismo responsável e alinhado a mudanças inadiáveis. Nesse ponto, possível questionar por que isso não ocorreu no caso das migrações trazidas nesta tese. De nossa análise observamos que, ao derivarem de fenômenos no âmbito local e regional, não se operou um cuidado primário no sentido de extrapolar a abordagem factual, e menos ainda se pensou que em estratégias que tornassem tais coberturas um tanto mais atentas à prevalência dos direitos humanos, engajadas com questões humanitárias emergentes e alinhadas menos a um lastro utilitário historicamente consolidado e mais à solidariedade e ao cuidado com o outro, seja ele entrevistado (na condição de fonte ou personagem) ou leitor. Na cobertura de jornalismo ambiental, por exemplo, temos observado forte o compartilhamento de informações técnicas por profissionais da comunicação (jornalistas, *designers* de notícia, infografistas etc.) e a apropriação de conhecimentos de outras áreas. Bancos de dados de entidades nacionais e internacionais, ferramentas de pesquisa básica e avançada, orientações éticas e técnicas sobre a condução de determinadas pautas, colaboração entre veículos e empresas jornalísticas ou não, tudo isso pode auxiliar no trabalho de cobertura, mesmo que nas pautas cotidianas, evitando-se erros primários, como o uso de termos como “índios” e “mendigos”, os quais precisariam de ser substituídos por “indígenas” e “pessoas em situação de rua”. Por óbvio, a troca entre os termos já seria um bom começo rumo a uma prática mais atenta e responsável, ajudando a ampliar o campo cognitivo e reflexivo quando se trata de temas sensíveis sobre a população, sobretudo suas parcelas mais vulneráveis.

De nossa parte, simultaneamente à indicação das principais fragilidades do jornalismo praticado hoje no país, esta tese também se desafia a ser propositiva, apontando possibilidades para o exercício jornalístico cada dia mais atento e responsável. Para tanto, reforçamos o caso da ‘Amazônia Real’ como o mais proeminente nessa missão. Nesse portal, indicado no Capítulo 1, a transparência dos métodos é levada a cabo principalmente pela vinculação ao *The Truste Project* para perseguir um rol de indicadores que avaliam seu nível de compromisso perante o público leitor e também com os sujeitos qualificados como fontes ou personagens. A mudança de postura não implicaria necessariamente aumento de custos, embora admitamos: exigirá mais trabalho de toda a equipe. O ganho em qualidade e o reposicionamento do jornalismo como o mediador qualificado que almeja ser justificam a assunção de novos compromissos, condizentes com as demandas da sociedade, as expectativas dos leitores e, ainda, com os direitos daqueles

⁸⁸ Acrônimo usado para nomear as gigantes da *web*: *Google*, *Apple*, *Facebook* (hoje *Meta*), *Amazon* e *Microsoft*.

que, de algo modo, participam do complexo modo como a notícia se constrói e se dá a conhecer por meio de modelos cada vez mais céleres, cuja escalabilidade dificulta a aferição real alcance.

5.2.3 Da vinculação deontológica ao compromisso restaurativo

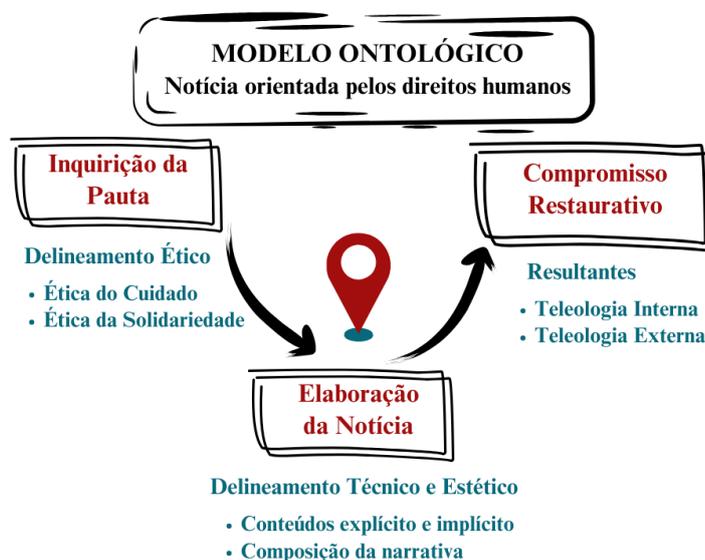
Sousa (2000, p. 11) sugere um modelo explicativo do gênero notícia baseado em cinco diferentes forças que interagem: “ação pessoal, ação social, ação ideológica, ação cultural e ação tecnológica”. Tal ponto de vista é relevante para retirar da figura do jornalista/repórter a pressão que usualmente lhe é imposta, porquanto o resultado de seu labor não será individual, tampouco as responsabilidades decorrentes. Para problematizar a rede de forças interagentes sobre a composição das notícias, Sousa (2000, p. 16) retoma Schudson (1998), segundo quem há apenas três forças incidentes, resultando a notícia precisamente das ações pessoal, social e cultural. A perspectiva é indispensável para estabelecer o entendimento de que as notícias são engendradas diferentemente “[...] em cada meio sociocultural e cada momento histórico”. No entanto, Sousa (2000, p. 17) avança para dizer que, além dessas, há “[...] uma ação ideológica que se faz sentir sobre as notícias”; e mais ainda, para afirmar que “estas [notícias], segundo [lhe] parece, têm também efeitos ideológicos” (Ibid.).

Por óbvio, considerados os planos contextuais acima, não há como se ignorar a efetiva ação do meio físico e tecnológico como quinto elemento de pressão. Inclusive, é de se notar a prevalência dos estudos em jornalismo que partem do componente logotécnico para, só então, estabelecer relações aprofundadas com os demais, tendo em mente por exemplo – mais do que certa interferência – uma força localizada entre a influência e a determinação desses meios na eleição do que seria noticiável [selecionado para virar notícia] em tempos de mídias sociais e das propaladas *top trends*. Arremata o autor, ao defender um determinismo sócio-histórico na concepção do gênero, sustentando que “[...] as notícias que temos, os conteúdos e os formatos das notícias que temos, são fruto da história” (Sousa, 2000, p. 17). As proposições desse autor foram acionadas porque funcionam como o ponto de partida deste último empreendimento. O compromisso restaurativo cuja aplicação defendemos nas pautas que tocam direitos humanos é resultante de agências originadas nos campos da economia, da política, da ética e da técnica.

Embora a assinatura qualifique o repórter como autor da narrativa expressa em forma de notícia, ela resulta, como se reconhece há muito no jornalismo, de uma cadeia iterativa que se destrincha em vários níveis de responsabilidade. Consectário, o repórter é garantidor final e elo último do sistema de relações intersubjetivas que se desenham no interior da redação, mas também no setor comercial da empresa e, de modo ampliado, nas demandas mobilizadas pela sociedade como um todo, conforme promove seus temas de interesse a pautas jornalísticas.

Os resultados da análise quantitativa foram úteis para situar o jornalismo local, na figura do portal A Crítica, como protagonista da produção em temas autóctones, excepcionando-se as pautas que ganham os noticiários regional e nacional a partir de critérios seletivos (os valores-notícia) tradicionalmente ligados a quebra da regularidade nos acontecimentos esperados, como ocorreu no processo de interiorização de imigrantes haitianos para outras regiões ou quando da atuação do legislativo federal (Congresso Nacional) ao elaborar normas que se imponham sobre os casos concretos ocorridos no âmbito de cidade, estado ou região (Lei de Migração de 2017). Por seu turno, os resultados da análise qualitativa, dividida em duas fases e implementada pelo uso da AC e do protocolo adaptado da ACJ, foram propriamente direcionados à elucidação da correlação entre o jornalismo e as categorias conceituais trabalhadas a partir da teoria, ou seja, a fundamentação ética na ideia de solidariedade (em vez de um embasamento utilitarista) e uma ação jornalística realizada a partir da assunção de responsabilidades que vão das mais triviais (correção formal e redação clara), passando pelas escolhas de planejamento, éticas e estéticas (fontes, personagens, elementos gráficos e suas cargas informativas/elucidativas, elementos de contexto, viés pessoal/político etc.), até alcançar níveis complexos de compromisso (avaliar o interesse público, contrapor falas que repisam preconceitos, combater visões xenofóbicas etc.). Optamos por não repetir aqui os resultados descritivos (etapa 2, qualitativa) e interpretativos (etapa 3, qualitativa), haja vista terem sido detalhados no Capítulo 4, mas temos claro que são eles que nos impulsionam, em última análise, a propor o **modelo ontológico** da notícia orientada pelos direitos humanos, notícia tal produzida que encontra fundamento ético na solidariedade e direcionamento pragmático na responsabilidade assumida ao se optar por uma prática refletida.

Figura 31 – Modelo Ontológico: notícia orientada pelos direitos humanos



Fonte: Elaborado por Cristiane N. A. de Souza (2024).

Ao elaborar uma espécie de mapa mental, o intuito foi o de indicar, tomando por base os dois principais momentos de atuação do jornalista, como sua atividade poderá ser orientada pelos direitos humanos e pelo uso de mecanismos de *accountability* para, ao final, revelar o que nomeamos compromisso restaurativo do jornalismo. Isso posto, o passo inicial é explicar os componentes da Figura 31. Nosso modelo ontológico ancora-se nestas bases: 1) Inquirição da Pauta; 2) Elaboração da Notícia; e 3) Compromisso Jornalístico Restaurativo. A primeira busca fundamento da ética da solidariedade, de acordo com o que trouxemos no Capítulo 1, sobretudo com base das ideias de Karam (2019), mas também no modelo forjado por Aveline (2001), para inquirir a pauta recebida, embora sejamos receptivos ao seu lastro também na chamada “ética do cuidado”⁸⁹, defendida por Robinson e Johnson (2024), inclusive porque julgamos: ao invés de excludentes, tais balizas éticas são antes complementares e satisfazem o escopo desta tese.

Diante dela, é dever do repórter formular questões da mais geral à mais específica: 1) A pauta envolve direitos humanos? De forma direta ou indireta? Quem são os titulares desses direitos? Esses sujeitos se encontram em condição de vulnerabilidade? Como aparecem nesta pauta? Qual a orientação editorial para o tratamento dessas pessoas? Eles terão oportunidade de fala? Falarão como fontes ou personagens? Qual é a posição ideológica das fontes oficiais em relação a esses sujeitos? Se reforçam visões negativas, é possível deixar de citar as fontes oficiais? Diante do rol de orientações editoriais, posso assumir que a pauta tem fundamento na prevalência dos direitos humanos? Em caso negativo, há como negociar alterações de enfoque ou até a exclusão da pauta com profissionais de hierarquia superior e poder decisório? É claro que mais inquirições podem ser formuladas, a depender do caso específico, embora tenhamos buscado indicar um conjunto capaz de mostrar aquelas que consideramos indispensáveis. Esse é, portanto, um momento pré-organizativo, mas cujas reflexões acompanharão todo o processo.

Em segundo lugar, temos a Elaboração da Notícia. Nesse momento, julgamos que essa pauta já tenha sido inquirida pelo jornalista, o qual fará as escolhas pelas quais materializará a notícia como produto circulante. Grosso modo, é nesta etapa que o texto, tomado como recurso simbólico no mundo das coisas materiais, começa a nascer como tal. Seu delineamento é técnico e estético, sendo formado por conteúdos explícitos e implícitos e pela composição da narrativa.

⁸⁹ Em artigo recente (2024), Sue Robinson e Patrick Johnson defendem que o jornalismo deveria se erigir a partir de uma estrutura moral atenta ao acolhimento, sendo este a postura intencional do jornalista. Para não parecerem demasiado otimistas, os autores listaram, entre outras, algumas ações que reputam essenciais para que a ética do cuidado se faça presente nas notícias, vejamos: a) cuidado com a escolha e o enquadramento de termos para evitar polarização e reforço de estereótipos; b) esforço para garantir a pluralidade de vozes e a diversidade de pontos de vista; c) enfoque na produção de textos capazes de refletir culturas e ideologias sem apriorismos; d) busca de parceiros nas comunidades com o intuito de produzir conteúdo mais inclusivo.

É quando o repórter executará as ações como entrevistas, apurações e checagens do conteúdo, atribuições de falas a fontes e personagens dentro de um conjunto concatenado de parágrafos, obedecendo as orientações técnicas internalizadas pelas lições acadêmicas e/ou vivenciais (por exemplo, períodos curtos e ordem direta, disposição de informações mais relevantes primeiro). Todo o processo deverá ser orientado, também, pelos princípios de respeito à pessoa, sujeito de direitos que é, e o repórter se perguntará se as escolhas a seu critério (pessoal internalizado) são avaliadas em distinções de ordem étnica, social, de gênero etc. Trata-se, grosso modo, de uma construção autorreflexiva em todas as suas etapas. Por exemplo, é preciso levar a escrutínio a escolha desta foto em vez de outra, a definição desse enfoque para o título e não outro, a seleção de uma passagem para destaque gráfico (olho) em vez de outra, a inclusão desta fonte tal logo no segundo parágrafo, enquanto outra pessoa, cujos direitos estarão diretamente afetados pela notícia, se aparece, será no último parágrafo e para reforçar determinado ponto de vista. Outros questionamentos podem ser feitos a fim de ajustar a trajetória nessa etapa do percurso. Muitos procedimentos são aplicados automaticamente na rotina da reportagem, a despeito de causarem, ao fim e ao cabo, grande impacto na forma como a notícia é recebida e interpretada.

Finalmente, o Compromisso Restaurativo é observado na leitura da notícia, porquanto pela avaliação de aspectos teleológicos de cunho interno e externo. A pauta, se orientada nos direitos humanos, e a notícia, se elaborada com base neles, conduzem ao esperado resultado de uma percepção global de respeito a essa baliza pelo leitor. Eis aqui um esforço final na defesa da tese de que, em coberturas que tocam direitos humanos, subsiste o compromisso jornalístico restaurativo, concretizado no espaço da notícia. Citado compromisso, indicamos, decorrerá de duas dimensões (donde ele busca justificação): a pessoal ou individual e a social ou relacional. Na primeira, indicamos as qualidades autorais do repórter, a exemplo de competências técnicas, domínio do tema, esforço investigativo, apuração de informações, checagem de fatos e relatos e contrapartidas pessoais decorrentes de um trabalho eticamente referenciado etc.). Na segunda, o enfoque recai sobre os aspectos contextuais, dos quais destacamos orientação editorial da empresa, quantidade e qualidade de recursos disponibilizados, pressões de origem comercial e política atreladas a algumas temáticas e fontes, contrapartida institucional relativa aos enfoques variados (ganho em credibilidade, incremento do *soft power* etc.), todos eles conjugados com os aspectos pessoais para, então, conceber o compromisso restaurativo por nós defendido.

A fim de tornar nossa ideia tanto mais compreensível, outra vez recorreremos ao recurso da organização sinótica, indicando, no Quadro 25, fundamentos, delineamentos e mecanismos atinentes ao modelo ontológico para a notícia orientada pelos direitos humanos. Vejamos:

Quadro 25 – Modelo ontológico – Notícia orientada pelos direitos humanos

Fase	Fundamento(s)	Delineamento(s)	Mecanismo(s) de atuação
Inquirição da Pauta	- <i>Accountability</i>	- Ética da Solidariedade - Ética do Cuidado	- Avaliar a pauta na ótica dos direitos humanos; - Rol não taxativo de inquirições para verificar o seguinte: se a pauta envolve direitos humanos; caso o faça, se o faz de forma direta ou indireta; quem são os titulares desses direitos; se esses sujeitos se encontram em condição de vulnerabilidade; como aparecem na pauta; qual a orientação editorial para o tratamento dessas pessoas; se terão oportunidade de fala, conforme indicação na pauta; se falarão como fontes ou personagens; qual é a posição ideológica presumida das fontes oficiais em relação a esses sujeitos; caso reforcem visões negativas, se é possível deixar de citar essas fontes oficiais. Diante da lista de orientações editoriais, pode-se assumir se a pauta tem fundamento na prevalência dos direitos humanos ou não. Em caso negativo, pode-se negociar alterações de enfoque ou exclusão da pauta com os profissionais de hierarquia superior e poder decisório para tanto.
Elaboração da Notícia	- <i>Accountability</i> - <i>Ciberjornalismo</i>	- Conteúdo Explícito (relativo ao que aparece no texto) - Conteúdo Implícito (relativo ao que subjaz ao texto)	- Tornar transparente o percurso de investigação adotado para aquela rotina; - Justificar a escolha das fontes oficiais; - Justificar a escolha de fontes independentes; - Justificar a escolha das personagens; - Levantar a existência de desinformação associada ao assunto, utilizando o espaço da notícia para expor a checagem obtida por agência externa ou pelo processo de investigação do próprio repórter; - Indicar e linkar as bases de dados e os documentos usados no texto, possibilitando que o leitor acesse diretamente essas fontes caso queira aprofundar. - Observar se a abordagem utilizada está de acordo com as normas jurídicas relativas ao assunto; - Atender a orientações sobre a cobertura de certos temas (e.g.: epidemiologia e pacientes de ISTs ⁹⁰ ; fatos com potencial multiplicador pelo efeito contágio; educação inclusiva como direito ⁹¹ e sem simplificação; migração e refúgio, e seus sujeitos ⁹²); - Autoavaliação sobre os processos subjetivos implicados naquela rotina: crenças, valores morais, preconceitos, nível de cognição do tema; - Autoavaliação sobre os processos políticos e ideológicos implicados naquela rotina: eventuais

⁹⁰ Um Guia da [UNAIDS](https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2017/09/WEB_2017_07_12_GuiaTerminologia_UNAIDS_HD.pdf) (2017) indica quais termos são apropriados para tratar o tema: https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2017/09/WEB_2017_07_12_GuiaTerminologia_UNAIDS_HD.pdf. Acesso em: 18 jun. 2023.

⁹¹ O JEDUCA orienta sobre o tratamento da educação inclusiva como direito (Avancini, 2017, on-line).

⁹² O Manual do ACNUR sobre comunicação da mobilidade (<https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2023/10/ACNUR-Manual-de-comunicacao-sobre-a-mobilidade-humana.pdf>) e o Manual da Unesco sobre como reportar migrantes e refugiados (<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000377890?posInSet=2&queryId=N-dbb24f04-bba3-444c-8e40-cfec3733ff28>) são bons guias para jornalistas. Acesso em: 12 out. 2022.

Compromisso Restaurativo			filiações político-partidárias, filiações sociais baseadas em cortes de classe, gênero, etnia etc.
		- Composição da Narrativa	- Avaliar as escolhas de composição; - Rol não taxativo de inquirições, a fim de avaliar se: os elementos textuais estão organizados de modo a respeitar os direitos humanos dos sujeitos que são implicados pelas notícias; os elementos gráficos são dispostos de modo a evidenciar os direitos humanos dessas pessoas (infográficos, fotos, vídeos, desenhos etc.); e se foram indicadas fontes de conteúdo complementar pelo uso de <i>hiperlinks</i> ou outros recursos disponíveis.
	- <i>Accountability</i> - <i>Sociossemiótica</i>	- Teleologia Interna	- Autoavaliação -> Visão de si; - Indica a avaliação do repórter, considerando sua posição pessoal, de que a notícia produzida teve seu fundamento no respeito aos direitos humanos. - Adaptamos ao presente quadro alguns quesitos já desenvolvidos por outro autor, quando ele propõe que o repórter questione, por exemplo, sobre o seguinte: “[...] destaquei o mais importante? O método de apuração foi correto e válido? Há consequências para o que apurei? Quais? Considerei que o outro é tão ou mais importante do que eu e os valores universais são mais importantes do que aspectos individuais ou valores particulares?” Karam (2019, p. 107).
		- Teleologia Externa	- Avaliação institucional -> Visão do jornalismo; - Indica a avaliação do repórter, considerando a instituição jornalismo, de que a notícia produzida teve lastro no respeito aos direitos humanos. - Ele vai indagar não ao texto final, mas a toda a conjuntura de jornalismo institucionalizado a que está vinculado como trabalhador. Assim, deverá buscar compreender como outros veículos, de perfil similar, focalizam o mesmo tema e de que modo esta notícia poderia avançar para priorizar os direitos humanos a partir daquela sua cobertura, questionando, por exemplo: quais os aspectos destacam; quais são evitados; que espaço é dedicado à pauta; que fontes são acionadas; como os sujeitos são retratados etc.

Fonte: Elaborado por Cristiane N. A. de Souza (2024).

Conforme já sustentamos, longe da pretensão de complexificar a prática do jornalismo cotidiano, haja vista ser um tipo de produção inevitavelmente atrelada a limitadores de tempo, buscamos enfatizar, uma vez mais, a possibilidade factível de se desenvolverem rotinas cujas resultantes priorizem os direitos humanos das pessoas implicadas nas pautas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da interface entre o trabalho jornalístico, de produzir abordagens e propagar as narrativas sobre fatos e fenômenos contemporâneos, e a perspectiva dos direitos humanos e da *accountability* jornalística, cremos ser possível que o jornalismo esteja preparado para trilhar rotas alternativas, rumo ao não sabido, pois são precisamente as incógnitas que impulsionam tanto o fazer jornalístico, materializado pela reportagem, como a pesquisa científica, que, neste caso, levamos a cabo ao concluir o trabalho. Em nosso trajeto como jornalistas-pesquisadoras, construímos conhecimento ao desafiar os lugares-comuns que fundamentam a existência do jornalismo até os dias de hoje, a despeito de um sem-número de crises pelas quais a área tem passado, todas elas com algum teor apocalíptico que decreta a morte da profissão.

De longe, o argumento tem algo de paradoxo, mas explicamos. O jornalismo está entre as profissões atreladas às revoluções midiáticas, tornando-se, por isso, vulnerável aos inventos tecnológicos e à irreversível inflexão da inteligência artificial sobre tudo o que há de humano. O jornalismo, para se estabelecer como mediador qualificado nesse mar de informações, deve fundamentar sua atuação em parâmetros ligados à sua humanidade. Por certo, a IA será capaz de noticiar com precisão os dados circunstanciais de um ataque aéreo em alguma das guerras a que a cobertura mundial tem se dedicado atualmente. Todavia, ela não terá condições de ver além dos fatos (e não falamos de juízos irresponsáveis de comentaristas mal-intencionados), o fator humano, a capacidade de exercitar a empatia, a possibilidade de enxergar sentidos outros e, essencialmente, a prática cotidiana da autocrítica, a levar em conta a humanidade dos outros na cobertura jornalística, sejam eles autoridades internacionais, chefes de Estado ou as vítimas do atentado. A nosso ver, a humanidade deve ser a grande angular e a objetiva que balizarão o trabalho da reportagem, desde a elaboração da pauta até a distribuição da notícia nas redes.

Cremos que esta discussão possa acrescentar ao debate teórico-epistemológico sobre o jornalismo na cobertura dos direitos humanos relativos a imigrantes haitianos e venezuelanos, além do enfoque na observação de *accountability* específica em notícias sobre os temas. Com efeito, almejamos contribuir para disseminar os instrumentos necessários ao fortalecimento do jornalismo nos modos de agência conferidos a ele. Buscamos fomentar sobretudo os aspectos seguintes: a) a permanente autocrítica dos jornalistas ao realizarem cobertura profissional de determinados temas; b) a elaboração de narrativas capazes de qualificar o debate público, hoje marcado pela insalubridade dos discursos de ódio e da desinformação; e c) a possibilidade de avaliar os impactos positivos e negativos do modo como o jornalismo tem abordado temáticas

como aquela que trazida para a análise como fenômeno central da tese, a saber: as migrações transnacionais para o Brasil na última década, notadamente de haitianos e de venezuelanos.

Esperamos ter deixado claro que o nosso intuito é, mais do que realizar uma análise de textos e indicar os pontos mais afeitos ao debate que traçamos nos capítulos acima, buscamos refletir – e levar à reflexão – sobre qual jornalismo é possível de ser feito a partir dos recursos à disposição, nas redações, noutras instituições, na *web* e na nossa bagagem intelectual. Não é simples pensar em práticas que, mesmo inseridas na lógica da ignorância e do controle, façam sentido para a sociedade, a ponto de incitar debate de temas ignorados, urgentes e insurgentes, e ajudem a promover visões sempre atentas à dignidade das pessoas. O desafio está em fazer a cobertura de um ângulo distinto daquele historicamente cristalizado pelo *status quo* da prática cotidiana, de dentro das empresas jornalísticas. Ao mesmo tempo que não é fácil, também não é impossível, razão pela qual foram apresentados, nesta tese, alguns caminhos possíveis.

Tendo chegado ao fim desta investigação, acreditamos ter logrado alcançar o objetivo geral e os objetivos específicos inicialmente traçados e posteriormente ajustados, com auxílio das valorosas contribuições da orientadora, durante o percurso, e da banca de qualificação. Os professores Basílio Sartor e Thaís Furtado tiveram a paciência de ler nossas ideias em estado bruto e indicar os modos mais profícuos de prosseguirmos de modo autêntico, rumando para a observação das notícias sob as óticas da *accountability* e dos direitos humanos. Certamente, a escolha mais acertada foi depositar maior ênfase nesses dois pontos do que nas questões sobre potencialidades tecnológicas dos textos que formaram o corpus. Não obstante creiamos serem eles muito importantes ao trabalho do repórter na atualidade, faz muita diferença que esta tese lance luz sobre estes dois pontos: os direitos dos Outros e as nossas responsabilidades.

Na fase embrionária da ideia, desenhamos o problema de pesquisa em que questionamos se ‘a observância de uma perspectiva específica de *accountability* pelo jornalismo de referência local seria compatível com a elaboração de conhecimento refletido, propositivo, responsável e orientado pelos direitos humanos a respeito de fenômenos sociais autóctones?’, relacionando vários níveis de observação que acreditamos ter destrinchado ao longo da tese. Essa perspectiva é a *accountability* jornalística, apropriada em pesquisas aplicadas que buscam avaliar qualidade do produto por meio de atributos identificáveis na notícia (Guerra, 2016), pelo debate ancorado na ética (Christofoletti, 2008) ou pela observação de mecanismos de controle interno e externo das práticas jornalísticas em variados contextos de produção. De nossa parte, propusemos que essa *accountability* possa fundamentar os processos pessoais e relacionais atinentes à elaboração da notícia, originando um compromisso restaurativo que torne o jornalista o mediador qualificado. Nessa perspectiva, a *accountability* é espécie de incubadora onde, nutrida

pela ética solidária, esteja apta a gerar um jornalismo preocupado com o ser humano, ainda que não sejamos ingênuos de imaginar formas assépticas de fazer jornalismo. É dizer que, mesmo calcado numa ética solidária (como fundamento) e na ideia de *accountability* (como modos de agir refletidos, responsáveis e coerentes com as suas diretrizes), o jornalismo institucional será inevitavelmente perpassado por intervenientes de várias ordens, os quais buscamos considerar ao estabelecer o modelo ontológico que deságua no seu compromisso com os direitos humanos.

Quanto ao alcance dos objetivos, acreditamos que, colocadas as limitações inerentes ao processo de doutoramento, pudemos ‘compreender a cobertura jornalística acerca da migração de haitianos e de venezuelanos sob a perspectiva de uma *accountability* específica e orientada pelos direitos humanos’. Em relação aos objetivos específicos, o primeiro, qual seja a análise quantitativa do conjunto de notícias relativas aos temas da migração transnacional nos anos de 2012 e 2017 foi alcançado ao concluirmos a etapa um do percurso metodológico. O segundo e o terceiro foram alcançados, segundo esta avaliação final, pela aplicação dos procedimentos constantes na etapa 2 do percurso metodológico, onde foram exploradas 178 notícias sobre direitos fundamentais de segunda geração dos migrantes. O objetivo terceiro foi alcançado pela aplicação do protocolo de ACJ, cuja adaptação é parte de um esforço de aprimoramento das metodologias aplicadas. Ao todo, 14 notícias foram interpretadas em profundidade em quatro níveis (vertical) correlatos a três dimensões (campos), o que nos permitiu ter *insights* em cada análise. Por fim, nos desafiamos a propor a qualificação da prática que articulasse a teoria e as observações a partir das análises. Embora o Capítulo 5 não retome explicitamente os resultados, estes são o subsídio material que nos impeliu a propor o modelo ontológico de notícia orientada pelos direitos humanos. Evidentemente, é a ideia bruta, mas poderá servir de ponto de partida para se pensar em modos exequíveis de se realizar a mediação qualificada na pauta do dia.

Como toda pesquisa científica, esta tese encontrou limitações de várias ordens, com as quais esperamos ter lidado da melhor forma. Só o tempo dirá. De todo modo, passamos a citar enfoques que entendemos importantes chaves de aprofundamento para investigações futuras. O primeiro deles é a observação dos fenômenos e do próprio jornalismo desde uma visada da interseccionalidade, como os recentes recortes de gênero. No primeiro caso, a compreensão de direitos humanos específicos das mulheres migrantes ou de LGBTQIAPN+ em igual condição de mobilidade transfronteiriça. Quanto ao jornalismo, o enfoque nas publicações de iniciativas independentes, autossustentadas e segmentadas traria novo olhar sobre as questões levantadas neste trabalho, perspectivas outras. Da mesma forma, é possível enfatizar as problemáticas que nós, aqui, abordamos colateralmente, como o preconceito de cor (em relação aos haitianos), a

questão dos povos originários (no caso dos venezuelanos *Warao*), o etarismo e o recorte de gênero (no perfil dos haitianos migrados, em grande parte adultos jovens do sexo masculino).

O segundo passo que pode ser dado a partir desta pesquisa é a possibilidade de que ela seja estendida a uma gama de outros temas que envolvem os direitos humanos, embora nossa escolha, para esta investigação, tenha sido sobre a questão migratória desde a região Norte do Brasil. Desse modo, esperamos que o modelo ontológico baseado na ética solidária (em vez da utilitária) e na aplicação de estratégias de *accountability* jornalística (voltadas para a pauta, a produção e o produto) possíveis de serem implementadas na rotina da redação sem implicar custos financeiros, seja aplicável à reflexão do fazer jornalístico a respeito de uma variedade de outros assuntos, sobre os quais é preciso que o jornalismo assuma a responsabilidade que o exercício profissional exige em matéria de direitos humanos. Assim, a cobertura de questões a respeito de povos originários, localidades ditas perigosas na cidade e todas aquelas que tratam da vida de pessoas em situação vulnerável em nossas sociedades são alguns exemplos. O corte empírico, pois, não surge como um limitador ao exercício do modelo, mas tão somente nossa escolha para enxergar uma das possibilidades de aplicação ao jornalismo nessa interface.

Por fim, outra preocupação nossa foi focalizar a importância do jornalismo local como ator capaz de produzir sentidos com plena capacidade de serem escalados nos níveis regional, nacional e até internacional. Embora tenhamos claro que o recorte do local tem maior relação com a proximidade e a comunidade, reforçamos outra vez a nossa posição de que esse mesmo jornalismo, ao assumir uma posição de autonomia e de responsabilidade perante as demandas autóctones que envolvam direitos humanos, tornar-se-á um mediador qualificado a amparar o ecossistema de notícias que reverberará as posições de profissionalismo, respeito e prestação de contas não apenas para com o público leitor, mas também em relação aos sujeitos trazidos para povoar suas narrativas cotidianas. E a raiz de tudo isso, argumentamos, está naquilo que o jornalista deve fazer de melhor: perguntas. Ou seja, quando o pauteiro/produtor questiona a sobre a sugestão recebida, quando o repórter inquire a pauta estabelecida e as escolhas que faz para obter o resultado e quando o editor define que elementos merecem qual espaço no portal, todo esse percurso terá sido objeto de autorreflexão, inclusive na notícia cotidiana. Em última análise, defendemos que o cuidado com definição de pauta, apuração, narrativa e composição final deverá estar presente em todo e qualquer processo de elaboração noticiosa.

Por ora, somos cientes de que este trabalho logrou pelo menos pôr em debate questões do campo que nos são caras, as quais buscamos focalizar pela ótica dúplice de teoria e prática. Esta é nossa pequena contribuição ao jornalismo que muitos aprendem a fazer na academia ou na vivência da redação, mas que poucos têm a oportunidade de investigar cientificamente.

REFERÊNCIAS

ABEL, Elie. Hutchins Revisitado: Trinta e cinco anos da teoria da responsabilidade social [51-62]. **As responsabilidades do jornalismo**: As questões da ética no país de maior liberdade de expressão/ Robert Schmuhl (Org). – Rio de Janeiro: Editorial Nórdica Ltda., 1987.

ABERNATHY, Penelope Muse. **The rise of a new media baron and the emerging threat of news deserts**. Center for Innovation and Sustainability in Local Media, University of North Carolina at Chapel Hill, 2016. ISBN 978-1-4696-3403-6 (ebook). Disponível em: https://www.usnewsdeserts.com/wp-content/uploads/2016/09/07.UNC_RiseOfNewMediaBaron_SinglePage_01Sep2016-REDUCED.pdf. Acesso em: 17 jul. 2023.

ACNUR. **Manual de comunicação sobre a mobilidade humana**: guia prático para comunicadores. 2023. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2023/10/ACNUR-Manual-de-comunicacao-sobre-a-mobilidade-humana.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2024.

ADGHIRNI, Zélia Leal. Mudanças estruturais no jornalismo: travessia de uma zona de turbulência [pp. 61-79]. **Jornalismo e sociedade**: teorias e metodologias/ Fábio Henrique Pereira, Dione Oliveira Moura e Zélia Leal Adghirni (orgs.). Florianópolis: Insular, 2012.

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia** / Miquel Rodrigo Alsina; tradução de Jacob A. P. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. – (Coleção Clássicos da Comunicação Social).

AMAZÔNIA REAL. **Transparência e melhores práticas** [2021]. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/transparencia-e-melhores-praticas/>. Acesso em: 13 jun. 2022.

ANDRADE, André Gustavo Corrêa de. O princípio fundamental da dignidade humana e sua concretização judicial. **Fórum Administrativo**: Direito Público, Belo Horizonte, v. 4, n. 43, set. 2004. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/34652>. Acesso em: 22 nov. 2022.

AVANCINI, Marta. Para cobrir educação inclusiva como direito, sem simplificações [notícia]. Portal **JEDUCA**, 2017. Disponível em: <https://jeduca.org.br/guia/para-cobrir-educacao-inclusiva-como-direito-sem-simplificacoes>. Acesso em: 22 jun. 2023.

AVELINE, Carlos Cardoso. **A informação solidária**: a comunicação social como prática de uma nova ética/ Carlos Cardoso Aveline. – Blumenau: Edifurb, 2001.

BANCO MUNDIAL. **The World Bank In Haiti** [2024]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/haiti/overview>. Último acesso em: 20 abr. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo** / Laurence Bardin; tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. – São Paulo: Edições 70, 2016. 3ª reimp da 1ª edição de 2016. ISBN: 978-85-62938-04-7.

BARROS, A.; DUARTE, J. (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2009.

BENETTI, Márcia; FURTADO, Thaís. **Teoria do Jornalismo** [Disciplina: aula síncrona sem gravação]. PPGCom da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2021.

BERSANI, Ana Elisa; JOSEPH, Handerson [orgs.]. Apresentação – O Brasil e a diáspora haitiana. Dossiê Dinâmicas migratórias haitianas no Brasil: desafios e contribuições. **Temáticas**, Campinas, 25, (49/50): 09-16, fev./dez/ 2017. DOI: 10.20396/tematicas.v25i49/50.11126. Acesso em: 22 set. 2022.

BERTRAND, Claude-Jean. **A deontologia das mídias** / Claude-Jean Bertrand; tradução de Maria Leonor Loureiro. Bauru: EDUSC, 1999.

BERTRAND, Claude-Jean. An overview of Media Accountability Systems (pp. 29-39). **Media Accountability Today and Tomorrow: updating the concept in theory and practices**. Torbjörn von Krogh (ed.), Nordicom, 2007. ISBN 978-91-89471-58-0.

BITTERN COURT, M. P. H. Jornalismo e Amazônia: inovação na cobertura da questão ambiental amazônica. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 31. 2008, Natal. Anais. Natal: Intercom, 2008, 11p.

BOBBIO, Norberto. 1909 – **A era dos direitos** / Norberto Bobbio; tradução Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Celso Lafer. – Nova ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. – 7ª reimpressão.

BORBA DE SÁ, M. Intervenções humanitárias e teoria crítica no Brasil: inibições e alternativas radicais ao paradigma da paz liberal. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**. Dourados, v. 8, n. 15, jan./jun, 2019. Disp.: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/11533/5638>. Acesso: 12 jun. 2021.

BORTOLOTTI, Plínio. Por uma deontologia aplicada [Capítulo 02]. **A ética no jornalismo brasileiro: conceitos, práticas e normas**/ Guilherme Carvalho (Org.). Curitiba: InterSaberes, 2019.

BOURDIEU, P. **A Economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**/ prefácio Sergio Miceli – 2ªed, 2ª reimpr. – São Paulo: Editora da USP, 2008. (Clássicos; 4). Disponível em: <http://anthropology.msu.edu/anp420-us12/files/2012/06/7.-Bourdieu-Language-and-Symbolic-Power.pdf>. Acesso em: 23 set. 2021.

BRAGA, José Luiz. Constituição do campo da comunicação. São Leopoldo – RS, Unisinos. **Revista Verso & Reverso**, XXV (58): 62-77, janeiro-abril 2011. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/924>. Acesso: 12 jul. 2021.

BRAGA, José Luiz. A prática da teoria na pesquisa em comunicação. **Galaxia** (São Paulo, online), ISSN 1982-2553, n. 41, mai-ago., 2019, p. 48-61. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542019239896>. Acesso: 22 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº. 6.815, de 19 de agosto de 1980**. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Disp.: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16815.htm. Acesso em: 26 jun. 2022. [Lei revogada].

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 fev. 2022.

BRASIL. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996** [LDB]. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disp.: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso: 22 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº. 9.459, de 13 de maio de 1997**. Altera os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor... [Xenofobia]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19459.htm. Acesso: 22 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº. 9.474, de 22 de julho de 1997**. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Disp em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm. Acesso em: 26 jun. 2022.

BRASIL. **Ação Direta de Inconstitucionalidade N. 2.903**, DJE de 19 de setembro de 2008. Relator: Ministro Celso de Mello. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=548579>. Acesso em: 11 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º [...]. Brasília, DF, [2011]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 02 fev. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Imigração [CNIg]. **Resolução Normativa nº. 97, de 13 jan. 2012**. DOU: seção 1, pág. 59. Disp.: https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/1541/1/REN_CNIG_2012_97.pdf. Acesso em: 23 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº. 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm. Acesso em: 26 jun. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **Coletânea temática de jurisprudência: Direitos humanos [recurso eletrônico] – Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2017**. Disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/publicacaoPublicacaoTematica/anexo/CTJ_Direitos_Humanos.pdf. Acesso em: 24 jun. 2022.

BRASIL. **Projeto de Lei n. 2.630 [PL das Fake News]**, 03 de julho de 2020. Pretendia instituir a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2256735>. Acesso em: 06 jan. 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. **Cidades e estados [2022]**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>. Acesso em: 12 mai. 2023.

CAMARGO, Júlia Faria. **Mídia e relações internacionais: lições da invasão do Iraque em 2003/ Júlia Faria Camargo – Curitiba: Juruá, 2009**.

CAMPOS, Deivison. Não basta olhar a encruzilhada: desafios políticos e epistemológicos para a construção do comum [palestra de encerramento]. **V Seminário Discente do PPGCom**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 25 a 29 de set, 2023.

CARVALHO, Guilherme; TONUS, Mirna. Conhecer o código de ética é fundamental [Capítulo 08]. **A ética no jornalismo brasileiro: conceitos, práticas e normas/ Guilherme Carvalho (Org.)**. Curitiba: InterSaberes, 2019.

CIVIDINI, Fátima Regina. **Migrantes haitianos no Brasil (2010-2017): tensões e fronteiras**. 2018. 249 f. Dissertação (Mestrado - Universidade Estadual do Oeste do Paraná), Foz do Iguaçu, 2018.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Ética e Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2008.

COGO, Denise Maria; BADET, Maria. **Guia das Migrações Transnacionais e Diversidade Cultural para Comunicadores – Migrantes no Brasil / Denise Maria Cogo; Maria Badet Souza**. -- Bellaterra: Instituto Humanitas Unisinos; Instituto de la Comunicación de la UAB, 2013. 105 p.

COGO, Denise; SILVA, Terezinha. Entre a fuga e a invasão: alteridade e cidadania da imigração haitiana na mídia brasileira. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 23, n.1, jan/abr. 2016.

COLFERAI, S. A; MONTEIRO, G. V. Inquietações amazônicas: considerações para uma abordagem enativa da comunicação. **Famecos: mídia, cultura e tecnologia** (Revista: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul). -- vol. 23, n 1, 2016.

DEMO, P. **Pesquisa e construção de conhecimento**. R. de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

ETCHEVERRY, Daniel. A atuação dos mediadores da promoção da cidadania e a problemática da visibilidade do fenômeno migratório [59-72]. **Políticas da diversidade: (In)visibilidades, pluralidade e cidadania em uma perspectiva antropológica** / organizadoras: Denise Fagundes Jardim [e] Laura Cecília López. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

FENGLER, Susanne. Media Journalism and the Power of Blogging Citizens (pp. 61-67). **Media Accountability Today and Tomorrow: updating the concept in theory and practices**. Torbjörn von Krogh (ed.), Nordicom, 2007. ISBN 978-91-89471-58-0.

FENGLER, Susanne; et al. How effective is media selfregulation? Results from a comparative survey of European journalists. **European Journal of Communication**, 2015, vol. 30(3) 249-266. Disp. em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0267323114561009>. Acesso em: 18 out. 2022.

FENGLER, S.; EBERWEIN, T.; KARMAVIN, M. (eds.). **The Global Handbook of Media Accountability (1st ed.)**. Routledge, 2021. Disp.: <https://doi.org/10.4324/9780429326943>. Acesso: 11 ago. 2022.

FENGLER, S.; LENGAUER, M.; ZAPPE, A. C. (eds.). **Reporting on Migrants and Refugees Handbook for Journalism Educators**. Paris: Unesco, 2021. Disp. em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000377890>. Acesso em: 12 jun. 2022.

FERNANDES, P. P. **Diáspora na rede: redes sociais e questões identitárias de migrantes haitianos residentes no Brasil**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano, Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

FERNANDES, Duval Magalhães; DINIZ, Alexandre Magno; FARIA, Andressa Virgínia. Migração na fronteira norte do Brasil: fluxos e novas redes. **Caminhos da migração: memória, integração e conflitos** / organizadores: NETO, Helion Póvoa ... [et al.]. 2ª ed. – E-book – São Leopoldo: Oikos, 2015. 424 p.: il.; 25 cm. ISBN: 978-85-7843-528-8. Disponível em: Acesso em: 19 jan. 2023.

FOGG, B. J. A behavior model for persuasive design. In: **International Conference on Persuasive Technology**, 4., California. Proceeding Online [...]. California: ACM, 2009. Disponível em: <https://dl.acm.org/doi/10.1145/1541948.1541999>. Acesso em: 13 jun 2022.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais**. São Cristóvão: Editora UFS, 2005.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2012.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Ética e Jornalismo: uma cartografia dos valores** / Mayra Rodrigues Gomes. – 2 ed. – São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

GOMIS, Lorenzo. Os interessados produzem e fornecem os fatos. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 1, n. 1, 2004.

GÖRGEN, J. Sistema Central de Mídia: conglomerados de comunicação no Brasil. In: WEBER, M. H.; COELHO, M. P.; LOCATELLI, C. (orgs.). **Comunicação Pública e política: pesquisa e práticas**. Florianópolis: Insular, 2017, p. 483-508.

GOULARTE, L. B.; MARTINI, M. C. G. A. de; ANDARE, M. C. R.; ANGARANI, P. T. A vulnerabilidade dos refugiados: uma análise da situação dos refugiados antes e durante a pandemia do coronavírus. **Cadernos Eletrônicos: Direito Internacional sem fronteiras**. Vol. 2 - n. 1, 2020.

GRUBBA, Leilane Serratine. Para uma perspectiva latino-americana e emancipatória dos direitos humanos. **Revista da Faculdade de Direito UFMG**, Belo Horizonte, N. 61, pp. 305-330. DOI: 10.12818/P.0304-2340.2012v61p305.

GUERRA, Josenildo Luiz. Qualijor – Sistema de Gestão da Produção Jornalística orientado para a qualidade editorial: Pesquisa Aplicada e de Desenvolvimento Experimental em Jornalismo [p. 1-26]. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação** | E-compós, Brasília, v. 19, n. 3, set./dez. 2016.

GUIMARÃES, Maristela Abadia. **O “eu” confronta o “outro”**: o que (re) velam as manifestações de brasileiros sobre haitianos nas mídias e redes sociais digitais. 2017. 425 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Cuiabá, 2017.

GUSMÃO, Luis. **O fetichismo do conceito**: limites do conhecimento teórico na investigação social. Rio de Janeiro, Topbooks, 2012.

HARARI, Yuval Noah. **21 lições para o século 21**. Tradução: Paulo Geiger. São Paulo: Cia das Letras, 2018.

HERRERA FLORES, Joaquín. **A reinvenção dos direitos humanos**. / Joaquín Herrera Flores; tradução de: Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. – Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

HUGHES, Sallie; MOREIRA, Sonia Virgínia. Preparando o cenário: dos obstáculos aos riscos e resiliência no jornalismo latino-americano. **Lumina**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 1–10, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/27765>. Acesso em: 4 nov. 2022.

IJUIM, Jorge Kanehide. Por que humanizar o jornalismo (?) **SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo**. Palhoça, 14 Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, nov. 2016. Disp. em: <https://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2016/paper/viewFile/140/182>. Último acesso em: 13 ago. 2021.

IJUIM, Jorge Kanehide. A responsabilidade social do jornalista e o pensamento de Paulo Freire. **Revista Em Questão**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 31-43, jul/dez 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/10060>. Último acesso em: 13 ago. 2021.

IJUIM, Jorge Kanehide. **Jornalismo e direitos humanos**: Apontamentos sobre o comportamento da imprensa diante de conflitos sociais [Projeto de Pesquisa]. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Período: 1º de março de 2019 a 28 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://ppgjour.posgrad.ufsc.br/files/2012/01/Jornalismo-e-direitos-humanos.pdf>. Último acesso em: 17 out. 2022.

JABORANDY, Clara Cardoso Machado. **A fraternidade no direito constitucional brasileiro**: um instrumento para proteção de direitos fundamentais transindividuais [Tese]. Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA) – Salvador, 2016.

JACKS, Nilda. BENETTI, Márcia; MÜLLER, Karla Maria. **Hermanos, pero no mucho**: el periodismo narra la paradoja de la fraternidade y rivalidad entre Brasil y Argentina. 1ª ed. – Buenos Aires: La Crujía, 2004, 160 p. ISBN: 987-1004-61-3.

JOSEPH, Handerson. **Diaspora**. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil no Suriname e na Guiana Francesa. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 2015. Disponível em: www.migrante.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Diaspora_Haitiana_tese_Joseph_Handerson.pdf. Acesso: 20 jan. 2023.

KARAM, Francisco. O ethos jornalístico e o valor da profissão [Capítulo 03]. **A ética no jornalismo brasileiro**: conceitos, práticas e normas/ Guilherme Carvalho (Org.). Curitiba: InterSaberes, 2019.

KÖNIG, Mauri. O teste dos valores e princípios da ética jornalística [Cap. 04]. **A ética no jornalismo brasileiro: conceitos, práticas e normas**/ Guilherme Carvalho (Org.). Curitiba: InterSaberes, 2019.

KOVACH, Bill; ROSENTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**; tradução de Wladir Dupont. 2ª edição. – São Paulo: Geração Editorial, 2004 (ISBN: - 85-7509-073-9).

LAGO, Claudia e GONÇALVES, Gean Oliveira e KAZAN, Evelyn Medeiros. Jornalismo na lógica descolonial: o caso do Nós, Mulheres da Periferia. 2019, **Anais...** Goiânia: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002982384.pdf>. Acesso em: 16 maio 2022.

LAGO, Cláudia. Mundos comuns são possíveis? [palestra de abertura]. **V Seminário Discente do PPGCom**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 25 a 29 de set, 2023.

LISBOA, Sílvia; BENETTI, Márcia. O jornalismo como crença verdadeira justificada. **Brazilian Journalism Research**. Vol. 11, No. 2, 2015. Disp. em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/664>.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo Lopes. Um percurso epistemológico para a pesquisa empírica de comunicação. **Epistemologia da comunicação no Brasil: trajetórias autorreflexivas** / Maria Immacolata Vassallo de Lopes (organizadora) – São Paulo: ECA-USP, 2016 (pp. 185-208). Disponível em: http://www.pgcl.uenf.br/arquivos/epistemologiadacomunicacaonobrasil:trajetoriasautorreflexivas_011120181544.pdf. Acesso: 22 jun. 2022.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. Verde que te quero verde: a estética da marca Amazônia. **Revista Comunicação Midiatizada na e da Amazônia**/ Orgs.: Maria Ataíde Malcher, Netília Silva dos Anjos Seixas, Regina Lúcia Alves de Lima, Otacílio Amaral Filho; autores: Gino Giacomini Filho... [et. al.]. – Belém, PA: FADESP, 2011. ISBN: 978-85-62888-05-2.

LÜCKMAN, Ana Paula. **Jornalismo, Conhecimento e Contexto: Pensamento complexo para uma atividade em transformação**. – 1. ed. – Florianópolis, SC: Editora Insular, 2020, pp.89-138.

MACHADO, E. Dos estudos sobre o jornalismo às teorias do jornalismo (Três pressupostos para a consolidação do jornalismo como campo de conhecimento). **E-Compós**, [S. l.], v. 1, 2004. DOI: 10.30962/ec.2. Disp. em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2>. Acesso: 9 out. 2022.

MACHADO, E. Metodologias de Pesquisa em Jornalismo: uma revisão histórica e perspectivas para a produção de manuais de orientação. Elias Machado. Dossiê. **Brazilian Journalism Research**, vol. 6, n. 1, 2010. Disponível em: https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/SBPJOR1_ef7339fc436d7ce38a575db8a1a6852. Último acesso em: 22 jun. 2023.

MALCHER, Maria Ataíde. Amazônia em Pauta: o olhar das fontes sobre as coberturas [Palestra – Mesa 2]. **Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo, 22º, 2023**. Manaus. De 25 a 28 de abril. Disponível em: <https://doity.com.br/ensinodejornalismo2023/calendario>. Acesso em: 18 jul. 2023.

MANAUS. **Decreto n.º 3.819, de 22 de setembro de 2017**. DECLARA situação de emergência social no Município de Manaus, em virtude da ainda presente e intensa migração de indígenas venezuelanos da etnia Warao [...] Disponível em: <https://encurtador.com.br/Y8xcr>. Acesso em: 19 ago. 2023.

MARTINO, Luiz. As epistemologias contemporâneas e o lugar da Comunicação. In: LOPES, Maria Immacolata Vassalo (org.). **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003, pp. 69-101.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Rumo às novas relações entre o direito internacional dos direitos humanos e o direito interno: da exclusão à coexistência, da intransigência ao diálogo das fontes** [Tese]. Porto Alegre (RS): Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

McQUAIL, D. **Media Accountability and Freedom of Publication**. New York: Oxford University Press, 2003.

MEDITSCH, Eduardo. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis: UFSC, 1992.

MEDITSCH, Eduardo. Estudos em Jornalismo. Entrevistador: Carlos A. de Carvalho Moreno. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo – Vol. XXVII, n. 2, julho/dezembro de 2004.

MEDITSCH, Eduardo. Paulo Freire para o Jornalismo Educador [Escola de Jornalismo 2]. **Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo, 22º, 2023**. Manaus. De 25 a 28 de abril. Disponível em: <https://doity.com.br/ensinodejornalismo2023/calendario>. Acesso em: 18 jul. 2023.

MELLO, Michele de. Agentes da ONU advertem que expulsão de haitianos dos EUA viola direito internacional [notícia]. In: **Brasil de Fato**, 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/09/22/agentes-da-onu-advertem-que-expulsao-de-haitianos-dos-eua-viola-direito-internacional>. Acesso em: 22 ago. 2022.

MESSAGI Jr., Mário. Sem liberdade não existe jornalismo [Capítulo 10]. **A ética no jornalismo brasileiro: conceitos, práticas e normas/** Guilherme Carvalho (Org.). Curitiba: InterSaberes, 2019.

MICHAELIS. **Solidariedade; Fraternidade** [recurso digital]. Ed. Melhoramentos: São Paulo, 2023. Disponível em; <https://michaelis.uol.com.br>. Acesso em: 17 ago. 2023.

MONTIPÓ, Criselli Maria. **Sentidos de cidadania e direitos humanos na práxis de repórteres** [Tese]. Criselli Maria Montipó; orientador: Jorge Kanehide Ijuim. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2020.

MORAES, Fabiana. Subjetividade: ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral. **Revista Extraprensa**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 204-219, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/153247>. Acesso em: 19 ago. 2022.

MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza /** Fabiana Moraes. 1. ed. – Porto Alegre [RS]: Arquipélago, 2022. 368 p.

MORAES, Alex Martins. “Te ponen el ojo y te sacan uma radiografia: ser imigrante nas redes de saúde e concessão dos benefícios sociais em Porto Alegre [135-164]. **Políticas da diversidade: (In)visibilidades, pluralidade e cidadania em uma perspectiva antropológica /** organizadoras: Denise Fagundes Jardim [e] Laura Cecília López. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

MOREIRA, Sônia Virgínia; DEL BIANCO, Nélia R. Comunicações, território e desenvolvimento regional em municípios brasileiros com IDHM muito baixo. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 15, n. 4, jul, 2019. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/4842>. Acesso em: 16 maio. 2023.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos. jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico /** Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2006-02-09. Disp. em: <http://objdig.ufrj.br/30/teses/sylviamoretzohn.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2022.

MOSER, Alvino; LOPES; Luís Fernando. Ética ou Moral [Capítulo 01]. **A ética no jornalismo brasileiro: conceitos, práticas e normas/** Guilherme Carvalho (Org.). Curitiba: InterSaberes, 2019.

MOTA, Daniele Monteiro. **Representações sociais, mídia e violência: a “construção” do migrante e da migração venezuelana em Roraima por meio dos websites da Folha de Boa Vista e Folha de S. Paulo**. Boa Vista, 2019. -- 184 f.: il. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Roraima, 2019.

MOURA, Sandra Regina; ALVES, Camila. A subjetividade no jornalismo: o método investigativo da jornalista Fabiana Moraes na produção de reportagens complexificadas. Coleção Âncora Jornalismo, **Jornalismo em ambientes multiplataforma** [recurso eletrônico] / Org.: Pedro Nunes. - João Pessoa: Editora do CCTA, 2016. 359p. Acesso: online. ISBN: 978-85-67818-68-1. DOI: <http://dx.doi.org/10.12702/978-85-67818-68-1>.

MÜLLER, Karla; MAZER, Dulce; LEOBETH, Thaís. Estudo de mídia e fronteiras: contribuições do método cartográfico para o avanço epistemológico no campo da Comunicação. **Anuário Unbral das Fronteiras Brasileiras 2018**. Porto Alegre: Editora Letra1, 2018. Disponível em: <http://unbral.nuvem.ufrgs.br/>. Acesso em: 25 ago. 2022.

NELSON, Jacob L., SANDERSON, Zeve; LEWIS, Seth C. People trust themselves more than they trust the news. They shouldn't [March, 12. 2024]. **Columbia Journalism Review**. Disponível em: https://www.cjr.org/tow_center/people-trust-themselves-more-than-they-trust-the-news-they-shouldnt.php?utm_source=substack&utm_medium=email. Acesso em: 18 mar. 2024.

OEA. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos**, de 22 de novembro de 1969. Disponível em: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_america.htm. Acesso em: 19 jun. 2022.

OIM. Glossary on Migration. European Migration Network (2018): Asylum and Migration. Glossary 6.0 Triandafylidou, A. and Maroukis, T. (2012) Migrant Smuggling. Irregular Migration from Asia and Africa to Europe. Palgrave Macmillan, London; Hernandez, Diego and Alexandra Rudolph (2014): Modern day slavery: What drives human trafficking in Europe? In: **European Journal of Political Economy**, 2021. Disp. em: https://jigc.media/wpcontent/uploads/2020/05/Handouts_Media_and_Migration_English.pdf. Acesso: 17 jul. 2022.

OIM. **Monitoramento do Fluxo da População Venezuelana – Rodada Região Metropolitana de Manaus-AM, Brasil**. [on-line], 2021. Disponível em: <https://migration.iom.int/sites/g/files/tmzbd11461/files/reports/dtm-am-2021%5B100%5D.pdf>. Último acesso em: 19 out. 2022.

OIM. Migração e migrantes: panorama mundial. In: **Relatório Mundial sobre Migração, 2022** (M. McAuliffe e A. Triandafyllidou, eds.). OIM, Genebra. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/WMR-2022-PT-CH-2.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2023.

OIM [Agência da ONU]. **Guia de Jornalismo no Contexto das Migrações, 2023**. OIM, Brasil. Disponível em: <https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/guia-de-jornalismo-no-contexto-das-migracoes.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2024.

OLIVEIRA, Tadeu; TONHATI, Tânia. Mulheres, crianças e jovens na migração internacional no Brasil [Capítulo 1]. CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Relatório Anual OBMigra 2022**. Série Migrações. OIM; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>. Acesso em: 18 ago. 2023.

OLIVER, R.; WILLIAMS, F. Análise do Estudo de Caso [142-147]. **As responsabilidades do jornalismo**: as questões da ética no país de maior liberdade de expressão/ Robert Schmuhl (Org). – Rio de Janeiro: Editorial Nórdica Ltda., 1987.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos [DUDH]**. 217 (III), Paris, 1948. Disponível em: <https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/2021/03/udhr.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2022.

ONU. **Convenção de Genebra, de 28 de julho de 1951** [Estatuto dos Refugiados]. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf. Acesso em: 17 ago. 2021.

ONU. **Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias**. Res. 45/158, de 18 de dezembro de 1990 [Assembleia Geral]. Disponível em: <https://shorturl.at/tKMS1>. Acesso em: 11 jan. 2023.

ONU. Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids [UNAIDS]. **Guia de Terminologia**, 2017. Disponível em: https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2017/09/WEB_2017_07_12_GuiaTerminologia_UNAIDS_HD.pdf. Acesso: 18 jun. 2023.

ONU. **Indicadores sociais do Haiti** [2021]. Disponível em: <https://data.un.org/en/iso/ht.html>. Acesso em: 13 jun. 2023.

ONU; OIM; ACNUR. **Response for Venezuelans [R4V]**. Plataforma Interagência [online]/ ONU; OIM; ACNUR. 2022. Disponível em: <https://rmrp.r4v.info/rmna2022/>. Acesso em: 18 jul. 2023.

PAIVA, Raquel. Narrativas necessárias: novos formatos de jornalismo contra-hegemônico. **Direitos humanos e a pesquisa em jornalismo** / orgs.: Monica Martinez, Claudia Lago, Laura Storch. – São José do Rio Preto, SP: Balão Editorial, 2018. 196 p.

PARK, Robert E. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**, vol. 2 / orgs. Christa Berger e Beatriz Marroco. – Porto Alegre: Sulina, 2008. 191 p.

PASSOS, Mateus Yuri. De fontes a personagens: definidores do real no jornalismo literário. **Narrativas midiáticas contemporâneas: perspectivas epistemológicas** [recurso eletrônico] / Demétrio de Azevedo Soster, Fabiana Quattrin Piccinin – Santa Cruz do Sul: Catarse, 2017. 313 p.

PAULINO, F. O; BASTIAN, M; GOMES, R. Media accountability instruments, journalists, and media ownership. **The Global Handbook of Media Accountability (1st ed.)**. FENGLER, S.; EBERWEIN, T.; KARMAVIN, M. (eds.). Routledge, 2021. Disp.: <https://doi.org/10.4324/9780429326943>. Acesso: 11 ago. 2022.

PERUZZO, Cicilia M. K. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. **Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, a. 26, n. 43, p. 67-84, 1º. sem. 2005.

PILGER, Carolina Roveda. Um jornalismo de subjetividade e a sensibilização na formação do jornalista. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, vol. 16, n. 2, julho a dezembro de 2019. ISSN 1984-692. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2019v16n2p144/41763>. Último acesso em: 19 ago. 2022.

PINTO, Pâmela Araújo. **Mídia regional brasileira: Características dos subsistemas midiáticos das regiões Norte e Sul** [tese de doutorado, Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense], 2015. Disp. em: https://ppgcom.uff.br/wp-content/uploads/sites/200/2020/03/tese_doutorado_2015_pamela_araujo.pdf. Acesso em: 30 jul. 2022.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos: desafios e perspectivas contemporâneas. **Revista do TST**, Brasília, Vol. 75, nº 1, jan/mar 2009. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/6566/010_piovesan.pdf. Acesso em: 15 mai. 2022.

PIOVESAN, Flávia. Proteção dos direitos sociais: desafios do ius commune sul-americano. **Revista do TST**, Brasília, Vol. 77, nº 4, out/dez 2011. Disp. em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/28340/004_piovesan.pdf?sequence=5&isAllowed=y. Acesso em: 15 mai. 2022.

POLITIZE. **O Sistema Internacional de Proteção e os tratados internacionais de Direitos Humanos** [2021]. Disponível em: <https://www.politize.com.br/equidade/tratados-internacionais-de-direitos-humanos/>. Acesso: 23 jul. 2023.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. **Comunicação e Política**. Conceitos e Abordagens: Antônio Albino Canelas Rubim (org.). Salvador: EDUFBA, 2004. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/134/4/Comunicacao-Politica_RI.pdf. Acesso: 22 jun. 2022.

PRESOTTI, Clarissa Guimarães Carvalho. **Amazônia em crise**: o avanço do desmatamento nos grandes jornais do Brasil/Clarissa Presotti Guimarães Carvalho. Brasília, 2009: 112 p.: il. [Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília].

PROJETO CREDIBILIDADE [Brasil]. **The Trust Project**. Disp. em: <https://www.credibilidade.org/>. Último acesso em: 15 nov. 2023.

QUÉRÉ, Louis. Entre o facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos. Revista de Comunicação, Cultura e Educação**, n. 6. Lisboa: ISCTE / Editorial Notícias, 2005, p. 59-75.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de direitos humanos** / André de Carvalho Ramos. – 4. ed. – São Paulo: Saraiva, 2017.

REIS, Thays Assunção. A pesquisa de jornalismo local e regional no Brasil: levantamento das teses e dissertações (2010-2020). **Brazilian journalism research**, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 574–597, 2022. DOI: 10.25200/BJR.v18n3.2022.1541. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1541>. Acesso em: 12 jul. 2023.

RENAULT, David. O jornalismo sem diploma e o mercado de trabalho [pp. 99-120]. **Jornalismo e sociedade**: teorias e metodologias/ Fábio Henrique Pereira, Dione Oliveira Moura e Zélia Leal Adghirni (orgs.). Florianópolis: Insular, 2012.

RENOI – Rede Nacional de Observatórios da Imprensa (Renoi). Página Inicial do Blog [2024]. Disponível em: <http://renoi.blogspot.com/>. Último acesso em: 22 fev. 2024.

ROBINSON, Sue; JOHNSON, Patrick. Rectifying Harm Through Care-Based Practices: How Journalists Might Tend to Disengaged Communities. **Journalism Studies Review**, Vol. 25, 2024. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1461670X.2023.2289889>. Acesso em: 19 mar. 2024. (Acesso restrito a assinantes).

ROCHA, Heitor Costa Lima; ALVES, Anabela Maria Alves Gradim. Autonomia do jornalista, ética e política editorial: as implicações do enquadramento da notícia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Vol. 17, Nº 1. janeiro a junho de 2020 – ISSNe 1984-6924. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-6924.2020v17n1p96>. Acesso em: 27 jul. 2021.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1993.

RODRIGUES, Fania. Venezuela reivindica certificação da segunda maior reserva de ouro do mundo [notícia]. **Brasil de Fato**, 2017. Disp. em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/11/21/venezuela-reivindica-certificacao-da-segunda-maior-reserva-de-ouro-do-mundo>. Acesso em: 13 jun. 2022.

RODRIGUES, Rosa Luciana; STEINBRENNER, Rosane; COSTA, Luciana Miranda. O CASO DA RNA: Da comunicação popular e alternativa ao desafio da descolonização da notícia na Amazônia. In: Anais do 32º Encontro Anual da Compós, 2023, São Paulo. **Anais eletrônicos...** Campinas, Galoá, 2023. Disp. em: <https://proceedings.science/compos/compos-2023/trabalhos/o-caso-da-rna-da-comunicacao-popular-e-alternativa-ao-desafio-da-descolonizacao?lang=pt-br>. Acesso: 13 ago. 2023.

ROSA, G. DE C.; PIZZOTTI, L.; FERREIRA, R. A. M. Refugiados: questões trabalhistas no Brasil. **Cadernos Eletrônicos Direito Internacional sem Fronteiras**, v. 2, n. 1, p. e20200109, 30 jun. 2020. Disp. em: <https://www.cadernoseletronicosdisf.com.br/cedisf/article/view/74>. Acesso: 13 jun. 2022.

RÜDIGER, Francisco. **As teorias do jornalismo no Brasil.** / Francisco Rüdiger. – 1 ed. – Florianópolis, SC: Editora Insular, 2021 (ISBN 978-85-524-0191-9).

SANT'ANNA, Francisco. **Mídia das Fontes: um novo ator no cenário jornalístico brasileiro** (Um olhar sobre a ação midiática do Senado Federal), Brasília, 2009. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/584055/000866451_Midia_das_fontes.pdf. Acesso em: 19 ago. 2022.

SANTOS, Pollyanna Dourado dos; ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. Pensar o Jornalismo na Amazônia. **Revista Tropos – Comunicação, Sociedade e Cultura**. ISSN: 2358-212X, vol. 5, n. 2, edição: dez. 2016.

SANTOS, Letícia de Faria Ávila; MIGUEL, Katarini Giroldo. Análise de Cobertura Jornalística (com Perspectiva de Gênero) da Revista AzMina [pp. 251-275]. In: **+25 Perspectivas do Ciberjornalismo**. Gerson Luiz Martins & Diana Rivera (Orgs.). 1a edição - Aveiro: Ria Editorial, 2020. Disponível em: https://indd.adobe.com/view/publication/22a7d61d-c3e6-480f-89f0-cb21a40b6cf7/bwu5/publication-web-resources/pdf/+25_Perspectivas_do_Ciberjornalismo.pdf. Acesso em: 12 jun. 2021.

SARLET, Ingo Wolfgang. Os direitos fundamentais sociais na constituição de 1988. **Revista Diálogo Jurídico**. Ano I – Vol. I, Nº. 1 – De abril de 2001 – Salvador (BH).

SARMENTO, Daniel. **Dignidade da pessoa humana: conteúdo, trajetórias e metodologia**/ Daniel Sarmento. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

SCHMUEHL, Robert. Introdução: o caminho para a responsabilidade [10-19]. **As responsabilidades do jornalismo: As questões da ética no país de maior liberdade de expressão**/ Robert Schmuehl (Org). – Rio de Janeiro: Editorial Nórdica Ltda., 1987.

SILVA, Luiz Martins da. Comunicação, regulação e cidadania [pp. 39-58]. **Jornalismo e sociedade: teorias e metodologias**/ Fábio Henrique Pereira, Dione Oliveira Moura e Zélia Leal Adghirni (orgs.). Florianópolis: Insular, 2012.

SILVA, Daniel Neves. Crise na Venezuela: causas, polêmicas e consequências. **Brasil Escola**. Disp. em: <https://brasilecola.uol.com.br/historia-da-america/crise-na-venezuela>. Acesso em: 12 out. 2019.

SILVA, Gislene. De que campo do jornalismo estamos falando? **Matrizes**. Ano 3 – n. 1, ago./dez. 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38248>. Acesso: 23 jun. 2022.

SILVA, G.; MAIA, F. D. Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico. **RuMoRes**, [S. l.], v. 5, n. 10, p. 18-36, 2011. DOI: 10.11606/issn.1982-677X.rum.2011.51250. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/51250>. Acesso em: 20 abr. 2022.

SILVA, Márcia Veiga da; MORAES, Fabiana. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: **Anais do 28º Encontro Anual da Compós**, 2019, Porto Alegre. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2019. Disp. em: <https://proceedings.science/compos/compos-2019/trabalhos/a-objetividade-jornalistica-tem-raca-e-tem-genero-a-subjetividade-como-estrategi?lang=pt-br>. Acesso em: 28 fev. 2022.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**/ Muniz Sodré. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SOUSA, Jorge Pedro. As notícias e os seus efeitos: As “teorias” do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos. Coimbra: Edições Minerva Coimbra, 2000 (ISBN: 972-8318-90-1).

SOUZA, C. N. A. de. Situação jurídica dos haitianos que vivem no Amazonas como fator de fixação no país após a imigração iniciada em 2010. [**Anais... XXVI CONPEDI**], São Luís, 2017. Disp. em: <http://site.conpedi.org.br/publicacoes/27ixgmd9/411c65xm/shkyi534B0 dH4d90.pdf>.

SOUZA, C. N. A. de. A notícia construída – Um olhar sobre as instâncias de produção, distribuição e consumo de notícias em dispositivos móveis a partir da Sociosemiótica de Eric Landowski. 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação [**Anais do Intercom**], 2020, 1º a 10 dez. 2020. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-1044-1.pdf>.

SOUZA, C. N. A. de; MULLER, K. M. Softwares em humanidades digitais: potencialidades e limitações metodológicas na pesquisa social com resgate de notícias da web. **Acervo**, [S. l.], v. 35, n. 1, p. 1–21, 2022. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1763>.

SOUZA, C. N. A. de. Jornalismo de coalizão: uma proposta de fortalecimento do ecossistema midiático baseada na coordenação de interesses compartilhados. **Lumina**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 150–165, 2022. DOI: 10.34019/1981-4070.2022, v16.34313. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/34313>. Acesso em: 18 mar. 2023.

SPAGNUOLO, Sérgio. Carente de inovações, jornalismo local precisa se modernizar para sobreviver. O jornalismo no Brasil em 2019 In: **Medium**, 2018. Disponível em: <https://medium.com/o-jornalismo-no-brasil-em-2019/pouco-tocado-por-inova%C3%A7%C3%B5es-jornalismo-local-precisa-se-modernizar-6af5066d14f6>. Acesso em: 17 jul. 2022.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade**: além do espelho e das construções / Liriam Sponholz. Série Jornalismo a Rigor. V4. Florianópolis: Insular, 2009.

TAIAR, Rogério. **Direito internacional dos direitos humanos**: uma discussão sobre a relativização da soberania face à efetivação da proteção internacional dos direitos humanos [Tese]. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-24112009-133818/pt-br.php>. Acesso em: 15 jul. 2022.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo, porque as notícias são como são** / Nelson Traquina. Florianópolis: Insular, 3. ed. Ver. 2012. 224 p. ISBN 978-857474-627-2.

TRONCO, Giordano B. **O guia de políticas públicas para estudantes e gestores** / Giordano B. Tronco. – Porto Alegre: Jacarta Produções, 2018. 195p.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. Traquina, N. (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1993.

VELOSO, M. S. F. **Imprensa, poder e contra-hegemonia na Amazônia**: 20 anos do Jornal Pessoal (1987-2007). Tese (Doutorado). ECA/USP – Universidade de São Paulo: São Paulo, 2008.

WILLIAMS, Raymond. **Keywords**. A Vocabulary of Culture and Society. Raymond Williams. New York: Oxford University Press, 1976.

APÊNDICES

APÊNDICE A: LEVANTAMENTO DOCUMENTAL

Neste ponto, o intuito é traçar um panorama, embora com recortes bem demarcados, a fim de identificar, apresentar e utilizar iniciativas e estratégias desenvolvidas no contexto da América Latina e Caribe – e mais especificamente no Brasil e no Amazonas – cujo escopo seja tratar temas das migrações internacionais e o refúgio sob as mais variadas perspectivas.

A1: Grupos de Pesquisa acadêmicos, entidades/redes e legislação/documentos

Com relação ao universo de ações/projetos/pesquisas/parcerias, estamos cientes sobre a diversidade e da complexidade envolvidas na formação das propostas, buscando, na medida da objetividade permitida pela pesquisa acadêmica, esboçar formas sistematizadas para expor as iniciativas existentes, bem como suas características e modos de intervenção na sociedade.

O primeiro conjunto, intitulado Consulta 01, resulta de uma consulta parametrizada no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Para tanto, foram aplicados estes termos de busca: “migração” e “américa latina” (+) “migrações” e “américa latina” (+) “migração” e “brasil” (+) “migrações” e “brasil”. Os parâmetros são detalhados no Quadro 14, a seguir:

Quadro 26 – Busca Genérica em Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq (2022)

Parâmetros Aplicados (busca parametrizada)	
Base	Corrente
Censo	Atual
Tipo de busca	Palavras-chave (todas as palavras)
Termo de busca	“migração” e “américa latina” (+) “migrações” e “américa latina” (+) “migração” e “brasil” (+) “migrações” e “brasil”
Consulta	Grupo
Aplicação	Nome do Grupo; Nome da linha de pesquisa; Palavra-chave da linha de pesquisa; Repercussões do grupo
Situação	Certificado
Tratamento inicial*	Exclusão de GPs absolutamente estranhos ao escopo temático pesquisado

Fonte: http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta_parametrizada.jsf. Último acesso: 12 mai. 2022.

Os retornos constam no Quadro 16, onde aparecem os grupos de pesquisa certificados pelo CNPq (ano de 2022), contendo o nome do grupo, a instituição à qual se vincula, a área de referência/atuação e o(s) nome(s) do(da(os/as) líder(es). Ao todo, mais de 50 grupos aparecem com o selo de “certificado”, ainda que alguns deles estejam desatualizados na plataforma:

Quadro 27 – Grupos de Pesquisa Certificados pelo CNPq (2022)

Nome do GP	Vínculo	Área	Líder(es)
01 A inserção internacional brasileira: projeção global e regional	UFABC	Ciência Política	José Blanes Sala; Ana Tereza L. M. de Sousa
02 Ana Gertrudes de Jesus, mulher da terra: por uma história social dos grupos subalternizados no Sul Global (África & Américas)	USP	História	Maria Cristina Cortez Wissenbach; Juliana de Paiva Magalhães
03 Antropologia das migrações	UFSCAR	Antropologia	Igor José de Renó Machado; Victor Hugo M. K. da Silva
04 Atores e Agendas nas Relações Internacionais	ESPM	Ciência Política	Ana Regina Falkembach Simão
05 CEMI - Centro de Estudos Interdisciplinares sobre Migração e Imagem	Mackenzie	Antropologia	Suzana Ramos Coutinho
06 Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores	UERJ	História	Luís Reznik; Rui Aniceto N. Fernandes
07 CEVEP - Centro de Estudos Vênetos no Paraná	UNICENTRO	Linguística	Loremi Loregian-Penkal; Moisés Julierme S. Soares
08 Comunicação, mediações e cultura	UNIVILLE	Comunicação	Silvio Simão de Matos
09 Cultura, Etnias, Identificações	UNICENTRO	História	Beatriz Anselmo Olinto; Liliane da Costa Freitag
10 Decolide (Decolonialidade, Linguagem, Identidade e Educação)	UFBA	Linguística	Lívia Marcia T. R. Baptista; Fernando Zolin Vesz Lima
11 Direito do Trabalho e teoria social crítica	UFPE	Direito	Carlo Benito C. Filho; Hugo Cavalcanti M. Filho
12 Direitos Humanos e Política na América Latina	UCP	Direito	Denise Mercedes Nuñez Nascimento Lopes Salles
13 Direitos Humanos, Desenvolvimento Sustentável e Tutela Jurídica da Saúde (não atualizado)	UNISANTA	Direito	Marcelo Lamy
14 Direitos Humanos, Justiça e Cidadania	UFFS	História	Antônio Marcos Myskiw; Marcos Antônio Beal
15 Empreendedorismo Étnico e de imigrantes	UFF	Administração	Eduardo Picanço Cruz
16 Estudo sobre refugiados: questões sociais, políticas, econômicas e educacionais (GEREES)	UNISUAM	Ciências Ambientais	Maria Geralda de Miranda; Bruno Matos de Farias
17 Etnologia Indígena em contextos nacionais: Brasil - Austrália - Canadá	UnB	Antropologia	Stephen Grant Baines
18 Fluxos Migratórios no Mundo Contemporâneo	UFRJ	Direito	Vanessa Oliveira B. Berner
19 GEPeT - Grupo de Estudos Pessoas e Trabalho em Diferentes Contextos	USP	Psicologia	Ana Carolina de Aguiar Rodrigues
20 Grupo de Estudos Ameríndios e Fronteiras (GEAF)	UERJ	Educação	Danielle Bastos Lopes
21 Grupo de Estudos e Pesquisa em Migrações Internacionais - MIGREPI	UFABC	Sociologia	Adriana Capuano de Oliveira
22 Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria Sócio-Histórica, Migrações e Políticas Sociais - GEPEMPS	UCDB	Serviço Social	Luciane Pinho de Almeida
23 Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Migração (GEPRAM)	UNIR	Educação	Claudemir da Silva Paula; Paulo Sérgio Dutra
24 Grupo de Estudos em Economia Africana e Afro-diaspórica	UNICAMP	Economia	Humberto Miranda do Nascimento
25 Grupo de Estudos em Migrações Internacionais Contemporâneas - GEMIIN	UNESP	Sociologia	Antônio M. da Costa Braga; Mariana Moron Saes Braga

26	Grupo de Estudos Interdisciplinares em Pesquisa Visual	Mackenzie	Antropologia	Suzana Ramos Coutinho
27	Grupo de Pesquisa em Relações Internacionais e Meio Ambiente (GERIMA) (não atualizado)	UFRGS	Ciência Política	Verônica Korber Gonçalves
28	Grupo de Pesquisa Poder, Fronteira, Estratificação e Memória - GPPFEM	UNEMAT	Sociologia	Fabiana Souza de Andrade; Paolo Targioni
29	Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão Direitos Sociais e Migração	PUC Minas	Serviço Social	Maria da C. G. de Castro; Duval Magalhães Fernandes
30	GTJAP – Grupo de Pesquisas Transdisciplinares sobre o Japão	UFMS	Letras	Michele Eduarda B. de Sá; Aldenor da Silva Ferreira
31	História das Populações	UNICAMP	Demografia	Ana Silvia Volpi Scott
32	Identidades étnicas e racismo	UFRGS	Sociologia	Karl Martin Monsma; José Carlos G. dos Anjos
33	ILHARGAS - cidades, políticas e saberes na Amazônia	UFAM	Sociologia	Fábio Magalhães Candotti; Luiz Fábio Silva Paiva
34	Imigração Italiana no Espírito Santo (não atualizado)	UFES	Demografia	Aurélia Hermínia Castiglioni
35	Laboratório de Estudos Territoriais - LATERRA	UFES	Sociologia	Cassio Arruda Boechat; Paulo Cesar Scarim
36	Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental	UFSC	História	Eunice Sueli Nodari; João Klug
37	Laboratório de Pesquisas em Línguas Oraís e de Sinais - LaPLOS	UFRR	Linguística	Paulo Jeferson Pilar Araújo; André Nogueira Xavier
38	Migração e Africanidades Caribenhas e Latino-Americanas	UFAM	História	Kátia Cilene do Couto; Elaine Pereira Rocha
39	Movimentos Econômicos & Migratórios (MEMI)	USP	Comunicação	Lucilene Cury; Amaury Patrick Gremaud
40	Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Deslocados Ambientais - NEPDA/UEPB	UFPB	Ciência Política	Andrea Maria C. P. Pacifico; Carolina de Abreu B. Claro
41	Núcleo de Estudos das Américas	UERJ	História	Maria Teresa T. B. Lemos
42	Núcleo de Estudos de História da Imigração	UPF	História	Rosane Marcia Neumann; Marcos Antônio Witt
43	Núcleo de Estudos e Pesquisas Ovelário Tames (NEPOT)	UFRR	Direito	Fernando César C. Xavier; Douglas Verbicaro Soares
44	Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios	UFRJ	Planej. Urbano e Regional	Helion Póvoa Neto; Miriam de Oliveira Santos
45	Observatório das Migrações do Estado da Bahia	UESC	Sociologia	Maria Luiza Silva Santos; Clodoaldo S. da Anunciação
46	Patrimônio e Relações Internacionais	UFJF	História	Rodrigo Christofolletti
47	População, Família e Migração na Amazônia (RUMA)	UFPA	Demografia	Antônio Otaviano V. Junior; Cristina Donza Cancela
48	Português para Falantes de Outras Línguas - PFOL (não atualizado)	UTFPR	Letras	Jeniffer I. A. de Albuquerque Fernanda Deah C. Baldin
49	Relações Econômicas, Políticas, Jurídicas e Ambientais na América Latina	UNIFOR	Direito	Gina Vidal Marcílio Pompeu
50	Saúde, Trabalho, Migração e Direitos Humanos (não atualizado)	UnB	Saúde Coletiva	Maria da Graça L. Hoefel
51	Território, Agricultura e Migrações no Brasil Contemporâneo	IFSP	Geografia	André Eduardo R. da Silva
52	Grupo de Estudos da Imprensa em Língua Estrangeira no Brasil	UNESP	História	Valéria dos S. Guimarães; Tânia Regina de Luca

Fonte: http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta_parametrizada.jsf. Último acesso: 12 mai. 2022.

A2: Entidades e redes que atuam com migrantes e refugiados no Brasil

O segundo grupo abrange entidades heterogêneas, se comparado ao rol anterior, que foi integralmente formado por GP isolados cujo enfoque é no debate acadêmico. No presente caso, uma estratégia de busca ativa por meio de referências cruzadas nos permitiu elencar instituições, de natureza governamental ou privada, de atuação mundial, nacional, regional ou local, e com foco em desenvolver trabalhos voltados para refugiados ou imigrantes, de modo geral, ou tratar questões de política e relações internacionais. As entidades aglutinam: órgãos governamentais, organizações humanitárias, grupos acadêmicos multidisciplinares e de projetos extensionistas, e núcleos de estudos interdisciplinares com várias frentes de atuação.

Quadro 28 – Entidades e redes que atuam com imigrantes e/ou refugiados no Brasil

Foco	Atuação	Natureza	Nome	Escopo
IMIG	Nacional	Governamental	Conselho Nacional de Imigração (CNIg)	Formula a política imigratória laboral brasileira por meio da edição de Resoluções Normativas
REF	Nacional	Governamental	Comitê Nacional para os Refugiados (Conare)	Órgão colegiado vinculado ao MJSP responsável por avaliar pareceres elaborados pelos servidores da sua Coordenação-Geral, construídos com base na análise dos relatos feitos durante a entrevista de elegibilidade de pedidos de refúgio, na pesquisa sobre o país de origem do solicitante e nos elementos que comprovem o temor de perseguição
REF	Global	Organização Humanitária	Fraternidade Sem Fronteiras	O projeto “Brasil, um coração que acolhe” (2017): atua com famílias refugiadas da Venezuela em RR
IMIG	Local	Governamental	Casa do Migrante (situada na tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai)	Criada em 2008, em Foz do Iguaçu (PR), presta informações, em especial aos trabalhadores, quanto aos seus direitos e deveres. Resulta de um termo de cooperação entre os governos federal e municipal
PI/RI	Nacional	Grupo Acadêmico	Grupo de Relações Internacionais e Sul Global (GRISUL/UNIRIO)	Criado em 2014, vinculado à Escola de Ciência Política da UNIRIO, desenvolve pesquisas nas áreas de relações internacionais, política global e política externa com enfoque no Sul Global
PI/RI	Nacional	Grupo Multidisciplinar	Laboratório de Análise Política Mundial (LABMUNDO)	Vinculado à UFBA e à UERJ, possui produção científica sobre a ordem mundial a partir de grandes transformações sociais, econômicas, políticas ecológicas,

				culturais etc. Reúne documentos em texto, áudio e infografia.
MIG	Regional	Projeto de Extensão	Projeto de Extensão Direitos Humanos, Cidadania e Migrações (DICIMI)	Por meio de produções, ações e parcerias, o projeto objetiva dar visibilidade e promover atividades de formação, divulgação científica, sensibilização, articulação e <i>advocacy</i> sobre direitos humanos, cidadania e migrações
MIG	Nacional	Núcleo de Estudos	Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM)	O Núcleo realiza atividades e eventos, sendo formado por um colegiado de pesquisadores/grupos de várias instituições: UFRRJ, UFRJ, IBGE, FioCruz e UNIRIO
MIG	Local	Rede	Rede Universitária de Pesquisas e Estudos Migratórios (RUPEM)	Mapeia, diagnóstica, coleta e analisa dados sobre migração na Bahia. É formada por universidades públicas baianas
MIG	Nacional	Observatório	Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra)	Tem competências referentes à imigração laboral, incluindo o CNIg, sendo resultado da parceria MJSP, CNIg e UnB.
MIG	Nacional	Plataforma	MIGRACIDADES	Busca aprimorar a governança migratória local no país, capacitando atores locais, impulsionando o diálogo migratório, certificando o engajamento dos governos em aprimorar a governança migratória e dando visibilidade às boas práticas nos estados e municípios. Criadores: OIM, UFRGS e ENAP; e parceiros: governos municipais/ estaduais

Fonte: compilado para a pesquisa (2022).

A3: Legislação, normas administrativas e documentos produzidos no Brasil

Além da abordagem acadêmica e institucional sobre a questão migratória, pelas quais é possível notar uma maior abrangência da acolhida do tema, bem como suas interfaces com os aspectos políticos, econômicos e culturais, partimos para um breve levantamento a respeito dos documentos públicos produzidos no Brasil para tratar de migração e refúgio. A escolha de uma especificação geográfica (ao abordar legislação e documentação administrativa brasileira) tem relação com a proposta delimitadora da tese quanto ao seu recorte temático.

Seria inviável e contraproducente trazer um conjunto de normas de direito internacional para a discussão teórica de contextualização do tema, isso porque nosso trabalho, ainda que se debruce sobre fenômenos migratórios cujos países de origem dos migrantes e refugiados estão

situados no Caribe e na América Latina, as leis e decisões administrativas aplicadas em cada caso e grupos específicos, são produtos do legislativo e dos governos central, regionais e locais. Por outro lado, por tratar essa pesquisa de um recorte situado no Amazonas, normas regionais e de competência de outros estados e municípios também não agregam à investigação. Em seguida, apresentamos o quadro que compila os documentos e ferramentas sobre migração e/ou refúgio produzidos no Brasil, estes obtidos por meio de busca ativa e através de pesquisa baseada no cruzamento de referências (Quadro 26).

Quadro 29 – Documentos e ferramentas sobre migração/refúgio produzidos no Brasil

Tipo	Título	Escopo	Autor(es)
Normas de Direito	Legislação Migratória	Sistematizar a legislação migratória brasileira. Critérios aplicados: cronologia, tema, tipo de ato normativo e entidade/órgão	CNIg, publicado em 09 set. 2021
Bases de Dados	DATAMIGRA	Ferramenta composta por base de dados sobre imigração laboral	Coordenação Geral de Imigração Laboral (CGIL/MJSP)
Plataforma	MIGRACIDADES	Plataforma que inclui um website , treinamentos e um processo de certificação de boas práticas	OIM, UFRGS e ENAP; Fundamentos: Meta 10.7 ODS e Indicadores MGI
Base de Dados	OBMIGRA	Produz e disponibiliza relatórios periódicos sobre imigração, contendo dados e microdados. A lista de dados: STI desde 2010; emissão de CTPS desde 2010; SISMIGRA desde 2000; CGIL e CNIg desde 2011; e Bases de Dados Harmonizadas CTPS/RAIS/CAGED desde 2011	Portal de Imigração do MJSP, sob a coordenação científica do pesquisador doutor Leonardo Cavalcanti (CEPPAC-UnB)
Boletins Informativos	Migração Venezuela–Brasil desde 2017	A publicação mensal apresenta os dados levantados junto ao DEMIG/PF e ao Conare a respeito da migração venezuelana para o Brasil a partir de 2017	Realizado pelo Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes, com o apoio da OIM; Dados: DEMIG/PF e Conare

Fonte: compilado para a pesquisa (2022).

APÊNDICE B: PARAMETRIZAÇÃO PARA O ESTADO DA ARTE

Com o intuito de buscar e sistematizar pesquisas acadêmicas que abordassem o objeto de investigação e textos que com ele guardassem relação direta, realizamos dois tipos distintos de buscas sistemáticas e parametrizadas. A primeira realizou-se na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), enquanto a segunda, no repositório agregador internacional *Open Access Theses and Dissertations* (OATD). Na prática, foram realizadas três etapas, sendo as duas primeiras implementadas no banco de teses e dissertações nacional, e cujo intuito foi coletar os textos relacionados aos dois fenômenos investigados: a migração de haitianos e depois de venezuelanos para o Brasil, partindo de recorte amplo (2012-2021).

E a terceira deu-se relativamente ao repositório internacional de trabalhos, responsável por agregar textos que tratassem da interface entre estas três temáticas: jornalismo, direitos humanos e *accountability*. A perspectiva mais ampliada desse terceiro estágio de busca é justificada pela escassez de trabalhos produzidos no Brasil que deem conta de tratar da citada tríade de nosso interesse acadêmico nesta tese. A OATD agrega textos produzidos em todos os continentes, em variados idiomas e com a abordagem de diversificados objetos empíricos. Claro que nosso viés está centrado em termos-chave, embora tenhamos adotado um recorte temporal mais reduzido ao buscar textos produzidos somente no quinquênio 2017-2021.

Conseqüentemente, foram aplicados dois critérios básicos nas buscas iniciais junto ao BDTD e à OATD. O primeiro deles foi a delimitação do período de publicação das teses e dissertações, o qual arbitramos, para o primeiro repositório, entre os anos de 2012 e 2021; e, de 2017 a 2021, para o segundo. A escolha se deve ao fato de que se analisa, relativamente à busca na BDTD, dois fenômenos com desdobramento durante a segunda década do século XXI. Então, ao incluir apenas os trabalhos publicados no último quinquênio, deixaríamos de fora investigações úteis para a compreensão do fenômeno em sua historicidade recente, como definido em nosso objeto, o jornalismo local e regional na perspectiva dos direitos humanos, a partir da observância dos mecanismos da *accountability* jornalística.

O segundo critério do levantamento foram as palavras-chave. Nesse caso, optamos por definir estas para implementar as buscas junto ao repositório agregador nacional: “migração”, “migrações”, “haitiano”, “venezuelano”, “brasil”. Se consideramos a aplicação desse filtro após eleger o repositório de pesquisa (banco brasileiro de teses e dissertações) e o período (década entre 2012 e 2021), há possibilidade de os retornos serem mais adequados com o propósito aqui esboçado. Em relação à OATD, os filtros da busca avançada foram os termos “*journalism*”, “*human rights*” e “*accountability*” (língua inglesa) e delimitação temporal no quinquênio 2017-

2021. Por fim, é preciso aplicar critérios específicos, distinguindo as buscas, razão por que trazemos – quando possível – os retornos de cada subconjunto de *keywords*.

B1: Busca parametrizada: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações⁹³

Dentro do repositório nacional, fizemos duas buscas parametrizadas, sendo a primeira com enfoque nas pesquisas acadêmicas sobre migração haitiana e os variados aspectos da vida dos haitianos no Brasil, sem delimitação de área, mas considerando a década de nosso recorte; e a segunda sobre a migração venezuelana para este país e as diversas abordagens sobre seus modos de vida neste país, obedecendo aos mesmos critérios. Eis o Quadro 1, com os parâmetros do levantamento (19 set. 2022), e os *prints* dos retornos ilustram essa etapa:

Quadro 30 – Levantamento na BDTD (migração haitiana no Brasil)

Detalhamento dos Parâmetros Aplicados	
Delimitação	Migração haitiana no Brasil
Modelo	Busca avançada
Tipo	Por palavras-chave
Campos	Todos os campos: Título, Autor, Assunto, Resumo Português, Resumo Inglês e Ano de Defesa.
Termos de busca	"(Todos os campos: haitian? migração OU migrante E brasil OU Ano de Defesa:2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021)"
Buscas alternativas	migrante » migrantes, imigrante, migrants
Correspondência	Qualquer termo
Resultado	47 retornos em 0,60 segundos

Fonte: elaborado por Cristiane Souza (2022).

Figura 32 – Busca parametrizada na BDTD (haitianos)

The screenshot shows the BDTD search interface. At the top, the search terms are: "Todos os campos:haitian? migração OU migrante E brasil OU Ano de Defesa:2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021". Below the search bar, there are options to refine the search by institutions (UNB, UFRGS, UNICAMP, UFPR, UNIOESTE, USP) and a list of alternative search terms: "migrante » migrantes, imigrante, migrants". The search results show 47 results in 0.60 seconds. The first result is: "1 A influência da política externa brasileira na atração de migrantes haitianos" by Macêdo, Marília Fernandes Rodrigues de, Data de Defesa 2019. The subject is listed as "Assuntos: '...' Migração haitiana ...". There are buttons for "Dissertação" and "Ver +".

Fonte: l1nq.com/ZHVng (busca: 19 set. 2022).

⁹³ Gerida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), este vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), a biblioteca integra e dissemina, num só portal, textos completos das teses e dissertações defendidas em instituições brasileiras de ensino e pesquisa. O conteúdo está disponível em <http://bdtd.ibict.br/vufind/>. Último acesso em: 20 set. 2022.

Na primeira fase da busca, conforme atestam o Quadro X e a Figura X retornaram 47 resultados, com 11 teses e 36 dissertações. São trabalhos de 24 diferentes instituições, sendo seis deles do Repositório Institucional da Universidade de Brasília (UnB), cinco do repositório da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e mais cinco da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), como os mais representativos. Em geral, há boa pulverização das áreas de conhecimento em que o tema foi estudado, todavia, aquelas de destaque foram: Ciências Humanas (Sociologia, Ciências Políticas, Relações Internacionais), com seis textos; e Sociais Aplicadas (Planejamento Urbano e Regional), com dois trabalhos.

Nesse diapasão, optamos pela leitura de título, resumo, introdução, procedimentos metodológicos e considerações finais apenas daqueles trabalhos cuja abordagem envolve temas ou problemas relativos às ciências humanas e sociais aplicadas e que se aproximem de nosso enfoque, excluindo-se os trabalhos refletem sobre assuntos totalmente alheios a ele.

Na fase de pré-seleção, foi possível excluir 18 trabalhos, restando outros 29, dos quais apresentamos, no [Apêndice C-1](#), os principais dados de identificação: tipo, podendo ser tese ou dissertação; título (contendo *hiperlink* para a URL do trabalho); instituição de ensino onde ocorreu a defesa; nome do PPG que abrigou a investigação; palavras-chave; e referência no formato ABNT. Além disso, foram salvos os arquivos em PDF das teses e dissertações pré-selecionadas no repositório de documentação da pesquisa; e as eventuais contribuições podem ser retomadas ao longo de nossa discussão, na medida em que isso se fizer necessário.

Por fim, cumpre salientar que, neste espaço, optamos por elencar somente os trabalhos que apresentaram tratamento de algum dos termos ou conceitos que nos interessam a partir do recorte da investigação. A seguir, estão listados apenas os três textos nos quais, de modo mais direto, os autores trataram sobre formas e processos comunicacionais do fenômeno migratório de haitianos para o Brasil desde o pós-2010. Na dissertação “Diáspora na rede: redes sociais e questões identitárias de migrantes haitianos no Brasil”, de 2015, Patrícia Pimenta Fernandes investigou, no Programa de Pós-Graduação em Mídias e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense (UFF), a forma como haitianos residentes no Brasil fizeram uso das **redes sociais** para reconstruir suas identidades. Em termos metodológicos, Fernandes (2015) analisou perfis de usuários nascidos no país caribenho e que migraram para o Brasil após 2010, observando sobretudo qual **interação ocorrida entre eles e os outros usuários** naquele ambiente virtual. Com efeito, as redes sociais – e as relações que elas propiciaram – foram apreendidas sob um viés integracionista dos migrantes transnacionais do Haiti à cultura brasileira.

Na tese “O ‘eu’ confronta o ‘outro’: o que re(velam) as manifestações de brasileiros sobre haitianos nas mídias e redes sociais digitais”, Maristela Abadia Guimarães abordou, em

2017, as falas de brasileiros nos portais G1, Folha de São Paulo e Uol, bem como nas redes sociais *Facebook* (atual Meta) e *Twitter*, tendo o racismo como enfoque temático. O trabalho abrange o período compreendido entre 2010 e 2016 e discute sobre a chegada desses migrantes principalmente após o sismo e a propaganda sobre nosso país no Haiti, analisando a “mudança racial na paisagem branqueada do Brasil”, em especial nas regiões sul e sudeste.

Guimarães (2017) emprega o método etnográfico no ângulo da etnografia virtual de Hine (2004), tendo como **campo de investigação o ciberespaço**, aquele concebido por Levy (2000), e **como veículo a internet**, tomando-a a partir da visão de Castells (1999). Esses autores foram por nós acionados em trabalhos disciplinares durante o doutorado, de modo que tendemos ao emprego desses conceitos na elaboração desta tese. Quanto ao objeto empírico, neste recorte da migração haitiana pós-2010, o prisma do racismo será tangencial, pois tratado dentro da mescla mais ampla de questões tomadas pelo ciberjornalismo. Em suma, a robustez da tese será por nós jungida em pontos de convergência teórica e metodológica deste trabalho.

Na dissertação “Migrantes haitianos no Brasil (2010-2017): tensões e fronteiras”, de 2018, a enfermeira Fátima Regina Cividini aborda a imigração de haitianos após o ano 2010, citando a imagem passada pelo Brasil aos nacionais daquele país durante a operação militar **Minustah**, de um Brasil repleto de oportunidades e acolhimento. Ela afirma que o objeto de estudo são **notícias** vinculadas em meio eletrônico, para cuja seleção usou o *Google* a partir das palavras-chave “haitianos no Brasil” e “imigração haitiana”, entre 2011 e 2017; e o recorte geográfico na tríplice fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, na região de Foz do Iguaçu.

Cividini (2018) coletou 227 notícias de 72 periódicos, mapeando-as por título, data da publicação e nome do periódico e, ainda, destacando os trechos relacionados ao tema central da dissertação. Ainda que se trate de um trabalho com **recuperação de notícias**, entendemos que foram utilizadas como uma **fonte documental**, auxiliando a autora no estabelecimento de um panorama amplo sobre os haitianos no Brasil considerando o tratamento midiático das vidas desses imigrantes. Num segundo momento, a autora fez entrevistas abertas com duas pessoas (uma da igreja católica e outra da Polícia Federal), correlacionando as falas com a análise das notícias. Sem dúvida, o trabalho traz importante contribuição⁹⁴ no sentido do que nos propomos a realizar nesta tese, na qual adotamos um enfoque nos procedimentos do jornalista e em como seu exercício mobiliza transformações sociais e gera responsabilização.

⁹⁴ Especialmente quando a autora agrega notícias coletadas por temas a partir de sua leitura: 1) rotas para chegar ao Brasil, 2) tráfico humano, 3) documentação (refúgio x visto humanitário), 4) acolhimento por ONGs, 5) chegada a São Paulo e Missão de Paz, 6) perfil dos haitianos, 7) mercado de trabalho, 8) trabalho escravo, 9) preconceito e violência, 10) saúde, 11) idioma, 12) nova lei de imigração, 13) furação Matthew, 14) sofrimento dos imigrantes pelos parentes que ficaram no Haiti, 15) esporte, 16) saída (do Brasil) para outros destinos.

Partindo para a segunda rodada de buscas, esta deu-se para a identificação de trabalhos acadêmicos que tratassem sobre a migração de venezuelanos para o Brasil, sendo também feita a partir dos mesmos parâmetros gerais da busca anterior, apenas com a distinção entre os termos aplicados, conforme detalhamento abaixo e obtendo-se os resultados da Figura.

Quadro 31 – Levantamento na BDTD (migração venezuelana no Brasil)

Detalhamento dos Parâmetros Aplicados	
Delimitação	Migração venezuelana no Brasil
Modelo	Busca avançada
Tipo	Por palavras-chave
Campos	Todos os campos: Título, Autor, Assunto, Resumo Português, Resumo Inglês e Ano de Defesa.
Termos de busca	"(Todos os campos: venezuelan? migração OU migrante E brasil OU Ano de Defesa:2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021)"
Buscas alternativas	venezuelan? » venezuela? migrante » migrantes, imigrante, migrants
Correspondência	Qualquer termo
Resultado	23 retornos em 0,62 segundos

Fonte: elaborado por Cristiane Souza (2022).

Figura 33 – Busca parametrizada na BDTD (venezuelanos)

The screenshot shows the BDTD search results page. At the top, the BDTD logo is visible along with navigation links like 'Página Inicial', 'Sobre a BDTD', 'Rede BDTD', 'Acesso Aberto Brasil', and 'Serviços'. The search terms are displayed as: 'Termos de busca: "(Todos os campos:venezuelan? migração OU migrante E brasil OU Ano de Defesa:2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021)"'. Below this, there are options to 'Editar a Busca Avançada', 'Iniciar uma nova Busca Avançada', and 'Iniciar uma nova Busca Básica'. The search results section shows 'Busca: (Todos os campos:venezuelan? migração OU migrante E brasil OU Ano de Defesa:2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021)'. On the left, there is a 'Refinar a Busca' sidebar with a list of institutions: UFPB (3), UNIFOR (3), PUC_RIO (2), UFGD (2), UFRGS (2), UFRR (2), UNIOESTE (2), USP (2), and MACKENZIE (1). The main results area shows 'Buscas alternativas: venezuelan? » venezuela? migrante » migrantes, imigrante, migrants'. It indicates 'A mostrar 1 - 20 resultados de 23, tempo de busca: 0.62s'. The first result is 'O mundo do trabalho dos(as) migrantes venezuelanos(as) que vivem na Paraíba' by Capistrano, Valnise Lima Vêras, with a defense date of 2021. The subject is listed as 'Assuntos: "...Venezuelanos na Paraíba...". There are buttons for 'Dissertação' and 'Ver'.

Fonte: lnq.com/lhOAS (busca: 19 set. 2022).

Relativamente à etapa de busca dos trabalhos daquele banco que tratam da temática dos migrantes venezuelanos no Brasil, foram encontrados 23 textos, sendo 5 teses e 18 dissertações. O número de instituições relacionadas é de 13, dentre as quais destacam-se, com 3 trabalhos, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e a Universidade de Fortaleza (Unifor). Também neste caso, houve boa distribuição entre as áreas de conhecimento abrangidas, embora com destaque para Ciências Humanas (Relações Internacionais e Sociologia) e Sociais Aplicadas (Direito).

Com efeito, para a leitura flutuante, dos mesmos itens supramencionados, optamos pelos trabalhos correlatos a essas duas grandes áreas, mantendo a adequação do procedimento. Nesse

sentido, realizamos leituras de título, resumo, introdução, procedimentos metodológicos e considerações finais apenas daqueles trabalhos cuja abordagem traz temas ou problemas relativos às ciências humanas e sociais aplicadas correlatas à nossa abordagem.

Na fase de pré-seleção, dos 23 achados, foram listados 18 trabalhos no [Apêndice C-2](#), contendo os principais dados de identificação: tipo, podendo ser tese ou dissertação; título (contendo *hiperlink* para a URL); instituição de ensino onde foi defendido; nome do PPG que abrigou a investigação; palavras-chave; e referência no formato ABNT. Além disso, também foram salvos todos os arquivos em PDF das teses e dissertações pré-selecionadas no repositório de documentação desta pesquisa. Nesse sentido, podem ser acionadas questões de ordem teórica ou metodológica capazes de auxiliar na fase de análise da tese.

Também para manter a clareza do texto de qualificação, listamos neste espaço somente o trabalho que lidou com algum dos termos ou conceitos que estamos tratando detidamente, a exemplo de mídia, jornalismo, notícias etc., bem como a interface com o fenômeno da migração transnacional de venezuelanos para o Brasil ao longo da década 2012-2021.

A dissertação “Representações sociais, mídia e violência: a ‘construção do migrante e da migração venezuelana em Roraima por meio dos websites da Folha de Boa Vista e Folha de S. Paulo”, defendida em 2019 junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima (UFRR), emprega o conceito de representação social para compreender como um webjornal local e uma grande mídia (Folha SP digital) “construíram” a imagem dos deslocados internacionais oriundos da Venezuela no estado de Roraima em suas notícias publicadas entre os anos de 2016 e 2017. Interessa-nos na medida em que também nós investigamos a “construção” desse fenômeno migratório (e seus atores implicados) pela análise de conjuntos de notícias extraídas de três portais institucionalizados, diferindo do recorte de Mota (2019) quando incluímos um portal de notícias regional.

Podemos citar outras aproximações marcantes, tal como o uso da Análise de Conteúdo (AC), a qual também pretendemos aplicar em etapa intermediária do percurso metodológico, a fim de identificar unidades de significados e categorias temáticas. Non entanto, nossa análise contempla, antes, um extenso levantamento de notícias (automatizado por meio de *webcrawler*) e, depois, a seleção de um grupo restrito de notícias a partir de delimitações externas ao jornalístico (visto humanitário/2012; nova lei de imigração/2017; pandemia de covid-19/2020-2021) com a adaptação do protocolo de Análise da Cobertura Jornalística (ACJ) e a observação sobre direitos humanos e *accountability* no jornalismo local e regional.

B2: Busca parametrizada: *Open Access Theses and Dissertations*⁹⁵ (OATD)

Neste subtópico, passamos a apresentar um levantamento direcionado sobre nosso outro viés temático interesse para a tese, especificamente o objeto teórico sobre o qual depositamos os objetivos que nos levam a enxergar o objeto empírico dentro da visada comunicacional. O propósito foi operacionalizar busca ampliada – que justifica a escolha do banco internacional de teses e dissertações, selecionando trabalhos dedicados à compreensão da interface entre jornalismo (ciberjornalismo, em específico), pautas de direitos humanos e a perspectiva da *accountability* (relativa à atividade dos jornalistas e da mídia jornalística).

Ao todo, foram implementadas seis buscas por palavras-chave, sendo que quatro delas não retornaram qualquer resultado. Notamos que não foram encontrados trabalhos quando se utilizou como uma das *keywords* o termo “ciberjornalismo” ou quando foi feita a busca pelos três termos ao mesmo tempo (jornalismo, direitos humanos e *accountability*), vejamos:

- **Tentativa 01:** *You searched for (cyberjournalism) AND ("human rights") AND ("accountability") AND pub_dt:[2017 TO 2021]. No records match your search.*
- **Tentativa 02:** *You searched for (cyberjournalism) AND ("human rights") AND pub_dt:[2017 TO 2021]. No records match your search.*
- **Tentativa 03:** *You searched for (cyberjournalism) AND (accountability) AND pub_dt:[2017 TO 2021]. No records match your search.*

Considerando a ausência de resultados nas três primeiras buscas, optamos por substituir o termo “*cyberjournalism*” por “*journalism*”, mantendo as outras duas palavras-chave como os termos de busca nesta quarta tentativa. O resultado foi este:

- **Tentativa 04:** *You searched for (journalism) AND ("human rights") AND ("accountability") AND pub_dt:[2017 TO 2021]. Showing 1-3 of 3 matches.*

A fim de prosseguir com o padrão de busca implementado nas tentativas inexitosas, as duas últimas buscas foram assim parametrizadas:

- **Tentativa 05:** *You searched for (journalism) AND ("human rights") AND pub_dt:[2017 TO 2021]. Showing records 1 – 30 of 49 total matches.*
- **Tentativa 06:** *You searched for (journalism) AND (accountability) AND pub_dt:[2017 TO 2021]. Showing records 1 – 30 of 30 total matches.*

⁹⁵ Pretende ser o melhor recurso para encontrar teses e dissertações de pós-graduação de acesso aberto publicadas em todo o mundo. Os metadados (isto é, informações sobre as teses) são provenientes de mais de 1.100 faculdades, universidades e instituições de pesquisa. O OATD indexa atualmente 6.332.949 teses e dissertações. O conteúdo está disponível em <https://oatd.org/>. Último acesso em: 3 out. 2022.

Em síntese, o Quadro 3 apresenta o conjunto de parâmetros aplicado nas buscas. Com o intuito de conferir fluidez a este tópico do projeto, optamos por indicar aqui somente os textos com correlação direta com os temas de nosso principal interesse, a exemplo de um trabalho que traga uma análise da perspectiva dos direitos humanos no jornalismo profissional e, ainda, que trate sobre migrações, crises migratórias, deslocamentos forçados no mundo etc.

Quadro 32 – Levantamento na OATD (jornalismo, direitos humanos e *accountability*)

Detalhamento dos Parâmetros Aplicados	
Delimitação	Interface entre jornalismo, direitos humanos e <i>accountability</i>
Modelo	Busca avançada parametrizada
Tipo	Por palavras-chave
Campos	Todos os campos: Título, Autor, Assunto, Resumo Português, Resumo Inglês e Ano de Defesa.
Idioma de busca	Inglês
Termos de busca	Cyberjournalism Journalism Humann Rights Accountability
Período de busca	2017-2021
Correspondência	Todos os termos (03) OU Ambos os termos (02)
Tentativas (Combinações)	T01: cyberjournalism AND human rights AND accountability = no res. T02: cyberjournalism AND human rights = no results match T03: cyberjournalism AND accountability = no results match T04: journalism AND human rights AND accountability = 3 matches T05: journalism AND human rights = 49 matches T06: journalism AND accountability = 30 matches
Retornos	82 resultados (total matches)
Seleção final	09 trabalhos coletados de 10 repositórios

Fonte: elaborado por Cristiane Souza (2022).

Figura 34 – Busca parametrizada na OATD (*journalism, human rights, accountability*)

The screenshot shows the OATD search results page. At the top, there is a search bar with the query: `(journalism) AND (accountability) AND pub_dt:[2017-01-01T00:00:00Z TO 2021-01-01T00:00:00Z]`. Below the search bar, there is a table of search results:

Num	Search	Hits	Re-run	Add to builder
34	(journalism) AND (accountability) AND pub_dt:[2017-01-01T00:00:00Z TO 2021-01-01T00:00:00Z]	30	Re-run	Add to builder
33	(journalism) AND ("human rights") AND pub_dt:[2017-01-01T00:00:00Z TO 2021-01-01T00:00:00Z]	49	Re-run	Add to builder
32	(journalism) AND ("human rights") AND ("accountability") AND pub_dt:[2017-01-01T00:00:00Z TO 2021-01-01T00:00:00Z]	3	Re-run	Add to builder
31	(cyberjournalism) AND (accountability) AND pub_dt:[2017-01-01T00:00:00Z TO 2021-01-01T00:00:00Z]	0	Re-run	Add to builder

Below the table, there is a section for the first result:

1. LILLEBUEN, STEVEN BRADLEY. Rumour Mill: Journalism Ethics and Identifying Suspects in the Media—a Case Study into the Marysville Bushfire Disaster.
Degree: Arts, 2019, Monash University
URL: <https://doi.org/10.26180/5cbfd35e3d650>
This PhD provides new insight into crime reporting practices: first, by examining why a fire captain was wrongly accused of lighting the Black Saturday fire... (more)
Subjects/Keywords: Media Studies; Creative Writing (incl. Playwriting); journalism; journalism studies; journalism ethics; media accountability; black saturday; literary

Fonte: *Open Access Theses and Dissertations* (<https://oatd.org/>, busca: 28 set. 2022).

As seis tentativas de busca retornaram 82 textos, todavia, considerando a coincidência ou semelhança entre os termos empregados, houve repetições – e estas foram excluídas. Assim,

o conjunto obtido após essa primeira filtragem – e depois de empregar os critérios de correlação direta com o fenômeno analisado, chegamos ao total de 40 textos pré-selecionados, listando título em idioma original, instituição de ensino onde o trabalho foi defendido, autoria e tradução em língua portuguesa, conforme o [Apêndice C-3](#). Considerando o recorte temporal, o número de trabalhos recuperados do repositório foi assim distribuído: dezessete textos são de 2017; seis são de 2018; nove datam de 2019; quatro de 2020 e outros quatro de 2021.

Para a leitura flutuante, optamos por separar, desse total de 40 textos, somente aqueles que tratavam mais especificamente de temas inerentes ao nosso interesse de pesquisa. A seguir, listamos títulos em português ou traduzidos: 1. O trabalho das mulheres: jornalismo de direitos humanos na Chechênia, um estudo de caso de Anna Politkovskaya; 2. Repensando a prática da *accountability* no jornalismo na era digital. Criação e desenvolvimento do primeiro centro universitário de jornalismo investigativo e plataforma de denúncia de irregularidades portuguesas; 3. A crise dos refugiados no Mediterrâneo – cobertura jornalística em Portugal e proposta de modelo editorial; 4. Jornalismo Contemporâneo nos EUA e na Alemanha: Agentes de *Accountability*; 5. Rodas de conversa Vladimir Herzog: um estudo das estratégias para a cobertura jornalística de direitos humanos no Brasil; 6. Economia política da mídia de gana: conceitualizando o papel da mídia de notícias através da coalização de mídia contra *Galamsey*; 7. Jornalismo de segurança pública: uma proposta de campo jornalístico especializado com foco em direitos humanos; 8. Notícias sobre imigração no Sul Global: Uma análise comparativa do conteúdo da mídia e decisões e práticas jornalísticas na América Latina; 9. Jornalismo Investigativo *Cross-border*: uma perspectiva crítica.

APÊNDICE C: TRABALHOS PRÉ-SELECIONADOS (ESTADO DA ARTE)

Em seguida, disponibilizamos os principais pré-selecionados durante a elaboração do Estado da Arte. Dessa etapa, extraímos os principais dados de identificação por trabalho: ano de defesa, tipo (dissertação ou tese); título (com *hiperlink* para a URL); instituição de ensino; nome do PPG que abrigou a investigação; palavras-chave; e referência (ABNT). No caso dos trabalhos encontrados na biblioteca internacional, aqueles elencados foram traduzidos, mas não trazem a referência ao final, por não haver um padrão aceito em todos os continentes.

Para efeito de sistematização, a identificação dos trabalhos é apresentada em subtópicos, nos quais distinguimos as três fases do exercício. A primeira refere-se à pesquisa parametrizada na BDTD sobre a “migração haitiana no Brasil” no intervalo de 2012-2021; a segunda relaciona os achados acerca da “migração venezuelana no Brasil” para o mesmo período; e, por fim, foi efetivada a busca no repositório internacional OATD, elencando-se os textos sobre “jornalismo, ciberjornalismo, direitos humanos e accountability” no último quinquênio (2018-2021). Como os quadros-resumo dos parâmetros de cada busca já foram trazidos, no apêndice resta-nos elencar apenas os mencionados elementos identificadores.

C1: Migração haitiana no Brasil (47 achados || 29 pré-selecionados)

- **[2012]** Tese – [A Diáspora Haitiana para o Brasil: o novo fluxo migratório \(2010-2012\)](#)
 [Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/Minas) – PPG em Geografia]
 [Diáspora Haitiana. Migração Internacional. Perfil do Imigrante Haitiano. Refúgio. Deslocados Ambientais. Política migratória brasileira. Haiti-Brasil] FARIA, Andressa Virgínia de. **A diáspora haitiana para o Brasil: o novo fluxo migratório (2010-2012)**. 2013. 139 f., il. Tese (Doutorado em Geografia) — Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- **[2014]** Dissertação – [Novas fronteiras: um olhar sobre a imigração haitiana para o Brasil](#)
 [Universidade de Brasília (UnB) – PPG em Estudos Comparados das Américas]
 [Diáspora haitiana; migração; refúgio; fluxos migratórios; intervenção internacional; MINUSTAH] ALCANTARA, Pedro Ivo de Moraes. **Novas fronteiras: um olhar sobre a imigração haitiana para o Brasil**. 2014. 117 f., il. Dissertação (Ciências Sociais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- **[2015]** Dissertação – [Diáspora na rede: redes sociais e questões identitárias de migrantes haitianos no Brasil](#)
 [Universidade Federal Fluminense – PPG em Mídia e Cotidiano]
 [Redes sociais. Identidade cultural. Migração. Haitianos. Cotidiano] FERNANDES, P.P. **Diáspora na rede: redes sociais e questões identitárias de migrantes haitianos residentes no Brasil**. Dissertação (Mídia e Cotidiano) – Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano, Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
- **[2016]** Dissertação – [Imigração haitiana e política de acolhimento institucional na cidade de São Paulo: 2010-2015](#)

|Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – PPG em Sociologia|
 |Imigração haitiana. Política de acolhimento institucional. Cidade de São Paulo| DIEME, Kassoum. **Imigração haitiana e política de acolhimento institucional na cidade de São Paulo: 2010-2015**. 2016. 1 recurso online (249 p.) Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1630448>.

- |2017| **Dissertação** – [Representação social do trabalho no Brasil na perspectiva do migrante haitiano](#)

|Universidade Tuiuti do Paraná – PPG em Psicologia|
 |Representação Social, Trabalho, Migração, Haitiano| ANJOS, Nara Angela dos Anjos. **Representação social do trabalho no Brasil na perspectiva do migrante haitiano**. 2017. 100 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2017.

- |2017| **Tese** – [O “eu” confronta o “outro”: o que \(re\) velam as manifestações de brasileiros sobre haitianos nas mídias e redes sociais digitais](#)

|Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) – PPG em Educação|
 |Migração Haitiana. Pensamento Social Brasileiro. Mídias e Redes Sociais. Racismo. Condições de Existência| GUIMARÃES, Maristela Abadia. **O “eu” confronta o “outro”: o que (re) velam as manifestações de brasileiros sobre haitianos nas mídias e redes sociais digitais**. 2017. 425 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2017.

- |2017| **Dissertação** – [Políticas de reconhecimento no Estado brasileiro: uma análise sobre o fenômeno migratório haitiano no Acre](#)

|Universidade de Brasília (UnB) – PPG em Direito|
 |Reconhecimento. Axel Honneth. Migração. Haitianos. Direito Internacional dos Direitos Humanos. Direito Internacional Humanitário. Direito Internacional dos Refugiados| LOPES, Samarah Rejany Motta. **Políticas de reconhecimento no Estado brasileiro: uma análise sobre o fenômeno migratório haitiano no Acre**. 2017. 106 f. Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

- |2017| **Tese** – [Trabalhadores Imigrantes na Cidade de Uberlândia/MG: análise das políticas públicas brasileiras de trabalho e saúde no período de 2010 a 2016](#)

|Universidade Federal de São Paulo – PPG em Saúde Coletiva|
 |Saúde do Trabalhador. Trabalhador imigrante. Trabalho contemporâneo. Políticas públicas. Migrações internacionais| SILVA, Vivianne Peixoto da. **Trabalhadores Imigrantes na cidade de Uberlândia/MG: análise das políticas públicas brasileiras de trabalho e saúde no período de 2010 a 2016** – São Paulo, 201, xviii, 124f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Paulo - Escola Paulista de Medicina, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva.

- |2017| **Dissertação** – [Quando migrar é resistir: as experiências de haitianas e haitianos na cidade de Porto Alegre](#)

|Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – PPG em Antropologia Social|
 |Migração; Haiti; Resistência; Experiências; Redes de apoio| PAULA, Larissa Cykman de. **Quando migrar é resistir: as experiências de haitianas e haitianos na cidade de Porto Alegre**. – 2017, 169 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, 2017.

- |2017| **Dissertação** – [Trajetórias sociais dos trabalhadores imigrantes haitianos no mercado de trabalho em São Paulo](#)

|Universidade Estadual de Campinas – PPG em Sociologia|

[Trajetórias trabalhadoras, Imigrantes, Haitianos, Mercado de Trabalho] PLACIDE, Joseph Enock. **Trajetórias sociais dos trabalhadores imigrantes haitianos no mercado de trabalho em São Paulo**. 2017. 1 recurso online (150 p.) Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1636444>.

- [2017] Tese – [A imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti](#)
[Universidade Estadual de Campinas – PPG em Demografia]
[Migração - Santa Catarina. Migração haitiana. Trabalho. Remessas de emigrantes. Dependência | MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. **A imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti**. 2017. 1 recurso online (355 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1630825>.
- [2017] Dissertação – [Somos mais que isso: práticas de \(re\)existência de migrantes e refugiados frente à despossessão e ao não reconhecimento](#)
[Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – PPG em Linguística Aplicada]
[Português como Língua de Acolhimento. Migração e Refúgio. Despossessão e Não Reconhecimento. Práticas de (Re)existência] ANUNCIACÃO, Renata Franck Mendonça de. **Somos mais que isso: práticas de (re)existência de migrantes e refugiados frente à despossessão e ao não reconhecimento**. 2017. 1 recurso online (127 p.) Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1632012>.
- [2017] Tese – [Trabalho e território de haitianos na região metropolitana de Belo Horizonte: precariedade e resistência](#)
[Universidade de São Paulo – PPG em Psicologia Social]
[Migração haitiana. Trabalho precário. Psicologia social. Psicologia do trabalho] BARROS, Carolyne Reis. **Trabalho e território de haitianos na região metropolitana de Belo Horizonte: precariedade e resistência**. 2017. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/T.47.2017.tde-24072017-170154. Acesso em: 2022-10-01.
- [2017] Dissertação – [Migração e trabalho: o caso dos haitianos em Cascavel/PR](#)
[Universidade Estadual de Londrina – PPG em Geografia]
[Migração. Trabalho. Haitianos. Cascavel/PR] NUNES, Lineker A. G. **Migração e trabalho: O caso dos haitianos em Cascavel/PR**. 2017. 153 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.
- [2018] Dissertação – [A migração contemporânea dos haitianos para o Brasil e o sentido da educação através do ensino da língua portuguesa: limites, desafios e possibilidades](#)
[Universidade Tuiuti do Paraná – PPG em Educação]
[Migração Haitiana. Educação. Ensino da Língua Portuguesa] PONCHECK, Dione do Rocio. **A migração contemporânea dos haitianos para o Brasil e o sentido da educação através do ensino da língua portuguesa: limites, desafios e possibilidades**. 2018. 254 f. Dissertação (Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2018.
- [2018] Dissertação – [Migração, Oralidade e Literatura na Experiência com Estudantes do Haiti na Tríplice Fronteira](#)
[Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) – PPG Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos]

- [Haiti. Migração. Oralidade. Diáspora. Literatura] DIAS, Waldson de Almeida. **Migração, Oralidade e Literatura na Experiência com Estudantes do Haiti na Tríplice Fronteira**, 2018. 125 p. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, 2018.
- [2018] **Dissertação** – [Manifestações de preconceitos: a presença de haitianos em Pato Branco](#)
[Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) – PPG em Desenvolvimento Regional|
[Migração. Haitianos. Língua. Preconceito. Pato Branco] DUARTE, Camila Corrêa Baptista. **Manifestações de preconceitos: a presença de haitianos em Pato Branco (PR)**. 137 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2018.
 - [2018] **Dissertação** – [Reconhecimento e alteridade: haitianos em Lajeado](#)
[Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – PPG em Ciências Sociais|
[Migração haitiana. Reconhecimento. Alteridade. Migrações contemporâneas] ORTIZ, Letícia Rossi. **Reconhecimento e alteridade: haitianos em Lajeado**. 125 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFSM. Santa Maria, 2018.
 - [2018] **Dissertação** – [Novos caminhos de uma velha diáspora: seguindo os rastros da experiência migratória das mulheres haitianas em Porto Alegre](#)
[Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPG em Políticas Públicas|
[Migração haitiana. Brasil. Políticas Públicas. Mediadores. Etnografia] RICCI, Carla. **Novos caminhos de uma velha diáspora: seguindo os rastros da experiência migratória das mulheres haitianas em Porto Alegre**. 148 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, UFRGS. Porto Alegre, 2018.
 - [2018] **Dissertação** – [Migrantes haitianos no Brasil \(2010-2017\): tensões e fronteiras](#)
[Universidade Estadual do Oeste do Paraná – PPG em Sociedade, Cultura e Fronteiras|
[Imigração. Haiti. Mídia] CIVIDINI, Fátima Regina. **Migrantes haitianos no Brasil (2010-2017): tensões e fronteiras**. 2018. 249 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Foz do Iguaçu, 2018.
 - [2018] **Dissertação** – [A migração haitiana e a inserção no mercado de trabalho na cidade de Cascavel/PR](#)
[Universidade Estadual do Oeste do Paraná – PPG em Ciências Sociais|
[Migração haitiana. Cascavel, Inserção social. Mercado de trabalho] MANICA, Carmem Aparecida. **A migração haitiana e a inserção no mercado de trabalho na cidade de Cascavel/PR**. 2018. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2018.
 - [2018] **Dissertação** – [O Haiti é aqui: discussões sobre a cidadania cosmopolita à luz da diáspora haitiana no Brasil](#)
[Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – PPG em Direito|
[Migração internacional. Haitianos. Lei nº 13.445/2017] CERQUEIRA, Sara Lúcia Moreira de. **O Haiti é aqui: discussões sobre a cidadania à luz da diáspora haitiana no Brasil**. 151 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.
 - [2019] **Dissertação** – [Do Haiti ao Brasil: um olhar analítico sobre a constante reconstrução do projeto migratório dos haitianos no Brasil](#)
[Universidade de Brasília – PPG em Estudos Comparados sobre as Américas|
[Projeto migratório. Mobilidade haitiana. Transnacionalismo. Diáspora haitiana. Mercado de trabalho] SILVA, Carolina de Almeida. **Do Haiti ao Brasil: um olhar analítico sobre a constante reconstrução do projeto migratório dos haitianos no Brasil**. 2019. 140 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

- **[2019] Dissertação – [A influência da política externa brasileira na atração de migrantes haitianos](#)**
 [Universidade de Brasília – PPG em Estudos Comparados sobre as Américas]
 [Política Externa Brasileira. Política Migratória. Migração Haitiana] MACÊDO, Marília Fernandes Rodrigues de. **A influência da política externa brasileira na atração de migrantes haitianos**. 2019. 98 f. il. Dissertação (Ciências Sociais) — Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- **[2019] Dissertação – [Os desafios da integração do imigrante na grande Curitiba: a realidade da imigração haitiana](#)**
 [Universidade Federal do Paraná (UFPR) – PPG em Geografia]
 [Migração. Haitianos. Integração. Teoria das redes] SOUZA, Marcus Vinícius Lima de. **Os desafios da integração do imigrante haitiano na grande Curitiba: entraves e possibilidades na vivência do imigrante haitiano** [recurso eletrônico], 2019. 122 f. il. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal do Paraná, 2019.
- **[2019] Dissertação – [A imigração haitiana no município de Palotina PR](#)**
 [Universidade Estadual do Oeste do Paraná – PPG em Geografia]
 [Migração; haitianos; território; trabalho; Palotina (PR)] MANFRIN, Ionara Ana. **A imigração haitiana no município de Palotina PR, 2010-2017** imigrasyon ayisyen yo nan vil Palotina, 2010-2017. 2019. 156 f. Dissertação (Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2019.
- **[2020] Tese – [O estado brasileiro e os fluxos migratórios internacionais: produção e circulação de discursos, categorizações jurídicas e economias morais](#)**
 [Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPG em Sociologia]
 [Sociologia das migrações. Fluxos migratórios contemporâneos. Legislação migratória. Economias morais. Estado brasileiro] OLIVEIRA, Aline Passuelo de. **O Estado Brasileiro e os Fluxos Migratórios Internacionais: produção e circulação de discursos, categorizações jurídicas e economias morais** / Aline Passuelo de Oliveira. - 2020. 184 f. Tese - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.
- **[2020] Dissertação – [Migrações contemporâneas: a integração social dos\(as\) haitianos\(as\) no estado de Mato Grosso do Sul sob a ótica da Nova Lei da Migração e seu viés humanitário](#)**
 [Universidade Federal da Grande Dourados – PPG em Fronteiras e Direitos Humanos]
 [Migrações. Integração social. Lei da migração. Direitos humanos] AIZAWA, J.T.R. **Migrações contemporâneas: a integração social dos(as) haitianos(as) no estado de Mato Grosso do Sul sob a ótica da Nova Lei da Migração e seu viés humanitário**. 2020. Dissertação (Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2020.
- **[2021] Dissertação – [Resistir, existir: trajetórias/ migrantes solo em Porto Alegre \(2017-2020\)](#)**
 [Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – PPG em Ciência Política]
 [Migração. Refúgio. Gênero. Violências. Raça. Interseccionalidade] SERAFIM, Larissa dos Santos. **Resistir, existir: trajetórias das migrantes solo em Porto Alegre**. 100 f. Dissertação (Mestrado) – PPG em Ciências Políticas, UFRGS. Porto Alegre, 2021.

C2: Migração venezuelana no Brasil (23 achados || 18 pré-selecionados)

- [2018] Tese – [Interação social e estigma na fronteira Brasil/Venezuela: um olhar sociológico sobre a migração de brasileiros e venezuelanos](#)
|Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPG em Sociologia|
|Estigma. Fronteira. Interação Social. Migração| SANTOS, Alessandra Rufino. **Interação social e estigma na fronteira Brasil/Venezuela: um olhar sociológico sobre a migração de brasileiros e venezuelanos**, 2018. 224 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2018.
- [2019] Dissertação – [Refugiados Venezuelanos no Brasil: uma análise da vulnerabilidade sob enfoque da Bioética de Intervenção](#)
|Universidade de Brasília – PPG em Bioética|
|Refúgio. Direito Internacional. Direitos Humanos. Inclusão Social. Bioética. Bioética de Intervenção| TEIXEIRA, Polyana de Vargas. **Refugiados Venezuelanos no Brasil: uma análise da vulnerabilidade sob enfoque da Bioética de Intervenção**. 2019. 83 f., il. Dissertação (Bioética) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- [2019] Dissertação – [A recepção dos imigrantes venezuelanos nos Estados Partes do MERCOSUL: uma análise à luz dos direitos humanos e do direito da integração do bloco sul-americano](#)
|Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) – PPG em Direito|
|Migração venezuelana. Livre circulação de pessoas. Direitos Humanos. MERCOSUL. Estados Partes| COSTA, Vitória Volcato da. **A recepção dos imigrantes venezuelanos nos Estados Partes do MERCOSUL: uma análise à luz dos direitos humanos e do direito da integração do bloco sul-americano** / Vitória Volcato da Costa. – 2019. 242 f.: il.; 30 cm. Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Direito, 2019.
- [2019] Tese – [Imigrantes e refugiados venezuelanos na paraíba: aspectos para o desenvolvimento da política migratória em nível local](#)
|Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – PPG em Ciências Jurídicas|
|Migrações internacionais. Imigrantes e refugiados venezuelanos. Políticas migratórias| TORRES, Raissa Brindeiro de Araújo. **Imigrantes e refugiados venezuelanos na Paraíba: aspectos para o desenvolvimento da política migratória em nível local** / Raissa Brindeiro de Araújo Torres. João Pessoa, 2019. 314f.: il. Tese (Doutorado) - UFPB/CCJ/PPGCJ.
- [2019] Dissertação – [Fronteiras e mobilidade indígena: o veto ao direito de livre circulação da nova lei de migração e o povo Warao](#)
|Universidade de São Paulo – PPG em Direito|
|Migrantes. Índios Warao. Territorialidade indígena. Lei de migração brasileira| SILVEIRA, Marina de Campos Pinheiro da. **Fronteiras e mobilidade indígena: o veto ao direito de livre circulação da nova lei de migração e o povo Warao**. 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito) - Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, USP, Ribeirão Preto, 2019. doi:10.11606/D.107.2019.tde-10092021-163922.
- [2019] Dissertação – [Solicitação de refúgio como estratégia migratória dos venezuelanos em Roraima nos anos de 2014 a 2017](#)
|Universidade Federal de Roraima (UFRR) – PPG em Sociedade e Fronteiras|
|Migração. Venezuelanos. Roraima. Migração pela sobrevivência| ABRAHÃO, Bernardo Adame. **Solicitação de refúgio como estratégia migratória dos venezuelanos em Roraima nos anos de 2014 a 2017** / Bernardo Adame Abrahão. – Boa Vista, 2019. 108 f.: il. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteira.

- **[2019] Dissertação – [Representações sociais, mídia e violência: a “construção” do migrante e da migração venezuelana em Roraima por meio dos websites da Folha de Boa Vista e F. de S. Paulo](#)**
|Universidade Federal de Roraima – PPG em Sociedade e Fronteiras|
| Migração. Mídia. Representação Social| MOTA, Daniele Monteiro. **Representações sociais, mídia e violência: a “construção” do migrante e da migração venezuelana em Roraima por meio dos websites da Folha de Boa Vista e Folha de S. Paulo.** Boa Vista, 2019. -- 184 f.: il. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Roraima, PPG em Sociedade e Fronteiras, 2019.

- **[2020] Dissertação – [Política pública migratória: processos de interiorização, hospitalidade, integração, participação e democracia](#)**
|Universidade Federal do Paraná (UFPR) – PPG em Direito|
|Políticas Públicas. Hospitalidade. Interiorização. Participação. Democracia| SOUZA, Isabella Louise Traub Soares de. **Política pública migratória: processos de interiorização, hospitalidade, integração, participação e democracia [meio eletrônico]** / Isabella Louise Traub Soares de Souza. - Curitiba, 2020. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direito. Curitiba, 2020.

- **[2020] Dissertação – [A Imigração venezuelana para o Brasil: do ingresso em Pacaraima - RR ao início da interiorização em Dourados - MS](#)**
|Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – PPG em Fronteira e Direitos Humanos|
|Crise humanitária. Imigrantes venezuelanos. Refugiados. Operação Acolhida. Interiorização| SILVA, J. L. Z. **A Imigração venezuelana para o Brasil: do ingresso em Pacaraima - RR ao início da interiorização em Dourados - MS.** 2020. Dissertação (Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos) – Faculdade de Direito e Relações Internacionais, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2020.

- **[2020] Dissertação – [Migrações e direitos humanos: acolhida humanitária aos venezuelanos no Brasil à luz da jurisdição nacional e do Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos](#)**
|Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) – PPG em Direito|
|Migrações. Direitos humanos. Cooperação internacional. Acolhida humanitária| SPADA, Arthur Ciciliati. **Migrações e direitos humanos: acolhida humanitária aos venezuelanos no Brasil à luz da jurisdição nacional e do Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos.** Campinas: PUC-Campinas, 2021. Dissertação (Mestrado em Direito), 2021.

- **[2020] Dissertação – [Fenômeno migratório da Venezuela e os direitos humanos: para reconstrução de uma teoria normativa](#)**
|Universidade Presbiteriana Mackenzie – PPG em Direito Político e Econômico|
|Fenômeno migratório. Reconhecimento. Inclusão. Políticas Públicas. Direitos humanos| PEREIRA, Ricardo Rosa Frazão. **Fenômeno migratório da Venezuela e os direitos humanos para reconstrução de uma teoria normativa.** 2020.131 f. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2020.

- **[2020] Tese – [Atendimento a imigrantes \(residentes e refugiados\) pelo SUS: entre o direito fundamental à saúde e o pacto federativo - realidade do estado de Roraima](#)**
|Universidade de Fortaleza (Unifor) – PPG em Direito/Dinter com Ciesa|
|Direito fundamental à saúde. Refugiados. Cooperação internacional. Pacto Federativo. Limites orçamentários. Estado de Roraima| SOUSA, Paulo. **Atendimento a imigrantes (residentes e refugiados) pelo SUS: Entre o Direito Fundamental à Saúde e o Pacto Federativo - Realidade do Estado de Roraima / Paulo Sousa.** – 2020, 195 f. Tese (Doutorado) - Universidade de Fortaleza. Programa de Direito Constitucional (Dinter Ciesa / Unifor), Fortaleza, 2020.

- **[2020] Dissertação – [O que é num nome? Uma análise sobre a política de categorização e o fluxo venezuelano para o Brasil](#)**

[Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) – PPG em Relações Internacionais| Migração. Produção de categorias. Precariedade| SANTOS, Mariana Fernandes Braga. **O que há num nome?** – uma análise sobre a política de categorização e o fluxo venezuelano para o Brasil / 2020. 163 f.; 30 cm. Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2020.

- **[2021] Dissertação – [Em novos territórios: um olhar sobre a migração venezuelana em Foz do Iguaçu](#)**
[Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) – PPG Sociedade, Cultura e Fronteiras| Migração venezuelana. Redes de apoio. Direitos humanos. Vulnerabilidades| BELLO, Paola Bernardon. **Em novos territórios: um olhar sobre a migração venezuelana em Foz do Iguaçu.** 2021. 105 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2021.
- **[2021] Dissertação – [A associação dos venezuelanos e a busca dos direitos fundamentais sociais em Foz do Iguaçu-PR](#)**
[Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) – PPG Sociedade, Cultura e Fronteiras| Migração. Venezuelanos. Associação| DIAS, Priscila Dutra. **A associação dos venezuelanos e a busca dos direitos fundamentais sociais em Foz do Iguaçu-PR.** 2021. 107 f. Dissertação (Sociedade, Cultura e Fronteiras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu-PR.
- **[2021] Dissertação – [O mundo do trabalho dos \(as\) migrantes venezuelanos \(as\) que vivem na Paraíba](#)**
[Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – PPG Dir. Humanos, Cidadania e Políticas Públicas| Venezuelanos na Paraíba. Trabalhadores Venezuelanos. Interiorização. Acolhida. Políticas Públicas migratórias na Paraíba| CAPISTRANO, Valnise Lima Vêras. **O mundo do trabalho dos (as) migrantes venezuelanos (as) que vivem na Paraíba.** João Pessoa, 2021. 102 f.: il. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA, 2021.
- **[2021] Tese – [O direito à educação do refugiado: proposta de reserva orçamentária e de políticas de acolhimento](#)**
[Universidade de Fortaleza (Unifor) – PPG em Direito| Direito à educação. Refugiados. Operação Acolhida. Covid-19. Inclusão orçamentária e políticas de acolhimento| VASCONCELOS, Vanessa Lopes. **O Direito à educação do refugiado: proposta de reserva orçamentária e de políticas de acolhimento.** 2021 317 f. Tese (Doutorado Acadêmico) – Universidade de Fortaleza. Programa de Doutorado em Direito Constitucional, Fortaleza, 2021.
- **[2021] Dissertação – [Migração Venezuelana em Roraima: uma análise de dinâmica de sistemas para o programa federal de interiorização](#)**
[Universidade de São Paulo (USP) – PPG em Ciências – AC: Engenharia de Sistemas Logísticos| Operação Acolhida. Interiorização. Dinâmica de Sistemas. Migração| RIBEIRO, Thomas Pinto. **Migração Venezuelana em Roraima: uma análise de dinâmica de sistemas para o programa federal de interiorização.** 2021. Dissertação (Engenharia de Sistemas Logísticos), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. doi:10.11606/D.3.2021.tde-07032022-090306.

C3: Journalism, Human Rights e Accountability (82 achados || 40 pré-selecionados)

- [2017] [Human rights news in professional and citizen media: Comparative content analysis of Global Voices, The Guardian and Al-Jazeera](#)
|Stockholm University| |Autoria: Vaida Razaityte|
|Notícias de direitos humanos na mídia profissional e cidadã: análise comparativa de conteúdo do Global Voices, The Guardian e Al-Jazeera|
- [2017] [Investigative reporting and press coverage of corruption in Nigeria \(1999-2012\)](#)
|University of East Anglia| |Autoria: Amu Suleiman|
|Reportagem investigativa e cobertura da imprensa sobre corrupção na Nigéria (1999-2012)|
- [2017] [Understanding human rights journalism in the context of China: the case of the Beijing Olympics](#)
|Northumbria University| |Autoria: Di Luo| |Compreendendo o jornalismo de direitos humanos no contexto da China: o caso das Olimpíadas de Pequim|
- [2017] ['Love and courage' Resilience strategies of journalists facing trauma in Northern Mexico](#)
|The University of Arizona| |Autoria: Stephen Choice|
|Amor e coragem'| Estratégias de resiliência de jornalistas diante de traumas no norte do México|
- [2017] [Reporting Invisible Violence](#)
|University of Vienna| |Autoria: Tara Nissl|
|Comunicando violência invisível|
- [2017] [FGM in Swedish press: A dissertation examining the journalistic coverage of female genital mutilation \(FGM\) in Swedish press](#)
|Stockholm University| |Autoria: Cornelia John|
|MGF na imprensa sueca: uma dissertação examinando a cobertura jornalística da mutilação genital feminina (MGF) na imprensa sueca|
- [2017] [Between Militarism and Humanitarianism: A Comparative Framing Analysis of Al Jazeera and Russia Today's coverage of the Russian Intervention in Syria](#)
|University of Helsinki| |Autoria: Randa El Dieb|
|Entre o militarismo e o humanitarismo: uma análise comparativa da cobertura da Al Jazeera e da Rússia Hoje da intervenção russa na Síria|
- [2017] [Os humanos direitos e os direitos humanos no discurso passiona da grande mídia brasileira: análise semiótica de "Veja" e "Carta Capital"](#)
|Universidade Federal Fluminense| |Autoria: Marcos da Veiga Kalil Filho|
- [2017] [Conflitos Contemporâneos: A Categoria "Refugiado" no Telejornalismo Brasileiro](#)
|Universidade Nova – Lisboa| |Autoria: Liege Scremin Mizga|
- [2017] [Representation of political conflict in the Zimbabwean press: the case of The Herald, The Sunday Mail, Daily News and The Standard, 1999-2016](#)
|University of South Africa| |Autoria: Teddy Mungwari|
|Representação do conflito político na imprensa do Zimbábue: o caso do The Herald, The Sunday Mail, Daily News e The Standard, 1999-2016|
- [2017] [Communicating Legacy: Media, Memory and Harvey Milk](#)

- |Temple University | |Autoria: Heidi A. Mau|
|Comunicando o legado: mídia, memória e Harvey Milk|
- [\[2017\] Women's Work: Human Rights Journalism in Chechnya, A Case Study of Anna Politkovskaya](#)
|Virginia Tech| |Autoria: Shelby Maria Thompson|
|O trabalho das mulheres: jornalismo de direitos humanos na Chechênia, um estudo de caso de Anna Politkovskaya|
 - [\[2017\] Representation av statslöshet: Framställningen av Rohingyafolket i burmesisk media](#)
|Uppsala University| |Autoria: Joanna Blossner|
|Representação da apatridia: O retrato do povo Rohingya na mídia birmanesa|
 - [\[2017\] Reporting Health Emergency Outbreaks: African Journalists on the Frontlines of Ebola Coverage](#)
|Ohio University| |Autoria: Kingsley Antwi-Boasiako|
|Relatando Surtos de Emergência em Saúde: Jornalistas Africanos na Linha de Frente da Cobertura do Ebola|
 - [\[2017\] Qualidade jornalística: uma avaliação dos indicadores pluralidade e confiabilidade no jornalismo literário da Revista Piauí](#)
|Universidade Federal de Sergipe | |Autoria: Egicyane Lisboa Farias Santos|
 - [\[2017\] The emergence of social media networks and their impacts on professional journalism practices in Saudi Arabia](#)
|Nottingham Trent University| |Autoria: Shaker Althiabi|
|O surgimento das redes de mídia social e seus impactos nas práticas de jornalismo profissional na Arábia Saudita|
 - [\[2017\] Jornalismo e acesso à informação: a utilização da Lei de Acesso à Informação por jornalistas Paraibanos](#)
|Universidade Federal da Paraíba | |Autoria: Verônica Maria Rufino de Sousa|
 - [\[2018\] Rethinking the practice of accountability journalism in the digital age. The inception and development of the first Portuguese university-based investigative journalism centre and whistleblowing platform](#)
|Universidade Nova de Lisboa| |Autoria: Francesca Giachi|
|Repensando a prática da accountability no jornalismo na era digital. A criação e desenvolvimento do primeiro centro universitário de jornalismo investigativo e plataforma de denúncia de irregularidades portuguesas|
 - [\[2018\] A crise dos refugiados no Mediterrâneo - a cobertura jornalística em Portugal e proposta de modelo editorial](#) | Universidade Nova – Lisboa| |Autoria: Débora Raquel Santos Guerreiro|
 - [\[2018\] Essays on political accountability and selection](#)
|University of Nottingham| |Autoria: Jose Antonio Carrillo-Viramontes|
|Ensaio sobre responsabilidade política e seleção|
 - [\[2018\] True stories: literary journalism and the making of social knowledge](#)
|University of British Columbia | |Autoria: William Keats-Osborn|
|Histórias verdadeiras: jornalismo literário e a construção do conhecimento social|
 - [\[2018\] Gestão da qualidade no jornalismo, regulação e autorregulação da mídia](#)

|Universidade Estadual Paulista | |Autoria: Bibiana Alcântara Garrido|

- |2018| [Contemporary Journalism in the US and Germany: Agents of Accountability](#)
|Philipps-Universität Marburg| |Autoria: Charmaine Voigt; Matthias Revers|
|Jornalismo Contemporâneo nos EUA e na Alemanha: Agentes de Responsabilização|
- |2019| [Rodas de conversa Vladimir Herzog: um estudo das estratégias para a cobertura jornalística de direitos humanos no Brasil](#)
|Pontifícia Universidade Católica de São Paulo| |Autoria: Aldo Patrício Flores Quiroga|
- |2019| [Financiamento em projetos de jornalismo nativo digital](#)
|Escola Superior de Propaganda e Marketing| |Autoria: Adalberto Wodianer Marcondes da Silva|
- |2019| [Radyo an Kreyòl: Decolonial Projects on Haitian Radio](#)
|Tulane University| |Autoria: Heather Frost|
|Rádio em crioulo: projetos descoloniais na rádio haitiana|
- |2019| [‘Those who tell the story rule society’: critically exploring four South African case studies \(2008-2018\) of online reports on ‘queericide’ and their significance for quality online news reporting through a mixed method approach](#)
|University of KwaZulu-Natal| |Autoria: Marchant Van der Schyff|
|‘Aqueles que contam a história governam a sociedade’: explorando criticamente quatro estudos de caso sul-africanos (2008-2018) de reportagens online sobre ‘queercídio’ e seu significado para reportagens online de qualidade por meio de uma abordagem de método misto|
- |2019| [Human Rights Watch partnered with Upworthy. You won’t believe what happened next... A case study analysis of NGO-new media partnerships](#)
|Malmö University| |Autoria: Michael Wilkinson|
| A Human Rights Watch fez parceria com a Upworthy. Você não vai acreditar no que aconteceu a seguir. Uma análise de estudo de caso de parcerias entre ONGs e novas mídias|
- |2019| [Democratic Social Movement Framing Dynamics: Framing of the Oromo Protest Movement by the International News Media, Oromo Activists, International Human Rights Groups, and the Ethiopian Government Officials](#)
|Georgia State University| |Autoria: Seifu A. Adem|
|A Dinâmica de Enquadramento do Movimento Social Democrático: O Enquadramento do Movimento de Protesto Oromo pela Mídia Internacional de Notícias, os Ativistas Oromo, os Grupos Internacionais de Direitos Humanos e os Funcionários do Governo Etíope|
- |2019| [Political economy of ghanaiian media: conceptualizing news media’s role through the media coalition against Galamsey](#)
|Michigan Technological University | |Autoria: Nancy Achiaa Frimpong|
|Economia política da mídia de gana: conceitualizando o papel da mídia de notícias através da coalização de mídia contra Galamsey - mineração ilegal|
- |2019| [Criticising Journalism: Popular Media Criticism in the Digital Age](#)
|NARCIS| |Autoria: David Cheruiyot|
|Criticando o Jornalismo: Crítica da Mídia Popular na Era Digital|
- |2019| [Fixing journalism's credibility problem: lessons from the Lippman-Dewey debate](#)
|Marshall University | |Autoria: James Michael Hoyle|
|Resolvendo o problema de credibilidade do jornalismo: lições do debate Lippman-Dewey|

- [\[2020\] Jornalismo de segurança pública: uma proposta de campo jornalístico especializado com foco em direitos humanos](#)
|Universidade Federal do Rio Grande do Sul| |Autoria: Anelise Schütz Dias|
- [\[2020\] Immigration news in the Global South: A comparative analysis of media content and journalistic decisions and practices in Latin America](#)
|University of Minnesota| |Autoria: Fernando Severino|
|Notícias sobre imigração no Sul Global: Uma análise comparativa do conteúdo da mídia e decisões e práticas jornalísticas na América Latina|
- [\[2020\] Libertad de información en democracias deficitarias. Un estudio de caso: Valle del Cauca 2002-2014](#)
|Universidad Nacional de Colombia| |Autoria: /Patricia Alzate Jaramillo|
|Liberdade de informação em democracias deficientes. Caso: Valle del Cauca 2002-2014|
- [\[2020\] Cross-border Investigative Journalism: a critical perspective](#)
|University of Westminster| |Autoria: S. Candea|
|Jornalismo Investigativo Transfronteiriço: uma perspectiva crítica|
- [\[2021\] The Dragon in the News: how Malawian journalists perceive the political influence of China on news reporting in Malawi](#)
|Rhodes University| |Autoria: Mwaona Nyirongo|
|O dragão nas notícias: como os jornalistas do Malawi percebem a influência política da China na reportagem no Malawi|
- [\[2021\] Att skildra utan insyn: En kvalitativ analys av svenska journalisters förutsättningar vid skildringar av förtrycket mot minoriteter i Xinjiang samt dess inverkan på den mediala diskursen](#)
|Linnaeus University| |Autoria: Alice Sunnelius Aldén|
|Retratando sem transparência: uma análise qualitativa das condições dos jornalistas suecos ao retratar a opressão das minorias em Xinjiang e seu impacto no discurso da mídia|
- [\[2021\] In search of protection, justice and the truth: journalists' responses to impunity in Mexico and Honduras](#)
|University of York| |Autoria: Tamsin Mitchell|
|Em busca de proteção, justiça e verdade: respostas de jornalistas à impunidade no México e em Honduras|
- [\[2021\] Social Media and Democracy in Africa: A Case Study of the Zimbabwe 2018 Harmonised Elections](#)
|University of Cape Town| |Autoria: Meli Ncube|
|Mídias Sociais e Democracia na África: Um Estudo de Caso das Eleições Harmonizadas do Zimbábue 2018|

APÊNDICE D: PRÉ-CATEGORIZAÇÃO – 2012 (HAITI) E 2017 (VENEZUELA)

D1: Migração Haitiana (2012)

Categorias Temáticas: Entrada/Fronteira, Chegada/Manaus, Condição de Vida, Perfil, Trabalho, Saúde, Educação, Integração, Executivo, Legislativo, Judiciário, Sociedade Civil/Entidades Religiosas, Xenofobia, Óbito, Geopolítica/Economia.

Ord.	Data	Portal	Classificação	Título (URL)	Subtítulo	Categoria Temática
001	05.01.12	ACT	Notícia Assinada-Felipe Libório	Entidades que assistem imigrantes haitianos pedem providências às autoridades (URL)	Refugiados do Haiti que estão em Tabatinga vivem drama na fronteira, boa parte deles estão no Brasil em condições precárias	Condição de vida – Tabatinga/AM
002	05.01.12	ACT	Notícia Assinada-Elaíze Farias	Médicos Sem Fronteira elabora documento para divulgar situação crítica de haitianos no AM (URL)	Coordenadora da ONG que está em Tabatinga relata vulnerabilidade sanitária e de saúde de imigrantes que estão no município	Condição de vida – Tabatinga/AM
003	06.01.12	G1	Replicação ‘Jornal Nacional’	Haitianos chegam pela fronteira da Amazônia à procura de trabalho (URL)	Para fugir da miséria, eles se envolvem com aliciadores e chegam às centenas ao Brasil. Ministério da Justiça estima que 4 mil haitianos tenham entrado no país no ano passado pelo Acre e também pelo Amazonas	Condição de vida – Acre/Amazonas
004	07.01.12	G1	Replicação ‘Jornal da Globo’	Haitianos atravessam fronteira ilegalmente para viver no Brasil (URL)	De acordo com o Ministério da Justiça, só no ano passado, 4 mil haitianos entraram no Brasil	Entrada/Fronteira
005	10.01.12	G1	Replicação ‘Reuters’	Brasil concederá vistos a 4 mil haitianos ilegais no país (URL)	O governo brasileiro concederá vistos de permanência a cerca de 4 mil haitianos que entraram ilegalmente no país, disse nesta terça o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo	Executivo (Federal) – Visto/Documentação
006	10.01.12	G1	Replicação ‘Jornal Nacional’	Haitianos reclamam da demora para conseguirem visto de permanência (URL)	O JN no Ar foi para a cidade de Tabatinga , no extremo oeste do Amazonas, onde milhares de haitianos têm entrado ilegalmente no Brasil	Executivo (Federal) – Visto/Documentação
007	10.01.12	ACT	Notícia Não Assinada	Governo brasileiro vai controlar entrada de haitianos no país e limitar vistos (URL)	Decisão foi tomada durante reunião ocorrida nesta terça-feira entre a presidente Dilma Rousseff e ministros	Executivo (Federal) – Controle de Entrada
008	11.01.12	G1	Replicação ‘Bom Dia Brasil’	Governo decide fechar as fronteiras para os haitianos (URL)	São dezenas de famílias que fogem da fome e chegam em busca de trabalho, mas vivem um drama nas cidades do Norte do país	Executivo (Federal) – Controle de Entrada

009	11.01.12	G1	Replicação 'France Presse'	Com economia forte , Brasil quebra tradição e freia imigração haitiana (URL)	Com uma economia vigorosa que atrai cada vez mais trabalhadores do mundo, o Brasil decidiu nesta semana frear uma onda de imigração ilegal de haitianos, rompendo uma tradição permissiva que abre as portas para políticas que antes criticava em países ricos , indicaram analistas.	Geopolítica/Economia
010	12.01.12	G1	Replicação 'BBC'	Haitianos em SP pensam em voltar a seu país só 'de visita' (URL)	Dois anos após terremoto no Haiti, jovens abrigados na Casa do Migrante sonham com trazer familiares de sua terra natal e construir vida aqui	Integração - SP
011	12.01.12	G1	Replicação 'BBC'	Controle migratório de haitianos no Brasil gera debate (URL)	Proposta do Ministério da Justiça, que prevê concessão controlada e formal de vistos haitianos, será avaliada nesta quinta-feira, quando se completam dois anos desde o terremoto	Executivo (Federal) – Controle de Entrada
012	12.01.12	G1	Replicação 'France Presse'	Haitianos no Brasil divididos sobre as medidas imigratórias (URL)	Dois anos depois do terremoto que arrasou seu país, muitos haitianos que chegaram ilegalmente ao Brasil comemoraram a notícia de que suas estadas serão regularizadas, mas temem que as medidas imigratórias adotadas pelo governo impeçam seus familiares de reencontrá-los	Executivo (Federal) – Política Migratória
013	12.01.12	ACT	Notícia Assinada-Felipe Libório	Amazonas pede ajuda ao Governo Federal para ações de assistência aos haitianos (URL)	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) vai liberar R\$ 300 mil para serem usados em ações assistenciais a haitianos	Executivo (Federal) – Recursos
014	12.01.12	G1	Replicação 'BBC'	Conselho de Imigração aprova restrição à entrada de haitianos (URL)	No dia em que se completam dois anos desde o terremoto, governo reduz para cem o número mensal de vistos a haitianos que queiram emigrar ao Brasil	Executivo (Federal) – Controle de Entrada
015	12.01.12	G1	Notícia Assinada-Lígia Guimarães	Empresas brasileiras vão ao Acre contratar imigrantes haitianos (URL)	Imigrantes no estado aguardam autorização para trabalhar no Brasil. Falta de mão de obra atrai empresas de Santa Catarina e Minas Gerais	Trabalho – SC/MG
016	13.01.12	G1	Replicação 'Reuters'	Amorim pede nova política a imigrantes após entrada de haitianos (URL)	O Brasil precisa construir uma nova política para os imigrantes que chegam ao país, disse nesta quinta-feira o ministro da Defesa , Celso Amorim, ao comentar a entrada de milhares haitianos no país	Executivo (Federal) – Política Migratória
017	13.01.12	G1	Replicação 'Jornal Nacional'	Haitianos dizem que preferem viver no Brasil , mesmo com dificuldades (URL)	Resolução vai legalizar situação de haitianos no Brasil e liberar cem vistos por mês. Atualmente, imigrantes irregulares vivem em situação precária	Condição de vida – Interiorização
018	13.01.12	ACT	Notícia Assinada-Leandro Prazeres	Resolução do Ministério da Justiça fecha fronteiras brasileiras para haitianos (URL)	Resolução comunicada à Polícia Federal é de que imigrantes que chegaram após o dia 12 de janeiro serão considerados ilegais	Executivo (Federal) – Controle de Entrada

019	17.01.12	ACT	Notícia Assinada-Felipe Libório	Governo Federal deve entregar proposta de resolução para restringir a entrada de imigrantes haitianos no Brasil (URL)	Pastoral do Migrante de Tabatinga oficializa pedido ao Governo Federal para que sejam estabelecidas regras para legalizar migração	Executivo (Federal) – Controle de Entrada/ Coiotes
020	19.01.12	G1	Replicação ‘Jornal Nacional’	Dezenas de imigrantes haitianos são barrados na fronteira com o Peru (URL)	Diário Oficial publicou portaria do Ministério da Saúde que libera R\$ 1,3 milhão por ano ao Acre para garantir atendimento médico aos imigrantes	Executivo (Federal) – Controle de Entrada/ Recursos
021	21.01.12	ACT	Notícia Assinada-Felipe Libório	Grupo de haitianos que chegou nesta sexta-feira em Manaus não tem para onde ir (URL)	O padre Gelmino Costa está preocupado com a vinda de novos imigrantes em pouco tempo e há risco deles (sic) serem obrigados a dormir nas ruas	Chegada a Manaus – De Tabatinga
022	22.01.12	ACT	Notícia Assinada-Leandro Prazeres	Série de reportagens mostra a busca dos haitianos por uma nova vida no Brasil (URL)	De acordo com estimativas extra-oficiais (sic), aproximadamente 2,7 mil haitianos já fizeram essa viagem desde o final de 2010	Chegada a Manaus – De Tabatinga
023	23.01.12	ACT	Notícia Assinada-Leandro Prazeres	População de Tabatinga começa a dar sinais de esgotamento na relação com os Haitianos (URL)	Mais de um ano depois do início da imigração haitiana, a capacidade de Tabatinga de lidar com o tema dá sinais de esgotamento	Xenofobia – Tabatinga/AM
024	24.01.12	G1	Notícia Não Assinada	Haitiana morre vítima de dengue , em Tabatinga (AM) (URL)	Vítima sentiu sintomas da dengue após ter estado no Peru. Estrangeira morreu na manhã deste domingo (22).	Óbito – Dengue/Tabatinga
025	24.01.12	ACT	Notícia Assinada-Felipe Libório	Obstáculo do idioma é mais um desafio para os haitianos que buscam emprego em Manaus (URL)	Fato de não dominarem o português acaba dificultando o processo de colocação profissional de haitianos que estão em Manaus	Trabalho – Obstáculo do idioma
026	24.01.12	ACT	Notícia Assinada-Síntia Maciel	Amazonas registra primeiro óbito de imigrante haitiano no Brasil (URL)	Apesar de ter morrido de dengue em Tabatinga, Carmelith Baptiste teria entrado no Brasil com a doença , conforme a Secretaria de Saúde do município	Óbito – Dengue/Tabatinga
027	24.01.12	ACT	Notícia Assinada-Síntia Maciel	Chegada de mais de 200 haitianos expõe falta de estrutura para abrigar refugiados em Manaus (URL)	Integrante da Pastoral do Migrante cobrou uma posição das autoridades constituídas para com o caso, bem como auxílio das demais denominações cristãs	Sociedade Civil/ Entidades Religiosas – Pastoral do Migrante
028	25.01.12	G1	Replicação ‘EFE’	Mais de 250 imigrantes haitianos permanecem na fronteira Peru-Brasil (URL)	Há dez dias 254 imigrantes haitianos que sobreviveram ao terremoto que devastou o Haiti em 2010 se encontram na cidade fronteiriça peruana de Iñapari, após serem impedidos de entrar no Brasil , informaram à Agência Efe nesta terça-feira autoridades dessa localidade	Entrada/Fronteira
029	25.01.12	G1	Replicação ‘Reuters’	Brasil discutirá imigração com autoridades haitianas—Patriota (URL)	A entrada maciça de haitianos no norte do Brasil será um dos temas da viagem da presidente Dilma Rousseff ao Haiti, na semana que vem, disse nesta quarta-feira o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota	Geopolítica/Economia – Brasil/Haiti

030	25.01.12	ACT	Notícia Assinada-Síntia Maciel e Joelma Muniz	Governador do Amazonas afirma que refugiados haitianos são problema do Governo Federal (URL)	Apesar das críticas , Omar Aziz se disse solidário aos imigrantes e que está disposto a colaborar	Xenofobia – Executivo (Estadual)
031	25.01.12	ACT	Notícia Assinada-Elaíze Farias	Governo Federal enviará missão ao Amazonas para avaliar situação dos haitianos, diz MDS (URL)	Nesta quinta-feira, o governador Omar Aziz defendeu que é papel do governo federal ajudar imigrantes haitianos	Executivo (Federal/ Estadual) – Ações
032	25.01.12	G1	Replicação 'RBS TV'- Daniel Scola	Haitianos refugiados começam a trabalhar no Rio Grande do Sul (URL)	Novos colegas de trabalho ficaram surpresos com a adaptação . Terremoto em 2010 arrasou o país e deixou mais de 200 mil mortos	Trabalho – RS
033	25.01.12	G1	Notícia Assinada-Marina Souza	Governador do AM diz para 'Governo Federal levar haitianos para Brasília' (URL)	' Não espere que o Governo arranje emprego, dê casa e os alimentos ', disse. Atualmente, cerca de 4 mil refugiados do Haiti vivem em Manaus	Xenofobia – Executivo (Estadual)
034	26.01.12	ACT	Notícia Assinada-Felipe Libório	Haitianos que chegaram na última terça-feira a Manaus recebem apoio (URL)	Grupo de 208 haitianos começa a se ambientar à cidade. O apoio vem de compatriotas que estão há mais tempo em Manaus, da igreja e comunidade	Sociedade Civil/ Entidades Religiosas – Apoio/Ufam
035	26.01.12	ACT	Notícia Assinada-Felipe Libório	Colocação no mercado de trabalho é sinônimo de começo para haitianos que vivem em Manaus (URL)	Mais que sobrevivência, conseguir emprego é o início de um processo de reconstrução da vida de quem veio a Manaus	Trabalho – Manaus
036	27.01.12	ACT	Notícia Assinada-Leandro Prazeres	Imigrantes haitianos resistem às tentações do mundo do narcotráfico existente no interior do Amazonas (URL)	Entre a pobreza e a desesperança, a comunidade haitiana não se rende ao tentador e perigoso mundo do tráfico de drogas	Entrada/Fronteira – Assédio do narcotráfico
037	27.01.12	G1	Notícia Assinada – Carlos Eduardo Matos	Morte de haitiano com HIV deixa saúde pública em alerta no Amazonas (URL)	Haitiano morreu na segunda-feira e enterrado em Manaus, sem velório. Para FMT-AM, índice de contaminação de HIV pode avançar sem controle	Óbito – HIV/Manaus
038	27.01.12	G1	Notícia Não Assinada	Universidade Federal do Amazonas lançará edital para apoiar haitianos (URL)	Edital deve ser apresentado até o dia 3 de fevereiro. Objetivo é desenvolver ações para atender necessidades dos haitianos	Executivo (Federal) – Ufam/Edital
039	27.01.12	ACT	Notícia Assinada-Elaíze Farias	SRTE do Amazonas acompanhará recrutamento de haitianos para outros Estados (URL)	Contratação de imigrantes deve obedecer (sic) normas por parte das empresas. Até agora, duas empresas já entraram em contato com a SRTA	Trabalho – Transporte a outros Estados
040	27.01.12	ACT	Notícia Não Assinada	Governo do Amazonas anuncia apoio aos haitianos em Manaus (URL)	Serão disponibilizados aproximadamente R\$ 400 mil para aluguel de abrigo, além de compras de mantimentos e doação de 300 colchões	Executivo (Estadual) – Apoio/Manaus
041	28.01.12	ACT	Notícia Assinada-Mariana Lima	Morre o primeiro haitiano em Manaus (URL)	Um rapaz, de nome não identificado, morreu na última segunda-feira (23), na Fundação de Medicina Tropical	Óbito – HIV/Manaus

					decorrente de AIDS. Este é o primeiro óbito registrado de haitianos na cidade	
042	28.01.12	G1	Notícia Não Assinada	Professor haitiano é morto a tiros na Zona Norte de Manaus (URL)	A vítima tinha 34 anos e estava sentado no muro de uma casa. Não há informações sobre os possíveis autores do crime.	Óbito – Vítima de Homicídio
043	28.01.12	ACT	Notícia Assinada-Leandro Prazeres	Quadrilhas de " coiotes " já atuam junto aos haitianos que procuram entrar no Brasil (URL)	Quadrilhas de tráfico de pessoas já estão atuando em rotas que operam tanto dentro quanto fora do Brasil	Entrada/Fronteira – Coiotes/Rotas clandestinas
044	28.01.12	ACT	Notícia Assinada-Cassandra Castro	Superintendência Regional do Trabalho faz mutirão para haitianos (URL)	Durante toda a manhã deste sábado (28), funcionários da SRT-AM trabalharam para providenciar emissão de carteiras de trabalho para haitianos	Executivo (Federal) – Mutirão SRT-AM/emissão CTPS
045	29.01.12	ACT	Notícia Assinada-Cassandra Castro e Maria Derzi	Haitiano leva tiro e morre em bairro da Zona Leste de Manaus (URL)	A vítima estava perto da casa onde morava quando dois homens passaram em uma motocicleta e atiraram nele. A família de Inolus já foi avisada	Óbito – Vítima de Homicídio
046	29.01.12	G1	Notícia Não Assinada	Morte de haitiano em Manaus pode ter motivo passional , diz Polícia Civil (URL)	Haitiano de 34 anos morreu, na sexta-feira (26), com um tiro nas costas . Polícia Civil descartou suspeita de racismo ou de roubo seguido de morte	Óbito – Vítima de Homicídio
047	30.01.12	G1	Replicação 'Valor Online'	Governo federal libera R\$ 900 mil para cuidados com haitianos (URL)	O governo liberou mais uma parcela de recursos para assistência aos haitianos que continuam a entrar no país pela região Norte. Acre e Amazonas terão R\$ 900 mil repassados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome , segundo portaria publicada nesta segunda-feira, no 'Diário Oficial da União'	Executivo (Federal) – Recursos/AC-AM
048	30.01.12	ACT	Notícia Assinada-Leandro Prazeres	Chegada de haitianos, (sic) é fruto da política internacional , diz especialista (URL)	Brasil , o 6º maior PIB mundial , virou atrativo para haitianos que vivem em um país com PIB de pouco mais de R\$ 20 milhões	Geopolítica/Economia – Brasil/Haiti
049	30.01.12	ACT	Notícia Assinada-Ana Célia Ossame	Ufam apoiará haitianos (URL)	Representantes da universidade se reuniram com imigrantes para saber de suas necessidades mais urgentes e expectativas	Executivo (Federal) – Ufam/Edital
050	30.01.12	ACT	Replicação 'Agência Brasil'-Priscilla Mazonotti	Ministério libera R\$ 900 mil para ajudar imigrantes haitianos no Acre e no Amazonas (URL)	Os recursos foram calculados com base no número de haitianos que cada estado recebeu. O Amazonas , que tem 4,6 mil imigrantes, vai receber R\$ 540 mil e o Acre , com o registro de 1,4 mil imigrantes, ficará com R\$ 360 mil	Executivo (Federal) – Recursos/AC-AM
051	30.01.12	ACT	Notícia Assinada-Ana Carolin Barbosa	MDS libera R\$ 900 mil para haitianos residentes no Amazonas e no Acre (URL)	A parcela do recurso para o Amazonas será de R\$ 540 mil , que será investido em ações sociais, somado aos R\$940 mil disponibilizados pelo governo estadual	Executivo (Federal) – Recursos/AC-AM

052	31.01.12	ACT	Notícia Assinada-Carolina Silva	Ações de voluntariado mobilizam pessoas na ajuda a imigrantes haitianos (URL)	Apesar de o ministro Celso Amorim ter dito que imigração está sob controle, população se une para tornar dias de irmãos menos difíceis	Sociedade Civil/ Entidades Religiosas – ‘Ama Haiti’
053	31.01.12	ACT	Notícia Assinada-Cassandra Castro	Projeto reúne jovens voluntários para ajudar haitianos em Manaus (URL)	Iniciativa de grupo de amigos conta com a ajuda de diversos parceiros como igrejas católicas, evangélicas e representantes da Sociedade Civil Organizada	Sociedade Civil/ Entidades Religiosas – Ação social
054	31.01.12	ACT	Notícia Assinada-Elaíze Farias	MPF/AM articula audiência com governo para discutir situação de haitianos com risco de deportação (URL)	Aproximadamente 300 haitianos entraram no Amazonas depois do dia 13 de janeiro, data em que o CNIg passou a controlar a entrada de imigrantes	Judiciário (Federal) – MPF/ Audiência com MJ/MRE
055	01.02.12	ACT	Notícia Assinada-Júlio Pedrosa	Amazonas pretende desencadear ações de testagem de doenças em pacientes haitianos (URL)	Governo do Amazonas vai encaminhar documento ao Ministério da Saúde sobre problemas relacionados à saúde dos imigrantes haitianos	Saúde – Testagem HIV, Sífilis, Malária, Hepatites, Cólera etc.
056	01.02.12	ACT	Notícia Assinada-Milton Oliveira	Imigrantes Haitianos procuram Polícia Federal em Manaus para regularizarem situação no país (URL)	Na busca pela regularização do visto humanitário , haitianos estão dormindo em praças e locais próximos à Polícia Federal em Manaus	Executivo (Federal) – Visto/Documentação
057	01.02.12	G1	Replicação ‘BBC’	Dilma diz que haitianos são bem-vindos no Brasil, mas condena ação de coiotes (URL)	Durante sua primeira visita oficial ao país, a presidente também tratou do início da retirada das tropas da ONU , que são chefiadas pelo Brasil	Geopolítica/Economia – Brasil/Haiti
058	01.02.12	G1	Notícia Não Assinada	'Estamos abertos a receber cidadãos haitianos', diz Dilma no Haiti (URL)	Ela destacou concessão de 1,2 mil vistos por ano para imigrantes haitianos. Dilma disse que também irá cooperar para criar condições melhores no Haiti	Geopolítica/Economia – Brasil/Haiti
059	01.02.12	G1	Replicação ‘Reuters’	Dilma : Brasil está aberto a haitianos; combate é contra coiotes (URL)	Após a entrada ilegal de milhares de haitianos no Brasil, a presidente Dilma Rousseff disse nesta quarta-feira, em Porto Príncipe , que o país está aberto a receber cidadãos da nação caribenha, e que o combate à migração irregular deve focar os grupos que agenciam o transporte entre os dois países, conhecidos como coiotes	Geopolítica/Economia – Brasil/Haiti
060	01.02.12	G1	Replicação ‘Jornal da Globo’-Cláudia Bontempo	Dilma promete ajuda a haitianos que chegarem ao Brasil (URL)	Governo vai conceder visto permanente a 1.200 famílias por ano e legalizar as que já vivem no país. A presidente aproveitou para condenar os coiotes	Geopolítica/Economia – Brasil/Haiti
061	03.02.12	ACT	Notícia Assinada-Síntia Maciel	Mais de 200 haitianos desembarcam em Manaus, nesta sexta (3) (URL)	Neste sábado (4) outros 400 refugiados , que se encontravam no município de Tabatinga , também devem chegar à capital	Chegada a Manaus – De Tabatinga
062	03.02.12	ACT	Notícia Assinada-Síntia Maciel	Representantes do Governo Federal visitam instalações de abrigos haitianos no AM (URL)	Nesta sexta (3), enquanto a comitiva do Governo Federal segue para Tabatinga , um grupo de aproximadamente 200 haitianos chega a Manaus	Executivo (Federal) – Visita abrigos/ Tabatinga

063	04.02.12	ACT	Notícia Assinada- Joelma Muniz	Mais um grupo de 400 haitianos desembarca em Manaus (URL)	Segundo o voluntário da Paróquia de São Geraldo, Tom Rodrigues, até a segunda-feira (6), os imigrantes já começarão a receber carteiras de trabalho e os demais documentos exigidos para a permanência em Manaus	Chegada a Manaus – De Tabatinga
064	04.02.12	ACT	Notícia Assinada- Ana Carolina Barbosa	Estado doa colchões e água a haitianos recém-chegados a Manaus (URL)	De acordo com a secretária-executiva da Seas, Graça Prola, as medidas emergenciais estão sendo custeadas com parte dos R\$400 mil doados pelo governo do Estado . Já os R\$540 mil disponibilizados pelo Governo Federal para o auxílio a esses imigrantes, ainda não foram liberados	Executivo (Estadual) – Recursos/Doações <i>(5 mil h/AM, SEAS)</i>
065	06.02.12	ACT	Notícia Assinada- Antônio Paulo	Embaixador do Haiti está de malas prontas para visitar o Amazonas (URL)	Em entrevista exclusiva para ACT, o embaixador do Haiti no Brasil revelou que foi ideia dele a proposta da cota do visto humanitário e de emprego para a entrada de haitianos no Brasil	Geopolítica/Economia – Embaix. Haiti/ AM
066	08.02.12	ACT	Notícia Não Assinada	Pesquisa da Ufam traça perfil dos haitianos que migraram para Manaus (URL)	Estudos faz parte da Atividade Curricular de Extensão (ACE) e foi coordenado pelos departamentos de Antropologia, Serviço Social e Letras , da instituição	Perfil – Pesquisa/Ufam <i>(homens, 20-40 anos)</i>
067	08.02.12	G1	Replicação 'Reuters'- Caroline Stauffer	Haitianos que buscam o Brasil definham na Amazônia peruana (URL)	Quase 300 haitianos que fugiram da pobreza de sua terra natal devastada por um terremoto estão presos há um mês na Amazônia peruana, onde uma porta para o que viam como uma vida melhor no Brasil foi fechada abruptamente	Entrada/Fronteira – Peru/Brasil
068	08.02.12	G1	Notícia Não Assinada	Haitianos reclamam de redução de salário e abandonam emprego em MT (URL)	Grupo veio para Mato Grosso trabalhar em uma fábrica de cerâmica . Haitianos estão no estado desde o dia 18 de janeiro	Trabalho – MT
069	09.02.12	G1	Notícia Não Assinada	Suspeito de matar haitiano responderá processo em liberdade, no AM (URL)	Homem confessou que matou o imigrante por ciúmes da companheira. Arma utilizada foi jogada em igarapé próximo ao local do crime	Óbito – Vítima de Homicídio
070	09.02.12	ACT	Notícia Assinada- Catiane Moura	Polícia civil prende suspeito de ter assassinado haitiano em Manaus (URL)	Segundo informações da especializada, Rafael de Oliveira Lopes, 19, foi notificado a prestar esclarecimento sobre seu suposto envolvimento no homicídio e durante depoimento acabou confessando o crime	Óbito – Vítima de Homicídio
071	10.02.12	ACT	Notícia Não Assinada	CPI do Tráfico de Pessoas do Senado fará Audiência para debater imigração de Haitianos (URL)	Para fugir da miséria em seu país, que se agravou após o terremoto ocorrido em 2010, muitos haitianos vêm entrando no Brasil de forma irregular, conduzidos por " coiotes " - homens que cobram para guiar imigrantes clandestinos pela fronteira entre dois países	Legislativo (Senado) – CPI do Tráfico de Pessoas/Coiotes
072	10.02.12	ACT	Notícia Não Assinada	Governo do Amazonas realiza ações de saúde com imigrantes haitianos (URL)	De acordo com o governo, todos os alojamentos dos imigrantes haitianos em Manaus receberão a série de ações. As datas estão sendo agendada (sic)	Saúde – Doenças diarreicas/Dengue

073	11.02.12	ACT	Notícia Assinada- Síntia Maciel e Milton Oliveira	Mutirão de saúde em Manaus atende mulheres haitianas (URL)	Grupo abrigado no Centro foi submetido a coleta de sangue e testagem rápida de algumas doenças , além de receber orientações sobre atendimento de saúde	Saúde – 50 mulheres/ 16 grávidas
074	11.02.12	ACT	Notícia Assinada- Thiago Gonçalves	Haitianos buscam ingresso no mercado de trabalho em Manaus (URL)	Cerca de 300 imigrantes haitianos receberam carteiras de trabalho. Outros 200 deram entrada ao processo de solicitação do documento, no mutirão da SRTE-AM , na tarde desta quarta-feira (08)	Trabalho – Mutirão SRTE-AM
075	11.02.12	G1	Notícia Não Assinada	Haitianos recebem atendimento médico gratuito em Manaus (URL)	Alguns imigrantes não queriam ser atendidos por não saber da gratuidade. Dados da Polícia Federal indicam que 4 mil haitianos vivem na capital	Saúde – atendimento médico
076	12.02.12	G1	Notícia Não Assinada	' Não se adaptaram ', diz empresário de MT sobre contratação de haitianos (URL)	Dono da empresa vai rescindir contratos de trabalho até dia 16 de fevereiro. Haitianos aguardam desfecho na casa do migrante em Cuiabá	Trabalho – MT
077	13.02.12	ACT	Notícia Não Assinada	Entidade pró-haitianos fará rifa visando nova sede em Manaus (URL)	A presidente da Atham , a haitiana naturalizada brasileira Marie Ketly Franceschi: sorteio marcado para 14 de abril	Sociedade Civil/ Entidades Religiosas – Rifa/ Nova sede
078	13.02.12	ACT	Notícia Não Assinada	Audiência Pública no Senado discutirá imigração de Haitianos no país (URL)	A Audiência busca contribuir com soluções para as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes do Haiti que chegam ao país pelas fronteiras da Região Norte , especialmente no Estado do Amazonas e Acre	Legislativo (Senado) – Audiência Pública
079	13.02.12	ACT	Notícia Não Assinada	FVS/AM inicia vacinação de imigrantes haitianos, em Manaus (URL)	No total, são sete casas de apoio aos haitianos, as quais receberão a série de ações voltadas à melhoria da saúde	Saúde – Vacinação/ Tétano, febre amarela
080	13.02.12	G1	Notícia Não Assinada	Audidores fiscalizam fábrica em MT após contratação de haitianos (URL)	A fiscalização averiguou as condições de trabalho dos haitianos. Haitianos estão no estado desde o dia 18 de janeiro	Trabalho – Fiscalização SRTE/MT
081	13.02.12	G1	Notícia Assinada- Nathalia Passarinho	Governo não vai deportar haitianos que imigraram ilegalmente, diz MJ (URL)	Mais de 300 haitianos chegaram após concessão de visto a 2,4 mil . Segundo Ministério da Justiça, imigrantes poderão ficar no país	Executivo (Federal) – Política Migratória/ Regularização
082	13.02.12	ACT	Notícia Não Assinada	Senador quer que governo federal adote medidas quanto a imigrantes haitianos no AM (URL)	Eduardo Braga também pediu uma solução do governo brasileiro para o impasse em que vivem 343 imigrantes do Haiti que estão na cidade de Tabatinga em situação irregular	Legislativo (Senado) – Audiência Pública
083	14.02.12	ACT	Notícia Assinada- Milton de Oliveira	Haitianas não perdem a esperança em Manaus (URL)	Alojadas na casa de retiro dos Capuchinhos, muitas sonham em concluir os estudos e ser enfermeiras	Integração – Mulheres/Manaus

084	14.02.12	ACT	Notícia Não Assinada	Imigração de Haitianos no país volta à pauta do Senado nesta terça-feira (14) (URL)	A reunião foi solicitada nessa segunda-feira (13), pelo senador Eduardo Braga (PMDB) durante audiência pública para discutir o assunto na Comissão de Relações Exteriores do Senado (CRE)	Legislativo (Senado) – Audiência Pública
085	14.02.12	G1	Notícia Não Assinada	Fundação realiza mobilização de saúde em abrigo haitiano em Manaus (URL)	Durante ação foram realizadas aplicações de vacinas e coleta de água. No local moram cerca de 50 mulheres grávidas ou em período pós-parto .	Saúde – Mulheres/Manaus
086	16.02.12	ACT	Notícia Assinada-Nathália Silveira	Haitianos e amazonenses disputam partida de futebol , em Manaus (URL)	O jogo acontecerá no campo do núcleo 9 da Cidade Nova, Zona Norte, a partir das 16h	Integração – Esporte/Futebol
087	17/02/12	G1	Replicação ‘EFE’	Inundações afetam os haitianos na fronteira entre Peru e Brasil (URL)	Os 274 imigrantes haitianos que se encontram na cidade peruana de Iñapari para tentar atravessar ilegalmente a fronteira com o Brasil estão entre os afetados pelas inundações na região	Entrada/Fronteira – Peru/Brasil
088	18.02.12	ACT	Replicação ‘Agência Brasil’-Débora Zampier	Processo sobre haitianos no Brasil corre em segredo de Justiça (URL)	A alegação da Justiça é de que o processo colocado sob sigilo seja para prevenir perturbações internacionais	Judiciário (Federal) – Processo/ MPF-AC/ Refugiados
089	18.02.12	ACT	Notícia Assinada-Milton de Oliveira	Grupo de haitianos que vive em Manaus vai cair na folia neste carnaval (URL)	Pelo menos 15 imigrantes farão parte da apresentação da Vitória Régia , a penúltima escola a desfilar na madrugada de domingo	Integração – Carnaval/Manaus
090	19.02.12	ACT	Notícia Assinada-Lorena Serrão	Haitiano sonha ser jogador de futebol no Amazonas (URL)	Uma partida entre imigrantes haitianos, ex-jogadores profissionais de times do Haiti, que também são fãs do Flamengo e do R10, foi realizada no domingo, em Manaus	Integração – Esporte/Futebol
091	20.02.12	ACT	Notícia Assinada-Lorena Serrão	Amazonenses vencem haitianos em amistoso (URL)	Um amistoso de futebol para romper as barreiras do preconceito . Foi assim a partida entre haitianos e amazonenses, que aconteceu ontem, no campo do Núcleo 9, Cidade Nova, Zona Norte de Manaus. O evento organizado pelo projeto " Ama Haiti ", teve como objetivo acabar com a ociosidade e levar um pouco de alegria aos haitianos que vivem em Manaus	Integração – Esporte/Futebol
092	24.02.12	G1	Replicação ‘Globo Rural’	Haitianos encontram nova vida nas lavouras do sul de Minas Gerais (URL)	Muitos fugiram do país de nascimento por causa da miséria. Agora eles têm onde morar e um salário fixo , mas sentem falta da família	Trabalho - MG
093	26.02.12	ACT	Notícia Assinada-Leandro Prazeres	Senador Eduardo Braga (PMDB) avalia onda migratória no país (URL)	“O Brasil não pode ficar só olhando o próprio umbigo” – Entrevista	Geopolítica/Economia – Análise do Contexto

094	27.02.12	ACT	Notícia Assinada- Joelma Muniz	Imigração de Haitianos ao AM será debatida pela ALE-AM nesta segunda-feira (27) (URL)	A propositura dos deputados José Ricardo Wendling (PT), Luiz Castro (PPS) e Marcelo Ramos (PSB), visa discutir a situação de aprox.. 4 mil Haitianos que estão no Estado	Legislativo (Estadual) – Debate ALE-AM/ Inércia governamental
095	27.02.12	ACT	Notícia Não Assinada	Haitianos devem receber R\$ 520 mil de verba federal nas próximas horas (URL)	A secretária executiva da Seas afirmou que a verba repassada pelo Governo Federal deverá ser entregue nas próximas horas	Executivo (Federal) – Recursos/ R\$520 mil
096	28.02.12	G1	Notícia Não Assinada	Secretaria de saúde realizará cadastro de haitianos no SUS , no AM (URL)	Cadastros serão realizados em todas as Unidades Básicas de Saúde . Mapa das unidades de saúde foram traduzidos para o créole	Saúde – Cadastro SUS (Secretarias Estadual e Municipal)
097	28.02.12	ACT	Notícia Não Assinada	Saúde da rede municipal de Manaus vai cadastrar haitianos para acesso aos serviços do SUS (URL)	Nesta quarta-feira (29) servidores da Semsa participarão de treinamento, com noções básicas de comunicação em Crioulo , dialeto de quase toda a população do Haiti	Saúde – Cadastro SUS/ Rede Municipal
098	29.02.12	G1	Replicação ‘BBC’	Barrada na fronteira , haitiana agora quer entrar no Brasil com visto (URL)	Linia Pierre Louis chegou à divisa com o Acre , mas teve de voltar; ela junta documentos para obter permissão de viajar a São Paulo	Entrada/Fronteira – Peru-Brasil
099	29.02.12	G1	Replicação ‘BBC’	Após nova regra , Brasil só concede 30% da cota de vistos a haitianos (URL)	Segundo embaixador, há muitos haitianos interessados, mas exigências burocráticas barram maior concessão de permissões	Executivo (Federal) – Visto/Documentação
100	05.03.12	ACT	Notícia Assinada- Joelma Muniz	Audiência Pública discute tráfico de pessoas na ALE-AM (URL)	De acordo com a presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado Federal, que investiga casos de tráfico humano no país, senadora Vanessa Grazziantin (PCdoB), o objetivo da Audiência e verificar casos referentes a atividades de ‘ coiotes ’, no processo de entrada de Haitianos no Estado	Legislativo (Estadual) – Audiência Pública ALE-AM/ Tráfico de pessoas (e de órgãos)
101	06.03.12	ACT	Notícia Não Assinada	CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas discute situação de haitianos no Amazonas (URL)	Políticos e autoridades discutiram nesta segunda-feira, no auditório Berlamino Lins, na Assembleia Legislativa do Amazonas , as nuances do tráfico de pessoas nacionalmente e internacionalmente, além da situação dos imigrantes haitianos no Amazonas	Legislativo (Estadual) – Audiência Pública ALE-AM/ Tráfico de pessoas
102	06.03.12	G1	Notícia Não Assinada	CPI discute imigração ilegal de haitianos para o Brasil, no Amazonas (URL)	Audiência aconteceu na Assembleia Legislativa do Amazonas. Presidente da CPI disse que os haitianos são bem-vindos ao Brasil	Legislativo (Estadual) – Audiência Pública ALE-AM/ Ilegal
103	07.03.12	G1	Notícia Não Assinada	Haitianas apresentam quadro de anemia em fazenda de rosas (URL)	Imigrantes estão trabalhando há 30 dias em Andradas, no Sul de Minas. Das duas mulheres doentes, uma está grávida	Saúde – Anemia/MG
104	13.03.12	G1	Notícia Assinada- Carlos Eduardo Matos	Haitianos em Manaus são recrutados para trabalharem no Sul e Sudeste (URL)	Igreja Católica e SRTE-AM registraram a saída de cerca de 200 haitianos. Maioria seguiu para São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina	Trabalho – Interiorização/SP, MG, PR, SC

105	20.03.12	G1	Replicação 'Globo Rural'	Haitianos reconstróem a vida em usinas de bioenergia de GO (URL)	No Brasil, eles encontraram a chance de começar uma vida nova. Terremoto devastou o país caribenho e muitas pessoas perderam tudo	Trabalho – Interiorização/GO
106	28.03.12	G1	Notícia Assinada-Marcos Dantas	No AM , haitianos fazem passeata para sensibilizar Governo Federal (URL)	Imigrantes querem a concessão do visto de permanência no Brasil. Resolução proíbe entrada dos estrangeiros sem visto de permanência	Entrada/Fronteira – passeata Tabatinga/AM
107	29.03.12	G1	Replicação 'BBC'	Barrados há 77 dias , haitianos dormem em praça no Peru à espera de decisão do Brasil (URL)	Mais de 200 profissionais qualificados estão em cidade da Amazônia peruana à espera de abertura da fronteira com o Acre	Entrada/Fronteira – Peru-Brasil/Res. CNig
108	29.03.12	G1	Replicação 'BBC'	Haitianos esperam para entrar no Brasil (URL)	Grupo dorme em praça há dois meses na fronteira com o Peru	Entrada/Fronteira – Peru-Brasil/Res. CNig
109	30.03.12	G1	Replicação 'BBC'	Procuradora cobra no Senado solução para haitianos presos na fronteira (URL)	Grupo de 273 pessoas começou a viagem até o Brasil antes de medida que exige visto para a entrada de haitianos no país	Judiciário (Federal) – MPF/ Procuradoria dos Direitos dos Cidadãos
110	31.03.12	G1	Replicação 'EFE'	Grupo de haitianos ainda segue na fronteira entre Peru e Brasil (URL)	Um grupo de 274 haitianos que sobreviveram ao terremoto que devastou seu país em 2010 e aos caudalosos rios amazônicos no Peru segue na fronteira c/ o Brasil, fechada às suas aspirações de encontrar um lugar melhor para viver	Entrada/Fronteira – Peru-Brasil/Res. CNig
111	03.04.12	G1	Notícia Não Assinada	Haitianos refugiados que trabalham em Cascavel aprendem português (URL)	Aproximadamente 40 refugiados do Haiti estão fazendo o curso. Eles trabalham em obra de faculdade e hospital, em Cascavel , oeste do PR	Educação – Curso de Língua Portuguesa/PR
112	04.04.12	G1	Replicação 'BBC'	Haitianos aguardam confirmação sobre permissão de entrada no Brasil (URL)	Grupo de 245 haitianos aguarda entrada no país um dia após secretário nacional de Justiça afirmar que o governo os acolherá	Entrada/Fronteira – Peru-Brasil/Res. CNig
113	06.04.12	G1	Replicação 'BBC'	Secretário de Justiça diz que haitianos no Peru já podem entrar no Brasil, mas grupo é barrado (URL)	Informado pela reportagem da BBC Brasil sobre autorização, grupo não conseguiu cruzar fronteira	Entrada/Fronteira – Peru-Brasil/Res. CNig
114	06.04.12	ACT	Replicação - Agência Brasil/Lourenço Canuto	Haitianos que estão no Peru vão entrar no Brasil em grupos a partir da próxima semana (URL)	Mais 363 haitianos que estão em situação irregular em Tabatinga , no Amazonas, ainda vão receber visto para procurar trabalho em outras regiões, informou o Ministério da Justiça	Entrada/Fronteira – Peru-Brasil/Tabatinga/Res. CNig
115	07.04.12	G1	Notícia Não Assinada	Governo diz que vai regularizar mais 363 haitianos que vivem no AM (URL)	Números são de imigrantes que vivem no município de Tabatinga. Decisão alcança pessoas em trânsito ou fora da abrangência de resolução	Entrada/Fronteira – Tabatinga/ Res. CNig
116	10.04.12	G1	Replicação 'BBC'	Imigrantes haitianos entram no Brasil após três meses de espera (URL)	Grupo de 245 pessoas começa a entrar no Brasil a partir desta terça-feira; expectativa é que todos sejam contratados por empresas do sul e sudeste	Entrada/Fronteira – Peru-Brasil/Res. CNig

117	18.04.12	G1	Notícia Não Assinada	Após terem papéis retidos no RS , haitianos ganham novos empregos (URL)	Empresária de Osório é investigada por se aproveitar dos imigrantes . Após denúncias , haitianos foram levados para outra empresa em Gravatá	Trabalho – Retenção de documentos (ilegal)/ Osório- RS
118	21.04.12	ACT	Notícia Não Assinada	Grupo com mais de 120 haitianos chega a Manaus neste sábado (21) (URL)	Os haitianos foram submetidos a um cadastro de controle e serão divididos entre a Paróquia de São Geraldo e abrigo espalhados pela cidade	Chegada/Manaus – De Tabatinga (126)
119	22.04.12	ACT	Notícia Assinada- Thiago Gonçalves	Haitianos farão musical inédito neste domingo em Manaus (URL)	Além de apresentação musical imigrantes vão comercializar comidas típicas do Haiti, no Ginásio da Paróquia de São Geraldo, na Zona Centro-Sul de Manaus	Integração –Música (grupo Degonn) / Culinária
120	23.04.12	ACT	Notícia Assinada- Thiago Gonçalves	Haitianos animam noite de domingo com evento inédito em Manaus (URL)	No início da apresentação, boa parte do público de imigrantes permaneceu fora do local do evento, já que não conseguiu comprar ingresso no valor de R\$ 5. Após o primeiro show a entrada foi liberada e todos puderam comemorar juntos	Integração –Música (grupo Degonn) / Culinária/ 18 maio (dia da bandeira do Haiti)
121	24.04.12	ACT	Notícia Assinada- Piero Caique	Grupo de 60 haitianos é expulso de igreja pentecostal na Zona Oeste de Manaus (URL)	A afirmação partiu do representante da Associação dos Trabalhadores Haitianos do Amazonas (ATHAM) , Nestor Nascimento	Condição de Vida – Manaus
122	25.04.12	G1	Notícia Não Assinada	Haitianos buscam reerguer o país de origem estudando na UFSCar (URL)	Jovens aprenderam português e entraram em cursos em São Carlos, SP . Terremoto devastou o Haiti e matou milhares de pessoas em 2010	Educação – Educação superior/UFSCar
123	06.06.12	G1	Notícia Assinada- Flaviane Azambuja	Mais de 800 haitianos moram e trabalham em Porto Velho (URL)	Imigrantes deixaram o Haiti após o terremoto que devastou aquele país. Estrangeiros chegam pelo Acre e recebem visto de permanência no Brasil	Trabalho – Interiorização/RO
124	14.06.12	ACT	Notícia Assinada- Cimone Barros	Trabalhadores estrangeiros 'invadem' mercado de trabalho no Amazonas (URL)	No primeiro trimestre deste ano, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) concedeu 1.264 autorizações de trabalho para profissionais estrangeiros	Trabalho – MTE-AM/ Autorizações (1.264)
125	16.06.12	G1	Notícia Assinada- Carlos Eduardo Matos	Haitianos deixam o Amazonas em busca de emprego pelo Brasil (URL)	Esta semana, cerca de 100 imigrantes seguiram para Rio Grande do Sul . Cerca de 2,2 mil haitianos trabalham em Manaus , em vários setores	Trabalho – Interiorização/RS
126	21.06.12	G1	Replicação 'BBC'	Novas regras não impedem vinda ao Brasil de haitianos sem vistos (URL)	Cerca de 150 imigrantes aguardam no Peru por permissão para entrar no país; 'a comida acabou' , diz porta-voz do grupo	Entrada/Fronteira – Peru/Brasil
127	21.06.12	ACT	Replicação 'Agência Brasil'	Ajuda a haitianos chegou ao limite , afirma secretário de Justiça do Acre (URL)	Após desembolsar R\$ 2 milhões em ajuda humanitária , Estado não tem estrutura para receber mais 180 haitianos, que se encontram em terras peruanas, e se preparam para entrar no Acre	Executivo (Estadual) – Acre/ Limite orçamentário

128	16.07.12	G1	Notícia Não Assinada	Haitianos sofrem com o frio do RS e ganham agasalhos de colegas (URL)	Estrangeiros que vivem no estado estranham clima diferente ao do Haiti. Funcionários presentearam estrangeiros com roupas e cobertores	Integração – Inverno/RS
129	08.08.12	G1	Notícia Não Assinada	Refugiados haitianos trabalham na reforma do Mineirão em BH (URL)	Doze estrangeiros dão reforço animado e importante para Copa . Obras no estádio devem terminar em dez. deste ano	Trabalho – Interiorização/MG
130	10.08.12	ACT	Notícia Não Assinada	Migração haitiana na Amazônia é tema de seminário , em Manaus (URL)	Entre alguns assuntos a serem abordados estão o perfil dos migrantes; a política migratória do Brasil contemporâneo; as ações políticas e sociais em respeito ao movimento migratório [de] haitianos, entre outros	Perfil – Ufam/Grupo Gema/Outros temas
131	13.08.12	ACT	Replicação ‘Agência Brasil’/ Marcos Chagas	Haitianos em Brasileia usam nova rota de imigração ilegal para o Brasil (URL)	Os haitianos também costumam entrar no Brasil por Tabatinga , no Amazonas. O município faz fronteira com a Colômbia	Entrada/Fronteira – Rotas Acre/ Amazonas
132	21.08.12	G1	Notícia Não Assinada	Haitiano é preso usando documento falso em Mato Grosso do Sul (URL)	Homem tinha ainda U\$ 4,9 mil e R\$ 900 escondidos embaixo da roupa. Suspeito confessou ter comprado o documento na Bolívia	Judiciário (Crime) – Uso de Documento falso/MS
133	26.08.12	G1	Notícia Assinada- Adneison Severiano	Pastoral estima que 1.800 haitianos estejam refugiados em Manaus (URL)	Neste ano cerca de 1.900 haitianos migraram para Região Sul do Brasil . Mulheres sofrem com maior dificuldade para conseguir empregos formais	Condição de vida – Manaus
134	28.08.12	ACT	Replicação ‘Agência Brasil’- Carolina Sarres	Cresce o número de haitianos autorizados a trabalhar no Brasil (URL)	O Acre e o Amazonas são a porta de entrada de haitianos no Brasil. Em 2012, mais de 1,3 mil entraram pelo Amazonas e 930 pelo Acre	Trabalho – Autorização/ Formal
135	29.08.12	ACT	Notícia Não Assinada	Cinquenta pedidos de refúgio foram registrados no AM em 2012 (URL)	Até dezembro de 2011, segundo o Conare , os refugiados no Brasil totalizavam 4.477 pessoas , dos quais 4.053 reconhecidos por vias tradicionais de elegibilidade e 424 reconhecidos pelo Programa de Reassentamento	Geopolítica/Economia – pedidos de refúgio é diferente da situação jurídica de haitianos
136	14.09.12	ACT	Replicação ‘Agência Brasil’- Marcos Chagas	Haitianos ameaçam manter representante do governo do Acre sob cárcere privado (URL)	Os imigrantes condicionam o cárcere do representante do governo à exigência para que Polícia Federal emita até dia 17 o visto de entrada deles no país	Entrada/Fronteira – Acre/Brasileia
137	17.09.12	G1	Replicação ‘EFE’	Deputada diz que fluxo de haitianos ilegais segue intenso no Brasil (URL)	As redes de tráfico de pessoas que se aproveitam da situação de pobreza do Haiti para levar cidadãos desse país ao Brasil continuam operando intensamente na fronteira com o Peru, denunciou nesta segunda-feira Perpétua Almeida, presidente da Comissão das Relações Exteriores do Congresso brasileiro	Entrada/Fronteira – Redes de Tráfico de Pessoas/ Peru-Brasil/Brasileia
138	18.09.12	G1	Replicação ‘Jornal Nacional’	Imigrantes haitianos voltam a entrar ilegalmente no Brasil (URL)	Agora, pela fronteira com a Bolívia . Ao todo, 216 haitianos ocupam abrigos temporários em Brasileia	Entrada/Fronteira – Bolívia-Brasil

139	19.09.12	ACT	Replicação 'Agência Brasil'- Marcos Chagas	Haitianos devem receber até sexta-feira protocolos para obter documentos no Brasil (URL)	O protocolo autoriza o imigrante haitiano a conseguir os documentos por prazo inicial de 180 dias , que pode ser prorrogado	Executivo (Federal) – Visto/Documentação
140	28.09.12	G1	Notícia Não Assinada	Oficina discute situação dos haitianos no mercado de trabalho no AM (URL)	Evento discute situação de refugiados no mercado de trabalho no Brasil. Oficina já aconteceu em São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro	Trabalho – Oficina TEM-AM/dificuldades e soluções
141	09.10.12	G1	Notícia Não Assinada	Usinas do Rio Madeira têm 100 haitianos contratados , em Porto Velho (URL)	Capacitação profissional é o mais importante nesta parceira, diz diretor. Haitianos se dizem satisfeitos com o trabalho	Trabalho – Interiorização/RO (Jirau e Sto. Antônio)
142	10.10.12	G1	Notícia Não Assinada	Haitianos se envolvem em confusão por salário atrasado em Porto Velho (URL)	Na briga , duas pessoas foram atingidas por disparos de arma de fogo . Trabalhadores contam que empresa não pagou o salário como combinado	Trabalho – Salário atrasado/briga/detenção
143	18.10.12	ACT	Notícia Não Assinada	Autorização de trabalho para estrangeiro crecem 5% em nove meses de 2012 (URL)	De janeiro a outubro o MTE concedeu 55.009 autorizações. Vistos para especialistas, técnicos e humanitários a haitianos contribuíram mais para esse crescimento	Trabalho – MTE/ Autorizações
144	19.10.12	G1	Notícia Assinada- Ivanete Damasceno e Larissa Matarésio	Grávida , haitiana sonha que filho seja jogador de futebol no Brasil (URL)	Imigrantes esperam que bebês tenham futuro melhor no Brasil. Segundo governo, 35 filhos de haitianos nasceram em Porto Velho	Integração – Filhos nascidos no Brasil/ brasileiros/RO
145	26.10.12	ACT	Replicação 'Agência Brasil'- Marcos Chagas	Chega ao caos a situação de ajuda humanitária a haitianos no Acre , diz secretário (URL)	Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Acre disse que não tem como o governo acreano bancar mais alimentação e abrigo aos haitianos que entram em Brasileira por Cobija, na Bolívia	Entrada/Fronteira – Bolívia-Brasil/ Brasileira
146	26.11.12	G1	Notícia Não Assinada	Ministério aumenta repass e para atendimento de haitianos no AM (URL)	Estado vai receber R\$ 540 mil em duas parcelas . Dinheiro será destinado a oferta de abrigos e alimentação dos imigrantes	Executivo (Federal) – Recursos/R\$540 mil/ AM/ R\$340 mil/AC
147	11.12.12	G1	Notícia Não Assinada	MP investiga caso dos haitianos demitidos em Igrejinha, RS (URL)	Estrangeiros reclamam que estão sendo submetidos a trabalho escravo . Nenhuma irregularidade na empresa foi encontrada em auditoria do MPT	Trabalho – MPT-RS/ Trabalho escravo/ não achou irregularidades
148	12.12.12	G1	Notícia Não Assinada	Haitianos demitidos em Igrejinha, RS , vão receber alojamento e alimentação (URL)	Acordo foi firmado com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos . Outra empresa já demonstrou interesse em contratar grupo de imigrantes	Trabalho – 44 demitidos/ RS
149	14.12.12	G1	Replicação 'Globo News'	Visto a haitianos pode ser liberado por medo de atravessadores (URL)	Segundo editor Carlos Monforte, os 1.200 vistos de 2013 já foram concedidos . Imigrantes trabalhariam nas obras do PAC	Entrada/Fronteira – Vistos/Alta demanda
150	20.12.12	G1	Notícia Não Assinada	Ministério do Trabalho lança guia de trabalho para haitianos (URL)	Publicação traz orientações sobre o que é preciso para trabalhar no Brasil . De acordo com a Polícia Federal , há 8 mil haitianos no país	Trabalho – MPT/Guia

D2: Migração Venezuelana (2017)

Categorias Temáticas: Entrada/Fronteira, Chegada/Manaus, Condição de Vida, Perfil, Trabalho, Saúde, Educação, Ilícito, Integração, Executivo, Legislativo, Judiciário, Sociedade Civil/Entidades Religiosas, Xenofobia, Óbito, Geopolítica/Economia.

Ord.	Data	Portal	Classificação	Título (URL)	Subtítulo	Categoria Temática
001	06.01.17	ACT	Replicação 'Agência Brasil'-Heloiza Cristaldo e Débora Brito	Fronteira entre Brasil e Venezuela é reaberta após decisão de Maduro (URL)	A partir de agora, o trânsito de pessoas, automóveis e mercadorias volta a ser normalizado, inclusive para saída de cidadãos venezuelanos	Entrada/Fronteira – Reabertura/ Pacaraima
002	11.01.17	ACT	Notícia Assinada-Luana Carvalho	Vendedores denunciam ter sido agredidos por fiscais da Prefeitura de Manaus (URL)	Com hematomas nos braços e pernas, eles disseram que foram agredidos e acusados de desacato. Só foram liberados após pagarem fiança de R\$ 900	Trabalho – Informal/ Manaus
003	08.02.17	ACT	Notícia Assinada-Rafael Seixas	" Vimos para Manaus para comer ", diz índia venezuelana que vive na Rodoviária (URL)	Grupo de 20 índios Warao está abrigado na Rodoviária de Manaus há pouco mais de uma semana. Eles vieram à cidade para fugir da grave crise que passa a Venezuela, com escassez de alimentos e medicamentos	Chegada/Manaus – Rodoviária
004	08.02.17	ACT	Notícia Não Assinada	Solidariedade faz toda a diferença (URL)	-----	Sociedade Civil/Entidades Religiosas – “Mais Amor. por favor”
005	17.02.17	G1	Notícia Assinada-Marcelo Marques	Venezuelanas grávidas se passam por clientes e furtam farmácia em Roraima (URL)	Mulheres de 24 e 28 anos foram flagradas por funcionários nesta sexta (17). Elas planejavam os crimes e são suspeitas de outros furtos , diz delegado	Ilícito – Autor (acusado)/ Furto
006	18.02.17	AMZ	Notícia Não Assinada	Roraima espera maior migração de venezuelanos este ano (URL)	Em busca de uma melhor qualidade de vida e fugindo das crises política e econômica no país, milhares de venezuelanos estão migrando para o Brasil. De 2015 para 2016, o número de pedidos de refúgios de venezuelanos ao Brasil cresceu 3.000% [...]	Refúgio/Acolhimento – Roraima
007	26.02.17	ACT	Notícia Assinada-Laynna Feitoza	Caprichando nas fantasias, família de venezuelanos curte a festa no Sambódromo (URL)	Dançarino do Balé Folclórico trouxe família para Manaus por conta da crise venezuelana e todos mostram samba no pé	Integração – Carnaval/Manaus
008	10.03.17	ACT	Notícia Não Assinada	Movimento ' Atos de Misericórdia ' realiza ação em prol dos indígenas e venezuelanos (URL)	O grupo “Por Amor” vai oferecer refeições noturnas, doações de roupas e produtos de higiene pessoal na noite de hoje (10) na Rodoviária de Manaus	Sociedade Civil/Entidades Religiosas

009	11.03.17	ACT	Notícia Assinada- Isabelle Valois	Conselheiros tutelares tentam recolher crianças indígenas da rodoviária (URL)	Durante a vistoria, uma equipe da Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos (Semmasdh) , se fez presente e foi totalmente contra a ação dos conselheiros	Executivo (Municipal) – tratamento em abrigos
010	13.03.17	ACT	Notícia Assinada- Isabelle Valois	Ação iniciada por conselheiros tutelares busca alternativa para retirar crianças da rodoviária (URL)	A promotora informou ao conselheiro tutelar da Zona Centro-Sul, Marcelo Medeiros, responsável pela ação, que irá convocar as secretarias municipais e estaduais que atuem para uma reunião nesta semana, para buscar soluções	Judiciário (Estadual) – Promotoria de Justiça do Juizado da Infância e da Juventude
011	13.03.17	ACT	Notícia Assinada- Paulo André Nunes	Órgãos pedem apoio da PF e MP para ajudar famílias venezuelanas em Manaus (URL)	Em toda a cidade, de acordo com dados da Secretaria Municipal de Assistência Social há cerca de 120 famílias venezuelanas , a maioria em situação de mendicância	Condição de Vida – Manaus/ situação de mendicância
012	16.03.17	ACT	Notícia Não Assinada	MPF instaura inquérito para acompanhar medidas de apoio a índios venezuelanos (URL)	Índigenas da etnia Warao estão acampados na rodoviária da capital amazonense há semanas, fugindo da crise econômica do país de origem	Judiciário (Federal) – MPF/ Inquérito/ ações apoio aos <i>Warao</i>
013	26.03.17	ACT	Replicação 'Agência Brasil'- Bianca Paiva	Índigenas venezuelanos em Manaus voltarão a seu país de origem em abril (URL)	No início de fevereiro, 117 imigrantes, entre indígenas e não indígenas, chegaram a Manaus fugindo da crise política e econômica na nação vizinha	Executivo (Estadual/ Municipal) – ônibus para Pacaraima
014	27.03.17	AMZ	Replicação 'Agência Brasil'	Índigenas venezuelanos em Manaus voltarão a seu país de origem em abril (URL)	Está marcado para este domingo (2) o retorno de 88 indígenas da etnia Warao para a Venezuela . No início de fevereiro, 117 imigrantes , entre indígenas e não indígenas, chegaram a Manaus fugindo da crise política e econômica na nação vizinha.	Executivo (Estadual/ Municipal) – ônibus para Pacaraima
015	04.04.17	ACT	Notícia Assinada- Paulo André Nunes	Irmãos venezuelanos improvisam um salão de corte de cabelo de frente para o rio Negro (URL)	Ambos fugiram da crise em seu país natal para tentar a sorte com suas famílias em Manaus; no local, improvisado, o corte de cabelo custa R\$ 5, bem menos que a média normal que oscila entre R\$ 10 a R\$ 20 em salões populares	Trabalho – Informal/ Corte de cabelo
016	04.04.17	ACT	Notícia Assinada- Isabelle Valois	Índigenas venezuelanos que vivem em Manaus seguem sem previsão de retorno (URL)	Sejusc espera resposta da Presidência da República para o transporte dos imigrantes a suas terras de origem	Judiciário (Federal) – MPF Suspensão do retorno/ sem garantias
017	12.04.17	ACT	Notícia Assinada- Amanda Guimarães	Índigenas venezuelanos ocupam Centro de Manaus em busca de renda (URL)	Os grupos de venezuelanos continuam espalhados na Rodoviária, Petrópolis e Cidade Nova , mas se encaminham ao Centro da cidade para pedir dinheiro ou trabalhar	Condição de Vida – Manaus/ Pedintes/ Trabalho informal
018	12.04.17	ACT	Notícia Não Assinada	Exposição gratuita em bar vai arrecadar donativos para famílias venezuelanas (URL)	A ação será realizada por meio do projeto "Arte e Solidariedade" , na Confraria do Cipriano, na próxima quinta-feira (13), a partir das 19h	Sociedade Civil/ Entidades Religiosas – Projeto solidário
019	13.04.17	AMZ	Notícia Não Assinada	Roraima continuará oferecendo abrigo a venezuelanos (URL)	Termina neste sábado (15) o prazo de funcionamento do Gabinete Integrado de Gestão Migratória, criado para dar	Entrada/Fronteira – Roraima//Abrigos

					apoio aos venezuelanos refugiado em Roraima, conforme previsto no decreto n° 21.871-E . Mas, segundo o governo do estado, o centro vai continuar oferecendo apoio e abrigo aos venezuelanos no estado 'por tempo indeterminado'.	
020	18.04.17	AMZ	Notícia Não Assinada	Morando nas ruas, índios venezuelanos contam com ajuda de manauaras (URL)	Cerca de 40 indígenas venezuelanos , entre crianças e adultos, estão vivendo há mais de um mês debaixo de um viaduto na Avenida Constantino Nery , ao lado da estação rodoviária municipal. Um grupo da etnia Warao recebeu a equipe de reportagem do Portal Amazônia e falou sobre a situação que os fizeram abandonar a Venezuela	Condição de Vida – “Dia do Índio” / Solidariedade
021	18.04.17	AMZ	Notícia Não Assinada	Migração venezuelana ao Brasil quintuplicou em 2016, diz ONG (URL)	O número de venezuelanos que ingressaram e permaneceram no Brasil deve aumentou mais de cinco vezes entre 2014 e o ano passado. Esta foi a conclusão de um relatório divulgado nesta terça-feira (18) pela ONG Human Rights Watch (HRW)	Geopolítica/Economia – Crise humanitária/ Venezuela
022	20.04.17	AMZ	Notícia Não Assinada	Adaptação: Escolas municipais de Boa Vista mudam rotina para atender alunos venezuelanos (URL)	Professores, diretores, coordenadores e alunos de 53 escolas municipais de Boa Vista tiveram que mudar a rotina com o início do ano letivo de 2017 para receber 408 alunos venezuelanos matriculados na rede pública. Na escola municipal Jânio da Silva Quadros , no bairro Tancredo Neves, zona Oeste da capital, a recepção e o cardápio foram traduzidos para o espanhol	Educação – Escola municipal/ Boa Vista/ Adaptação/ 20 alunos venezuelanos
023	04.05.17	G1	Replicação ‘Jornal Nacional’	PF prende suspeitos de exploração sexual de venezuelanas em Roraima (URL)	Bairro residencial de Boa Vista se transformou em área de prostituição. PF constatou que elas estão sendo aliciadas com a promessa de dinheiro	Judiciário – Crime de exploração sexual/ vítimas/RR
024	08.05.17	AMZ	Notícia Não Assinada	Manaus quer ajuda federal para lidar com migração de venezuelanos (URL)	A prefeitura de Manaus vai comunicar o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário ainda nesta segunda-feira (8) sobre o decreto municipal de emergência social devido ao intenso processo migratório de venezuelanos na cidade e espera receber ajuda federal.	Executivo (Municipal/ Federal) – Decreto de emergência/ mendicância/ doenças
025	09.05.17	ACT	Notícia Não Assinada	Indígenas Venezuelanos (URL)	A dignidade humana e os tratados sobre refugiados aos quais o Brasil colocou sua assinatura não podem mais permitir que os indígenas venezuelanos sigam sobrevivendo em condições desumanas no gramado da Rodoviária de Manaus	Condição de vida – Manaus/ Rodoviária/ Status de refugiados / tráfico de pessoas
026	09.05.17	ACT	Notícia Assinada- Antônio Paulo	Itamaraty fará diagnóstico sobre índigenas venezuelanos que vivem em Manaus (URL)	Ministério das Relações Exteriores levantará situação de índios venezuelanos que estão acampados próximo à rodoviária de Manaus	Executivo (Municipal/ Federal) – decreto/ MRE/diagnóstico

027	10.05.17	ACT	Notícia Assinada- Rafael Seixas	Casos de tuberculose são registrados em crianças indígenas venezuelanas , em Manaus (URL)	Um menino de 4 anos e um bebê recém-nascido foram diagnosticados nesta terça-feira (09) com a doença. A priori, os pais dos menores foram relutantes quanto ao tratamento	Saúde – Tuberculose / duas crianças indígenas venezuelanas
028	11.05.17	ACT	Notícia Não Assinada	MPF/AM recomenda medidas sobre imigrantes venezuelanos em Manaus (URL)	Documento pede que órgãos prestem ações coordenadas de assistência humanitária aos estrangeiros , que atualmente vivem em condições precárias em vários pontos da capital	Judiciário (Federal) – MPF-AM/ Medidas de ação humanitária
029	12.05.17	ACT	Notícia Não Assinada	Governo do Amazonas vai liberar recursos para ajudar venezuelanos, em Manaus (URL)	Por conta da crise econômica que afeta da Venezuela vários índios deixaram o país. Mais de 400 venezuelanos estão na capital amazonense	Executivo (Estadual) – Recursos/R\$300 mil
030	12.05.17	AMZ	Notícia Não Assinada	Governo do Amazonas vai liberar recursos para ajudar venezuelanos (URL)	O governador David Almeida anunciou, nessa sexta-feira (12) que o Governo do Amazonas vai liberar recursos da ordem de R\$ 300 mil para ajudar a minimizar os problemas enfrentados pelos imigrantes venezuelanos recém chegados à Manaus	Executivo (Estadual) – Recursos/R\$300 mil
031	14.05.17	ACT	Notícia Assinada- Silane Souza	Mães venezuelanas recebem homenagens e doações , em Manaus (URL)	As ações foram promovidas por voluntários da Igreja Adventista do 7º Dia , no entorno da Rodoviária, Zona Centro-Sul	Sociedade Civil/ Entidades Religiosas – Igreja Adventista
032	15.05.17	ACT	Notícia Assinada- Vinícius Leal	Bebê venezuelana de 11 meses morre de pneumonia em hospital de Manaus (URL)	A criança, indígena e do sexo feminino, faleceu na madrugada de domingo (14). Ela estava internada no Hospital e Pronto-Socorro Platão Araújo	Óbito – Pneumonia/ Criança de 11 meses
033	15.05.17	ACT	Notícia Assinada- Amanda Guimarães	Pais de bebê venezuelana querem voltar para sua terra natal após morte da criança (URL)	A criança, indígena e do sexo feminino, morreu em decorrência de pneumonia na madrugada de domingo (14). Ela estava internada no Hospital e Pronto-Socorro Platão Araújo	Óbito – Pneumonia/ Criança de 11 meses
034	15.05.17	ACT	Notícia Não Assinada	MPF requisita plano emergencial de saúde após nova morte de criança indígena Warao (URL)	Órgãos municipais, estaduais e federais devem responder à requisição do MPF em até 48 horas; mais de 400 indígenas venezuelanos Warao estão em Manaus, em situação de vulnerabilidade social	Judiciário (Federal) – MPF/ Requisição a órgãos públicos / Saúde
035	16.05.17	ACT	Notícia Não Assinada	Venezuelanos no Brasil: solidariedade não tem hora (URL)	Pela primeira vez desde que a crise na Venezuela começou a ter consequências no Brasil , especialmente nos Estados de Roraima e Amazonas , o governo brasileiro se manifestou a respeito de um plano emergencial para acolhimento dos refugiados que estão ingressando no Brasil [...]	Executivo (Federal/ Estadual/ Municipal) – plano de ação emergencial

036	16.05.17	AMZ	Notícia Não Assinada	MPF requisita plano emergencial de saúde após nova morte de criança venezuelana (URL)	O Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) requisitou de secretarias municipais, estaduais, da Fundação Estadual do Índio (FEI), da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Distrito Sanitário de Saúde Indígena (Dsei) de Manaus informações sobre plano emergencial integrado entre os diversos órgãos públicos para atendimento à saúde dos indígenas venezuelanos Warao, em Manaus [...]	Judiciário (Federal) – MPF/ Requisição a órgãos públicos / Saúde
037	16.05.17	ACT	Notícia Assinada- Amanda Guimarães	Governo do AM vai usar prédio como abrigo e repassar R\$ 205 mil para ajudar venezuelanos (URL)	Verba será cedida para custeio de alimentação , segundo o governador David Almeida. Antiga sede do Projeto Cidadão vai receber os imigrantes	Executivo (Estadual) – Recursos/R\$205 mil/ Abrigamento
038	17.05.17	ACT	Notícia Assinada- Amanda Guimarães	Governo e Prefeitura estudam frear entrada de venezuelanos no Amazonas (URL)	Governador afirmou que existem diálogos com a PF para tentar controlar a chegada dos imigrantes , e prefeito já citou possibilidade de barreira em Roraima	Entrada/Fronteira – Controle/ Barreira/ PF
039	17.05.17	ACT	Replicação 'EFE'	EUA defendem na ONU a restauração da democracia na Venezuela (URL)	A pedido dos EUA, o Conselho de Segurança da ONU abordará hoje, em um encontro a portas fechadas, a situação na Venezuela pela primeira vez desde o início da crise	Geopolítica/Economia – Questão regional/ América do Sul
040	24.05.17	ACT	Notícia Não Assinada	Criança venezuelana é internada em estado grave com pneumonia em Manaus (URL)	Menino da etnia Warao teria sido levado ao hospital mesmo com a resistência dos pais, que acreditam em outros métodos de cura	Saúde – Pneumonia/ Criança/Warao
041	25.05.17	ACT	Notícia Não Assinada	Tratamento de indígenas venezuelanos será acompanhado por lideranças xamânicas (URL)	Indígenas que vivem em Manaus estavam resistindo ao tratamento médico tradicional por motivos religiosos , pois acreditam na cura por meio de seus rituais	Saúde – Projeto Consultório na Rua/ Sema/ Warao
042	28.05.17	AMZ	Notícia Não Assinada	Alojamento que receberá indígenas venezuelanos em Manaus segue em reforma (URL)	Um prédio no bairro Coroado, na Zona Leste de Manaus, que abrigará os indígenas venezuelanos da etnia Warao, continua em obras. A recuperação do alojamento já dura dez dias e o prazo para realocação dos imigrantes termina nesta segunda-feira (29). O local tem cinco salas, banheiros e um espaço para 180 redes	Condição de vida – Manaus/ Alojamento em reforma/Warao
043	28.05.17	ACT	Notícia Não Assinada	Venezuelanos com crianças de colo serão os primeiros transferidos para abrigo (URL)	Os critérios foram definidos pela Sejusc, que atua nas ações de atendimento às famílias que estão na rodoviária e no centro de Manaus	Condição de vida – Manaus/ Moradia/ Prioridades
044	29.05.17	AMZ	Notícia Não Assinada	Famílias venezuelanas com crianças de colo serão primeiras a ir para abrigo em Manaus (URL)	Famílias venezuelanas com crianças de colo são prioridade na transferência para o abrigo no bairro Coroado, zona leste de Manaus. Os critérios foram definidos pela Secretaria de Estado de Justiça Direitos Humanos e Cidadania (Sejusc)	Condição de vida – Manaus/ Moradia/ Prioridades
045	29.05.17	ACT	Notícia Não Assinada	MPF/AM apresenta parecer antropológico sobre indígenas Warao em Manaus (URL)	Em coletiva de imprensa, órgão informou que secretarias de Estado e do Município se comprometeram a garantir abrigo e alimentação urgente para 300 indígenas	Perfil – MPF-AM/ Parecer antropológico

046	01.06.17	ACT	Notícia Assinada- Isabelle Valois	Pentecostes 2017 estima atrair 100 mil fiéis neste domingo, em Manaus (URL)	Com o tema 'Vem Espírito Santo, com Maria, Cuidar da Amazônia!', evento acontece no Sambódromo, Flores, na Zona Centro-Oeste	Sociedade Civil/ Entidades Religiosas – Apoio Igreja Católica
047	01.06.17	ACT	Notícia Assinada- Rafael Seixas	Índios venezuelanos são levados para abrigo no Coroado, na Zona Leste de Manaus (URL)	Os 297 indígenas da etnia Warao , que estavam na rodoviária, foram levados para um abrigo do Serviço de Acolhimento Institucional de Adultos e Famílias	Condição de vida – Manaus/ Moradia/ 297 indígenas/ Mudança
048	01.06.17	ACT	Notícia Assinada- Isabelle Valois	Cacique venezuelano da etnia warao teme conflito entre indígenas em abrigo (URL)	Anibal Perez explicou que na cultura deles, cada família vive em um barraco , igual como faziam no entorno da Rodoviária de Manaus	Condição de vida – Manaus/ Moradia/ 297 indígenas/ Mudança
049	02.06.17	ACT	Notícia Assinada- Isabelle Valois	Grupo de estudos discute sobre imigração de venezuelanos em Manaus (URL)	A mesa redonda 'Venezuelanos no Amazonas: Desafios às Políticas Públicas' reuniu especialistas na manhã desta sexta-feira	Políticas Públicas – Ufam/Grupo de estudos/situação atual
050	07.06.17	ACT	Notícia Assinada- Silane Souza	Indígenas venezuelanos pedem matéria-prima para confecção de artesanato (URL)	Objetivo das famílias é produzir as peças para comercialização e poder se sustentar, sem precisar pedir dinheiro nas ruas da cidade	Trabalho – Artesanato/ Fonte de renda
051	14.06.17	ACT	Notícia Assinada- Paulo André Nunes	Venezuelanos abrigados em Manaus planejam criar associação (URL)	Indígenas, que estão em abrigo da Zona Leste de Manaus, querem produzir produtos para vender	Trabalho – Artesanato/ Fonte de renda
052	14.06.17	ACT	Notícia Assinada- Luana Gomes	Encontro discute alternativas para atender indígenas venezuelanos em Manaus (URL)	Atualmente, 520 índios estão sendo acompanhados pela Gerência de Migração, Refúgio, Enfrentamento ao tráfico de pessoas e Trabalho Escravo da Sejusc	Executivo (Estadual) – Sejusc/ Alternativas de trabalho e renda
053	20.06.17	ACT	Replicação 'Rádio Nacional'- Maira Heinen	Pedidos de refúgio de venezuelanos no Brasil quadruplicam em dois anos (URL)	O refúgio é uma proteção legal que o Brasil oferece a cidadãos que estejam sofrendo perseguição no próprio país por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas	Refúgio/Acolhimento – dia mundial do refugiado/ 829 (2015) e 3.971 (maio/2017)
054	01.07.17	ACT	Notícia Não Assinada	MPF/AM e Ufam promovem seminário sobre povos indígenas e políticas públicas (URL)	A programação conta com a realização de quatro mesas de debate, para discutir temas como a presença dos povos indígenas na cidade e ausência de políticas públicas específicas	Políticas Públicas – Ufam-Nepta/MPF-AM (inquérito civil mar/17)
055	06.07.17	ACT	Notícia Não Assinada	Ministro da Justiça e presidente da Funai vêm ao Norte ouvir lideranças indígenas (URL)	Comitiva visitará comunidades indígenas e se reunirá com lideranças de Manaus (AM) e Boa Vista (RR) . A pauta tem ainda reuniões com os governos locais	Executivo (Federal/ Municipal) – MJ/ Funai/ governos locais
056	07.07.17	ACT	Notícia Não Assinada	União se compromete a repassar recursos para indígenas venezuelanos até o dia 14 (URL)	Ministério do Desenvolvimento Social anunciou data em reunião realizada ontem pelo MPF; recurso deverá ser destinado, entre outras ações, ao abrigo emergencial dos migrantes	Executivo (Federal) – MDS/ Casa Civil/ Funai/ Repasses

057	09.07.17	AMZ	Notícia Não Assinada	Ministro visita abrigo onde estão indígenas venezuelanos (URL)	O ministro da Justiça , Torquato Jardim, e o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Franklimberg de Freitas, visitaram neste sábado (8) o abrigo onde estão os indígenas venezuelanos warao, no bairro Coroado, em Manaus . O local foi reformado para alojar os imigrantes que buscaram na capital amazonense melhores condições de vida em decorrência da grave crise econômica e política que atinge o país vizinho	Executivo (Federal/ Municipal) – MJ/ Funai/ governos locais
058	14.07.17	AMZ	Notícia Não Assinada	Venezuelanos da etnia Warao serão transferidos para residências em Manaus (URL)	Mais de cem indígenas venezuelanos da etnia Warao, que vivem atualmente em prédios antigos nas ruas Quintino Bocaiúva e Dr. Almino Afonso , no Centro de Manaus , serão transferidos para abrigos nesta sexta-feira (14).	Executivo (Municipal) – transferência para residências/ Manaus/ 142 indígenas Warao
059	14.07.17	ACT	Notícia Não Assinada	Mais de 200 indígenas venezuelanos são abrigados em quatro bairros da cidade (URL)	Famílias de refugiados foram acolhidas na Redenção, Educandos, Cidade Nova e Cidade Nova II (<i>a notícia traz contexto/desdobramentos</i>)	Executivo (Municipal) – residências/ Manaus/ +200 indígenas Warao
060	18.07.17	ACT	Replicação 'Agência Brasil'- Mariana Tokarnia	Brasil é o segundo país que mais recebe refugiados venezuelanos , diz Acnur (URL)	Estima-se que 30 mil estejam em situação irregular no Brasil, 300 mil na Colômbia e 40 mil em Trinidad e Tobago	Refúgio/Acolhimento – Brasil/ 30 mil refugiados Venezuela
061	26.07.17	ACT	Notícia Assinada- Fábio Oliveira	Venezuelanos são presos com drogas e munição no Centro de Manaus (URL)	Os dois foram denunciados à Polícia Civil por meio do disque denúncia, segundo informou o delegado Jeff Mac Donald, titular do 6º DIP	Ilícito – Autor/ Tráfico de drogas/ não indígenas
062	27.07.17	ACT	Notícia Não Assinada	Oficina discute direitos e deveres de imigrantes e refugiados no Brasil (URL)	A oficina atende a solicitação da Semmasdh e Sejusc , por meio de um conjunto de atividades que asseguram a proteção dos indígenas venezuelanos	Refúgio/Acolhimento – ACNUR/ Semmasdh (Manaus)/ Sejusc (AM)/ outros
063	04.08.17	AMZ	Notícia Não Assinada	Crise na Venezuela leva indígenas ao Pará (URL)	Em Belém , no Pará, um grupo de 15 indígenas venezuelanos da etnia Warao, em situação de vulnerabilidade social, vai ser encaminhado para um abrigo do estado.	Condição de vida – Belém do Pará/Warao
064	25.08.17	ACT	Notícia Não Assinada	MPF pede esclarecimento sobre falta de pagamento de aluguel de venezuelanos (URL)	O MPF-AM encaminhou ofício à Prefeitura de Manaus solicitando esclarecimentos sobre informações recebidas pelo órgão de que o aluguel de imóveis destinados a abrigar indígenas Warao, não está sendo pago	Judiciário (Federal) – MPF-AM/ Aluguel imóveis/Não pago
065	28.08.17	ACT	Notícia Assinada- Silane Souza	Pendências documentais de imóveis que abrigam indígenas criam insegurança (URL)	A Semmasdh informou que a ausência de documentos dos locatários é o principal entrave para a Prefeitura de Manaus fazer o pagamento do aluguel dos imóveis que abrigam os indígenas venezuelanos	Judiciário (Federal) – MPF-AM/ Aluguel imóveis/Não pago

066	11.09.17	AMZ	Notícia Não Assinada	Manaus leva a Boa Vista modelo de acolhimento a índios venezuelanos (URL)	Uma equipe técnica da Secretaria Municipal da Mulher, Assistência e Direitos Humanos, responsável pelo atendimento aos indígenas venezuelanos Warao em Manaus , está em Boa Vista, capital de Roraima, para um trabalho de capacitação dos servidores estaduais [...]	Refúgio/Acolhimento – modelo seguido em Manaus/ Levar para Boa Vista-RR
067	13.09.17	ACT	Notícia Assinada- Lorena Serrão	Vendedora de picolé venezuelana do T2 viraliza na Internet e se diz guerreira (URL)	Jorseily Villarroel, de 22 anos, após ganhar 'fama' nas redes sociais, já recebeu muitas propostas de emprego e se emociona com o carinho das pessoas de Manaus	Trabalho – Informal
068	13.09.17	AMZ	Notícia Não Assinada	Fome leva indígenas venezuelanos a migrarem para o Brasil (URL)	Uma viagem de 925 quilômetros de barco e depois, vencida, de forma oficial ou não, a fronteira entre a Venezuela e o Brasil , três dias de caminhada até Boa Vista, capital de Roraima. Essa é a travessia que muitos indígenas venezuelanos integrantes do povo Warao fazem para passar a viver em território brasileiro	Perfil – CNIg/ Cátedra Sérgio Vieira de Melo da Universidade Federal de Roraima (CSVM/UFRR)
069	15.09.17	G1	Notícia Assinada- Emily Costa	Venezuelana diz que foi xingada antes de ser agredida em RR: 'jogaram pedras e disseram para ir embora do Brasil' (URL)	Ela, o marido e o irmão estavam juntos no momento da agressão. Imigrante foi agredida com soco e pontapé e também conta que foi mal atendida em hospital : 'médica disse que não tinha tempo para atender venezuelanos'	Xenofobia – Boa Vista-RR/ Agressão física/ Mal atendimento
070	17.09.17	ACT	Artigo Assinado- Cristiane Maria Sbalqueiro Lopes (Opinativo)	Migrantes venezuelanos no Brasil (URL)	O Brasil aprovou a nova Lei de Migração (Lei 13445/2017), para regular a entrada de imigrantes no país e também seus direitos e deveres . Dentre os princípios da política migratória estão a universalidade dos direitos humanos; repúdio e prevenção à xenofobia e outras formas de discriminação; direito à reunião familiar, a acolhida humanitária e a integração dos povos da América Latina pela constituição de espaços de cidadania e de livre circulação de pessoas	Legislativo (Federal) – Congresso Nacional/ nova Lei de Migração (Lei n. 13.445/2017) / Resolução CNIg 125, de 14/2/17
071	26.09.17	ACT	Notícia Não Assinada	Migração dos Warao prorroga situação de emergência social por mais 180 dias (URL)	Atualmente, os indígenas ocupam cinco casas que foram alugadas em cinco pontos diferentes de Manaus / (Decreto n. 3.819 – DOM / Prazo da Portaria MDS)	Chegada/Manaus – emergência social/ Manaus/ + 180 dias
072	26.09.17	ACT	Notícia Assinada- Alik Menezes	Semed vai contratar indígenas warao sem formação para ensinar crianças nos abrigos (URL)	Ideia é criar turmas para oferecer ensino aos indígenas, além de fortalecer e preservar a língua e cultura maternas	Educação – Semed (Manaus)/ Contratação/ Indígenas Warao
073	29.09.17	ACT	Notícia Assinada- Denir Simplicio	Do garimpo ao Rainha do Peladão, saiba a história de uma guerreira venezuelana (URL)	Fugindo da crise econômica em seu país , a representante do Napoli Manaus FC, Evelyn Marquez, se refugiou no Brasil em busca de um futuro melhor; depois de perder tudo em busca de ouro, a venezuelana tenta a sorte no concurso de rainhas	Integração – Esporte/ Torneio de Futsal (Peladão)

074	24.10.17	AMZ	Notícia Não Assinada	Manaus: a capital dos refugiados na Amazônia brasileira (URL)	O ano de 2017 não foi um ano fácil para os venezuelanos que se viram obrigados a deixar o país de origem e buscar refúgio em outras nações, e uma delas: o Brasil	Refúgio/Acolhimento – Manaus/out/2016-out 2017: 2.600 pessoas
075	23.11.17	ACT	Notícia Assinada-Alik Menezes	Flanelinhas seguem ‘livres’ para atuar em Manaus; condutores reclamam de ameaças (URL)	No caso dos limpadores de vidro, a proibição da “atividade” foi tomada após casos de violência e agressões registradas recentemente	Trabalho – Informal/Manaus/ “Flanelinha”
076	26.11.17	ACT	Notícia Assinada-Dani Brito	Venezuelanas são presas suspeitas de furtar objetos de residência na Ponta Negra (URL)	Com as duas mulheres foram apreendidas três malas contendo objetos da casa, uma bolsa e a quantia de R\$650	Ilícito – Autor (acusado)/ Furto/ Prisão em flagrante
077	28.11.17	AMZ	Notícia Não Assinada	Superlotação de venezuelanos afeta abrigo e escolas de Boa Vista (URL)	O abrigo para imigrantes em Pacaraima (distante a 213 quilômetros de Boa Vista) não está mais recebendo ninguém. [...] o local está superlotado. Ao todo, 248 índios venezuelanos dividem o espaço que foi inaugurado no dia 7 de novembro, e pode comportar até 200 pessoas [...]	Refúgio/Acolhimento – Roraima/ Escolas e abrigos/ Superlotação
078	01.12.17	AMZ	Notícia Não Assinada	Em Manaus , abrigo para indígenas da Venezuela será fechado (URL)	O abrigo de acolhimento provisório para indígenas venezuelanos que estão em Manaus deve fechar até o fim do ano. [...] as famílias serão encaminhadas para espaços escolhidos pela Prefeitura de Manaus. Atualmente, 115 venezuelanos moram em casas de acolhimento e em um abrigo na capital	Condição de vida – Manaus/Moradia/ Fechamento de abrigo
079	02.12.17	ACT	Notícia Assinada-Alik Menezes	Indígenas venezuelanos temem o fechamento de abrigo provisório em Manaus (URL)	Prazo emergencial para manutenção do acolhimento no bairro Coroado encerra neste mês. Governo e MPF solicitaram recursos do Ministério do Desenvolv. Social	Condição de vida – Manaus/Moradia/ Fechamento de abrigo
080	07.12.17	AMZ	Notícia Não Assinada	Roraima decreta Situação de Emergência devido imigração venezuelana (URL)	O estado de Roraima está em situação de emergência social por causa do grande número de imigrantes venezuelanos que chegam diariamente ao estado. O decreto foi publicado na edição da última quarta (7) do Diário Oficial do Estado	Refúgio/Acolhimento – Roraima/ Escolas e abrigos/ Superlotação
081	09.12.17	ACT	Replicação ‘Agência Brasil’-Renata Martins	Roraima fica em estado de alerta para sarampo devido a surto na Venezuela (URL)	O Ministério da Saúde informou que está vacinando os venezuelanos abrigados em Roraima e no Amazonas	Saúde – Sarampo/ Surto Venezuela/ Opas/ vacinação RR e AM
082	18.12.17	AMZ	Notícia Não Assinada	Agências da ONU lançam campanha contra xenofobia em Roraima (URL)	Nos últimos anos, o Norte do Brasil passou a ser o centro dos debates sobre o fenômeno da migração no país. Segundo o Fundo de População das Nações Unidas (Unfpa) , em 2017, mais de 21 mil venezuelanos solicitaram refúgio ao governo brasileiro, sendo 16 mil só no estado de Roraima	Xenofonia – Fundo de População das Nações Unidas (Unfap)/ UFRR/ Campanha/ Roraima/ 16 mil pedidos refúgio (2017)

083	20.12.17	AMZ	Notícia Não Assinada	MPF cobra ações de governos para ajudar índios venezuelanos refugiados no Pará (URL)	O Ministério Público Federal notificou diversas instituições públicas cobrando a apresentação de planos de trabalho de assistência a indígenas venezuelanos refugiados no Pará . Integrantes da etnia Warao passaram a se deslocar para o Brasil em razão da difícil situação econômica do país natal	Judiciário (Federal) – MPF/Ações de assistência/PA/Warao
084	21.12.17	ACT	Replicação ‘Agência Brasil’- Júlio César Nunes	Município em Roraima vive crise para dar atendimento a migrantes da Venezuela (URL)	Há dois meses, a prefeitura de Pacaraima instalou abrigo para 150 indígenas venezuelanos do povo Warao . Hoje, está com 330 indígenas, mais que o dobro da capacidade	Refúgio/Acolhimento – Roraima/ Pacaraima/ Abrigo superlotado

APÊNDICE E: PROCEDIMENTO DE SELEÇÃO – DIREITOS SOCIAIS

E1: Migração Haitiana (2012)

Tema: migração transnacional de haitianos

Documento: busca em grupo de arquivos pdf

Base de Dados: 150 notícias (ano: 2012).

Pesquisa Avançada: palavra-base + 03 termos no mesmo campo semântico.

Condição de Aderência: palavra-base (E) pelo menos um termo; (OU) ao menos dois termos correlatos; (OU) seleção manual pela leitura do primeiro parágrafo; (OU) leitura do texto completo, quando o *lead* não for capaz de indicar com clareza a inclusão/exclusão.

1. Primeira Busca: Saúde + (Doença, Hospital e Médico)

1.1 SAÚDE: 31 textos com 81 instâncias (ocorrências)

Nº.	TÍTULO	CHAR.
001	Entidades que assistem imigrantes haitianos pedem providências às autoridades (URL)	3.484
002	Médicos Sem Fronteira elabora documento para divulgar situação crítica de haitianos no AM (URL)	4.322
004	Haitianos atravessam fronteira ilegalmente para viver no Brasil (URL)	2.358
007	Governo brasileiro vai controlar entrada de haitianos no país e limitar vistos (URL)	3.700
020	Dezenas de imigrantes haitianos são barrados na fronteira com o Peru (URL)	1.744
024	Haitiana morre vítima de dengue , em Tabatinga (AM) (URL)	1.636
026	Amazonas registra primeiro óbito de imigrante haitiano no Brasil (URL)	2.679
031	Governo Federal enviará missão ao Amazonas para avaliar situação dos haitianos, diz MDS (URL)	3.792
037	Morte de haitiano com HIV deixa saúde pública em alerta no Amazonas (URL)	1.990
050	Ministério libera R\$ 900 mil para ajudar imigrantes haitianos no Acre e no Amazonas (URL)	1.682
055	Amazonas pretende desencadear ações de testagem de doenças em pacientes haitianos (URL)	4.425
058	'Estamos abertos a receber cidadãos haitianos', diz Dilma no Haiti (URL)	3.061
061	Mais de 200 haitianos desembarcam em Manaus, nesta sexta (3) (URL)	1.154
062	Representantes do Governo Federal visitam instalações de abrigo haitianos no AM (URL)	3.200
072	Governo do Amazonas realiza ações de saúde com imigrantes haitianos (URL)	2.382
073	Mutirão de saúde em Manaus atende mulheres haitianas (URL)	1.413
078	Audiência Pública no Senado discutirá imigração de Haitianos no país (URL)	1.278
079	FVS/AM inicia vacinação de imigrantes haitianos, em Manaus (URL)	1.113
082	Senador quer que governo federal adote medidas quanto a imigrantes haitianos no AM (URL)	4.118
083	Haitianas não perdem a esperança em Manaus (URL)	3.496
085	Fundação realiza mobilização de saúde em abrigo haitiano em Manaus (URL)	841
088	Processo sobre haitianos no Brasil corre em segredo de Justiça (URL)	3.153
094	Imigração de Haitianos ao AM será debatida pela ALE-AM nesta segunda-feira (27) (URL)	1.694
096	Secretaria de saúde realizará cadastro de haitianos no SUS , no AM (URL)	1.410
097	Saúde da rede municipal de Manaus vai cadastrar haitianos para acesso aos serviços do SUS (URL)	2.768
099	Após nova regra , Brasil só concede 30% da cota de vistos a haitianos (URL)	3.352
105	Haitianos reconstróem a vida em usinas de bioenergia de GO (URL) cond. 4	1.670
127	Ajuda a haitianos chegou ao limite , afirma secretário de Justiça do Acre (URL)	3.717
133	Pastoral estima que 1.800 haitianos estejam refugiados em Manaus (URL) cond. 4	5.833
144	Grávida , haitiana sonha que filho seja jogador de futebol no Brasil (URL)	6.466
150	Ministério do Trabalho lança guia de trabalho para haitianos (URL)	2.105

1.2 DOENÇA: 15 textos com 37 instâncias (ocorrências)

Nº.	TÍTULO	CHAR.
004	Haitianos atravessam fronteira ilegalmente para viver no Brasil (URL)	2.358
015	Empresas brasileiras vão ao Acre contratar imigrantes haitianos (URL)	6.327
024	Haitiana morre vítima de dengue , em Tabatinga (AM) (URL)	1.636
026	Amazonas registra primeiro óbito de imigrante haitiano no Brasil (URL)	2.679
037	Morte de haitiano com HIV deixa saúde pública em alerta no Amazonas (URL)	1.990
041	Morre o primeiro haitiano em Manaus (URL)	1.225
055	Amazonas pretende desencadear ações de testagem de doenças em pacientes haitianos (URL)	4.425
066	Pesquisa da Ufam traça perfil dos haitianos que migraram para Manaus (URL)	4.349
072	Governo do Amazonas realiza ações de saúde com imigrantes haitianos (URL)	2.382
073	Mutirão de saúde em Manaus atende mulheres haitianas (URL)	1.413
075	Haitianos recebem atendimento médico gratuito em Manaus (URL)	1.102
096	Secretaria de saúde realizará cadastro de haitianos no SUS , no AM (URL)	1.410
103	Haitianas apresentam quadro de anemia em fazenda de rosas (URL) cond. 3	1.242
105	Haitianos reconstróem a vida em usinas de bioenergia de GO (URL) cond. 4	1.670
110	Grupo de haitianos ainda segue na fronteira entre Peru e Brasil (URL)	2.992

1.3 HOSPITAL: 07 documentos com 12 instâncias (ocorrências)

Nº.	TÍTULO	CHAR.
024	Haitiana morre vítima de dengue , em Tabatinga (AM) (URL)	1.636
026	Amazonas registra primeiro óbito de imigrante haitiano no Brasil (URL)	2.679
037	Morte de haitiano com HIV deixa saúde pública em alerta no Amazonas (URL)	1.990
041	Morre o primeiro haitiano em Manaus (URL)	1.225
055	Amazonas pretende desencadear ações de testagem de doenças em pacientes haitianos (URL)	4.425
111	Haitianos refugiados que trabalham em Cascavel aprendem português (URL)	1.254
145	Chega ao caos a situação de ajuda humanitária a haitianos no Acre , diz secretário (URL)	2.868

1.4 MÉDICO: 24 documentos com 34 instâncias (ocorrências)

Nº.	TÍTULO	CHAR.
001	Entidades que assistem imigrantes haitianos pedem providências às autoridades (URL)	3.484
002	Médicos Sem Fronteira elabora documento para divulgar situação crítica de haitianos no AM (URL)	4.322
004	Haitianos atravessam fronteira ilegalmente para viver no Brasil (URL)	2.358
006	Haitianos reclamam da demora para conseguirem visto de permanência (URL)	4.342
007	Governo brasileiro vai controlar entrada de haitianos no país e limitar vistos (URL)	3.700
020	Dezenas de imigrantes haitianos são barrados na fronteira com o Peru (URL)	1.744
023	População de Tabatinga começa a dar sinais de esgotamento na relação com os Haitianos (URL)	5.357
024	Haitiana morre vítima de dengue , em Tabatinga (AM) (URL)	1.636
037	Morte de haitiano com HIV deixa saúde pública em alerta no Amazonas (URL)	1.990
042	Professor haitiano é morto a tiros na Zona Norte de Manaus (URL)	538
043	Quadrilhas de "coiotes" já atuam junto aos haitianos que procuram entrar no Brasil (URL)	5.570
054	MPF/AM articula audiência com governo para discutir situação de haitianos com risco de deportação (URL)	3.121
055	Amazonas pretende desencadear ações de testagem de doenças em pacientes haitianos (URL)	4.425
073	Mutirão de saúde em Manaus atende mulheres haitianas (URL)	1.413
075	Haitianos recebem atendimento médico gratuito em Manaus (URL)	1.102
083	Haitianas não perdem a esperança em Manaus (URL)	3.496
084	Imigração de Haitianos no país volta à pauta do Senado nesta terça-feira (14) (URL)	1.014
085	Fundação realiza mobilização de saúde em abrigo haitiano em Manaus (URL)	841

096	Secretaria de saúde realizará cadastro de haitianos no SUS , no AM (URL)	1.410
097	Saúde da rede municipal de Manaus vai cadastrar haitianos para acesso aos serviços do SUS (URL)	2.768
110	Grupo de haitianos ainda segue na fronteira entre Peru e Brasil (URL)	2.992
127	Ajuda a haitianos chegou ao limite , afirma secretário de Justiça do Acre (URL)	3.717
133	Pastoral estima que 1.800 haitianos estejam refugiados em Manaus (URL) cond. 3	5.833
142	Haitianos se envolvem em confusão por salário atrasado em Porto Velho (URL)	1.262

-- Lista final de 22 notícias após aplicação das condições de aderência ao corpus --

Nº.	TÍTULO	CHAR.
001	Entidades que assistem imigrantes haitianos pedem providências às autoridades (URL)	3.484
002	Médicos Sem Fronteira elabora documento para divulgar situação crítica de haitianos no AM (URL)	4.322
004	Haitianos atravessam fronteira ilegalmente para viver no Brasil (URL)	2.358
007	Governo brasileiro vai controlar entrada de haitianos no país e limitar vistos (URL)	3.700
020	Dezenas de imigrantes haitianos são barrados na fronteira com o Peru (URL)	1.744
024	Haitiana morre vítima de dengue , em Tabatinga (AM) (URL)	1.636
026	Amazonas registra primeiro óbito de imigrante haitiano no Brasil (URL)	2.679
037	Morte de haitiano com HIV deixa saúde pública em alerta no Amazonas (URL)	1.990
041	Morre o primeiro haitiano em Manaus (URL)	1.225
050	Ministério libera R\$ 900 mil para ajudar imigrantes haitianos no Acre e no Amazonas (URL)	1.682
055	Amazonas pretende desencadear ações de testagem de doenças em pacientes haitianos (URL)	4.425
072	Governo do Amazonas realiza ações de saúde com imigrantes haitianos (URL)	2.382
073	Mutirão de saúde em Manaus atende mulheres haitianas (URL)	1.413
075	Haitianos recebem atendimento médico gratuito em Manaus (URL)	1.102
079	FVS/AM inicia vacinação de imigrantes haitianos, em Manaus (URL)	1.113
083	Haitianas não perdem a esperança em Manaus (URL)	3.496
085	Fundação realiza mobilização de saúde em abrigo haitiano em Manaus (URL)	841
096	Secretaria de saúde realizará cadastro de haitianos no SUS , no AM (URL)	1.410
097	Saúde da rede municipal de Manaus vai cadastrar haitianos para acesso aos serviços do SUS (URL)	2.768
103	Haitianas apresentam quadro de anemia em fazenda de rosas (URL) cond. 3	1.242
110	Grupo de haitianos ainda segue na fronteira entre Peru e Brasil (URL)	2.992
127	Ajuda a haitianos chegou ao limite , afirma secretário de Justiça do Acre (URL)	3.717

2. Segunda Busca: Educação + (Formação, Estudo e Curso)

2.1 EDUCAÇÃO: 04 documentos com 05 instâncias (ocorrências)

Nº.	TÍTULO	CHAR.
072	Governo do Amazonas realiza ações de saúde com imigrantes haitianos (URL) cd. 4	2.382
078	Audiência Pública no Senado discutirá imigração de Haitianos no país (URL)	1.278
111	Haitianos refugiados que trabalham em Cascavel aprendem português (URL)	1.254
122	Haitianos buscam reerguer o país de origem estudando na UFSCar (URL)	2.632

2.2 ENSINO: 08 documentos com 10 instâncias (ocorrências)

Nº.	TÍTULO	CHAR.
023	População de Tabatinga começa a dar sinais de esgotamento na relação com os Haitianos (URL)	5.357
025	Obstáculo do idioma é mais um desafio para os haitianos que buscam emprego em Manaus (URL)	4.121
034	Haitianos que chegaram na última terça-feira a Manaus recebem apoio (URL)	2.747
035	Colocação no mercado de trabalho é sinônimo de recomeço para haitianos que vivem em Manaus (URL)	3.740
038	Universidade Federal do Amazonas lançará edital para apoiar haitianos (URL) cond. 3	2.225

083	Haitianas não perdem a esperança em Manaus (URL)	3.496
111	Haitianos refugiados que trabalham em Cascavel aprendem português (URL)	1.254
122	Haitianos buscam reerguer o país de origem estudando na UFSCar (URL)	2.632

2.3 CURSO: 08 documentos com 10 instâncias (ocorrências)

Nº.	TÍTULO	CHAR.
025	Obstáculo do idioma é mais um desafio para os haitianos que buscam emprego em Manaus (URL)	4.121
049	Ufam apoiará haitianos (URL) cond. 3	3.255
054	MPF/AM articula audiência com governo para discutir situação de haitianos com risco de deportação (URL)	3.121
072	Governo do Amazonas realiza ações de saúde com imigrantes haitianos (URL) cd. 4	2.382
083	Haitianas não perdem a esperança em Manaus (URL)	3.496
105	Haitianos reconstróem a vida em usinas de bioenergia de GO (URL)	1.670
111	Haitianos refugiados que trabalham em Cascavel aprendem português (URL)	1.254
122	Haitianos buscam reerguer o país de origem estudando na UFSCar (URL)	2.632

1.1 APRENDER: 03 documentos com 03 instâncias (ocorrências)

Nº.	TÍTULO	CHAR.
025	Obstáculo do idioma é mais um desafio para os haitianos que buscam emprego em Manaus (URL)	4.121
111	Haitianos refugiados que trabalham em Cascavel aprendem português (URL)	1.254
122	Haitianos buscam reerguer o país de origem estudando na UFSCar (URL)	2.632

-- Lista final de 06 notícias após aplicação das condições de aderência ao corpus --

Nº.	TÍTULO	CHAR.
025	Obstáculo do idioma é mais um desafio para os haitianos que buscam emprego em Manaus (URL)	4.121
038	Universidade Federal do Amazonas lançará edital para apoiar haitianos (URL) cond. 3	2.225
049	Ufam apoiará haitianos (URL) cond. 3	3.255
083	Haitianas não perdem a esperança em Manaus (URL)	3.496
111	Haitianos refugiados que trabalham em Cascavel aprendem português (URL)	1.254
122	Haitianos buscam reerguer o país de origem estudando na UFSCar (URL)	2.632

3. Terceira Busca: Trabalho + (Emprego, Ocupação e Profissão)

3.1 TRABALHO: 85 documentos com 227 instâncias (ocorrências)

Nº.	TÍTULO	CHAR.
001	Entidades que assistem imigrantes haitianos pedem providências às autoridades (URL)	3.484
003	Haitianos chegam pela fronteira da Amazônia à procura de trabalho (URL)	2.302
004	Haitianos atravessam fronteira ilegalmente para viver no Brasil (URL)	2.358
006	Haitianos reclamam da demora para conseguirem visto de permanência (URL)	4.342
007	Governo brasileiro vai controlar entrada de haitianos no país e limitar vistos (URL)	3.700
008	Governo decide fechar as fronteiras para os haitianos (URL)	1.462
009	Com economia forte , Brasil quebra tradição e freia imigração haitiana (URL)	3.076
010	Haitianos em SP pensam em voltar a seu país só 'de visita' (URL)	4.709
011	Controle migratório de haitianos no Brasil gera debate (URL)	4.853
012	Haitianos no Brasil divididos sobre as medidas imigratórias (URL)	3.257
013	Amazonas pede ajuda ao Governo Federal para ações de assistência aos haitianos (URL)	3.461
014	Conselho de Imigração aprova restrição à entrada de haitianos (URL)	5.146
015	Empresas brasileiras vão ao Acre contratar imigrantes haitianos (URL)	6.327
017	Haitianos dizem que preferem viver no Brasil , mesmo com dificuldades (URL)	2.353
023	População de Tabatinga começa a dar sinais de esgotamento na relação com os Haitianos (URL)	5.357

025	Obstáculo do idioma é mais um desafio para os haitianos que buscam emprego em Manaus (URL)	4.121
028	Mais de 250 imigrantes haitianos permanecem na fronteira Peru-Brasil (URL)	1.440
032	Haitianos refugiados começam a trabalhar no Rio Grande do Sul (URL)	1.743
035	Colocação no mercado de trabalho é sinônimo de recomeço para haitianos que vivem em Manaus (URL)	3.740
038	Universidade Federal do Amazonas lançará edital para apoiar haitianos (URL)	2.225
039	SRTE do Amazonas acompanhará recrutamento de haitianos para outros Estados (URL)	3.615
040	Governo do Amazonas anuncia apoio aos haitianos em Manaus (URL)	1.756
044	Superintendência Regional do Trabalho faz mutirão para haitianos (URL)	1.703
049	Ufam apoiará haitianos (URL)	3.255
053	Projeto reúne jovens voluntários para ajudar haitianos em Manaus (URL)	1.951
055	Amazonas pretende desencadear ações de testagem de doenças em pacientes haitianos (URL)	4.425
056	Imigrantes Haitianos procuram Polícia Federal em Manaus para regularizarem situação no país (URL)	3.675
058	'Estamos abertos a receber cidadãos haitianos', diz Dilma no Haiti (URL)	3.061
062	Representantes do Governo Federal visitam instalações de abrigo haitianos no AM (URL) cond. 4	3.200
063	Mais um grupo de 400 haitianos desembarca em Manaus (URL)	1.230
064	Estado doa colchões e água a haitianos recém-chegados a Manaus (URL)	2.478
065	Embaixador do Haiti está de malas prontas para visitar o Amazonas (URL)	7.728
067	Haitianos que buscam o Brasil definham na Amazônia peruana (URL)	5.510
068	Haitianos reclamam de redução de salário e abandonam emprego em MT (URL)	2.791
074	Haitianos buscam ingresso no mercado de trabalho em Manaus (URL)	4.307
076	' Não se adaptaram ', diz empresário de MT sobre contratação de haitianos (URL)	2.256
077	Entidade pró-haitianos fará rifa visando nova sede em Manaus (URL)	1.761
080	Audidores fiscalizam fábrica em MT após contratação de haitianos (URL)	2.219
081	Governo não vai deportar haitianos que migraram ilegalmente, diz MJ (URL)	2.346
083	Haitianas não perdem a esperança em Manaus (URL)	3.496
087	Inundações afetam os haitianos na fronteira entre Peru e Brasil (URL)	1.886
088	Processo sobre haitianos no Brasil corre em segredo de Justiça (URL) cond. 4	3.153
089	Grupo de haitianos que vive em Manaus vai cair na folia neste carnaval (URL)	2.612
092	Haitianos encontram nova vida nas lavouras do sul de Minas Gerais (URL) cond. 3	1.079
094	Imigração de Haitianos ao AM será debatida pela ALE-AM nesta segunda-feira (27) (URL)	1.694
099	Após nova regra , Brasil só concede 30% da cota de vistos a haitianos (URL)	3.352
101	CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas discute situação de haitianos no Amazonas (URL)	3.069
102	CPI discute imigração ilegal de haitianos para o Brasil, no Amazonas (URL)	2.383
103	Haitianas apresentam quadro de anemia em fazenda de rosas (URL)	1.242
104	Haitianos em Manaus são recrutados para trabalharem no Sul e Sudeste (URL)	1.937
105	Haitianos reconstróem a vida em usinas de bioenergia de GO (URL)	1.670
107	Barrados há 77 dias , haitianos dormem em praça no Peru à espera de decisão do Brasil (URL)	6.002
108	Haitianos esperam para entrar no Brasil (URL)	883
109	Procuradora cobra no Senado solução para haitianos presos na fronteira (URL)	4.229
110	Grupo de haitianos ainda segue na fronteira entre Peru e Brasil (URL)	2.992
112	Haitianos aguardam confirmação sobre permissão de entrada no Brasil (URL)	3.702
113	Secretário de Justiça diz que haitianos no Peru já podem entrar no Brasil, mas grupo é barrado (URL)	4.532
114	Haitianos que estão no Peru vão entrar no Brasil em grupos a partir da próxima semana (URL)	1.846
115	Governo diz que vai regularizar mais 363 haitianos que vivem no AM (URL)	1.532
116	Imigrantes haitianos entram no Brasil após três meses de espera (URL)	4.208
119	Haitianos farão musical inédito neste domingo em Manaus (URL)	1.082
121	Grupo de 60 haitianos é expulso de igreja pentecostal na Zona Oeste de Manaus (URL)	2.444

122	Haitianos buscam reerguer o país de origem estudando na UFSCar (URL)	2.632
123	Mais de 800 haitianos moram e trabalham em Porto Velho (URL)	1.698
124	Trabalhadores estrangeiros 'invadem' mercado de trabalho no Amazonas (URL)	3.312
125	Haitianos deixam o Amazonas em busca de emprego pelo Brasil (URL)	2.229
126	Novas regras não impedem vinda ao Brasil de haitianos sem vistos (URL)	5.507
127	Ajuda a haitianos chegou ao limite , afirma secretário de Justiça do Acre (URL)	3.717
129	Refugiados haitianos trabalham na reforma do Mineirão em BH (URL)	918
133	Pastoral estima que 1.800 haitianos estejam refugiados em Manaus (URL)	5.833*
134	Cresce o número de haitianos autorizados a trabalhar no Brasil (URL)	1.875
135	Cinquenta pedidos de refúgio foram registrados no AM em 2012 (URL)	3.506
137	Deputada diz que fluxo de haitianos ilegais segue intenso no Brasil (URL)	2.446
138	Imigrantes haitianos voltam a entrar ilegalmente no Brasil (URL)	1.708
139	Haitianos devem receber até sexta-feira protocolos para obter documentos no Brasil (URL)	1.406
140	Oficina discute situação dos haitianos no mercado de trabalho no AM (URL)	1.511
141	Usinas do Rio Madeira têm 100 haitianos contratados , em Porto Velho (URL)	1.609
142	Haitianos se envolvem em confusão por salário atrasado em Porto Velho (URL) cd. 3	1.262
143	Autorização de trabalho para estrangeiro crecem 5% em nove meses de 2012 (URL)	4.771*
144	Grávida , haitiana sonha que filho seja jogador de futebol no Brasil (URL)	6.466
145	Chega ao caos a situação de ajuda humanitária a haitianos no Acre , diz secretario (URL)	2.868
146	Ministério aumenta repass para atendimento de haitianos no AM (URL)	901
147	MP investiga caso dos haitianos demitidos em Igrejinha, RS (URL)	1.788*
148	Haitianos demitidos em Igrejinha, RS , vão receber alojamento e alimentação (URL)	958
150	Ministério do Trabalho lança guia de trabalho para haitianos (URL)	2.105*

3.2 EMPREGO: 57 documentos com 110 instâncias (ocorrências)

Nº.	TÍTULO	CHAR.
001	Entidades que assistem imigrantes haitianos pedem providências às autoridades (URL)	3.484
003	Haitianos chegam pela fronteira da Amazônia à procura de trabalho (URL)	2.302
007	Governo brasileiro vai controlar entrada de haitianos no país e limitar vistos (URL)	3.700
009	Com economia forte , Brasil quebra tradição e freia imigração haitiana (URL)	3.076
010	Haitianos em SP pensam em voltar a seu país só 'de visita' (URL)	4.709
013	Amazonas pede ajuda ao Governo Federal para ações de assistência aos haitianos (URL)	3.461
015	Empresas brasileiras vão ao Acre contratar imigrantes haitianos (URL)	6.327*
017	Haitianos dizem que preferem viver no Brasil , mesmo com dificuldades (URL)	2.353*
019	Governo Federal deve entregar proposta de resolução para restringir a entrada de imigrantes haitianos no Brasil (URL)	3.666
021	Grupo de haitianos que chegou nesta sexta-feira em Manaus não tem para onde ir (URL)	2.185
023	População de Tabatinga começa a dar sinais de esgotamento na relação com os Haitianos (URL)	5.357
025	Obstáculo do idioma é mais um desafio para os haitianos que buscam emprego em Manaus (URL)	4.121
027	Chegada de mais de 200 haitianos expõe falta de estrutura para abrigar refugiados em Manaus (URL)	3.626*
030	Governador do Amazonas afirma que refugiados haitianos são problema do Governo Federal (URL)	1.246
031	Governo Federal enviará missão ao Amazonas para avaliar situação dos haitianos, diz MDS (URL)	3.792
032	Haitianos refugiados começam a trabalhar no Rio Grande do Sul (URL)	1.743
033	Governador do AM diz para 'Governo Federal levar haitianos para Brasília' (URL)	1.396
034	Haitianos que chegaram na última terça-feira a Manaus recebem apoio (URL)	2.747
035	Colocação no mercado de trabalho é sinônimo de recomeço para haitianos que vivem em Manaus (URL)	3.740
036	Imigrantes haitianos resistem às tentações do mundo do narcotráfico existente no interior do Amazonas (URL)	5.275

039	SRTE do Amazonas acompanhará recrutamento de haitianos para outros Estados (URL)	3.615*
044	Superintendência Regional do Trabalho faz mutirão para haitianos (URL)	1.703
056	Imigrantes Haitianos procuram Polícia Federal em Manaus para regularizarem situação no país (URL)	3.675*
062	Representantes do Governo Federal visitam instalações de abrigo haitianos no AM (URL) cond. 4	3.200
065	Embaixador do Haiti está de malas prontas para visitar o Amazonas (URL)	7.728*
068	Haitianos reclamam de redução de salário e abandonam emprego em MT (URL)	2.791
071	CPI do Tráfico de Pessoas do Senado fará Audiência para debater imigração de Haitianos (URL)	1.940
074	Haitianos buscam ingresso no mercado de trabalho em Manaus (URL)	4.307*
076	' Não se adaptaram ', diz empresário de MT sobre contratação de haitianos (URL)	2.256
078	Audiência Pública no Senado discutirá imigração de Haitianos no país (URL)	1.278
080	Audidores fiscalizam fábrica em MT após contratação de haitianos (URL)	2.219
082	Senador quer que governo federal adote medidas quanto a imigrantes haitianos no AM (URL)	4.118
084	Imigração de Haitianos no país volta à pauta do Senado nesta terça-feira (14) (URL)	1.014
088	Processo sobre haitianos no Brasil corre em segredo de Justiça (URL) cond. 4	3.153
090	Haitiano sonha ser jogador de futebol no Amazonas (URL) cond. 4	1.988
091	Amazonenses vencem haitianos em amistoso (URL)	1.321
093	Senador Eduardo Braga (PMDB) avalia onda migratória no país (URL)	8.169
104	Haitianos em Manaus são recrutados para trabalharem no Sul e Sudeste (URL)	1.937*
105	Haitianos reconstróem a vida em usinas de bioenergia de GO (URL)	1.670
109	Procuradora cobra no Senado solução para haitianos presos na fronteira (URL)	4.229
114	Haitianos que estão no Peru vão entrar no Brasil em grupos a partir da próxima semana (URL)	1.846
115	Governo diz que vai regularizar mais 363 haitianos que vivem no AM (URL)	1.532
116	Imigrantes haitianos entram no Brasil após três meses de espera (URL)	4.208
117	Após terem papéis retidos no RS , haitianos ganham novos empregos (URL) cond. 3	1.028
118	Grupo com mais de 120 haitianos chega a Manaus neste sábado (21) (URL)	849
123	Mais de 800 haitianos moram e trabalham em Porto Velho (URL)	1.698
125	Haitianos deixam o Amazonas em busca de emprego pelo Brasil (URL)	2.229
133	Pastoral estima que 1.800 haitianos estejam refugiados em Manaus (URL)	5.833*
134	Cresce o número de haitianos autorizados a trabalhar no Brasil (URL)	1.875
137	Deputada diz que fluxo de haitianos ilegais segue intenso no Brasil (URL)	2.446
140	Oficina discute situação dos haitianos no mercado de trabalho no AM (URL)	1.511
141	Usinas do Rio Madeira têm 100 haitianos contratados , em Porto Velho (URL)	1.609
143	Autorização de trabalho para estrangeiro crecem 5% em nove meses de 2012 (URL)	4.771
144	Grávida , haitiana sonha que filho seja jogador de futebol no Brasil (URL)	6.466*
147	MP investiga caso dos haitianos demitidos em Igrejinha, RS (URL)	1.788
149	Visto a haitianos pode ser liberado por medo de atravessadores (URL)	925
150	Ministério do Trabalho lança guia de trabalho para haitianos (URL)	2.105

3.3 PROFISSIONAL: 12 documentos com 15 instâncias (ocorrências)

Nº.	TÍTULO	CHAR.
011	Controle migratório de haitianos no Brasil gera debate (URL)	4.853
014	Conselho de Imigração aprova restrição à entrada de haitianos (URL)	5.146
017	Haitianos dizem que preferem viver no Brasil , mesmo com dificuldades (URL)	2.353
031	Governo Federal enviará missão ao Amazonas para avaliar situação dos haitianos, diz MDS (URL)	3.792
074	Haitianos buscam ingresso no mercado de trabalho em Manaus (URL)	4.307
090	Haitiano sonha ser jogador de futebol no Amazonas (URL) cond. 4	1.988
091	Amazonenses vencem haitianos em amistoso (URL)	1.321
124	Trabalhadores estrangeiros 'invadem' mercado de trabalho no Amazonas (URL)	3.312*
140	Oficina discute situação dos haitianos no mercado de trabalho no AM (URL)	1.511
141	Usinas do Rio Madeira têm 100 haitianos contratados , em Porto Velho (URL)	1.609

143	Autorização de trabalho para estrangeiro crecem 5% em nove meses de 2012 (URL)	4.771
144	Grávida , haitiana sonha que filho seja jogador de futebol no Brasil (URL)	6.466

3.4 CONTRATAR: 08 documentos com 10 instâncias (ocorrências)

Nº.	TÍTULO	CHAR.
006	Haitianos reclamam da demora para conseguirem visto de permanência (URL)	4.342
012	Haitianos no Brasil divididos sobre as medidas migratórias (URL)	3.257
015	Empresas brasileiras vão ao Acre contratar imigrantes haitianos (URL)	6.327
039	SRTE do Amazonas acompanhará recrutamento de haitianos para outros Estados (URL)	3.615
116	Imigrantes haitianos entram no Brasil após três meses de espera (URL)	4.208
134	Cresce o número de haitianos autorizados a trabalhar no Brasil (URL)	1.875
145	Chega ao caos a situação de ajuda humanitária a haitianos no Acre , diz secretario (URL)	2.868
148	Haitianos demitidos em Igrejinha, RS , vão receber alojamento e alimentação (URL)	958

-- Lista final de 49 notícias após aplicação das condições de aderência ao *corpus* --

Nº.	TÍTULO	CHAR.
001	Entidades que assistem imigrantes haitianos pedem providências às autoridades (URL)	3.484
003	Haitianos chegam pela fronteira da Amazônia à procura de trabalho (URL)	2.302
006	Haitianos reclamam da demora para conseguirem visto de permanência (URL)	4.342
007	Governo brasileiro vai controlar entrada de haitianos no país e limitar vistos (URL)	3.700
009	Com economia forte , Brasil quebra tradição e freia imigração haitiana (URL)	3.076
010	Haitianos em SP pensam em voltar a seu país só 'de visita' (URL)	4.709
011	Controle migratório de haitianos no Brasil gera debate (URL)	4.853
012	Haitianos no Brasil divididos sobre as medidas migratórias (URL)	3.257
013	Amazonas pede ajuda ao Governo Federal para ações de assistência aos haitianos (URL)	3.461
014	Conselho de Imigração aprova restrição à entrada de haitianos (URL)	5.146
015	Empresas brasileiras vão ao Acre contratar imigrantes haitianos (URL)	6.327
017	Haitianos dizem que preferem viver no Brasil , mesmo com dificuldades (URL)	2.353
023	População de Tabatinga começa a dar sinais de esgotamento na relação com os Haitianos (URL)	5.357
025	Obstáculo do idioma é mais um desafio para os haitianos que buscam emprego em Manaus (URL)	4.121
031	Governo Federal enviará missão ao Amazonas para avaliar situação dos haitianos, diz MDS (URL)	3.792
032	Haitianos refugiados começam a trabalhar no Rio Grande do Sul (URL)	1.743
035	Colocação no mercado de trabalho é sinônimo de recomeço para haitianos que vivem em Manaus (URL)	3.740
039	SRTE do Amazonas acompanhará recrutamento de haitianos para outros Estados (URL)	3.615
044	Superintendência Regional do Trabalho faz mutirão para haitianos (URL)	1.703
056	Imigrantes Haitianos procuram Polícia Federal em Manaus para regularizarem situação no país (URL)	3.675*
065	Embaixador do Haiti está de malas prontas para visitar o Amazonas (URL)	7.728*
068	Haitianos reclamam de redução de salário e abandonam emprego em MT (URL)	2.791
074	Haitianos buscam ingresso no mercado de trabalho em Manaus (URL)	4.307
076	' Não se adaptaram ', diz empresário de MT sobre contratação de haitianos (URL)	2.256
080	Audidores fiscalizam fábrica em MT após contratação de haitianos (URL)	2.219
091	Amazonenses vencem haitianos em amistoso (URL)	1.321
092	Haitianos encontram nova vida nas lavouras do sul de Minas Gerais (URL) cd. 3	1.079
104	Haitianos em Manaus são recrutados para trabalharem no Sul e Sudeste (URL)	1.937*
105	Haitianos reconstróem a vida em usinas de bioenergia de GO (URL)	1.670
109	Procuradora cobra no Senado solução para haitianos presos na fronteira (URL)	4.229
114	Haitianos que estão no Peru vão entrar no Brasil em grupos a partir da próxima semana (URL)	1.846

115	Governo diz que vai regularizar mais 363 haitianos que vivem no AM (URL)	1.532
116	Imigrantes haitianos entram no Brasil após três meses de espera (URL)	4.208
117	Após terem papéis retidos no RS , haitianos ganham novos empregos (URL) cond. 3	1.028
123	Mais de 800 haitianos moram e trabalham em Porto Velho (URL)	1.698
124	Trabalhadores estrangeiros 'invadem' mercado de trabalho no Amazonas (URL)	3.312
125	Haitianos deixam o Amazonas em busca de emprego pelo Brasil (URL)	2.229
133	Pastoral estima que 1.800 haitianos estejam refugiados em Manaus (URL)	5.833*
134	Cresce o número de haitianos autorizados a trabalhar no Brasil (URL)	1.875
137	Deputada diz que fluxo de haitianos ilegais segue intenso no Brasil (URL)	2.446
140	Oficina discute situação dos haitianos no mercado de trabalho no AM (URL)	1.511
141	Usinas do Rio Madeira têm 100 haitianos contratados , em Porto Velho (URL)	1.609
142	Haitianos se envolvem em confusão por salário atrasado em Porto Velho (URL) cd. 3	1.262
143	Autorização de trabalho para estrangeiro crecem 5% em nove meses de 2012 (URL)	4.771*
144	Grávida , haitiana sonha que filho seja jogador de futebol no Brasil (URL)	6.466
145	Chega ao caos a situação de ajuda humanitária a haitianos no Acre , diz secretário (URL)	2.868
147	MP investiga caso dos haitianos demitidos em Igrejinha, RS (URL)	1.788*
148	Haitianos demitidos em Igrejinha, RS , vão receber alojamento e alimentação (URL)	958
150	Ministério do Trabalho lança guia de trabalho para haitianos (URL)	2.105*

4. Quarta Busca: Moradia + (Casa, Residência e Abrigo)

4.1 MORADIA: 13 documentos com 16 instâncias (ocorrências)

Nº.	TÍTULO	CHAR.
001	Entidades que assistem imigrantes haitianos pedem providências às autoridades (URL)	3.484
015	Empresas brasileiras vão ao Acre contratar imigrantes haitianos (URL)	6.327
019	Governo Federal deve entregar proposta de resolução para restringir a entrada de imigrantes haitianos no Brasil (URL)	3.666
062	Representantes do Governo Federal visitam instalações de abrigo haitianos no AM (URL)	3.200
063	Mais um grupo de 400 haitianos desembarca em Manaus (URL)	1.230
068	Haitianos reclamam de redução de salário e abandonam emprego em MT (URL) cd. 4	2.791
076	'Não se adaptaram' , diz empresário de MT sobre contratação de haitianos (URL) cd. 4	2.256
080	Audidores fiscalizam fábrica em MT após contratação de haitianos (URL)	2.219
082	Senador quer que governo federal adote medidas quanto a imigrantes haitianos no AM (URL)	4.118
088	Processo sobre haitianos no Brasil corre em segredo de Justiça (URL)	3.153
095	Haitianos devem receber R\$ 520 mil de verba federal nas próximas horas (URL)	1.540
118	Grupo com mais de 120 haitianos chega a Manaus neste sábado (21) (URL)	849
133	Pastoral estima que 1.800 haitianos estejam refugiados em Manaus (URL) cond. 4	5.833*

4.2 CASA: 42 documentos com 77 instâncias (ocorrências)

Nº.	TÍTULO	CHAR.
007	Governo brasileiro vai controlar entrada de haitianos no país e limitar vistos (URL)	3.700
010	Haitianos em SP pensam em voltar a seu país só 'de visita' (URL)	4.709*
011	Controle migratório de haitianos no Brasil gera debate (URL)	4.853
013	Amazonas pede ajuda ao Governo Federal para ações de assistência aos haitianos (URL)	3.461
014	Conselho de Imigração aprova restrição à entrada de haitianos (URL)	5.146
017	Haitianos dizem que preferem viver no Brasil , mesmo com dificuldades (URL)	2.353
020	Dezenas de imigrantes haitianos são barrados na fronteira com o Peru (URL)	1.744
023	População de Tabatinga começa a dar sinais de esgotamento na relação com os Haitianos (URL)	5.357*
024	Haitiana morre vítima de dengue , em Tabatinga (AM) (URL)	1.636
027	Chegada de mais de 200 haitianos expõe falta de estrutura para abrigar refugiados em Manaus (URL)	3.626

032	Haitianos refugiados começam a trabalhar no Rio Grande do Sul (URL)	1.743*
033	Governador do AM diz para 'Governo Federal levar haitianos para Brasília' (URL)	1.396*
034	Haitianos que chegaram na última terça-feira a Manaus recebem apoio (URL)	2.747*
035	Colocação no mercado de trabalho é sinônimo de recomeço para haitianos que vivem em Manaus (URL)	3.740
036	Imigrantes haitianos resistem às tentações do mundo do narcotráfico existente no interior do Amazonas (URL)	5.275
039	SRTE do Amazonas acompanhará recrutamento de haitianos para outros Estados (URL)	3.615
045	Haitiano leva tiro e morre em bairro da Zona Leste de Manaus (URL) cond. 4	2.218
053	Projeto reúne jovens voluntários para ajudar haitianos em Manaus (URL)	1.951
056	Imigrantes Haitianos procuram Polícia Federal em Manaus para regularizarem situação no país (URL)	3.675
060	Dilma promete ajuda a haitianos que chegarem ao Brasil (URL)	1.250
065	Embaixador do Haiti está de malas prontas para visitar o Amazonas (URL)	7.728
067	Haitianos que buscam o Brasil definham na Amazônia peruana (URL)	5.510
068	Haitianos reclamam de redução de salário e abandonam emprego em MT (URL) cd. 4	2.791
069	Suspeito de matar haitiano responderá processo em liberdade, no AM (URL)	1.301
070	Polícia civil prende suspeito de ter assassinado haitiano em Manaus (URL)	1.566
073	Mutirão de saúde em Manaus atende mulheres haitianas (URL)	1.413
076	' Não se adaptaram ', diz empresário de MT sobre contratação de haitianos (URL) cd. 4	2.256
081	Governo não vai deportar haitianos que migraram ilegalmente, diz MJ (URL)	2.346
083	Haitianas não perdem a esperança em Manaus (URL)	3.496
086	Haitianos e amazonenses disputam partida de futebol , em Manaus (URL)	2.520
093	Senador Eduardo Braga (PMDB) avalia onda migratória no país (URL)	8.169
110	Grupo de haitianos ainda segue na fronteira entre Peru e Brasil (URL)	2.992
117	Após terem papéis retidos no RS , haitianos ganham novos empregos (URL)	1.028
121	Grupo de 60 haitianos é expulso de igreja pentecostal na Zona Oeste de Manaus (URL)	2.444
122	Haitianos buscam reerguer o país de origem estudando na UFSCar (URL)	2.632*
123	Mais de 800 haitianos moram e trabalham em Porto Velho (URL)	1.698
133	Pastoral estima que 1.800 haitianos estejam refugiados em Manaus (URL) cond. 4	5.833
136	Haitianos ameaçam manter representante do governo do Acre sob cárcere privado (URL)	2.360
144	Grávida , haitiana sonha que filho seja jogador de futebol no Brasil (URL)	6.466*
145	Chega ao caos a situação de ajuda humanitária a haitianos no Acre , diz secretário (URL)	2.868
149	Visto a haitianos pode ser liberado por medo de atravessadores (URL)	925
150	Ministério do Trabalho lança guia de trabalho para haitianos (URL)	2.105

4.3 RESIDÊNCIA: 16 documentos com 16 instâncias (ocorrências)

Nº.	TÍTULO	CHAR.
003	Haitianos chegam pela fronteira da Amazônia à procura de trabalho (URL)	2.302
009	Com economia forte , Brasil quebra tradição e freia imigração haitiana (URL)	3.076
011	Controle migratório de haitianos no Brasil gera debate (URL)	4.853
014	Conselho de Imigração aprova restrição à entrada de haitianos (URL)	5.146
019	Governo Federal deve entregar proposta de resolução para restringir a entrada de imigrantes haitianos no Brasil (URL)	3.666
045	Haitiano leva tiro e morre em bairro da Zona Leste de Manaus (URL) cond. 4	2.218*
055	Amazonas pretende desencadear ações de testagem de doenças em pacientes haitianos (URL)	4.425
056	Imigrantes Haitianos procuram Polícia Federal em Manaus para regularizarem situação no país (URL)	3.675
074	Haitianos buscam ingresso no mercado de trabalho em Manaus (URL)	4.307
098	Barrada na fronteira , haitiana agora quer entrar no Brasil com visto (URL)	2.999
099	Após nova regra , Brasil só concede 30% da cota de vistos a haitianos (URL)	3.352
107	Barrados há 77 dias , haitianos dormem em praça no Peru à espera de decisão do Brasil (URL)	6.002

114	Haitianos que estão no Peru vão entrar no Brasil em grupos a partir da próxima semana (URL)	1.846
115	Governo diz que vai regularizar mais 363 haitianos que vivem no AM (URL)	1.532
126	Novas regras não impedem vinda ao Brasil de haitianos sem vistos (URL)	5.507
139	Haitianos devem receber até sexta-feira protocolos para obter documentos no Brasil (URL)	1.406

4.4 ABRIGO: 13 documentos com 20 instâncias (ocorrências)

Nº.	TÍTULO	CHAR.
008	Governo decide fechar as fronteiras para os haitianos (URL)	1.462
010	Haitianos em SP pensam em voltar a seu país só 'de visita' (URL)	4.709
013	Amazonas pede ajuda ao Governo Federal para ações de assistência aos haitianos (URL)	3.461*
017	Haitianos dizem que preferem viver no Brasil , mesmo com dificuldades (URL)	2.353
040	Governo do Amazonas anuncia apoio aos haitianos em Manaus (URL)	1.756*
043	Quadrilhas de " coiotes " já atuam junto aos haitianos que procuram entrar no Brasil (URL)	5.570
062	Representantes do Governo Federal visitam instalações de abrigo s haitianos no AM (URL)	3.200*
073	Mutirão de saúde em Manaus atende mulheres haitianas (URL)	1.413*
076	' Não se adaptaram ', diz empresário de MT sobre contratação de haitianos (URL) cd. 4	2.256
116	Imigrantes haitianos entram no Brasil após três meses de espera (URL)	4.208
118	Grupo com mais de 120 haitianos chega a Manaus neste sábado (21) (URL)	849*
127	Ajuda a haitianos chegou ao limite , afirma secretário de Justiça do Acre (URL)	3.717
145	Chega ao caos a situação de ajuda humanitária a haitianos no Acre , diz secretário (URL)	2.868*

-- Lista final de 11 notícias após aplicação das condições de aderência ao corpus --

Nº.	TÍTULO	CHAR.
010	Haitianos em SP pensam em voltar a seu país só 'de visita' (URL)	4.709*
011	Controle migratório de haitianos no Brasil gera debate (URL)	4.853
013	Amazonas pede ajuda ao Gov. Federal para ações de assistência aos haitianos(URL)	3.461
014	Conselho de Imigração aprova restrição à entrada de haitianos (URL)	5.146
017	Haitianos dizem que preferem viver no Brasil , mesmo com dificuldades (URL)	2.353
019	Governo Federal deve entregar proposta de resolução para restringir a entrada de imigrantes haitianos no Brasil (URL)	3.666
056	Imigrantes Haitianos procuram Polícia Federal em Manaus para regularizarem situação no país (URL)	3.675
062	Representantes do Governo Federal visitam instalações de abrigo s haitianos no AM (URL)	3.200*
073	Mutirão de saúde em Manaus atende mulheres haitianas (URL)	1.413
118	Grupo com mais de 120 haitianos chega a Manaus neste sábado (21) (URL)	849*
145	Chega ao caos a situação de ajuda humanitária a haitianos no Acre , diz secretário (URL)	2.868*

5. Quinta Busca: Assistência + (Auxílio, Ajuda e Apoio)

5.1 ASSISTÊNCIA: 32 documentos com 63 instâncias (ocorrências)

Nº.	TÍTULO	CHAR.
001	Entidades que assistem imigrantes haitianos pedem providências às autoridades (URL)	3.484*
002	Médicos Sem Fronteira elabora documento para divulgar situação crítica de haitianos no AM (URL)	4.322
003	Haitianos chegam pela fronteira da Amazônia à procura de trabalho (URL)	2.302
004	Haitianos atravessam fronteira ilegalmente para viver no Brasil (URL)	2.358
007	Governo brasileiro vai controlar entrada de haitianos no país e limitar vistos (URL)	3.700

013	Amazonas pede ajuda ao Governo Federal para ações de assistência aos haitianos (URL)	3.461*
031	Governo Federal enviará missão ao Amazonas para avaliar situação dos haitianos, diz MDS (URL)	3.792
033	Governador do AM diz para 'Governo Federal levar haitianos para Brasília' (URL)	1.396
034	Haitianos que chegaram na última terça-feira a Manaus recebem apoio (URL)	2.747
047	Governo federal libera R\$ 900 mil para cuidados com haitianos (URL)	699
050	Ministério libera R\$ 900 mil para ajudar imigrantes haitianos no Acre e no Amazonas (URL)	1.682
051	MDS libera R\$ 900 mil para haitianos residentes no Amazonas e no Acre (URL)	3.426**
054	MPF/AM articula audiência com governo para discutir situação de haitianos com risco de deportação (URL)	3.121
062	Representantes do Governo Federal visitam instalações de abrigo haitianos no AM (URL)	3.200
064	Estado doa colchões e água a haitianos recém-chegados a Manaus (URL)	2.478
072	Governo do Amazonas realiza ações de saúde com imigrantes haitianos (URL)	2.382
074	Haitianos buscam ingresso no mercado de trabalho em Manaus (URL)	4.307
077	Entidade pró-haitianos fará rifa visando nova sede em Manaus (URL) cond. 3	1.761
079	FVS/AM inicia vacinação de imigrantes haitianos, em Manaus (URL)	1.113
088	Processo sobre haitianos no Brasil corre em segredo de Justiça (URL)	3.153
093	Senador Eduardo Braga (PMDB) avalia onda migratória no país (URL)	8.169
094	Imigração de Haitianos ao AM será debatida pela ALE-AM nesta segunda-feira (27) (URL)	1.694
095	Haitianos devem receber R\$ 520 mil de verba federal nas próximas horas (URL) cd. 3	1.540
112	Haitianos aguardam confirmação sobre permissão de entrada no Brasil (URL)	3.702
116	Imigrantes haitianos entram no Brasil após três meses de espera (URL)	4.208
123	Mais de 800 haitianos moram e trabalham em Porto Velho (URL)	1.698
124	Trabalhadores estrangeiros 'invadem' mercado de trabalho no Amazonas (URL)	3.312
133	Pastoral estima que 1.800 haitianos estejam refugiados em Manaus (URL) cond. 4	5.833
137	Deputada diz que fluxo de haitianos ilegais segue intenso no Brasil (URL)	2.446
143	Autorização de trabalho para estrangeiro crescem 5% em nove meses de 2012 (URL)	4.771
144	Grávida , haitiana sonha que filho seja jogador de futebol no Brasil (URL)	6.466**
147	MP investiga caso dos haitianos demitidos em Igrejinha, RS (URL)	1.788

5.2 AUXÍLIO: 12 documentos com 18 instâncias (ocorrências)

Nº.	TÍTULO	CHAR.
002	Médicos Sem Fronteira elabora documento para divulgar situação crítica de haitianos no AM (URL)	4.322*
007	Governo brasileiro vai controlar entrada de haitianos no país e limitar vistos (URL)	3.700
020	Dezenas de imigrantes haitianos são barrados na fronteira com o Peru (URL)	1.744
027	Chegada de mais de 200 haitianos expõe falta de estrutura para abrigar refugiados em Manaus (URL)	3.626*
033	Governador do AM diz para 'Governo Federal levar haitianos para Brasília' (URL)	1.396
064	Estado doa colchões e água a haitianos recém-chegados a Manaus (URL)	2.478
065	Embaixador do Haiti está de malas prontas para visitar o Amazonas (URL)	7.728
068	Haitianos reclamam de redução de salário e abandonam emprego em MT (URL) cd. 4	2.791
081	Governo não vai deportar haitianos que migraram ilegalmente, diz MJ (URL)	2.346
088	Processo sobre haitianos no Brasil corre em segredo de Justiça (URL)	3.153
096	Secretaria de saúde realizará cadastro de haitianos no SUS , no AM (URL)	1.410
104	Haitianos em Manaus são recrutados para trabalharem no Sul e Sudeste (URL)	1.937

5.3 AJUDA: 39 documentos com 64 instâncias (ocorrências)

Nº.	TÍTULO	CHAR.
001	Entidades que assistem imigrantes haitianos pedem providências às autoridades (URL)	3.484*
002	Médicos Sem Fronteira elabora documento para divulgar situação crítica de haitianos no AM (URL)	4.322
003	Haitianos chegam pela fronteira da Amazônia à procura de trabalho (URL)	2.302

006	Haitianos reclamam da demora para conseguirem visto de permanência (URL)	4.342**
011	Controle migratório de haitianos no Brasil gera debate (URL)	4.853
014	Conselho de Imigração aprova restrição à entrada de haitianos (URL)	5.146
021	Grupo de haitianos que chegou nesta sexta-feira em Manaus não tem para onde ir (URL)	2.185
022	Série de reportagens mostra a busca dos haitianos por uma nova vida no Brasil (URL)	3.834
023	População de Tabatinga começa a dar sinais de esgotamento na relação com os Haitianos (URL)	5.357*
027	Chegada de mais de 200 haitianos expõe falta de estrutura para abrigar refugiados em Manaus (URL)	3.626
031	Governo Federal enviará missão ao Amazonas para avaliar situação dos haitianos, diz MDS (URL)	3.792
035	Colocação no mercado de trabalho é sinônimo de recomeço para haitianos que vivem em Manaus (URL)	3.740
045	Haitiano leva tiro e morre em bairro da Zona Leste de Manaus (URL)	2.218
048	Chegada de haitianos, (sic) é fruto da política internacional , diz especialista (URL)	6.749
049	Ufam apoiará haitianos (URL)	3.255
050	Ministério libera R\$ 900 mil para ajudar imigrantes haitianos no Acre e no Amazonas (URL)	1.682
052	Ações de voluntariado mobilizam pessoas na ajuda a imigrantes haitianos (URL) cd. 3	2.262*
053	Projeto reúne jovens voluntários para ajudar haitianos em Manaus (URL)	1.951*
055	Amazonas pretende desencadear ações de testagem de doenças em pacientes haitianos (URL)	4.425
065	Embaixador do Haiti está de malas prontas para visitar o Amazonas (URL)	7.728
068	Haitianos reclamam de redução de salário e abandonam emprego em MT (URL) cd. 4	2.791
075	Haitianos recebem atendimento médico gratuito em Manaus (URL) cond. 4	1.102
082	Senador quer que governo federal adote medidas quanto a imigrantes haitianos no AM (URL)	4.118
083	Haitianas não perdem a esperança em Manaus (URL)	3.496*
084	Imigração de Haitianos no país volta à pauta do Senado nesta terça-feira (14) (URL)	1.014*
088	Processo sobre haitianos no Brasil corre em segredo de Justiça (URL)	3.153
093	Senador Eduardo Braga (PMDB) avalia onda migratória no país (URL)	8.169**
105	Haitianos reconstróem a vida em usinas de bioenergia de GO (URL)	1.670
106	No AM , haitianos fazem passeata para sensibilizar Governo Federal (URL)	1.195
111	Haitianos refugiados que trabalham em Cascavel aprendem português (URL)	1.254
122	Haitianos buscam reerguer o país de origem estudando na UFSCar (URL) cond. 3	2.632
123	Mais de 800 haitianos moram e trabalham em Porto Velho (URL)	1.698
127	Ajuda a haitianos chegou ao limite , afirma secretário de Justiça do Acre (URL)	3.717**
128	Haitianos sofrem com o frio do RS e ganham agasalhos de colegas (URL)	1.244
131	Haitianos em Brasileia usam nova rota de imigração ilegal para o Brasil (URL)	2.794
133	Pastoral estima que 1.800 haitianos estejam refugiados em Manaus (URL) cond. 4	5.833
136	Haitianos ameaçam manter representante do governo do Acre sob cárcere privado (URL)	2.360
144	Grávida , haitiana sonha que filho seja jogador de futebol no Brasil (URL)	6.466
145	Chega ao caos a situação de ajuda humanitária a haitianos no Acre , diz secretario (URL) cond. 3	2.868*

5.4 APOIO: 24 documentos com 35 instâncias (ocorrências)

Nº.	TÍTULO	CHAR.
001	Entidades que assistem imigrantes haitianos pedem providências às autoridades (URL)	3.484
002	Médicos Sem Fronteira elabora documento para divulgar situação crítica de haitianos no AM (URL)	4.322*
003	Haitianos chegam pela fronteira da Amazônia à procura de trabalho (URL)	2.302
020	Dezenas de imigrantes haitianos são barrados na fronteira com o Peru (URL)	1.744
027	Chegada de mais de 200 haitianos expõe falta de estrutura para abrigar refugiados em Manaus (URL)	3.626
031	Governo Federal enviará missão ao Amazonas para avaliar situação dos haitianos, diz MDS (URL)	3.792*

034	Haitianos que chegaram na última terça-feira a Manaus recebem apoio (URL)	2.747
038	Universidade Federal do Amazonas lançará edital para apoiar haitianos (URL)	2.225
040	Governo do Amazonas anuncia apoio aos haitianos em Manaus (URL)	1.756*
049	Ufam apoiará haitianos (URL)	3.255
051	MDS libera R\$ 900 mil para haitianos residentes no Amazonas e no Acre (URL)	3.426
066	Pesquisa da Ufam traça perfil dos haitianos que migraram para Manaus (URL)	4.349
075	Haitianos recebem atendimento médico gratuito em Manaus (URL) cond. 4	1.102
088	Processo sobre haitianos no Brasil corre em segredo de Justiça (URL)	3.153
090	Haitiano sonha ser jogador de futebol no Amazonas (URL)	1.988
091	Amazonenses vencem haitianos em amistoso (URL)	1.321
094	Imigração de Haitianos ao AM será debatida pela ALE-AM nesta segunda-feira (27) (URL)	1.694
109	Procuradora cobra no Senado solução para haitianos presos na fronteira (URL)	4.229
115	Governo diz que vai regularizar mais 363 haitianos que vivem no AM (URL)	1.532
122	Haitianos buscam reerguer o país de origem estudando na UFSCar (URL) cond. 3	2.632
123	Mais de 800 haitianos moram e trabalham em Porto Velho (URL)	1.698*
131	Haitianos em Brasileia usam nova rota de imigração ilegal para o Brasil (URL)	2.794
140	Oficina discute situação dos haitianos no mercado de trabalho no AM (URL)	1.511
144	Grávida , haitiana sonha que filho seja jogador de futebol no Brasil (URL)	6.466

-- Lista final de 27 notícias após aplicação das condições de aderência ao corpus --

Nº.	TÍTULO	CHAR.
001	Entidades que assistem imigrantes haitianos pedem providências às autoridades (URL)	3.484*
002	Médicos Sem Fronteira elabora documento para divulgar situação crítica de haitianos no AM (URL)	4.322
003	Haitianos chegam pela fronteira da Amazônia à procura de trabalho (URL)	2.302
007	Governo brasileiro vai controlar entrada de haitianos no país e limitar vistos (URL)	3.700
020	Dezenas de imigrantes haitianos são barrados na fronteira com o Peru (URL)	1.744
027	Chegada de mais de 200 haitianos expõe falta de estrutura para abrigar refugiados em Manaus (URL)	3.626*
031	Governo Federal enviará missão ao Amazonas para avaliar situação dos haitianos, diz MDS (URL)	3.792
033	Governador do AM diz para 'Governo Federal levar haitianos para Brasília' (URL)	1.396
034	Haitianos que chegaram na última terça-feira a Manaus recebem apoio (URL)	2.747
049	Ufam apoiará haitianos (URL)	3.255
050	Ministério libera R\$ 900 mil para ajudar imigrantes haitianos no Acre e no Amazonas (URL)	1.682
051	MDS libera R\$ 900 mil para haitianos residentes no Amazonas e no Acre (URL)	3.426**
052	Ações de voluntariado mobilizam pessoas na ajuda a imigrantes haitianos (URL) cd. 3	2.262*
064	Estado doa colchões e água a haitianos recém-chegados a Manaus (URL)	2.478
065	Embaixador do Haiti está de malas prontas para visitar o Amazonas (URL)	7.728
077	Entidade pró-haitianos fará rifa visando nova sede em Manaus (URL) cond. 3	1.761
088	Processo sobre haitianos no Brasil corre em segredo de Justiça (URL)	3.153
093	Senador Eduardo Braga (PMDB) avalia onda migratória no país (URL)	8.169
094	Imigração de Haitianos ao AM será debatida pela ALE-AM nesta segunda-feira (27) (URL)	1.694
095	Haitianos devem receber R\$ 520 mil de verba federal nas próximas horas (URL) cd. 3	1.540
123	Mais de 800 haitianos moram e trabalham em Porto Velho (URL)	1.698*
131	Haitianos em Brasileia usam nova rota de imigração ilegal para o Brasil (URL)	2.794
144	Grávida , haitiana sonha que filho seja jogador de futebol no Brasil (URL)	6.466**
145	Chega ao caos a situação de ajuda humanitária a haitianos no Acre , diz secretário (URL) cond. 3	2.868*

E2: Migração Venezuelana (2017)

Documento: busca em grupo de arquivos pdf

Base de Dados: 84 notícias (ano: 2017).

Pesquisa Avançada: palavra-base + 03 termos no mesmo campo semântico.

Condição de Aderência: palavra-base (E) pelo menos um termo; (OU) ao menos dois termos correlatos; (OU) seleção manual pela leitura do primeiro parágrafo; (OU) leitura do texto completo, quando o *lead* não for capaz de indicar com clareza a inclusão/exclusão.

1. Primeira Busca: Saúde + (Doença, Hospital e Médico)

1.1 SAÚDE: 34 textos com 73 instâncias (ocorrências)

Nº.	TÍTULO	CHAR.
006	Roraima espera maior migração de venezuelanos este ano (URL)	2.404
008	Movimento 'Atos de Misericórdia' realiza ação em prol dos indígenas e venezuelanos (URL)	2.028
011	Órgãos pedem apoio da PF e MP para ajudar famílias venezuelanas em Manaus (URL)	1.810
013	Indígenas venezuelanos em Manaus voltarão a seu país de origem em abril (URL)	2.353
014	Indígenas venezuelanos em Manaus voltarão a seu país de origem em abril (URL)	2.108
019	Roraima continuará oferecendo abrigo a venezuelanos (URL)	2.165
021	Migração venezuelana ao Brasil quintuplicou em 2016, diz ONG (URL)	4.157*
022	Adaptação: Escolas municipais de Boa Vista mudam rotina para atender alunos venezuelanos (URL)	7.936
024	Manaus quer ajuda federal para lidar com migração de venezuelanos (URL)	3.188*
027	Casos de tuberculose são registrados em crianças indígenas venezuelanas, em Manaus (URL)	2.249*
028	MPF/AM recomenda medidas sobre imigrantes venezuelanos em Manaus (URL)	6.430*
029	Governo do Amazonas vai liberar recursos para ajudar venezuelanos, em Manaus (URL)	1.106
030	Governo do Amazonas vai liberar recursos para ajudar venezuelanos (URL)	1.091
032	Bebê venezuelana de 11 meses morre de pneumonia em hospital de Manaus (URL)	1.468
034	MPF requisita plano emergencial de saúde após nova morte de criança indígena Warao (URL)	4.996**
036	MPF requisita plano emergencial de saúde após nova morte de criança venezuelana (URL)	3.614*
040	Criança venezuelana é internada em estado grave com pneumonia em Manaus (URL)	1.351*
041	Tratamento de indígenas venezuelanos será acompanhado por lideranças xamânicas (URL)	2.207*
043	Venezuelanos com crianças de colo serão os primeiros transferidos para abrigo (URL) cond. 3	3.027*
050	Indígenas venezuelanos pedem matéria-prima para confecção de artesanato (URL)	2.664
054	MPF/AM e Ufam promovem seminário sobre povos indígenas e políticas públicas (URL)	2.192*
055	Ministro da Justiça e presidente da Funai vêm ao Norte ouvir lideranças indígenas (URL)	3.526
056	União se compromete a repassar recursos para indígenas venezuelanos até o dia 14 (URL)	7.423
062	Oficina discute direitos e deveres de imigrantes e refugiados no Brasil (URL)	3.707*
065	Pendências documentais de imóveis que abrigam indígenas criam insegurança (URL)	3.698
068	Fome leva indígenas venezuelanos a migrarem para o Brasil (URL)	3.866
069	Venezuelana diz que foi xingada antes de ser agredida em RR: 'jogaram pedras e disseram para ir embora do Brasil' (URL)	5.583
072	Semed vai contratar indígenas warao sem formação para ensinar crianças nos abrigos (URL)	4.436*
074	Manaus: a capital dos refugiados na Amazônia brasileira (URL)	6.567
077	Superlotação de venezuelanos afeta abrigo e escolas de Boa Vista (URL)	3.138
080	Roraima decreta Situação de Emergência devido imigração venezuelana (URL)	1.849*

081	Roraima fica em estado de alerta para sarampo devido a surto na Venezuela (URL)	2.021**
083	MPF cobra ações de governos para ajudar índios venez. refugiados no Pará (URL)	3.134
084	Município em Roraima vive crise para dar atendimento a migrantes da Venezuela (URL)	1.676

1.2 DOENÇA: 05 textos com 07 instâncias (ocorrências)

Nº.	TÍTULO	CHAR.
027	Casos de tuberculose são registrados em crianças indígenas venezuelanas, em Manaus (URL)	2.249
034	MPF requisita plano emergencial de saúde após nova morte de criança indígena Warao (URL)	4.996
036	MPF requisita plano emergencial de saúde após nova morte de criança venezuelana (URL)	3.614
040	Criança venezuelana é internada em estado grave com pneumonia em Manaus (URL)	1.351*
081	Roraima fica em estado de alerta para sarampo devido a surto na Venezuela (URL)	2.021*

1.3 HOSPITAL: 06 documentos com 12 instâncias (ocorrências)

Nº.	TÍTULO	CHAR.
006	Roraima espera maior migração de venezuelanos este ano (URL)	2.404
021	Migração venezuelana ao Brasil quintuplicou em 2016, diz ONG (URL)	4.157**
032	Bebê venezuelana de 11 meses morre de pneumonia em hospital de Manaus (URL)	1.468*
033	Pais de bebê venezuelana querem voltar para sua terra natal após morte da criança (URL)	1.378
040	Criança venezuelana é internada em estado grave com pneumonia em Manaus (URL)	1.351
069	Venezuelana diz que foi xingada antes de ser agredida em RR: 'jogaram pedras e disseram para ir embora do Brasil' (URL) cond. 3	5.583

1.4 MÉDICO/MEDICINA: 08 documentos com 08 instâncias (ocorrências)

Nº.	TÍTULO	CHAR.
019	Roraima continuará oferecendo abrigo a venezuelanos (URL)	2.165
024	Manaus quer ajuda federal para lidar com migração de venezuelanos (URL)	3.188
033	Pais de bebê venezuelana querem voltar para sua terra natal após morte da criança (URL)	1.378
074	Manaus: a capital dos refugiados na Amazônia brasileira (URL)	6.567
041	Tratamento de indígenas venezuelanos será acompanhado por lideranças xamânicas (URL)	2.207
054	MPF/AM e Ufam promovem seminário sobre povos indígenas e políticas públicas (URL)	2.192
057	Ministro visita abrigo onde estão indígenas venezuelanos (URL)	2.934
069	Venezuelana diz que foi xingada antes de ser agredida em RR: 'jogaram pedras e disseram para ir embora do Brasil' (URL)	5.583

-- Lista final de 15 notícias após aplicação das condições de aderência ao corpus --

Nº.	TÍTULO	CHAR.
006	Roraima espera maior migração de venezuelanos este ano (URL)	2.404
019	Roraima continuará oferecendo abrigo a venezuelanos (URL)	2.165
021	Migração venezuelana ao Brasil quintuplicou em 2016, diz ONG (URL)	4.157*
024	Manaus quer ajuda federal para lidar com migração de venezuelanos (URL)	3.188*
027	Casos de tuberculose são registrados em crianças indígenas venezuelanas, em Manaus (URL)	2.249*
032	Bebê venezuelana de 11 meses morre de pneumonia em hospital de Manaus (URL)	1.468
033	Pais de bebê venezuelana querem voltar para sua terra natal após morte da criança (URL)	1.378
034	MPF requisita plano emergencial de saúde após nova morte de criança indígena Warao (URL)	4.996

036	MPF requisita plano emergencial de saúde após nova morte de criança venezuelana (URL)	3.614
040	Criança venezuelana é internada em estado grave com pneumonia em Manaus (URL)	1.351*
041	Tratamento de indígenas venezuelanos será acompanhado por lideranças xamânicas (URL)	2.207*
043	Venezuelanos com crianças de colo serão os primeiros transferidos para abrigo (URL) cond. 3	3.027*
054	MPF/AM e Ufam promovem seminário sobre povos indígenas e políticas públicas (URL)	2.192*
069	Venezuelana diz que foi xingada antes de ser agredida em RR: 'jogaram pedras e disseram para ir embora do Brasil' (URL)	5.583
081	Roraima fica em estado de alerta para sarampo devido a surto na Venezuela (URL)	2.021**

2. Segunda Busca: Educação + (Formação, Estudo e Curso)

2.1 EDUCAÇÃO: 11 documentos com 18 instâncias (ocorrências)

Nº.	TÍTULO	CHAR.
020	Morando nas ruas, índios venezuelanos contam com ajuda de manauaras (URL)	5.396
022	Adaptação: Escolas municipais de Boa Vista mudam rotina para atender alunos venezuelanos (URL) cond. 3	7.936**
028	MPF/AM recomenda medidas sobre imigrantes venezuelanos em Manaus (URL)	6.430
050	Indígenas venezuelanos pedem matéria-prima para confecção de artesanato (URL)	2.664
054	MPF/AM e Ufam promovem seminário sobre povos indígenas e políticas públicas (URL)	2.192
062	Oficina discute direitos e deveres de imigrantes e refugiados no Brasil (URL)	3.707
065	Pendências documentais de imóveis que abrigam indígenas criam insegurança (URL)	3.698
068	Fome leva indígenas venezuelanos a migrarem para o Brasil (URL)	3.866
072	Semed vai contratar indígenas warao sem formação para ensinar crianças nos abrigos (URL)	4.436**
077	Superlotação de venezuelanos afeta abrigo e escolas de Boa Vista (URL)	3.138
083	MPF cobra ações de governos para ajudar índios venezuelanos refugiados no Pará (URL)	3.134*

2.2 ENSINO: 03 documentos com 11 instâncias (ocorrências)

Nº.	TÍTULO	CHAR.
022	Adaptação: Escolas municipais de Boa Vista mudam rotina para atender alunos venezuelanos (URL)	7.936**
072	Semed vai contratar indígenas warao sem formação para ensinar crianças nos abrigos (URL)	4.436**
077	Superlotação de venezuelanos afeta abrigo e escolas de Boa Vista (URL)	3.138*

2.3 CURSO: 02 documentos com 02 instâncias (ocorrências)

Nº.	TÍTULO	CHAR.
035	Venezuelanos no Brasil: solidariedade não tem hora (URL)	1.920
067	Vendedora de picolé venezuelana do T2 viraliza na Internet e se diz guerreira (URL)	3.024

2.4 APRENDER: 03 documentos com 04 instâncias (ocorrências)

Nº.	TÍTULO	CHAR.
003	" Vimos para Manaus para comer ", diz índia venezuelana que vive na Rodoviária (URL)	5.842
049	Grupo de estudos discute sobre imigração de venezuelanos em Manaus (URL)	2.275*
065	Pendências documentais de imóveis que abrigam indígenas criam insegurança (URL)	3.698

-- Lista final de 04 notícias após aplicação das condições de aderência ao corpus --

Nº.	TÍTULO	CHAR.
022	Adaptação: Escolas municipais de Boa Vista mudam rotina para atender alunos venezuelanos (URL) cond. 3	7.936**
065	Pendências documentais de imóveis que abrigam indígenas criam insegurança (URL)	3.698
072	Semed vai contratar indígenas warao sem formação para ensinar crianças nos abrigos (URL)	4.436**
077	Superlotação de venezuelanos afeta abrigo e escolas de Boa Vista (URL)	3.138*

3. Terceira Busca: Trabalho + (Emprego, Ocupação e Profissão)

3.1 TRABALHO: 31 documentos com 57 instâncias (ocorrências)

Nº.	TÍTULO	CHAR.
002	Vendedores denunciam ter sido agredidos por fiscais da Prefeitura de Manaus (URL) cond. 3	2.638
003	"Viemos para Manaus para comer", diz índia venezuelana que vive na Rodoviária (URL)	5.842*
013	Indígenas venezuelanos em Manaus voltarão a seu país de origem em abril (URL)	2.353
014	Indígenas venezuelanos em Manaus voltarão a seu país de origem em abril (URL)	2.108
015	Irmãos venezuelanos improvisam um salão de corte de cabelo de frente para o rio Negro (URL)	2.934*
016	Indígenas venezuelanos que vivem em Manaus seguem sem previsão de retorno (URL) – diferença entre os perfis de haitianos e venezuelanos	2.911**
017	Indígenas venezuelanos ocupam Centro de Manaus em busca de renda (URL)	5.184
019	Roraima continuará oferecendo abrigo a venezuelanos (URL)	2.165
020	Morando nas ruas, índios venezuelanos contam com ajuda de manauaras (URL)	5.396*
022	Adaptação: Escolas municipais de Boa Vista mudam rotina para atender alunos venezuelanos (URL) cond. 4	7.936
041	Tratamento de indígenas venezuelanos será acompanhado por lideranças xamânicas (URL)	2.207
042	Alojamento que receberá indígenas venezuelanos em Manaus segue em reforma (URL)	2.962
045	MPF/AM apresenta parecer antropológico sobre indígenas Warao em Manaus (URL)	1.924
047	Índios venezuelanos são levados para abrigo no Coroado, na Zona Leste de Manaus (URL) – uso do termo “índios”	2.661
048	Cacique venezuelano da etnia warao teme conflito entre indígenas em abrigo (URL)	2.320*
049	Grupo de estudos discute sobre imigração de venezuelanos em Manaus (URL)	2.275
050	Indígenas venezuelanos pedem matéria-prima para confecção de artesanato (URL)	2.664*
051	Venezuelanos abrigados em Manaus planejam criar associação (URL) cond. 3	2.299*
052	Encontro discute alternativas para atender indígenas venezuelanos em Manaus (URL) cond. 3	1.921*
057	Ministro visita abrigo onde estão indígenas venezuelanos (URL)	2.934**
065	Pendências documentais de imóveis que abrigam indígenas criam insegurança (URL)	3.698
066	Manaus leva a Boa Vista modelo de acolhimento a índios venezuelanos (URL)	1.355
067	Vendedora de picolé venezuelana do T2 viraliza na Internet e se diz guerreira (URL)	3.024
070	Migrantes venezuelanos no Brasil (URL)	3.760
072	Semed vai contratar indígenas warao sem formação para ensinar crianças nos abrigos (URL)	4.436**
074	Manaus: a capital dos refugiados na Amazônia brasileira (URL)	6.567**
075	Flanelinhas seguem ‘livres’ para atuar em Manaus; condutores reclamam de ameaças (URL)	4.484**
077	Superlotação de venezuelanos afeta abrigo e escolas de Boa Vista (URL)	3.138
079	Indígenas venezuelanos temem o fechamento de abrigo provisório em Manaus (URL)	4.474
080	Roraima decreta Situação de Emergência devido imigração venezuelana (URL)	1.849
083	MPF cobra ações de governos para ajudar índios venezuelanos refugiados no Pará (URL)	3.134*

3.2 EMPREGO: 11 documentos com 15 instâncias (ocorrências)

Nº.	TÍTULO	CHAR.
003	"Viemos para Manaus para comer", diz índia venezuelana que vive na Rodoviária (URL)	5.842
020	Morando nas ruas, índios venezuelanos contam com ajuda de manauaras (URL)	5.396
022	Adaptação: Escolas municipais de Boa Vista mudam rotina para atender alunos venezuelanos (URL) cond. 4	7.936
023	PF prende suspeitos de exploração sexual de venezuelanas em Roraima (URL)	1.566
046	Pentecostes 2017 estima atrair 100 mil fieis neste domingo, em Manaus (URL)	3.481
050	Índigenas venezuelanos pedem matéria-prima para confecção de artesanato (URL)	2.664
057	Ministro visita abrigo onde estão indígenas venezuelanos (URL)	2.934
059	Mais de 200 indígenas venezuelanos são abrigados em quatro bairros da cidade (URL)	3.111
067	Vendedora de picolé venezuelana do T2 viraliza na Internet e se diz guerreira (URL)	3.024*
072	Semed vai contratar indígenas warao sem formação para ensinar crianças nos abrigos (URL)	4.436**
075	Flanelinhas seguem 'livres' para atuar em Manaus; condutores reclamam de ameaças (URL)	4.484

3.3 PROFISSIONAL: 01 documento com 01 instância (ocorrência)

Nº.	TÍTULO	CHAR.
067	Vendedora de picolé venezuelana do T2 viraliza na Internet e se diz guerreira (URL)	3.024

3.4 CONTRATAR: sem ocorrências

Nº.	TÍTULO	CHAR.
----	-----	-----
		-

-- Lista final de 10 notícias após aplicação das condições de aderência ao corpus --

Nº.	TÍTULO	CHAR.
002	Vendedores denunciam ter sido agredidos por fiscais da Prefeitura de Manaus (URL) cond. 3	2.638
003	"Viemos para Manaus para comer", diz índia venezuelana que vive na Rodoviária (URL)	5.842*
020	Morando nas ruas, índios venezuelanos contam com ajuda de manauaras (URL)	5.396*
050	Índigenas venezuelanos pedem matéria-prima para confecção de artesanato (URL)	2.664*
051	Venezuelanos abrigados em Manaus planejam criar associação (URL) cond. 3	2.299*
052	Encontro discute alternativas para atender indígenas venezuelanos em Manaus (URL) cond. 3	1.921*
057	Ministro visita abrigo onde estão indígenas venezuelanos (URL)	2.934**
067	Vendedora de picolé venezuelana do T2 viraliza na Internet e se diz guerreira (URL)	3.024*
072	Semed vai contratar indígenas warao sem formação para ensinar crianças nos abrigos (URL)	4.436**
075	Flanelinhas seguem 'livres' para atuar em Manaus; condutores reclamam de ameaças (URL)	4.484**

4. Quarta Busca: Moradia + (Casa, Residência e Abrigo)

4.1 MORADIA: 06 documentos com 06 instâncias (ocorrências)

Nº.	TÍTULO	CHAR.
034	MPF requisita plano emergencial de saúde após nova morte de criança indígena Warao (URL)	4.996
036	MPF requisita plano emergencial de saúde após nova morte de criança venezuelana (URL)	3.614
047	Índios venezuelanos são levados para abrigo no Coroado, na Zona Leste de Manaus (URL)	2.661

054	MPF/AM e Ufam promovem seminário sobre povos indígenas e políticas públicas (URL)	2.192
074	Manaus: a capital dos refugiados na Amazônia brasileira (URL)	6.567
083	MPF cobra ações de governos para ajudar índios venezuelanos refugiados no Pará (URL)	3.134

4.2 CASA: 23 documentos com 32 instâncias (ocorrências)

Nº.	TÍTULO	CHAR.
003	"Viemos para Manaus para comer", diz índia venezuelana que vive na Rodoviária (URL)	5.842*
013	Indígenas venezuelanos em Manaus voltarão a seu país de origem em abril (URL)	2.353
014	Indígenas venezuelanos em Manaus voltarão a seu país de origem em abril (URL)	2.108
017	Indígenas venezuelanos ocupam Centro de Manaus em busca de renda (URL)	5.184
018	Exposição gratuita em bar vai arrecadar donativos para famílias venezuelanas (URL)	2.037
022	Adaptação: Escolas municipais de Boa Vista mudam rotina para atender alunos venezuelanos (URL)	7.936
028	MPF/AM recomenda medidas sobre imigrantes venezuelanos em Manaus (URL)	6.430
034	MPF requisita plano emergencial de saúde após nova morte de criança indígena Warao (URL)	4.996*
035	Venezuelanos no Brasil: solidariedade não tem hora (URL)	1.920
036	MPF requisita plano emergencial de saúde após nova morte de criança venezuelana (URL)	3.614*
048	Cacique venezuelano da etnia warao teme conflito entre indígenas em abrigo (URL)	2.320
056	União se compromete a repassar recursos para indígenas venezuelanos até o dia 14 (URL)	7.423*
061	Venezuelanos são presos com drogas e munição no Centro de Manaus (URL)	973
063	Crise na Venezuela leva indígenas ao Pará (URL)	1.123
064	MPF pede esclarecimento sobre falta de pagamento de aluguel de venezuelanos (URL) cond. 3	3.156*
065	Pendências documentais de imóveis que abrigam indígenas criam insegurança (URL)	3.698
069	Venezuelana diz que foi xingada antes de ser agredida em RR: 'jogaram pedras e disseram para ir embora do Brasil' (URL)	5.583*
072	Semed vai contratar indígenas warao sem formação para ensinar crianças nos abrigos (URL) cond. 4	4.436
073	Do garimpo ao Rainha do Peladão, saiba a história de uma guerreira venezuelana (URL)	3.874
076	Venezuelanas são presas suspeitas de furtar objetos de residência na Ponta Negra (URL) – desconexo ao tema	835
078	Em Manaus, abrigo para indígenas da Venezuela será fechado (URL)	2.189
083	MPF cobra ações de governos para ajudar índios venezuelanos refugiados no Pará (URL)	3.134*
084	Município em Roraima vive crise para dar atendimento a migrantes da Venezuela (URL)	1.676

4.3 RESIDÊNCIA: 08 documentos com 08 instâncias (ocorrências)

Nº.	TÍTULO	CHAR.
028	MPF/AM recomenda medidas sobre imigrantes venezuelanos em Manaus (URL)	6.430
034	MPF requisita plano emergencial de saúde após nova morte de criança indígena Warao (URL)	4.996
036	MPF requisita plano emergencial de saúde após nova morte de criança venezuelana (URL)	3.614
060	Brasil é o segundo país que mais recebe refugiados venezuelanos, diz Acnur (URL)	3.762
065	Pendências documentais de imóveis que abrigam indígenas criam insegurança (URL)	3.698
068	Fome leva indígenas venezuelanos a migrarem para o Brasil (URL)	3.866
070	Migrantes venezuelanos no Brasil (URL)	3.760
076	Venezuelanas são presas suspeitas de furtar objetos de residência na Ponta Negra (URL) – desconexo ao tema	835

4.4 ABRIGO: 36 documentos com 98 instâncias (ocorrências)

Nº.	TÍTULO	CHAR.
009	Conselheiros tutelares tentam recolher crianças indígenas da rodoviária (URL)	2.424*
010	Ação iniciada por conselheiros tutelares busca alternativa para retirar crianças da rodoviária (URL)	2.402*
011	Órgãos pedem apoio da PF e MP para ajudar famílias venezuelanas em Manaus (URL)	1.810
012	MPF instaura inquérito para acompanhar medidas de apoio a índios venezuelanos (URL)	5.275*
017	Índigenas venezuelanos ocupam Centro de Manaus em busca de renda (URL)	5.184
019	Roraima continuará oferecendo abrigo a venezuelanos (URL)	2.165*
021	Migração venezuelana ao Brasil quintuplicou em 2016, diz ONG (URL)	4.157
028	MPF/AM recomenda medidas sobre imigrantes venezuelanos em Manaus (URL)	6.430
034	MPF requisita plano emergencial de saúde após nova morte de criança indígena Warao (URL)	4.996
035	Venezuelanos no Brasil: solidariedade não tem hora (URL)	1.920
036	MPF requisita plano emergencial de saúde após nova morte de criança venezuelana (URL)	3.614
042	Alojamento que receberá indígenas venezuelanos em Manaus segue em reforma (URL) cond. 3	2.962
043	Venezuelanos com crianças de colo serão os primeiros transferidos para abrigo (URL) cond. 3	3.027*
044	Famílias venezuelanas com crianças de colo serão primeiras a ir para abrigo em Manaus (URL) cond. 3	982
047	Índios venezuelanos são levados para abrigo no Coroado, na Zona Leste de Manaus (URL)	2.661*
048	Cacique venezuelano da etnia warao teme conflito entre indígenas em abrigo (URL) – questão cultural (cada família tem um barraco)	2.320**
049	Grupo de estudos discute sobre imigração de venezuelanos em Manaus (URL)	2.275
050	Índigenas venezuelanos pedem matéria-prima para confecção de artesanato (URL)	2.664**
051	Venezuelanos abrigados em Manaus planejam criar associação (URL)	2.299**
054	MPF/AM e Ufam promovem seminário sobre povos indígenas e políticas públicas (URL)	2.192
055	Ministro da Justiça e presidente da Funai vêm ao Norte ouvir lideranças indígenas (URL)	3.526*
056	União se compromete a repassar recursos para indígenas venezuelanos até o dia 14 (URL)	7.423**
057	Ministro visita abrigo onde estão indígenas venezuelanos (URL)	2.934
058	Venezuelanos da etnia Warao serão transferidos para residências em Manaus (URL) cond. 3	990
063	Crise na Venezuela leva indígenas ao Pará (URL)	1.123
065	Pendências documentais de imóveis que abrigam indígenas criam insegurança (URL)	3.698*
070	Migrantes venezuelanos no Brasil (URL)	3.760*
071	Migração dos Warao prorroga situação de emergência social por mais 180 dias (URL)	1.512
072	Semed vai contratar indígenas warao sem formação para ensinar crianças nos abrigos (URL) cond. 4	4.436*
074	Manaus: a capital dos refugiados na Amazônia brasileira (URL)	6.567*
077	Superlotação de venezuelanos afeta abrigo e escolas de Boa Vista (URL) cond. 3	3.138**
078	Em Manaus , abrigo para indígenas da Venezuela será fechado (URL)	2.189
079	Índigenas venezuelanos temem o fechamento de abrigo provisório em Manaus (URL) cond. 3	4.474**
080	Roraima decreta Situação de Emergência devido imigração venezuelana (URL)	1.840*
083	MPF cobra ações de governos para ajudar índios venezuelanos refugiados no Pará (URL)	3.134*
084	Município em Roraima vive crise para dar atendimento a migrantes da Venezuela (URL)	1.676*

-- Lista final de 22 notícias após aplicação das condições de aderência ao *corpus* --

Nº.	TÍTULO	CHAR.
028	MPF/AM recomenda medidas sobre imigrantes venezuelanos em Manaus (URL)	6.430
034	MPF requisita plano emergencial de saúde após nova morte de criança indígena Warao (URL)	4.996*
035	Venezuelanos no Brasil: solidariedade não tem hora (URL)	1.920
036	MPF requisita plano emergencial de saúde após nova morte de criança venezuelana (URL)	3.614*
042	Alojamento que receberá indígenas venezuelanos em Manaus segue em reforma (URL) cond. 3	2.962
043	Venezuelanos com crianças de colo serão os primeiros transferidos para abrigo (URL) cond. 3	3.027*
044	Famílias venezuelanas com crianças de colo serão primeiras a ir para abrigo em Manaus (URL) cond. 3	982
047	Índios venezuelanos são levados para abrigo no Coroado, na Zona Leste de Manaus (URL)	2.661*
048	Cacique venezuelano da etnia warao teme conflito entre indígenas em abrigo (URL) – questão cultural (cada família tem um barraco)	2.320**
054	MPF/AM e Ufam promovem seminário sobre povos indígenas e políticas públicas (URL)	2.192
056	União se compromete a repassar recursos para indígenas venezuelanos até o dia 14 (URL)	7.423**
058	Venezuelanos da etnia Warao serão transferidos para residências em Manaus (URL) cond. 3	990
063	Crise na Venezuela leva indígenas ao Pará (URL)	1.123
064	MPF pede esclarecimento sobre falta de pagamento de aluguel de venezuelanos (URL) cond. 3	3.156*
065	Pendências documentais de imóveis que abrigam indígenas criam insegurança (URL)	3.698
070	Migrantes venezuelanos no Brasil (URL)	3.760*
074	Manaus: a capital dos refugiados na Amazônia brasileira (URL)	6.567*
077	Superlotação de venezuelanos afeta abrigo e escolas de Boa Vista (URL) cond. 3	3.138**
078	Em Manaus , abrigo para indígenas da Venezuela será fechado (URL)	2.189
079	Indígenas venezuelanos temem o fechamento de abrigo provisório em Manaus (URL) cond. 3	4.474**
083	MPF cobra ações de governos para ajudar índios venezuelanos refugiados no Pará (URL)	3.134*
084	Município em Roraima vive crise para dar atendimento a migrantes da Venezuela (URL)	1.676

5. Quinta Busca: Assistência + (Auxílio, Ajuda e Apoio)

5.1 ASSISTÊNCIA: 37 documentos com 61 instâncias (ocorrências)

Nº.	TÍTULO	CHAR.
009	Conselheiros tutelares tentam recolher crianças indígenas da rodoviária (URL)	2.424
010	Ação iniciada por conselheiros tutelares busca alternativa para retirar crianças da rodoviária (URL)	2.402
011	Órgãos pedem apoio da PF e MP para ajudar famílias venezuelanas em Manaus (URL)	1.810*
012	MPF instaura inquérito para acompanhar medidas de apoio a índios venezuelanos (URL)	5.275*
013	Indígenas venezuelanos em Manaus voltarão a seu país de origem em abril (URL)	2.353
014	Indígenas venezuelanos em Manaus voltarão a seu país de origem em abril (URL)	2.108
016	Indígenas venezuelanos que vivem em Manaus seguem sem previsão de retorno (URL)	2.911*
017	Indígenas venezuelanos ocupam Centro de Manaus em busca de renda (URL)	5.184
021	Migração venezuelana ao Brasil quintuplicou em 2016, diz ONG (URL)	4.157
024	Manaus quer ajuda federal para lidar com migração de venezuelanos (URL)	3.188*

027	Casos de tuberculose são registrados em crianças indígenas venezuelanas , em Manaus (URL)	2.249
028	MPF/AM recomenda medidas sobre imigrantes venezuelanos em Manaus (URL)	6.430**
032	Bebê venezuelana de 11 meses morre de pneumonia em hospital de Manaus (URL)	1.468
033	Pais de bebê venezuelana querem voltar para sua terra natal após morte da criança (URL)	1.378
034	MPF requisita plano emergencial de saúde após nova morte de criança indígena Warao (URL)	4.996**
035	Venezuelanos no Brasil: solidariedade não tem hora (URL)	1.920*
036	MPF requisita plano emergencial de saúde após nova morte de criança venez. (URL)	3.614*
037	Governo do AM vai usar prédio como abrigo e repassar R\$ 205 mil para ajudar venezuelanos (URL)	2.115
038	Governo e Prefeitura estudam frear entrada de venezuelanos no Amazonas (URL)	2.722
042	Alojamento que receberá indígenas venezuelanos em Manaus segue em reforma (URL)	2.962
043	Venezuelanos com crianças de colo serão os primeiros transferidos para abrigo (URL)	3.027
045	MPF/AM apresenta parecer antropológico sobre indígenas Warao em Manaus (URL)	1.924*
050	Indígenas venezuelanos pedem matéria-prima para confecção de artesanato (URL)	2.664
056	União se compromete a repassar recursos para indígenas venezuelanos até o dia 14 (URL)	7.423
057	Ministro visita abrigo onde estão indígenas venezuelanos (URL)	2.934
059	Mais de 200 indígenas venezuelanos são abrigados em quatro bairros da cidade (URL)	3.111
060	Brasil é o segundo país que mais recebe refugiados venezuelanos , diz Acnur (URL)	3.762
062	Oficina discute direitos e deveres de imigrantes e refugiados no Brasil (URL)	3.707*
063	Crise na Venezuela leva indígenas ao Pará (URL)	1.123
064	MPF pede esclarecimento sobre falta de pagamento de aluguel de venezuelanos (URL)	3.156
065	Pendências documentais de imóveis que abrigam indígenas criam insegurança (URL)	3.698**
068	Fome leva indígenas venezuelanos a migrarem para o Brasil (URL)	3.866
071	Migração dos Warao prorroga situação de emergência social por mais 180 dias (URL)	1.512
074	Manaus: a capital dos refugiados na Amazônia brasileira (URL)	6.567*
078	Em Manaus , abrigo para indígenas da Venezuela será fechado (URL)	2.189
079	Indígenas venezuelanos temem o fechamento de abrigo provisório em Manaus (URL) cond. 4	4.474**
083	MPF cobra ações de governos para ajudar índios venezuelanos refugiados no Pará (URL)	3.134*

5.2 AUXÍLIO: 03 documentos com 03 instâncias (ocorrências)

Nº.	TÍTULO	CHAR.
028	MPF/AM recomenda medidas sobre imigrantes venezuelanos em Manaus (URL)	6.430
060	Brasil é o segundo país que mais recebe refugiados venezuelanos , diz Acnur (URL)	3.762
080	Roraima decreta Situação de Emergência devido imigração venezuelana (URL)	1.849

5.3 AJUDA: 20 documentos com 28 instâncias (ocorrências)

Nº.	TÍTULO	CHAR.
003	"Viemos para Manaus para comer" , diz índia venezuelana que vive na Rodoviária (URL)	5.842
004	Solidariedade faz toda a diferença (URL)	2.261
006	Roraima espera maior migração de venezuelanos este ano (URL)	2.404
008	Mov. 'Atos de Misericórdia' realiza ação em prol dos indígenas e venezuelanos (URL)	2.028
020	Morando nas ruas, índios venezuelanos contam com ajuda de manauaras (URL)	5.396**
024	Manaus quer ajuda federal para lidar com migração de venezuelanos (URL)	3.188
025	Indígenas Venezuelanos (URL)	2.206
026	Itamaraty fará diagnóstico sobre indígenas venezuelanos que vivem em Man. (URL)	2.590*
037	Governo do AM vai usar prédio como abrigo e repassar R\$ 205 mil para ajudar venezuelanos (URL)	2.115
038	Governo e Prefeitura estudam frear entrada de venezuelanos no Amazonas (URL)	2.722*
042	Alojamento que receberá indígenas venezuelanos em Manaus segue em reforma (URL)	2.962
046	Pentecostes 2017 estima atrair 100 mil fiéis neste domingo, em Manaus (URL)	3.481**

048	Cacique venezuelano da etnia warao teme conflito entre indígenas em abrigo (URL)	2.320
049	Grupo de estudos discute sobre imigração de venezuelanos em Manaus (URL)	2.275
057	Ministro visita abrigo onde estão indígenas venezuelanos (URL)	2.934
068	Fome leva indígenas venezuelanos a migrarem para o Brasil (URL)	3.866
069	Venezuelana diz que foi xingada antes de ser agredida em RR: 'jogaram pedras e disseram para ir embora do Brasil' (URL)	5.583*
073	Do garimpo ao Rainha do Peladão, saiba a história de uma guerreira venezuelana (URL)	3.874
074	Manaus: a capital dos refugiados na Amazônia brasileira (URL)	6.567
079	Indígenas venezuelanos temem o fechamento de abrigo provisório em Manaus (URL) cond. 4	4.474

5.4 APOIO: 13 documentos com 31 instâncias (ocorrências)

Nº.	TÍTULO	CHAR.
056	União se compromete a repassar recursos para indígenas venezuelanos até o dia 14 (URL)	7.423**
057	Ministro visita abrigo onde estão indígenas venezuelanos (URL)	2.934
060	Brasil é o segundo país que mais recebe refugiados venezuelanos , diz Acnur (URL)	3.762
062	Oficina discute direitos e deveres de imigrantes e refugiados no Brasil (URL)	3.707*
064	MPF pede esclarecimento sobre falta de pagamento de aluguel de venezuelanos (URL)	3.156
065	Pendências documentais de imóveis que abrigam indígenas criam insegurança (URL)	3.698
068	Fome leva indígenas venezuelanos a migrarem para o Brasil (URL)	3.866
071	Migração dos Warao prorroga situação de emergência social por mais 180 dias (URL)	1.512
072	Semed vai contratar indígenas warao sem formação para ensinar crianças nos abrigos (URL)	4.436
074	Manaus: a capital dos refugiados na Amazônia brasileira (URL)	6.567
082	Agências da ONU lançam campanha contra xenofobia em Roraima (URL)	1.551*
083	MPF cobra ações de governos para ajudar índios venezuelanos refugiados no Pará (URL)	3.134
084	Município em Roraima vive crise para dar atendimento a migrantes da Venezuela (URL)	1.676**

-- Lista final de 15 notícias após aplicação das condições de aderência ao corpus --

Nº.	TÍTULO	CHAR.
024	Manaus quer ajuda federal para lidar com migração de venezuelanos (URL)	3.188*
028	MPF/AM recomenda medidas sobre imigrantes venezuelanos em Manaus (URL)	6.430**
037	Governo do AM vai usar prédio como abrigo e repassar R\$ 205 mil para ajudar venezuelanos (URL)	2.115
038	Governo e Prefeitura estudam frear entrada de venezuelanos no Amazonas (URL)	2.722
042	Alojamento que receberá indígenas venezuelanos em Manaus segue em reforma (URL)	2.962
056	União se compromete a repassar recursos para indígenas venezuelanos até o dia 14 (URL)	7.423
057	Ministro visita abrigo onde estão indígenas venezuelanos (URL)	2.934
060	Brasil é o segundo país que mais recebe refugiados venezuelanos , diz Acnur (URL)	3.762
062	Oficina discute direitos e deveres de imigrantes e refugiados no Brasil (URL)	3.707*
064	MPF pede esclarecimento sobre falta de pagamento de aluguel de venezuelanos (URL)	3.156
065	Pendências documentais de imóveis que abrigam indígenas criam insegurança (URL)	3.698
068	Fome leva indígenas venezuelanos a migrarem para o Brasil (URL)	3.866
071	Migração dos Warao prorroga situação de emergência social por mais 180 dias (URL)	1.512
074	Manaus: a capital dos refugiados na Amazônia brasileira (URL)	6.567*
083	MPF cobra ações de governos para ajudar índios venezuelanos refugiados no Pará (URL)	3.134*

APÊNDICE F: DELIMITAÇÃO DO *CORPUS* PARA APLICAÇÃO DA ACJ

F1: Migração Haitiana (2012)

Base de Dados: 112 notícias

Tema: migração transnacional de haitianos

Ano: 2012 || **Portais:** A Crítica, Amazônia e G1.

Crítérios: 1) Assinatura | 2) Tamanho | 3) Distribuição nos Portais

Quantidade: **até 03 notícias assinadas** em cada tema (direito), sendo **uma de cada portal**.

Nº.	Título	Portal	Ass.	Caract.
Direito à Saúde				
055	Amazonas pretende desencadear ações de testagem de doenças em pacientes haitianos	ACT	Sim	4.425
002	Médicos Sem Fronteira elabora documento para divulgar situação crítica de haitianos no AM	ACT	Sim	4.322
127	Ajuda a haitianos chegou ao limite, afirma secretário de Justiça do Acre	ACT	Não	3.717
007	Gov. brasileiro vai controlar entrada de haitianos no país e limitar vistos	ACT	Não	3.700
083	Haitianas não perdem a esperança em Manaus			3.496
001	Entidades que assistem imig. haitianos pedem providências às autoridades	ACT	Sim	3.484
110	Grupo de haitianos ainda segue na fronteira entre Peru e Brasil	G1	Não	2.992
097	Saúde da rede municipal de Manaus vai cadastrar haitianos para acesso aos serviços do SUS	ACT	Não	2.768
026	Amazonas registra primeiro óbito de imigrante haitiano no Brasil	ACT	Sim	2.679
072	Governo do Amazonas realiza ações de saúde com imigrantes haitianos	ACT	Não	2.382
004	Haitianos atravessam fronteira ilegalmente para viver no Brasil	G1	Não	2.358
037	Morte de haitiano com HIV deixa saúde pública em alerta no Amazonas	G1	Sim	1.990
020	Dezenas de imigrantes haitianos são barrados na fronteira com o Peru	G1	Não	1.744
050	Ministério libera R\$ 900 mil para ajudar imig. haitianos no AC e no AM	ACT	Não	1.682
024	Haitiana morre vítima de dengue, em Tabatinga (AM)	G1	Não	1.636
073	Mutirão de saúde em Manaus atende mulheres haitianas	ACT	Sim	1.413
096	Secretaria de saúde realizará cadastro de haitianos no SUS, no AM	G1	Não	1.410
103	Haitianas apresentam quadro de anemia em fazenda de rosas	G1	Não	1.242
041	Morre o primeiro haitiano em Manaus	ACT	Sim	1.225
079	FVS/AM inicia vacinação de imigrantes haitianos, em Manaus	ACT	Não	1.113
075	Haitianos recebem atendimento médico gratuito em Manaus	G1	Não	1.102
085	Fundação realiza mobilização de saúde em abrigo haitiano em Manaus	G1	Não	841
Direito à Educação				
025	Obstáculo do idioma é mais um desafio para os haitianos que buscam emprego em Manaus	ACT	Sim	4.121
083	Haitianas não perdem a esperança em Manaus	ACT	Sim	3.496
049	Ufam apoiará haitianos	ACT	Sim	3.255
122	Haitianos buscam reerguer o país de origem estudando na UFSCar	G1	Não	2.632
038	Universidade Federal do Amazonas lançará edital para apoiar haitianos	G1	Não	2.225
111	Haitianos refugiados que trabalham em Cascavel aprendem português	G1	Não	1.254
Direito ao Trabalho				
065	Embaixador do Haiti está de malas prontas para visitar o Amazonas	ACT	Sim	7.728
144	Grávida, haitiana sonha que filho seja jogador de futebol no Brasil	G1	Sim	6.466
015	Empresas brasileiras vão ao Acre contratar imigrantes haitianos	G1	Sim	6.327
133	Pastoral estima que 1.800 haitianos estejam refugiados em Manaus	G1	Sim	5.833
023	População de Tabatinga começa a dar sinais de esgotamento na relação com os Haitianos	ACT	Sim	5.357

014	Conselho de Imigração aprova restrição à entrada de haitianos	G1	Não	5.146
011	Controle migratório de haitianos no Brasil gera debate	G1	Não	4.853
143	Autorização de trab. para estrangeiro cresce 5% em nove meses de 2012	ACT	Não	4.771
010	Haitianos em SP pensam em voltar a seu país só 'de visita'	G1	Não	4.709
006	Haitianos reclamam da demora para conseguirem visto de permanência	G1	Não	4.342
074	Haitianos buscam ingresso no mercado de trabalho em Manaus	ACT	Sim	4.307
109	Procuradora cobra no Senado solução para haitianos presos na fronteira	G1	Não	4.229
116	Imigrantes haitianos entram no Brasil após três meses de espera	G1	Não	4.208
025	Obstáculo do idioma é mais um desafio para os haitianos que buscam emprego em Manaus	ACT	Sim	4.121
031	Governo Federal enviará missão ao Amazonas para avaliar situação dos haitianos, diz MDS	ACT	Sim	3.792
035	Colocação no mercado de trabalho é sinônimo de recomeço para haitianos que vivem em Manaus	ACT	Sim	3.740
007	Gov. brasileiro vai controlar entrada de haitianos no país e limitar vistos	ACT	Não	3.700
056	Imigrantes Haitianos procuram Polícia Federal em Manaus para regularizarem situação no país	ACT	Sim	3.675
039	SRTE do Amazonas acompanhará recrutamento de haitianos para outros Estados	ACT	Sim	3.615
001	Entidades que assistem imigrantes haitianos pedem providências às autoridades	ACT	Sim	3.484
013	Amazonas pede ajuda ao Governo Federal para ações de assistência aos haitianos	ACT	Sim	3.461
124	Trabalhadores estrangeiros 'invadem' mercado de trabalho no Amazonas	ACT	Sim	3.312
012	Haitianos no Brasil divididos sobre as medidas imigratórias	G1	Não	3.257
009	Com economia forte, Brasil quebra tradição e freia imigração haitiana	G1	Não	3.076
145	Chega ao caos a situação de ajuda humanitária a haitianos no Acre, diz secretário	ACT	Não	2.868
068	Haitianos reclamam de redução de salário e abandonam emprego em MT	G1	Não	2.791
137	Deputada diz que fluxo de haitianos ilegais segue intenso no Brasil	G1	Não	2.446
017	Haitianos dizem que preferem viver no Brasil, mesmo com dificuldades	G1	Não	2.353
003	Haitianos chegam pela fronteira da Amazônia à procura de trabalho	G1	Não	2.302
076	'Não se adaptaram', diz empresário de MT sobre contratação de haitianos	G1	Não	2.256
125	Haitianos deixam o Amazonas em busca de emprego pelo Brasil	G1	Sim	2.229
080	Audidores fiscalizam fábrica em MT após contratação de haitianos	G1	Não	2.219
150	Ministério do Trabalho lança guia de trabalho para haitianos	G1	Não	2.105
104	Haitianos em Manaus são recrutados para trabalharem no Sul e Sudeste	G1	Sim	1.937
134	Cresce o número de haitianos autorizados a trabalhar no Brasil	ACT	Não	1.875
114	Haitianos que estão no Peru vão entrar no Brasil em grupos a partir da próxima semana	ACT	Não	1.846
147	MP investiga caso dos haitianos demitidos em Igrejinha, RS	G1	Não	1.788
032	Haitianos refugiados começam a trabalhar no Rio Grande do Sul	G1	Não	1.743
044	Superintendência Regional do Trabalho faz mutirão para haitianos	ACT	Sim	1.703
123	Mais de 800 haitianos moram e trabalham em Porto Velho	G1	Sim	1.698
105	Haitianos reconstróem a vida em usinas de bioenergia de GO	G1	Não	1.670
141	Usinas do Rio Madeira têm 100 haitianos contratados, em Porto Velho	G1	Não	1.609
115	Governo diz que vai regularizar mais 363 haitianos que vivem no AM	G1	Não	1.532
140	Oficina discute situação dos haitianos no mercado de trabalho no AM	G1	Não	1.511
091	Amazonenses vencem haitianos em amistoso	ACT	Sim	1.321
142	Haitianos se envolvem em confusão por salário atrasado em Porto Velho	G1	Não	1.262
092	Haitianos encontram nova vida nas lavouras do sul de Minas Gerais	G1	Não	1.079
117	Após terem papéis retidos no RS, haitianos ganham novos empregos	G1	Não	1.028
148	Haitianos demitidos em Igrejinha, RS, vão receber alojamento e alimentação	G1	Não	958
Direito à Moradia				
014	Conselho de Imigração aprova restrição à entrada de haitianos	G1	Não	5.146
011	Controle migratório de haitianos no Brasil gera debate	G1	Não	4.853
010	Haitianos em SP pensam em voltar a seu país só 'de visita'	G1	Não	4.709

056	Imigrantes Haitianos procuram Polícia Federal em Manaus para regularizarem situação no país	ACT	Sim	3.675
019	Governo Federal deve entregar proposta de resolução para restringir a entrada de imigrantes haitianos no Brasil	ACT	Sim	3.666
013	Amazonas pede ajuda ao Gov. Federal para ações de assistência aos haitianos	ACT	Sim	3.461
062	Representantes do Governo Federal visitam instalações de abrigos haitianos no AM	ACT	Sim	3.200
145	Chega ao caos a situação de ajuda humanitária a haitianos no Acre, diz secretário	ACT	Não	2.868
017	Haitianos dizem que preferem viver no Brasil, mesmo com dificuldades	G1	Não	2.353
073	Mutirão de saúde em Manaus atende mulheres haitianas	ACT	Sim	1.413
118	Grupo com mais de 120 haitianos chega a Manaus neste sábado (21)	ACT	Não	849
Direito à Assistência				
093	Senador Eduardo Braga (PMDB) avalia onda migratória no país	ACT	Sim	8.169
065	Embaixador do Haiti está de malas prontas para visitar o Amazonas	ACT	Sim	7.728
144	Grávida, haitiana sonha que filho seja jogador de futebol no Brasil	G1	Sim	6.466
002	Médicos Sem Fronteira elabora documento para divulgar situação crítica de haitianos no AM	ACT	Sim	4.322
031	Governo Federal enviará missão ao Amazonas para avaliar situação dos haitianos, diz MDS	ACT	Sim	3.792
007	Gov. brasileiro vai controlar entrada de haitianos no país e limitar vistos	ACT	Não	3.700
027	Chegada de mais de 200 haitianos expõe falta de estrutura para abrigar refugiados em Manaus	ACT	Sim	3.626
001	Entidades que assistem imigrantes haitianos pedem providências às autoridades	ACT	Sim	3.484
051	MDS libera R\$ 900 mil para haitianos residentes no Amazonas e no Acre	ACT	Sim	3.426
049	Ufam apoiará haitianos	ACT	Sim	3.255
088	Processo sobre haitianos no Brasil corre em segredo de Justiça	ACT	Não	3.153
145	Chega ao caos a situação de ajuda humanitária a haitianos no Acre, diz secretário	ACT	Não	2.868
131	Haitianos em Brasileia usam nova rota de imigração ilegal para o Brasil	ACT	Não	2.794
034	Haitianos que chegaram na última terça-feira a Manaus recebem apoio	ACT	Sim	2.747
064	Estado doa colchões e água a haitianos recém-chegados a Manaus	ACT	Sim	2.478
003	Haitianos chegam pela fronteira da Amazônia à procura de trabalho	G1	Não	2.302
052	Ações de voluntariado mobilizam pessoas na ajuda a imigrantes haitianos	ACT	Sim	2.262
077	Entidade pró-haitianos fará rifa visando nova sede em Manaus	ACT	Não	1.761
020	Dezenas de imigrantes haitianos são barrados na fronteira com o Peru	G1	Não	1.744
123	Mais de 800 haitianos moram e trabalham em Porto Velho	G1	Sim	1.698
094	Imigração de Haitianos ao AM será debatida pela ALE-AM nesta segunda-feira (27)	ACT	Sim	1.694
050	Ministério libera R\$ 900 mil para ajudar imigrantes haitianos no Acre e no Amazonas	ACT	Não	1.682
095	Haitianos devem receber R\$ 520 mil de verba federal nas próximas horas	ACT	Não	1.540
033	Governador do AM diz para 'Governo Federal levar haitianos para Brasília'	G1	Sim	1.396

F2: Migração Venezuelana (2017)

Base de Dados: 66 notícias

Tema: migração transnacional de venezuelanos

Ano: 2017 || **Portais:** A Crítica, Amazônia e G1.

Critérios: 1) Assinatura | 2) Tamanho | 3) Distribuição nos Portais

Quantidade: **até 03 notícias assinadas** em cada tema (direito), sendo **uma de cada portal**.

Nº.	Título	Portal	Ass.	Caract.
Direito à Saúde				
069	Venezuelana diz que foi xingada antes de ser agredida em RR: 'jogaram pedras e disseram para ir embora do Brasil'	G1	Sim	5.583
034	MPF requisita plano emergencial de saúde após nova morte de criança indígena Warao	ACT	Não	4.996
021	Migração venezuelana ao Brasil quintuplicou em 2016, diz ONG	AMZ	Não	4.157
036	MPF requisita plano emergencial de saúde após nova morte de criança venezuelana	AMZ	Não	3.614
024	Manaus quer ajuda federal para lidar com migração de venezuelanos	AMZ	Não	3.188
043	Venezuelanos com crianças de colo serão os primeiros transferidos para abrigo	ACT	Não	3.027
006	Roraima espera maior migração de venezuelanos este ano	AMZ	Não	2.404
027	Casos de tuberculose são registrados em crianças indígenas venezuelanas, em Manaus	ACT	Sim	2.249
041	Tratamento de indígenas venezuelanos será acompanhado por lideranças xamânicas	ACT	Não	2.207
054	MPF/AM e Ufam promovem seminário sobre povos indígenas e políticas públicas	ACT	Não	2.192
019	Roraima continuará oferecendo abrigo a venezuelanos	AMZ	Não	2.165
081	Roraima fica em estado de alerta para sarampo devido a surto na Venezuela	ACT	Não	2.021
032	Bebê venezuel. de 11 meses morre de pneumonia em hospital de Manaus	ACT	Sim	1.468
033	Pais de bebê venezuelana querem voltar para sua terra natal após morte da criança	ACT	Sim	1.378
040	Criança venez. é internada em estado grave com pneumonia em Manaus	ACT	Não	1.351
Direito à Educação				
022	Adaptação: Escolas municipais de Boa Vista mudam rotina para atender alunos venezuelanos	AMZ	Não	7.936
072	Semed vai contratar indígenas warao sem formação para ensinar crianças nos abrigos	ACT	Sim	4.436
065	Pendências documentais de imóveis que abrigam indígenas criam insegurança	ACT	Sim	3.698
077	Superlotação de venezuelanos afeta abrigo e escolas de Boa Vista	AMZ	Não	3.138
Direito ao Trabalho				
003	Vimos para Manaus para comer, diz índia venezuelana que vive na Rodoviária	ACT	Sim	5.842
020	Morando nas ruas, índios venezuelanos contam com ajuda de manauaras	AMZ	Não	5.396
075	Flanelinhas seguem 'livres' para atuar em Manaus; condutores reclamam de ameaças	ACT	Sim	4.484
072	Semed vai contratar indígenas warao sem formação para ensinar crianças nos abrigos	ACT	Sim	4.436
067	Vendedora de picolé venez. do T2 viraliza na Internet e se diz guerreira	ACT	Sim	3.024
057	Ministro visita abrigo onde estão indígenas venezuelanos	AMZ	Não	2.934
050	Indígenas venezuel. pedem matéria-prima para confecção de artesanato	ACT	Sim	2.664

002	Vendedores denunciam ter sido agredidos por fiscais da Pref. de Manaus	ACT	Sim	2.638
051	Venezuelanos abrigados em Manaus planejam criar associação	ACT	Sim	2.299
052	Encontro discute alternativas para atender indígenas venezuel. em Manaus	ACT	Sim	1.921
Direito à Moradia				
056	União se compromete a repassar recursos para indígenas venez. até dia 14	ACT	Não	7.423
074	Manaus: a capital dos refugiados na Amazônia brasileira	AMZ	Não	6.567
028	MPF/AM recomenda medidas sobre imigrantes venezuelanos em Manaus	ACT	Não	6.430
034	MPF requisita plano emergencial de saúde após nova morte de criança indígena Warao	ACT	Não	4.996
079	Indígenas venezuelanos temem o fechamento de abrigo provisório em Manaus	ACT	Sim	4.474
070	Migrantes venezuelanos no Brasil	ACT	Sim	3.760
065	Pendências documentais de imóveis que abrigam indígenas criam insegurança	ACT	Sim	3.698
036	MPF requisita plano emergencial de saúde após nova morte de criança venezuelana	AMZ	Não	3.614
064	MPF pede esclarecimento sobre falta de pagamento de aluguel de venezuelanos	ACT	Não	3.156
077	Superlotação de venezuelanos afeta abrigo e escolas de Boa Vista	AMZ	Não	3.138
083	MPF cobra ações de governos para ajudar índios venez. refugiados no PA	AMZ	Não	3.134
043	Venez. com crianças de colo serão os primeiros transferidos para abrigo	ACT	Não	3.027
042	Alojamento que receberá indígenas venez. em Manaus segue em reforma	AMZ	Não	2.962
047	Índios venezuelanos são levados para abrigo no Coroado, na Zona Leste de Manaus	ACT	Sim	2.661
048	Cacique venezuel. da etnia Warao teme conflito entre indígenas em abrigo	ACT	Sim	2.320
054	MPF e Ufam promovem seminário sobre povos indígenas e pol. públicas	ACT	Não	2.192
078	Em Manaus, abrigo para indígenas da Venezuela será fechado	AMZ	Não	2.189
035	Venezuelanos no Brasil: solidariedade não tem hora	ACT	Não	1.920
084	Município em Roraima vive crise para dar atendimento a migrantes da Venezuela	ACT	Não	1.676
063	Crise na Venezuela leva indígenas ao Pará	AMZ	Não	1.123
058	Venezuelanos da etnia Warao serão transferidos para residências em Mao	AMZ	Não	990
044	Famílias venezuelanas com crianças de colo serão primeiras a ir para abrigo em Manaus	AMZ	Não	982
Direito à Assistência				
056	União se compromete a repassar recursos para indígenas venez. até dia 14	ACT	Não	7.423
074	Manaus: a capital dos refugiados na Amazônia brasileira	AMZ	Não	6.567
028	MPF/AM recomenda medidas sobre imigrantes venezuelanos em Manaus	ACT	Não	6.430
068	Fome leva indígenas venezuelanos a migrarem para o Brasil	AMZ	Não	3.866
060	Brasil é o segundo país que mais recebe refugiados venezuel., diz Acnur	ACT	Não	3.762
062	Oficina discute direitos e deveres de imigrantes e refugiados no Brasil	ACT	Não	3.707
0653 e	Pendências documentais de imóveis que abrigam indígenas criam insegurança	ACT	Sim	3.698
024	Manaus quer ajuda federal para lidar com migração de venezuelanos	AMZ	Não	3.188
064	MPF pede esclarecimento sobre falta de pagamento de aluguel de venezuelanos	ACT	Não	3.156
083	MPF cobra ações de governos para ajudar índios venezuelanos refugiados no Pará	AMZ	Não	3.134
042	Alojamento que receberá indígenas venez. em Manaus segue em reforma	AMZ	Não	2.962
057	Ministro visita abrigo onde estão indígenas venezuelanos	AMZ	Não	2.934
038	Governo e Prefeitura estudam frear entrada de venezuelanos no AM	ACT	Sim	2.722
037	Governo do AM vai usar prédio como abrigo e repassar R\$ 205 mil para ajudar venezuelanos	ACT	Sim	2.115
071	Migração dos Warao prorroga situação de emergência social por 180 dias	ACT	Não	1.512

ANEXOS

ANEXO A: CÓDIGO PARA RESGATE DE NOTÍCIAS (LING. PROG. PYTHON)

O código (Figura X), elaborado na linguagem *Python*⁹⁶, tem 367 linhas e foi criado especificamente para o resgate dados em páginas de notícias dos portais “A Crítica”, “Portal Amazônia” e “G1”, conforme os parâmetros da pesquisa elaborados pela autora e repassados para o programador em forma de quadros (detalhamento disponível no “Apêndice C”).

Figura 35 – Imagem A (início do código) e Imagem B (fim do código).

```

1 # -*- coding: utf-8 -*-
2 import os
3 import re
4 from time import sleep
5 from typing import List
6
7 from bs4 import BeautifulSoup
8 from bs4.element import Comment
9 from selenium import webdriver
10
11 from database import ArticleController, ArticleTopicController, ArticleHyperlinkController, ArticleCategoryController, ArticleMediaController
12 from logs import logger
13 from model import ArticleParser, ArticleTopic, ArticleMedia, ArticleHyperlink, ArticleCategory, Article
14
233
234 def get_document(self, document_url: str, browser):
235     document_url = f'{self.get_base_url()}document_url'
236     logger.info(f'{self.get_scrapper_name()}: COLETANDO DOCUMENTO: {document_url}')
237     browser.get(document_url)
238     sleep(self.get_load_waiting_time())
239     soup = BeautifulSoup(browser.page_source, 'html.parser')
240
241     article_metadata = self.get_article_metadata(soup)
242     article = ArticleParser.parse_article(article_metadata)
243     ArticleController.insert_one(article)
244     article_row = ArticleController.fetch_by_text_field(article.article_url, 'article_url')
245     article = Article.from_tuple(article_row[0])
246     webscraper_save_html(self, f'{article.article_code}_{article.article_id}', soup.prettify())
247     webscraper_save_txt(self, f'{article.article_code}_{article.article_id}', re.sub(r"%s", "", "".join(article_metadata['content']).upper()))
248
249     div_content = soup.find('div', {'id': True, 'class': 'eb-entry', 'data-id': True, 'data-uid': True})
250
251     cell_tags = div_content.find('div', {'class': 'cell-tags'})
252     topics = webscraper_get_article_topics(self, cell_tags.findChildren('a', {'href': True}) if cell_tags else None, article.article_id)
253     for topic in topics:
254         ArticleTopicController.insert_one(topic)
255
256     hyperlinks = webscraper_get_article_hyperlinks(self, div_content.findChildren('a', {'href': True}), article.article_id)
257     for hyperlink in hyperlinks:
258         ArticleHyperlinkController.insert_one(hyperlink)
259
260     div_categories = soup.findChild('div', {'class': 'eb-meta-category'})
261     categories = webscraper_get_article_categories(self, div_categories.findChildren('a', {'href': True}), article.article_id)
262     for category in categories:
263         ArticleCategoryController.insert_one(category)
264
265     medias = webscraper_get_document_medias(self, div_content, article.article_id)
266     for media in medias:
267         ArticleMediaController.insert_one(media)

```

Autor: Marcos Lima (2022). Disponível em https://github.com/cristiane-souza/news_webcrawler/blob/master/scraper.py. Último acesso: 26 ago. 2022.

⁹⁶ Linguagem de programação interpretada de alto nível e capaz de suportar múltiplos paradigmas de programação: imperativo, orientado a objetos e funcional. É uma linguagem dinâmica e possui gerenciamento automático de memória. Ela foi criada por Guido van Rossum no ano de 1991.

ANEXO B: 110 MEDIA ACCOUNTABILITY SYSTEMS

Compilado por Claude-Jean Bertrand⁹⁷ (2007, pp. 149-154)

Lista de instrumentos não governamentais de indução de meios de comunicação e de jornalistas a respeitarem as regras éticas estabelecidas pela profissão. Eles são extremamente diversos, mas todos buscam melhoria do jornalismo. A seguir, há 110 iniciativas, mas outras podem surgir. Classificam-se por sua natureza intrínseca (documentos, pessoas e processos).

Text, Broadcast or Website
<ul style="list-style-type: none"> – A written code of ethics, or an ‘ethics handbook’, listing rules which media professionals have discussed and/or agreed upon with, preferably, input by the public. And which should be made known to the public. – An internal memo reminding the staff of ethical principles (maybe the ‘tradition’ of the paper¹ and providing it with guidelines as to behavior in particular circumstances. – A daily internal self-criticism report circulated in the newsroom. – A correction box, or column, published, very visibly. Or time taken to correct na error on the air. – A regular ‘Letters to the Editor’ column/program, including messages critical of the newspaper/magazine/station. – An accuracy-and-fairness questionnaire, mailed to persons mentioned in the news or published for any reader to fill out. – A public statement about media by some eminent decision-maker, abundantly quoted in the news. – A space or time slot purchased by an individual, a group or a company to publish an ‘open letter’ about some media issue. – An occasional ”Letter from the editor”, expounding values and rules, or explaining how media function. – A sidebar explaining some difficult editorial decision to publish or not to publish. – An Editors’ blog by senior staff to explain operations and decisions; also to take the reader/viewer ‘behind the scenes’ and respond to his/her remarks. – A newsletter to readers, inserted or mailed, to keep them informed of what goes on at the newspaper or station. – A regular media column, page, section⁷ in a newspaper, newsmagazine, trade review – A program on radio or television, that does more than just mention new appointments and ownership changes. – A regular ethics column in a trade magazine. – Regular reports by media-oriented citizens’ associations that are published by newspapers. – A daily online clearing house carrying info on events in the media world, quotes and criticism. – A web site systematically posting corrections of media erros. – The grievances of working journalists or abuses by advertisers. – A website offering journalists information and advice on ‘promoting accountability’. – A website devoted to debate on media issues (e.g. media and the children). – A section of a newspaper’s web site devoted to immediate feedback by readers to a particular article. – A website teaching the public how to evaluate media. – A satirical presentation of the news implicitly exposing the failings of regular TV newscasts. – An online newspaper whose material is entirely supplied by citizens or readers’ blogs within a newspaper’s site to cover neighborhood news and issues. A printed newspaper can also make good use of readers’ input. – An alternative periodical (esp. published by a minority), non-profit station or website, that publishes facts and gives viewpoints which regular media ignore, including criticism of the said media. – A ‘journalism review’, on paper or the air or the web, devoted principally to media criticism, exposing what media have distorted or omitted, and whatever other sins reporters or media companies have committed. – ‘Darts and Laurels’, a page or website consisting of short stories in criticism or praise of some media action, such as most journalism reviews have had. – Guides to ‘media empowerment’ i.e. getting involved in media policy. – An annual report by a newspaper presenting a social and ethical audit of its contents and services, based on the opinions of thousands of readers.

⁹⁷ Mantivemos no idioma original para não comprometer o significado pela tradução não profissional.

- Publication on the Web of full transcriptions of interviews and emails by news sources angered by bias or distortion.
- A petition signed by hundreds or thousands to put pressure on media directly or via advertisers or via some regulatory agency.
- A yearbook of journalism criticism, written by reporters and media users, edited by academics.
- A weblog run by a journalist, or by an amateur, that scrutinize mainstream media, critiquing what they say and don't say.
- An article, report, book, film about media, informative about media and, to some extent at least, critical.
- Newsletters emailed to subscribers by media-watch organizations.
- The review of a consumer group (regional or national) which occasionally deals with media.
- A website showing how foreign media report on your country, with translation of stories.
- A television network or weekly newsmagazine entirely made up of material borrowed from foreign media, enabling users to evaluate their own media.
- A non-profit regular daily newspaper, immune from share-holder and advertiser pressure.
- [Very exceptional] A newspaper given by its publisher to a journalism school to serve as a 'teaching hospital'.

Individuals or Groups

- An in-house critic, or a 'contents evaluation commission', to scrutinize the newspaper, or monitor the station, for breaches of the code – without making their findings public.
- An ethics committee or a 'staff review group' (a rotating panel of journalists) set up to discuss and/or decide ethical issues, preferably before they occur.
- An ethics coach operating in the newsroom, occasionally, to raise the reporters' ethical awareness, to encourage debate and advise on specific problems.
- A media reporter assigned to keep watch on the media industry and give the public full, unprejudiced reports.
- An outside critic paid by a newspaper to write a regular column about the paper.
- A whistle-blower who dares to denounce some abuse within the media company.
- A consumer reporter who warns readers/viewers against misleading advertising
- And intervenes on their behalf.
- An ombudsman, 'editor in charge of reader relations', or a team of reporters, employed by a newspaper or station, to listen to suggestions and complaints from customers, investigate, obtain redress if need be and (usually) report on his activities.
- A Complaints bureau or Customer service unit to listen to grievances and requests.
- A disciplinary committee set up by a union or other professional association to obtain that its code be respected – under pain of expulsion.
- Unions of journalists have shown everywhere a keen interest in media ethics, drafted codes and initiated press councils.
- A watchdog's watchdog, monitoring established M*A*S.
- A liaison committee set up jointly by media and a social group with which they may occasionally clash.
- A citizen appointed to the editorial board; or several (often chosen among users who have complained) invited to attend the daily news meeting.
- A panel (or several specialized panels) of readers/ listeners/ viewers regularly consulted – a Readers Advisory Committee to serve as the eyes and ears of the newspaper in their communities.
- A club (of readers/listeners/viewers) that uses perks to attract members and leads them into a dialogue about the medium (most often a magazine).
- A radio club, to listen together and debate issues, to provide local news and suggestions to the regional broadcaster which supplies equipment and training.
- A local press council, i.e. regular meetings of some professionals from the local media and representative members of the community.
- A national (or regional) press council set up by the professional associations of media owners and of journalists, and normally including representatives of the public – to speak up for press freedom and to field complaints from media users.
- A national ombudsman appointed by the press to deal with complaints, either in association with a press council (Sweden) or independent (South Africa).
- A watchdog agency set up by a media-related industry (like advertising) to filter contents – and ask that some not be made public, for ethical reasons.
- A militant association dedicated to media reform or to helping persons with grievances against media.
- 'Media observatories' set up by journalists to monitor attacks on press freedom and adherence to a code, receive complaints, debate ethical issues with publishers.
- An single-issue federation of many kinds of NGOs (civil rights groups, labour unions, consumer associations etc.) to fight a battle for better media.
- A foundation that funds projects or institutions aiming at the improvement of media.

- A media-related institution, national⁴⁵ or international, that has a direct or indirect interest in promoting media quality⁴⁶ through conferences, seminars, publications etc.
 - **A ‘combination M*A*S’ like the Poynter Institute in Florida, involved in research, data-gathering, publication, training, advice**
 - A national or international NGO to militate on behalf of journalists’ freedom and welfare.
 - An NGO that trains personnel, and provides free services to media, in emerging democracies (Eastern Europe) and under-developed nations.
 - An NGO that organizes regular public debates or campaigns on media issues.
 - A citizen group (like a labor union or a parents’ association) which, for partisan and/or public interest reasons (e.g. the welfare of children), monitors the media
 - Or attacks a special target, like advertising.
 - A consumers’ association, especially one of media users, using awareness sessions, monitoring, Opinion polls, evaluations, lobbying, mail campaigns, even boycotts to obtain better service.
 - A commission set up by Parliament but independent, in order thoroughly to study a major media issue, like **concentration of ownership**.
 - A team assigned by a social group (women, ethnic minority, physicians etc.) to monitor the media coverage they are receiving.
 - A representative group of journalists in the newsroom, endowed with some rights, as allowed by law in Germany or required in Portugal.
 - An Order of journalists, statutory but totally independent, one of whose purposes is to formulate and enforce ethical rules.
 - An association of publishers and editors to debate issues and promote quality.
 - A team formed by a group of specialized journalists (investigative reporters, women etc.) to exchange information and promote their interests.
 - A ‘société de rédacteurs’, an association of all newsroom staff, that demands a voice in editorial policy – and preferably owns shares in the company so as to make itself heard.
 - A ‘société de lecteurs’, an association of readers which buys, or is given, shares in the capital of a media company and demands to have a say.
- It seems reasonable also to place in this category three types of institutions that some experts would leave out of the M*A*S concept. Provided they do not take orders from government, to the extent that their purpose is to improve media service, it does not seem possible to leave them out completely. They might be called associate M*A*S or para-M*A*S:
- The regulatory agency, set up by law, provided it is truly independent, especially if it takes complaints from media users.
 - The international broadcasting company, public or private, using short wave radio or satellites, that makes it difficult for national media to hide or distort the news.
 - The autonomous non-commercial broadcasting company, whose sole purpose is to serve the public and which constitutes implicit criticism of commercial media. That category might be widened to include all high quality media whose primary aim is good journalism and which can serve as models.

Processes

- – A higher education, a crucial M*A*S. Quality media should only hire people with a university degree, preferably (though this is controversial) one in mass communications.
- A separate course on media ethics required for all students in journalism.
- Further education for working journalists: one-day workshops, one-week seminars, six-month or one-year fellowships at universities. Such programs, quite common in the US, are very rare elsewhere.
- An in-house awareness program to increase the attention paid by media workers to the needs of citizens, especially women and cultural, ethnic, sexual or other minorities; or
- Offering readers a news menu and asking them to pick what they want to see on the front page next day.
- Teaching journalists how to respond appropriately to readers/ listeners/ viewers on the phone or the web.
- Internally investigating major failures by a media (serious inaccuracies, unfounded reports, lack of adequate coverage, etc.)
- Teaching journalists, through seminars and publications, how to organize and fight for quality.

- Building a data-base, within a media outlet, of all errors (type, cause, person involved) so as to discern patterns and take measures.
- An internal study of some issue involving the public (like a newspaper's relations with its customers).
- An ethical audit: external experts come and evaluate the ethical awareness, guidelines, conduct within the newspaper or station.
- Giving the email addresses and/or telephone numbers of editors and of journalists (whenever a story of theirs is published).
- The (controversial) 'readback' of quotes to sources to avoid errors.
- A 'media at school' to train children from an early age in the Understanding and proper use of media.
- A 'media literacy' campaign to educate and mobilize the general public.
- A listening session: once a week or irregularly, editors man the phones to answer calls from readers.
- The regular encounter of news people with ordinary citizens in a press club, on the occasion of neighborhood meetings – or even on a cruise!
- A regular (e.g. quarterly) opinion survey (polls, public meetings, internet forum), commissioned by the media, to get feedback from the person-in-the-street; also a questionnaire on a newspaper or station website.
- A nation-wide survey of public attitudes towards all or some media (e.g. towards public broadcasting).
- Polling the public or groups within it so as to operate a barometer of satisfaction as opposed to the conventional systems of sales, ratings and shares.
- Non-commercial research, done mainly by academics in the universities, but also in think-tanks or scientific observatories, studies of the contents of media (or the absence of them), of the perception of media messages by the public, of the impact of those messages.
- Organizing an occasional street demonstration to promote some cause.
- Sponsoring a national or regional forum on a big issue (e.g. The Hutchins Commission in the US – 1942-1947) or limited issue, like local reporting.
- An annual conference bringing together media decision-makers, political Leaders and representatives of citizens' groups of all kinds.
- An annual seminar on journalism criticism organized by a Journalism School.
- Attracting the finest minds to journalism by creating bridges between academe and media.
- International cooperation to promote media quality and accountability.
- A prize, and other tokens of satisfaction, to reward quality media and ethical journalists
- Or an anti-prize.